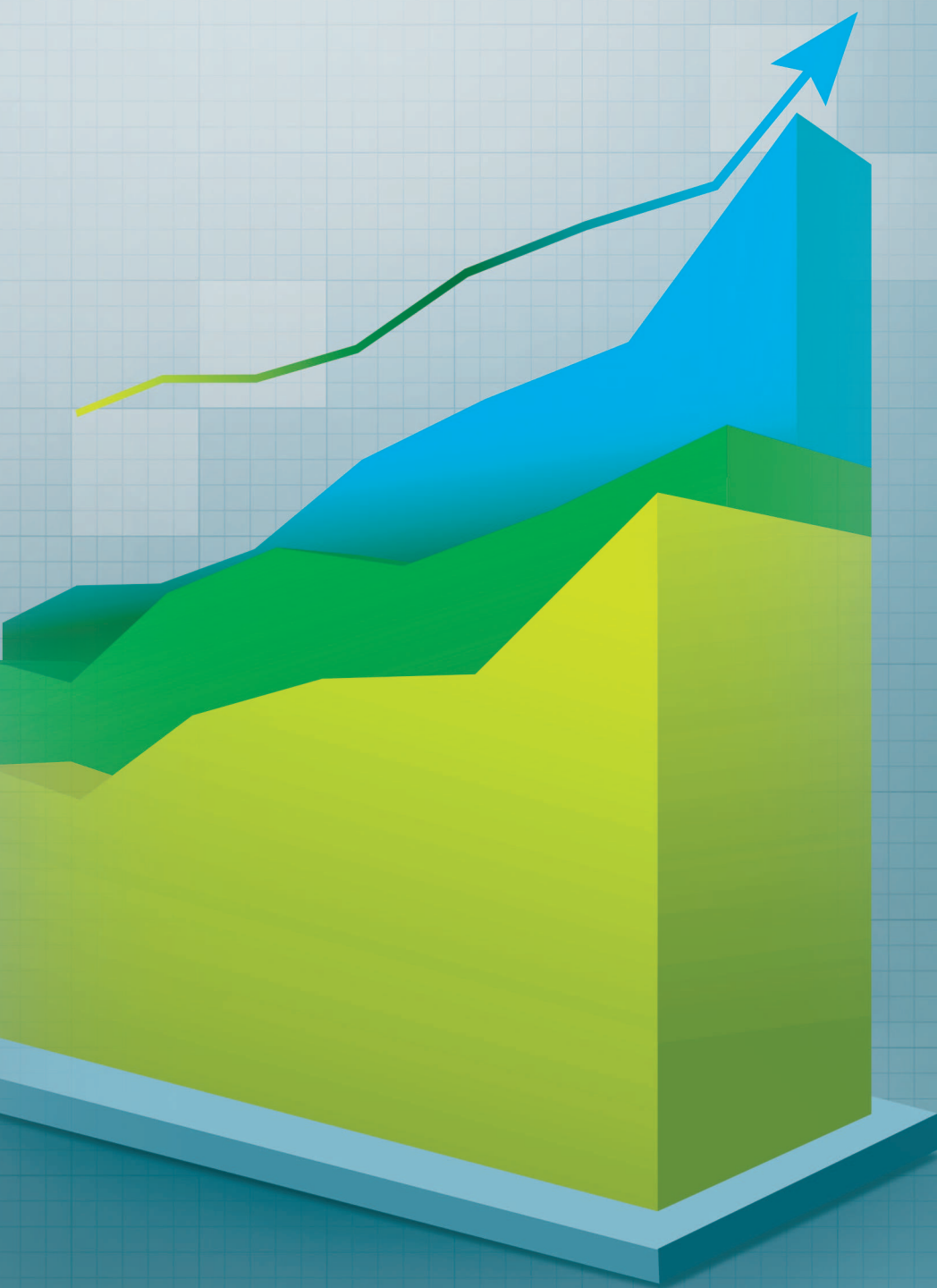


BALANÇO GERAL

RELATÓRIO
CONTÁBIL



GOVERNO DO
ESTADO DO
CEARÁ



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

BALANÇO GERAL

2018

RELATÓRIO CONTÁBIL

GOVERNADOR
Camilo Sobreira de Santana

SECRETÁRIOS DA FAZENDA
João Marcos Maia

SECRETÁRIOS EXECUTIVO
Marcus Augusto Vasconcelos Coelho

COORDENADORES DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA
Fabrício Gomes Santos
Paulo Amílcar Proença Sucupira

CONTADORIA DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Maria Dolores Pereira (Até 30/01/2019)

Talvani Rabelo Aguiar (Atual)

CONTADORIA DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Rosa Liduina Teixeira Diógenes Nogueira

ORIENTADORES DE CÉLULA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

Cícero Alexandre de Aquino Braz

José Vinício Coelho Sampaio

Márcio Cardeal Queiroz da Silva

Neuton Tavares de Oliveira

Paulo Sérgio Rocha

EQUIPE DE INFORMÁTICA

André Sales Alcântara

Antônio Gomes Lima

Árison Pontes Leal

Francisco Anderson Alencar de Lima

Iram Carvalho do Nascimento

Marco Aurélio Soares de Oliveira

Paulo Dehon Nunes Moreira

Sávio Machado de Araújo

Wilson Gomes de Oliveira Júnior

COLABORADORES

CONTADORIA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

**Angelo Garcia Bezerra
Cibele Pires de Matos
Fábio Silva Duarte
Franklin Alves Ferreira
Francisco das Chagas da Silva
Maria de Fátima Abreu Dantas
Maria Eliete Ferreira
Raimunda Jorge de Medeiros
Saulo Moreira Braga
Soraya Nunes Nântua
Tereza Magna Lima Pereira
Vânia Maria Campos da Silva
Waldir Meireles Conde**

CONTADORIA DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

**Danyelle Andrade da Silva
Eumardônio Mendonça Barbosa
José Garrido Braga Neto
Larissa Braga de Almeida
Maria Edilza de Assis Sousa
Maria Irinéa de Paiva Picanço
Maria Marlúcia Sulina Bezerra Moura
Nágela Maria Fernandes Cavalcante
Sandra Valda Nogueira dos Santos
Talvani Rabelo Aguiar
Ubirajara Araújo Filho
Vânia Maria da Silva**

DÍVIDA PÚBLICA

**Fernando Antônio Melo Fontenele
Márcio Cardeal Queiroz da Silva**

CONTROLE FINANCEIRO

**Fernando César Ferreira de Queiroz
Lourival Anchieta Júnior
Luana Emídio da Silva
Maria Bernadete Almeida Sombra
Raymundo Mendes Soares Júnior
Roger da Fonseca Mendes
Roselena Moreira da Silva Melo**

CONTROLE OPERACIONAL

**Francisco Ary Saraiva dos Anjos
Francisco Ernane de Freitas
Guilherme França Moraes
Jane Mary Rocha
José Airtton do Nascimento Sousa
Maria das Dores da Silva
Mário César Lemos Queiroz**

CÉLULA DE PLANEJAMENTO

**Antonio Carlos Nogueira de Oliveira Santana
Leonardo Batisti de Faria
Takeshi Cardoso Koshima
Uelsivanda Barbosa da Silva**

ÍNDICE

Apresentação	23
CAPÍTULO I	44
1. DO ORÇAMENTO	44
1.1. Orçamento Geral	44
1.2. Orçamento da Administração Direta	53
1.3. Orçamento da Administração Indireta	55
2. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	56
2.1. Da Administração Direta	56
2.1.1. Receita Orçamentária	56
2.1.1.1. Receitas Correntes	57
2.1.1.2. Receitas de Capital	82
2.1.2. Despesa Orçamentária	91
2.1.2.1. Despesa Orçamentária por Tipo de Crédito	91
2.1.2.2. Despesa por Categoria Econômica e Grupo	95
2.1.2.2.1. Despesas Correntes	95
2.1.2.2.2. Despesa de Capital	110
2.1.2.3. Despesa Orçamentária por Grupo	113
2.1.2.4. Despesa Orçamentária na Modalidade de Aplicação 91	118
2.2. Da Administração Indireta	121
2.2.1. Receita Orçamentária	121
2.2.2. Despesa Orçamentária	125
CAPÍTULO III	138
3. DA CONSOLIDAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	138
3.1. Consolidação Orçamentária da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes (EMATERCE, ETICE, COHAB e CODECE).	138
3.1.1. Receita Orçamentária	138
3.1.1.1. Receitas Correntes	139
3.1.1.2. Receitas de Capital	140
3.1.2. Despesa Orçamentária	140
3.1.2.1. Despesa Correntes	141
3.1.2.2. Despesas de Capital	141
3.1.2.3. Despesa Orçamentária Consolidada por Função	142
3.1.2.4. Despesa Orçamentária por Modalidade de Licitação	143
3.1.2.5. Despesa Orçamentária por Grupo	146
CAPÍTULO IV	147
4. DOS BALANÇOS GERAIS	147
4.1. Balanços da Administração Direta	147
4.1.1. Balanço Orçamentário	147
4.1.2. Balanço Financeiro	164
4.1.3. Balanço Patrimonial	172

4.1.4. Demonstração das Variações Patrimoniais	198
4.1.5. Demonstrativo da Dívida Flutuante	201
4.1.6. Demonstração dos Fluxos de Caixa	204
4.2. Balanços das Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes (EMATERCE, ETICE, COHAB e CODECE) e Fundos.	210
4.2.1. Balanço Orçamentário	211
4.2.2. Balanço Financeiro	218
4.2.3. Balanço Patrimonial	225
4.2.4. Demonstração das Variações Patrimoniais	232
4.2.6. Demonstração dos Fluxos de Caixa	238
4.3. Balanços Consolidados	244
4.3.1. Balanço Orçamentário Consolidado	244
4.3.2. Balanço Financeiro Consolidado	253
4.3.3. Balanço Patrimonial Consolidado	260
4.3.4. Demonstrativo das Variações Patrimoniais Consolidadas	276
4.3.6. Demonstração dos Fluxos de Caixa	283
4.4. Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista	291
CAPÍTULO V	292
5. DA GESTÃO FISCAL	292
5.1. Lei de Responsabilidade Fiscal	292
5.1.1. Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Poder Executivo	292
5.1.2. Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	295
5.1.3. Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores	296
5.1.4. Demonstrativo das Operações de Crédito	297
5.1.5. Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar	298
5.1.6. Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	300
CAPÍTULO VI	302
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	302

ANEXOS

- Relatório do Controle Interno

- Balanços e Demonstrativos da Administração Direta

- Anexo 12 - Balanço Orçamentário - Administração Direta
- Anexo 1 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados
- Anexo 2 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados
- Anexo 13 - Balanço Financeiro - Administração Direta
- Anexo 14 - Balanço Patrimonial - Administração Direta
- Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais - Administração Direta
- Demonstração dos Fluxos de Caixa - Administração Direta
- Anexos 1, 2, 10, 11, 16 e 17- Administração Direta

- Balanços e Demonstrativos Consolidados das Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos

- Anexo 12 - Balanço Orçamentário - Administração Indireta
- Anexo 1 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados
- Anexo 2 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados
- Anexo 13 - Balanço Financeiro - Administração Indireta
- Anexo 14 - Balanço Patrimonial - Administração Indireta
- Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais - Administração Indireta
- Demonstração dos Fluxos de Caixa - Administração Indireta
- Anexos 1, 2, 10, 11, e 17- Administração Indireta
- Fundo de Desenvolvimento Industrial Ceará - **FDI**

- Demonstrações Financeiras Lei 6.404/76 - Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista

Balanços e Demonstrativos Consolidados - Administração Direta +Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos

- Anexo 12 - Balanço Orçamentário - Administração Direta e Indireta
- Anexo 1 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados
- Anexo 2 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados
- Anexo 13 - Balanço Financeiro - Administração Direta e Indireta
- Anexo 14 - Balanço Patrimonial - Administração Direta e Indireta
- Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais - Administração Direta e Indireta
- Demonstração dos Fluxos de Caixa - Administração Direta e Indireta
- Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido - Empresas Estatais Dependentes
- Anexos 1, 2, 10, 11, 15 e 17 - Administração Direta e Indireta

- Relação dos Órgãos Integrantes da Administração Direta
- Relação dos Órgãos Integrantes da Administração Indireta
- Relação das Fontes de Recursos

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 -	Provisões Matemáticas Previdenciárias do SUPSEC, composto pelo FUNAPREV, PREVMILITAR e PREVID.....	37
Tabela 01-A -	Provisões Matemáticas Previdenciárias do Fundo de Previdência Parlamentar- FPP.....	38
Tabela 02 -	Demonstrativo da Consolidação do Orçamento Por Poder	45
Tabela 03 -	Fontes de Recursos Previstas na Lei Orçamentária	47
Tabela 04 -	Demonstrativo da Consolidação do Orçamento Por Grupo de Despesas	48
Tabela 05 -	Demonstrativo da Consolidação do Orçamento Por Função	48
Tabela 06 -	Demonstrativo do Orçamento Por Categoria Econômica e Tipo de Administração	49
Tabela 07 -	Demonstrativo do Orçamento da Administração Direta Por Órgão.....	50
Tabela 08 -	Demonstrativo do Orçamento da Administração Indireta Por Órgão.....	51
Tabela 09 -	Demonstrativo do Orçamento da Administração Direta Por Categoria Econômica e Grupo de Despesas.....	53
Tabela 10 -	Demonstrativo Dos Órgãos Com Maior Parcela de Recursos no Orçamento da Administração Direta.....	54
Tabela 11 -	Demonstrativo do Orçamento da Administração Indireta Por Categoria Econômica e Grupo de Despesas.....	55
Tabela 12 -	Demonstrativo Comparativo da Receita Orçamentária Prevista Com a Realizada, Por Categoria Econômica.....	56
Tabela 13 -	Demonstrativo da Receita Tributária.....	58
Tabela 14 -	Demonstrativo Comparativo da Receita Tributária (Valores Brutos) - 2017/2018.....	59
Tabela 15 -	Demonstrativo da Evolução da Arrecadação do ICMS do Estado do Ceará - 2009 a 2018.....	60
Tabela 16 -	Demonstrativo da Arrecadação ICMS Por Segmento - Valores Brutos - 2017/2018.....	62
Tabela 17 -	Demonstrativo da Receita e da Aplicação Dos Recursos do FECOP.....	65
Tabela 18 -	Demonstrativo Comparativo Das Despesas do FECOP Por Função de Governo - 2017 / 2018.....	66
Tabela 19 -	Demonstrativo Comparativo das Transferências Constitucionais da União -Valores Nominais Brutos - 2017/2018.....	78
Tabela 20 -	Demonstrativo Das Origens dos Recursos do FUNDEB do Estado do Ceará.....	80
Tabela 21 -	Demonstrativo Dos Recursos Transferidos ao FUNDEB Pelo Estado do Ceará.....	81
Tabela 22 -	Demonstrativo do Resultado do FUNDEB no Estado do Ceará.....	81
Tabela 23 -	Demonstrativo Comparativo da Previsão Com a Arrecadação da Receita de Operações de Crédito.....	83
Tabela 24 -	Demonstrativo da Evolução Das Operações de Crédito em Relação à Receita Total - 2015 a 2018.....	85
Tabela 25 -	Demonstrativo da Evolução da Receita de Operações de Crédito Interna e Externa - 2015 a 2018.....	87
Tabela 26 -	Demonstrativo da Captação Das Operações de Crédito e Sua Finalidade.....	89
Tabela 27 -	Demonstrativo Das Liberações Anuais Das Operações de Crédito e o Seu Limite de 16% da RCL - 2015 a 2018.....	90
Tabela 28 -	Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada X Realizada Por Tipo de Crédito.....	91
Tabela 29 -	Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada Com a Realizada, Por Tipo de Orçamento e Categoria Econômica.....	92
Tabela 30 -	Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada Com a Realizada, Por Poder e Órgão.....	93
Tabela 31 -	Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada Com a Realizada Por Poder e Categoria Econômica.....	94
Tabela 32 -	Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada Com a Realizada, Por Categoria Econômica e Grupo.....	95
Tabela 33 -	Demonstrativo da Despesa de Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida - RCL, Conforme Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 - Sem Pensionistas (Resolução nº 2.230/10-TCE)	96
Tabela 34 -	Demonstrativo Das Nomeações de Novos Servidores -Arts. 15, 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.....	98
Tabela 35 -	Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, Conforme Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.....	99
Tabela 36 -	Demonstrativo da Despesa Com Pessoal x Receita Corrente Líquida - 2013 a 2018.....	100
Tabela 37 -	Demonstrativo Dos Juros e Encargos da Dívida.....	101
Tabela 38 -	Demonstrativo Das Transferências Aos Municípios.....	102
Tabela 39 -	Demonstrativo da Base de Cálculo da Quota- Parte do ICMS Aos Municípios.....	102
Tabela 40 -	Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada Com a Realizada do Grupo " Outras Despesas Correntes".....	103
Tabela 41 -	Demonstrativo Das Receitas e Despesas Com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (Art.212 da Constituição Federal).....	104
Tabela 42 -	Demonstrativo da Despesa Com Educação x Receita Líquida de Impostos- 2014 a 2018.....	106
Tabela 43 -	Demonstrativo do Gasto com Saúde, Conforme EC nº 29, de 13/09/2000.....	107
Tabela 44 -	Demonstrativo da Despesa Com Saúde x Receita Líquida de Impostos - 2013 a 2018.....	109
Tabela 45 -	Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada Com a Realizada da Categoria "Despesas de Capital".....	110
Tabela 46 -	Demonstrativo Dos Investimentos Nos Programas de Governo de Maior Relevância.....	111
Tabela 47 -	Demonstrativo da Amortização da Dívida.....	113
Tabela 48 -	Demonstrativo da Despesa Orçamentária Por Grupo da Administração Direta.....	113
Tabela 49 -	Demonstrativo da Execução da Receita e Despesa Orçamentárias, Por Fonte de Recursos.....	115
Tabela 50 -	Demonstrativo Comparativo da Previsão de Metas Fiscais Com a Realização, de Acordo com os Arts. 4º, § 1º e 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal.....	116
Tabela 51 -	Demonstrativo do Comportamento do Resultado Nominal em relação à Meta - Período 2014 a 2018.....	117
Tabela 52 -	Demonstrativo da Despesa Orçamentária Com Aplicação na Modalidade 91, conforme Portaria Interministerial STN/SOF nº 688 de 14 de Outubro de 2005.....	119
Tabela 53 -	Demonstrativo da Receita Orçamentária (Agrupamento de Fontes)	121
Tabela 54 -	Demonstrativo Comparativo Entre Receita Orçamentária Prevista e a Realizada (Categoria Econômica)	122
Tabela 55 -	Demonstrativo da Receita Consolidada Dos Fundos: FUNAPREV, PREVMILITAR E PREVID (Origem de Recursos).....	123
Tabela 56 -	Demonstrativo da Receita do Fundo Financeiro FUNAPREV (Origem de Recursos).....	123
Tabela 57 -	Demonstrativo da Receita do Fundo Financeiro PREVMILITAR (Origem de Recursos).....	124
Tabela 58 -	Demonstrativo da Receita do Fundo Financeiro PREVID (Origem de Recursos).....	124
Tabela 59 -	Demonstrativo da Receita do Fundo de Previdência Parlamentar - FPP (Origem de Recursos).....	125
Tabela 60 -	Demonstrativo Comparativo Entre a Despesa Autorizada e a Realizada (Fonte de Recursos).....	126
Tabela 61 -	Demonstrativo Comparativo Entre a Despesa Fixada e a Realizada (Tipo de Crédito)	127
Tabela 62 -	Demonstrativo da Despesa Orçamentária (Categoria e Grupo)	128
Tabela 63 -	Demonstrativo Consolidado da Despesa Empenhada de Pessoal do FUNAPREV, PREVMILITAR e PREVID (Categoria e Grupo)	128
Tabela 64 -	Demonstrativo da Despesa Empenhada de Pessoal do FPP (Fonte de Recursos).....	129
Tabela 65 -	Demonstrativo da Despesa Empenhada de Pessoal do Fundo Financeiro FUNAPREV.....	129

Tabela 66 -	Resumo Das Despesas do Fundo de Previdência FUNAPREV.....	130
Tabela 67 -	Demonstrativo da Despesa Empenhada de Pessoal do Fundo Financeiro PREVMILITAR (Poder e Fonte de Recursos).....	130
Tabela 68 -	Demonstrativo da Despesa Empenhada de Pessoal do Fundo Financeiro PREVID (Poder e Fonte de Recursos).....	130
Tabela 69 -	Demonstrativo Consolidado da Despesa Empenhada de Pessoal (Fundos FUNAPREV, PREVMILITAR e PREVID).....	131
Tabela 70 -	Resumo Das Despesa Dos Fundos FUNAPREV, PREVMILITAR E PREVID.....	132
Tabela 71 -	Demonstrativo da Despesa Realizada Das Principais Entidades Por Categoria Econômica.....	132
Tabela 72 -	Demonstrativo da Despesa Realizada no Grupo "Investimentos".....	133
Tabela 73 -	Demonstrativo Dos Créditos do FDI.....	134
Tabela 74 -	Demonstrativo da Despesa Realizada Por Função (Adm. Indireta).....	135
Tabela 75 -	Demonstrativo da Despesa Realizada Das Principais Entidades Por Categoria Econômica.....	137
Tabela 76 -	Demonstrativo Comparativo da Consolidação da Receita Prevista Com a Realizada Por Categoria Econômica.....	138
Tabela 77 -	Demonstrativo da Consolidação Das Receitas Correntes.....	139
Tabela 78 -	Demonstrativo da Consolidação Das Receitas de Capital.....	140
Tabela 79 -	Demonstrativo Comparativo da Consolidação da Despesa Fixada Com a Realizada Por Categoria Econômica.....	141
Tabela 80 -	Demonstrativo da Despesa Orçamentária Consolidada Por Função.....	142
Tabela 81 -	Demonstrativo da Despesa do Estado Por Órgão e Modalidade de Licitação.....	144
Tabela 82 -	Demonstrativo da Despesa Orçamentária Por Grupo Consolidada.....	146
Tabela 83 -	Demonstrativo da Síntese do Balanço Orçamentário da Administração Direta (Conforme MCASP, 7ª edição).....	148
Tabela 84 -	Demonstrativo da Execução de Restos a Pagar Não Processados - Anexo I da Administração Direta.....	149
Tabela 85 -	Demonstrativo da Execução de Restos a Pagar Processados - Anexo II da Administração Direta.....	149
Tabela 86 -	Demonstrativo da Síntese do Balanço Orçamentário da Administração Direta (Conforme Lei nº 4.320/64).....	150
Tabela 87 -	Demonstrativo das Receitas e Despesas Intraorçamentárias da Administração Direta.....	151
Tabela 88 -	Demonstrativo da Receita Orçamentária Com Deduções e Restituições da Administração Direta.....	152
Tabela 89 -	Demonstrativo do Quociente da Execução Orçamentária da Administração Direta.....	152
Tabela 90 -	Demonstrativo do Produto Interno Bruto a Preço de Mercado - Ceará e Brasil - 2003 a 2018 (*).....	156
Tabela 91 -	Análise dos Indicadores Fiscais.....	159
Tabela 92 -	Demonstrativo da Composição da Previsão Atualizada da Administração Direta.....	161
Tabela 93 -	Demonstrativo da Composição da Receita Realizada da Administração Direta.....	162
Tabela 94 -	Composição da Dotação Atualizada da Administração Direta.....	162
Tabela 95 -	Demonstrativo da Fixação e Execução da Despesa Por Tipo de Crédito da Administração Direta.....	162
Tabela 96 -	Demonstrativo do Cálculo do Saldo Inicial Dos Restos a Pagar Não Processados Inscritos em Exercícios Anteriores da Administração Direta.....	163
Tabela 97 -	Restos a Pagar Inscritos Pagos como Retenção da Administração Direta.....	164
Tabela 98 -	Demonstrativo da Síntese do Balanço Financeiro da Administração Direta.....	166
Tabela 99 -	Demonstrativo do Quociente do Resultado Financeiro da Administração Direta.....	166
Tabela 100 -	Demonstrativo da Despesa Realizada Por Função Administração Direta.....	167
Tabela 101 -	Demonstrativo do Cálculo Dos Recebimentos de Outros Valores Restituíveis da Administração Direta.....	169
Tabela 102 -	Demonstrativo do Cálculo Dos Pagamentos de Outros Valores Restituíveis da Administração Direta.....	170
Tabela 103 -	Demonstrativo Dos Valores Pendentes a Curto Prazo (Ingressos) da Administração Direta.....	170
Tabela 104 -	Demonstrativo Dos Valores Pendentes a Curto Prazo (Dispêndios) da Administração Direta.....	171
Tabela 105 -	Demonstrativo Dos Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados da Administração Direta.....	171
Tabela 106 -	Demonstrativo da Síntese do Balanço Patrimonial da Administração Direta.....	173
Tabela 107 -	Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro da Administração Direta Por Poder e Fonte de Recursos.....	174
Tabela 108 -	Demonstrativo do Imobilizado da Administração Direta.....	175
Tabela 109 -	Demonstrativo Dos Valores de Bens Adquiridos Pelos Fundos.....	177
Tabela 110 -	Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa da Administração Direta.....	178
Tabela 111 -	Demonstrativo do Superávit Financeiro da Administração Direta Por Poder e Fonte de Recursos.....	179
Tabela 112 -	Demonstrativo do Superávit Financeiro da Administração Direta.....	180
Tabela 113 -	Demonstrativo do Quociente da Situação Financeira da Administração Direta- 2017/2018.....	180
Tabela 114 -	Demonstrativo Das Ações Ajuizadas Para Cobrança da Dívida Ativa.....	182
Tabela 115 -	Demonstrativo da Evolução do Montante de Créditos Tributários Passíveis de Cobrança Administrativa 2009 a 2018.....	182
Tabela 116 -	Demonstrativo de Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo da Administração Direta.....	183
Tabela 117 -	Demonstrativo de Ajustes de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo da Administração Direta.....	183
Tabela 118 -	Demonstrativo de Créditos a Longo Prazo da Administração Direta.....	184
Tabela 119 -	Demonstrativo de Valores Restituíveis da Administração Direta.....	185
Tabela 120 -	Demonstrativo de Ajustes de Exercícios Anteriores da Administração Direta.....	186
Tabela 121 -	Demonstrativo Dos Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores da Administração Direta.....	186
Tabela 122 -	Demonstrativo da Composição do Passivo Financeiro da Administração Direta.....	187
Tabela 123 -	Demonstrativo da Composição da Dívida Fundada Estadual - 2015 a 2018.....	192
Tabela 124 -	Demonstrativo do Saldo Devedor da Dívida Fundada Por Credor.....	194
Tabela 125 -	Demonstrativo do Saldo Devedor da Dívida Fundada Por Moeda.....	195
Tabela 126 -	Demonstrativo da Evolução do Serviço da Dívida Pública Estadual.....	196
Tabela 127 -	Demonstrativo Dos Limites da Dívida Pública e Das Operações de Crédito - 2018.....	198
Tabela 128 -	Demonstrativo da Síntese Das Variações Patrimoniais da Administração Direta.....	199
Tabela 129 -	Demonstrativos Dos Órgãos Com Procedimentos Contábeis de Reavaliação, Depreciação e Amortização da Adm. Direta.....	200
Tabela 130 -	Demonstrativo da Dívida Flutuante, da Administração Direta.....	201

Tabela 131 -	Demonstrativo Das Baixas de Restos a Pagar Não Processados da Dívida Flutuante da Administração Direta.....	202
Tabela 132 -	Demonstrativo Das Baixas de Restos a Pagar Processados da Dívida Flutuante da Administração Direta.....	202
Tabela 133 -	Demonstrativo Das Obrigações a Serem Adicionadas Aos Depósitos de Diversas Origens da Dívida Flutuante da Adm. Direta.....	203
Tabela 134 -	Composição Dos Depósitos de Diversas Origens do Demonstrativo da Dívida Flutuante da Administração Direta.....	203
Tabela 135 -	Resumo da Demonstração dos Fluxos de Caixa da Administração Direta.....	205
Tabela 136 -	Composição Dos Pagamentos na Demonstração do Fluxo de Caixa da Administração Direta.....	206
Tabela 137 -	Demonstrativo Dos Ingressos de Valores Restituíveis da Administração Direta.....	207
Tabela 138 -	Demonstrativo da Devolução de Valores Restituíveis da Administração Direta.....	207
Tabela 139 -	Demonstrativo Dos Valores a Repassar da Administração Direta.....	208
Tabela 140 -	Demonstrativos Dos Valores a Receber da Administração Direta.....	208
Tabela 141 -	Demonstrativo Das Saídas de Caixa a Regularizar da Administração Direta.....	209
Tabela 142 -	Demonstrativo Das Saídas de Caixa Regularizadas da Administração Direta.....	210
Tabela 143 -	Demonstrativo da Síntese do Balanço Orçamentário da Administração Indireta (Conforme MCASP, 7ª edição).....	212
Tabela 144 -	Demonstrativo da Execução de Restos a Pagar Não Processados-Anexo 1 da Administração Indireta.....	213
Tabela 145 -	Demonstrativo da Execução de Restos a Pagar Processados-Anexo 2 da Administração Indireta.....	213
Tabela 146 -	Demonstrativo da Receita Orçada e Realizada Por Categoria Econômica da Administração Indireta.....	214
Tabela 147 -	Demonstrativo da Síntese do Balanço Orçamentário da Administração Indireta (Conforme Lei nº 4.320/64).....	214
Tabela 148 -	Demonstrativo do Superávit/Déficit Orçamentário Das Entidades da Administração Indireta.....	215
Tabela 149 -	Demonstrativo da Composição da Previsão Atualizada da Administração Indireta.....	215
Tabela 150 -	Demonstrativo da Composição da Receita Realizada da Administração Indireta.....	216
Tabela 151 -	Demonstrativo da Composição da Dotação Atualizada da Administração Indireta.....	216
Tabela 152 -	Demonstrativo da Fixação e Execução da Despesa Por Tipo de Crédito da Administração Indireta.....	216
Tabela 153 -	Demonstrativo do Cálculo do Saldo Inicial Dos Restos a Pagar Não Processados Inscritos em Exercícios Anteriores da Administração Indireta.....	217
Tabela 154 -	Demonstrativo da Síntese do Balanço Financeiro da Administração Indireta.....	219
Tabela 155 -	Demonstrativo Dos Depósitos de Diversas Origens Por Órgão da Administração Indireta.....	220
Tabela 156 -	Demonstrativo da Disponibilidade Para o Exercício Seguinte da Administração Indireta.....	220
Tabela 157 -	Demonstrativo do Cálculo Dos Recebimentos de Outros Valores Restituíveis da Administração Indireta.....	222
Tabela 158 -	Demonstrativo do Cálculo Dos Pagamentos de Outros Valores Restituíveis da Administração Indireta.....	222
Tabela 159 -	Demonstrativo Dos Valores Pendentes a Curto Prazo (Ingressos) da Administração Indireta.....	223
Tabela 160 -	Demonstrativos Dos Valores Pendentes a Curto Prazo (Dispêndios) da Administração Indireta.....	224
Tabela 161 -	Demonstrativos Dos Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados da Administração Indireta.....	224
Tabela 162 -	Demonstrativo da Síntese do Balanço Patrimonial da Administração Indireta.....	226
Tabela 163 -	Demonstrativo do Superávit Financeiro Por Fonte da Administração Indireta.....	227
Tabela 164 -	Demonstrativo do Superávit Financeiro da Administração Indireta.....	228
Tabela 165 -	Demonstrativo do Superávit Financeiro Por Entidade da Administração Indireta.....	228
Tabela 166 -	Composição Dos Valores Restituíveis da Administração Indireta.....	229
Tabela 167 -	Demonstrativo da Variação no Saldo da Conta Ajustes de Exercícios Anteriores da Adm. Indireta.....	230
Tabela 168 -	Demonstrativo Dos Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores da Administração Indireta.....	230
Tabela 169 -	Demonstrativo Dos Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores da Administração Indireta.....	231
Tabela 170 -	Demonstrativo da Composição do Passivo Financeiro da Administração Indireta.....	231
Tabela 171 -	Demonstrativo da Síntese Das Variações Patrimoniais da Administração Indireta.....	232
Tabela 172 -	Demonstrativo Dos Órgãos Com Procedimentos Contábeis de Reavaliação, Depreciação e Amortização da Adm. Indireta.....	234
Tabela 173 -	Demonstrativo da Dívida Flutuante da Administração Indireta.....	234
Tabela 174 -	Demonstrativo Das Baixas de Restos a Pagar Não Processados da Dívida Flutuante da Administração Indireta.....	235
Tabela 175 -	Demonstrativo Das Baixas de Restos a Pagar Processados da Dívida Flutuante da Administração Indireta.....	235
Tabela 176 -	Demonstrativo Das Contas Com Atributo 'P' a Serem Excluídas Dos Depósitos de Diversas Origens da Dívida Flutuante da Administração Indireta.....	236
Tabela 177 -	Demonstrativo Das Obrigações Diversas a Serem Adicionadas Aos Depósitos de Diversas Origens da Dívida Flutuante da Administração Indireta.....	236
Tabela 178 -	Composição Dos Depósitos de Diversas Origens do Demonstrativo da Dívida Flutuante da Administração Indireta.....	237
Tabela 179 -	Resumo da Demonstração Dos Fluxos de Caixa da Administração Indireta.....	239
Tabela 180 -	Composição Dos Pagamentos na Demonstração do Fluxo de Caixa da Administração Indireta.....	240
Tabela 181 -	Demonstrativo Dos Ingressos de Valores Restituíveis da Administração Indireta.....	241
Tabela 182 -	Demonstrativo da Devolução de Valores Restituíveis da Administração Indireta.....	242
Tabela 182 -A	Demonstrativo dos Valores a Repassar da Administração Indireta.....	242
Tabela 182 -B	Demonstrativo dos Valores a Receber da Administração Indireta.....	242
Tabela 183 -	Demonstrativos Das Saídas de Caixa a Regularizar da Administração Indireta.....	243
Tabela 184 -	Demonstrativo Das Saídas de Caixa Regularizadas da Administração Indireta.....	244
Tabela 185 -	Demonstrativo do Balanço Orçamentário Consolidado.....	245
Tabela 186 -	Demonstrativo da Execução de Restos a Pagar Não Processados - Anexo 1 Consolidado.....	246
Tabela 187 -	Demonstrativo da Execução de Restos a Pagar Processados - Anexo 2 Consolidado.....	247
Tabela 188 -	Demonstrativo das Receitas e Despesas Intraorçamentárias Consolidadas.....	247
Tabela 189 -	Demonstrativo da Composição da Previsão Atualizada Consolidada.....	248
Tabela 190 -	Demonstrativo da Composição da Receita Realizada Consolidada.....	249
Tabela 191 -	Demonstrativo da Composição da Dotação Atualizada Consolidada.....	249
Tabela 192 -	Demonstrativo da Fixação e Execução da Despesa Por Tipo de Crédito Consolidada.....	250
Tabela 193 -	Demonstrativo Das Receitas e Despesas Intraorçamentárias Consolidadas.....	250
Tabela 194 -	Demonstrativo da Composição Das Diferenças Entre a Receita e da Despesa Intraorçamentárias Consolidadas.....	251
Tabela 195 -	Demonstrativo do Cálculo do Saldo Inicial Dos Restos a Pagar Não Processados Inscritos em Exercícios Anteriores Consolidado.....	252
Tabela 195- A	Restos a Pagar Inscritos Pagos com Retenção.....	253
Tabela 196 -	Demonstrativo do Balanço Financeiro Consolidado.....	255

Tabela 197 - Demonstrativo do Cálculo Dos Recebimentos de Outros Valores Restituíveis Consolidado.....	257
Tabela 198 - Demonstrativo do Cálculo Dos Pagamentos de Outros Valores Restituíveis Consolidado.....	257
Tabela 199 - Demonstrativo dos Valores Pendentes a Curto Prazo (Ingressos) - Consolidados.....	258
Tabela 200 - Demonstrativos dos Valores Pendentes a Curto Prazo (Dispêndios) - Consolidados.....	259
Tabela 201 - Demonstrativo dos Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados Consolidados.....	260
Tabela 202 - Demonstrativo do Balanço Patrimonial Consolidado.....	262
Tabela 203 - Demonstrativo do Superávit Financeiro Consolidado.....	263
Tabela 204 - Demonstrativo do Cálculo do Superávit Financeiro Consolidado.....	265
Tabela 205 - Demonstrativo do Superávit Financeiro Consolidado Por Tipo de Administração e Poder.....	266
Tabela 205- A Demonstrativo do Superávit Financeiro Consolidado Por Fonte.....	268
Tabela 206 - Demonstrativo do Imobilizado Consolidado.....	269
Tabela 207 - Demonstrativo de Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo Consolidados.....	271
Tabela 208 - Demonstrativo do Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo Consolidados.....	271
Tabela 209 - Demonstrativo Dos Créditos a Longo Prazo Consolidado.....	272
Tabela 210 - Demonstrativo Dos Valores Restituíveis Consolidado.....	273
Tabela 211 - Demonstrativo Dos Ajustes de Exercícios Anteriores Consolidados.....	274
Tabela 212 - Demonstrativo Dos Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores Consolidados.....	274
Tabela 213 - Demonstrativo Dos Lucros e Prejuízos de Exercícios Anteriores Consolidados.....	275
Tabela 214 - Demonstrativo da Composição do Passivo Financeiro Consolidado.....	276
Tabela 215 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais Consolidadas.....	277
Tabela 216 - Demonstrativo Dos Órgãos e Entidades Com Procedimentos Contábeis de Reavaliação, Depreciação e Amortização Consolidado.....	279
Tabela 217 - Demonstrativo da Dívida Flutuante Consolidada.....	280
Tabela 218 - Demonstrativo Das Baixas de Restos a Pagar Não Processados da Dívida Flutuante do Estado.....	280
Tabela 219 - Demonstrativo das Baixas de Restos a Pagar Processados da Dívida Flutuante do Estado.....	281
Tabela 220 - Demonstrativo Das Contas Com Atributo "P" a Serem Excluídas Dos Depósitos de Diversas Origens da Dívida Flutuante Consolidada.....	281
Tabela 221 - Demonstrativo das Obrigações Diversas a Serem Adicionadas aos Depósitos de Diversas Origens da Dívida Flutuante Consolidada.....	282
Tabela 222 - Composição do Saldo do Exercício Anterior dos Depósitos de Diversas Origens do Demonstrativo da Dívida Flutuante Consolidada.....	282
Tabela 223 - Resumo das Demonstrações Dos Fluxos de Caixa Consolidados.....	284
Tabela 224 - Composição Dos Pagamentos na Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidados.....	286
Tabela 225 - Demonstrativo Dos Ingressos de Valores Restituíveis. Consolidados.....	287
Tabela 226 - Demonstrativo da Devolução de Valores Restituíveis Consolidada.....	288
Tabela 227 - Demonstrativo Dos Valores a Repassar Consolidados.....	288
Tabela 228 - Demonstrativo de Valores a Receber Consolidados.....	289
Tabela 229 - Demonstrativo Das Saídas de Caixa a Regularizar Consolidadas.....	290
Tabela 230 - Demonstrativo Das Saídas de Caixa Regularizadas Consolidadas.....	290
Tabela 231 - Anexo 1 - Demonstrativo da Despesa Com Pessoal - Poder Executivo - LRF.....	293
Tabela 232 - Demonstrativo da Despesa Com Pessoal - Consórcios Públicos - LRF.....	294
Tabela 233 - Anexo 2 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL - LRF.....	295
Tabela 234 - Anexo 3 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - LRF.....	296
Tabela 235 - Anexo 4 - Demonstrativo das Operações de Crédito - LRF.....	298
Tabela 236 - Anexo 5 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e Dos Restos a Pagar - LRF.....	299
Tabela 237 - Anexo 6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - LRF.....	300

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico - I	Consolidação do Orçamento Por Poder.....	45
Gráfico - II	Demonstrativo do Orçamento da Administração Direta Por Categoria Econômica e Grupo de Despesa.....	53
Gráfico - III	Receitas Correntes X Receitas de Capital X Receitas Intraorçamentárias.....	57
Gráfico - IV	Evolução da Arrecadação ICMS - Ceará - 2009 a 2018.....	61
Gráfico - V	Comparativo do ICMS Com o IPCA no Período de 2009 a 2018.....	62
Gráfico - VI	Participação do ICMS no PIB do Ceará - 2003 a 2018.....	64
Gráfico - VII	Demonstrativo Das Despesas do FECOP Por Função de Governo.....	67
Gráfico - VIII	Evolução da Receita Patrimonial - 2011 a 2018.....	77
Gráfico - IX	Evolução da Receita do FPE - 2011 a 2018.....	79
Gráfico - X	Evolução Das Perdas do FUNDEB - 2013 a 2018.....	82
Gráfico - XI	Comparativo da Previsão Com a Arrecadação da Receita de Operação de Crédito - 2015 a 2018.....	84
Gráfico - XII	Evolução Das Operações de Crédito - 2015 a 2018.....	85
Gráfico - XIII	Participação Das Operações de Crédito em Relação à Receita Total - 2015 a 2018.....	86
Gráfico - XIV	Evolução da Receita de Operação de Crédito Interna e Externa - 2015 a 2018.....	87
Gráfico - XV	Liberações Anuais Das Operações de Crédito e o Seu Limite de 16% da RCL - 2015 a 2018.....	90
Gráfico - XVI	Despesas Realizadas Por Tipo de Orçamento.....	92
Gráfico - XVII	Despesa Realizada Por Poder.....	94
Gráfico - XVIII	Despesa Com Pessoal X Receita Corrente Líquida- 2013 a 2018.....	100
Gráfico - XIX	Despesa Com Educação X Receita Líquida de Impostos - 2014 a 2018.....	106
Gráfico - XX	Despesa Com Saúde X Receita Líquida de Impostos - 2013 a 2018.....	109
Gráfico - XXI	Despesa Orçamentária Por Grupo.....	114
Gráfico - XXII	Demonstrativo Das Despesas Por Função (Adm. Indireta).....	136
Gráfico - XXIII	Trajatória do Resultado Orçamentário da Adm. Direta - 2013 a 2018.....	153
Gráfico - XXIV	Evolução do PIB Brasil X PIB Ceará - 2003 a 2018.....	157
Gráfico - XXV	Comparativo da DCL/RCL (%) Dos Estados - 2018.....	158
Gráfico - XXVI	Garantias X Receita Corrente Líquida.....	159
Gráfico - XXVII	Dívida Consolidada X Receita Corrente Líquida.....	160
Gráfico - XXVIII	Despesa Por Função da Administração Direta.....	168
Gráfico - XXIX	Evolução da Cotação do Dólar Fim de Período.....	191
Gráfico - XXX	Evolução da Dívida Fundada em Relação ao PIB e RCL - 2015 a 2018.....	193
Gráfico - XXXI	Composição da Dívida Fundada Estadual - 2015 a 2018.....	193
Gráfico - XXXII	Saldo Devedor da Dívida Fundada Por Credor.....	194
Gráfico - XXXIII	Dívida Pública do Estado do Ceará - Saldo Devedor Por Moeda em 2018.....	195
Gráfico - XXXIV	Capacidade de Pagamento Anual da Dívida Pública-Limitada 11,5% da RCL Período 2015 a 2018.....	197
Gráfico - XXXV	Trajatória do Resultado Orçamentário Consolidado - 2013 a 2018.....	246

RELATÓRIO CONTÁBIL

Apresentação

O Balanço Geral do Estado, nos termos do art.88, inciso XVI, da Constituição Estadual, diz respeito à prestação de contas que o Excelentíssimo Senhor Governador apresenta anualmente à Augusta Assembléia Legislativa, *in verbis*:

Art.88. Compete privativamente ao Governo do Estado:

XVI - prestar, anualmente, à Assembléia Legislativa, dentro de sessenta dias após abertura da sessão legislativa, contas referentes ao exercício anterior.

Integram o Balanço Geral as demonstrações pertinentes às execuções orçamentária, financeira, patrimonial e contábil dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, elaboradas em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março 1964, da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2002.

O Balanço Geral é composto de dois volumes e um relatório contábil. O primeiro volume contém os balanços e demonstrativos da Administração Direta. O segundo engloba os balanços e demonstrativos - consolidados e por entidade das autarquias, fundações e fundos e ainda as demonstrações financeiras das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. Por seu turno, o relatório contém as explicações e a análise das execuções orçamentária, financeira, patrimonial e contábil, distribuídas em capítulos, tendo como objetivo facilitar o manuseio e dar melhor configuração aos dados e informações.

O Balanço Geral é um instrumento legal imprescindível à sociedade, porquanto lhe permite acesso às informações que identificam a origem e a destinação dos recursos públicos, que visam melhorar a qualidade de vida do povo cearense, bem como a avaliação do desempenho da gestão pública.

Em cumprimento à Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado, de nº 12.509, de 06/12/95, acompanha a Prestação de Contas o parecer do Controle Interno que evidencia o cumprimento da legislação vigente quanto à forma de apresentação das demonstrações contábil, financeira e fiscal.

Notas Explicativas

01. Contexto Operacional

O presente relatório tem por finalidade demonstrar os resultados alcançados pelo Governo do Estado do Ceará, representado pelo Excelentíssimo Senhor Governador Camilo Sobreira de Santana, durante o exercício de 2018, em função das ações governamentais desenvolvidas, tomando por base as informações contábeis contidas no seu Balanço Geral.

Essas informações foram extraídas do Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR que, contempla os atos e fatos ocorridos no âmbito da Administração Pública Estadual, sempre em observância aos Princípios de Contabilidade e, de forma gradativa, às novas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Pública - NBCASP.

O S2GPR é gerenciado pela Secretaria da Fazenda, por intermédio da Coordenadoria do Tesouro Estadual - COTES e da Coordenadoria de Gestão Financeira - COGEF que, por sua vez, vêm cumprindo as determinações das legislações financeira, orçamentária e fiscal, e demonstrando a transparência de seus atos por meio da divulgação periódica de relatórios das execuções da Receita e Despesa Orçamentárias.

O Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR - foi implantado no exercício de 2012, sendo o Ceará o primeiro Estado a assumir as responsabilidades inerentes a este desafio das NBCASP.

O Governo do Ceará também implantou o novo Plano de Contas aplicado ao Setor Público (PCASP) e colocou em prática, de forma parcial, as novas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público - NBCASP, dando um passo importante no processo de convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade (IPSAS).

As Células de Contadorias de Administração Direta e Indireta, CECAD e CECAI, respectivamente, vinculadas à COTES, coordenam e acompanham as execuções orçamentária, financeira, contábil e patrimonial de 32 órgãos integrantes da Administração Direta, incluindo todos os Poderes e o Ministério Público, 38 Descentralizadas, sendo 10 vinculados à Administração Direta e 28 à Administração Indireta, 12 Autarquias, 7 Fundações, 30 Fundos Especiais, 2 Empresas Públicas e 2 Sociedades de Economia Mista. Em atendimento à portaria nº 589/STN, de 27/12/01, as estatais dependentes CODECE, COHAB, ETICE e EMATERCE realizaram suas execuções orçamentárias no Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR, sem prejuízo da Lei nº 6.404/76. As empresas estatais independentes, 8 no total, não têm obrigação legal de escriturar suas operações no S2GPR e dispõem de sistema contábil próprio.

02. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Evidenciação das Políticas Contábeis

As demonstrações contábeis apresentadas neste Balanço Geral do Estado foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, ao novo Plano de contas Aplicado ao Setor Público, conforme o disposto no inciso II do art. 1º da Portaria MF nº 184, de 25 de agosto de 2008, em conformidade com os princípios da Administração Pública, com as Leis de finanças e orçamento público, com as normas e princípios contábeis, e com as disposições da Lei Federal nº 4.320/64 e da Lei Complementar nº 101/00.

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, art. 101, “ os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentária, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais, além de outros quadros demonstrativos”.

A execução orçamentária do Estado do Ceará apresenta a origem e a destinação dos recursos identificados por fonte, segundo o seu fato gerador e aplicação. As fontes são codificadas individualmente e, gerencialmente, por grupo de fontes como: do tesouro, de convênios, de operações de crédito etc.

Importante esclarecer que as transações das receitas e das despesas foram realizadas de acordo com a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 04.05.2001 e alterações posteriores. As despesas da modalidade 91 são aquelas de Aplicação Direta decorrentes de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e, ainda, despesas orçamentárias de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social decorrentes da aquisição de materiais, bens e serviços, pagamento de impostos, taxas e contribuições, além de outras operações, quando o receptor dos recursos também for órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante desses orçamentos, no âmbito da mesma esfera de Governo. Quando da apropriação da obrigação em vigor em um órgão ocorre uma despesa intra-orçamentária que, no momento do recebimento em outro órgão, registra-se uma receita intraorçamentária.

Os instrumentos legais de orientação para as regras e procedimentos contábeis do exercício de 2018, são: a Portaria nº 840 de 21.12.2016, e a Portaria Conjunta STN/SOF nº 2, de 22 de dezembro de 2016, que aprovou o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, e também a Portaria nº 495, de 6 de junho de 2017 que aprovou a 8ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF.

As demonstrações contábeis de acordo com o MCASP 7ª edição, e pelo qual elenca-se as seguintes demonstrações: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido.

O S2GPR gera e emite os relatórios das demonstrações contábeis dos anexos 12, 13, 14 e 15 da Lei nº 4.320/64, que correspondem aos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Variações Patrimoniais, respectivamente.

Por força da Resolução TCE nº 3.303/2006, os órgãos da Administração Direta apresentam suas prestações de contas anuais de forma individualizada.

03. Resumo das Principais Práticas Contábeis

03.01. Execução Orçamentária

Na contabilização da execução orçamentária foram utilizados os regimes de caixa e de competência para as receitas e despesas, respectivamente, em conformidade com o Art. 35, da Lei nº 4.320/64, e o inciso II do Art. 50 da Lei Complementar

nº 101/200. Os valores relativos ao reconhecimento e a mensuração dos créditos tributários a receber no exercício seguinte relativos a 2018 foram registrados no Subgrupo de “Créditos a Curto Prazo”.

03.02. Padronização dos Registros Contábeis e Plano de Contas.

A padronização dos registros contábeis das entidades das esferas de governo, envolvendo a Administração Direta e Indireta, inclusive fundos, autarquias, agências reguladoras e empresas estatais dependentes, foi feita com base no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

03.03. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário, definido pela Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. O Balanço Orçamentário apresenta detalhadas por categoria econômica, origem e espécie, especificando a previsão inicial, a previsão inicial atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

As receitas são informadas pelos valores líquidos das respectivas deduções: restituições, retificações e deduções para o FUNDEB (Portaria STN nº 328, de 27 de agosto de 2001). As repartições de receitas entre os Entes da Federação continuam como despesas não sendo registradas como dedução.

03.04. Balanço Financeiro

Segundo a Lei nº 4.320/64, o Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentária bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte:

A estrutura desta demonstração contempla os ingressos e dispêndios em destinação ordinária e vinculada, ou seja, a receita e a despesa orçamentárias realizadas e executadas por destinação de recursos (destinação vinculada ou destinação ordinária). O detalhamento das vinculações foi feito de acordo com as características específicas do Estado.

03.05. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

A estrutura desta demonstração contempla os termos que evidenciam a classificação dos elementos patrimoniais considerando a segregação em “circulante” e “ não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade, além do grupo de contas do patrimônio líquido.

3.06. Demonstração das Variações Patrimoniais

Segundo a Lei nº 4.320/64, art. 104, a Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

A estrutura desta demonstração evidencia as transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido e estão divididas em Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.

03.07. A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

A demonstração dos fluxos de caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público.

As informações dos fluxos de caixa são úteis para proporcionar aos usuários da informação contábil instrumento para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez.

03.08. A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

Conforme regras dispostas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 7ª - MCASP a Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido será obrigatória apenas para as empresas estatais dependentes organizadas na forma de sociedades anônimas e para os entes que as incorporarem no processo de consolidação das contas.

A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) demonstrará a evolução do patrimônio líquido da entidade e complementa o Anexo de Metas Fiscais (AMF) - Lei Complementar nº 101/2000 art. 4º § 1 e § 2º - integrante do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A DMPL é obrigatória para as empresas estatais dependentes constituídas sob forma de sociedades anônimas. No estado do Ceará existem duas empresas que reúnem essas características, COHAB e CODECE.

04. Incentivos Fiscais - Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará - FDI

Os incentivos fiscais do Estado do Ceará são evidenciados, conforme programa do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará - FDI, registrando os créditos a receber no grupo do Circulante de Curto Prazo e os de Longo Prazo Não Circulante do Balanço Patrimonial, com as devidas deduções dos prováveis valores de fundo perdido, conforme as normas legais e contratuais inerentes ao FDI.

Com relação ao Programa de Atração de Empreendimentos Estratégicos - PROADE foram contabilizados nos grupos do Ativo Circulante e Não Circulante da Unidade Gestora 190001 (Secretaria da fazenda do estado do Ceará) os benefícios concedidos às sociedades empresárias enquadradas no Programa de Atração de Empreendimentos Estratégicos - PROADE.

Junto com os anexos dos órgãos da Administração Indireta está a relação das empresas beneficiadas pelos programas PROAPI, PROVIN e PROADE com seus respectivos CNPJ e valores concedidos, conforme recomendação 53 do TCE/CE das contas de Governo de 2016 a qual determina que a Secretaria da Fazenda proceda ao detalhamento nas Notas Explicativas, referente ao Balanço Patrimonial, as Contas Créditos a Receber e a Conta Concessão de Empréstimos e Financiamentos das

empresas beneficiadas pelo PROAPI, PROVIN e PROADE onde se deve destacar o nome de cada empresa, CNPJ e o respectivo valor.

05. Dívida Ativa Estadual

A Dívida Ativa são créditos a favor da Fazenda Pública que se encontram vencidos e não pagos e devem ser contabilmente discriminados dos demais. É parte integrante do Ativo Circulante e Não-Circulante e o seu registro contábil é realizado através dos dados do Demonstrativo “ Dívida Ativa Estadual”, fornecido pela Procuradoria Geral do Estado - PGE, órgão responsável pela gestão da mesma.

Os Valores relativos à **Provisão de perdas** que existem para o recebimento de créditos inscritos na Dívida Ativa do Estado, ou seja, aqueles que apresentam significativa probabilidade de não realização. A SEFAZ recebeu da Procuradoria-Geral do Estado - PGE informação de que não havia, até o ano de 2018, estudos específicos sobre a provisão de perdas relacionadas com a dívida ativa tributária e não tributária.

Todavia, em atenção à solicitação da SEFAZ através do Ofício nº 02/2018 para o Procurador e às recomendações emanadas do egrégio Tribunal de Contas do Estado do Ceará, iniciaram-se, ainda no final de 2017, estudos sobre o tema, visando o ano de 2018.

Conquanto essa avaliação ainda seja incipiente, progrediu-se na fixação de parâmetro para a determinação de um resultado, tendo-se concluído, neste primeiro exame, que se poderia eleger, como critério para a provisão de perdas, o prazo prescricional. Assim, débitos que, por seus dados cadastrais, insinuam a consumação prescrição, notadamente aqueles ainda não objeto de ajuizamento, serão contados como perda provável.

A Procuradoria-Geral do Estado informou ainda que manterá permanente estudo com o objetivo de aprimorar a metodologia de apuração e a definição de novos critérios para a indicação da provisão de perdas.

Foi registrado na Contabilidade, em 2018, o montante de R\$ 258.917.838,99 de débitos com provável prescrição de créditos a receber, referente a 112.323 inscrições, conforme critério definido pela PGE.

06. Publicação de Dispositivos Legais na esfera estadual e federal, no decorrer do exercício:

- Lei nº 16.507, de 22 de fevereiro de 2018 (D.O. 23.02.2018), dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo de analista de infraestrutura do grupo ocupacional atividades de nível superior - ANS, do Quadro I - Poder Executivo, para lotação no Departamento de Arquitetura e Engenharia.

- Lei nº 16.513, de 15 de março de 2018 (D.O. 16.03.2018), promove a revisão geral da remuneração dos servidores públicos civis do Poder Executivo, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais, e dos Militares Estaduais.

- Lei nº 16.516, de 15 de março de 2018 (D.O. 16.03.2018), promove a revisão geral da remuneração dos titulares de cargos comissionados e de funções de confiança.

- Lei nº 16.522, de 15 de março de 2018 (D.O. 16.03.2018), promove a revisão geral da remuneração dos servidores do Ministério Público do Estado do Ceará.

- Lei nº 16.523, de março de 2018 (D.O. 16.03.2018), promove a revisão geral da remuneração dos servidores públicos ativos e inativos e dos pensionistas do Quadro III - Poder Judiciário do Estado do Ceará.

- Lei nº 16.524, de 15 de março de 2018 (D.O. 16.03.2018), promove a revisão geral da remuneração dos servidores públicos civis do Poder Legislativo.

- Lei nº 16.525, de 15 de março de 2018 (D.O. 16.03.2018), promove a revisão da representação dos cargos de diretor geral, diretores adjuntos, chefe de gabinete da presidência, procurador, assessor jurídico e de relações instituições da presidência, auditor interno da controladoria e diretor do núcleo de televisão do Poder Legislativo.

- Lei nº 16.530, de 02 de abril de 2018 (Republicado D.O. 04.04.2018), dispõe sobre a reorganização do Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará - ISSEC, a Instituição do Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Ceará - FASSEC.

- Lei nº 16.532, de 06 de abril de 2018 (D.O. 06.04.2018), dispõe sobre o valor do vencimento base dos profissionais do Magistério Público da Educação Básica da Educação.

- Lei nº 16.533, de 06 de abril de 2018 (D.O. 06.04.18), institui a Gratificação por Deslocamento para Exercício de Atividade de Defesa Agropecuária - GDEADA.

- Lei nº 16.534, de 06 de abril de 2018 (D.O. 06.04.18), altera dispositivos da Lei nº 13.658, de 20 de setembro de 2005, e da Lei nº 13.659, de 20 de setembro de 2005.

Lei 16.535, de 06 de abril de 2018 (D.O 06.04.2018). Institui a Gratificação de Desempenho de Gestão Social - GDGS, para os servidores ocupantes de cargo efetivo ou exercentes de Função do Quadro de Pessoal da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS.

- Lei nº 16.536, de 06 de abril de 2018 (D.O. 06.04.2018), altera os percentuais das Gratificações de Atividades Educacionais Especializadas - GAEE, e por efetiva regência de classe, devidas aos profissionais do Grupo Ocupacional Mag da Educação Básica.

- Lei nº 16.537, de 06 de abril de 2018 (D.O. 06.04.2018), Institui a Gratificação de Desempenho de Atividade de Obras Hidráulicas - GDAOH, para os servidores ocupantes de cargo efetivo ou exercentes de função do quadro de pessoal da Superintendência de Obras Hidráulicas - SOHIDRA.

- Lei nº 16.538, de 06 de abril de 2018 (D.O. 06.04.2018), institui a Gratificação de Desempenho de Atividade dos Recursos Hídricos - GDARH para os servidores ocupantes de cargo efetivo ou exercentes de função do quadro de pessoal da Secretaria de Recursos Hídricos.

- Lei nº 16.539, de 06 de abril de 2018 (D.O. 06.04.2018), institui a Gratificação de Desempenho de Atividade de Desenvolvimento Agropecuário - GDAGRO, para os servidores públicos ocupantes de cargo efetivo ou exercentes de função do quadro de pessoal da Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA.

- Lei nº 16.540, de 06 de abril de 2018 (D.O. 06.04.2018), institui a Gratificação de Desempenho de Atividade de Desenvolvimento Cultural - GDADC, para os servidores ocupantes de cargo efetivo ou exercentes de função do quadro de pessoal da Secretaria da Cultura - SECULT.

- Lei nº 16.541, de 06 de abril de 2018 (D.O. 06.04.2018), institui a Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio à Representação Judicial do Estado - GDARJ, para os servidores ocupantes de cargo efetivo ou exercentes de função do quadro de pessoal da Procuradoria-Geral do Estado.

- Lei nº 16.453, de 07 de maio de 2018 (D.O. 08.05.18), altera a Lei nº 14.391, de 7 de julho de 2009, que institui Normas para Licitação e Contratação de Parcerias Público-Privadas.

- Lei nº 16.544, de 07 de maio de 2018 (D.O. 08.05.2018), transforma, na estrutura orgânica do ministério público do Estado do Ceará, Promotorias de Justiça de Fortaleza, com alteração de suas atribuições.

- Lei Complementar nº 178, de 10 de maio de 2018 (D.O. 11.05.18), altera a Lei Complementar nº 119, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre regras para a transferência de recursos pelos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual por meio de convênios e instrumentos congêneres.

- Lei nº 16.562, de 22 de maio de 2018 (D.O. 23.05.2018), dispõe sobre a criação da Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública do Estado do Ceará - SUPESP, no âmbito da Administração Pública Estadual.

- Lei nº 16.565, de 29 de maio de 2018 (D.O. 30.05.2018), autoriza a transferência de recursos financeiros por meio de regime de parceria para Organizações da Sociedade Civil, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, Lei Complementar Estadual nº 119/2012, Lei Estadual nº 16.468/2017 e do Decreto Estadual nº 31.406/2014.

- Lei nº 16.568, de 11 de junho de 2018 (D.O. 13.06.2018), determina que o agente arrecadador disponibilize em seu sítio eletrônico o valor mensal arrecadado e repassado às prefeituras municipais referente à contribuição de iluminação pública.

- Portaria Interministerial STN/SOF nº 1, de 14 de junho de 2018, altera a Portaria Interministerial STN/SOF no 163, de 4 de maio de 2001.

- Portaria STN nº 389, de 14 de junho de 2018, aprova a 9ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF.

- Lei nº 16.580, de 19 de junho de 2018 (D.O. 20.06.2018), dispõe sobre a autorização para concessão de subvenção econômica nas condições que indica.
- Lei nº 16.581, de 28 de junho de 2018 (D.O. 28.06.2018), dispõe sobre a criação de subgrupo no Grupo Ocupacional Atividade de Nível Superior ANS, bem como sobre a criação e a extinção de cargos de provimento efetivo, no Quadro I, do Poder Executivo, para lotação na Secretaria da Cultura do Estado do Ceará.
- Lei nº 16.599, de 05 de julho de 2018 (D.O. 06.07.2018), dispõe sobre a criação de cargos de Agente Penitenciário no Quadro de Pessoal da Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará.
- Lei nº 16.601, de 05 de julho de 2018 (D.O. 06.07.2018), dispõe sobre a criação de cargos de Provimento Efetivo de Professor Pleno I, pertencentes ao Grupo Ocupacional Magistério da Educação Básica, Quadro I - Poder Executivo.
- Lei nº 16.613, de 18 de julho de 2018 (D.O. 23.07.2018), dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício de 2019.
- Portaria nº 549, de 07 de agosto de 2018, Estabelece regras acerca da periodicidade, formato e sistema relativos à disponibilização das informações e dos dados contábeis, orçamentários e fiscais da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, no exercício de 2019, em atendimento ao § 2º do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e as respectivas regras para a atualização dos registros do Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias - CAUC em relação aos incisos I e XIX do art. 22 da Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, alterada pela Portaria Interministerial nº 451, de 18 de dezembro de 2017, e dá outras providências.
- Portaria STN nº 569, de 14/08/2018, estabelece regras acerca dos termos, da periodicidade e do sistema relativos ao encaminhamento das informações por Estados, Distrito Federal e Municípios para a constituição do registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa a que se refere o § 4º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Obs: Revoga-se a Portaria STN nº 756, de 18/12/2015.
- Lei nº 16.656, de 13 de setembro de 2018 (D.O. 21.09.2018), ratifica o 1º termo aditivo ao protocolo de intenções aprovado pelo inciso III, do Art. 1º, da Lei nº 14.458, de 15 de setembro de 2009, referente ao consórcio público da microrregional de Crato, com objetivo de aprovar a inclusão do município de Crato entre os entes consorciados e incluir o inciso VII, na cláusula nona do referido instrumento.
- Lei nº 16.663, de 24 de setembro de 2018 (D.O. 25.09.2018), autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto ao Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola - FIDA.
- Lei nº 16.675, de 09 de novembro de 2018 (D.O. 09.11.2018), autoriza a transferência de recursos financeiros por meio de regime de parceria para Organizações da Sociedade Civil, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, Lei Complementar Estadual nº 119/2012, Lei Estadual nº 16.468/2017 e do Decreto Estadual nº 32.810/2018.

- Lei nº 16.679, de 21 de novembro de 2018 (D.O. 23.11.2018), autoriza o Estado do Ceará a conceder subvenção social ao Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, no Brasil.
- Lei nº 16.681, de 03 de dezembro de 2018 (D.O. 03.12.2018), realiza alterações na Estrutura Organizacional das Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado do Ceará.
- Resolução COGERF nº 10/2018, de 21 de novembro de 2018 (D.O. 06.12.2018), estabelece procedimentos a serem adotados, pelos Órgãos Entidades da Administração Pública Estadual, para o encerramento do exercício financeiro atual.
- Lei nº 16.683, de 07 de dezembro de 2018 (D.O. 07.12.2018), estabelece a remissão e a anistia dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes dos incentivos, das isenções e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto na alínea “g” do inciso XII do § 2.º do Art. 155 da Constituição Federal, na forma disposta na Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017.
- Lei nº 16.684, de 07 de dezembro de 2018 (D.O. 07.12.2018), autoriza o Estado do Ceará a utilizar os recursos provenientes dos títulos da Dívida Pública Federal, monetizados e depositados no Banco Bradesco S/A, Agente Financeiro Sucessor do Extinto Banco do Estado do Ceará - BEC, no montante que indica, Destinando-os à conta do Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará - SUPSEC.
- Lei nº 16.696, de 14 de dezembro de 2018 (D.O. 17.12.2018), altera o Art. 7º da Lei Estadual nº 12.217, de 18 de novembro de 1993, que cria a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará - COGERH.
- Lei nº 16.697, de 14 de dezembro de 2018 (D.O.17.12.2018), Institui o Programa de Educação Fiscal do Estado do Ceará.
- Lei nº 16.698, de 14 de dezembro de 2018 (D.O. 17.12.2018), autoriza a criação da Companhia de Participação e Gestão de Ativos do Ceará - CEARAPAR, autoriza a cessão de Direitos Creditórios, Transferência de Ativos.
- Lei nº 16.699, de 14 de dezembro de 2018 (D.O. 17.12.2018), altera a Lei nº 16.097, de 27 de julho de 2016, que institui o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal do Estado do Ceará - FEEF.
- Lei nº 16.701, de 14 de dezembro de 2018 (D.O. 17.12.2018), altera o Anexo II - Anexo de Metas Fiscais da Lei nº 16.319, de 14 de agosto de 2017.
- Emenda Constitucional nº 94, de 17 de dezembro de 2018, (D.O. 27.12.18), Acrescenta art. 211-A, à Constituição Estadual, que cria o Conselho de Governança Fiscal do Estado, e o Art. 43-A, ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
- Portaria Interministerial STN/SOF nº 6/2018, de 18 de dezembro de 2018, Aprova a Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

- Portaria Conj STN/SPREV nº 7/2018, de 18 de dezembro de 2018, Aprova a Parte III - Procedimentos Contábeis Específicos: Capítulo 4 - Regime Próprio de Previdência Social - RPPS da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

- Portaria STN nº 877/2018, de 18 de dezembro de 2018, Aprova a Parte Geral e as Partes II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais, III - Procedimentos Contábeis Específicos, IV - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

- Lei nº 16.710, de 21 de dezembro de 2018 (republicado no D.O. de 27.12.2018), dispõe sobre o Modelo de Gestão do Poder Executivo, altera a estrutura da Administração Estadual.

- Lei nº 16.711, de 21 de dezembro de 2018 (D.O. 26.12.2018), autoriza a transferência de recursos financeiros por meio de regime de parceria para Organização da Sociedade Civil, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, Lei Complementar Estadual nº 119/2012, Lei Estadual nº 16.468/2017 e do Decreto Estadual nº 32.810/2018.

- Lei nº 16.716, de 21 de dezembro de 2018 (D.O. 26.12.2018), autoriza a transferência de recursos financeiros por meio de regime de parceria para a pessoa jurídica do setor privado que indica, nos termos da Lei Estadual nº 16.613, de 18 de julho de 2018 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019).

- Lei nº 16.717, de 21 de dezembro de 2018 (D.O. 26.12.2018), institui o Programa de Integridade do Poder Executivo do Estado do Ceará.

- Lei nº 16.718, de 21 de dezembro de 2018 (D.O. 26.12.2018), fixa o subsídio mensal dos Membros do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

- Lei nº 16.719, de 21 de dezembro de 2018 (D.O. 26.12.2018), dispõe sobre a revisão dos subsídios dos Membros do Ministério Público do Estado do Ceará.

- Lei nº 16.720, de 21 de dezembro de 2018 (D.O. 26.12.2018), fixa o subsídio mensal dos Conselheiros, Auditores e Procuradores de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

- Lei nº 16.721, de 21 de dezembro de 2018 (D.O. 26.12.2018), regulamenta a aplicação do Art. 76-a do ato das disposições Constitucionais Transitórias, incluído pela Emenda Constitucional nº 93/2016, que dispõe sobre a desvinculação das receitas dos Estados e do Distrito Federal.

- Lei nº 16.722, de 21 de dezembro de 2018 (D.O. 26.12.2018), altera a tabela de Gratificação por Execução de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico - GTR, constante do Anexo IV da Lei nº 16.208, de 3 de abril de 2017.

- Lei nº 16.735, de 26 de dezembro de 2018 (D.O. 27.12.2018), altera a Lei nº 12.670, de 27 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o ICMS, a Lei nº 12.023, de 20 de novembro de 1992, que dispõe sobre o IPVA, a Lei nº 13.222, de 7 de junho de 2002, que revigora dispositivos da Lei nº 13.025, de 20 de junho de 2000, a Lei nº 14.237, de 10 de novembro de 2008, que dispõe sobre o regime de substituição tributária nas operações realizadas por contribuintes do ICMS, enquadrados nas atividades econômicas que indica, a Lei nº 14.455, de 2 de setembro de 2009, que instituiu o Selo Fiscal de Controle a ser afixado em vasilhames com águas envasadas.

- Lei nº 16.739, de 26 de dezembro de 2018 (D.O. 27.12.2018), altera e acresce dispositivos à Lei nº 14.786, de 13 de agosto de 2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores do Quadro III - Poder Judiciário do Estado do Ceará.

- Lei nº 16.784, de 27 de dezembro de 2018 (D.O. 02.01.2019), dispõe sobre a divulgação do valor dos impostos embutidos no preço de produtos em serviços comercializados no âmbito do Estado do Ceará.

- Lei nº 16.791, de 27 de dezembro de 2018 (D.O. 02.01.2019), altera a redação do Art. 3º, inciso VI, da Lei nº 16.142, de 6 de dezembro de 2016.

- Lei nº 16.795, de 27 de dezembro de 2018 (D.O. 27.12.2018), estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2019.

7. Provisões Matemáticas Previdenciárias

No exercício de 2018, foi procedida a atualização do registro contábil das provisões matemáticas atuariais do Regime Próprio de Previdência Social estadual, Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará - SUPSEC, relativo aos dos servidores públicos civis (FUNAPREV e PREVID) e servidores militares (PREVMILITAR).

A avaliação atuarial foi realizada pelo quadro técnico de atuários da Coordenadoria de Gestão Previdenciária - CPREV da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará - SEPLAG.

07.01. Fundo Financeiro - FUNAPREV

Dados e principais hipóteses da Avaliação Atuarial de 31/12/2018, utilizados para o cálculo das provisões matemáticas, conforme legislação nacional aplicável:

- Cadastros disponibilizados pelo Poder Executivo, ALCE, PGJ, TJCE, TCE e DPGE, para fins de avaliação atuarial;;
- Idade Média dos Segurados do FUNAPREV em 31/12/2018: Ativos, 51,1 anos; Inativos, 70,4 anos; Pensionistas: 68,3 anos;
- Segregação da massa de segurados implementada no SUPSEC, a partir de 01/01/2014 (o plano de custeio financeiro não tem por finalidade primordial a constituição de reserva financeira - LC/CE nº 123/2013, art. 7º, §2º);

- Apuração das obrigações do FUNAPREV frente aos atuais segurados ativos, aposentados, pensionistas e seus desdobramentos previdenciais (geração atual);
- Contribuição laboral e patronal (Lei Complementar estadual nº 12/1999, com redação dada pela Lei Complementar estadual nº 167, de 27/12/2016 - DOE de 28/12/2016): 14% para o beneficiário e 28% para o Ente, a partir do ano de 2019;
- Tábuas biométricas: sobrevivência de válidos e inválidos, IBGE 2017 (extrapolada MF); entrada em invalidez, Álvaro Vindas.

07.02. Fundo Financeiro - PREVMILITAR

Dados e principais hipóteses da Avaliação Atuarial de 31/12/2018, utilizados para o cálculo das provisões matemáticas, conforme legislação nacional aplicável:

- Cadastro disponibilizado pelo Poder Executivo para fins de avaliação atuarial;
- Idade Média em 31/12/2018: Ativos, 36,9 anos; Inativos, 62,2 anos; Pensionistas: 57,2 anos;
- Segregação da massa de segurados implementada no SUPSEC, a partir de 01/01/2014 (o plano de custeio militar não tem por finalidade primordial a constituição de reserva financeira - LC/CE nº 123/2013, art. 10, §1º);
- Das obrigações do PREVMILITAR frente aos atuais segurados ativos, inativos, pensionistas e seus desdobramentos previdenciais (geração atual);
- Contribuição laboral e patronal (Lei Complementar estadual nº 12/1999, com redação dada pela Lei Complementar estadual nº 167, de 27/12/2016 - DOE de 28/12/2016): 14% para o beneficiário e 28% para o Ente, a partir do ano de 2019;
- Tábuas biométricas: sobrevivência de válidos e inválidos, IBGE 2017 (extrapolada MF); entrada em invalidez, Álvaro Vindas.

07.03. Fundo Previdenciário - PREVID

Dados e principais hipóteses da Avaliação Atuarial de 31/12/2018, utilizados para o cálculo das provisões matemáticas, conforme legislação nacional aplicável:

- Cadastros disponibilizados pelo Poder Executivo, ALCE, PGJ, TJCE, TCE e DPGE, para fins de avaliação atuarial do SUPSEC;
- Idade Média dos Segurados do PREVID em 31/12/2018: Ativos, 34,7 anos; Aposentados, 40,3 (inválidos); e Pensionistas, 28,8 anos;
- Segregação da massa de segurados: implementada no SUPSEC a partir de 01/01/2014;
- Apuração das obrigações do PREVID frente aos atuais segurados ativos, aposentado, pensionistas e seus desdobramentos previdenciais (geração atual);

- Contribuição laboral e patronal (Lei Complementar estadual nº 12/1999, com redação dada pela Lei Complementar estadual nº 167, de 27/12/2016 - DOE de 28/12/2016): 14% para o beneficiário e 28% para o Ente, a partir do ano de 2019;
- Tábuas biométricas: sobrevivência de válidos e inválidos, IBGE 2017 (extrapolada MF); entrada em invalidez, Álvaro Vindas;
- Taxa Real de Juros Atuariais de 4,25% a.a., conforme a Política de Investimentos do SUPSEC para o exercício de 2019.

07.04. Fundo Previdência Parlamentar - FPP

No exercício de 2018, foi procedido o registro contábil das provisões matemáticas atuariais do Regime Próprio de Previdência Parlamentar- FPP, regime previdenciário destinado aos deputados estaduais, fundo vinculado ao Poder Legislativo.

A avaliação atuarial foi realizada por empresa especializada contratada.

Dados e principais hipóteses da Avaliação Atuarial 2018, utilizados para o cálculo das provisões matemáticas, conforme Portaria MPS nº 403/2008:

- Cadastros disponibilizados pelo Sistema de Previdência Parlamentar para fins de avaliação atuarial;
- Idade Média dos Segurados do FPP em 31/12/2018:
 - Ativos: 53,4;
 - Aposentados: 68,6;
 - Pensionistas: 56,5.
- Segregação da massa de segurados: Não possui.

Apuração das obrigações do FPP frente aos atuais segurados ativos, aposentados e pensionistas e seus desdobramentos previdenciários (geração atual);

- Contribuição laboral e patronal (Lei Complementar estadual nº 138/2014):
 - 14% para o beneficiário;
 - 14% para o ente.
- Tábuas biométricas:
- Tábuas de Mortalidade Geral de Válidos: IBGE 2016;
- Tábuas de Mortalidade de Inválidos: IBGE 2016;
- Tábua de Entrada em Invalidez: IBGE 2016.
- Taxa Real de Juros Atuariais: 6% ao ano.

TABELA 01

Provisões Matemáticas Previdenciárias do SUPSEC, composto pelo FUNAPREV, PREVMILITAR e PREVID

(R\$ 1,00)

TÍTULOS	FUNAPREV	PREVMILITAR	PREVID
Provisão para Benefícios Concedidos	19.376.340,85	10.890.615,37	565.243.086,79
Aposentadorias,/Pensões/Outros Benefícios Concedidos	58.303.440.488,16	19.273.119.691,51	9.829.723,11
(-) Contribuições dos Inativos	1.376.014.388,81	301.977.857,86	342.002,64
(-) Contribuições dos Pensionistas	637.669.435,38	114.320.735,13	28.498,80
(-) Compensação Previdenciária do Plano Financeiro do RPPS	457.505.229,17	0,00	0,00
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	55.812.875.093,95	18.845.930.482,15	0,00
Provisão para Benefícios a Conceder	0,00	0,00	-273.504.570,14
Aposentadorias,/Pensões/Outros Benefícios Concedidos	82.702.036.695,80	45.005.694.350,32	3.700.381.978,73
(-) Contribuições do Ente	8.966.083.618,33	4.700.880.923,85	2.461.304.662,37
(-) Contribuições dos Inativos	8.906.059.091,48	2.723.594.117,52	1.357.531.115,54
(-) Compensação Previdenciária do Plano Financeiro do RPPS	3.680.557.094,30	0,00	0,00
(-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS	0,00	0,00	155.050.770,96
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	61.149.336.891,69	37.581.219.308,95	0,00
Provisões Atuariais para Ajuste do Plano Previdenciário	0,00	0,00	829.288.435,26
Ajuste do Resultado Atuarial Superavitário	0,00	0,00	829.288.435,26
Total da Provisão para Benefícios Previdenciários	19.376.340,85	10.890.615,37	565.243.086,79

Fonte: SEPLAG/CPREV

Nota: Provisões Matemáticas Previdenciárias relativas aos planos Financeiros (FUNAPREV e PREVMILITAR) e Previdenciário PREVID.

O valor da insuficiência financeira dos fundos financeiros – FUNAPREV e PREVMILITAR – é fortemente impactado pela regra estabelecida no art. 21, I da portaria MPS 403, de 10 de dezembro de 2003.

I - Para o Plano Financeiro: o resultado atuarial e as projeções atuariais de receitas e despesas avaliados a taxa real de juros referencial de 0% (zero por cento). (Redação dada pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013).

A regra estabelecida pela portaria 403/2008 foi revogada pela portaria 464 MF, de 19 de novembro de 2018, de aplicação facultativa para o exercício de 2019 e obrigatória para as avaliações atuariais seguintes, conforme seu art. 79. Caso o resultado atuarial fosse avaliado à taxa de 4,25% ao ano, taxa utilizada para o fundo previdenciário PREVID, com base na Política de Investimentos do SUPSEC para o exercício de 2019, a insuficiência financeira do FUNAPREV cairia de 116,9 bi (0% a.a) para 54,7 bi (4,25% a.a). O valor da insuficiência financeira do PREVMILITAR sairia do patamar de 56,4 bi (0% a.a) para 19, bi (4,25% a.a).

TABELA 01-A

Provisões Matemáticas Previdenciárias do Fundo de Previdência Parlamentar FPP

(R\$ 1,00)

TÍTULOS	FPP
Plano Previdenciário - Provisão de Benefícios Concedidos	53.811.996,16
Aposentadorias./Pensões/Outros Benefícios Concedidos do Plano Previdenciário do RPPS	65.418.202,86
(-) Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS	0,00
(-) Contribuições do Inativo para o Plano Previdenciário do RPPS	10.781.609,35
(-) Contribuições do Pensionista para o Plano Previdenciário do RPPS	824.597,35
(-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS	0,00
(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários do Plano Previdenciário do RPPS	0,00
Plano Previdenciário - Provisão para Benefícios a Conceder	82.667.437,03
Aposentadorias./Pensões/Outros Benefícios Concedidos	120.366.686,35
(-) Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS	18.849.624,66
(-) Contribuições do Ativo para o Plano Previdenciário do RPPS	18.849.624,66
(-) Compensação Previdenciária do Plano Financeiro do RPPS	0,00
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	0,00
Provisões Atuariais para Ajuste do Plano Previdenciário	0,00
Ajuste do Resultado Atuarial Superavitário	136.479.433,19
Total da Provisão para Benefícios Previdenciários	53.811.996,16

Fonte: FPP

Nota: Provisões Matemáticas Previdenciárias relativas ao plano Previdenciário FPP.

08. Parceria Público-Privada - PPP

O Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas referente ao Anexo 13 do RREO objetiva tornar transparente o cumprimento do limite das despesas com parcerias público-privadas. De acordo com a Lei nº 11.079/2004, os Estados não podem ultrapassar o percentual de 5% da Receita Corrente Líquida com despesas derivadas de contratos com parcerias público-privadas.

No ano de 2018, o governo estadual possuía dois projetos em execução sob a modalidade de Parceria Público-Privada (PPP), a PPP Castelão e a PPP Vapt Vupt.

A PPP Castelão foi o primeiro contrato de PPP do Estado do Ceará na modalidade de concessão administrativa, firmado em 26 de novembro de 2010, publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) em 7 de dezembro de 2010, com a Sociedade de Propósito Específico (SPE) ARENA CASTELÃO OPERADORA DE ESTÁDIO S.A., composta pelas empresas Galvão Engenharia S/A, Serveng Civilsan S/A e BWA Tecnologia de Informação Ltda. Em 2014 foi realizada a transferência do controle acionário da concessionária Arena Castelão Operadora de Estádio S.A. que passou da Galvão Engenharia S.A. para a BWA Tecnologia de Informação Ltda, situação societária atual da SPE.

Ele teve como objeto a (i) construção do edifício central, (ii) construção, operação e manutenção do estacionamento, em cada uma de suas etapas, e (iii) construção e manutenção da Secretaria do Esporte, seu extrato foi publicado no DOE em 7 de dezembro de 2010. Seu prazo de vigência era de 96 meses (o equivalente a oito anos), tendo como

data de eficácia o dia 13 de dezembro de 2010, data em que foi assinado o financiamento com o BNDES, tendo sido encerrado, portanto, em 13 de dezembro de 2018.

A PPP em questão esteve em operação por oito anos, tendo o contrato sofrido sete reajustes, sendo o último valor da contraprestação máxima praticada de R\$ 632.412,74 e desembolsado em 2018 o equivalente a R\$7.244.600,73.

Diante de algumas falhas de execução destacadas pelo Departamento de Arquitetura e Engenharia do Estado do Ceará e Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas, foi recomendado por meio do processo nº 01887500/2019/PGE que o valor residual de R\$ 1.213.895,17 referente às contraprestações dos meses outubro, novembro, dezembro de 2018, além da atualização monetária correspondente ao oitavo reajuste do período de abril e dezembro de 2018 fossem retidas pelo Poder Concedente.

A PPP Vapt Vupt foi o segundo contrato de PPP assinado pelo Estado do Ceará na modalidade de concessão administrativa, firmado em 1º de novembro de 2013 com a SPE CEARÁ SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO S/A, composta pelas empresas Construtora Marquise S.A. e o Shopping do Cidadão Serviços e Informática S.A.

O contrato, cujo extrato foi publicado no DOE em 13 de novembro de 2013, com um prazo contratual de 15 anos, tem como objeto a concessão administrativa dos serviços VAPT VUPT, destinados à construção, implantação, operação, manutenção e gestão de 5 (cinco) UNIDADES, sendo 3 (três) unidades localizadas no Município de Fortaleza - Unidades Centro, Messejana e Antônio Bezerra, 1 (uma) localizada no Município de Juazeiro do Norte e 1 (uma) localizada no Município de Sobral, do Programa VAPT VUPT de Atendimento Integrado ao Cidadão do Governo do Estado do Ceará.

Estão em funcionamento as unidades de Juazeiro do Norte, a unidade de Messejana, a unidade de Sobral e a unidade de Antônio Bezerra. Também está em funcionamento, desde o início do contrato, a Central Administrativa que funciona como um escritório gestor das unidades em funcionamento. A unidade que seria localizada no bairro Centro da cidade de Fortaleza ainda não teve sua implantação iniciada.

A PPP está em operação desde agosto de 2014 e seu contrato sofreu quatro reajustes. O valor da contraprestação mensal máxima atualizado é de R\$ 4.116.498,47 (com quatro Unidades em execução - Juazeiro, Messejana, Sobral e Antônio Bezerra). Em 2018 foi desembolsado o valor de R\$ 49.642.754,50 para este contrato.

A PPP Hospital Regional Metropolitano foi contratada em 17 de setembro de 2014, mas não teve sua execução iniciada e já foi recomendado seu distrato.

Estão em vias de serem licitadas as PPP da Arena Multiuso (Nova PPP Castelão) e a PPP da Planta de Dessalinização, ambas com previsão de serem contratadas em 2019.

09. Depósitos Judiciais de Terceiros - Lei 15.878/2015

No exercício de 2018 foi reconhecido passivo referente à utilização de depósitos judiciais de terceiros pelo Poder Executivo, lei 15.878, de 18 de novembro de 2015. O valor do passivo reconhecido pelo Estado pela utilização de depósitos judiciais nas lides em o Estado não é parte é de R\$ 595.528.609,64.

Importante observar que existe uma polêmica no âmbito da Federação quanto ao reconhecimento ou não de passivo pela utilização desses recursos. No entanto, como a Secretaria do Tesouro Nacional, por meio do manual de demonstrativos fiscais, 9ª edição, válido para o exercício de 2019, determinou a inclusão desses valores na dívida consolidada líquida dos Entes, entendemos que o reconhecimento do passivo deveria ser feito de imediato, com seus reflexos no balanço patrimonial de 2018.

10. Depósitos Judiciais - EC 94/2016

A parcela dos depósitos judiciais em que o Estado é parte na lide e que foram apropriadas como receita orçamentária, foram depositadas diretamente na conta do Tesouro Estadual e classificadas contabilmente no Sefaz\Tesouro Estadual no exercício de 2016. No exercício de 2017 houve determinação do STF, ADI 5679, para que a parcela dos recursos provenientes de depósitos judiciais provenientes da EC 94/2016 fossem utilizados exclusivamente para pagamento de precatórios e que o recurso fosse depositado diretamente em conta administrada pelo Tribunal de Justiça, sem transitar por conta do Tesouro Estadual. Assim, no exercício de 2017, a parcela desses recursos que se transformaram em receita orçamentária, dezembro/2017, foram depositadas e lançada no Tribunal de Justiça, no valor de 95.242.040,58, compondo superávit financeiro no balanço do Tribunal de Justiça.

No exercício de 2018, o Tribunal de Justiça entendeu, ofício 1361/2018 GAPRE, que A receita orçamentária, mesmo depositada em conta do Tribunal de Justiça, deveria ser lançada no Tesouro Estadual e que a execução dos pagamentos de precatórios deveriam seguir o fluxo já estabelecido, execução orçamentária pela unidade Encargos Gerais do Estado (191011). Desta forma foi procedida a transferência escritural do superávit financeiro para a unidade Encargos Gerais do Estado\SEFAZ para execução orçamentária por este órgão. Referidos recursos foram utilizados para pagamento de precatórios.

A parcela dos recursos provenientes da EC 94/2016 que são utilizados para custear despesas não é reconhecido passivo. Os valores utilizados são registrados em conta de controle visto que podem vir a se transformar em dívida para o Estado.

A parcela dos depósitos judiciais que não é utilizada pelo Estado, sejam de lides que o Estado é parte ou não, está registrada no ativo financeiro e passivo financeiro do Estado, de forma que não altera sua posição financeira ou patrimonial.

Além da legislação citada, ocorre apropriação de depósitos judiciais no âmbito da Lei Estadual nº 14.415, de 23 de julho de 2009. Estes recursos são aplicados exclusivamente pelo FERMOJU.

11. Fatos Relevantes

11.1. Acordo de Investimento entre o Estado do Ceará e Port of Pecém Participations B.V. - PoPP / Rotterdam NV

Em 24/10/2018, o Estado e Port of Pecem Participations B.V. - PoPP, assinam Acordo de investimento objetivando o PoPP a realizar Investimento por meio de subscrição de novas ações no valor de R\$233.000.000,00 (10.646.547 ações) valor integrou a CIPP S/A e a Aquisição de Ações no valor de R\$90.000.000,00 (4.112.400 ações), pago ao Estado do Ceará, totalizando em 07/12/2018, 14.758.947 ações, ao final de tais operações, o PoPP tornou-se titular de 30% do capital social da CIPP.

Neste mesmo Acordo, trata-se também, da aquisição pela CIPP da ZPE e a forma desta compra e venda de ações. Observa-se ainda, que o mesmo prevê uma cessão do Direito de uso de terrenos e ativos necessários para o desenvolvimento, a administração e a exploração da área da CIPP, através de Termo a ser celebrado a título gratuito pela CIPP e o Estado do Ceará.

11.2. Carteira de Crédito Rural e Garantias depositadas pelo Estado do Ceará

Em 12/11/1998, o Estado e a União firmaram o contrato de abertura de crédito e de compra e venda de ações sob condição que liberou recursos federais para o saneamento do BEC e sua subsequente federalização para que a União procedesse à privatização daquela instituição no âmbito do Programa Nacional de Desestatização (PND). Por meio deste contrato, foi aberto um crédito ao Estado para, entre outros pontos, adquirir ativos do BEC (cláusula primeira, III).

Nesse esforço de saneamento do BEC, o Estado, em 28.05.1999, firmou com aquele banco uma escritura pública de contrato de compra e venda de títulos da dívida pública da União, com coobrigação sobre operações securitizadas. Nessa oportunidade, comprou do BEC os títulos da dívida pública da União por ela emitidos por ocasião do contrato de equalização do crédito rural, de 1995. Cedidos os títulos ao Estado (outorgado-comprador, na terminologia da escritura), este, por sua vez, efetuou os devidos pagamentos ao BEC (outorgante-vendedor), mas, também, na Cláusula Sexta da escritura pública em comento, substituiu aquela instituição financeira como responsável pela adimplência da carteira de crédito rural.

O Estado na condição de garantidor da carteira de crédito rural do antigo BEC, recebeu da União Federal, o Ofício SEI nº 114/2018/GEATI/SUGEF/STN-MF, de 25/07/2018, informando ser o Estado devedor do total de R\$ 249.666.866,08. Entretanto, o Estado veio a questionar referido valor cobrado, através do Ofício GABIN nº 342/2018/GABIN, de 10/09/2018, com fundamentos avançados no Contrato de Equalização de Encargos Financeiros e de Alongamento de Dívidas Originárias do Crédito Rural nº 3124/TN celebrado com o Banco do Estado do Ceará – BEC, no qual solicita que seja respeitado a manutenção de adimplência durante o período compreendido entre a federalização do Banco do Estado do Ceará à União (31/05/1999) até a data de sua privatização ao Bradesco (21/12/2005), concedendo ao Estado do Ceará, o recálculo da carteira nesse interstício, a partir de todos os recebimentos derivados dos pagamentos dos mutuários individualmente, atribuindo a favor do Estado, no recálculo, todos os benefícios concedidos pelas Leis discriminadas no Manual de Homologação da Securitização Agrícola, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional, páginas de 3 a 5, que trata da normatização vigente à carteira de crédito rural. Aceito os argumentos, União e Estado encontram-se em estágio avançado de negociação quanto ao montante que seria realmente devido, da ordem de aproximados R\$ 168.044.043,78.

O Senado Federal, em sua Resolução nº 26/2018, previu expressamente que esses valores objeto do contrato de equalização de encargos financeiros e de alongamento de dívidas originárias do crédito rural originalmente firmados pelo BEC poderiam ser absorvidos no contrato de abertura de crédito e venda das ações daquele banco (que é parte do contrato de refinanciamento, como acima visto), mencionando essa circunstância como uma das condições financeiras daquela negociação. De igual modo, também previu que o montante mantido em garantia pelo o Estado à carteira de crédito rural, no valor de R\$ 204.200.958,95, a preços de 30 de setembro de 2018, e com base na Lei Estadual n.º 16.684/2018, fosse destinado para pagamento de obrigações do Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará – SUPSEC.

Dessa forma, após convalidado o saldo da carteira de crédito rural entre a União e o Estado do Ceará, este será objeto de repactuação ao ser absorvido pelo Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações, no montante registrado em Passivo Contingente (Balanço patrimonial de 31/12/2018) de R\$ R\$ 168.044.043,78.

12. Finanças Públicas - Estado do Ceará

No Balanço Geral estão demonstrados os resultados alcançados pelo Estado do Ceará no exercício de 2018 e se constitui na prestação de contas do 4º ano do mandato do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Camilo Sobreira de Santana.

O Governo do Estado do Ceará, com muita firmeza e perseverança, procura consolidar avanços e lança novas bases para o desenvolvimento estadual. Em conjunto, preserva os princípios de gestão financeira e fiscal, que possibilitam as diversas realizações.

A atuação do governo vem sendo pautada pela continuidade do crescimento econômico aliada à distribuição de riqueza e inclusão social. O desafio está em superar as desigualdades sociais e econômicas do estado. Para a superação desse desafio, o Governo vem atuando por meio de Gestão Pública por Resultados - GPR, com foco no efetivo alcance de objetivos e resultados no âmbito das políticas públicas, condicionando, para tanto toda a estrutura de planejamento, orçamento e os processos decisórios.

13. Outras Informações de Esclarecimentos

Tratando-se de controle do patrimônio do Estado, a Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG, órgão responsável pela gestão patrimonial do Estado, utiliza o Sistema de Gestão de Bens Imóveis - SGBI, que tem a finalidade de efetuar um controle corporativo de todos os bens imóveis de uso do Estado, de sua propriedade ou locados, e o Sistema de Gestão da Frota - SIGEF, que está sendo customizado com novas funcionalidades em um escopo mais amplo, abrangendo aspectos inerentes ao controle de uso e controle de custos de aquisição, operação e manutenção da frota.

Os Demonstrativos que abrangem “execução orçamentária” serão apresentados de três formas: a) execução Orçamentária da Administração Direta; b) execução Orçamentária da Administração Indireta; e c) execução Orçamentária Consolidada das duas Administrações.

O Capítulo IV demonstra a consolidação dos Balanços Gerais da Administração Direta com a Indireta sob os aspectos orçamentário, financeiro e patrimonial, abrangendo toda Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes. Estas últimas apresentam as demonstrações orçamentárias que foram executadas no S2GPR, obedecendo também à Lei nº 6.404/76.

Por meio da Lei nº 16.710, de 21 de dezembro de 2018, o Governo alterou a estrutura da Administração Estadual e promoveu a extinção dos seguintes órgãos: Gabinete do Governador, Gabinete do Vice-Governador, Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas, Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura e Centro de Educação à Distância. Houve também a redenominação da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social que passa a denominar-se Secretaria de Proteção Social, Justiça, Mulheres e Direitos Humanos e a Secretaria da Justiça e Cidadania passa a denominar-se Secretaria da Administração Penitenciária. Referida Lei entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019.

14. Providências Referentes às Recomendações do TCE Constantes do Parecer Prévio das Contas do Governo do Exercício de 2016

Anualmente, o Governador do Estado encaminha a prestação de contas de governo ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE), em cumprimento ao estabelecido no art. 76, inciso I, da Constituição Estadual de 1989, e no art. 42 da Lei Estadual nº 12.509/1997. Em 2018, o TCE/CE elaborou o Relatório Técnico da análise das contas do Governo do Estado Ceará de 2017, sob a ótica das gestões orçamentária, financeira e patrimonial, e expediu 46 (quarenta e seis) recomendações a serem observadas pelo Poder Executivo.

Para tratamento das recomendações expedidas pelo Egrégio Tribunal na análise das contas de governo, foi instituída, por meio da Portaria nº 01/2017, publicada em 18 de agosto de 2017, a Comissão Gestora Intersetorial para Aplicação do Plano de Ação para Sanar Fragilidades das Contas de Governo - **PASF Contas de Governo**, composta por representantes da Casa Civil, da Procuradoria Geral do Estado (PGE), da Secretaria da Fazenda (SEFAZ), da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG) e coordenada pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará (CGE), na condição de Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo nos termos do art. 6º do Decreto nº 29.388, de 27 de agosto de 2008, que instituiu a Auditoria Preventiva com Foco em Riscos

A Comissão do **PASF Contas de Governo** realizou o processo de consolidação das informações apresentadas pelos órgãos e entidades responsáveis pela definição de ações a serem adotadas em função das recomendações emitidas pelo TCE nas Contas Anuais de Governo relativas ao exercício de 2017.

Considerando a existência de mais de uma recomendação tratando de uma mesma causa particular e ainda de diversas recomendações tratando de matéria similar, optou-se, para efeito de melhor organização e desenvolvimento do raciocínio lógico, por desenvolver as manifestações agregadas por assunto, tendo o cuidado de dar tratamento a todas as questões suscitadas pelo TCE.

CAPÍTULO I

1. DO ORÇAMENTO

1.1. Orçamento Geral

O Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2018, aprovado pela Lei nº 16.468 de 19/12/2017, foi elaborado em conformidade com o disposto no Artigo 203, § 3º, da Constituição Estadual, observados os objetivos e prioridades da Administração Pública Estadual, constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018, de nº 16.319, de 14/08/2017.

Além da Legislação Estadual, o Orçamento foi elaborado obedecendo aos ditames da Legislação Federal, destacando-se a Portaria Interministerial nº 163, de 04/05/2001 e suas alterações, Portaria nº 42, de 14/04/1999, alterada pela Portaria nº 37, de 16 de agosto de 2007, todas da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e das funções e subfunções de Governo.

A Lei Orçamentária para o exercício de 2018 compreende os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos das Empresas controladas pelo Estado e estima os seus valores, conforme segue abaixo:

(R\$ 1,00)

- Orçamento Fiscal	19.125.614.296,00
- Orçamento da Seguridade Social	7.034.376.856,00
- Orçamento de Investimentos das Empresas	236.878.963,00
TOTAL	26.396.870.115,00

FONTE: SEFAZ/SEPLAG

Nota: Exclui Modalidade 91

A despesa está discriminada por ordem de função, subfunção, programa de governo, projeto e atividade, região, modalidade de aplicação, elemento de despesa e fonte de recursos.

Destarte, a Receita, excluídas as intraorçamentárias, para o exercício de 2018 foi estimada no mesmo valor da Despesa, excluídas as intraorçamentárias, no valor de R\$ 26.396.870.115,00, cabendo aos poderes estaduais os seguintes valores:

TABELA 02

Demonstrativo da Consolidação do Orçamento por Poder

(R\$ 1,00)

PODERES	FONTE TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL	PART. %
Poder Executivo	15.690.582.161,00	8.668.409.342,00	24.358.991.503,00	92,28
Poder Legislativo	616.727.866,00	7.369.448,00	624.097.314,00	2,36
Poder Judiciário	902.498.670,00	141.293.221,00	1.043.791.891,00	3,95
Ministério Público	338.784.407,00	31.205.000,00	369.989.407,00	1,40
TOTAL	17.548.593.104,00	8.848.277.011,00	26.396.870.115,00	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

Nota 1: Exclui Modalidade 91;

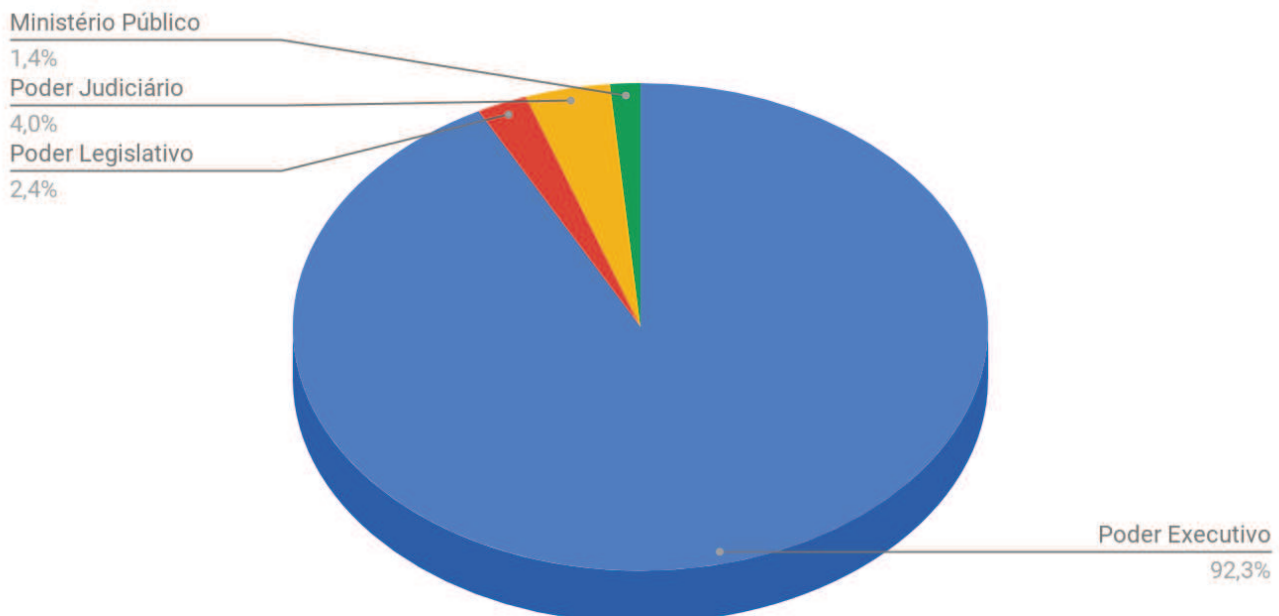
Nota 2: Inclui as empresas independentes;

Nota 3: Inclui Reserva de Contingência.

Os grupos de despesas utilizados estão estruturados conforme demonstrativo a seguir, sendo que o valor de R\$ 213.862.998,00, se refere à Reserva de Contingência.

GRÁFICO I

Consolidação do Orçamento por Poder



Fonte: SEFAZ/CECAD

A classificação por fonte de recursos busca a melhor identificação da origem do recurso segundo seu fato gerador. Representa um mecanismo integrador entre a receita e a despesa, exercendo um duplo papel na execução orçamentária.

Os recursos são originários do Tesouro ou de Outras Fontes. Os chamados “**Recursos do Tesouro**” são aqueles geridos de forma centralizada pelo Poder Executivo, que detém a responsabilidade e controle sobre as disponibilidades financeiras.

Os “Recursos de Outras Fontes” são aqueles arrecadados e controlados de forma descentralizada e cuja disponibilidade está sob responsabilidade desses órgãos e entidades, mesmo nos casos em que dependam de autorização do Órgão Central de Programação Financeira para dispor desses valores.

Desde 2016 o código para a “Fonte de Recursos” são constituídos de 5 (cinco dígitos (XYYZZ)), observando-se as especificações e tabela a seguir:

- 1º dígito (**X**) - para identificar se é Tesouro do exercício corrente (1) ou de exercício anterior (3); Outras Fontes do exercício corrente (2) ou de exercício anterior (6);
- 2º e 3º dígitos (**YY**) - representado praticamente os códigos existentes atualmente 00, 10, 50, 70... com exceção das operações de créditos e convênios;
- 4º e 5º dígitos (**ZZ**) - espécie de subfonte para detalhamento. Em princípio, utilizado mais para operação de crédito (para detalhar o organismo financiador) e para convênios (para detalhar o tipo de administração).

TABELA 03

Fontes de Recursos Previstas na Lei Orçamentária

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	GRUPO DE FONTE
1.00.00	Recursos Ordinários	Tesouro
1.01.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados - FPE	Tesouro
1.10.00	Recursos Provenientes do FECOP	Tesouro
1.12.00	Alienação de Bens	Tesouro
1.44.00	Indenização pela Extração do Petróleo, Xisto e Gás	Tesouro
2.03.00	Recursos Provenientes da Contribuição Social do Servidor	Outras Fontes
2.04.00	Recursos Provenientes da Contribuição Patronal	Outras Fontes
2.05.00	Recursos Provenientes da Contribuição Parlamentar	Outras Fontes
2.06.00	Recursos Provenientes da Contribuição Patronal Parlamentar	Outras Fontes
2.07.00	Cota-Parte da Contribuição do Salário-Educação	Outras Fontes
2.11.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	Outras Fontes
2.15.00	Depósitos Judiciais - PIMPJ	Outras Fontes
2.16.00	Medida Compensatória Ambiental	Outras Fontes
2.29.00	Recursos Arrecadados da Venda de Selos de Autenticidade	Outras Fontes
2.46.36	Operações de Crédito Internas - CPAC VLT - CEF	Outras Fontes
2.46.37	Operações de Crédito Internas - CPAC MAMV - CEF	Outras Fontes
2.46.38	Operações de Crédito Internas - CPAC MAMV - Maranguapinho	Outras Fontes
2.46.45	Operações de Crédito Internas - Tesouro/BNDES	Outras Fontes
2.46.47	Operações de Crédito Internas - BNDES/ESTADOS	Outras Fontes
2.46.54	Operações de Crédito Internas - Tesouro/BB	Outras Fontes
2.46.56	Operações de Crédito Internas - Tesouro/CEF	Outras Fontes
2.46.71	Financiamento de Estatais não Dependentes	Outras Fontes
2.48.48	Operações de Crédito Externas - Tesouro	Outras Fontes
2.48.57	Operações de Crédito Externas - KFW	Outras Fontes
2.48.58	Operações de Crédito Externas - BIRD	Outras Fontes
2.48.59	Operações de Crédito Externas - BID	Outras Fontes
2.48.64	Operações de Crédito Externas - FIDA	Outras Fontes
2.48.65	Operações de Crédito Externas - CAF	Outras Fontes
2.48.67	Operações de Crédito Externas - MLW	Outras Fontes
2.48.69	Operações de Crédito Externas - PFORR	Outras Fontes
2.50.00	Recursos Provenientes do FUNDEB	Outras Fontes
2.51.00	Complementação da União dos Recursos do FUNDEB	Outras Fontes
2.70.00	Recursos Diretamente Arrecadados	Outras Fontes
2.70.02	Recursos Diretamente Arrecadados - Multas de Trânsito	Outras Fontes
2.73.01	Transferências Diretas - Alimentação Escolar	Outras Fontes
2.73.02	Transferências Diretas - Transporte Escolar	Outras Fontes
2.76.00	Recursos Provenientes do FIT	Outras Fontes
2.79.00	Transferências ao Fundo de Defesa Civil	Outras Fontes
2.80.80	Convênios com Órgãos Internacionais - Administração Direta	Outras Fontes
2.80.81	Convênios com Órgãos Internacionais - Administração Indireta	Outras Fontes
2.82.82	Convênios com Órgãos Federais - Administração Direta	Outras Fontes
2.82.83	Convênios com Órgãos Federais - Administração Indireta	Outras Fontes
2.86.86	Convênios com Órgãos Municipais - Administração Direta	Outras Fontes
2.86.87	Convênios com Órgãos Municipais - Administração Indireta	Outras Fontes
2.88.88	Convênios com Órgãos Privados - Administração Direta	Outras Fontes
2.88.89	Convênios com Órgãos Privados - Administração Indireta	Outras Fontes
2.91.00	Recursos Provenientes do SUS	Outras Fontes
2.92.00	Repasse Fundo a Fundo - FNAS	Outras Fontes
2.92.01	Repasse Fundo a Fundo - FUNPEN	Outras Fontes

Fonte: SEFAZ/CECAD

TABELA 04

Demonstrativo da Consolidação do Orçamento por Grupo de Despesas

(R\$ 1,00)

GRUPO	FONTE TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL	PART. %
Pessoal e Encargos Sociais	8.198.369.884,00	3.162.762.744,00	11.361.132.628,00	43,04
Juros e Encargos da Dívida	562.754.611,00	0,00	562.754.611,00	2,13
Outras Despesas Correntes	7.629.849.860,00	1.848.192.960,00	9.478.042.820,00	35,91
Investimentos	608.263.945,00	3.382.058.707,00	3.990.322.652,00	15,12
Inversões Financeiras	47.494.417,00	5.180.000,00	52.674.417,00	0,20
Amortização da Dívida	447.920.437,00	450.082.600,00	898.003.037,00	3,40
Reserva de Contingência	53.939.950,00	0,00	53.939.950,00	0,20
TOTAL	17.548.593.104,00	8.848.277.011,00	26.396.870.115,00	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

Nota 1: Exclui Modalidade 91(R\$ 1.209.413.749,00);

Nota 2: Inclui as empresas independentes(R\$ 236.878.9632,00).

Das 28 funções de governo, de acordo com a Portaria nº 42, de 14/04/1999, alterada pela Portaria nº 37, de 16 de agosto de 2007, do Ministério do Orçamento e Gestão, a Lei de Orçamento alocou recursos em 26, cabendo à Função Previdência Social a maior parte 12,97%, exceto a Função Encargos Especiais que ficou com 19,48%. O Tesouro representa a parcela mais expressiva, 66,48%, conforme está demonstrado a seguir:

TABELA 05

Demonstrativo da Consolidação do Orçamento por Função

(R\$ 1,00)

CÓDIGO	FUNÇÃO	TESOURO (A)	OUTRAS FONTES (B)	TOTAL (A)+(B)	PART. %
01	Legislativa	616.727.866,00	87.221,00	616.815.087,00	2,34
02	Judiciária	902.498.670,00	141.293.221,00	1.043.791.891,00	3,95
03	Essencial à Justiça	403.025.425,00	41.235.800,00	444.261.225,00	1,68
04	Administração	1.352.301.693,00	137.044.217,00	1.489.345.910,00	5,64
06	Segurança Pública	2.164.969.393,00	256.889.887,00	2.421.859.280,00	9,17
08	Assistência Social	276.190.889,00	36.199.000,00	312.389.889,00	1,18
09	Previdência Social	1.673.057.060,00	1.749.377.300,00	3.422.434.360,00	12,97
10	Saúde	2.307.532.123,00	918.780.684,00	3.226.312.807,00	12,22
11	Trabalho	44.752.749,00	15.079.000,00	59.831.749,00	0,23
12	Educação	1.392.103.213,00	1.648.314.022,00	3.040.417.235,00	11,52
13	Cultura	106.836.309,00	43.525.710,00	150.362.019,00	0,57
14	Direitos da Cidadania	563.560.398,00	83.007.560,00	646.567.958,00	2,45
15	Urbanismo	72.720.300,00	136.613.846,00	209.334.146,00	0,79
16	Habitação	23.547.027,00	20.005.913,00	43.552.940,00	0,16
17	Saneamento	67.714.404,00	685.255.117,00	752.969.521,00	2,85
18	Gestão Ambiental	107.261.929,00	171.079.004,00	278.340.933,00	1,05
19	Ciência e Tecnologia	64.592.146,00	99.785.023,00	164.377.169,00	0,62
20	Agricultura	218.451.486,00	251.365.215,00	469.816.701,00	1,78
21	Organização Agrária	8.125.148,00	7.663.000,00	15.788.148,00	0,06
22	Indústria	43.550.481,00	32.044.000,00	75.594.481,00	0,29
23	Comércio e Serviços	32.085.021,00	50.981.354,00	83.066.375,00	0,31
24	Comunicações	3.738.633,00	38.615.000,00	42.353.633,00	0,16
25	Energia	7.307.836,00	33.351.758,00	40.659.594,00	0,15
26	Transporte	344.705.624,00	1.604.799.178,00	1.949.504.802,00	7,39
27	Desporto e Lazer	18.888.398,00	21.389.000,00	40.277.398,00	0,15
28	Encargos Especiais	4.678.408.933,00	464.572.933,00	5.142.981.866,00	19,48
99	Reserva de Contingência	53.939.950,00	159.923.048,00	213.862.998,00	0,81
TOTAL GERAL		17.548.593.104,00	8.848.277.011,00	26.396.870.115,00	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

Nota 1: Exclui Modalidade 91 (R\$ 1.209.413.749,00);

Nota 2: Inclui as empresas independentes (R\$ 236.878.963,00).

O Orçamento inicial por fonte, categoria e tipo, considerando as operações intraorçamentárias, para o exercício de 2018, foi aprovado com os valores demonstrados a seguir:

TABELA 06

Demonstrativo do Orçamento Por Categoria Econômica e Tipo de Administração

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	DIRETA	INDIRETA	TOTAL
RECEITAS CORRENTES	20.344.574.267,00	2.644.423.094,00	22.988.997.361,00
Receita Tributária	13.850.737.998,00	723.410.408,00	14.574.148.406,00
Receita de Contribuições	0,00	693.054.574,00	693.054.574,00
Receita Patrimonial	869.678.442,00	87.456.178,00	957.134.620,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	13.998.632,00	67.599.937,00	81.598.569,00
Transferências Correntes	8.475.233.386,00	868.514.011,00	9.343.747.397,00
Outras Receitas Correntes	259.447.173,00	204.387.986,00	463.835.159,00
Dedução Rec Corrente - FUNDEB	-3.124.521.364,00	0,00	-3.124.521.364,00
RECEITAS DE CAPITAL	3.004.500.432,00	166.493.359,00	3.170.993.791,00
Operações de Crédito	2.124.808.976,00	0,00	2.124.808.976,00
Alienação de Bens	61.278,00	0,00	61.278,00
Transferências de Capital	879.630.178,00	166.493.359,00	1.046.123.537,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	23.349.074.699,00	2.810.916.453,00	26.159.991.152,00
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	28.943.108,00	1.180.470.641,00	1.209.413.749,00
TOTAL	23.378.017.807,00	3.991.387.094,00	27.369.404.901,00
DESPESAS CORRENTES	14.085.176.304,00	8.523.429.378,00	22.608.605.682,00
Pessoal e Encargos Sociais	7.427.080.064,00	5.070.549.754,00	12.497.629.818,00
Juros e Encargos da Dívida	562.749.611,00	5.000,00	562.754.611,00
Outras Despesas Correntes	6.095.346.629,00	3.452.874.624,00	9.548.221.253,00
DESPESAS DE CAPITAL	3.309.698.136,00	1.397.161.133,00	4.706.859.269,00
Investimentos	2.405.739.282,00	1.350.442.533,00	3.756.181.815,00
Inversões	7.494.417,00	45.180.000,00	52.674.417,00
Amortização da Dívida	896.464.437,00	1.538.600,00	898.003.037,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	53.939.950,00	0,00	53.939.950,00
TOTAL	17.448.814.390,00	9.920.590.511,00	27.369.404.901,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

Nota 1: Inclui Modalidade 91 (R\$ 1.209.413.749,00);

Nota 2: Exclui as empresas independentes (R\$ 236.878.963,00) .

O orçamento por tipo de Administração totalizou em 2018, no valor de R\$ 27.369.404.901,00, incluindo o valor de R\$.1.209.413.749,00 referente a Previsão Inicial das receitas Intraorçamentárias e excluindo a quantia de R\$236.878.963,00 consignada na LOA de 2018 para as empresas estatais independentes.

Na sequência, demonstra-se o orçamento inicial da despesa de 2018, por órgão, com e sem a modalidade 91.

TABELA 07
Demonstrativo do Orçamento da Administração Direta por Órgão

(R\$ 1,00)

ORGAO	ABREVIATURA	LOA (A)	MOD (91) (B)	VR LÍQUIDO (A-B)
010001	ASSEMBLEIA	482.221.986,00	25.893.872,00	456.328.114,00
020001	T CONTAS	185.603.879,00	25.116.906,00	160.486.973,00
040001	T JUSTICA	1.053.383.158,00	158.152.888,00	895.230.270,00
060001	DPGE	158.318.016,00	25.198.629,00	133.119.387,00
080001	SEINFRA	763.472.581,00	1.104.610,00	762.367.971,00
100001	SSPDS	68.563.067,00	1.127.293,00	67.435.774,00
101021	POL CIVIL	482.561.755,00	64.975.022,00	417.586.733,00
101031	P M CE	1.612.322.851,00	213.811.872,00	1.398.510.979,00
101041	BOMBEIRO	196.481.734,00	26.269.210,00	170.212.524,00
101071	P FORENSE	99.418.581,00	9.446.265,00	89.972.316,00
101081	AESSP	12.112.794,00	96.500,00	12.016.294,00
110001	GAB GOV	89.977.984,00	603.626,00	89.374.358,00
120001	VICE GOV	9.208.627,00	61.799,00	9.146.828,00
130001	PGE	74.214.662,00	10.968.644,00	63.246.018,00
150001	PGJ	393.071.945,00	54.287.538,00	338.784.407,00
170001	CONS EDUC	4.693.232,00	162.450,00	4.530.782,00
180001	JUSTICA	483.281.696,00	33.652.123,00	449.629.573,00
190001	SEFAZ	751.502.377,00	115.432.228,00	636.070.149,00
191011	ENCARGOS	5.558.918.999,00	11.225.000,00	5.547.693.999,00
210001	SDA	339.737.915,00	3.246.400,00	336.491.515,00
220001	SEDUC	2.724.977.879,00	194.991.312,00	2.529.986.567,00
225001	CED	4.398.105,00	210.000,00	4.188.105,00
270001	CULTURA	128.844.423,00	923.114,00	127.921.309,00
290001	SRH	418.917.376,00	1.197.782,00	417.719.594,00
300001	CASA CIVIL	35.329.606,00	154.213,00	35.175.393,00
310001	SECITECE	109.675.700,00	355.284,00	109.320.416,00
360001	SETUR	211.478.301,00	1.037.545,00	210.440.756,00
410001	CGE	28.938.269,00	4.539.288,00	24.398.981,00
420001	SESPORTE	26.796.879,00	155.351,00	26.641.528,00
430001	SCIDADES	476.380.744,00	1.705.831,00	474.674.913,00
460001	SEPLAG	148.931.912,00	8.507.308,00	140.424.604,00
461031	EGPCE	2.953.396,00	35.000,00	2.918.396,00
470001	STDS	159.192.426,00	8.170.184,00	151.022.242,00
470104	SEAS	87.043.503,00	246.100,00	86.797.403,00
510001	SEAPA	5.604.827,00	23.600,00	5.581.227,00
530001	CGD	8.610.515,00	155.000,00	8.455.515,00
550001	SPD	8.301.012,00	-	8.301.012,00
560001	SDE	5.147.690,00	82.706,00	5.064.984,00
570001	SEMA	38.223.988,00	37.000,00	38.186.988,00
TOTAL		17.448.814.390,00	1.003.359.493,00	16.445.454.897,00
Fonte:				
SEFAZ/CECAD				

TABELA 08

Demonstrativo do Orçamento da Administração Indireta por Órgão

(R\$ 1,00)

ORGAO	ABREVIATURA	LOA (A)	MOD (91) (B)	VR LÍQUIDO (A-B)
010101	FUNDO ASS	7.282.227,00	-	7.282.227,00
040101	FERMOJU	135.210.175,00	1.421.000,00	133.789.175,00
040301	FUNSEG	4.960.072,00	-	4.960.072,00
040401	FECDOJ	9.812.374,00	-	9.812.374,00
060101	FAADEP	23.139.127,00	75.640,00	23.063.487,00
080101	DER	776.721.324,00	5.822.063,00	770.899.261,00
080301	DETRAN	682.440.000,00	31.993.727,00	650.446.273,00
081201	DAE	26.467.042,00	2.197.588,00	24.269.454,00
100601	FDS	326.931,00	-	326.931,00
100607	FDS PC	317.325,00	-	317.325,00
100608	FDS PM	1.021.657,00	-	1.021.657,00
100609	FDS CB	4.903.951,00	-	4.903.951,00
100610	FDS C PM	1.583.000,00	5.000,00	1.578.000,00
100611	FDS C BOM	1.107.223,00	5.000,00	1.102.223,00
100615	FDS C PM JNORTE	967.800,00	-	967.800,00
105001	FDC	23.055.000,00	-	23.055.000,00
130101	ARCE	27.636.167,00	3.663.629,00	23.972.538,00
130201	FUNPECEPGE	11.030.800,00	-	11.030.800,00
150201	FDID	8.000.000,00	-	8.000.000,00
150301	FUNSIT	405.000,00	-	405.000,00
150401	FESMP	600.000,00	-	600.000,00
150501	FERMOMP	22.200.000,00	-	22.200.000,00
180401	FUNPEN	26.892.557,00	-	26.892.557,00
190401	JUCEC	12.237.126,00	847.126,00	11.390.000,00
210101	EMATERCE	96.342.855,00	230.600,00	96.112.255,00
210301	IDACE	23.632.663,00	1.598.278,00	22.034.385,00
211101	ADAGRI	20.602.744,00	1.833.977,00	18.768.767,00
211301	FEDAF	3.400.000,00	-	3.400.000,00
240301	E S P	2.791.682,00	-	2.791.682,00
240344	R TEOFILO	1.386.219,00	-	1.386.219,00
240401	FUNDES	2.265.312.373,00	79.211.828,00	2.186.100.545,00
240424	HEMOCE	53.353.158,00	-	53.353.158,00
240479	HPM	26.658.532,00	50.000,00	26.608.532,00
240494	MICRO BATU	13.297.916,00	-	13.297.916,00
240564	D.PRIMEIRA	26.289.610,00	-	26.289.610,00
240634	D.OITAVA	23.989.317,00	-	23.989.317,00
241081	PRIM DERES	80.106.441,00	-	80.106.441,00
241281	H G F	244.039.518,00	36.260,00	244.003.258,00
241291	H MESSEJ	195.080.817,00	-	195.080.817,00
241301	H G C C O	82.875.647,00	1.000,00	82.874.647,00
241311	A SABIN	115.131.150,00	-	115.131.150,00

241321	HSMM	13.552.660,00	10.000,00	13.542.660,00
241331	H S J	27.991.225,00	-	27.991.225,00
241501	C E O	6.794.364,00	-	6.794.364,00
241521	IPCC	4.922.394,00	5.000,00	4.917.394,00
241531	LACEN	23.560.062,00	1.000,00	23.559.062,00
241561	CIDH	2.373.767,00	1.000,00	2.372.767,00
241581	D LIBANIA	2.765.782,00	1.000,00	2.764.782,00
241591	MEIRELES	1.880.659,00	-	1.880.659,00
241621	C BENFICA	2.308.354,00	-	2.308.354,00
270401	F E C	22.440.710,00	-	22.440.710,00
290101	SOHIDRA	41.164.643,00	760.628,00	40.404.015,00
300101	FUNTELC	9.411.347,00	527.261,00	8.884.086,00
310101	FUNECE	274.010.849,00	37.072.759,00	236.938.090,00
310201	UVA	83.794.887,00	12.597.838,00	71.197.049,00
310301	URCA	115.057.270,00	15.083.230,00	99.974.040,00
310401	FUNCEME	19.513.954,00	1.474.154,00	18.039.800,00
310501	FUNCAP	134.082.244,00	233.764,00	133.848.480,00
310601	NUTEC	14.175.661,00	1.364.871,00	12.810.790,00
420101	FUNDEJ	12.508.000,00	-	12.508.000,00
430401	IDECI	-	-	-
460101	ISSEC	100.563.850,00	1.949.760,00	98.614.090,00
460201	ETICE	73.618.580,00	721.000,00	72.897.580,00
460301	IPECE	12.139.456,00	76.348,00	12.063.108,00
460401	FUNAPREV	2.782.044.617,00	-	2.782.044.617,00
460501	PREVMILITA	626.096.768,00	-	626.096.768,00
460601	COHAB	11.002.663,00	27.000,00	10.975.663,00
460701	PREVID	166.933.796,00	-	166.933.796,00
470101	FECA	2.040.257,00	-	2.040.257,00
470201	FEAS	130.111.923,00	-	130.111.923,00
470301	FUNDART	2.484.000,00	5.000,00	2.479.000,00
470401	FCE	-	-	-
470501	FEICE	1.000.000,00	-	1.000.000,00
480101	CODECE	10.041.426,00	-	10.041.426,00
480201	FDI	40.021.557,00	85.000,00	39.936.557,00
480401	FIES	200.000,00	-	200.000,00
490101	SEMACE	66.715.266,00	5.064.927,00	61.650.339,00
550101	FEPAD	660.000,00	-	660.000,00
	TOTAL	9.920.590.511,00	206.054.256,00	9.714.536.255,00

Fonte: SEFAZ/CECAI

1.2. Orçamento da Administração Direta

A Administração Direta incluindo a modalidade 91 e com a dedução para o FUNDEB teve sua Receita Orçamentária inicial estimada no valor de R\$ 23.378.017.807,00 e a Despesa Total em R\$ 17.448.814.390,00, sendo que este último corresponde a 63,75% do Orçamento Geral do Estado no total de R\$ 27.369.404.901,00. A Lei Orçamentária fixou a Despesa por Categoria Econômica e Grupo, conforme os dados a seguir:

TABELA 09

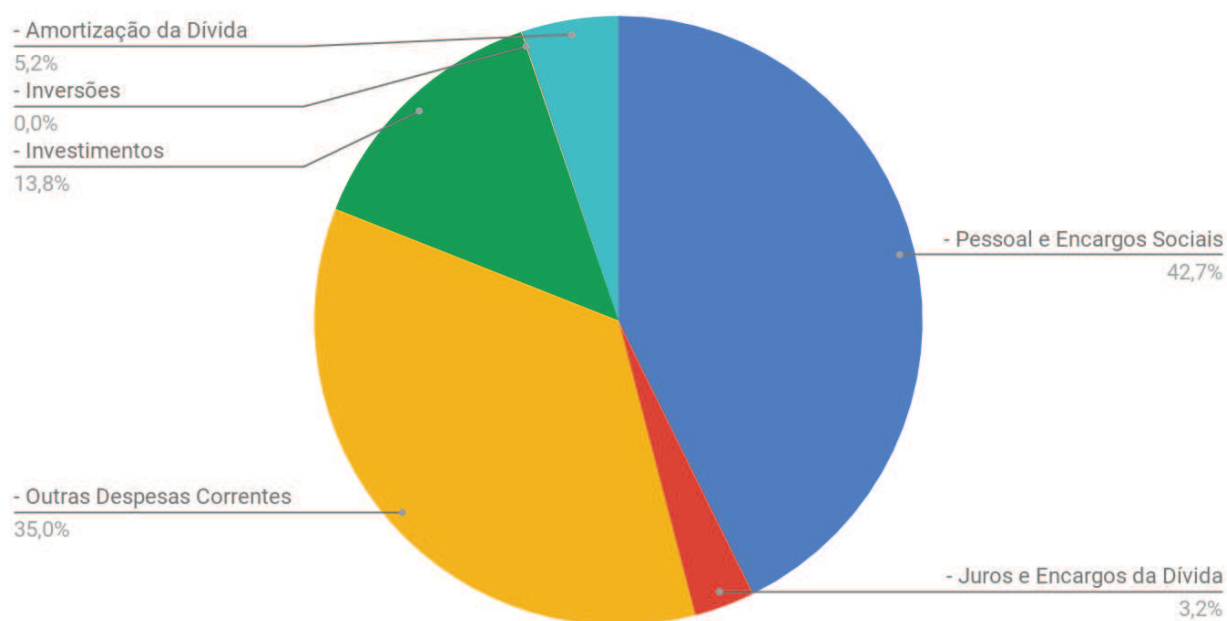
Demonstrativo do Orçamento da Administração Direta por Categoria Econômica e Grupo de Despesa

CATEGORIA/GRUPO	VALOR	PARTIC. %
DESPESAS CORRENTES	14.085.176.304,00	80,72
- Pessoal e Encargos Sociais	7.427.080.064,00	42,56
- Juros e Encargos da Dívida	562.749.611,00	3,23
- Outras Despesas Correntes	6.095.346.629,00	34,93
DESPESAS DE CAPITAL	3.309.698.136,00	18,97
- Investimentos	2.405.739.282,00	13,79
- Inversões	7.494.417,00	0,04
- Amortização da Dívida	896.464.437,00	5,14
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	53.939.950,00	0,31
TOTAL	17.448.814.390,00	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

GRÁFICO II

Demonstrativo do Orçamento da Administração Direta por Categoria Econômica e Grupo de Despesa



Fonte: SEFAZ/CECAD

Na tabela anterior estão incluídas somente as fontes de recursos de n^{os} 1.00.00, 1.01.00, 1.10.00, 1.12.00, 1.44.00, 2.07.00, 2.11.00, 2.16.00, 2.46.36, 2.46.37, 2.46.38, 2.46.45, 2.46.47, 2.46.54, 2.46.56, 2.48.48, 2.48.57, 2.48.58, 2.48.59, 2.48.64, 2.48.65, 2.48.67, 2.48.69, 2.50.00, 2.51.00, 2.73.01, 2.73.02, 2.76.00, 2.80.80, 2.82.82, 2.86.86 e 2.88.88, da Administração Direta que se encontram descritas no final do Relatório.

Os Encargos Gerais do Estado estão representados por uma unidade orçamentária sob controle da Secretaria da Fazenda, porém, têm o seu orçamento desvinculado dessa. Para esta unidade foi fixado o valor de R\$ 5.558.918.999,00, representado 31,86% do Orçamento da Administração Direta.

TABELA 10

Demonstrativo dos Órgãos com maior Parcela de Recursos no Orçamento da Administração Direta

	(R\$ 1,00)	
ORGAO	VALOR	PARTIC. %
01 - SEFAZ - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	5.558.918.999,00	31,86
02 - SEDUC	2.724.977.879,00	15,62
03 - P M CE	1.612.322.851,00	9,24
04 - T. JUSTICA	1.053.383.158,00	6,04
05 - SEINFRA	763.472.581,00	4,38
06 - SEFAZ	751.502.377,00	4,31
07 - SEJUS	483.281.696,00	2,77
08 - POL CIVIL	482.561.755,00	2,77
09 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	482.221.986,00	2,76
10 - SEC. DAS CIDADES	476.380.744,00	2,73
11 - SRH	418.917.376,00	2,40
12 - PGJ	393.071.945,00	2,25
13 - SDA	339.737.915,00	1,95
14 - SETUR	211.478.301,00	1,21
15 - BOMBEIROS	196.481.734,00	1,13
16 - Tribunal de Contas do Estado	185.603.879,00	1,06
17 - STDS	159.192.426,00	0,91
18 - DPGE	158.318.016,00	0,91
19 - SEPLAG	148.931.912,00	0,85
20 - SECULT	128.844.423,00	0,74
21 - SECITECE	109.675.700,00	0,63
SUBTOTAL	16.839.277.653,00	96,51
OUTROS ÓRGÃOS	609.536.737,00	3,49
TOTAL	17.448.814.390,00	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

Nota: Inclui a modalidade 91 (R\$ 1.003.359.493,00)

No decorrer do exercício de 2018, foram realizadas alterações no Orçamento inicial da Administração Direta, através da abertura de créditos adicionais, modificando o valor da Despesa, que finalizou com R\$ 18.744.791.351,40.

1.3. Orçamento da Administração Indireta

A Lei Orçamentária Anual estimou a receita da Administração Indireta, para o exercício de 2018, em R\$3.991.387.094,00 sendo previsto para as Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Públicas Dependentes o montante de R\$ 3.754.508.131,00; e para as Empresas Controladas o total de R\$ 236.878.963,00, enquanto as despesas das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Públicas Dependentes foram fixadas no montante de R\$ 9.920.590.511,00; e para as Empresas Controladas o total de R\$ 236.878.963,00. Na previsão da receita das Indiretas está incluída a Receita Corrente Intraorçamentária no montante de R\$.1.180.470.641,00.

As fontes previstas no orçamento inicial da Administração Indireta são formadas com recursos diretamente arrecadados, Operações de Crédito, Convênios Federais, Municipais, Privados e Internacionais, de acordo com a tabela a seguir:

TABELA 11

Demonstrativo do Orçamento da Administração Indireta por Categoria Econômica e Grupo de Despesas

(R\$ 1,00)

CATEGORIA/GRUPO	VALOR	PART. %
DESPESAS CORRENTES	8.523.429.378,00	85,92
- Pessoal e Encargos Sociais	5.070.549.754,00	51,11
- Juros e Encargos da Dívida	5.000,00	0,00
- Outras Despesas Correntes	3.452.874.624,00	34,81
DESPESAS DE CAPITAL	1.397.161.133,00	14,08
- Investimentos	1.350.442.533,00	13,61
- Inversões Financeiras	45.180.000,00	0,46
- Amortização da Dívida	1.538.600,00	0,02
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00
- Reserva de Contingência	0,00	0,00
TOTAL	9.920.590.511,00	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAI

O orçamento da Administração Indireta, relativo a tabela acima, se refere às despesas com recursos próprios e Transferências do Tesouro das Autarquias, Fundações, Fundos e das Empresas Estatais Dependentes (EMATERCE, ETICE, COHAB e CODECE).

Foi excluído o Orçamento das Empresas Independentes no valor de R\$ 236.878.963,00.

2. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. Da Administração Direta

2.1.1. Receita Orçamentária

A Receita Orçamentária da Administração Direta para o exercício de 2018 foi prevista em R\$ 23.378.017.807,00, incluindo a modalidade 91 e com a dedução do FUNDEB, e teve seu valor ajustado até o final do ano para R\$ 24.745.791.454,94. Sua realização atingiu a cifra de R\$ 22.280.492.239,79, resultando numa arrecadação a menor de R\$.2.465.299.215,15 em comparação com a previsão final. A receita realizada representa, portanto 90,04% da receita prevista.

A Receita Orçamentária realizada tem como principal componente a categoria “Receitas Correntes” no total de R\$ 23.996.886.992,31, incluídas as receitas intraorçamentárias no valor de R\$ 255.637.423,66, por estarem incluídas nesta rubrica o ICMS e o FPE que são as duas principais fontes de receita do Estado e juntas somaram R\$ 18.349.750.060,44, representando 76,47% de sua categoria.

TABELA 12

Demonstrativo Comparativo da Receita Orçamentária Prevista com a Realizada, por Categoria Econômica

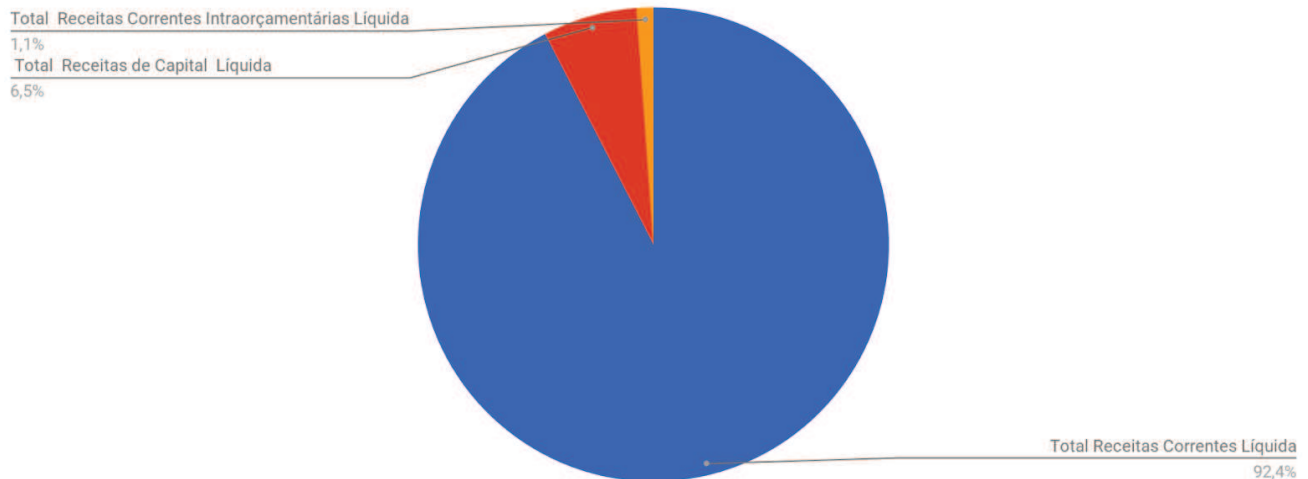
(R\$ 1,00)

RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA	PREVISTA (A)	REALIZAÇÃO (B)	REALIZ.%(B/A)	PARTIC.%(B/TOTAL B)
1-Receitas Correntes Sem Deduções	24.249.042.237,07	23.741.249.568,65	97,91	93,33
1.1 Tributária	13.987.858.493,81	14.040.874.476,40	100,38	55,19
1.2 Patrimonial	882.487.956,23	645.985.488,35	73,20	2,54
1.3 Serviços	13.998.632,00	10.384.103,87	74,18	0,04
1.4 Transferências Correntes	8.539.602.147,04	8.384.741.302,05	98,19	32,96
1.5 Outras Receitas Correntes	825.095.007,99	659.264.197,98	79,90	2,59
1.6 (-) Deduções	3.124.521.364,00	3.158.729.794,44	101,09	12,42
1.6.1 Deduções P/ Formação do FUNDEB	3.124.521.364,00	3.158.729.794,44	101,09	12,42
1.6.2 Restituição de Receitas	0,00		100,00	0,00
Total Receitas Correntes Líquida	21.124.520.873,07	20.582.519.774,21	97,43	80,91
2-Receitas de Capital Sem Deduções	3.592.327.473,87	1.442.335.041,92	40,15	5,67
2.1 Operações de Crédito	2.606.226.411,49	908.064.839,15	34,84	3,57
2.2 Alienação de Bens	93.478,00	14.348.150,00	15.349,23	0,06
2.3 Transferências de Capital	883.507.584,38	372.724.065,40	42,19	1,47
2.4 Outras Receitas de Capital	102.500.000,00	147.197.987,37	- 100,00	0,58
2.5 (-) Deduções			100,00	0,00
2.5.1 Restituição de Receitas	0,00	1.496,69	100,00	0,00
Total Receitas de Capital Líquida	3.592.327.473,87	1.442.335.041,92	40,15	5,67
3- Receitas Correntes Intraorçamentárias Sem Deduções	28.943.108,00	255.637.423,66	883,24	1,00
3.1 (-) Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.1 Restituição de receitas	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Receitas Correntes Intraorçamentárias Líquida	28.943.108,00	255.637.423,66	883,24	1,00
4.Total Receitas Sem Deduções (1+2+3)	27.870.312.818,94	25.439.222.034,23	91,28	100,00
5.Total das Deduções (1.6+2.5+3.1)	3.124.521.364,00	3.158.729.794,44	101,09	0,00
6-Total Receitas Líquidas (4-5)	24.745.791.454,94	22.280.492.239,79	90,04	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

GRÁFICO III

Receitas Correntes X Receitas de Capital X Receitas Intraorçamentárias



Fonte: SEFAZ/CECAD

2.1.1.1. Receitas Correntes

Acham-se agrupadas nesta Categoria Econômica as Receitas Tributárias, Patrimoniais, de Serviços, Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes, apresentando uma arrecadação de R\$ 23.996.886.992,31, incluídas as receitas intraorçamentárias, e participa com um percentual de 94,33% da Receita Orçamentária Bruta, tendo sido inferior à previsão orçamentária em 2,09%. A apuração da Receita Corrente Líquida encontra-se na análise da Despesa com Pessoal.

Da Receita Tributária

A previsão da receita tributária do Estado do Ceará para o exercício de 2018, projetada com base em um modelo de consistência econômica desenvolvido pelo IPECE/SEPLAG e que consta na Lei de Diretrizes orçamentárias – LDO, Anexo II - Metas Fiscais, levou em consideração um cenário, com base nas expectativas de crescimento dos indicadores macroeconômicos do PIB (nacional e estadual), da inflação e de tendências específicas de cada tributo analisado.

Em síntese, para a projeção da receita tributária do Estado do Ceará relativa ao exercício de 2018, foram consideradas as variáveis macroeconômicas que possibilitam identificar a influência do nível de atividade econômica na arrecadação tributária e a inflação, abaixo especificadas:

Variáveis macroeconômicas projetadas para 2018	(em %)
Taxas de Inflação esperada (IPCA)	4,5
Taxa de Crescimento esperado para o PIB Nacional	2,5
Taxa de Crescimento esperado para o PIB Estadual	3,2

Fonte: IPECE - LDO Anexo II - Metas Fiscais

A tabela a seguir apresenta o valor estimado pelo Governo do Estado do Ceará para a receita tributária, de R\$ 13.988 bilhões, contido no comparativo da Receita Orçada com a arrecadada, no exercício de 2018, estabelecido de acordo com as variáveis supracitadas.

TABELA 13
Demonstrativo da Receita Tributária

(R\$ 1.00)

DISCRIMINAÇÃO	PREVISTA (A)	REALIZADA (B)	REALIZ. % (B/A)	PARTIC. % (B/TOTAL B)
Impostos	13.956.023.047,81	13.995.295.565,81	100,28	99,68
- ICMS	11.909.954.315,81	11.854.218.021,28	99,53	84,43
- IPVA	872.677.231,00	859.952.790,80	98,54	6,12
- ITCMD	113.825.810,00	147.053.193,32	129,19	1,05
- IRRF	1.059.565.691,00	1.134.071.560,41	107,03	8,08
Taxas	31.835.446,00	45.578.910,59	143,17	0,32
TOTAL	13.987.858.493,81	14.040.874.476,40	100,38	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

Findo o exercício de 2018 procedeu-se o confronto entre os valores estimados e os realizados com o objetivo de se avaliar a efetividade do esforço fazendário na consecução de suas finalidades.

A receita tributária arrecadada em 2018 atingiu a cifra de R\$ 14.041 bilhões, ultrapassando o valor previsto em 0,38% , podendo-se afirmar que foi alcançada a previsão realizada.

Ressalte-se que a previsão referente a arrecadação do imposto de renda retido na fonte – IRRF, incidente sobre os rendimentos pagos pelo Estado, suas Autarquias e Fundações seguiu a previsão do Governo Federal. A previsão do IRRF foi de R\$ 1.059,6 milhões, tendo sido arrecadado R\$ 1.134,1 milhões, apresentando crescimentos de 13,00% em relação a 2017.

No âmbito da gestão financeira, o governo do Estado vem desenvolvendo esforços para obter um bom desempenho de sua Receita Tributária, buscando aproveitar seu potencial de arrecadação. Essas ações vêm sendo desenvolvidas de forma consistente e contínua por intermédio da melhor capacitação dos recursos humanos, da melhoria da infraestrutura, da tecnologia da informação e dos processos e procedimentos no campo fiscal tributário.

DA EXECUÇÃO DA RECEITA

A arrecadação tributária do Estado do Ceará, no exercício de 2018, atingiu na sua realização o montante de R\$ 14,041 bilhões em termos nominais. Na composição da arrecadação, o ICMS apresenta-se como a receita mais expressiva, contribuindo com 84,43% da Receita Tributária. O IPVA contribuiu com 6,12%, o ITCMD com 1,05% e as taxas 0,32%. Ressalte-se que na consolidação dos impostos arrecadados pelo Estado do Ceará encontra-se a arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza incidente na Fonte sobre Rendimentos pagos a qualquer título pelo Estado, suas Autarquias e pelas Fundações – IRRF, cuja participação foi de 8,08%.

A receita tributária obteve um crescimento nominal de 6,72%, em comparação com o exercício de 2017, atingindo o valor de R\$ 14,041 bilhões, conforme demonstrado abaixo.

TABELA 14
Demonstrativo Comparativo da Receita Tributária (Valores Brutos) - 2017/2018

(R\$1.000)

RECEITA REALIZADA	2017 (A)	2018 (B)	VAR. % (B/A)	PARTIC.% (B/TOTAL B)
IMPOSTOS	13.107.414	13.995.296	6,77	99,68
ICMS	11.193.455	11.854.218	5,90	84,43
IPVA	817.485	859.953	5,19	6,12
ITCMD	92.833	147.053	58,41	1,05
IRRF	1.003.641	1.134.072	13,00	8,08
TAXAS	50.272	45.579	-9,34	0,32
TOTAL	13.157.686	14.040.874	6,71	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

DESEMPENHO DA RECEITA DE IMPOSTOS EM VALORES NOMINAIS

O conjunto dos impostos arrecadados no exercício de 2018- receita tributária excluído o valor das taxas - representou 99,68% da receita tributária, alcançando o valor de R\$ 13.995 bilhões, apresentando um crescimento nominal de 6,77%, comparado com o exercício de 2017, conforme demonstrado na tabela acima.

IPVA

A arrecadação do IPVA em 2018 foi de R\$ 859,953 milhões, com crescimento nominal de 5,19% . Vale salientar que desde 2002, para efeito de cobrança do IPVA, o Estado vem utilizando como base de cálculo os preços definidos na tabela elaborada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, que em sua composição leva em consideração os valores e marcas dos veículos em seus diversos modelos e versões, bem como a depreciação do veículo ao longo dos anos. Dentre os fatores que influenciaram para o incremento de arrecadação apresentado destacam-se: redução da inadimplência devido ao maior esforço de cobrança e regularização de créditos fiscais e o aumento de licenciamento de novos veículos .

ITCD

A arrecadação do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCD, em 2018, foi de R\$ 147,053 milhões, apresentando um incremento de 58,41 %, quando comparado com 2017. Esse acréscimo foi ocasionado por inventário atípico em 2018. O ITCD corresponde a 1,05% da receita tributária. A arrecadação do ITCD resulta em grande parte de ações realizadas quanto aos processos de avaliação dos bens, da maior divulgação do ITCD nas operações de doações de bens e valores, além da implantação de novas regras e funcionalidades no sistema do ITCD.

ICMS

Especialmente decorrente do desenvolvimento econômico que o Estado vem apresentando e das ações promovidas pelo Governo do Estado, por intermédio da Secretaria da Fazenda, a arrecadação do ICMS, principal tributo estadual, em 2018, respondeu pelo ingresso R\$ 11,854 bilhões, correspondendo a 84,43% da receita tributária, apresentando um crescimento nominal de 5,91%, quando comparado com o exercício de 2017.

No exercício de 2018, a previsão das evoluções das taxas do PIB nacional e local apresentaram trajetórias ascendentes, o Banco Central (estimativa FOCUS) divulgou o crescimento do PIB nacional de 1,30% e o IPECE um crescimento do PIB estadual de 1,35%. O crescimento do ICMS do Estado do Ceará (5,91%) alcançou um bom resultado, tendo o produto tributário ultrapassado o crescimento da base econômica nacional e estadual.

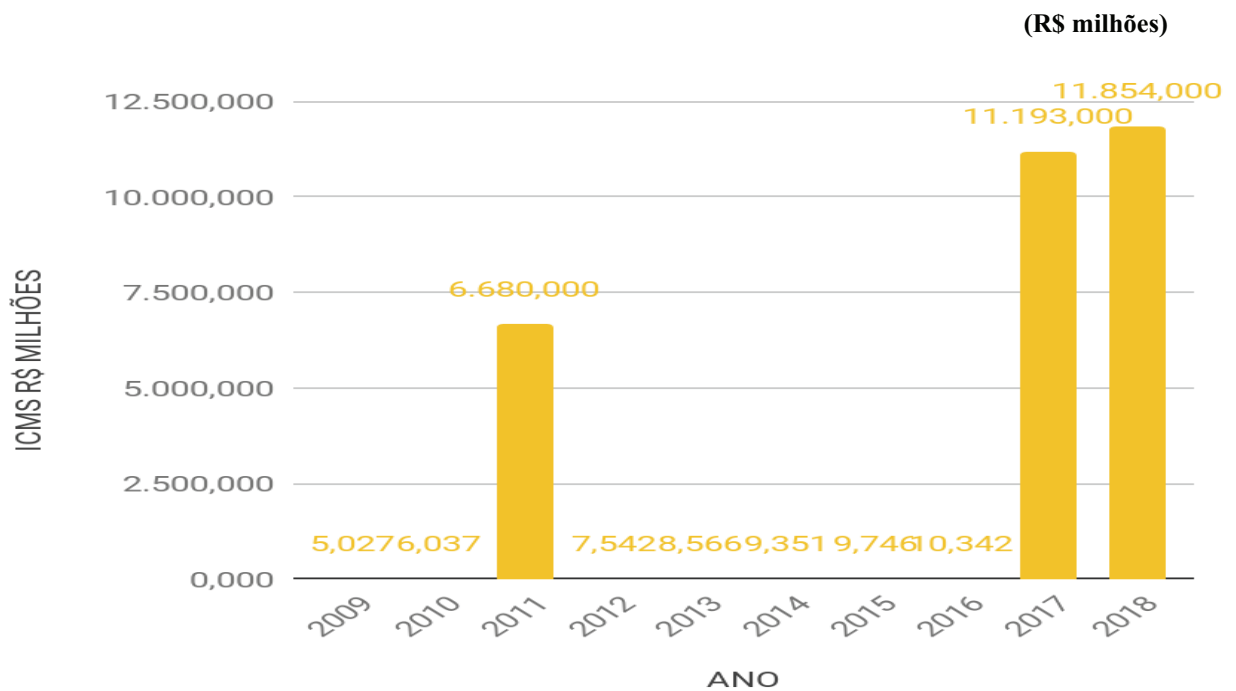
Nos últimos exercícios a arrecadação do ICMS apresentada na tabela e gráfico logo abaixo, obteve o seguinte desempenho:

TABELA 15
Demonstrativo da Evolução da Arrecadação do ICMS do Estado do Ceará - 2009 a 2018

ANO	ICMS R\$ MILHÕES	VAR. %
2009	5,027	
2010	6,037	20,09%
2011	6.680	10,65%
2012	7,542	12,90%
2013	8,566	13,58%
2014	9,351	9,16%
2015	9,746	4,22%
2016	10,342	6,12%
2017	11.193	8,23%
2018	11.854	5,91%

Fonte: SEFAZ/ADINS

GRÁFICO IV
Evolução da Arrecadação do ICMS - Ceará - 2009 a 2018

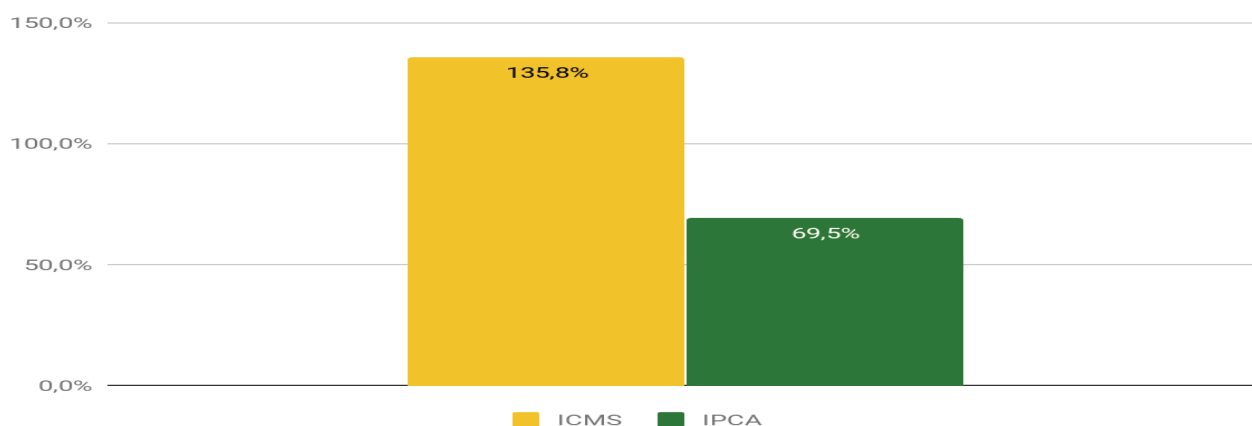


Fonte: SEFAZ/ADINS

A arrecadação do ICMS apresentou, no exercício de 2018, em comparação ao exercício de 2017, um crescimento nominal de 5,91%. Se procedermos a um comparativo da evolução do ICMS anual, com base o ano de 2018, com a arrecadação de 2009, levando-se em consideração também o crescimento do Índice de Preço ao Consumidor Amplo IPCA, observa-se uma evolução de 69,5% do IPCA e de 135,8,7% do ICMS, o que evidencia um bom comportamento da arrecadação.

GRÁFICO V

Comparativo do ICMS Com o IPCA no Período de 2009 a 2018



Fonte: SEFAZ/ADINS

TABELA 16

Demonstrativo da Arrecadação do ICMS Por Segmento - Valores Brutos - 2017/2018

(R\$ 1.000)

SEGMENTOS	(A) 2017	(B) 2018	VAR.%(B)/(A)	PART.%(B)/(TOTAL B)
Industrial	2.135.389	2.268.908	6,25%	19,14%
Serviço de Comunicação	696.440	647.120	-7,08%	5,46%
Comércio Atacadista	2.053.759	2.155.142	4,94%	18,18%
Comércio Varejista	1.532.830	1.636.068	6,74%	13,80%
Energia Elétrica	1.247.274	1.451.275	16,36%	12,24%
Combustível	2.551.452	2.591.767	1,58%	21,86%
Demais Segmentos	443.823	555.405	25,14%	4,69%
FECOP	532.488	548.532	3,01%	4,63%
TOTAL ICMS	11.193.455	11.854.218	5,90%	100,00%

Fonte: SEFAZ/ADINS

A arrecadação do ICMS especificada pelos principais segmentos econômicos evidencia que no exercício de 2018, apenas serviços de comunicação não apresentou crescimento.

O segmento que congrega as empresas de combustíveis, responsável por 21,86% do total do ICMS, apresentou crescimento nominal de 1,58%, comparativamente ao exercício de 2017. Um fator relevante que teve impacto no crescimento da arrecadação do ICMS do segmento de Combustível foi a greve dos caminhoneiros. Foi realizado o acompanhamento de forma sistemática do valor de referência para a cobrança do ICMS por substituição tributária pelo Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final (PMPF) nas operações com combustíveis..

O segmento industrial com uma participação no ICMS total de 19,14% apresentou crescimento nominal de 6,25%, totalizando um montante arrecadado em 2018 de R\$ 2,269 bilhões.

As atividades econômicas que agrupam os contribuintes que atuam no comércio atacadista e varejista apresentam participação de 18,18% e 13,80% respectivamente, na arrecadação do ICMS global do Estado e obtiveram como resultado da arrecadação uma expansão de 4,94% para o comércio atacadista e de 6,74% para o comércio varejista.

A arrecadação do segmento energia elétrica apresentou participação no ICMS total de 12,24% e variação positiva de 16,36% no exercício de 2018 quando comparado com o exercício anterior, resultante do crescimento do consumo de energia.

O segmento serviço de comunicação contribuiu com 5,46% da participação global, apresentando uma variação negativa de 7,08%. Um fator que merece destaque no segmento comunicação é a corrosão de sua base, em razão do surgimento de novos aplicativos gratuitos de envio de dados, imagens e vozes.

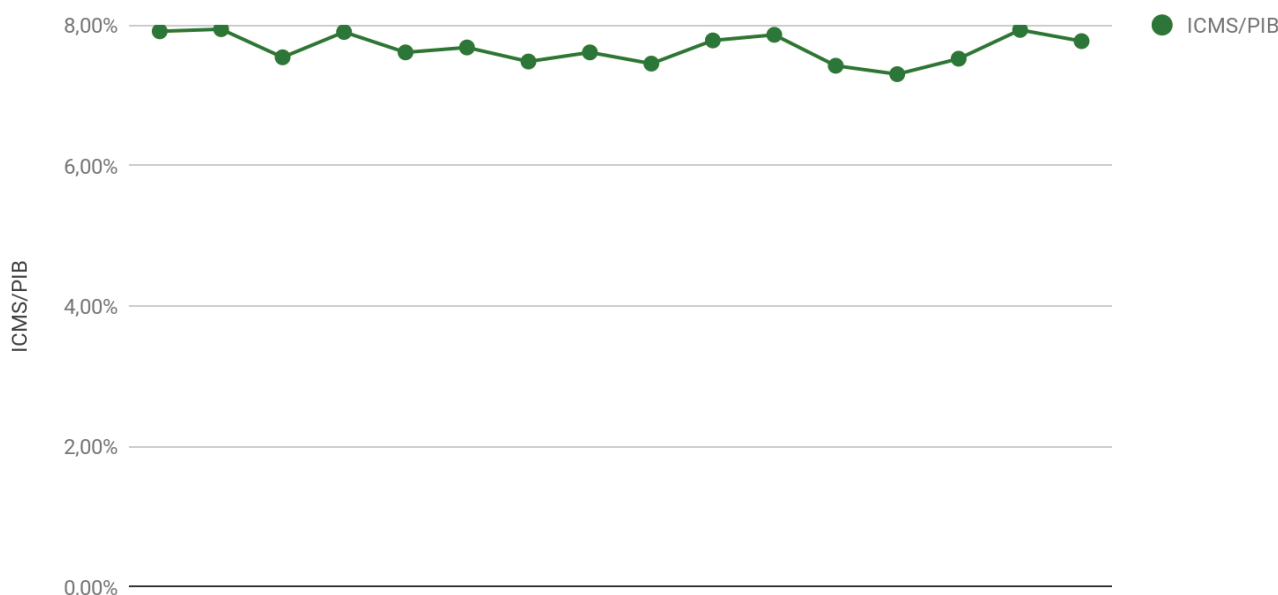
A arrecadação do ICMS relativo ao Fundo de Combate à Pobreza – FECOP, instituído em 2003, por meio da Lei Complementar nº 37, teve crescimento nominal no exercício de 2018 quando comparado com 2017 de 3,01%, representando 4,63% do ICMS total.

PARTICIPAÇÃO DO ICMS NO PIB ESTADUAL

Um ponto de destaque que pode ser feito é quando se compara a participação do ICMS do Estado do Ceará no conjunto global das riquezas produzidas em seu território – Produto Interno Bruto – PIB. No gráfico a seguir, constata-se uma oscilação da participação do ICMS no PIB variando no mínimo 7,30% e no máximo 7,94%. Em 2018 a participação do ICMS no PIB variando no mínimo 7,32% e no máximo 7,94 %. Em 2018 a participação do ICMS no PIB foi de 7,77%

Dentre os fatores que estão influenciando a performance do ICMS está a regularização de créditos fiscais e a política de redução do ICMS sobre produtos selecionados que tem contribuído para a ampliação da base de incidência do imposto e por consequência aumento da arrecadação.

GRÁFICO VI
Participação do ICMS no PIB do Ceará - 2003 a 2018



Fonte: SEFAZ/ADINS

COMPARATIVO ICMS CEARÁ X ICMS BRASIL

Com o objetivo de oferecer uma visão comparativa da performance da arrecadação do ICMS do Estado do Ceará no contexto federativo foram extraídos dados da arrecadação total do ICMS por Unidade da Federação, incluindo a dívida ativa, multas e juros e estornos contábeis, nos exercícios de 2017 e de 2018, constante do Boletim do ICMS editado pela Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS. O total do ICMS Brasil atingiu o montante de R\$ 479,7 bilhões, apresentando uma variação nominal positiva de 7,63%, quando comparada com o exercício de 2017 cuja arrecadação foi de R\$ 445,7 bilhões. O crescimento nominal da região nordeste neste mesmo período foi de 9,94%.

O ICMS arrecadado no Estado do Ceará, no exercício de 2018, apresenta um crescimento de 5,50% em relação a igual período de 2017, tendo apresentado o 9º lugar em termos de crescimento em relação aos Estados da Região Nordeste.

O Estado do Ceará apresentou participação do ICMS do Estado no Total do Brasil de 2,50% no exercício de 2018.

A posição do Estado do Ceará em termos de volume arrecadado, é de 3ª posição no Nordeste e no contexto nacional posiciona-se na 11ª colocação.

EXECUÇÃO DO FUNDO DE COMBATE À POBREZA - FECOP

TABELA 17
Demonstrativo da Receita e da Aplicação dos Recursos do FECOP

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	PREVISTA	REALIZADA	REALIZADA %
ICMS Adicional FECOP	576.000.000,00	548.532.398,59	95,23
Multas e Juros de Mora do ICMS	0,00	802.704,04	100,00
Outras Receitas	0,00	404.052,18	100,00
Saldo de Exercícios Anteriores	0,00	271.026,63	100,00
Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	11.510.303,00	5.150.990,63	44,75
Restituições de Convênios Concedidos com Recursos do FECOP	0,00	65.034,09	100,00
TOTAL	587.510.303,00	555.226.206,16	94,50

APLICAÇÃO NO ÓRGÃO	VALOR	PART. %
GAB GOV	1.321.586,60	0,27
SDA	100.513.528,48	20,25
EMATERCE	13.394.847,13	2,70
IDACE	3.599.999,51	0,73
SEDUC	163.033.267,85	32,85
FUNDES	99.517.355,12	20,05
SECULT	3.999.924,95	0,81
SRH	463.678,85	0,09
SOHIDRA	11.981.683,54	2,41
SECITECE	170.000,00	0,03
FUNCAP	9.997.200,00	2,01
SESPORTE	378.820,00	0,08
SCIDADES	8.950.818,73	1,80
IPECE	132.440,00	0,03
STDS	25.144.321,57	5,07
FEAS	50.001.136,97	10,08
SPD	3.683.000,00	0,74
TOTAL	496.283.609,30	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

Nota: Receitas do FECOP pelo valor líquido.

Conforme tabela anterior, a SEDUC foi a que mais aplicou recursos do FECOP (32,85%), seguido da SDA (20,25%) e do FUNDES (20,05%) .

De acordo com a tabela a seguir, as despesas com os recursos do FECOP apresentaram um decréscimo em termos nominais de 12,73% em relação ao exercício anterior. Das despesas do FECOP, por função de governo, destaca-se no exercício de 2018 o gasto com a Função Educação, correspondente a 35,13% do total das despesas empenhadas. Os gastos nessa função, nesse exercício, apresentou uma redução em termos nominais de 21,83%. Vale enfatizar, que os gastos na função Agricultura , em 2018, cresceram 30,32%.

TABELA 18
Demonstrativo Comparativo das Despesas do FECOP por Função de Governo - 2017 / 2018

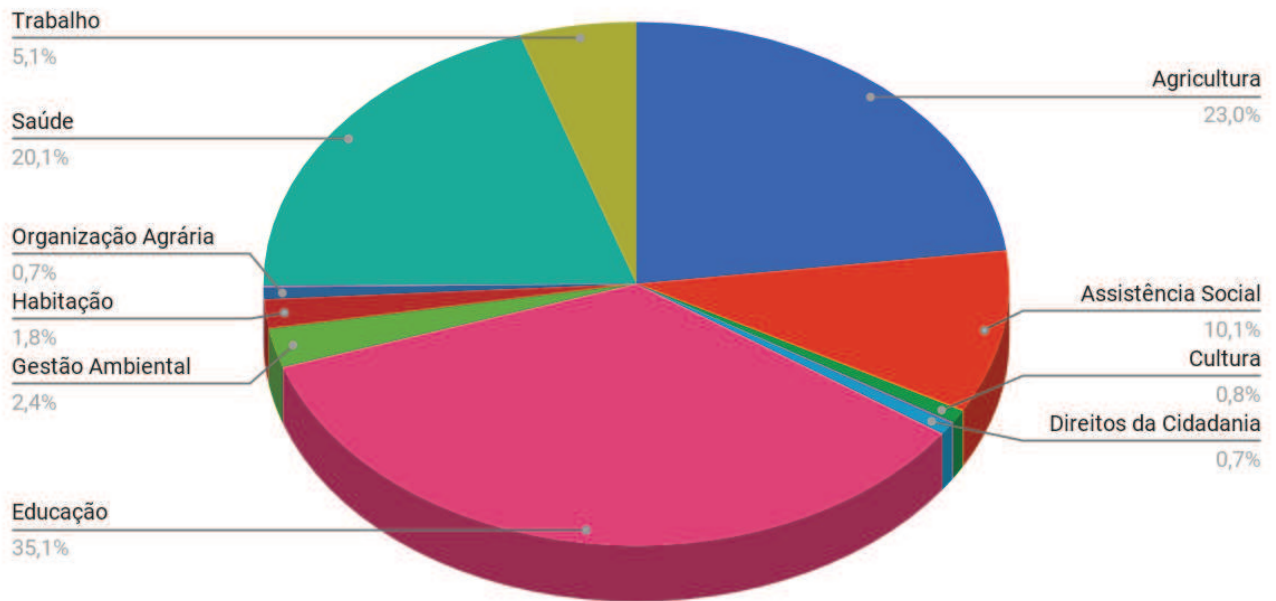
(R\$ 1,00)

FUNÇÃO	(A) 2017	PART. %	(B) 2018	PART. % (B/TOTAL)	VAR. % (A/B)
Administração	198.660,00	0,03	132.440,00	0,03	-33,33
Agricultura	87.407.557,19	15,37	113.908.375,61	22,95	30,32
Assistência Social	41.077.310,39	7,22	50.001.136,97	10,08	21,72
Ciência e Tecnologia	742.566,90	0,13	170.000,00	0,03	-77,11
Cultura	4.052.927,01	0,71	3.999.924,95	0,81	-1,31
Desporto e Lazer	330.029,74	0,06	378.820,00	0,08	14,78
Direitos da Cidadania	2.272.374,00	0,40	3.683.000,00	0,74	62,08
Educação	223.055.535,43	39,22	174.352.054,45	35,13	-21,83
Gestão Ambiental	28.725.601,08	5,05	11.981.683,54	2,41	-58,29
Habitação	12.789.555,89	2,25	8.950.818,73	1,80	-30,01
Organização Agrária	5.464.655,99	0,96	3.599.999,51	0,73	-34,12
Saneamento	2.840.178,08	0,50	463.678,85	0,09	-83,67
Saúde	85.170.699,55	14,98	99.517.355,12	20,05	16,84
Trabalho	21.543.806,98	3,79	25.144.321,57	5,07	16,71
Transporte	35.416.365,02	6,23	0,00	0,00	-100,00
Urbanismo	17.616.266,71	3,10	0,00	0,00	-100,00
TOTAL	568.704.089,96	100,00	496.283.609,30	100,00	-12,73

Fonte: SEFAZ/CECAD

GRÁFICO VII

Demonstrativo das Despesas do FECOP por Função de Governo



Fonte: SEFAZ/CECAD

Ressalte-se que no Estado do Ceará a operacionalização do FECOP é individualizada por fonte de recursos (1.10.00), o que facilita a sua aplicação pelas diversas secretarias e órgãos da administração direta e indireta que tenham em suas missões atividades que se relacionem com o combate à pobreza.

O legislador cearense esclareceu, de uma vez por todas, a operacionalização do FECOP como fonte de recursos, conforme se observa da Leitura do § 3º do art. 1º da Lei Complementar nº 37/2003, redação dada pela Lei Complementar nº 76, de 21 de maio de 2009, *in verbis*:

Art. 1º (...)

§ 3º Os programas, projetos e atividades financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP, terão suas dotações orçamentárias consignadas nos órgãos e entidades executores, com fonte de recursos identificada por código próprio, denominado "Recursos Provenientes do FECOP".

Como se percebe, para o cumprimento da missão constitucional do FECOP, as dotações orçamentárias são consignadas nos diversos órgãos e entidades executores e a operacionalização é feita como fonte de recursos.

No exercício de 2018, as despesas com recursos do FECOP reduziram em 12,73 % em comparação com o exercício de 2017. É importante mencionar que, em 2018, foram aplicados com os recursos supramencionados 88,21 % nas funções: Educação (35,13%), Agricultura (22,95%), Saúde (20,05%) e Assistência Social (10,08%), juntas somaram R\$ 437.778.922,15. O FECOP encerrou o exercício de 2018 com uma disponibilidade no valor R\$ 98.095.413,55. Esse montante ficou distribuído da seguinte forma: Na Secretaria da Fazenda ficou na conta corrente nº 706.115-9/FECOP o valor de R\$ 1.455,14 e em aplicação de CDB a importância R\$ 65.062.861,36 e na conta do Tesouro ficou a importância de R\$ 11.973.947,62 para ser repassado em 2019 para a conta do FECOP. Nas diversas contas de convênios ficaram saldos de contrapartidas nos órgãos da administração Direta no valor de R\$ 16.299.441,68 e na Administração Indireta a quantia de R\$ 1.245.173,48. Nas contas de empréstimos ficou um saldo de contrapartida no valor de R\$ 3.043.639,38. Em numerários em trânsito, o valor de R\$ 466.462,03. Ficou, ainda, na conta arrecadação indireta (1.1.1.1.1.30.02) o valor de R\$ 2.432,86, referente arrecadação que não foi recolhida aos cofres públicos, pelos agentes financeiros, em dezembro de 2018. Os saldos de contrapartidas são recursos que foram debitados da conta corrente nº 706.115-9/FECOP e creditados nas respectivas contas dos convênios e empréstimos.

- Lei Complementar nº 148, de 24 de dezembro de 2014, altera dispositivos da Lei Complementar nº 37, de 26 de novembro de 2003, que institui o Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP, nos termos da Emenda Constitucional Federal nº 31, de 14 de dezembro de 2000, cria o Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social.

Em cumprimento ao Art. 58, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que discorre: “*A prestação de contas evidenciará o desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativas e judiciais, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições*”, procedem-se, a seguir, comentários sobre as ações desenvolvidas no exercício de 2018.

REALIZAÇÕES 2018

A política fiscal adotada pelo Estado fundamenta-se na busca do aumento da arrecadação mediante ações voltadas para obtenção da eficiência tributária e do combate à sonegação. Foram realizadas ações focando uma maior eficácia dos controles, a intensificação do relacionamento fisco-contribuinte, a identificação das dificuldades e potencialidades dos setores econômicos, a utilização da informática no tratamento das informações econômico-fiscais, a melhoria dos mecanismos de cobrança, a modernização dos processos de administração tributária, a ampliação da sistemática de substituição tributária e o fortalecimento do monitoramento fiscal. As ações realizadas em 2018 de forma detalhada foram:

I. AÇÕES GERAIS

1. Atualização do valor da base de cálculo do ICMS para fins de Substituição Tributária relativa a operações com sorvetes e picolés, conforme Instrução Normativa nº 17/2018.
2. Atualização dos valores de referência, relativos à venda a consumidor final de refrigerantes, para efeito de cobrança do ICMS por Substituição Tributária, conforme Instrução Normativa nº 40/2018.
3. Atualização dos valores líquidos do ICMS a recolher relativos às operações com gado e produtos dele derivados, e com suínos, conforme Instrução Normativa nº 44/2018.
4. Atualização dos valores de referência, relativos à venda a consumidor final de energéticos e isotônicos, cerveja e chope, e água mineral e gelo, respectivamente, para efeito de cobrança do ICMS por Substituição Tributária, conforme Instrução Normativa nº 53/2018.
5. Estabelecimento do regime de substituição tributária nas operações com aparelhos celulares e cartões inteligentes (smart cards), conforme Decreto nº 32.485/2018.
6. Reestruturação da sistemática da substituição tributária nas operações internas, interestaduais e de importação com massas alimentícias, biscoitos, bolachas, bolos, pães e outros derivados da farinha de trigo, conforme Decreto nº 32.489/2018.
7. Implantação do novo Sistema IPVA, que proporcionou o aprimoramento dos controles do referido imposto, bem como permitindo melhorias nos serviços prestados aos contribuinte e aos Municípios do Cearense.
8. Realização de ação fiscal de levantamento de estoque resultante da inclusão das CNAEs 4671100 e 4744002, por meio do Decreto 32.411/2017, na carga líquida prevista no Decreto 31.270/2013. Esta ação gerou entrada em 2018 de R\$ 652 mil no Erário Público.

II. FUNDO DE EQUILÍBRIO FISCAL DO ESTADO DO CEARÁ - FEEF

O Fundo de Equilíbrio Fiscal do Estado do Ceará - FEEF instituído, conforme as normas legais Convênio ICMS nº 42, de 03/05/2016, Lei Estadual nº 16.097, de 17/07/2016 e Decreto nº 32.013 de 16/08/2016, que é constituído pelo encargo correspondente a 10% do incentivo ou benefício concedido às empresas contribuintes do ICMS. No exercício de 2018, o FEEF arrecadou para o Tesouro Estadual o valor de R\$ 62,790 milhões.

III. MÓDULO FISCAL ELETRÔNICO - MFE

O Estado do Ceará, como signatário do Ajuste SINIEF 11/10, implementou o Cupom Fiscal Eletrônico (CF-e), documento fiscal eletrônico que está substituindo, dentre outros, o Cupom Fiscal emitido pelo ECF, para as operações de venda a consumidor final, por contribuintes do segmento varejista.

Cupom Fiscal Eletrônico (CF-e) é um documento fiscal, em formato arquivo XML com assinatura digital, gerado por equipamento (hardware), baseado no padrão SAT – CF-e, e enviado ao Fisco com a assinatura digital do contribuinte.

O Projeto Módulo Fiscal Eletrônico – MFE contempla implantação e operacionalização do novo modelo de emissão de documentos fiscais de operações de venda ao consumidor pela Solução do Módulo Fiscal Eletrônico – MFE e solução de inteligência fiscal, contemplando serviços de disponibilização, implantação, integração, adequação, operacionalização, suporte técnico e operacional da infraestrutura tecnológica necessária à operação pela SEFAZ desse novo modelo operacional, do programa PSNVD - Sua Nota Vale Dinheiro e Solução de Inteligência Fiscal.

Um projeto de complexidade como o MFE traz vários benefícios, tais como: Maior controle fiscal nas operações de varejo com consequente aumento de receita; Menores custos e melhorias na automação dos lojistas; Desburocratização de processos; Participação maior da comunidade no programa de educação fiscal.

Nesse ano de 2018 acrescentou-se mais atividades econômicas (CNAE's) à obrigatoriedade de utilização do MFE e emissão de CF-e (Instrução Normativa 10/2017). Contamos com uma base de milhões de registros de operações desde o início da operação e já estamos recebendo mais de um milhão de cupons fiscais por dia. A meta estabelecida é chegar a recepção de mais de três milhões de cupons por dia.

Entre as soluções já implantadas no projeto MFE destaca-se as seguintes: Gestão Fiscal e Operacional; Gestão de Homologação; Portal CF-e; Aplicativo Comercial SEFAZ; Monitoramento Infraestrutura / MFE; CRex (regras de negócio).

Atualmente existem cinco fabricantes de MFE homologados: Elgin, Tanca, Gertec, Dimep e Daruma. Entre esses 3 três deles já estão comercializando no mercado seus MFE's: Elgin, Tanca e Gertec.

IV. AÇÕES DECORRENTES DA GESTÃO FISCAL DO MACROSEGMENTOS ECONÔMICOS

No ano em curso foi publicado no DOE em 31/10/2018, com vigência imediata, o Decreto nº 32.847/18 que explicita os casos de não incidência do ICMS sobre as operações de fornecimento de energia elétrica para consumidores da Classe de Produtor Rural, cuja norma está disciplinando o enquadramento adequado de unidades consumidoras na referida Classe, propiciando segurança jurídica aos consumidores beneficiários da não incidência do tributo.

Antes da publicação da citada norma a equipe do monitoramento fiscal, em ações de recuperação de crédito do ICMS nas operações com energia elétrica, adotou providências para alteração dos cadastros inadequados de consumidores na Classe de Produtor Rural, gerando recuperação do imposto no valor de R\$ 15,6 milhões, no período de 2013 a 2018.

AÇÕES RELACIONADAS AO INCREMENTO DA ARRECADAÇÃO

AÇÕES	ARRECADAÇÃO Exercício de 2018	OBSERVAÇÕES
Atualização do PMPF como Base de Cálculo dos combustíveis	70,6 milhões	Majoração do PMPF do Diesel, Gasolina "C", Etanol e GLP
Atualização da Alíquota do Diesel de 17% para 18% com vigência a partir de abril/18.	24,8 milhões	Valores do incremento de receita
Monitoramento Fiscal	3,9 milhões	Recuperação de ICMS referente a estorno de crédito da Petrobrás

V. AÇÕES DA GESTÃO DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA E DO COMÉRCIO EXTERIOR

1. Ações da Gestão da Substituição Tributária

1.1. Execução do projeto Notas Fiscais de operações da EC 87/15 sem registro no Sistema de Trânsito de Mercadorias – SITRAM. Foram analisadas as operações entre os meses de Jan/16 e Jun/18, das 132 maiores empresas com operações sem registro no SITRAM, totalizando R\$ 648 milhões de operações, com indício de falta de recolhimento do ICMS DIFAL da EC 87/15 no valor de R\$ 13 milhões;

1.2. Gerenciamento dos contribuintes inscritos no Cadastro Geral da Fazenda de outras UF's, que remetem mercadorias a consumidores finais (EC 87/15) resultou no recolhimento de R\$ 124,72 milhões, no período de janeiro a novembro de 2018, obtendo-se um incremento de receita nominal de 47%, com relação ao mesmo período de 2017;

1.3. Realização de diversas análises de processos de ressarcimento, restituição e outros, no período de janeiro a novembro de 2018, totalizando 1.340 processos. Destaca-se que a análise dos processos de ressarcimento evitou um desembolso aos Cofres Públicos de pelo menos R\$ 13,3 milhões;

1.4. Glosado o valor R\$ 10,9 milhões referente ao saldo de ressarcimentos de empresas, baseado ao Decreto nº 31.288, de 23/09/2013;

1.5. Crédito tributário constituído no valor de R\$ 3,5 milhões, por intermédio de autos de infração nas empresas do segmento de bebidas, referente operações dos exercícios de 2013, 2014 e 2015 (até outubro), pela não utilização do gatilho, conforme art. 2º das diversas instruções normativas que definem o Preço Médio Ponderado Final – PMPF para bebidas frias.

2. Ações da Gestão do Comércio Exterior

2.1. Implantação de novas funcionalidades no módulo GLME - Guia para Liberação de Mercadoria Estrangeira, abrangendo as demais modalidades de exoneração de ICMS até então não contempladas pelo SISCOEX (drawback, regime especial, isenção, não-incidência/imunidade, mandado de segurança, outros), alcançando as importações desembaraçadas fora do Ceará e as de análise sob a responsabilidade dos Postos Fiscais dos locais de desembaraço das importações (exonerações incondicionadas e diferimento FDI/PCDM).

2.2. Adesão pelo Estado do Ceará ao Portal Único do Comércio Exterior (PucomexRFB), por meio de Termo de Execução firmado com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, cujo objeto inclui a execução conjunta e coordenada entre os partícipes das seguintes ações relacionadas ao PucomexRFB: especificação, desenvolvimento, homologação, projeto-piloto e produção de produtos tecnológicos, com observância do Protocolo de Cooperação ENAT nº 01/2015, firmado entre a União e os Estados e o Distrito Federal no âmbito do Encontro Nacional de Administrações Tributárias, com vistas a implementar solução de integração nos processos tributários de comércio exterior.

2.3. Realização de 75 ações de monitoramento fiscal no SIGET com emissão de 118 termos de notificação que totalizam a quantia de R\$ 42,9 milhões;

2.4. Foram analisados 6.403 processos de benefícios fiscais de ICMS importação, no prazo máximo de 48 horas, ressaltando a análise dos processos de diferimento, drawback e mandado judicial que representaram 92% dos processos analisados entre 01/01/2018 a 10/12/2018.

VI. AÇÕES DE MONITORAMENTO

A atividade de Monitoramento Fiscal consiste na verificação do cumprimento das obrigações tributárias e confere ao contribuinte a espontaneidade no recolhimento dos tributos.

Os contribuintes monitorados pela SEFAZ no período de janeiro a dezembro de 2018 corresponde a 4.596 com a ação do agente fiscal. No período supracitado foram arrecadados espontaneamente, incluindo principal, multa e juros, os valores conforme discriminação a seguir:

PRINCIPAL	MULTA	JUROS	TOTAL
126.429.408,17	11.776.291,70	10.293.558,54	148.499.258,41

Monitoramento Virtual

Realização do Monitoramento Virtual, por meio do Sistema de Gestão Tributária (SIGET), relativo as NF-e que não foram registradas no Sistema de Trânsito de Mercadoria (SITRAM), quando na entrada da mercadoria no Estado Ceará, gerando entrada de R\$ 7,1 milhões no Erário Público até dezembro de 2018, além disso, foi recuperado ainda R\$ 230,31 milhões na cobrança de débitos fiscais em atraso.

VII. AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO

Autos de Infração Lavrados

Trânsito de Mercadorias

Lavrados 9.494 Autos de Infração no período de janeiro a dezembro de 2018, na Fiscalização do Trânsito de Mercadorias, no valor principal total de R\$ 11,82 milhões. Considerando as multas e juros corrigidos, o montante totaliza R\$ 30,73 milhões.

Fiscalização de Empresas

Das ações fiscais realizadas, resultou no lançamento do crédito tributário de ICMS, por meio de Auto de Infração, no valor principal de R\$ 539,79 milhões. Considerando as multas e juros corrigidos, o montante totaliza R\$ 2,111 bilhões.

Autos de Infração Pagos em 2018

No período de janeiro a dezembro de 2018, os Autos de Infração pagos totalizaram R\$ 134,63 milhões, incluindo principal, multa e juros, representando uma efetiva cobrança, bem como, demonstrando uma excelente recuperação do crédito tributário, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Tipo	Principal	Multa	Juros	TotalL
Empresas	45.595.237,57	40.712.312,94	32.184.434,14	118.491.984,65
Trânsito de Mercadorias	8.383.805,39	7.385.223,51	367.019,76	16.136.048,66
TOTAL	53.979.042,96	48.097.536,45	32.551.453,90	134.628.033,31

* Ressalta-se que nos valores recolhidos de Auto de Infração estão incluídos os inscritos em Dívida Ativa.

VIII. AÇÕES DA COORDENADORIA DE PESQUISA E ANÁLISE FISCAL

No exercício de 2018, a Célula de Revisão Fiscal executou ações fiscais decorrentes de trabalhos de investigação de inteligência fiscal e de denúncias apuradas pela coordenadoria. Concluiu 22 ações fiscais que culminaram com o lançamento de crédito tributário dispostos da seguinte forma:

		TOTAL
ICMS LANÇADO	R\$ 5.861.126,88	R\$ 15.555.913,30
MULTA LANÇADO	R\$ 9.694.786,42	

Realizou reconstituição de auto de infração anteriormente nulos em esfera administrativa, recuperando:

		TOTAL
ICMS	R\$ 2.075.486,12	R\$ 4.150.972,24
MULTA	R\$ 2.075.486,12	

Realizou trabalhos em parceria com o Ministério Público Estadual – GAESF (Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal) disponibilizando 4 (quatro) de seus auditores fiscais, com carga horária de 4h semanais, cada um, a disposição e nas dependências deste órgão de combate aos crimes contra a ordem tributária.

De acordo com a Lei nº 8.137/90, que define os crimes contra a ordem tributária e os estabelece como crimes de ação penal pública, foram enviados ao Ministério Público do Estado do Ceará os autos de infração que configuram, em tese, crimes contra a ordem tributária, para apreciação e providências que se fizerem necessárias.

No período de janeiro a outubro de 2018, foram encaminhados um total de 740 (setecentos e quarenta) Representações Fiscais, originadas de 1.130 (um mil cento e trinta) Autos de Infração lavrados contra contribuintes do Estado do Ceará, devidamente inscrito na Dívida Ativa Estadual.

Referidas Representações Fiscais resultaram em supressão de receita tributária de ICMS, no valor de R\$ 161.976.692,12 (cento e sessenta e um milhões, novecentos e setenta e seis mil, seiscentos e noventa e dois reais e doze centavos) que, acrescida dos valores correspondentes às penalidades pecuniárias legais, totalizaram um montante devido ao Estado do Ceará de R\$ 347.416.447,46 (trezentos e quarenta e sete milhões, quatrocentos e dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e seis centavos), assim distribuídos:

Representações Fiscais	Autos de Infração	ICMS Devido (R\$)	Multa (R\$)	Total (R\$)
740	1.130	161.976.692,12	185.439.755,34	347.416.447,46

Nota: Vale salientar que os valores demonstrados apresentam-se em seus valores nominais (valores da época da autuação).

ACÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS EM 2019

1. Adequações, por força do Decreto nº 32.847/2018, que explicita os casos de não incidência do ICMS nas operações de fornecimento de energia elétrica para consumidor da classe de produtor rural de que trata o art. 4.º, inciso XI, alínea “b”, da Lei nº 12.670, de 27/12/1996, cuja projeção de recuperação de ICMS para 2019 é de R\$ 43,2 milhões;
2. Implantação do Domicílio Tributário Eletrônico - DTe, aprimorando os serviços oferecidos aos contribuintes;
3. Majoração do PMPF do Diesel, Gasolina "C", Etanol e GLP, propiciando uma arrecadação estimada de R\$ 289,9 milhões;
4. Atualização da Alíquota do Diesel de 17% para 18% com vigência a partir de abril/18, gerando um incremento de receita no valor de R\$ 9,2 milhões;
5. Aprimoramento do Sistemas de controle e acompanhamento do MFe, incluindo as seguintes inovações:
BitFaz: aplicativo de celular para o consumidor consultar CF-e, bem como verificar créditos na Campanha Sua Nota Vale Dinheiro;
Solução "mobile" para contribuintes de pequeno porte emitirem documento fiscal eletrônico;
Comunicação dos MFE's com os PDV's (ponto de venda) melhorada por meio rede e wifi.
6. Atualização dos valores de referência de ICMS para os derivados de farinha de trigo (Ato COTEPE/ICMS nº 28/2015) em 17%, que corresponde ao IPCA acumulado entre ago/15 a ago/18, gerando uma previsão de incremento na arrecadação de R\$ 5,5 milhões/ano;
7. Denúncia do Convênio ICMS 51/00 que trata do faturamento direto a consumidor de veículos/motos e adoção da regra da EC 87/15 para estas operações, desde que não exista redução de base de cálculo para a venda feita diretamente a consumidor final, com previsão de incremento na arrecadação de R\$ 5 milhões/ano;
8. Retirada da redução de base de cálculo, que atualmente é de 33,33%, para os veículos com valores maiores que R\$ 150 mil, e motos com valores maior que R\$ 50.000 com previsão de incremento na arrecadação de R\$ 28 milhões/ano;
9. Cobrança de ICMS DIFAL sobre download de software, conforme determina o Convênio ICMS nº 106/2017 editado pelo CONFAZ;

10. Módulo Declaração de Importação (DI): a partir da integração do SISCOEX com a calculadora do ICMS Importação do sistema SITRAM será possível a realização do cálculo do ICMS incidente nas operações de importação, incluindo o ICMS-ST e o ICMS-Fecop, cujos resultados serão disponibilizados tanto para o público interno (Fiscais) como para o externo (contribuintes e despachantes aduaneiros). O sistema calculará o valor do ICMS Importação inclusive nas GLME's de exoneração de ICMS, possibilitando o registro dos valores efetivos das renúncias fiscais realizadas pelo Estado, bem como a cobrança dos impostos devidos nas exonerações parciais e no regime aduaneiro especial de Admissão Temporária;

11. Desenvolvimento dos módulos de controle das operações de exportação ainda não contempladas (exportação direta e remessa para formação de lote de exportação), bem como das operações de remessa de mercadorias para a Suframa, para Áreas de Livre Comércio e para a ZPE Ceará. Esse módulo possibilitará o registro de todas as operações de saída de mercadorias sem incidência de ICMS, possibilitando o controle organizado das ações de fiscalização e a cobrança tempestiva do imposto devido nas operações cujo destino final das mercadorias não seja comprovado;

12. Implantação do CRVE - Catálogo de Valor de Referência, que possibilita a atualização do valor da base de cálculo da cobrança do ICMS. Estima-se com essa medida um incremento de 72 milhões na Receita Estadual;

13. Implantação do CAFe - Sistema de Controle da Fiscalização Eletrônico, que possibilitará a melhoria da execução das ações de auditoria fiscais, bem como aprimorando de sua gestão, com base na tecnologia da informação, que tem como foco a otimização dos resultados a serem alcançados por meio da melhoria dos processos de negócio.

Taxas

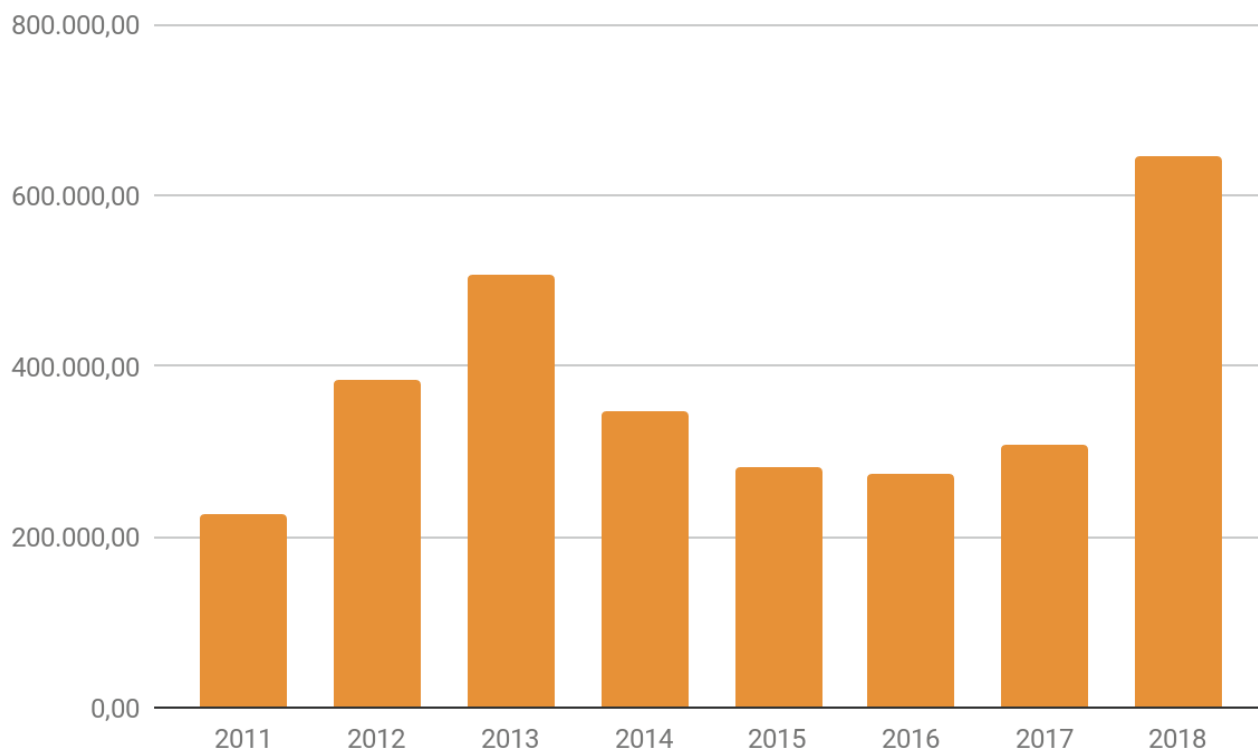
As receitas provenientes das Taxas, orçadas em R\$ 31.835.446,00, totalizaram na sua realização, R\$ 45.578.910,59, representando apenas 0,32% da Receita Tributária. Em relação ao exercício anterior esta receita decresceu em termos nominais 9,34%. Vale mencionar, que a partir de agosto de 2018 as taxas ligadas à Segurança Pública passaram a ser contabilizadas diretamente no Fundo de defesa Social. Essa sistemática implicou uma redução de 9,8 milhões na receita da Administração Direta.

Receita Patrimonial

A Receita Patrimonial, prevista em R\$ 882.487.956,23 no exercício de 2018 atingiu a quantia de R\$ 645.985.488,35, correspondendo a 27,21% das Receitas Correntes (excluídas as receita intraorçamentárias). A Receita de Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamento respondeu por 69,52% do total desta origem.

GRÁFICO VIII

Evolução da Receita Patrimonial - 2011 a 2018



Fonte: SEFAZ/CECAD

Receitas de Serviços

Para as Receitas de Serviços, no ano de 2018 foi previsto uma arrecadação de R\$ 13.998.632,00, porém a sua realização foi de R\$ 10.384.103,87, abaixo de sua previsão em 25,82%. Em comparação com o exercício de 2017 esta receita reduziu em termos nominais 27,49%.

Transferências Correntes

As Transferências Correntes, com previsão final de R\$ 8.539.602.147,04, atingiu o montante de R\$ 8.384.741.302,05, inferior à sua previsão em 1,81%. Tal receita representa 35,32% das Receitas Correntes (excluída receita corrente intra).

No que diz respeito às transferências constitucionais da União feitas ao Estado, no exercício de 2018, estas somaram R\$.6.829.518.605,18, e em relação ao exercício anterior teve um incremento nominal de 7,18%, conforme demonstrado na tabela seguinte. No que se refere a estas transferências, a de maior representatividade foi a receita do Fundo de Participação dos Estados - FPE, que totalizou R\$ 6.495.532.039,16, com um acréscimo nominal de 6,76%, comparado com 2017. Essa

Transferência representa 77,47% das Transferências Correntes e 27,36% das Receitas Correntes (excluídas as receitas intra-orçamentárias).

Vale enfatizar, o crescimento das transferências dos Royalties e IPI, em 52,36% e 58,41 %, respectivamente, em relação ao exercício anterior .

As Transferências de Recursos do FUNDEB referentes ao retorno, contidas em Outras Transferências Multigovernamentais, em 2018, somaram R\$ 1.144.753.171,75 (172401) e participaram com 13,65% das Transferências Correntes. Em comparação com o ano anterior essa receita cresceu 1,63%.

TABELA 19

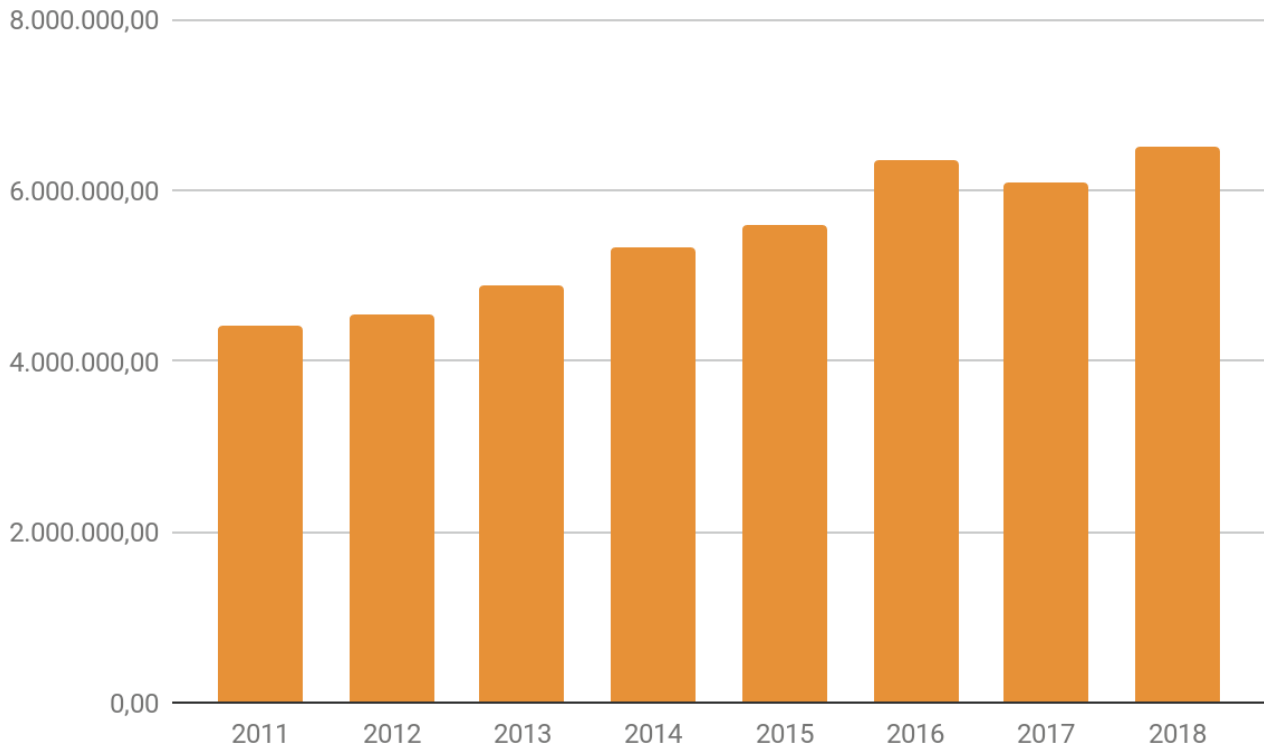
Demonstrativo Comparativo das Transferências Constitucionais da União -Valores Nominais Brutos -2017/2018

(R\$ 1,00)

RECEITAS	(A) 2017	(B) 2018	VAR. % (B/A)	PARTIC.% (B/TOTAL B)
FPE-Cota Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	6.084.109.296,16	6.495.532.039,16	6,76	95,11
CIDE-Cota Parte da contribuição de Intervenção do Domínio Econômico	62.168.441,90	49.973.442,22	-19,62	0,73
FEP-Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo	16.803.726,76	25.201.823,48	49,98	0,37
Royalties	9.459.958,73	14.413.534,97	52,36	0,21
IPI-Cota Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados	33.171.137,52	52.548.002,58	58,41	0,77
Transferência Financeira do ICMS-Desoneração-L.C. Nº 87/96	23.821.346,28	23.332.703,28	-2,05	0,34
FEX-Auxílio para Fomento Exportações	1.239.095,76	0,00	-100,00	0,00
CFEM-Cota-Parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais	1.739.489,01	1.670.540,78	-3,96	0,02
FNDE-Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação	139.615.413,98	166.846.487,18	19,50	2,44
ISO-Cota Parte do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro	0,00	31,53	100,00	0,00
TOTAL	6.372.127.906,10	6.829.518.605,18	7,18	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

GRÁFICO IX
Evolução da Receita do FPE - 2011 a 2018



Fonte: SEFAZ/CECAD

Com relação ao FUNDEB, as receitas que compõem a sua base de cálculo foram registradas pelos seus valores brutos. Contudo, os percentuais deduzidos da arrecadação das receitas e aqueles retidos automaticamente das transferências, ambos destinados à formação do FUNDEB foram registrados em conta contábil de dedução da Receita Orçamentária Arrecadada, conforme Portaria STN nº 700, de 10 de dezembro de 2014.

As Tabelas seguintes demonstram a composição dos recursos que formam o FUNDEB, bem como os que o Estado do Ceará transfere para o Fundo.

A composição das origens do FUNDEB está discriminada na tabela a seguir.

TABELA 20

Demonstrativo das Origens dos Recursos do FUNDEB do Estado do Ceará

(R\$ 1,00)

ORIGEM DO RECURSO	VALOR	PART. %
ICMS EST	552.881.891,66	37,26
FPE	311.703.781,31	21,01
FPM	223.261.634,11	15,05
IPI EXP	2.521.642,62	0,17
ITR	117.021,40	0,01
ITCMD	8.693.527,10	0,59
IPVA	44.080.774,19	2,97
ICMS LEI 87/96	1.492.899,36	0,10
RETORNO	1.144.753.171,75	77,15
COMPL UNIÃO DE EXERCÍCIO ANT	61.969.763,65	4,18
COMPL DA UNIÃO DO EXERCÍCIO	277.149.366,36	18,68
TOTAL DO COMPL DA UNIÃO	339.119.130,01	22,85
TOTAL	1.483.872.301,76	100,00

Fonte: Dados coletados no sistema DAF do Banco do Brasil S/A.

Nota: A Complementação da União de Exercícios Anteriores refere-se ao valor de R\$ 29.573.813,07, conforme Portaria Interministerial N° 08, de 29 de dezembro de 2017 e ao valor de R\$ 32.395.950,58, conforme Portaria N° 385, de 26 de abril de 2018.

Os recursos transferidos ao FUNDEB, que correspondem a 20% da parcela pertencente ao Governo Estadual do ICMS, IPVA, ITCD, FPE, IPI Exportação, Lei Complementar n° 87/96, foram registrados como dedução da respectiva Receita Orçamentária, conforme discriminado a seguir:

TABELA 21

Demonstrativo dos Recursos Transferidos ao FUNDEB pelo Estado do Ceará

(R\$ 1,00)

FONTES	VALOR	PART. %
ICMS ESTADUAL	1.719.446.055,57	54,27
FPE	1.299.106.407,51	41,00
IPI EXP	7.882.200,22	0,25
ITCMD	35.808.650,05	1,13
IPVA	91.819.940,53	2,90
ICMS LEI 87/96	4.666.540,56	0,15
Multas e Juros s/ Penalidades-DEA	9.576.195,80	0,30
TOTAL	3.168.305.990,24	100,00

Fonte: Dados coletados do sistema DAF do Banco do Brasil S/A e do Sistema de Arrecadação de Tributos Unificado e Repasse da SEFAZ/CE;

Nota 1: Valores computados pelo regime de caixa;

Nota 2: Nos repasses realizados em 2018, constam repasses complementares de 2017: ICMS - R\$ 46.880.548,46, IPVA - R\$664.397,26, ITCD - R\$ 7.203.911,12;

Nota 3: Parcela da receita arrecadada em 2018 foi repassada ao FUNDEB em 2019: ICMS - R\$ 41.973.830,62 , IPVA - R\$1.104.256,24, ITCD - R\$ 2.049.455,86;

Nota 4: Os recursos transferidos ao FUNDEB, em 2018, foram contabilizados como dedução da receita orçamentária, salvo o valor de R\$ 9.576.195,80, que foi empenhado na natureza de despesa 337092 - Despesa de Exercícios Anteriores (DEA), Unidade Gestora Encargos Gerais do Estado (UG 191011), referente regularização do parcelamento dos valores de multas e juros punitivos arrecadados no período de 2007 a 2013 e que estão vinculados ao FUNDEB;

Nota 5: Os repasses de multas e juros punitivos do ICMS, IPVA e ITCD realizaram-se em atendimento à Resolução nº 1571/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Ceará -TCE-CE, reiterada pelas Resoluções nº 906/2013 e 69/2014, as quais tratam dos ajustes nos repasses ao FUNDEB do exercício 2007 e posteriores, conforme Nota Explicativa nº 02/2014, a qual esclarece a base de cálculo dos recursos destinados ao FUNDEB.

O resultado negativo do FUNDEB representa a participação que os Municípios auferiram nos recursos transferidos pelo Estado ao Fundo, conforme composição distributiva estabelecida pela Lei nº 11.494/2007.

TABELA 22

Demonstrativo do Resultado do FUNDEB no Estado do Ceará

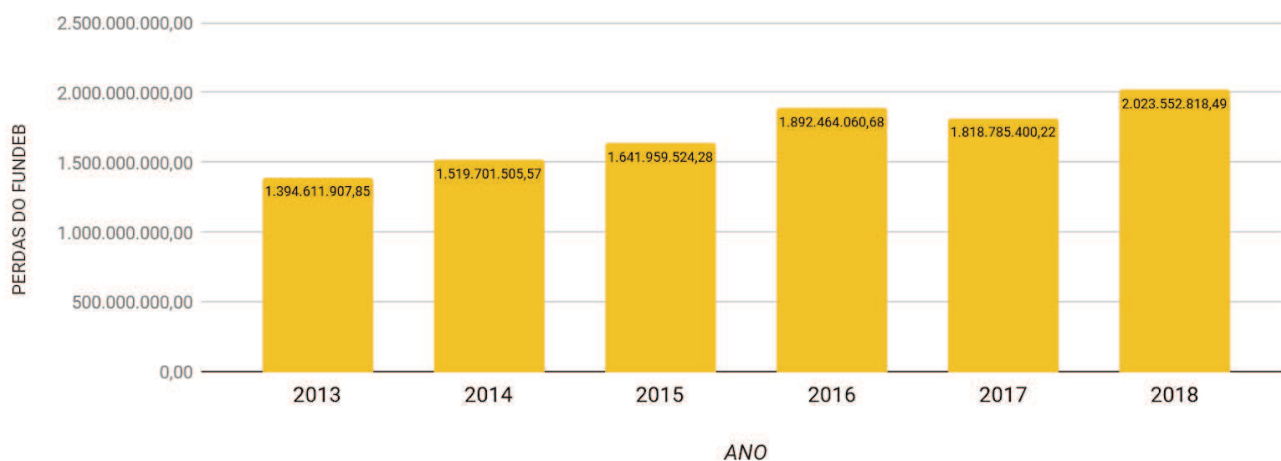
(R\$ 1,00)

DESCRIÇÃO	VALOR
Transferências do Estado	-3.168.305.990,24
Retorno	1.144.753.171,75
Perda do Estado	-2.023.552.818,49

Fonte: SEFAZ/CECAD

GRÁFICO X

Evolução das Perdas do FUNDEB - 2013 a 2018



Fonte: SEFAZ/CECAD

Outras Receitas Correntes

Esse grupo de receitas em 2018, teve uma previsão no valor de R\$ 825.095.007,99 alcançou a cifra de R\$.659.264.197,98, inferior ao previsto em 20,10%. Em 2018, esse grupo apresentou um acréscimo em termos nominais de 3,58 % em relação ao exercício anterior. O item Multas e Juros de Mora participou com R\$ 176.447.064,89, equivalente a 26,76% do total do grupo. Os demais itens: Indenizações e Restituições, Receita da Dívida Ativa e Receitas Diversas atingiram um montante de R\$ 482.817.133,09 representando 73,24% da rubrica Outras Receitas Correntes.

2.1.1.2. Receitas de Capital

Para a Categoria Receitas de Capital foi previsto em 2018 a cifra de R\$3.592.327.473,07, e atingiu o montante de 1.442.335.041,92, participando com 5,67% do total da Receita Orçamentária (sem deduções). As receitas com maior participação nessa categoria foram as Operações de Crédito com valor de R\$ 908.064.839,15 e Transferências de Capital com R\$ 372.724.065,40 representando 62,96% e 25,84%, respectivamente.

O conceito de operação de crédito, evidenciado pelo item III do art. 29 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, é o compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

As operações de crédito previstas na Lei nº 4.320/1964, na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e na Resolução do Senado Federal nº 43/2001, são compostas em operações que integram a dívida flutuante e operações da dívida fundada ou consolidada, sendo classificadas em interna ou externa.

Em 2018, as Receitas de Operações de Crédito apresentaram um decréscimo nominal de 55,73% em relação ao ano de 2017. As receitas de Operações de Crédito Internas foram as responsáveis por esse decréscimo, pois apresentaram uma variação negativa em termos nominais de 92,19% se comparado com o exercício anterior. O baixo volume de receitas realizadas se deve a dificuldades na aplicação de recursos nos seguintes projetos: Linha leste do Metrô de Fortaleza (BNDES), Estações do Metrô, VLT Parangaba Mucuripe (CAIXA), Saneamento do Rio Cocó e Finalização dos Centros de Educação Infantil. As Operações de Crédito Internas alcançaram a cifra de R\$ 95.284.451,01 contra R\$ 1.220.422.981,59, do exercício de 2017, sendo que uma única contratação no exercício de 2017, de R\$1.150 milhões (Operação com o Banco do Brasil para amortização da dívida pública), foi responsável por 94,23% desta receita naquele exercício.. Com relação às Operações de Crédito Externas, em 2018, verificou-se uma redução de apenas 2,15% em termos nominais, se comparado com o exercício anterior.

A tabela e seu respectivo gráfico a seguir, apresentam um comparativo entre a previsão das receitas das operações de crédito do orçamento em relação a sua efetiva arrecadação para o período de 2015 a 2018.

TABELA 23

Demonstrativo Comparativo da Previsão com a Arrecadação da Receita de Operações de Crédito

(R\$ 1.000)

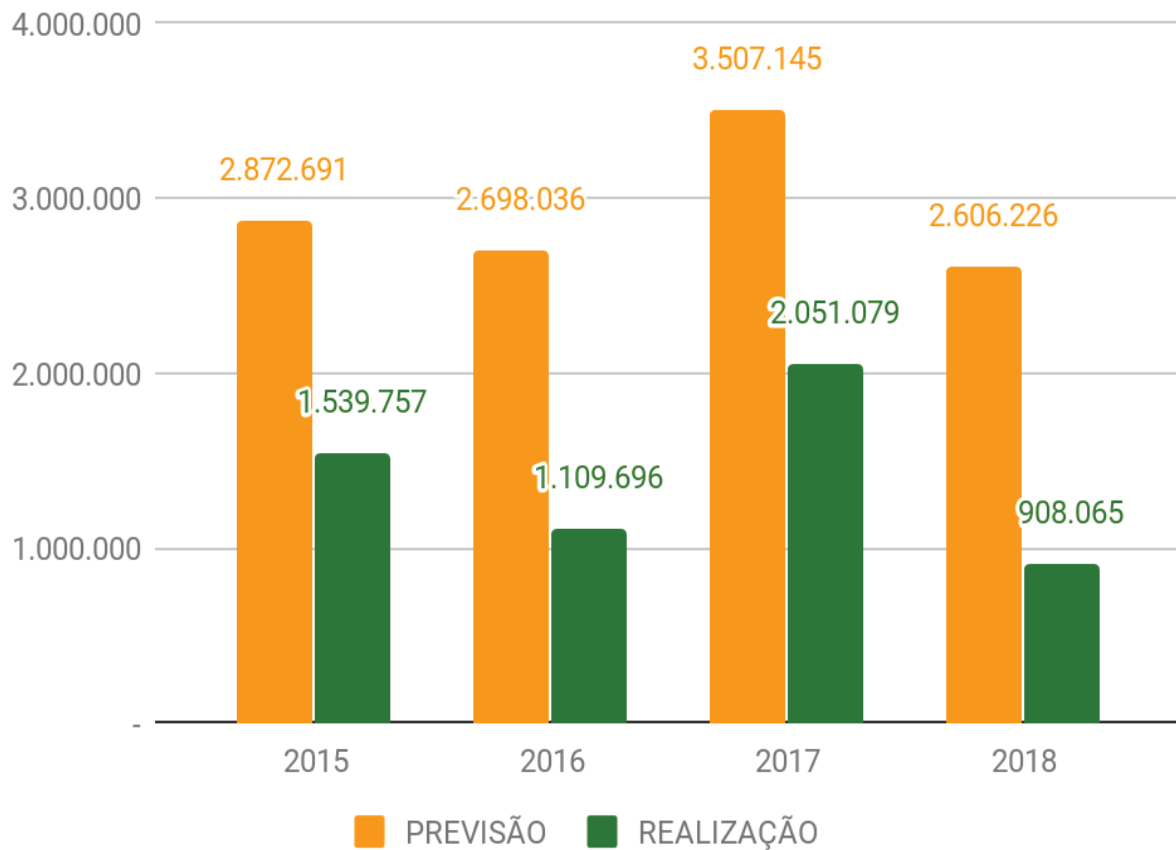
ANO	PREVISÃO (A)	REALIZAÇÃO (B)	% REALIZADO (B/A)	VARIAÇÃO % REALIZADO ANO ANTERIOR
2015	2.872.691	1.539.757	53,60%	-5,75%
2016	2.698.036	1.109.696	41,13%	-27,93%
2017	3.507.145	2.051.079	58,48%	84,83%
2018	2.606.226	908.065	34,84%	-55,73%

Fonte: SEFAZ/CEDIP

GRÁFICO XI

Comparativo da Previsão com a Arrecadação da Receita de Operação de Crédito - 2015 a 2018

(R\$1.000)



Fonte: SEFAZ/CEDIP

A participação das Operações de Crédito em relação à receita total (sem deduções), nos últimos quatro anos, encontra-se demonstrada na tabela e gráficos a seguir:

TABELA 24

Demonstrativo da Evolução das Operações de Crédito em Relação à Receita Total - 2015 a 2018

(R\$ 1.000)

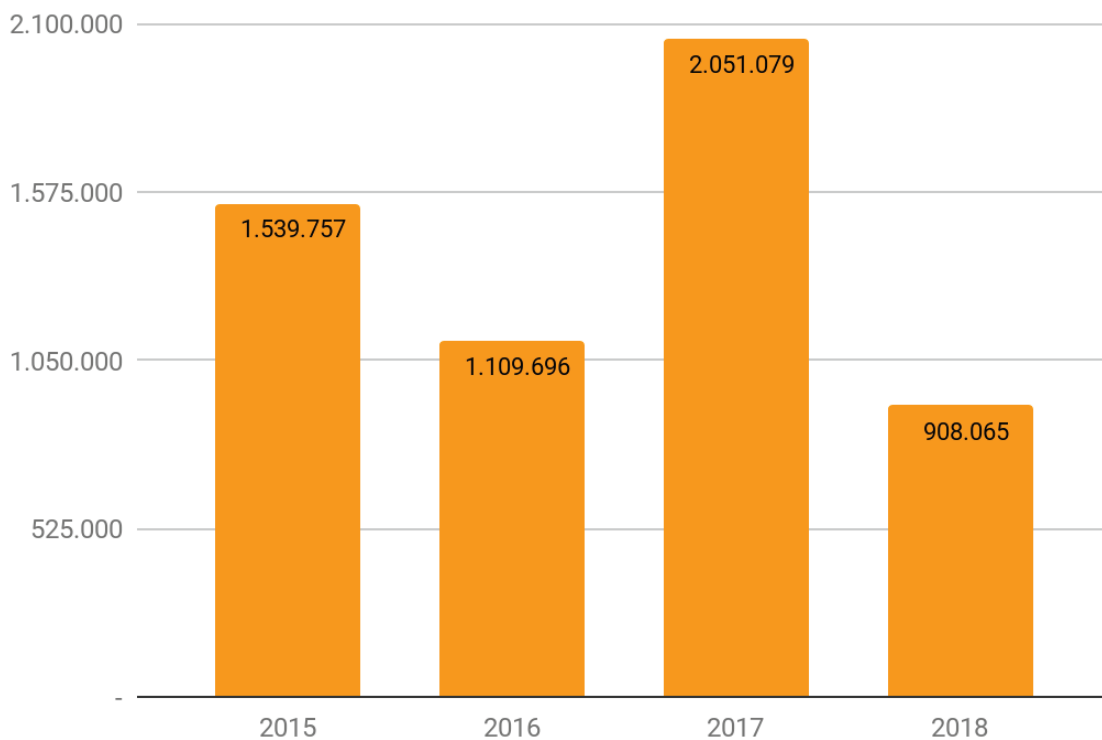
ANO	VALOR LIBERADO	RECEITA TOTAL	PARTICIPAÇÃO %
2015	1.539.757	21.119.322	7,29
2016	1.109.696	23.874.696	4,65
2017	2.051.079	24.710.873	8,30
2018	908.065	25.439.222	3,57

Fonte: SEFAZ/CEDIP

GRÁFICO XII

Evolução das Operações de Crédito - 2015 a 2018

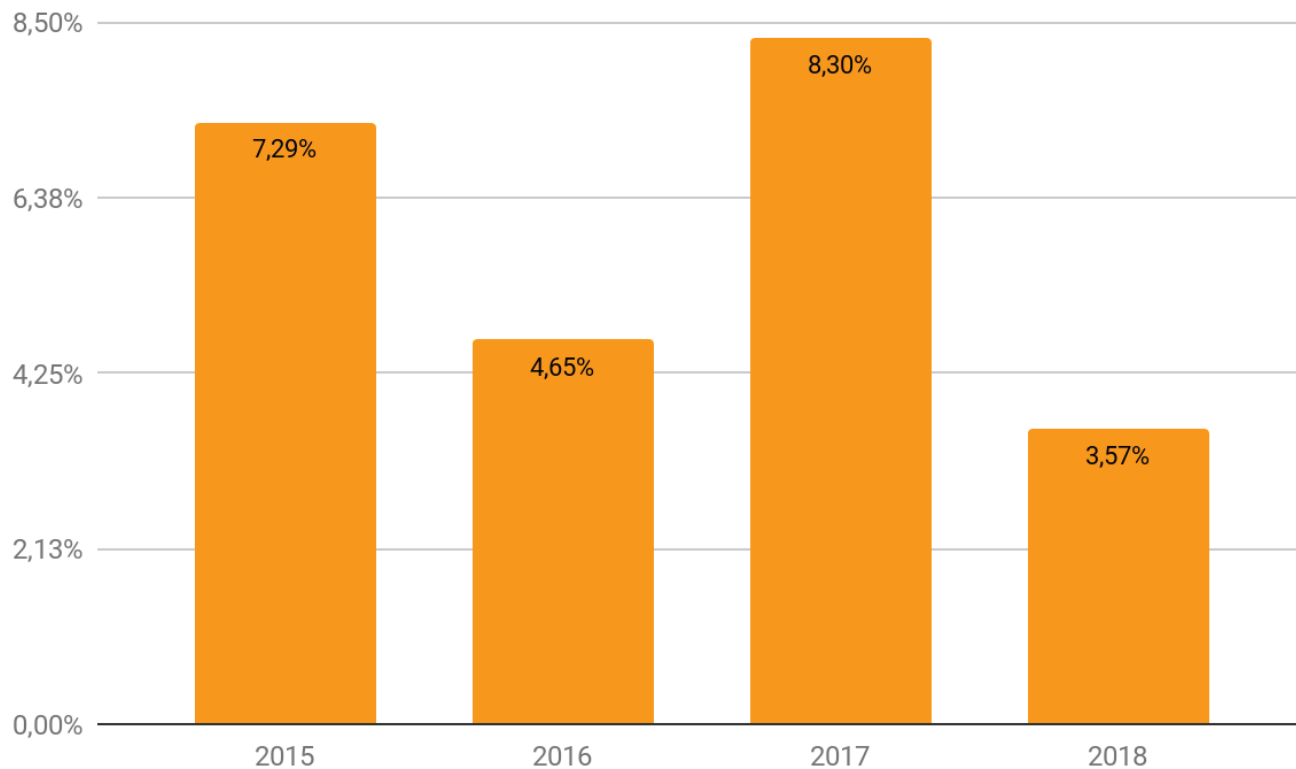
(R\$1.000)



Fonte: SEFAZ/CEDIP

GRÁFICO XIII

Participação das Operações de Crédito em Relação à Receita Total - 2015 a 2018



Fonte: SEFAZ/CEDIP

Quanto à realização de receitas de operações de crédito interna e externa, comparando-se o ano de 2018 com os anos anteriores, verifica-se que houve uma redução na captação de recursos de operações de crédito. A exceção observa-se no valor da receita de operação de crédito interna no ano de 2017, decorrente do contrato de financiamento da Amortização da Dívida Pública assinado com o Banco do Brasil S/A, no montante de R\$ 1.150.000.000,00, impactando pontualmente o valor total dessa classificação no referido ano. Quanto a captação externa, o volume liberado apresentou uma redução média de quase 5% no período analisado. Em todo caso, em 2018, o montante total captado foi de R\$ 908.064.839,15, onde cerca de 10,49%, R\$ 95.284.451,01, referem-se às operações de crédito internas e 89,51%, R\$ 812.780.388,14, às operações externas. Observe a tabela e gráfico a seguir:

TABELA 25

Demonstrativo da Evolução da Receita de Operações de Crédito Interna e Externa - 2015 a 2018

(R\$1.000)

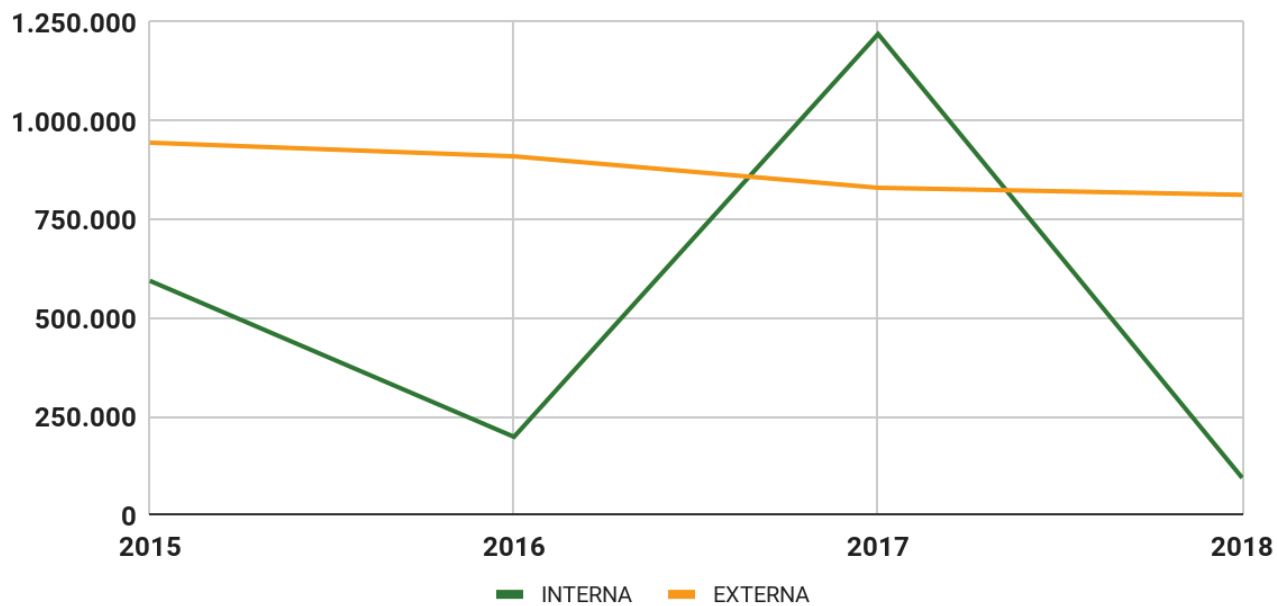
ANO	INTERNA	EXTERNA	TOTAL	VARIAÇÃO ANO ANT %
2015	594.840	944.917	1.539.757	-5,75%
2016	199.358	910.338	1.109.696	-27,93%
2017	1.220.423	830.656	2.051.079	84,83%
2018	95.284	812.780	908.065	-55,73%

Fonte: SEFAZ/CEDIP

GRÁFICO XIV

Evolução da Receita de Operação de Crédito Interna e Externa - 2015 a 2018

(R\$ 1.000)



Fonte: SEFAZ/CEDIP

AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EM 2018 E SUA DESTINAÇÃO (FINALIDADE)

As captações realizadas pelo Estado do Ceará de operações de crédito em 2018, mediante contratos celebrados com instituições financeiras e com organismos multilaterais de crédito, tiveram várias finalidades de investimentos.

Pode-se destacar, conforme citado no item anterior, a operação de crédito, contratada com o Banco do Brasil S/A, referente ao projeto Amortização da Dívida Pública Estadual no Biênio 2017 a 2018, destinada ao pagamento da amortização da dívida pública estadual, que foi aditivado em 2018 para o triênio 2017 a 2019, com a consequente manutenção da capacidade de investimentos do Estado previstos no PPA e na LOA. Esta operação teve todo seu recurso liberado, R\$1.150 milhões, no próprio ano de 2017, representando mais da metade de toda a receita de operação de crédito arrecadada naquele ano.

Nas operações de crédito internas, evidenciam-se as operações relacionadas com o Veículo Leve sob Trilhos - VLT, contratadas com a CAIXA, que receberam recursos da ordem de R\$ 51,5 milhões, representando mais da metade do total de liberações referentes às operações internas. Nas operações com o BNDES, pode-se destacar o empréstimo para a Ampliação do Porto do Pecém que recebeu o montante de R\$ 15,0 milhões.

Analisando-se as operações externas, o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID é o responsável por 59,63%, R\$ 541,4 milhões, de toda a receita de operação de crédito, destacando-se a operação referente ao Programa Viário de Integração Logística do Ceará - CEARÁ IV - 1ª e 2ª Fase, que se destina à continuação da execução do programa rodoviário do Estado, cujo desembolso superou R\$ 280 milhões, representando cerca de 30,93% do total das receitas. Complementando as operações realizadas com o BID, verifica-se que os programas PRODETUR Nacional, PROARES III e o Pólos Regionais - Cidades II desembolsaram recursos da ordem de R\$ 179 milhões, representando 19,76% do total de recursos liberados.

Quanto a outro importante credor externo do Estado, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, apresenta-se o Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico - PforR, com o objetivo de promover avanços sociais e modernizar as instituições no Estado, que desembolsou o equivalente a R\$ 72,9 milhões, participando com 8,03% do montante total. Outra operação com o BIRD, como Projeto São José III, desembolsou em torno de R\$ 100,2 milhões, que representa 11,04% do total.

Observe a tabela a seguir:

TABELA 26

Demonstrativo da Captação das Operações de Crédito e sua Finalidade

(R\$1.000)

OPERAÇÕES DE CRÉDITO		CREADOR	VALOR
INTERNA	FINALIDADE		95.284
Promoradia/Prosaneamento	Urbanização e Saneamento	CAIXA	13.399
VLT Pró-Transporte	Mobilidade Urbana	CAIXA	42.247
Estações Metrô Fortaleza	Mobilidade Urbana	CAIXA	1.539
CPAC Maranguapinho	Urbanização	CAIXA	3.098
CPAC VLT	Moradia	CAIXA	9.281
Centros de Educação Infantil	Infraestrutura	BNDES	6.473
BNDES Estados - Subcrédito A	Execução do Plano de Investimentos PPA	BNDES	4.248
Ampliação Porto do Pecém	Infraestrutura	BNDES	15.000
EXTERNA			812.780
Proares III	Reformas Sociais	BID	57.221
Prodetur Nacional	Turismo	BID	70.805
Pólos Regionais - Cidades II	Desenvolvimento Urbano	BID	51.399
Prog. Rod. Ceará IV - 1ª Fase	Infraestrutura Rodoviária	BID	28.436
Prog. Rod. Ceará IV - 2ª Fase	Infraestrutura Rodoviária	BID	252.386
PROEXMAES II	Saúde	BID	47.692
PROFISCO II	Modernização Fazendária	BID	33.499
Proj. São José III	Desenvolvimento Rural	BIRD	100.244
PforR	Apoio Crescimento Econômico	BIRD	72.895
PROMOTEC II	Desenvolvimento Tecnológico	MLW	33.061
Proj. Paulo Freire / FIDA	Reduzir a Pobreza Rural	FIDA	65.142
Total			908.065

Fonte: SEFAZ/CEDIP

OPERAÇÕES DE CRÉDITO - DO LIMITE DE 16% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

De acordo com a Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, que dispõe sobre as operações de crédito interna e externa dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, em seu art.7º, I, vem tratar do limite ao montante global das operações realizadas em um exercício financeiro não poderá ser superior a 16% (dezesseis por cento) da receita corrente líquida.

Como visto anteriormente, em 2018, as receitas de operações de crédito internas e externas totalizaram um montante de R\$ 908.064.839,15. Ao compararmos este montante em relação à receita corrente líquida, chega-se a um percentual de 4,73%, inferior aos 16% previsto no normativo. Observe tabela e gráfico a seguir:

TABELA 27

Demonstrativo das Liberações Anuais das Operações de Crédito e o seu Limite de 16% da RCL - 2015 a 2018

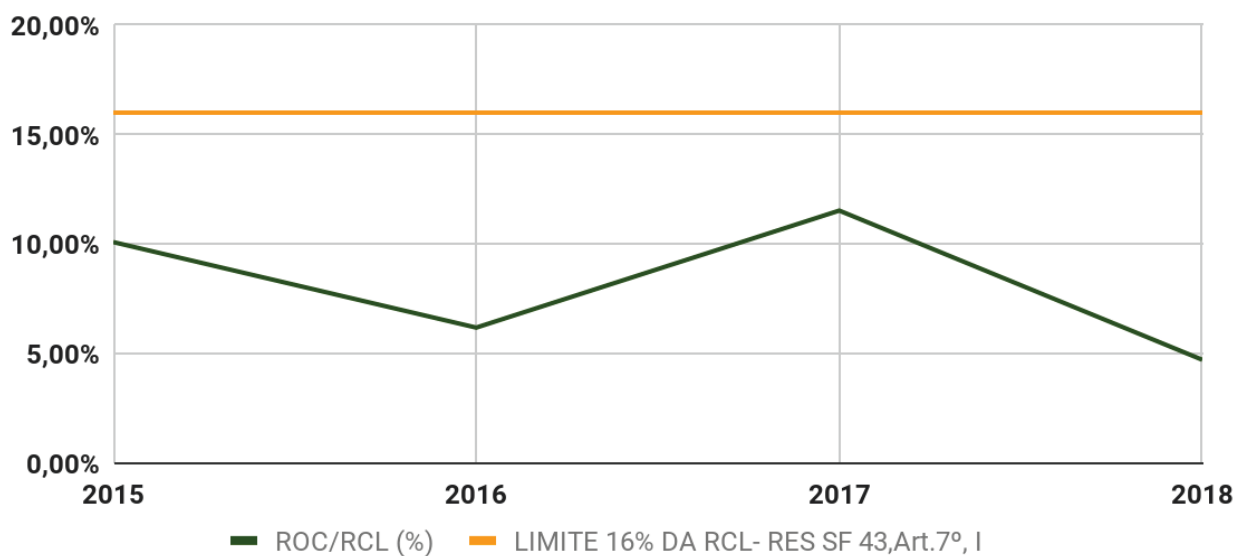
(R\$1.000)

ANO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	RCL	ROC/RCL (%)	LIMITE 16% DA RCL- RES SF 43,Art.7º, I
2015	1.539.757	15.176.440	10,10%	16,00%
2016	1.109.696	17.831.937	6,20%	16,00%
2017	2.051.079	17.779.472	11,54%	16,00%
2018	908.065	19.186.195	4,73%	16,00%

Fonte: SEFAZ/CEDIP

GRÁFICO XV

Liberações Anuais das Operações de Crédito e o Seu Limite de 16% da RCL - 2015 a 2018



Fonte: SEFAZ/CEDIP

Alienação de Bens

A Alienação de Bens, no ano de 2018, somou o montante de R\$ 14.348.150,00, com uma participação de 0,99% no total da Receita de Capital. Do valor arrecadado 92,92% refere-se a receita de Alienação de Bens Móveis. Essa receita apresentou em 2018 um acréscimo nominal de 193,40% em comparação com o exercício anterior.

Transferência de Capital

Em 2018 foi previsto para esta subcategoria a importância de R\$ 883.507.584,38, sendo realizado a cifra de R\$ 372.724.065,40, um decréscimo em termos nominais 15,69% em relação a 2017. Em 2018, 100% dessa receita são Transferências de Convênios. Esse grupo de receita nos últimos exercícios tem sido o segundo grupo mais relevante, participando, em 2018, com 25,84% no total das receitas de capital.

Outras Receitas de Capital

Para o grupo Outras Receitas de Capital, no ano de 2018, foi previsto o valor de R\$ 102.500.000,00, e foi arrecadado o montante de R\$ 147.197987,37, participando com 10,21% no total de sua categoria. Essa receita é formada 100% de receitas de restituições.

2.1.2. Despesa Orçamentária

A Despesa Realizada pela Administração Direta, derivada da Lei Orçamentária Anual de 2018 e de seus créditos adicionais, atingiu o total de R\$ 17.172.738.552,95 correspondendo a 91,64%, da despesa final fixada, que foi R\$18.744.791.351,40, inclui a Despesa Intraorçamentária.

2.1.2.1. Despesa Orçamentária por Tipo de Crédito

TABELA 28

Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada X Realizada Por Tipo de Crédito

(R\$ 1,00)

CRÉDITOS	AUTORIZAÇÃO (A)	REALIZAÇÃO (B)	DIFERENÇA (A-B)	PART. %
Ordinários e Suplementares	18.732.657.243,45	17.164.746.644,33	1.567.910.599,12	99,74
Ordinários Especiais	12.134.107,95	7.991.908,62	4.142.199,33	0,26
TOTAL	18.744.791.351,40	17.172.738.552,95	1.572.052.798,45	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

De acordo com a Lei Orçamentária Anual, que obedeceu à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018, a despesa autorizada e a realizada por tipo de orçamento e segundo as categorias econômicas, estão demonstradas a seguir:

TABELA 29

**Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada
por Tipo de Orçamento e Categoria Econômica**

(R\$ 1,00)

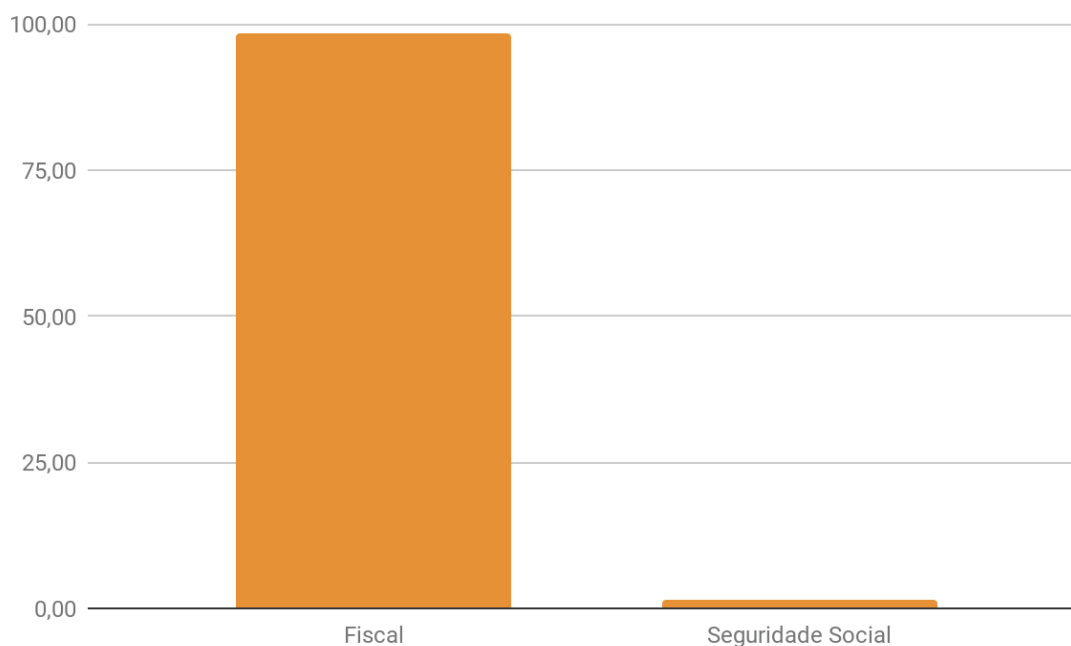
ESPECIFICAÇÃO	AUTORIZAÇÃO (A)	REALIZAÇÃO (B)	REALIZ.% (B/A)	PARTIC.% (B/TOT.B)
Fiscal	18.510.294.639,42	16.950.416.244,41	91,57	98,71
Corrente	14.589.876.290,91	14.197.604.373,35	97,31	82,68
Capital	3.920.418.348,51	2.752.811.871,06	70,22	16,03
Seguridade Social	234.496.711,98	222.322.308,54	94,81	1,29
Corrente	164.949.375,91	161.549.869,06	97,94	0,94
Capital	69.547.336,07	60.772.439,48	87,38	0,35
TOTAL	18.744.791.351,40	17.172.738.552,95	91,61	100

Fonte: SEFAZ/CECAD

GRÁFICO XVI

Despesa Realizada por Tipo de Orçamento

(R\$ 1,00)



Fonte: SEFAZ/CECAD

A participação dos Poderes, com seus respectivos órgãos, e do Ministério Público, no cômputo da despesa autorizada e realizada, está evidenciada na tabela seguinte.

TABELA 30

Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada, por Poder e Órgão

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	AUTORIZAÇÃO (A)	REALIZAÇÃO (B)	SALDO (A-B)	REALIZ.%	PART.% (B/TOTAL B)
PODER LEGISLATIVO	690.105.052,03	678.143.029,11	11.962.022,92	98,27	3,95
Assembleia Legislativa	493.161.159,71	481.245.202,72	11.915.956,99	97,58	2,80
Tribunal de Contas do Estado	196.943.892,32	196.897.826,39	46.065,93	99,98	1,15
PODER JUDICIÁRIO	1.203.715.158,04	1.202.699.265,82	1.015.892,22	99,92	7,00
Tribunal de Justiça	1.203.715.158,04	1.202.699.265,82	1.015.892,22	99,92	7,00
MINISTÉRIO PÚBLICO	416.449.908,00	415.882.589,93	567.318,07	99,86	2,42
Procuradoria GERAL da Justiça	416.449.908,00	415.882.589,93	567.318,07	99,86	2,42
PODER EXECUTIVO	16.434.521.233,33	14.876.013.668,09	1.558.507.565,24	90,52	86,63
Defensoria Pública Geral do Estado	162.654.502,90	149.947.343,54	12.707.159,36	92,19	0,87
Secretaria da Infraestrutura	1.013.736.664,37	468.565.146,24	545.171.518,13	46,22	2,73
Sec. da Segurança Pública e Defesa Social	100.944.652,87	98.482.441,97	2.462.210,90	97,56	0,57
SSPDS-Polícia Civil	506.914.744,57	502.498.201,85	4.416.542,72	99,13	2,93
Polícia Militar do Ceará	1.813.558.109,52	1.798.148.987,62	15.409.121,90	99,15	10,47
Corpo de Bombeiros Militar do Ceará	207.123.734,00	200.317.026,30	6.806.707,70	96,71	1,17
Perícia Forense do estado do Ceará	100.884.112,66	96.558.272,64	4.325.840,02	95,71	0,56
Academia Estadual de Seg. Pública do Estado	21.326.209,79	18.408.969,35	2.917.240,44	86,32	0,11
Sup. de Pesquisa e Estratégia de Seg. Publ. do Estado	1.453.296,72	568.175,17	885.121,55	39,10	0,00
Gabinete do Governador	143.966.146,85	135.192.883,71	8.773.263,14	93,91	0,79
Gabinete do Vice-governador	11.199.748,12	10.776.933,20	422.814,92	96,22	0,06
Procuradoria GERAL do Estado	73.765.982,35	71.906.687,06	1.859.295,29	97,48	0,42
Conselho Estadual de Educação	5.878.337,89	5.038.699,15	839.638,74	85,72	0,03
Secretaria da Justiça e Cidadania	602.661.350,58	560.372.506,22	42.288.844,36	92,98	3,26
Secretaria da Fazenda	772.455.242,74	757.866.955,70	14.588.287,04	98,11	4,41
-Encargos Gerais do Estado	5.228.470.467,67	5.087.819.501,32	140.650.966,35	97,31	29,63
Secretaria do Desenvolvimento Agrário	452.691.541,46	366.064.148,88	86.627.392,58	80,86	2,13
Secretaria da Educação	3.141.279.198,76	2.999.225.650,94	142.053.547,82	95,48	17,47
-Centro de Educ. à Distância do Estado do Ceará	4.348.105,00	3.223.629,53	1.124.475,47	74,14	0,02
Secretaria da Cultura	111.558.094,68	89.692.741,61	21.865.353,07	80,40	0,52
Secretaria dos Recursos Hídricos	373.254.884,29	243.783.374,47	129.471.509,82	65,31	1,42
Casa Civil	55.066.371,06	54.731.136,82	335.234,24	99,39	0,32
Secretaria da Ciência, tec. Educação Superior	107.742.142,13	70.780.363,08	36.961.779,05	65,69	0,41
Secretaria do Turismo	232.217.970,90	185.237.562,01	46.980.408,89	79,77	1,08
Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado	28.183.128,41	27.532.437,72	650.690,69	97,69	0,16
Secretaria do Esporte	56.062.379,21	50.831.185,70	5.231.193,51	90,67	0,30
Secretaria das Cidades	531.517.179,09	305.237.170,02	226.280.009,07	57,43	1,78
Secretaria de Planejamento e Gestão	96.229.471,01	90.278.295,15	5.951.175,86	93,82	0,53
-Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará	2.965.896,00	2.783.278,69	182.617,31	93,84	0,02
Sec. do Trabalho e Desenvolvimento Social	225.592.954,42	201.449.124,06	24.143.830,36	89,30	1,17
-Sup. do Sistema Est. de Desenv. Socioeducativo	93.003.451,92	89.982.835,31	3.020.616,61	96,75	0,52
Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura	53.266.060,40	52.194.199,13	1.071.861,27	97,99	0,30
Controladoria-Geral da Disc. dos Órgãos de Seg. Pública	9.526.230,86	9.273.120,17	253.110,69	97,34	0,05
Secretaria Especial de Políticas Sobre as Drogas	14.553.925,57	13.490.901,10	1.063.024,47	92,70	0,08
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	17.864.937,40	17.482.699,56	382.237,84	97,86	0,10
Secretaria do Meio Ambiente	60.604.007,16	40.271.083,10	20.332.924,06	66,45	0,23
TOTAL	18.744.791.351,40	17.172.738.552,95	1.572.052.798,45	91,61	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

Os “Encargos Gerais do Estado”, demonstrado na tabela anterior, representa uma unidade orçamentária ligada à Secretaria da Fazenda, em que são realizadas as despesas que abrangem todo o Estado, como: o Serviço e Amortização da Dívida

Pública, as Transferências Constitucionais aos Municípios, Sentenças Judiciais, PASEP, Pensões Especiais, Indenizações e Restituições e outras.

TABELA 31

Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada por Poder e Categoria Econômica

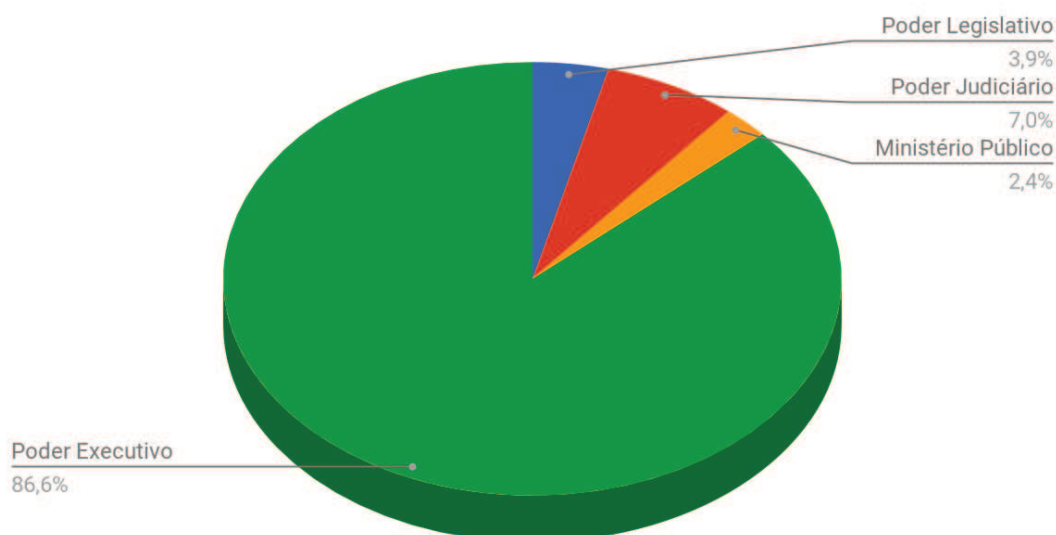
(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	AUTORIZAÇÃO (A)	REALIZAÇÃO (B)	REALIZ.% (B/A)	PART. % (B/TOT. B)
Poder Legislativo	690.105.052,03	678.143.029,11	98,27	3,95
Despesas Correntes	656.962.084,38	650.032.394,15	98,95	3,79
Despesas de Capital	33.142.967,65	28.110.634,96	84,82	0,16
Poder Judiciário	1.203.715.158,04	1.202.699.265,82	199,75	7,00
Despesas Correntes	1.175.707.158,04	1.174.738.289,05	99,92	6,84
Despesas de Capital	28.008.000,00	27.960.976,77	99,83	0,16
Ministério Público	416.449.908,00	415.882.589,93	99,86	2,42
Despesas Correntes	416.449.908,00	415.882.589,93	99,86	2,42
Poder Executivo	16.434.521.233,33	14.876.013.668,09	90,52	86,63
Despesas Correntes	12.505.706.516,40	12.118.500.969,28	96,90	70,57
Despesas de Capital	3.928.814.716,93	2.757.512.698,81	70,19	16,06
TOTAL	18.744.791.351,40	17.172.738.552,95	91,61	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

GRÁFICO XVII

Despesa Realizada por Poder



Fonte: SEFAZ/CECAD

2.1.2.2. Despesa por Categoria Econômica e Grupo

A comparação da despesa autorizada com a executada, por categoria e grupo, da Administração Direta, está demonstrada da seguinte forma:

TABELA 32

Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada, por Categoria Econômica e Grupo

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	AUTORIZAÇÃO (A)	REALIZAÇÃO (B)	SALDO (A-B)	REALIZ. % (B/A)	PART. % (B/TOTAL B)
Despesas Correntes	14.754.825.666,82	14.359.154.242,41	395.671.424,41	97,32	83,62
Pessoal e Encargos Sociais	7.590.890.148,14	7.410.763.964,74	180.126.183,40	97,63	43,15
Juros e Encargos da Dívida	567.519.546,94	562.907.752,50	4.611.794,44	99,19	3,28
Outras Despesas Correntes	6.596.415.971,74	6.385.482.525,17	210.933.446,57	96,80	37,18
Despesas de Capital	3.989.965.684,58	2.813.584.310,54	1.176.381.374,04	70,52	16,38
Investimentos	3.027.999.446,60	1.865.765.563,85	1.162.233.882,75	61,62	10,86
Inversões Financeiras	141.985.354,83	141.680.354,83	305.000,00	99,79	0,83
Amortizações	819.980.883,15	806.138.391,86	13.842.491,29	98,31	4,69
TOTAL	18.744.791.351,40	17.172.738.552,95	1.572.052.798,45	91,61	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

2.1.2.2.1. Despesas Correntes

As Despesas Correntes, realizada pela Administração Direta para a manutenção e o funcionamento da máquina administrativa, alcançaram o montante de R\$ 14.359.154.242,41, correspondendo a 83,62 % da Despesa Orçamentária.

Pessoal e Encargos Sociais

A Despesa com Pessoal e Encargos, no valor de R\$ 7.410.763.964,74, é o grupo mais representativo dentro das Despesas Correntes, representando 43,15%.

Destaque-se que existe uma diferença no total do grupo “Pessoal e Encargos Sociais”, da tabela seguinte, com o total da Despesa de Pessoal do Demonstrativo da Despesa de Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida. A razão disto é que nesta última estão incluídos os valores empenhados na rubrica Pessoal e Encargos da Administração Direta e Indireta e calculada nos moldes do art.18 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

TABELA 33

**Demonstrativo da Despesa de Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida - RCL, Conforme
Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 - Sem Pensionistas (Resolução nº 2.230/10-TCE)**

(R\$ 1,00)

DESPESA LIQUIDADADA COM PESSOAL	DESPESAS EMPENHADAS PODER EXECUTIVO	PODER LEGISLATIVO	PODER JUDICIÁRIO	MINISTÉRIO PÚBLICO	TOTAL (Últimos 12 meses)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	9.876.997.255,99	591.218.878,64	1.183.127.546,48	382.405.636,56	12.033.749.317,67
PESSOAL ATIVO	6.974.795.270,26	469.699.687,43	1.036.582.332,54	338.633.662,67	8.819.710.952,90
- Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	5.931.975.630,10	387.808.690,40	855.684.148,01	278.736.578,31	7.454.205.046,82
- Obrigações Patronais	1.041.630.299,70	81.890.997,03	180.898.184,53	59.897.084,36	1.364.316.565,62
- Benefícios Previdenciários	1.189.340,46	0,00	0,00	0,00	1.189.340,46
PESSOAL INATIVO	2.285.342.964,01	108.163.461,12	146.545.213,94	43.771.973,89	2.583.823.612,96
- Aposentadoria, Reserva e Reformas	2.285.342.964,01	108.163.461,12	146.545.213,94	43.771.973,89	2.583.823.612,96
- Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (art. 18, § 1º da LRF)	616.859.021,72	13.355.730,09	0,00	0,00	630.214.751,81
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	1.766.358.616,25	111.200.833,27	153.113.807,22	57.565.778,41	2.088.239.035,15
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	463.848,52	0,00	472.532,37	936.380,89
Decorrentes de Decisão Judicial	143.241.382,99	0,00	0,00	9.537.244,54	152.778.627,53
Despesas de Exercícios Anteriores	52.782.089,73	2.573.523,63	8.374.222,33	3.784.027,61	67.513.863,30
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.570.335.143,53	108.163.461,12	144.739.584,89	43.771.973,89	1.867.010.163,43
DESPESA TOTAL COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - DTP (III) = (I - II)	8.110.638.639,74	480.018.045,37	1.030.013.739,26	324.839.858,15	9.945.510.282,52
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	19.186.208.626,10	19.186.208.626,10	19.186.208.626,10	19.186.208.626,10	19.186.208.626,10
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	11.682.992,00	11.682.992,00	11.682.992,00	11.682.992,00	11.682.992,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - RCLA (VI)	19.174.525.634,10	19.174.525.634,10	19.174.525.634,10	19.174.525.634,10	19.174.525.634,10
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - DTP Sobre a RCL (III / VI)*100	42,30%	2,50%	5,37%	1,69%	51,87%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	49,00%	3,00%	6,00%	2,00%	60,00%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (Parágrafo Único, art. 22 da LRF)	46,55%	2,85%	5,70%	1,90%	57,00%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (Inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	44,10%	2,70%	5,40%	1,80%	54,00%

Fonte: SEFAZ/CECAD

Notas: 1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas Liquidadas: consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;
 - Despesas Empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, são consideradas liquidadas no encerramento do exercício.
- No item "PESSOAL ATIVO" constam as contribuições patronais do Regime Próprio da Previdência;
 - Exclui "PENSIONISTAS", conforme Resolução nº 2.230/10 - TCE;
 - O Regime Previdenciário está composto pelo Regime Próprio dos Servidores denominado SUPSEC (composto pelo FUNAPREV, PREVMILITAR, PREVID) e pelo Sistema de Previdência Parlamentar (FPP);
 - Do total da Despesa Bruta com Pessoal Ativo, R\$ 51.516.000,25 se referem às despesas de pessoal dos Consórcios de Saúde Pública efetuadas com recursos estaduais;
 - Consórcio Público de Crato não apresentou a prestação de contas do RGF em conformidade com a 8ª Edição do MDF. Portanto, foram incluídos os valores pelas transferências correntes efetuadas no período;
 - Os valores apresentados incluem as despesas da Defensoria Pública Geral do Estado, órgão autônomo para o qual não foi ainda estabelecido Limite de Despesas com Pessoal;
 - Foram deduzidos os valores pertinentes aos abonos de permanência concedidos, conforme Resolução do TCE/CE nº 2582/2009 (DOE de 28/12/2009).

Como demonstra a tabela anterior, o Estado cumpriu o que estabelece o inciso II, do Art.19 da Lei Complementar nº.101, de 04 de maio de 2000, de não exceder 60% da Receita Corrente Líquida com Despesa de Pessoal e Encargos, tendo comprometido, em 2018, 51,87%.

No Demonstrativo da Despesa de Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida - RCL, tabela acima, estão apropriadas as despesas com inativos em cada Poder e no Ministério Público.

Os repasses previdenciários ao Regime Próprio de Previdência Social estão apropriados no Pessoal Ativo de cada Poder e Ministério Público.

Estão incluídas na Despesa de Pessoal as despesas relativas a mão-de-obra, constantes de contratos de terceirização e inerentes a categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do quadro de pessoal da Instituição, classificadas no elemento 34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização.

A despesa supramencionada está regulamentada pelo Poder Executivo através da Instrução Normativa Conjunta SEFAZ/SEAD/SECON nº 01, de 21 de junho de 2006. Na despesa com pessoal não estão computadas as despesas com pensionistas por força da Resolução nº 2230/10/TCE.

Comparando-se, o valor da Despesa com Pessoal de todos os poderes do exercício de 2018 no valor R\$.9.945.510.282,52 , com a do exercício de 2017 no valor de R\$ 9.257.307.983,51, houve um acréscimo nominal de 7,43%.

A tabela a seguir evidencia as nomeações de novos servidores públicos estaduais , no exercício de 2018.

TABELA 34

Demonstrativo das Nomeações de Novos Servidores - Arts. 15, 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal

Órgão/Entidade	Denominação-Cargo	Quantidade
Corpo de Bombeiros Militar do Ceará	Soldado Pronto	3
Departamento de Engenharia e Arquitetura	Analista de Infraestrutura	20
Departamento Estadual de Rodovias	Analista de Infraestrutura	9
Fundação Universidade Estadual do Ceará	Procurador Autárquico	1
	Analista de Gestão em Educação Superior	3
	Professor Assistente	6
	Assistente da Gestão em Educação Superior	13
Junta Comercial do Estado do Ceará	Professor Adjunto	1
	Assistente de Administração	1
	Técnico em Registro do Comércio	12
Polícia Civil	Delegado de Polícia	92
	Escrivão de Polícia Civil	193
	Inspetor de Polícia Civil	365
Perícia Forense do Estado do Ceará	Auxiliar de Perícia	2
	Perito Criminal	1
	Médico Perito Legista	2
Procuradoria Geral do Estado	Procurador do Estado	1
Polícia Militar	Soldado Pronto	1335
Secretaria da Educação	Professor	1
Secretaria da Justiça	Agente Penitenciário	989
Secretaria da Saúde	Nutricionista	1
	Enfermeiro	6
	Farmacêutico	2
	Médico	2
	Cirurgião Dentista	1
	Fisioterapeuta	1
Fundação Universidade Regional do Cariri	Professor Assistente	4
	Professor Auxiliar	3
	Professor Adjunto	1
Fundação Universidade Estadual Vale do Acaraú	Professor Auxiliar	1
	Professor Assistente	3
	Professor Adjunto	6
TOTAL GERAL		3081

Fonte: SEFAZ/CECAD

De acordo com os termos dos artigos 15, 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Poder Executivo esclarece que, em 2018, realizou 3.081 nomeações de novos servidores, conforme está demonstrado na tabela anterior. A despesa com esses novos servidores representou para o Estado, em 2018, um custo adicional de R\$ 143.482.758,11. Vale ressaltar que o impacto orçamentário-financeiro para o exercício de 2018-2019 é de R\$ 76.294.670,76 e para 2019-2020 é de R\$.9.889.984,30.

TABELA 35

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, conforme Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000

(R\$ 1,00)

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO
I - RECEITAS CORRENTES	2.327.669.871	2.287.723.678	1.955.082.177	2.105.943.768	2.222.289.170	2.040.756.799	1.904.597.930
Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria	1.475.572.471	1.151.609.216	1.105.579.549	1.220.394.756	1.174.756.025	1.097.533.859	1.151.671.899
ICMS	1.067.589.702	904.081.366	842.748.774	954.202.447	917.208.521	849.279.915	963.234.102
IPVA	257.271.440	110.480.578	110.705.806	105.613.606	96.651.642	82.782.958	24.713.650
ITCD	3.472.420	6.794.289	3.912.349	6.605.585	7.414.091	7.032.799	5.337.081
IRRF	85.487.465	79.911.227	85.572.550	89.384.848	87.621.747	94.811.685	86.704.658
Outros Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria	61.751.443	50.341.757	62.640.070	64.588.270	65.860.024	63.626.501	71.682.407
Receita de Contribuições	15.471.758	57.193.905	58.482.565	58.472.632	61.596.431	58.173.872	57.931.098
Receita Patrimonial	26.836.330	23.390.809	32.905.004	33.649.547	31.976.340	26.146.944	25.500.659
Rendimentos de Aplicação Financeira	25.510.790	21.989.047,45	28.708.460,74	24.699.163	21.290.984	24.235.919	24.234.379
Outras Receitas Patrimoniais	1.325.539,58	1.401.761,06	4.196.542,77	8.950.383,43	10.685.356,22	1.911.025,10	1.266.280,13
Receita Agropecuária	1.306	251	1.366	1.150	366	1.156	851
Receita Industrial	0	0	0	0	0	0	0
Receita de Serviços	4.666.361	4.084.319	7.509.033	5.501.063	6.203.337	5.970.100	5.327.004
Transferências Correntes	757.740.397	1.001.724.200	705.417.647	739.683.759	900.120.860	796.331.433	607.230.457
Cota-Parte do FPE	566.431.368,76	731.870.147,90	496.611.529,42	519.695.509,22	637.971.061,23	592.143.547,57	405.395.315,96
Transferências da L.C. 87/1996	1.944.392	1.944.392	1.944.392	1.944.392	1.944.392	1.944.392	1.944.392
Transferências da L.C. 61/1989	0	0	0	0	0	0	0
Transferências do FUNDEB	107.147.523	193.160.920	109.352.610	90.484.532	181.936.958	112.983.295	107.265.622
Outras Transferências Correntes	82.217.113	74.748.740	97.509.115	127.559.326	78.268.448	89.260.198	92.625.126
Outras Receitas Correntes	47.381.248	49.720.979	45.187.012	48.240.861	47.635.811	56.599.436	56.935.962
II - DEDUÇÕES	702.792.022	659.912.714	579.662.992	568.005.287	628.424.801	630.573.177	492.485.353
Transferências Constitucionais e Legais	388.845.065	285.800.082	282.739.324	259.859.016	282.627.695	324.776.631	192.201.356
Contrib.do serv. p/o Plano de Previdência	15.471.758	57.193.905	58.482.565	58.472.632	61.596.431	58.173.872	57.931.098
Compens.Financ. entre Reg.Previdência	3.704.297,65	4.635.944,18	2.589.300,67	2.377.681,28	2.972.779,38	5.562.122,07	4.130.349,12
Ded.de Rec.para a formação do FUNDEB	294.770.901	312.282.782	235.851.802	247.295.957	281.227.895	242.060.552	238.222.549
III - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	1.624.877.849	1.627.810.964	1.375.419.184	1.537.938.481	1.593.864.370	1.410.183.622	1.412.112.577

	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL	PREVISÃO ATUALIZADA
I - RECEITAS CORRENTES	2.148.625.631	1.951.500.639	2.276.712.241	2.497.373.984	2.750.824.244	26.469.113.650	27.063.782.075
Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria	1.255.823.015	1.211.149.148	1.282.125.337	1.230.162.138	1.407.338.348	14.763.715.760	14.736.628.902
ICMS	1.065.747.731	1.040.668.674	1.033.621.400	1.061.210.743	1.142.207.584	11.841.800.958	11.909.954.316
IPVA	19.387.933	14.840.150	14.285.439	11.387.575	11.585.373	859.706.149	872.677.231
ITCD	4.378.735	5.162.166	80.694.462	6.076.235	9.847.669	146.727.881	113.825.810
IRRF	87.147.542	85.982.154	89.644.520	89.163.770	167.531.918	1.128.964.085	1.059.565.691
Outros Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria	79.161.073	64.496.005	63.879.516	62.323.815	76.165.804	786.516.686	780.605.854
Receita de Contribuições	61.689.585	59.668.838	59.204.147	59.270.105	123.600.244	730.755.181	798.974.574
Receita Patrimonial	22.280.939	20.191.835	249.306.793	242.686.128	36.979.816	771.851.143	971.047.799
Rendimentos de Aplicação Financeira	20.228.991	18.160.317,16	34.327.157	17.743.436	25.911.448	287.040.092	286.314.578,03
Outras Receitas Patrimoniais	2.051.948,69	2.031.517,84	214.979.636,05	224.942.692,28	11.068.367,67	484.811.050,82	684.733.221,23
Receita Agropecuária	1.036	0	0	810	0	8.291	0
Receita Industrial	0	0	0	0	0	0	0
Receita de Serviços	7.237.775	8.386.414	7.614.462	12.469.862	10.473.845	85.443.577	101.012.716
Transferências Correntes	728.431.383	582.000.157	625.582.621	886.728.878	910.825.589	9.241.817.382	9.425.931.649
Cota-Parte do FPE	510.673.382,98	385.698.902,62	439.965.173,29	548.718.335,06	660.357.765,15	6.495.532.039,16	6.647.140.472,00
Transferências da L.C. 87/1996	1.944.392	1.944.392	1.944.392	1.944.392	1.944.392	23.332.703	23.821.346
Transferências da L.C. 61/1989	0	0	0	0	0	0	0
Transferências do FUNDEB	111.401.170	103.435.383	111.905.057	121.379.937	133.419.293	1.483.872.302	1.519.644.865
Outras Transferências Correntes	104.412.438	90.921.480	71.767.998	214.686.214	115.104.140	1.239.080.338	1.235.324.966
Outras Receitas Correntes	73.161.897	70.104.247	52.878.881	66.056.063	261.606.402	875.508.798	1.030.186.435
II - DEDUÇÕES	557.207.637	571.322.325	583.693.695	613.351.713	695.473.308	7.282.905.023	7.360.115.079
Transferências Constitucionais e Legais	244.858.450,72	278.979.481,38	270.253.188,03	270.824.410,43	259.972.477,70	3.341.737.179,10	3.400.894.722,00
Contrib.do serv. p/o Plano de Previdência	61.689.585	59.668.838	59.204.147	59.270.105	123.600.244	730.755.181	798.974.574
Compens.Financ. entre Reg.Previdência	5.409.419	5.086.185	3.028.480	5.017.069	7.169.243	51.682.869	35.724.419
Ded.de Rec.para a formação do FUNDEB	245.250.183	227.587.820	251.207.880	278.240.129	304.731.344	3.158.729.794	3.124.521.364
III - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	1.591.417.993,38	1.380.178.313,95	1.693.018.546,35	1.884.022.271,35	2.055.350.936,06	19.186.195.108,18	19.703.666.996,20

Fonte: SEFAZ/CECAD

A Receita Corrente Líquida - RCL, no valor de R\$ 19.186.195.108,18 foi apurada somando-se as receitas arrecadadas, com as devidas deduções, no mês de referência (dezembro) e nos 11 meses anteriores.

A RCL é referência para a fixação dos limites das despesas com pessoal, das despesas previdenciárias, das garantias, da dívida consolidada e das operações de crédito. Isto significa que quanto mais aumentar a RCL, mais poderão se expandir os valores das despesas que estão a ela referenciadas. Vale informar que, no cálculo da despesa com pessoal foi utilizada a Receita Corrente Líquida Ajustada no valor R\$ 19.174.512.116,18.

TABELA 36

Demonstrativo da Despesa com Pessoal x Receita Corrente Líquida - 2013 a 2018

(R\$ 1000)

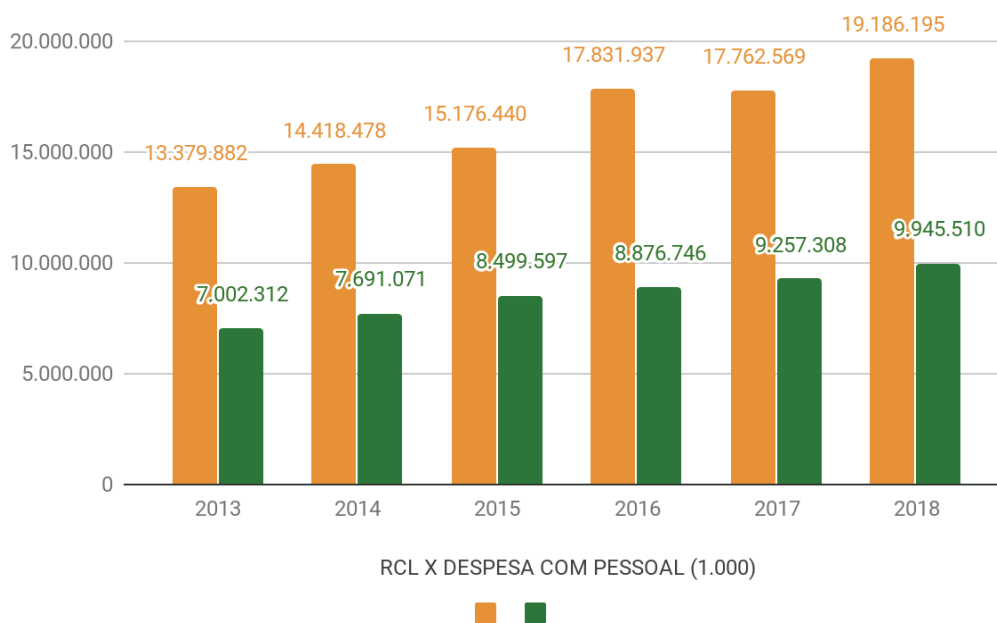
ANO	RCL (A)	DESP. COM PESSOAL (B)	REALIZ.% (B/A)
2013	13.379.882	7.002.312	52,33
2014	14.418.478	7.691.071	53,34
2015	15.176.440	8.499.597	56,01
2016	17.831.937	8.876.746	49,78
2017	17.762.569	9.257.308	52,12
2018	19.186.195	9.945.510	51,87

Fonte: SEFAZ/CECAD

GRÁFICO XVIII

Despesa com Pessoal x Receita Corrente Líquida- 2013 a 2018

(R\$ 1000)



Fonte: SEFAZ/CECAD

TABELA 37

Demonstrativo dos Juros e Encargos da Dívida

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	2017 (A)	2018 (B)	VAR. % (B/A)
Juros da Dívida Interna			
-Juros Sobre a Dívida Por Contrato	249.564.375,96	303.259.302,67	21,52
-Juros Sobre a Dívida Por Contrato-Lei 9496	35.279.925,13	31.835.425,73	-9,76
TOTAL	284.844.301,09	335.094.728,40	17,64
Encargos pela Honra de Avais, Garantias, Seguros e Similares			
-Juros Sobre a Dívida Junto a União -COHAB	27.350.918,76	17.567.755,98	-35,77
TOTAL	27.350.918,76	17.567.755,98	-35,77
Outros Encargos da Dívida Interna			
-Out. Enc. Sobre a Dív. Por Contrato	22.121.313,04	21.233.049,63	-4,02
-Out. Enc. Sobre a Dív. Por Contrato-Lei 9496	632.695,99	667.986,16	5,58
TOTAL	22.754.009,03	21.901.035,79	-3,75
TOTAL JUROS E ENCARGOS DA DÍV. INTERNA	334.949.228,88	374.563.520,17	11,83
Juros da Dívida Externa			
-Juros Sobre a Dívida Por Contrato	109.004.694,59	180.538.691,52	65,62
TOTAL	109.004.694,59	180.538.691,52	65,62
Outros Encargos da Dívida Externa			
-Out. Juros Sobre a Dív. Por Contrato	8.144.045,70	7.805.540,81	-4,16
TOTAL	8.144.045,70	7.805.540,81	-4,16
TOTAL JUROS E ENC. DA DÍV. EXTERNA	117.148.740,29	188.344.232,33	60,77
TOTAL GERAL	452.097.969,17	562.907.752,50	24,51

Fonte: SEFAZ/CECAD

De acordo com a tabela acima, os Juros e Encargos da Dívida Interna, no ano de 2018, somaram R\$ 374.563.520,17, representando 26,09% das Despesas Correntes. Comparando-se com o ano anterior, houve um acréscimo de 11,83%.

Os Juros e Encargos da Dívida Externa, no ano de 2018, atingiram a cifra de R\$ 188.344.232,33, representando 13,12% das Despesas Correntes. Comparando-se com o ano anterior, houve um acréscimo de 60,77%.

Outras Despesas Correntes

O grupo de despesas “Outras Despesas Correntes”, executadas em 2018 somaram R\$ 6.385.482.525,17.

As transferências constitucionais e legais repassadas aos municípios, em 2018, conforme Art.158 e 159 da Constituição Federal, somaram R\$ 3.341.737.179,10, participando com 52,33% na composição do grupo.

TABELA 38

Demonstrativo das Transferências aos Municípios

(R\$ 1,00)

TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	TOTAL
Distribuição de Receitas	
-Transferências a Municípios-ICMS	2.844.900.129,04
-Transferências a Municípios-IPVA	461.302.849,73
-Transferências a Municípios-IPI	13.137.000,12
-Transferências a Municípios-Royalties	9.903.839,65
-Transferências a Municípios-CIDE	12.493.360,56
TOTAL	3.341.737.179,10

Fonte: SEFAZ/CECAD

A cota parte do ICMS pertencente aos municípios é calculada no percentual de 25% sobre a receita bruta do ICMS, e somente depois é calculado o aporte ao FUNDEB, no percentual de 20% sobre a sua cota parte já líquida das restituições.

TABELA 39

Demonstrativo da Base de Cálculo da Quota parte do ICMS aos Municípios

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
ICMS	11.305.685.622,69
Multas e Juros de Mora do ICMS	44.593.907,71
Dívida Ativa do ICMS	34.438.326,42
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS	7.159.956,34
TOTAL	11.391.877.813,16
(-) Restituições	12.384.560,74
TOTAL	12.384.560,74
BASE DE CÁLCULO DA QUOTA PARTE DO ICMS DEVIDA AOS MUNICÍPIOS	11.379.493.252,42

Fonte: SEFAZ/CECAD

A Tabela a seguir demonstra os principais componentes do grupo de Outras Receitas Correntes.

TABELA 40

**Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada do Grupo
“Outras Despesas Correntes”**

(R\$ 1,00)

MODALIDADES/ELEMENTOS DE DESPESA	AUTORIZ. (A)	PARTIC. % (A/TOT. A)	REALIZ. (B)	PARTIC. % (B/TOT. B)	REALIZ. % (B/A)
Transferências a Estados e ao Distrito Federal	348.000,00	0,01	348.000,00	0,01	100,00
Transferências a Municípios	3.490.947.004,98	52,92	3.431.437.854,06	53,74	98,30
Transferências a Municípios-Fundo a Fundo	40.000,00	0,00	40.000,00	0,00	100,00
Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	383.582.949,69	5,82	362.941.484,71	5,68	94,62
Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	12.841.500,00	0,19	12.841.500,00	0,20	100,00
Execução de Contrato de Parceria Público-Privada-PPP	53.392.302,46	0,81	52.322.220,35	0,82	98,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais	9.700.000,00	0,15	9.576.195,80	0,15	98,72
Aplicações Diretas	2.594.314.608,32	39,33	2.468.919.286,83	38,66	95,17
-Auxílio Financeiro a Estudantes	10.727.856,19	0,16	9.573.563,21	0,15	89,24
-Material de Consumo	193.668.728,35	2,94	186.706.101,09	2,92	96,40
-Premiações Culturais , Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	6.765.295,88	0,10	5.858.912,56	0,09	86,60
-Material , Bem ou Serviço Para Distribuição Gratuita	27.846.660,16	0,42	26.682.512,60	0,42	95,82
-Outras Desp. de Pessoal Dec.de Contrato de Terceirização	108.206.547,38	1,64	102.637.871,19	1,61	94,85
-Serviços de Consultoria	8.929.791,16	0,14	8.348.146,43	0,13	93,49
-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	889.845.575,32	13,49	829.553.903,86	12,99	93,22
-Subvenções Econômicas	3.099.000,00	0,05	0,00	0,00	0,00
-Obrigações Tributárias e Contributivas	160.840.733,95	2,44	159.714.882,58	2,50	99,30
-Auxílio-Alimentação	200.511.051,16	3,04	196.344.289,25	3,07	97,92
-Indenizações e Restituições	88.469.643,24	1,34	84.165.804,02	1,32	95,14
-Locação de Mão-de-Obra	618.010.882,30	9,37	594.388.370,75	9,31	96,18
-Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	1.970.671,29	0,03	1.352.326,98	0,02	68,62
-Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	135.046.348,37	2,05	130.397.699,48	2,04	96,56
-Passagens e Despesas com Locomoção	18.670.177,35	0,28	17.675.658,33	0,28	94,67
-Outros	121.705.646,22	1,85	115.519.244,50	1,81	94,92
Aplicações Diretas Entre Orçamentos	51.249.606,29	0,78	47.055.983,42	0,74	91,82
TOTAL	6.596.415.971,74	100,00	6.385.482.525,17	100,00	96,80

Fonte: SEFAZ/CECAD

Nota: “Outros” Compõem-se: Sentenças judiciais, auxílio financeiro a pesquisadores, despesas de exercícios anteriores, diárias civil e militar, outros benefícios assistenciais, pensões especiais e auxílio transporte.

TABELA 41

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

(Art.212 da Constituição Federal)

(R\$ 1,00)

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

RECEITAS DO ENSINO

DESCRIÇÃO	RECEITAS PREVISTAS (A)	RECEITAS REALIZADAS (B)	% (B) / (A)
(I) Receita Bruta de Impostos e Transferências	20.809.674.735,81	20.743.044.413,72	99,68
- Impostos (ICMS + IPVA + ITCD + IRRF)	13.956.023.047,81	13.978.001.777,85	100,16
- Receita de Transferências Constitucionais e Legais (FPE + IPI + LC 87/96 + IOF-OURO)	6.705.837.130,00	6.571.412.776,55	98,00
- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos	147.814.558,00	193.629.859,32	131,00
(II) Transf. Constitucionais e Legais (25% DO ICMS + 50% DO IPVA + 25% DO IPI)	3.376.158.169,00	3.319.339.336,10	98,32
(III) TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS	17.433.516.566,81	17.423.705.077,62	99,94
VALOR MÍNIMO A SER APLICADO EM EDUCAÇÃO (25% DE III)		4.355.926.269,41	

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	RECEITAS PREVISTAS (C)	RECEITAS REALIZADAS (D)	% (D) / (C)
(IV) Receitas Destinadas ao FUNDEB	3.159.590.175,16	3.149.087.672,18	99,67
20% (ICMS + IPVA + IPI Deduzidas as Transferências Constitucionais)	1.801.083.789,96	1.814.660.528,91	100,75
20% (ITCD + FPE + LC 87/96)	1.358.506.385,20	1.334.427.143,27	98,23
(V) RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.530.408.211,00	1.490.250.754,32	97,38
Transferências de Recursos do FUNDEB	1.136.655.604,00	1.144.753.171,75	100,71
Complemento da União ao FUNDEB	382.989.261,00	339.119.130,01	88,55
Receita de Restituições ao FUNDEB		938.789,52	
Receita de Aplicação de Recursos do FUNDEB	10.763.346,00	5.439.663,04	50,54
(VI) RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	-2.022.934.571,16	-2.004.334.500,43	99,08

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO ATUALIZADA (E)	DESPESAS EMPENHADAS (F)	% (E) / (F)
(VII) Pagamento de Profissionais do Magistério	1.426.002.176,00	1.357.592.182,13	95,20
- Ensino Fundamental e Médio	1.282.350.817,00	1.240.701.951,02	96,75
- Outras (Adm. Geral e EJA)	143.651.359,00	116.890.231,11	81,37
(VIII) Outras Despesas	104.406.035,00	79.647.716,54	76,29
- Ensino Fundamental e Médio	104.406.035,00	79.647.716,54	76,29
- Outras (EJA, Ensino Profissional e TI)	0,00	0,00	
(IX) TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (VII + VIII)	1.530.408.211,00	1.437.239.898,67	93,91

DEDUÇÕES PARA FINS DO LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	VALOR
Restos a Pagar Inscritos no Exercício sem Disponibilidade Financeira de Recursos do FUNDEB	0,00
-(X) FUNDEB 60%	0,00
- FUNDEB 40%	0,00
Despesas Custeadas com o Superávit Financeiro, do Exercício Anterior, do FUNDEB	0,00
- (XI) FUNDEB 60%	0,00
- FUNDEB 40%	0,00
(XII) TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	0,00
(XIII) MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO ((VII-X-XI) / V * 100)%	91,10

CÁLCULO DO LIMITE MÍNIMO COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - POR SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (G)	DESPESAS EMPENHADAS (H)	% (H) / (G)
Educação Infantil	14.596.760,86	13.967.625,23	95,69
- Creche	6.568.542,39	6.285.431,35	95,69
- Pré-escola	8.028.218,47	7.682.193,88	95,69
Ensino Fundamental	111.567.187,22	105.681.217,28	94,72
- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	70.318.950,00	68.216.296,66	97,01
- Despesas Custeadas com Recursos de Impostos	41.248.237,22	37.464.920,62	90,83
Ensino Médio	2.306.367.122,76	2.146.068.149,39	93,05
- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.316.437.902,00	1.252.133.370,90	95,12
- Despesas Custeadas com Recursos de Impostos	989.929.220,76	893.934.778,49	90,30
Ensino Superior	85.614.195,54	74.127.442,04	86,58
Ensino Profissional não Integrado ao Ensino Regular	120.107.360,45	117.135.707,71	97,53
- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
- Despesas Custeadas com Recursos de Impostos	120.107.360,45	117.135.707,71	97,53
Outras (Adm. Geral, EJA, Ed. Especial, TI, Des. Científico, Formação RH, Juros e Amort)	747.380.713,99	706.143.670,06	94,48
(XIV) TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE	3.385.633.340,82	3.163.123.811,71	93,43

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL DE APLICAÇÃO MÍNIMA EM MDE	VALOR
Resultado Líquido das Transferências do FUNDEB	-2.004.334.500,43
Despesas Custeadas com a Complementação do FUNDEB no exercício	337.978.555,95
Despesas Custeadas com o Superávit Financeiro, do Exercício Anterior, do FUNDEB	
Despesas Custeadas com o Superávit Financeiro, do Exercício Anterior, de Outros Recursos de Impostos	59.727.361,65
Restos a Pagar Inscritos no Exercício sem Disponibilidade Financeira de Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	
Cancelamento, no Exercício, de RP Inscritos com Disponibilidade Financeira de Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	266.912,29
Total das Deduções Consideradas para Fins do Limite Constitucional	-1.606.361.670,54
(XV) TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	4.769.485.482,25
(XVI) MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((XV) / (III) x 100) %	27,37

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE FINANCEIRO

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE FINANCEIRO	CONTROLADA DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SAL. EDUCAÇÃO
Saldo Financeiro em 31 de Dezembro de 2017		23.182.190,43	3.966.919,06
(+) Ingresso de Recursos até o Bimestre		1.484.811.091,28	57.838.954,61
(-) Pagamentos Efetuados até o Bimestre		1.444.199.137,66	57.296.151,34
- Orçamento do Exercício		1.406.103.766,44	54.661.062,15
- Restos a Pagar		38.095.371,22	2.635.089,19
(+) Receita de Aplicação Financeira dos Recursos até o Bimestre		5.439.663,04	253.765,20
(-) AJUSTES (Retenções, Conciliação Bancária e Bloqueios Judiciais)		17.855.329,94	
(=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO DE 2018		51.378.477,15	4.763.487,53

FONTE: SEFAZ / CECAD

1. Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício;
2. Despesas correspondentes aos órgãos: SEDUC, CED, CEE, FUNCAP, FUNECE, GAB GOV, SECITECE, URCA e UVA;
3. No item "Outras" correspondem às Subfunções: Administração Geral, Desenvolvimento Científico, Formação de Recursos Humanos, Tecnologia da Informação, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial;
4. O Saldo Financeiro de Recursos do FUNDEB, no Exercício de 2018, constam os valores bloqueados pela Justiça no valor de R\$ 17.855.329,94;
5. Na linha "PARCELA DO ICMS REPASSADA AOS MUNICÍPIOS" consta, em 2018, um montante de R\$ 26.816,23 empenhado a maior aos Municípios que serão compensados no exercício seguinte;
6. Itens Excluídos segundo ACORDÃO TCE Nº 546 de 2018: Fornecimento de Alimentação (Emp: 73.470.250,08; Liq: 73.073.196,81) / Uniformes e Fardamentos Escolares (Emp: 1.012.577,76; Liq: 883.627,64) / Anuidades Associativas (Emp: 50.197,40; Liq: 50.197,40) / Dev. Saldos de Convênios (Emp: 184,00; Liq: 184,00) / Indenizações Emp: 72.271,54; Liq: 72.271,54) / Juros Obrig. Trib. e Contributivas Federais (Emp: 1.927,51; Liq: 1.927,51) / Multas Obrig. Trib. e Contr. Estaduais (Emp: 3.618,97; Liq: 3.618,97) / Multas Obrig. Trib. e Contr. Municipais (Emp: 1.701,00; Liq: 1.701,00);
7. Não inclui as despesas com Inativos e Pensionistas.

Conforme demonstrado na tabela do Gasto com Educação em 2018, o Estado aplicou 27,37% da Receita Líquida de Impostos - RLIT na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE, conforme estabelece o art.212 da Constituição Federal, que prevê o mínimo de 25%. Portanto, foi aplicado o percentual de 2,37% da RLIT, acima do índice definido, cujos valores nominais representam R\$ 413.559.212,84.

De acordo com a emenda nº 53, de 19 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica - FUNDEB, o Estado, no ano de 2018, aplicou no ensino fundamental, médio, educação especial e educação de jovens e adultos o seguinte: 20% do ICMS, IPVA, ITCO, FPE, IPI Exportação e Lei Complementar nº 87/96 (deduzidas as transferências constitucionais).

Em 2018, os ingressos de recursos do FUNDEB são referentes às transferências de recursos do FUNDEB, complementação da União ao FUNDEB e as restituições ao FUNDEB no montante de R\$ 1.144.753.171,75, 339.119.130,01 e R\$ 938.789,52, respectivamente.

TABELA 42
Demonstrativo da Despesa com Educação x Receita Líquida de Impostos - 2014 a 2018

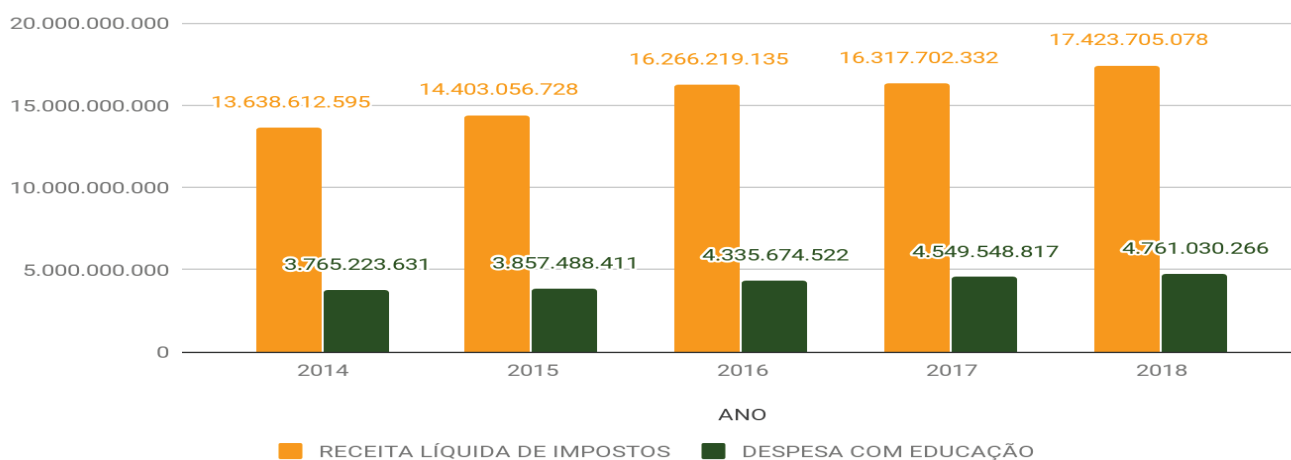
(R\$1,00)

ANO	RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS	DESPESA COM EDUCAÇÃO	REALIZAÇÃO %
2014	13.638.612.595	3.765.223.631	27,61
2015	14.403.056.728	3.857.488.411	26,78
2016	16.266.219.135	4.335.674.522	26,65
2017	16.317.702.332	4.549.548.817	27,88
2018	17.423.705.078	4.761.030.266	27,33

Fonte: SEFAZ/CECAD

GRÁFICO XIX
Despesa com Educação X Receita Líquida de Impostos - 2014 a 2018

(R\$ 1,00)



Fonte: SEFAZ/CECAD

TABELA 43

Demonstrativo do Gasto com Saúde, conforme EC nº 29, de 13/09/2000

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

(R\$1,00)

APURAÇÃO DO LIMITE DE GASTOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	VALOR ORÇADO	VALOR REALIZADO
1. RECEITAS		
Receita de Impostos Líquida (I)	14.103.837.605,81	14.171.631.637,17
Impostos s/ Transmissão "causa mortis" e Doação - ITCD	113.825.810,00	146.727.881,33
Imposto s/ Circulação de Mercad. e Serviços - ICMS	11.909.954.315,81	11.841.800.958,22
Imposto s/ Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	872.677.231,00	859.706.149,40
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.059.565.691,00	1.128.964.084,86
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	84.992.787,00	105.241.708,38
Dívida Ativa dos Impostos	46.441.280,00	61.607.358,81
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	16.380.491,00	27.583.496,17
Receita de Transferências Constitucionais e Legais (II)	6.705.837.130,00	6.571.412.745,02
Cota-Parte FPE	6.647.140.472,00	6.495.532.039,16
Cota-Parte IPI-Exportação	34.875.312,00	52.548.002,58
Desoneração ICMS (LC 87/96)	23.821.346,00	23.332.703,28
Deduções de Transferências Constitucionais (III)	3.376.158.169,00	3.319.339.336,10
Parcela do ICMS Repassada aos Municípios	2.897.569.187,00	2.844.900.129,04
Parcela do IPVA Repassada aos Municípios	465.351.804,00	461.302.206,94
Parcela da Cota-Parte do IPI-Exportação Repassada aos Municípios	13.237.178,00	13.137.000,12
TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (IV = I + II - III)	17.433.516.566,81	17.423.705.046,09
2. DESPESAS		
DESPESAS CORRENTES	3.475.545.558,52	3.470.061.681,41
Pessoal e Encargos Sociais	738.233.787,01	731.484.140,25
Juros e Encargos da Dívida	1.764,59	-
Outras Despesas Correntes	2.737.310.006,92	2.631.714.694,76
Outras Despesas Correntes (Execução dos Consórcios Públicos)		106.862.846,40
DESPESAS DE CAPITAL	183.622.760,22	104.165.241,02
Investimentos	183.569.460,22	104.114.906,39
Inversões Financeiras		
Amortização da Dívida	53.300,00	50.334,63
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (V)	3.659.168.318,74	3.574.226.922,43
3. DESPESAS NÃO COMPUTADAS		
Despesas com Inativos e Pensionistas	101.500,00	100.869,51
Despesa com Assistência à Saúde que não Atende ao Princípio de Acesso Universal (Despesa do ISSEC)	73.167.248,00	67.283.495,62
Despesas Custeadas com Outros Recursos	916.850.107,07	805.533.753,46
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	781.608.487,04	741.959.478,96
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS (Executados pelos Consórcios Públicos)		11.500.509,18
Recursos de Operações de Crédito	109.699.673,51	35.002.136,84
Outros Recursos	25.541.946,52	17.071.628,48
Outras Ações e Serviços Não Computados (Despesa da Escola de Saúde Pública e Itens recomendados pelo TCE)	121.740,50	10.180.991,72
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (VI)	990.240.595,57	883.099.110,31
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (VII = V - VI)	2.668.927.723,17	2.691.127.812,12
Valor mínimo legal de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (12%)		2.090.844.605,53
Percentual Aplicado (Despesas/Receitas - VII/IV)		15,45

Fonte: SEFAZ/CECAD

- Notas:**
- 1) A despesa total (Linha 2) corresponde aos órgãos: Fundo Estadual de Saúde, Escola de Saúde Pública e ISSEC;
 - 2) Excluídas as seguintes despesas para fins de limite em "Despesas não computadas" (linha 3):
 - Elementos de despesas com inativos e pensionistas;
 - Despesas dos órgãos: Escola de Saúde Pública e ISSEC;
 - Despesas com recursos vinculados.
 - 3) No valor das Transferências a Municípios não estão incluídas as de "Royalties" e da CIDE;
 - 4) Na modalidade 'Transferências aos Consórcios Públicos' estão computados apenas os valores informados pelos consórcios públicos.

Conforme está demonstrado na Tabela anterior, em 2018, o Ceará aplicou 15,45%, nas ações e serviços públicos de saúde acima em 3,45%, do limite estabelecido pela Constituição Federal. A Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000, estabelece que os Estados, devem aplicar no mínimo 12% da Receita Resultante de Impostos e Transferências. Portanto, o Estado aplicou acima do percentual estabelecido a quantia R\$ 600.283.206,59.

É importante mencionar que, do total aportado pelo Estado a Consórcios Públicos de Saúde (R\$ 108.172.984,81), referente às transferências feitas pelo FUNDES na modalidade “transferências a consórcios públicos”, foram incluídas as despesas executadas nos consórcios públicos no total de R\$ 106.862.846,40, conforme declaradas pelos respectivos consórcios:

Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Acaraú	R\$ 9.093.963,91
Consórcio Público de Saúde da Microrregião da Ibiapaba	R\$ 5.558.718,26
Consórcio Público de Saúde da Microrregião do Crato	R\$ 4.599.006,18
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crateús	R\$ 5.162.301,36
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte	R\$ 5.154.222,36
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Quixadá	R\$ 5.323.404,75
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Maracanaú	R\$ 1.643.053,88
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Aracati	R\$ 5.177.018,76
Consórcio Público Interfederativo do Vale do Curu - CISVALE	R\$ 5.525.627,00
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Baturité	R\$ 5.704.191,65
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Camocim	R\$ 5.698.324,49
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Juazeiro do Norte	R\$ 4.798.326,18
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Iguatu	R\$ 5.355.125,18
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Russas	R\$ 4.831.614,87
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Sobral	R\$ 4.929.950,52
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Brejo Santo	R\$ 5.007.329,79
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Tauá	R\$ 7.021.709,68
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Icó	R\$ 6.295.579,34
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Cascavel	R\$ 4.217.855,69
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Canindé	R\$ 1.509.178,18
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Itapipoca	R\$ 4.256.344,37

TABELA 44

Demonstrativo da Despesa com Saúde x Receita Líquida de Impostos - 2013 a 2018

(R\$ 1.000,00)

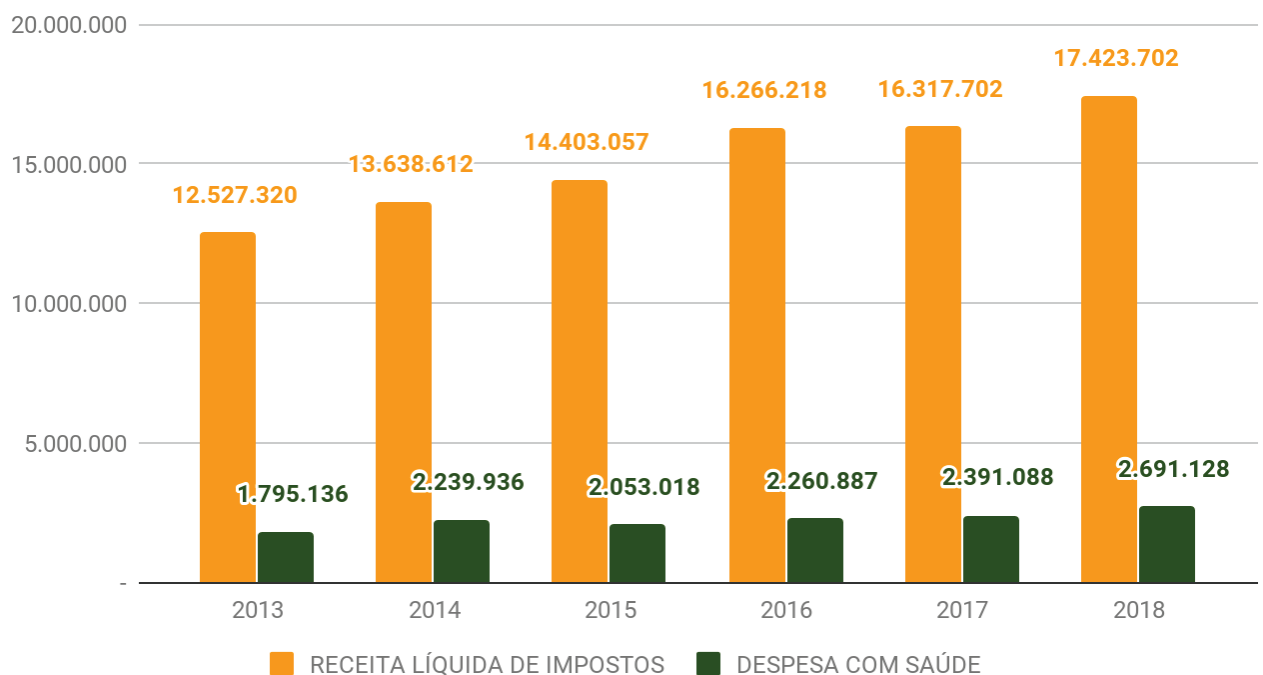
ANO	RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS	DESPESA COM SAÚDE	REALIZAÇÃO %
2013	12.527.320	1.795.136	14,33
2014	13.638.612	2.239.936	16,42
2015	14.403.057	2.053.018	14,25
2016	16.266.218	2.260.887	13,90
2017	16.317.702	2.391.088	14,65
2018	17.423.702	2.691.128	15,45

Fonte: SEFAZ/CECAD

GRÁFICO XX

Despesa com Saúde X Receita Líquida de Impostos - 2013 a 2018

(R\$1.000,00)



Fonte: SEFAZ/CECAD

2.1.2.2.2. Despesa de Capital

As Despesas de Capital são gastos realizados pela administração pública cuja finalidade é criar ou adquirir bens de capital. No exercício de 2018, estas despesas atingiram a soma R\$ 2.813.584.310,54, representando 16,38% da Despesa Orçamentária. Comparando-se a execução desse exercício com 2017, essa categoria teve um incremento de 2,93% em termos nominais.

TABELA 45
Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada da
Categoria “Despesas de Capital”

(R\$ 1,00)

ELEMENTOS DE DESPESA	AUTORIZAÇÃO (A)	PARTIC. %(A/TOT. A)	REALIZAÇÃO (B)	PARTIC. %(B/TOT. B)	REALIZ.%(A/B)
Investimentos	3.027.999.446,60	75,89	1.865.765.563,85	66,31	61,62
Transferências a Municípios	107.790.305,85	2,70	100.935.106,80	3,59	93,64
Transf. a Instituições Privadas Com Fins Lucrativos	500.000,00	0,01	0,00	0,00	0,00
Transf. a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	89.949.414,88	2,25	69.242.730,00	2,46	76,98
Execução de Contrato de Parc. Público -Privada-PPP	8.691.553,36	0,22	8.670.744,72	0,31	99,76
Transferência à União	289.243,00	0,01	0,00		
Aplicações Diretas	2.814.505.618,47	70,54	1.681.467.350,88	59,76	59,74
-Material de Consumo	2.071.864,36	0,05	1.184.753,67	0,04	57,18
-Serviços de Consultoria	91.235.082,56	2,29	69.264.551,95	2,46	75,92
-Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica	174.672.692,39	4,38	112.187.789,70	3,99	64,23
-Contribuições	3.520.440,21	0,09	2.782.553,10	0,10	79,04
-Subvenções Econômicas	2.955.913,00	0,07	0,00	0,00	0,00
-Obras e Instalações	1.885.997.679,48	47,27	998.934.455,40	35,50	52,97
-Equipamentos e Material Permanente	322.174.902,65	8,07	236.150.454,17	8,39	73,30
-Aquisição de Imóveis	54.035.259,02	1,35	52.738.702,19	1,87	97,60
-Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	34.500.000,00	0,86	33.538.745,80	1,19	97,21
-Indenizações e Restituições	74.046.548,89	1,86	51.663.733,18	1,84	69,77
-Outros	169.295.235,91	4,24	123.021.611,72	4,37	72,67
Aplicações Diretas Entre Orçamentos	6.239.978,04	0,16	5.449.631,45	0,19	87,33
-Idenizações e Restituições	125.000,00	0,00	121.583,34		
-Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica	306.674,00	0,01	255.225,78	0,01	83,22
-Obrigações Tributárias e Contributivas	5.728.304,04	0,14	4.996.535,33	0,18	87,23
-Obras e Instalações	80.000,00	0,00	76.287,00	0,00	95,36
Aplicações Diretas Entre Orçamentos-Consórcio Não Part	33.333,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-Equipamentos e Material Permanente	33.333,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	141.985.354,83	3,56	141.680.354,83	5,04	99,79
Aplicações Diretas	141.985.354,83	3,56	141.680.354,83	5,04	99,79
-Aquisição de Imóveis	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	141.980.354,83	3,56	141.680.354,83	5,04	99,79
Amortizações	819.980.883,15	20,55	806.138.391,86	28,65	98,31
Aplicações Diretas	819.980.883,15	20,55	806.138.391,86	28,65	98,31
-Enc. pela Honra de Avais , Garantias, Seg.e Similares	110.647.631,40	2,77	100.114.777,60	3,56	90,48
-Principal da Dívida Contratual Resgatado	709.333.251,75	17,78	706.023.614,26	25,09	99,53
TOTAL	3.989.965.684,58	100,00	2.813.584.310,54	100,00	70,52

Fonte: SEFAZ/CECAD

Nota: "outros" compõem-se :auxílios, despesas de exercícios anteriores, locação de mão-de-obra, outros serviços de terceiros pessoa física, passagens e despesas com locomoção, sentenças judiciais e diárias civil.

- Investimentos

A tabela abaixo é composta pelos Programas de grande porte, concluídos e os a concluir pelo Governo do Estado e evidencia os principais: Nas Despesas de Capital, o grupo de Investimentos somou R\$ 1.865.765.563,85 participando com 66,31% de sua categoria. Os elementos Obras e Instalações e Equipamentos e Material Permanente, respondem pelo montante de R\$1.235.084.909,57 correspondendo a 66,20% do grupo.

TABELA 46
Demonstrativo dos Investimentos nos Programas de Governo de Maior Relevância

(R\$ 1,00)

PROGRAMAS DE GOVERNO	VALOR	PART. %
Oferta Hídrica Para Múltiplos Usos	228.158.660,68	12,23
Infraestrutura e Logística	180.913.052,79	9,70
Desenvolvimento e Consolidação do Destino Turístico Ceará	153.111.660,71	8,21
Inclusão Econômica e Enfrentamento à Pobreza Rural	122.027.845,96	6,54
Mobilidade Urbana	183.817.107,57	9,85
Ensino Integrado a Educação Profissional	92.735.459,75	4,97
Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Meio Rural	91.813.946,69	4,92
Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Drenagem Urbana	39.113.678,04	2,10
Gestão e Desenvolvimento e da Educação Básica	91.372.763,92	4,90
Desenv. da Prod.Científica, da Dif. Tecnológica, e da Cult. de Inovação	33.620.996,08	1,80
Segurança Pública Integrada	83.955.913,98	4,50
Gestão e Manutenção da AL	66.901.468,11	3,59
Infraestrutura e Gestão do Sistema Penitenciário	30.373.608,35	1,63
Ceará no Esporte de Rendimento	29.007.873,85	1,55
Revitalização de Áreas Degradadas	55.208.671,83	2,96
Melhoria de Espaços e Equipamentos Públicos	53.812.237,96	2,88
Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio	43.428.447,43	2,33
Habitação de Interesse Social	11.294.078,92	0,61
Proteção Social Básica	59.202.184,53	3,17
Resíduos Sólidos	38.533.541,66	2,07
Acesso e Aprendizagem das Crianças e Jovens na Idade Adequada	16.623.045,85	0,89
Fortalecimento Institucional dos Municípios	16.628.662,07	0,89
Ceará Mais Verde	17.789.129,72	0,95
Garantia dos Direitos Humanos e Cidadania	9.320.744,72	0,50
Gestão Fiscal e Financeira	10.580.752,59	0,57
Modernização da Gestão Fiscal	19.059.016,56	1,02
Inclusão e Equidade na Educação	22.871.057,64	1,23
Desenvolvimento da Agropecuária Familiar	7.124.578,97	0,38
Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional	9.907.856,06	0,53
Promoção do Acesso e Fomento a Prod.e Dif. da Cult. Cearense	15.851.693,12	0,85
SUBTOTAL	1.834.159.736,11	98,31
Outros	31.605.827,74	1,69
TOTAL	1.865.765.563,85	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

Em 2018, foi investido na Administração Direta, apenas 61,62% do valor autorizado no montante de R\$.1.865.765.563,85 para as ações de investimento, face à sua dependência de recursos externos, porém, o valor realizado representa 66,31% do total das despesas de capital. Se comparado com o valor dos investimentos de 2017, que foi de R\$.1.596.173.070,51, esse grupo de despesas, em 2018, cresceu 16,89% em termos nominais. É importante mencionar que, foram investidos com recursos das fontes 100.00 - recursos ordinários e 101.00 - Cota Parte do Fundo de Participação dos Estados - FPE, o montante de R\$.760.617.946,23, correspondendo a 40,77% do total dos investimentos. Vale ressaltar, que foi investido com recursos da fonte 1.10.00-FECOP o montante de R\$ 42.594.532,11, que representa 2,28% do total investido.

- Inversões Financeiras

No grupo Inversões Financeiras, as despesas realizadas alcançaram o montante de R\$ 141.680.354,83. A execução da despesa nesse grupo, em 2018, foi toda no item Constituição ou Aumento de Capital de Empresa. Esse grupo, em 2018, apresentou uma variação negativa de 4,70% em termos nominais.

Destaca-se, que os valores repassados para aumento de capital, no exercício de 2018, foram realizados para as empresas: METROFOR (R\$ 140.975.354,83) e CEASA (705.000,00). Os repasses ao METROFOR foram realizados pela SEINFRA e para a CEASA pela SDA.

- Amortização da Dívida

De acordo com a tabela seguinte a Amortização da Dívida Interna somou R\$ 477.977.145,30, representando 16,99% das Despesas de Capital. Confrontando-se essa despesa com o exercício de 2017, verifica-se um decréscimo nominal de 29,62%.

Quanto à Amortização da Dívida Externa, essa somou R\$ 328.161.246,56, representando 11,66% das Despesas de Capital. Conforme tabela a seguir, esta despesa teve um incremento de 6,05% em termos nominais em comparação com 2017.

TABELA 47
Demonstrativo da Amortização da Dívida

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	2017 (A)	2018 (B)	VAR. %(B/A)
Dívida Interna			
-Principal da Div. Cont. Resgatado-Lei:9496	68.453.204,00	18.360.563,85	-73,18
-Principal da Div. Cont. Resgatado	481.843.159,55	359.501.803,85	-25,39
-Pagamento da Dívida Junto a União - COHAB	128.840.529,39	100.114.777,60	-22,30
TOTAL	679.136.892,94	477.977.145,30	-29,62
Dívida Externa			
-Principal da Div. Cont. Resgatado	309.436.200,14	328.161.246,56	6,05
TOTAL	309.436.200,14	328.161.246,56	6,05
TOTAL GERAL	988.573.093,08	806.138.391,86	-18,45

Fonte: SEFAZ/CECAD

2.1.2.3. Despesa Orçamentária por Grupo

A classificação da Despesa Orçamentária por grupos, definida no Artigo 11, § 6º da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 16.319, de 14 de Agosto de 2017.

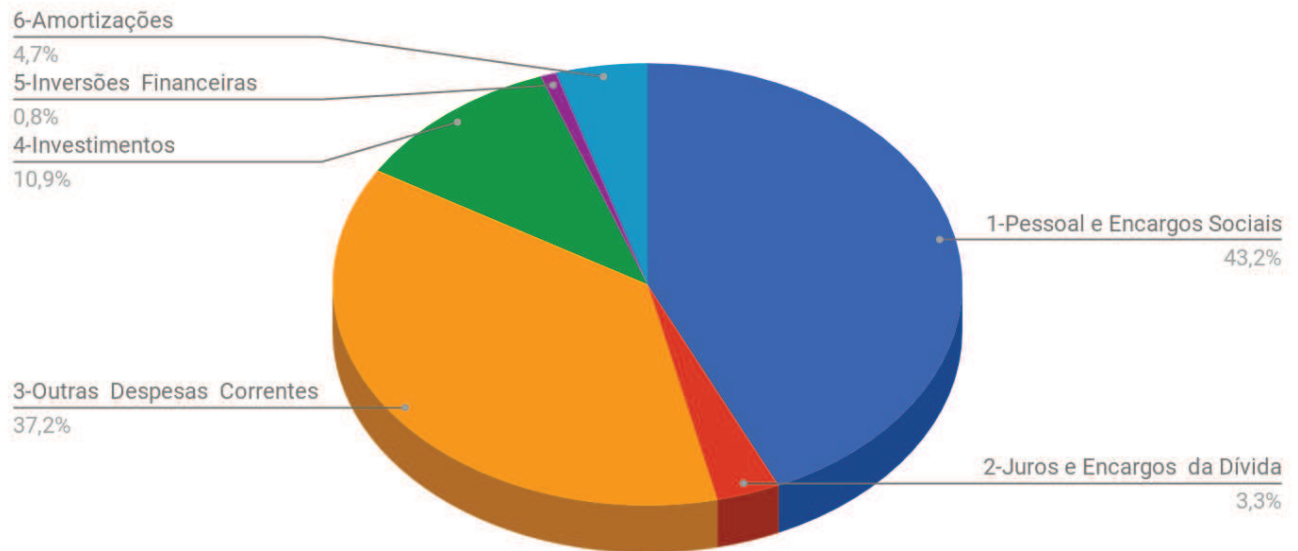
TABELA 48
Demonstrativo da Despesa Orçamentária por Grupo da Administração Direta

(R\$1,00)

GRUPO DE DESPESA	2017 (A)	PART. % (A/ TOT. A)	2018 (B)	PART. % (B/ TOT. B)	VAR. % (B/A)
1-Pessoal e Encargos Sociais	6.520.918.945,61	41,59	7.410.763.964,74	43,15	13,65
2-Juros e Encargos da Dívida	452.097.969,17	2,88	562.907.752,50	3,28	24,51
3-Outras Despesas Correntes	5.971.718.346,42	38,09	6.385.482.525,17	37,18	6,93
4-Investimentos	1.596.173.070,51	10,18	1.865.765.563,85	10,86	16,89
5-Inversões Financeiras	148.671.258,71	0,95	141.680.354,83	0,83	-4,70
6-Amortizações	988.573.093,08	6,31	806.138.391,86	4,69	-18,45
TOTAL	15.678.152.683,50	100,00	17.172.738.552,95	100,00	9,53

Fonte: SEFAZ/CECAD

GRÁFICO XXI
Despesa Orçamentária Por Grupo



Fonte: SEFAZ/CECAD

O grupo de despesa mais representativo foi Pessoal e Encargos Sociais com 43,15% do total da Despesa Orçamentária.

TABELA 49

Demonstrativo da Execução da Receita e Despesa Orçamentárias, por Fonte de Recursos

(R\$ 1,00)

FONTE	FONTE QUALIFICADA	RECEITA	PART.%	DESPESA	PART.%
Tesouro		18.492.588.013,35	83,09	13.280.928.714,61	77,34
Recursos Ordinários	1.00.00	12.986.204.116,22	58,35	11.200.193.396,46	65,22
Recursos Ordinários Para Prtojetos Prioritários	1.00.02	0,00	0,00	79.074.253,57	0,46
Recursos Ordinários - CIPP	1.00.03	90.000.000,00	0,40	51.662.813,84	0,30
Rec. Órd. da Carteira de Crédito Rural/BEC	1.00.04	205.575.154,16	0,92	0,00	0,00
Cota Parte do Fundo de Part. dos Estados	01.01.00	5.196.460.592,97	23,35	1.949.972.267,14	11,36
Alienação de Bens	1.12.00	14.348.150,00	0,06	25.983,60	0,00
Recursos Vinculados		2.278.346.170,82	10,24	2.016.374.446,08	11,74
Cota Parte da Contribuição do Salário Educação	2.07.00	57.951.194,87	0,26	58.464.387,21	0,34
Recursos Provenientes do FECOP	1.10.00	555.165.211,93	2,49	307.658.947,03	1,79
Cota Part. da Cont. Interv. no Dom. Econômico	2.11.00	50.095.296,53	0,23	12.493.360,56	0,07
Recursos Provenientes de Dep. Judiciais	2.14.00	0,00	0,00	95.242.040,58	0,55
Medida Compensatória Ambiental	2.16.00	15.105.584,84	0,07	33.758.121,71	0,20
Ind. P/ Extração do Petróleo Xisto e Gás	1.44.00	39.742.008,29	0,18	9.903.839,65	0,06
Recursos Provenientes do FUNDEB	2.50.00	1.151.131.624,31	5,17	1.099.261.342,72	6,40
Compl. da União aos recursos do FUNDEB	2.51.00	339.119.130,01	1,52	337.978.555,95	1,97
Transferências Diretas - Alimentação Escolar	2.73.01	44.983.397,93	0,20	52.160.925,79	0,30
Transferências Diretas - Transporte Escolar	2.73.02	2.219.745,37	0,01	2.798.484,80	0,02
Recursos Provenientes do FIT	2.76.00	22.832.976,74	0,10	6.654.440,08	0,04
Operações de Crédito		950.892.044,89	4,27	1.355.462.807,74	7,89
Operações de Crédito Internas-CPAC VLT-CEF	2.46.36	9.280.727,22	0,04	3.275.548,90	0,02
Operações de Crédito Internas-CPAC Maranguapinho	2.46.38	0	0,00	4.721.046,31	0,03
Operações de Crédito Internas-Tesouro/BNDES	2.46.45	0,00	0,00	22.359.419,98	0,13
Operações de Crédito Internas-Tesouro	2.46.46	128.532.870,44	0,58	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas-BNDES/Estados	2.46.47	0,00	0,00	3.862.202,24	0,02
Operações de Crédito de Crédito Externas-Tesouro	2.48.48	813.078.447,23	3,65	12.865.012,40	0,07
Operações de Crédito Internas-Tesouro/BB	2.46.54	0,00	0,00	771.929.915,88	4,50
Operações de Crédito Internas-Tesouro/CEF	2.46.56	0,00	0,00	57.285.399,93	0,33
Operações de Crédito Externas-Tesouro/BIRD	2.48.58	0,00	0,00	76.072.678,73	0,44
Operações de Crédito Externas-Tesouro/BID	2.48.59	0	0,00	206.745.408,33	1,20
Operações de Crédito Externas-Tesouro/FIDA	2.48.64	0,00	0,00	73.436.916,13	0,43
Operações de Crédito Externas-Tesouro/CAF	2.48.65	0,00	0,00	33.488.101,96	0,20
Operações de Crédito Externas-Tesouro/MLW	2.48.67	0,00	0,00	33.060.815,33	0,19
Operações de Crédito Externas-PforR	2.48.69	0,00	0,00	56.360.341,62	0,33
Convênios		534.803.014,20	2,40	519.972.584,52	3,03
Convênios Com órgãos Internacionais	2.80.80	622.654,35	0,00	973.999,39	0,01
Convênios. Com Órgãos Federais	2.82.82	522.576.848,33	2,35	508.057.848,60	2,96
Convenios Com Órgãos Municipais	2.86.86	11.601.321,16	0,05	10.940.736,53	0,06
Convenios Com Órgãos Privados	2.88.88	2.190,36	0,00	0	0,00
TOTAL		22.256.629.243,26	100,00	17.172.738.552,95	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

Pela análise na tabela anterior, constata-se que os maiores dispêndios da Administração Direta em 2018, originaram-se das fontes Recursos Ordinários (1.00.00) e de Recursos provenientes do FUNDEB (2.50.00) que somaram R\$ 12.351.325.020,77 , e representaram 71,92 % da despesa orçamentária.

TABELA 50

**Demonstrativo Comparativo da Previsão de Metas Fiscais Com a Realização, de Acordo
Com os Arts.4º, § 1º e 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal**

(R\$1.000)

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO (A)	REALIZAÇÃO (B)	%(B)/(A)
1. Receita Total	27.369.406	27.953.263	1,02
1.1. Receitas Correntes (I)	24.198.412	26.469.100	1,09
1.1.1. Receita Tributária	12.790.318	14.763.716	1,15
1.1.2. Receita de Contribuição	1.827.850	730.755	0,40
1.1.3. Receita Patrimonial	957.135	771.851	0,81
1.1.3.1. Aplicações Financeiras (II)	105.211	287.040	2,73
1.1.3.2. Outras Receitas Patrimoniais	851.924	484.811	0,57
1.1.4. Transferências Correntes	8.007.726	9.241.817	1,15
1.1.5. Receita Agropecuária	0	8	0,00
1.1.6. Receita de Serviços	122.535	85.444	0,70
1.1.7. Demais Receitas Correntes	492.848	875.509	1,78
1.1.8. Dedução da Receita para Formação do FUNDEB (III)	0	3.158.730	0,00
Receitas Fiscais Correntes (IV) = (I-II-III)	24.093.201	23.023.330	0,96
1.2. Receitas de Capital (V)	3.170.994	1.484.163	0,47
1.2.1. Operações de Crédito (VI)	2.124.809	908.065	0,43
1.2.2. Amortização de Empréstimos (VII)	0	3.496	0,00
1.2.3. Alienação de Ativos	61	14.495	237,62
1.2.3.1. Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0	0	0,00
1.2.3.2. Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0	0	0,00
1.2.3.3. Outras Alienações de Bens	61	14.495	237,62
1.2.4. Transferência de Capital	1.046.124	410.909	0,39
1.2.5. Outras Receitas de Capital	0	147.198	0,00
1.2.5.1. Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0	146.900	0,00
1.2.5.2. Outras Receitas de Capital Primárias	0	298	0,00
Receitas Fiscais de Capital (XI) = (V-VI-VII-VIII-IX-X)	1.046.124	425.702	0,41
Receitas Não-Financeiras (XII) = (IV+XI)	25.139.325	23.449.032	0,93
2. Despesa Total	27.315.465	24.352.955	0,89
2.1. Despesas Correntes (XIII)	22.608.606	21.370.748	0,95
2.1.1. Pessoal e Encargos Sociais	12.497.630	10.987.100	0,88
2.1.2. Juros e Encargos da Dívida (XIV)	562.755	562.908	1,00
2.1.3. Outras Despesas Correntes	9.548.221	9.820.740	1,03
Despesas Fiscais Correntes ² (XV) = (XIII-XIV)	22.045.851	20.807.840	0,94
2.2. Despesas de Capital (XVI)	4.706.859	2.982.207	0,63
2.2.1. Investimentos	3.756.182	2.983.312	0,79
2.2.2. Inversões Financeiras	52.674	168.835	3,21
2.2.2.1. Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	43.167	25.856	0,60
2.2.2.2. Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0	0	0,00
2.2.2.3. Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0	0	0,00
2.2.2.4. Demais Inversões Financeiras	9.507	142.979	15,04
2.2.3. Amortização da Dívida (XX)	898.003	806.388	0,90
Despesas Fiscais de Capital ² (XXI) = (XVI-XVII-XVIII-XIX-XX-XXIV)	2.458.058	2.149.963	0,87
Reserva de Contingência (XXII)	53.940	0	0,00
(-) Programas de Infra-estrutura (XXIII)	0	-976.328	0,00
Despesas Discricionárias/Não-Primárias-Rp2 (XXIV)	1.307.631	0	0,00
Despesas Não-Financeiras (XXV) = (XV+XXI+XXII)	24.557.849	22.957.803	0,93
Resultado Primário (XXVI) = (XII-XXV)	581.476	491.229	0,84
RESULTADO NOMINAL	918.163	-2.816.342	-3,07

Fonte: SEFAZ/CECAD

- Notas: 1) Excluídas as estatais: ADECE, CAGECE, COGERH, CEGÁS, CEARAPORTOS, METROFOR, CEASA;
 2) Deduzidas as despesas discricionárias;
 3) Excluídas as concessões de empréstimos do grupo “Inversões Financeiras”;
 4) Resultado Nominal = Dívida Fiscal Líquida (2017) (R\$ 8.146.084.434,45) - Dívida Fiscal Líquida (2018) (R\$ 10.962.426.243,30);
 5) Despesa pelo valor pago (Pagamento Orçamentário, Restos a Pagar Processados e não Processados);
 6) A “Previsão” foi extraída do Demonstrativo da LOA 2018.

De acordo com o inciso I do artigo 4º da IN - 01/2000 - TCE, a tabela anterior demonstra o resultado das Metas Fiscais de Resultado Primário e Nominal , para 2018, projetadas na Lei Orçamentária Anual nº 16.468, de 19 de dezembro de 2017, alterada pela Lei nº 16.701 de 14 de dezembro de 2018.

A meta de Resultado Primário fixada pela da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2018 foi de 581 milhões e alterada para 13 milhões, pela da Lei nº 16.701, de 14 de dezembro de 2018. No Anexo de Metas Fiscais da LDO, considerando a despesa orçamentária paga e pagamento dos Restos a Pagar Processados e não Processados, o tesouro obteve um *superávit* primário de R\$ 491 milhões, superior à meta supramencionada (13 milhões).

É importante mencionar que a meta fixada na Lei Orçamentária Anual para o Resultado Nominal, 918 milhões, alterada para - 3,165 bilhões, por meio da Lei nº 16.701 de 14 de dezembro de 2018, no Anexo de Metas Fiscais da LDO. Portanto, o Resultado Nominal , em 2018, apresentou um resultado no valor de R\$ 2,816 bilhões (negativo), correspondente à diferença entre a Dívida Fiscal Líquida do exercício anterior (2017) e a Dívida Fiscal Líquida do exercício (2018). Importante informar que o Resultado Nominal no conceito da LRF indica em quanto à dívida de um ente público aumentou ou reduziu em um determinado exercício. Se o resultado for positivo, revela o quanto a dívida diminuiu, se for negativo, o quanto a dívida aumentou. Em 2018, conforme resultado supramencionado, o Estado do Ceará apresentou um déficit.

TABELA 51

Demonstrativo do Comportamento do Resultado Nominal em Relação à Meta - Período 2014 a 2018

(R\$ milhões)

RESULTADO NOMINAL	2014	2015	2016	2017	2018
(A) Metas Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LOA	347	557	529	1.751	918
(B) Resultado Nominal	2.144	3.285	-1.595	371	-2.816
% (B) / (A)	617,87%	589,77%	-301,51%	21,19%	-306,75%

Fonte: SEFAZ/CECAD

A busca do equilíbrio fiscal está no âmbito do Programa de Ajuste Fiscal que deriva dos contratos assinados pelos Estados que no fim da década de 90 renegociaram a dívida com a União. De acordo com o contrato, a cada ano é avaliado pela STN o cumprimento das metas e compromissos do exercício anterior.

2.1.2.4. Despesa Orçamentária na Modalidade de Aplicação 91

De acordo com a Portaria Interministerial STN/SOF nº 688, de 14/10/2005, as despesas da modalidade 91 são aquelas de Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e Despesas orçamentárias de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social decorrentes da aquisição de materiais, bens e serviços, pagamento de impostos, taxas e contribuições, além de outras operações, quando o receptor dos recursos também for órgãos, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante desses orçamentos, no âmbito da mesma esfera de Governo.

No momento da apropriação da obrigação ocorre uma despesa intra-orçamentária e no momento do recebimento ocorre uma receita intra-orçamentária. Portanto, para uma despesa intraorçamentária deverá existir uma receita intraorçamentária. Isso não implica que a receita e despesa orçamentária devam ser iguais, pois a receita correspondente pode ocorrer em exercícios diferente.

São exemplos de operações que devem ser identificadas com essa modalidade de aplicação, as transações ocorridas com o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, com o Fundo de Previdência do Estado - SUPSEC, SEMACE etc.

Para atender ao Artigo 4º, incisos II e III, da Instrução Normativa nº 01/2000, acompanham esta prestação de contas os documentos abaixo relacionados:

- Cópias das atas das audiências realizadas nos meses de maio e setembro de 2018 e fevereiro de 2019, conforme determina o § 4º, do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, e

- Relatório dos projetos concluídos e em conclusão do Estado, nos termos do disposto no Parágrafo Único do Artigo 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

TABELA 52

**Demonstrativo da Despesa Orçamentária com Aplicação na Modalidade 91, Conforme,
Portaria Interministerial STN/SOF nº 688, de 14 de Outubro de 2005**

(R\$ 1,00)

ÓRGÃO	ABREVIATURA	DESPESAS INTRA (PAGA)	RECEITAS INTRA
010001	ASSEMBLÉIA	24.173.103,07	
010101	FPP	0,00	2.002.651,42
020001	T CONTAS	27.008.643,08	
040001	T JUSTICA	160.747.507,70	
040101	FERMOJU	18.814.631,86	
060001	DPGE	24.268.262,70	
060101	FAADEP	71.502,29	
080001	SEINFRA	552.679,48	
080101	DER	6.071.716,23	19.439,07
080301	DETRAN	269.019.943,62	179.748,55
081201	DAE	2.177.713,27	
100001	SSPDS	804.625,63	
100610	FDS C PM		
100611	FDS C BOM	1.647,37	
101021	POL CIVIL	68.297.384,13	
101031	P M CE	234.402.490,90	
101041	BOMBEIRO	25.941.983,35	
101071	P FORENSE	10.298.546,95	
101081	AESP	59.258,96	
101091	SUPESP		
110001	GAB GOV	499.594,08	
120001	GAB VICE	66.179,81	
130001	PGE	10.733.072,80	
130101	ARCE	2.556.383,97	
130201	FUNCEPE		10.467.351,65
150001	PGJ	58.439.450,30	
150501	FERMOMP	147.356,57	
170001	CONS EDUC	167.651,13	
180001	SEJUS	40.396.034,53	
180401	FUNPEN		
190001	SEFAZ	116.506.668,64	255.637.423,66
190401	JUCEC	3.642.495,35	
191011	ENCARGOS	24.357.054,51	
210001	SDA	3.158.035,06	
210101	EMATERCE	360.483,76	
210301	IDACE	1.472.476,18	
211101	ADAGRI	1.402.319,93	
220001	SEDUC	194.244.486,22	
225001	CED	124.328,33	
240401	FUNDES	72.167.342,49	
240424	HEMOCE	7.443,24	
240479	HPM		
241281	HGF		
241291	HMESSEJ	496,44	
241301	H G C C O		
241311	A SABIN	940,22	
241321	HSMM		
241521	IPCC	45,55	
241531	LACEN	971,93	
241561	CIDH		
241581	D LIBANIA		
270001	SECULT	939.657,52	
270401	FEC		11.555.287,44
290001	SRH	4.947.550,45	

290101	SOHIDRA	713.546,45	
300001	CASA CIVIL	150.001,84	
300101	FUNTELC	503.259,18	
310001	SECITECE	670.043,22	
310101	FUNECE	36.029.386,29	5.586.816,60
310201	UVA	13.436.298,97	
310301	URCA	17.771.789,31	
310401	FUNCEME	1.986.490,86	
310501	FUNCAP	35.579,80	
310601	NUTEC	1.193.460,73	
360001	SETUR	471.897,60	
410001	CGE	4.135.662,91	
420001	SESPORTE	149.395,42	
420101	FDEJ	19.408,31	
430001	CIDADES	1.126.935,31	
460001	SEPLAG	8.372.379,70	
460101	ISSEC	1.955.631,37	
460201	ETICE	915.888,03	29.236.803,42
460301	IPECE	140.142,03	
460401	FUNAPREV		818.759.762,09
460501	PREVMILIT		258.614.225,18
460601	COHAB	13.723,28	
460701	PREVID		113.231.585,56
461031	EGPCE	54.872,53	
470001	STDS	8.539.772,53	
470104	SEAS	99.674,21	
470301	FUNDART		
480101	CODECE	93.414,75	21.725,00
490101	SEMACE	4.824.643,28	
510001	SEAPA	22.002,09	
530001	CGD	55.556,71	
550001	SPD	10.816,69	
560001	SDE	76.160,74	
570001	SEMA	49.558,53	
	TOTAL	1.512.667.552,27	1.505.312.819,64

Fonte: SEFAZ/CECAD

2.2. Da Administração Indireta

Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes.

A análise da execução orçamentária da Administração Indireta contempla as Autarquias, Fundações e Fundos, regidos pela Lei nº 4.320/64, e Empresas Estatais Dependentes (CODECE, COHAB, EMATERCE e ETICE) enquadradas na Lei nº.6.404/76 e alterações posteriores, e consolidadas nas contas públicas por determinação da Portaria Ministerial STN nº 589 de 27/12/01.

2.2.1. Receita Orçamentária

No exercício de 2018 a arrecadação da Receita Orçamentária alcançou a cifra de R\$ 4.043.216.441,39, inferior 5.84% ao valor previsto de R\$ 4.294.136.993,47.

O montante da Receita Orçamentária das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes é proveniente do somatório das origens discriminadas na tabela abaixo:

TABELA 53
Demonstrativo da Receita Orçamentária (Agrupamento de Fontes)

(R\$ 1,00)

GRUPO	2017	2018	% ACRESC/DESCRESC	% PARTIC EM 2018
Transferências do Tesouro	0,00	162.945,92	0,00	0,00
Transferências de Convênios	64.759.634,98	34.551.081,13	-46,65	0,85
Outras Transferências	827.350.112,73	865.478.216,51	4,61	21,41
Receitas Próprias	2.792.218.536,87	3.139.659.111,33	12,44	77,65
Outras Fontes	4.008.230,24	3.365.086,50	-16,05	0,08
TOTAL	3.688.336.514,82	4.043.216.441,39	9,62	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAI

Os recursos provenientes das Fontes do Tesouro Estadual que foram transferidos para os Órgãos e Entidades da Administração Indireta como Transferências Intragovernamentais neste exercício foram contabilizados como Transferências Financeiras Intraorçamentárias, não compoem a Receita Orçamentária do órgão dependente do Tesouro. O valor de R\$ 162.945,92 refere-se ao rendimento de aplicação financeira dos recursos do Termo de Ajuste Sanitário (TAS) oriundos de Transferências do Tesouro Estadual. A fonte 1.15.00 corresponde a recursos provenientes de Depósitos Judiciais, representando o total dos recursos de Outras Fontes.

Compõem ainda o total de Outras Transferências, recursos provenientes do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS R\$ 2.184.856,00 do Fundo de Defesa Civil - FDCC R\$ 28.898.109,55 de recursos provenientes do SUS R\$ 798.784.696,48 e de repasse Fundo a Fundo- FUNPEN R\$ 35.610.554,48.

No ano de 2018, a Receita Orçamentária das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes teve um acréscimo nominal de 9,62%, em relação ao exercício de 2017.

As Transferências de Convênios, vinculadas às fontes de recursos 2.80.81, 2.82.83, 2.86.87 e 2.88.89, apresentaram um decréscimo de 46,65% em relação a 2017, em razão da diminuição da Fonte 2.82.83. Em valores monetários, as baixas mais expressivas foram nos convênios celebrados com o DER, FUNECE e FUNCAP.

No exercício de 2018 a Receita Orçamentária apresentou o seguinte desempenho:

TABELA 54
Demonstrativo Comparativo Entre Receita Orçamentária Prevista e a Realizada
(Categoria Econômica)

(R\$1,00)

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	REAL%	PARTIC.%
Receitas Correntes	4.110.695.479,13	4.001.387.458,76	97,34	98,97
- Receita Tributária	753.924.618,00	745.182.619,63	98,84	18,43
- Receita de Contribuição	2.048.769.676,00	1.923.363.405,06	93,88	47,57
- Receita Patrimonial	88.559.843,03	126.972.548,04	143,37	3,14
- Receita Agropecuária	0,00	8.290,92	0,00	0,00
- Receita de Serviços	127.950.413,35	109.894.593,31	85,89	2,72
- Transferências Correntes	886.329.502,06	857.076.079,65	96,70	21,20
- Outras Receitas Correntes	205.161.426,69	238.889.922,15	116,44	5,91
Receitas de Capital	183.441.514,34	41.828.982,63	22,80	1,03
- Alienação de Bens	0,00	146.609,01	0,00	0,00
- Amortização de Empréstimos	0,00	3.496.246,20	0,00	0,09
- Transferência de Capital	183.441.514,34	38.186.127,42	20,82	0,94
TOTAL	4.294.136.993,47	4.043.216.441,39	94,16	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAI

As Receitas de Contribuições, no montante de R\$ 1.923.363.405,06, correspondem a 47,57% da Receita Orçamentária arrecadada, firmando-se como a maior fonte de receita da Administração Indireta. Sendo responsáveis por esta arrecadação o FUNAPREV, PREVMILITAR, PREVID e FPP.

As receitas formadas pelas contribuições dos servidores e pela contribuição patronal dos Fundos de Previdência (FUNAPREV, PREVMILITAR, PREVID) e FPP, bem como os recursos diretamente arrecadados por meio das fontes 2.70.00, 2.70.01 e 2.70.02, somaram R\$ 2.995.050.564,72, representando 74,08% do total da Receita Orçamentária arrecadada. Evidenciamos suas receitas nas tabelas a seguir:

TABELA 55

**Demonstrativo da Receita Consolidada dos Fundos : FUNAPREV, PREVMILITAR E PREVID
(Origem de Recursos)**

(R\$1,00)

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	REALIZAÇÃO %	PARTICIPAÇÃO %
1. Receitas Correntes	2.122.938.121,00	2.022.888.564,25	-4,71	100,00
1.1. Receitas de Contribuições	2.041.608.449,00	1.917.015.465,58	-6,10	94,77
1.1.1. Contribuições de Servidor para o RPPS	793.954.311,00	726.376.333,79	-8,51	35,91
1.1.1.1. Contribuições de Servidor Ativo	707.162.807,00	614.470.376,38	-13,11	30,38
1.1.1.2. Contribuições de Servidor Inativo	63.645.911,00	84.353.314,99	32,54	4,17
1.1.1.3. Contribuições de Pensionista	23.145.593,00	27.552.642,42	19,04	1,36
1.1.2. Contribuição Patronal - Fonte 2.04.00	1.247.589.497,00	1.190.605.572,83	-4,57	58,86
1.1.2.1. Contribuição Patronal - Servidor Ativo	1.247.589.497,00	1.190.605.572,83	-4,57	58,86
1.1.3. Outras Contribuições Sociais	64.641,00	33.558,96	-48,08	0,00
1.1.3.1. Outras Contribuições Sociais ao RPPS	64.641,00	33.558,96	-48,08	0,00
1.2. Receita Patrimonial	45.605.253,00	54.228.917,40	18,91	2,68
1.2.1. Juros de Títulos de Renda	45.605.253,00	54.228.917,40	18,91	2,68
1.3. Compens. Prev. entre Regime Geral/Previdenciário	35.724.419,00	51.644.181,27	44,56	2,55
1.4. Receitas Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.1. Depósitos Judiciais - Fonte 2.14.00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.122.938.121,00	2.022.888.564,25	-4,71	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAI

TABELA 56

Demonstrativo da Receita do Fundo Financeiro FUNAPREV (Origem de Recursos)

(R\$1,00)

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	REALIZAÇÃO%	PARTICIPAÇÃO
1. Receitas Correntes	1.510.465.536,00	1.404.125.655,65	-7,04	100,00
1.1. Receitas de Contribuições	1.463.192.655,00	1.346.011.983,97	-8,01	95,86
1.1.1. Contribuições de Servidor para o RPPS	595.367.759,00	527.218.662,92	-11,45	37,55
1.1.1.1. Contribuições de Servidor Ativo Civil	515.708.610,00	427.557.575,92	-17,09	30,45
1.1.1.2. Contribuições de Servidor Inativo Civil	58.281.686,00	74.521.327,67	27,86	5,31
1.1.1.3. Contribuições de Pensionista Civil	21.377.463,00	25.139.759,33	17,60	1,79
1.1.2. Contribuição Patronal - Fonte 2.04.00	867.760.255,00	818.759.762,09	-5,65	58,31
1.1.2.1. Contribuição Patronal - Servidor Ativo Civil	867.760.255,00	818.759.762,09	-5,65	58,31
1.1.3. Outras Contribuições Social	64.641,00	33.558,96	-48,08	0,00
1.1.3.1. Outras Contribuições Sociais ao RPPS	64.641,00	33.558,96	-48,08	0,00
1.2. Receita Patrimonial	11.548.462,00	6.469.490,41	-43,98	0,46
1.2.1. Juros de Títulos de Renda	11.548.462,00	6.469.490,41	-43,98	0,46
1.3. Compens. Prev. entre Regime Geral/Previdenciário	35.724.419,00	51.644.181,27	44,56	3,68
1.4. Receitas Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.1. Depósitos Judiciais - Fonte 2.14.00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.510.465.536,00	1.404.125.655,65	-7,04	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAI

TABELA 57

Demonstrativo da Receita do Fundo Financeiro PREVMILITAR (Origem de Recursos)

(R\$1,00)

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	REALIZAÇÃO%	PARTICIPAÇÃO%
1.Receitas Correntes	445.538.789,00	403.456.458,44	-9,45	100,00
1.1.Receitas de Contribuições	442.438.446,00	401.089.976,49	-9,35	99,41
1.1.1.Contribuições de Servidor pas RPPS	153.211.000,00	142.475.751,31	108,78	35,31
1.1.1.1.Contribuições de Servidor Ativo Militar	146.086.325,00	130.256.695,45	-10,84	32,29
1.1.1.2.Contribuições de Servidor Inativo Militar	5.364.225,00	9.812.875,17	82,93	2,43
1.1.1.3.Contribuições de Pensionista Militar	1.760.450,00	2.406.180,69	36,68	0,60
1.1.2.Contribuição Patronal - Fonte 2.04.00	289.227.446,00	258.614.225,18	-10,58	64,10
1.1.2.1.Contribuição Patronal - Servidor Ativo Militar	289.227.446,00	258.614.225,18	-10,58	64,10
1.1.3.Outras Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.1.Outras Contribuições Sociais ao RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2. Receita Patrimonial	3.100.343,00	2.366.481,95	-23,67	0,59
1.2.1.Juros de Títulos de Renda	3.100.343,00	2.366.481,95	-23,67	0,59
1.3. Compens. Prev. entre Regime Geral Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.Receitas Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.1.Depósitos Judiciais - Fonte 2.14.00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	445.538.789,00	403.456.458,44	-9,45	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAI

TABELA 58

Demonstrativo da Receita do Fundo Financeiro PREVID (Origem de Recursos)

(R\$1,00)

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	REALIZAÇÃO%	PARTICIPAÇÃO %
1. Receitas Correntes	166.933.796,00	215.306.450,16	28,98	100,00
1.1.Receitas de Contribuições	135.977.348,00	169.913.505,12	24,96	78,92
1.1.1.Contribuições de Servidor para o RPPS	45.375.552,00	56.681.919,56	24,92	26,33
1.1.1.1.Contribuições de Servidor Ativo Civil	45.367.872,00	56.656.105,01	24,88	26,31
1.1.1.2.Contribuições de Servidor Inativo Civil	0,00	19.112,15	0,00	0,01
1.1.1.3.Contribuições de Pensionista Civil	7.680,00	6.702,40	0,00	0,00
1.1.2. Contribuição Patronal - Fonte 2.04.00	90.601.796,00	113.231.585,56	24,98	52,59
1.1.2.1. Contribuição Patrimonial - Servidor Ativo Civil	90.601.796,00	113.231.585,56	24,98	52,59
1.1.3 Outras Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.1 Outras Contribuições Sociais ao RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2. Receita Patrimonial	30.956.448,00	45.392.945,04	46,63	21,08
1.2.1. Juros de Títulos de Renda	30.956.448,00	45.392.945,04	46,63	21,08
1.3. Compens.Prev. entre Regime Geral/Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4. Receitas Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.1. Depósitos Judiciais - Fonte 2.14.00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	166.933.796,00	215.306.450,16	28,98	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAI

TABELA 59

Demonstrativo da Receita do Fundo de Previdência Parlamentar - FPP (Origem de Recursos)

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	REALIZAÇÃO %	PARTICIPAÇÃO%
1. Receitas Correntes	7.282.227,00	14.319.869,63	96,64	100,00
1.1. Receitas de Contribuições	7.161.227,00	6.347.939,48	-11,36	44,33
1.1.1. Contribuição Parlamentar	4.955.622,00	4.345.288,06	-12,32	30,34
1.1.1.1. Dos Deputados - Obrigatórios e Facultativos	4.933.910,00	2.529.143,50	-48,74	17,66
1.1.1.2. Pensionista do FPP	21.712,00	399.523,11	1.740,10	2,79
1.1.1.3. Contribuicao Patronal - Cessao/Autopatrocinio	0,00	1.416.621,45	0,00	9,89
1.1.2. Contribuição Patronal Parlamentar - Fonte 2.06.00	2.205.605,00	2.002.651,42	-9,20	13,99
1.1.2.1. Patronal para o FPP	2.205.605,00	1.864.810,75	-15,45	13,02
1.1.2.1.1. Para o FPP Exercício Anterior	0,00	137.840,67	0,00	0,96
1.2. Receita Patrimonial	121.000,00	7.819.171,03	6.362,12	54,60
1.2.1. Juros de Títulos de Renda	121.000,00	7.819.171,03	6.362,12	54,60
1.2.2. Multas e Juros de Mora - Deputados	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3. Outras Receitas Correntes	0,00	152.759,12	0,00	1,07
1.3.1. Multas de Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2. Restituições Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3. Taxa Remuneratória do Sistema Previdenciário	0,00	152.759,12	0,00	1,07
Total	7.282.227,00	14.319.869,63	96,64	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAI

A receita de Contribuição denominada Patronal/Autopatrocinio, integrante do Fundo de Previdência Parlamentar - FPP, mesmo contabilizada com vinculação à fonte de recursos 2.06.00, não se caracteriza como intraorçamentária, tendo em vista tratar-se do valor patronal financiado pelo próprio Parlamentar.

2.2.2. Despesa Orçamentária

No exercício de 2018, a despesa realizada por Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes atingiu o montante de R\$ 9.807.685.897,93, correspondente a 88,95% da despesa autorizada, que importou em R\$ 11.025.498.879,17.

As fontes de recursos utilizadas para a execução das despesas estão resumidas, conforme a tabela seguinte:

TABELA 60

Demonstrativo Comparativo entre Despesa Autorizada e Realizada (Fonte de Recursos)

(R\$1,00)

FONTE	AUTORIZADO	REALIZADO	REAL%	PARTIC%
1.00.00 Recursos Ordinários	1.666.034.131,18	1.607.873.409,71	96,51	16,39
1.00.02 Recursos Ordinários para Projetos Prioritários	76.791.118,32	71.225.151,99	92,75	0,73
1.00.04 Recursos Oriundos da Carteira de Créditos	205.000.000,00	175.465.503,18	85,59	1,79
1.01.00 Cota Parte do Fundo de Participação dos Estados	3.596.425.174,26	3.468.682.100,81	96,45	35,37
2.03.00 Sistema Único de Prev do Est do Ceará	875.348.624,00	775.005.305,61	88,54	7,90
2.04.00 Recursos Provenientes da Contribuição Patronal	1.247.589.497,00	1.122.004.970,49	89,93	11,44
2.05.00 Contribuição do FPP	4.955.622,00	3.987.719,08	80,47	0,04
2.06.00 Contribuição Patronal do FPP	2.205.605,00	835.899,08	37,90	0,01
1.10.00 Recursos Provenientes do FECOP	239.410.103,24	188.624.662,27	78,79	1,92
2.11.00 Cota Parte CIDE	49.558.233,00	37.395.329,07	75,46	0,38
1.12.00 Alienação de Bens	67.878,00	0,00	0,00	0,00
1.14.00 Recursos Provenientes de Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
2.15.00 Depósitos Judiciais - PIMPJ	2.691.039,00	2.645.000,19	98,29	0,03
2.16.00 Medida Compensatória Ambiental	1.150.000,00	0,00	0,00	0,00
2.29.00 Recursos Arrecadados da Venda de Selos de Autenticidade	30.460.334,00	29.119.563,24	95,60	0,30
1.44.00 Indenização pela Extração de Petróleo	30.046.604,77	28.753.433,80	95,70	0,29
2.46.47 Operações de Créditos Internas - BNDES/Estado	11.030.000,00	11.025.000,00	99,95	0,11
2.48.48 Operações de Crédito Externas - Tesouro	4.117.256,11	3.850.892,50	93,53	0,04
2.48.59 Operações de Crédito Externas - Tesouro/BID	593.878.382,00	194.653.461,75	32,78	1,98
2.48.69 Operações de Créditos Externas - PFORR	17.562.116,79	16.749.083,30	95,37	0,17
2.70.00 Recursos Diretamente Arrecadados	1.141.542.077,53	1.014.052.856,26	88,83	10,34
2.70.01 Recursos Diretamente Arrecadados - Mecenato	720.859,34	84.513,82	11,72	0,00
2.70.02 Recursos Diretamente Arrecadados - Multas de Trânsito	115.658.883,71	109.865.670,55	94,99	1,12
2.76.00 Recursos Provenientes do FIT	27.332.852,54	19.977.649,07	73,09	0,20
2.79.00 Transferência ao Fundo de Def Civil - FDCC	36.701.088,23	28.654.156,67	78,07	0,29
2.80.81 Convênios com Órgãos Internacionais Adm Indireta	105.000,00	880,00	0,84	0,00
2.82.83 Convênios com Órgãos Federais Adm Indireta	157.141.014,87	71.323.987,27	45,39	0,73
2.86.87 Convênios com Órgãos Municipais Adm Indireta	563.643,16	82.563,44	14,65	0,00
2.88.89 Convênios com Órgãos Privados Adm Indireta	25.347.282,76	20.910.936,73	82,50	0,21
2.91.00 Recursos Provenientes do SUS	798.772.220,19	757.902.458,96	94,88	7,73
2.92.00 Repasse Fundo a Fundo - FNAS	6.871.718,29	5.122.296,16	74,54	0,05
2.92.01 Repasse Fundo a Fundo - FUNPEN	60.420.519,88	41.811.442,93	69,20	0,43
TOTAL	11.025.498.879,17	9.807.685.897,93	88,95	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAI

A maior parcela de recursos para a realização das despesas teve origem no Tesouro Estadual, fontes 1.00.00, 1.00.02, 1.00.04 e 1.01.00, que somaram R\$ 5.323,246,165,69, correspondente a 54,28% da despesa total.

As fontes 2.80.81, 2.82.83, 2.86.87, 2.88.89 e 6.88.89, relativas a Convênios, somaram R\$ 92.318.367,44 com participação de 0,94% na despesa total. As fontes 2.91.00 e 6.91.00 - Recursos Provenientes do SUS - destinadas ao FUNDES totalizou o montante de R\$ 757.902.458,96, correspondendo a 7,73% do total da despesa empenhada.

As despesas realizadas com recursos diretamente arrecadados, fontes 2.70.00, 2.70.01 e 2.70.02 e 6.70.00, concentraram-se no DETRAN, FERMOJU, ETICE, FAADEP, SEMACE e FEC que responderam por 11,46% das despesas com essa fonte de recursos.

O DETRAN, FAADEP, FUNDEJ, FDID, FDS, FECA, FERMOJU, FUNSEG, FUNDART, JUCEC, FEDAF, FEC e FERMOMP têm independência financeira do Tesouro, uma vez que executam seus orçamentos com recursos diretamente arrecadados.

Os tipos de créditos utilizados na execução da Despesa Orçamentária estão discriminados na tabela abaixo.

TABELA 61
Demonstrativo Comparativo entre Despesa Fixada e Realizada (Tipo de Crédito)

(R\$1,00)

CRÉDITOS	FIXAÇÃO	REALIZAÇÃO	REALIZ%	PARTIC%
Ordinários e Suplementares	11.014.749.751,49	9.797.685.897,93	88,95	99,90
Especiais	10.749.127,68	10.000.000,00	93,03	0,10
TOTAL	11.025.498.879,17	9.807.685.897,93	88,95	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAI

A execução da despesa, por categoria econômica, está demonstrada a seguir, tendo sido discriminada segundo os grupos de despesas constantes da Lei Orçamentária de 2018, relativa aos exercícios 2017 e 2018.

TABELA 62
Demonstrativo da Despesa Orçamentária (Categoria e Grupo)

(R\$1,00)

DISCRIMINAÇÃO	2017	PARTIC.%	2018	PARTIC.%	VARIAÇÃO %
Despesas Correntes	8.007.377.998,55	89,67	8.724.723.605,51	88,96	8,96
- Pessoal e Encargos Sociais	4.502.417.605,96	50,42	4.827.532.039,69	49,22	7,22
- Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outras Despesas Correntes	3.504.960.392,59	39,25	3.897.191.565,82	39,74	11,19
Despesas de Capital	922.821.500,71	10,33	1.082.962.292,42	11,04	17,35
- Investimentos	871.567.080,82	9,76	1.055.558.546,56	10,76	21,11
- Inversões Financeiras	50.552.067,68	0,57	27.154.515,72	0,56	-46,28
- Amortização da Dívida	702.352,21	0,01	249.230,14	0,00	-64,51
TOTAL	8.930.199.499,26	100,00	9.807.685.897,93	100,00	9,83

Fonte: SEFAZ/CECAI

O grupo Pessoal e Encargos Sociais, assim como verificado em 2017, constituiu a maior parcela de gastos das Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos. Em 2018, dentre as entidades da Administração Indireta regidas pela Lei nº 4.320/64, destacam-se, nessa ordem o FUNAPREV, FUNDES, PREVMILITAR e FUNECE que somaram R\$ 4.306.573.445,39, ou seja, 89,21% do total gasto no grupo em análise.

O gasto do FUNAPREV, PREVMILITAR, PREVID E FPP com Pessoal e Encargos Sociais, incluindo todas as fontes, totalizou em 2018 o montante de R\$ 3.367.388.137,36, conforme demonstram as tabelas seguintes:

TABELA 63
Demonstrativo Consolidado da Despesa Empenhada de Pessoal do FUNAPREV, PREVMILITAR e PREVID
(Categoria e Grupo)

(R\$1,00)

DISCRIMINAÇÃO	2017	2018
Despesas Correntes	3.115.104.856,53	3.363.041.984,64
-Pessoal e Encargos Sociais	3.115.104.856,53	3.363.041.984,64
-Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
-Outras Despesas Corrente	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00
- Investimentos	0,00	0,00
- Inversões Financeiras	0,00	0,00
- Amortização da Dívida	0,00	0,00
- Outras Despesas de Capital	0,00	0,00
TOTAL	3.115.104.856,53	3.363.041.984,64

Fonte: SEFAZ/CECAI

TABELA 64

Demonstrativo da Despesa Empenhada de Pessoal do FPP (Fonte de Recursos)

(R\$1,00)

	2017	2018
Fonte 2.05.00 - Contribuição Parlamentar	2.306.009,00	3.810.253,64
Fonte 2.06.00 - Contribuição Patronal Parlamentar	1.713.816,56	535.899,08
Fonte 2.70.00 - Recursos Diretamente Arrecadados	0,00	0,00
TOTAL FONTE PRÓPRIA	4.019.825,56	4.346.152,72

Fonte: SEFAZ/CECAI

Dos gastos de Pessoal e Encargos Sociais dos Fundos FUNAPREV e PREVMILITAR, o Tesouro Estadual, por meio de aportes Financeiros vinculados às Fontes de Recursos 1.00.00, 1.01.00 e 1.00.04, honrou as insuficiências de caixa desses Fundos, nos valores de R\$1.247.821.154,15 e R\$218.210.554,39, respectivamente, conforme tabelas a seguir:

TABELA 65

Demonstrativo da Despesa Empenhada de Pessoal do Fundo Financeiro FUNAPREV

(R\$1,00)

ESFERA	(A) INATIVOS	(B) PENSÕES	TOTAL (A) + (B)
Total do Legislativo	104.075.378,03	47.125.789,52	151.201.167,55
Transferência do Tesouro Estadual	0,00	31.461.855,92	31.461.855,92
Fonte Própria	104.075.378,03	15.663.933,60	119.739.311,63
- Fonte 2.03.00 - Servidor	50.511.498,65	3.028.773,08	53.540.271,73
- Fonte 2.04.00 - Patronal	53.563.879,38	12.635.160,52	66.199.039,90
Outras Fontes	0,00	0,00	0,00
- Fonte 2.14.00 - Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00
Total do Judiciário	144.824.812,86	46.930.225,25	191.755.038,11
Transferência do Tesouro Estadual	0,00	46.930.225,25	46.930.225,25
Fonte Própria	144.824.812,86	0,00	144.824.812,86
- Fonte 2.03.00 - Servidor	59.818.134,72	0,00	59.818.134,72
- Fonte 2.04.00 - Patronal	85.006.678,14	0,00	85.006.678,14
Outras Fontes	0,00	0,00	0,00
- Fonte 2.14.00 - Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00
Total do Executivo	1.871.373.751,50	433.989.121,51	2.305.362.873,01
Transferência do Tesouro Estadual	714.918.127,25	433.989.121,51	1.148.907.248,76
Fonte Própria	1.156.455.624,25	0,00	1.156.455.624,25
- Fonte 2.03.00 - Servidor	477.671.958,04	0,00	477.671.958,04
- Fonte 2.04.00 - Patronal	678.783.666,21	0,00	678.783.666,21
Outras Fontes	0,00	0,00	0,00
- Fonte 2.14.00 - Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00
Total do Ministério Público	43.771.973,89	20.521.824,22	64.293.798,11
Transferência do Tesouro Estadual	0,00	20.521.824,22	20.521.824,22
Fonte Própria	43.771.973,89	0,00	43.771.973,89
- Fonte 2.03.00 - Servidor	28.706.047,49	0,00	28.706.047,49
- Fonte 2.04.00 - Patronal	15.065.926,40	0,00	15.065.926,40
Outras Fontes	0,00	0,00	0,00
- Fonte 2.14.00 - Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	2.164.045.916,28	548.566.960,50	2.712.612.876,78

Fonte: SEFAZ/CECAI

TABELA 66

**Resumo das Despesas do Fundo de Previdência FUNAPREV
(R\$1,00)**

Transferência do Tesouro Estadual	1.247.821.154,15
Fonte Própria	1.464.791.722,63
- Fonte 2.03.00 - Servidor	619.736.411,98
- Fonte 2.04.00 - Patronal	845.055.310,65
Outras Fontes	0,00
- Fonte 2.14.00 - Depósitos Judiciais	0,00
TOTAL GERAL	2.712.612.876,78

Fonte:SEFAZ/CECAI

TABELA 67

**Demonstrativo da Despesa Empenhada de Pessoal do Fundo Financeiro PREVMILITAR
(Poder e Fonte de Recursos)**

(R\$1,00)

ESFERA	(A) INATIVOS	(B) PENSÕES	TOTAL (A) + (B)
Transferência do Tesouro Estadual	89.693,23	218.120.861,16	218.210.554,39
Fonte Própria	413.616.987,16	18.007.892,02	431.624.879,18
- Fonte 2.03.00 - Servidor	136.667.327,32	18.007.892,02	154.675.219,34
- Fonte 2.04.00 - Patronal	276.949.659,84	0,00	276.949.659,84
Outras Fontes	0,00	0,00	0,00
- Fonte 2.14.00 - Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	413.706.680,39	236.128.753,18	649.835.433,57

Fonte: SEFAZ/CECAI

TABELA 68

**Demonstrativo da Despesa Empenhada de Pessoal do Fundo Financeiro PREVID
(Poder e Fonte de Recursos)**

(R\$ 1,00)

ESFERA	(A) INATIVOS	(B) PENSÕES	TOTAL (A) + (B)
Fonte Própria	262.532,12	331.142,17	593.674,29
- Fonte 2.03.00 - Servidor	262.532,12	331.142,17	593.674,29
- Fonte 2.04.00 - Patronal	0,00	0,00	0,00
Outras Fontes	0,00	0,00	0,00
- Fonte 2.14.00 - Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL			

Fonte: SEFAZ/CECAI

TABELA 69

**Demonstrativo Consolidado da Despesa Empenhada de Pessoal
(Fundos FUNAPREV, PREVMILITAR e PREVID)**

(R\$ 1,00)

ESFERA	(A) INATIVOS	(B) PENSÕES	TOTAL (A) + (B)
Total do Legislativo	104.075.378,03	47.125.789,52	151.201.167,55
Transferência do Tesouro Estadual	0,00	31.461.855,92	0,00
Fonte Própria	104.075.378,03	15.663.933,60	119.739.311,63
- Fonte 2.03.00 - Servidor	50.511.498,65	3.028.773,08	53.540.271,73
- Fonte 2.04.00 - Patronal	53.563.879,38	12.635.160,52	66.199.039,90
Outras Fontes	0,00	0,00	0,00
- Fonte 2.14.00 - Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00
Total do Judiciário	144.824.812,86	46.930.225,25	191.755.038,11
Transferência do Tesouro Estadual	0,00	46.930.225,25	46.930.225,25
Fonte Própria	144.824.812,86	0,00	144.824.812,86
- Fonte 2.03.00 - Servidor	59.818.134,72	0,00	59.818.134,72
- Fonte 2.04.00 - Patronal	85.006.678,14	0,00	85.006.678,14
Outras Fontes	0,00	0,00	0,00
- Fonte 2.14.00 - Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00
Total do Executivo	2.285.342.964,01	670.449.016,86	2.955.791.980,87
Transferência do Tesouro Estadual	715.007.820,48	652.109.982,67	1.367.117.803,15
Fonte Própria	1.570.335.143,53	18.339.034,19	1.588.674.177,72
- Fonte 2.03.00 - Servidor	614.601.817,48	18.339.034,19	632.940.851,67
- Fonte 2.04.00 - Patronal	955.733.326,05	0,00	955.733.326,05
Outras Fontes	0,00	0,00	0,00
- Fonte 2.14.00 - Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00
Total do Ministério Público	43.771.973,89	20.521.824,22	64.293.798,11
Transferência do Tesouro Estadual	0,00	20.521.824,22	20.521.824,22
Fonte Própria	43.771.973,89	0,00	43.771.973,89
- Fonte 2.03.00 - Servidor	28.706.047,49	0,00	28.706.047,49
- Fonte 2.04.00 - Patronal	15.065.926,40	0,00	15.065.926,40
Outras Fontes	0,00	0,00	0,00
- Fonte 2.14.00 - Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	2.578.015.128,79	785.026.855,85	3.363.041.984,64

Fonte: SEFAZ/CECAI

TABELA 70

**Resumo das Despesas dos Fundos FUNAPREV, PREVMILITAR E PREVID
(R\$1,00)**

TRANSFERÊNCIA DO TESOUREO ESTADUAL	1.466.031.708,54
Fonte Própria	1.897.010.276,10
- Fonte 2.03.00 - Servidor	775.005.305,61
- Fonte 2.04.00 - Patronal	1.122.004.970,49
Outras Fontes	0,00
- Fonte 2.14.00 - Depósitos Judiciais	0,00
TOTAL GERAL	3.363.041.984,64

Fonte: SEFAZ/CECAI

No grupo Outras Despesas Correntes, os maiores gastos foram realizados nos seguintes elementos:

TABELA 71

**Demonstrativo da Despesa Realizada do Grupo “ Outras Despesas Correntes”
(R\$1,00)**

ELEMENTOS DA DESPESA	VALOR
- Material de Consumo	350.639.642,22
- Material de Distribuição Gratuita	253.206.856,43
- Locação de Mão-de-Obra	300.880.770,72
- Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.339.791.261,84
- Contribuições	663.918.962,59
- Despesas de Exercícios Anteriores	92.747.540,42
- Despesas com Terceirização	525.600.717,84
- Rateio p/ Participação em Consórcio Público	107.525.184,39
- Indenizações e Restituições	52.967.860,31
- Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	67.241.818,39
- Obrigações Tributárias e Contributivos	28.577.352,77
SUBTOTAL	3.783.097.967,92
- Outros Elementos	114.093.597,90
TOTAL	3.897.191.565,82

Fonte: SEFAZ/CECAI

Do valor verificado no elemento Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, o FUNDES foi responsável pela aplicação da maior parcela de recursos com 65,97%, seguido pelo DETRAN, com 15,88%, ISSEC com 4,54% e FERMOJU com 4,26%.

No grupo Investimentos, as maiores despesas ficaram por conta dos elementos a seguir:

TABELA 72
Demonstrativo da Despesa Realizada no Grupo “Investimentos”

(R\$ 1,00)

ELEMENTOS DE DESPESAS	VALOR
- Equipamentos e Material Permanente	104.013.191,77
- Obras e Instalações	438.602.862,68
- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	392.821.503,03
SUBTOTAL	935.437.557,48
- Outros Elementos	120.120.989,08
TOTAL	1.055.558.546,56

Fonte: SEFAZ/CECAI

O DER respondeu pela maioria das despesas com investimentos, participando com R\$ 529.742.387,25, o que correspondeu a 50,19% do total do grupo. As aplicações do DER nesse grupo tiveram a seguinte distribuição: 57,72% em Obras e Instalações, 0,75% em Serviços de Consultoria, 32,36% em Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, 4,46% em despesas de exercícios anteriores e 4,70% em outros elementos.

Os investimentos do DER originaram-se de recursos do Tesouro Estadual, fontes 1.00.00, 1.01.00 e 10002, com 47,34%, de Operações de Crédito Externas BID, fonte 2.48.59, com 31,03%, de operações de crédito externas PforR, com 2,27%, fonte 2.48.69, de Indenização pela Extração de Petróleo, Xisto e Gás, fontes 1.44.00 e 34400, com 4,89%, e outras fontes com 14,47%. Dentre as outras fontes que compõem a origem de recursos do DER, 7,21% são oriundos de Convênios com Órgãos Federais, fonte 2.82.83.

Das aplicações no grupo Investimentos do FUNDES, 52,90% originaram-se do Tesouro Estadual e o restante teve como origem convênios com órgãos federais, com órgãos privados, com órgãos internacionais e recursos provenientes do SUS.

O Grupo Inversões Financeiras, totalizando R\$ 27.154.515,72, é formado por dois elementos. Um deles, intitulado Concessão de Empréstimos e Financiamentos, representa a quase totalidade dos gastos, R\$25.856.343,24, cuja execução deve-se ao FDI, com 95,22%. Outro, no valor de R\$ 1.298.172,48, vinculado a incentivos fiscais concedidos aos artesãos, cuja execução cabe ao FUNDART, correspondendo a 4,78%.

Os valores a receber resultantes dos incentivos fiscais concedidos pelo Estado do Ceará, através do Programa de Incentivo às Atividades Portuárias e Industriais do Ceará - PROAPI, programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas - PROVIN Programa de Atração de Empreendimentos Estratégicos - PROADE do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará - FDI, assim como as deduções dos prováveis valores a fundo perdido, estão demonstrados na tabela a seguir:

TABELA 73
Demonstrativo dos Créditos do FDI

(R\$1,00)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES DE CURTO PRAZO	VALORES DE LONGO PRAZO
Empréstimos Concedidos - PROAPI	135.563.986,84	77.606.297,23
Ajustes de Perdas de Créditos a Receber	-102.171.039,83	-68.878.159,83
SALDO	33.392.947,01	8.728.137,40

ESPECIFICAÇÃO	VALORES DE CURTO PRAZO	VALORES DE LONGO PRAZO
Créditos a Receber - PROVIN	892.228.377,40	1.774.214.840,66
Ajustes de Perdas de Créditos a Receber	-735.755.998,31	-1.588.512.591,55
SALDO	156.472.379,09	185.702.249,11

ESPECIFICAÇÃO	VALORES DE CURTO PRAZO	VALORES DE LONGO PRAZO
Créditos a Receber - PROADE	108.997.330,52	404.157.303,40
Ajustes de Perdas de Créditos a Receber	-107.688.808,07	-399.791.339,28
SALDO	1.308.522,45	4.365.964,12

Fonte: SEFAZ/CECAI

Segue anexa a relação das empresas beneficiadas pelos programas PROAPI, PROVIN e PROADE com seus respectivos CNPJ e valores concedidos, conforme recomendação 53 do TCE/CE.

A perda do FDI no programa PROVIN corresponde à diferença entre o valor do benefício concedido, o qual corresponde ao limite máximo de 75% do ICMS devido (art. 17 do Decreto nº 29.183/2008) e o valor que retornará ao Tesouro Estadual (art.23, § 1º do Decreto nº 29.183/2008 e Anexo I) , em conformidade com a equação abaixo:

PERDA= BENEFÍCIO CONCEDIDO - RETORNO

Os valores do benefício e do retorno serão obtidos a partir de pontuação obtida pela empresa beneficiária que levará em consideração suas características de geração de emprego, custo de transação, localização, responsabilidades social, cultural e ambiental, pesquisa e desenvolvimento e adequabilidade a base de produção regional, conforme anexo I do Decreto nº 29.183/2008.

No caso do FDI/PROAPI, a perda corresponde à diferença entre o valor do empréstimo concedido e o valor que retornará ao Tesouro Estadual, cujo equacionamento encontra-se a seguir descrito:

PERDA = EMPRÉSTIMO CONCEDIDO - RETORNO

A perda do FDI/PROADE corresponde à diferença entre o benefício concedido, o qual poderá ser de até 99% do ICMS gerado em função da produção da sociedade empresária, e o valor que retornará ao Tesouro Estadual (art. 2º do Decreto nº.30.012/2009), conforme equação a seguir:.

PERDA = BENEFÍCIO CONCEDIDO - RETORNO

O percentual do benefício a ser concedido às sociedades empresárias enquadradas no PROADE será fixado em Resolução do Conselho Estadual do Desenvolvimento Industrial.

O valor do retorno será um percentual que incidirá sobre o valor do benefício concedido ou valor do empréstimo.

O retorno corresponde aos valores retornável vencido e retornável vincendo conforme tabela das Empresas Beneficiárias dos programas PROAPI, PROVIN E PROADE anexada no final deste relatório.

A Administração Indireta aplicou seus recursos em 24 das 28 funções de Governo, especificadas na Portaria nº 42, de 14/04/1999, alterada pela Portaria nº 37, de 16 de agosto de 2007, do Ministério do Orçamento e Gestão, cujos valores encontram-se demonstrados na tabela a seguir, sendo 54,27% desses recursos originários do Tesouro Estadual. As funções de maior representatividade são: Saúde 36,46%, Previdência Social 34,34%, Transportes 9,29% e Educação 5,24%.

TABELA 74
Demonstrativo da Despesa Realizada por Função (Adm. Indireta)

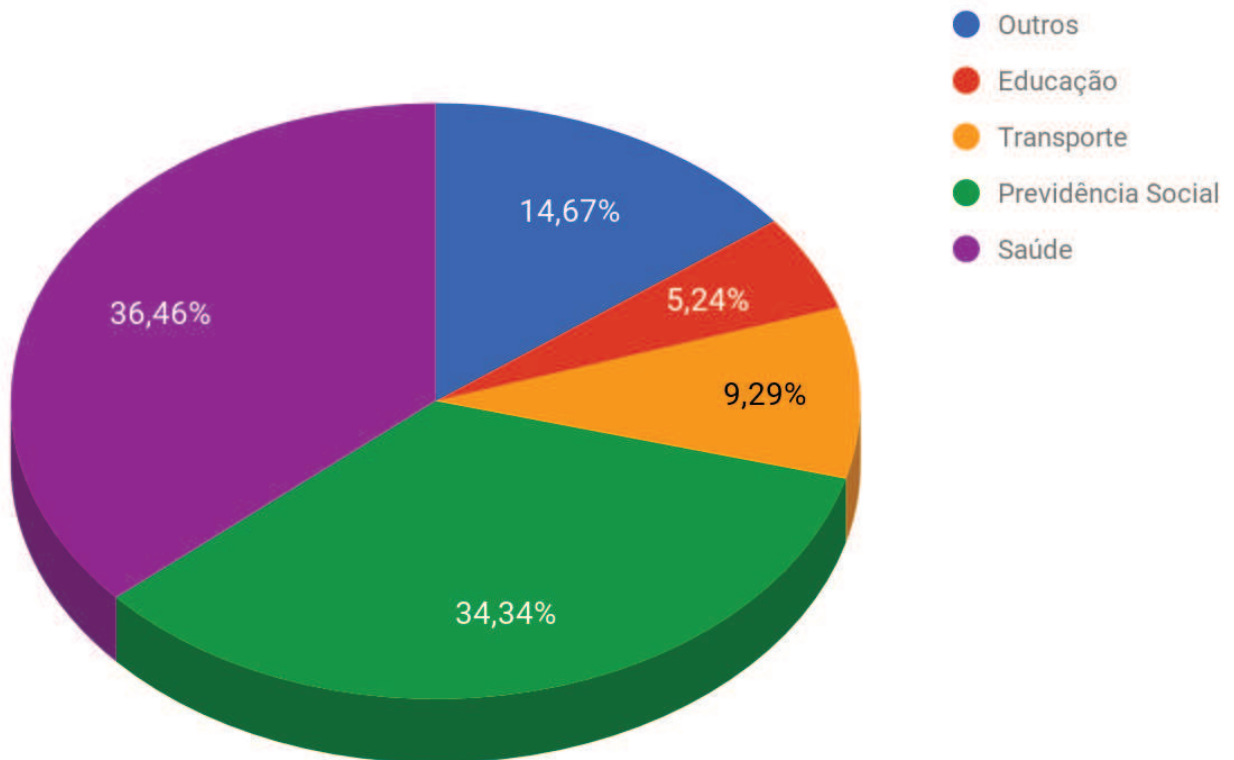
(R\$1,00)

DISCRIMINAÇÃO	AUTORIZADO	EMPENHADO	REALIZ%	PARTIC%
2 Judiciária	176.563.864,69	157.601.499,68	89,26	1,61
3 Essencial à Justiça	47.710.395,65	37.021.064,66	77,60	0,38
4 Administração	223.696.942,78	186.738.588,14	83,48	1,90
6 Segurança Pública	243.236.324,16	219.756.786,70	90,35	2,24
8 Assistência Social	115.543.891,08	70.418.883,91	60,95	0,72
9 Previdência Social	3.539.448.913,96	3.367.865.790,11	95,15	34,34
10 Saúde	3.769.372.289,82	3.576.347.293,75	94,88	36,46
11 Trabalho	2.484.000,00	1.374.914,48	55,35	0,01
12 Educação	543.168.361,09	513.489.752,40	94,54	5,24
13 Cultura	22.440.710,00	18.058.964,57	80,47	0,18
14 Direitos da Cidadania	76.871.837,30	58.977.755,74	76,72	0,60
16 Habitação	5.002.663,00	4.001.646,94	79,99	0,04
17 Saneamento	655.771,00	363.424,07	55,42	0,00
18 Gestão Ambiental	150.666.544,63	128.705.293,23	85,42	1,31
19 Ciência e Tecnologia	60.086.545,20	43.387.822,12	72,21	0,44
20 Agricultura	156.144.969,59	139.991.457,58	89,65	1,43
21 Organização Agrária	22.077.288,78	12.746.079,77	57,73	0,13
22 Indústria	40.086.759,27	35.506.385,42	88,57	0,36
23 Comércio e Serviços	16.134.505,42	15.614.385,48	96,78	0,16
24 Comunicações	49.404.351,52	41.877.622,99	84,77	0,43
25 Energia	2.044.000,00	132.022,56	6,46	0,00
26 Transporte	1.322.123.720,44	910.755.313,70	68,89	9,29
27 Desporto e Lazer	19.150.852,88	15.696.069,39	81,96	0,16
28 Encargos Especiais	261.460.328,91	251.257.080,54	96,10	2,56
99 Reserva de Contingência	159.923.048,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	11.025.498.879,17	9.807.685.897,93	88,95	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAI

Gráfico XXII
Demonstrativo das Despesas por Função (Adm. Indireta)

(R\$1,00)



Fonte: SEFAZ/CECAI

Foi aplicado o maior volume de recursos na função Saúde, 36,46%, executada na ESP, no ISSEC e no FUNDES, cabendo a este a responsabilidade pela aplicação de 98,08% dessa função.

Em seguida vem a função Previdência Social, com 34,34%, administrados pelos fundos FUNAPREV, PREVMILITAR, PREVID e FPP para pagamento das aposentadorias e pensões do Estado.

A função Transporte, com 9,29%, foi executada pelo DER 64,98%, DETRAN, 34,95% e ARCE, 0,07% do total da função.

A função Educação apresentou um percentual de 5,24% distribuído entre: FUNECE, UVA, URCA e FUNCAP.

Concluindo a análise sobre a execução orçamentária das entidades da Administração Indireta, compreendidas aqui somente as Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos, constatou-se que 83,91% de suas despesas foram alocadas em apenas cinco unidades, entre elas, duas Autarquias e três Fundos, conforme a tabela seguinte:

TABELA 75

Demonstrativo da Despesa Realizada das Principais Entidades por Categoria Econômica

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL	PARTIC.%
FUNDES	2.599.478.386,21	908.058.543,60	3.507.536.929,81	35,76
Despesas Correntes	2.544.564.300,77	859.157.398,40	3.403.721.699,17	34,70
Despesas de Capital	54.914.085,44	48.901.145,20	103.815.230,64	1,06
FUNAPREV	1.247.821.154,15	1.464.791.722,63	2.712.612.876,78	27,66
Despesas Correntes	1.247.821.154,15	1.464.791.722,63	2.712.612.876,78	27,66
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
DETRAN	0,00	767.544.250,51	767.544.250,51	7,83
Despesas Correntes	0,00	579.934.441,30	579.934.441,30	5,91
Despesas de Capital	0,00	187.609.809,21	187.609.809,21	1,91
PREVMILITAR	218.210.554,39	431.624.879,18	649.835.433,57	6,63
Despesas Correntes	218.210.554,39	431.624.879,18	649.835.433,57	6,63
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
DER	306.840.756,87	284.962.416,91	591.803.173,78	6,03
Despesas Correntes	56.055.913,71	6.004.872,82	62.060.786,53	0,63
Despesas de Capital	250784843,16	278957544,09	529.742.387,25	5,40
OUTRAS ENTIDADES	950.895.314,07	627.457.919,41	1.578.353.233,48	16,09
Despesas Correntes	844.635.876,25	471.922.491,91	1.316.558.368,16	13,42
Despesas de Capital	106.259.437,82	155.535.427,50	261.794.865,32	2,67
TOTAL GERAL	5.323.246.165,69	4.484.439.732,24	9.807.685.897,93	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAI

Constata-se, no demonstrativo acima, que o maior dispêndio pela Administração Indireta em 2018 refere-se às Despesas com Saúde executada pelo FUNDES. De seu valor total, 74,11% foram gastos com recursos do Tesouro Estadual e 25,89% com recursos do convênio com o SUS.

Dos gastos executados pelos Fundos Financeiros FUNAPREV e PREVMILITAR, 56,40% foram realizados com recursos das contribuições patronal e do servidor, e 43,60% com Recursos do Tesouro Estadual.

O DER aplicou seus recursos, na sua maioria, em Obras e Instalações. Já o SUPSEC, constituído pelo **FUNAPREV**, **PREVMILITAR** e **PREVID**, empregou 100% em Despesa com Pessoal.

No cômputo geral das entidades integrantes da Administração Indireta, as despesas correntes, com 88,96%, superaram as despesas de capital em R\$ 7.641.761.313,09, traduzindo-se desta forma, a utilização expressiva dos recursos do Estado e de outras fontes em gastos de natureza operacional, realizados para a manutenção e o funcionamento das Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos.

CAPÍTULO III

3. DA CONSOLIDAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Consolidação Orçamentária da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes (EMATERCE, ETICE, COHAB e CODECE).

3.1.1. Receita Orçamentária

A Receita Orçamentária da Administração Direta, das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes (EMATERCE, ETICE, COHAB e CODECE), alcançou o montante de R\$ 29.507.689.677,75. Em comparação com o exercício anterior, houve um acréscimo nominal de 3,83%. Encontram-se excluídas das receitas das entidades da Administração Indireta os recursos do Tesouro, que constam na receita da Administração Direta.

TABELA 76
Demonstrativo Comparativo da Consolidação da Receita Prevista Com a
Realizada Por Categoria Econômica

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	PREVISTA (A)	PART. % (A/TOTAL A)	REALIZADA (B)	PART. % (B/TOTAL B)	REALIZ. % (B/A)
1-Receitas Correntes Sem Deduções	27.063.782.075,20	84,14	26.518.130.414,58	89,87	97,98
1.1 Administração Direta	24.249.042.237,07	75,39	23.741.249.568,65	80,46	97,91
1.2 Administração Indireta	2.814.739.838,13	8,75	2.776.880.845,93	9,41	98,65
1.3 (-) Deduções	3.124.521.364,00	9,71	3.207.760.077,43	10,87	102,66
1.3.1 Deduções para Formação do FUNDEB	3.124.521.364,00	9,71	3.158.729.794,44	10,70	101,09
1.3.2 Restituições de Receita	0,00	0,00	49.030.282,99	0,17	100,00
2-Recitas de Capital Sem Deduções	3.775.768.988,21	11,74	1.484.211.916,35	5,03	39,31
2.1 Administração Direta	3.592.327.473,87	11,17	1.442.335.041,92	4,89	40,15
2.2 Administração Indireta	183.441.514,34	0,57	41.876.874,43	0,14	22,83
2.3 (-) Deduções	0,00	0,00	49.388,49	0,00	100,00
2.3.1 Restituições de Receita	0,00	0,00	49.388,49	0,00	100,00
3-Receita Corrente Intraorçamentária	1.324.898.749,00	4,12	1.505.333.828,90	5,10	113,62
3.1 Administração Direta	28.943.108,00	0,09	255.637.423,66	0,87	883,24
3.2 Administração Indireta	1.295.955.641,00	4,03	1.249.696.405,24	4,24	96,43
3.3 (-) Deduções	0,00	0,00	21.009,26	0,00	0,00
3.3.1 Restituições de Receita	0,00	0,00	21.009,26	0,00	0,00
4-TOTAL DAS RECEITAS SEM DEDUÇÕES (1+2+3)	32.164.449.812,41	100,00	29.507.676.159,83	100,00	91,74
5-TOTAL DAS DEDUÇÕES (1.3+2.3+3.3)	3.124.521.364,00	0,00	3.207.830.475,18	0,00	102,67
6-TOTAL DAS RECEITAS LÍQUIDAS (4-5)	29.039.928.448,41	100,00	26.299.845.684,65	100,00	90,56

Fonte: SEFAZ/CECAD

A tabela anterior evidencia que 86,21% das receitas realizadas estão concentradas na Administração Direta. Da Receita Prevista consolidada em 2018, no valor de R\$ 32.164.449.812,41, foi realizada R\$ 29.507.676.159,83, equivalente a 91,74%.

3.1.1.1. Receitas Correntes

As Receitas Correntes em 2018, incluindo as intraorçamentárias, alcançaram a importância de R\$ 28.023.477.761,40

TABELA 77
Demonstrativo da Consolidação das Receitas Correntes

(R\$ 1,00)

RECEITA	REALIZAÇÃO	PARTIC.%
1-Receitas Correntes Sem Deduções	26.518.130.414,58	94,63
1.1 Tributária	14.789.821.317,37	52,78
1.2 Contribuição	745.584.027,54	2,66
1.3 Patrimonial	773.344.775,48	2,76
1.4 Agropecuária	8.290,92	0,00
1.5 Serviços	86.452.259,19	0,31
1.6 Transferências Correntes	9.241.911.367,20	32,98
1.7 Outras Despesas Correntes	881.008.376,88	3,14
1.8 (-) Deduções	3.207.760.077,43	11,45
1.8.1 Deduções P/ Formação do FUNDEB	3.158.729.794,44	11,27
1.8.2 Restituição de Receita	49.030.282,99	0,17
2. Receitas Correntes Intraorçamentárias	1.505.333.828,90	5,37
2.1 Tributária	197.851,00	0,00
2.2 Contribuição	1.192.629.233,51	4,26
2.3 Patrimonial	21.725,00	0,00
2.4 Serviços	34.823.620,02	0,12
2.5 Outras Receitas Correntes	277.661.399,37	0,99
2.6 (-) Deduções	21.009,26	0,00
2.6.1 Restituição de Receita	21.009,26	0,00
3.TOTAL RECEITAS SEM DEDUÇÕES (1+2)	28.023.464.243,48	100,00
4. (-)TOTAL DEDUÇÕES(1.8+2.6)	3.207.781.086,69	100,00
5-TOTAL RECEITAS LÍQUIDAS (3-4)	24.815.683.156,79	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

As fontes de receitas com valores mais expressivos, em 2018, são as Receitas Tributárias e as Transferências Correntes, representando 52,78% e 32,98%, respectivamente, das Receitas Correntes, juntas somaram R\$24.031.732.684,57 e representam 90,62% desta categoria, incluídas as receitas intraorçamentárias.

3.1.1.2. Receitas de Capital

No exercício de 2018, as Receitas de Capital somaram R\$ 1.484.211.916,35, representando 5,60% da receita orçamentária. Em comparação com o exercício anterior, houve uma redução de 41,56% em termos nominais. As receitas que mais contribuíram para essa redução significativa foram as Operações de Créditos em 55,73%. Outra receita que apresentou redução em 2018, em relação ao exercício anterior, foram as Transferências de Capital, contratadas a menor em 12,81%.

TABELA 78
Demonstrativo da Consolidação das Receitas de Capital

(R\$ 1,00)

RECEITA	REALIZAÇÃO	PARTIC.%
1-Receitas de Capital Sem Deduções	1.484.211.916,35	100,00
1.1 Operações de Crédito	908.064.839,15	61,18
1.2 Alienação de Bens	14.494.759,01	0,98
1.3 Transferências de Capital	410.958.084,62	27,69
1.4 Amortização de Empréstimos	3.496.246,20	0,24
1.5 Outras Receitas de Capital	147.197.987,37	9,92
1.6 (-) Deduções	49.388,49	0,00
1.6.1 Restituição de Receitas	49.388,49	0,00
2- Total Receitas de Capital Sem Deduções	1.484.211.916,35	100,00
3-Total Deduções	49.388,49	100,00
4-Total Receitas Líquidas (2-3)	1.484.162.527,86	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

Como está demonstrado na tabela acima, as Operações de Crédito em 2018, são o valor mais representativo, com 61,18% da sua categoria econômica.

3.1.2. Despesa Orçamentária

A Despesa Realizada pela Administração Direta e Indireta, derivada da Lei Orçamentária Anual de 2018 e de seus créditos adicionais, atingiu o total de R\$ 26.980.424.450,88 correspondendo a 90,632%, da despesa final fixada, que foi R\$ 29.770.290.230,57, incluindo a Despesa Intraorçamentária.

As Empresas Públicas dependentes: ETICE e EMATERCE e as Sociedades de Economia Mista: COHAB e CODECE executam suas despesas diretamente no Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR.

TABELA 79
Demonstrativo Comparativo da Consolidação da Despesa Fixada com a
Realizada por Categoria Econômica

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	FIXADA (A)	PART. % (A/TOT.A)	REALIZADA (B)	PART. % (B/TOT.B)
Despesas Correntes	24.128.480.272,41	81,05	23.083.877.847,92	85,56
- Administração Direta	14.754.825.666,82	49,56	14.359.154.242,41	53,22
- Administração Indireta	9.373.654.605,59	31,49	8.724.723.605,51	32,34
Despesas de Capital	5.641.809.958,16	18,95	3.896.546.602,96	14,44
- Administração Direta	3.989.965.684,58	13,40	2.813.584.310,54	10,43
- Administração Indireta	1.651.844.273,58	5,55	1.082.962.292,42	4,01
TOTAL	29.770.290.230,57	100,00	26.980.424.450,88	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

Do total da Despesa, a Administração Direta participou com o valor de R\$ 17.672738.552,95, representando 63,65% na realização, e as Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes, com o valor de R\$ 9.807685.897,93, representando 36,35%.

3.1.2.1. Despesa Correntes

As Despesas Correntes são aquelas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital e sim, a maior parte para a manutenção da máquina administrativa.

Do valor total das Despesas Correntes, a Administração Direta realizou R\$ 14.359.154.242,41, participando com 62,20%, e as Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos realizaram R\$ 8.724.723.605,51, participando com 37,80%.

3.1.2.2. Despesas de Capital

Do total das Despesas de Capital, a Administração Direta participou com R\$ 2.813.584.310,54, representando 72,21%. Já as Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes participaram com R\$ 1.082.962.292,42, representando 27,79% em termos nominais.

3.1.2.3. Despesa Orçamentária Consolidada por Função

TABELA 80
Demonstrativo da Despesa Orçamentária Consolidada por Função

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	FIXADA (A)	PART. % (A/TOT. A)	REALIZADA (B)	PART. % (B/TOT. B)
Legislativa	688.198.073,03	2,31	676.254.747,77	2,51
Judiciária	1.380.279.022,73	4,64	1.360.300.765,50	5,04
Essencial à Justiça	537.921.286,00	1,81	524.810.341,65	1,95
Administração	1.343.939.197,66	4,51	1.279.229.235,90	4,74
Segurança Pública	3.010.694.919,90	10,11	2.949.599.910,72	10,93
Assistência Social	349.760.199,77	1,17	291.808.466,18	1,08
Previdência Social	3.541.355.892,96	11,90	3.369.754.071,45	12,49
Saúde	3.769.372.289,82	12,66	3.576.347.293,75	13,26
Trabalho	84.578.267,89	0,28	70.811.264,64	0,26
Educação	3.731.454.601,65	12,53	3.546.960.072,72	13,15
Cultura	133.998.804,68	0,45	107.751.706,18	0,40
Direitos da Cidadania	860.339.336,50	2,89	783.083.803,84	2,90
Urbanismo	302.578.607,89	1,02	220.119.332,14	0,82
Habitação	43.808.931,71	0,15	24.776.369,56	0,09
Saneamento	557.246.356,22	1,87	318.267.804,84	1,18
Gestão Ambiental	276.703.839,31	0,93	198.828.969,18	0,74
Ciência e Tecnologia	136.554.048,58	0,46	89.868.021,74	0,33
Agricultura	661.300.052,45	2,22	558.229.153,99	2,07
Organização Agrária	22.879.807,78	0,08	12.766.731,37	0,05
Indústria	45.694.081,79	0,15	37.354.766,91	0,14
Comércio e Serviços	109.889.393,58	0,37	96.757.975,75	0,36
Comunicações	49.404.351,52	0,17	41.877.622,99	0,16
Energia	8.840.795,49	0,03	6.928.597,66	0,03
Transporte	2.398.430.994,99	8,06	1.432.333.587,50	5,31
Desporto e Lazer	75.213.232,09	0,25	66.527.255,09	0,25
Encargos Especiais	5.489.930.796,58	18,44	5.339.076.581,86	19,79
Reserva de Contingência	159.923.048,00	0,54	0,00	0,00
TOTAL	29.770.290.230,57	100,00	26.980.424.450,88	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

Excluindo-se a função “Encargos Especiais”, quatro funções de governo tiveram realizações expressivas: Saúde (13,26%), Educação (13,15%), Previdência Social (12,49%) e Segurança Pública (10,93%). A despesa realizada nas quatro funções alcançou a cifra de R\$ 13.442.661.348,65, representando 49,82% da despesa consolidada.

3.1.2.4. Despesa Orçamentária por Modalidade de Licitação

A Constituição Federal dispõe em seu Art.22, inciso XXVII que: Compete privativamente à União legislar sobre: normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art.37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art.173 § 1º, III.

A Lei Federal nº 8.666/93, que regulamenta o art .37, XXI, da Constituição Federal, institui “normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para licitações e contratos da Administração Pública”.

TABELA 81

Demonstrativo da Despesa do Estado por Órgão e Modalidade de Licitação

(R\$ 1,00)

ORGAO	ABREVIATURA	CONVITE	TPREÇO	CONCORRÊNCIA	DISPENSA	INEXIGIBILIDADE	INTERNACIONAL	CONCURSO	LEILÃO	PREGÃO	TOTAL
010001	ASSEMBLÉIA	0	2	19	1.580	1.120	0	0	0	2.207	98.134.208,21
020001	T CONTAS	0	2	0	30	93	1	0	0	188	25.102.304,53
040001	T JUSTICA	0	0	0	42	42	0	0	0	194	44.170.505,10
040101	FERMOJU	0	0	3	475	574	0	0	0	1.215	95.507.413,47
040301	FUNSEG	0	0	7	4	1	0	0	0	24	9.564.434,62
060001	DPGE	0	1	1	20	0	0	0	0	95	4.981.443,68
060101	FAADEF	0	0	0	338	151	0	0	0	440	15.514.017,40
080001	SEINFRA		10	217	79	28	0	0	0	243	242.439.310,15
080101	DER	0	12	654	253	155	439	0	0	1.250	526.616.460,15
080301	DETRAN	0	8	142	429	109	0	5	0	975	437.975.239,92
081201	DAE	0	24	347	84	14	0	0	0	419	51.282.300,90
100001	SSPDS	0	3	1	270	215	0	0	0	1.412	80.326.661,19
100601	FDS	0	0	0	2	0	0	0	0	94	988.195,85
100607	FDS PC	0	0	0	0	0	0	0	0	1	8.672,73
100608	FDS PM	0	0	0	1	1	0	0	0	33	12.682.229,28
100609	FDS CB	0	0	4	0	0	0	0	0	33	6.431.592,80
100610	FDS C PM	0	0	0	23	0	0	0	0	40	1.687.358,61
100611	FDS C BOM	0	2	0	31	0	0	0	0	26	769.801,53
101021	POL CIVIL	0	12	8	1.847	902	0	0	0	3.004	60.788.837,25
101031	P M CE	0	0	0	136	106	0	0	0	531	155.299.851,56
101041	BOMBEIRO	0	0	0	79	49	0	0	0	225	20.522.292,06
101071	P FORENSE	0	0	30	492	201	0	0	0	1.598	32.702.007,31
101081	AESSP	0	0	0	130	62	0	0	0	335	6.629.471,96
105001	FDC	0	0	0	41	48	0	0	0	0	27.526.821,09
110001	GAB GOV	0	0	800	136	34	0	320	0	737	118.316.957,40
120001	VICE GOV	0	0	0	94	40	0	0	0	339	8.047.846,47
130001	PGE	0	0	0	60	61	0	0	0	593	16.997.063,75
130101	ARCE	0	15	6	123	32	0	0	0	311	5.485.009,93
130201	FUNPECEPGE	0	0	0	2	0	0	0	0	40	1.123.108,73
150001	PGJ	0	1	0	555	194	0	0	0	700	24.666.174,13
150201	FDID	0	1	0	1	0	0	0	0	4	130.414,26
150501	FRMMP	0	0	0	71	26	0	0	0	294	21.736.103,79
170001	CONS EDUC	0	0	0	279	41	0	0	0	243	2.318.311,14
180001	JUSTICA	0	0	282	1.266	362	0	0	0	2.882	298.061.314,26
180401	FUNPEN	0	0	0	6	28	0	0	0	13	41.811.442,93
190001	SEFAZ	0	26	3	604	385	115	0	0	3.579	125.771.465,28
190401	JUCEC	0	0	0	190	45	0	0	0	201	8.790.518,58
191011	ENCARGOS	0	0	0	0	0	0	0	0	10	1.545.581,94
210001	SDA	10	0	272	688	388	113	0	1	643	269.228.631,70
210101	EMATERCE	0	12	1	392	171	9	0	0	325	11.159.607,91
210301	IDACE	0	1	0	178	15	0	0	0	186	10.747.820,31
211101	ADAGRI	0	0	0	209	70	0	0	0	200	7.013.465,26
211301	FEDAF	0	0	0	0	11	0	0	0	0	240.000,00
220001	SEDUC	9.148	0	942	17.043	3.042	23	30	0	17.049	977.843.177,83
225001	CED	0	0	0	85	12	0	0	0	145	2.825.037,18
240301	E S P	0	0	1	3	0	0	0	0	21	647.182,51
240344	R TEOFILO	0	0	0	42	26	0	0	0	182	914.614,65
240401	FUNDES	0	7	8	3.028	667	22	0	0	10.376	1.395.287.771,05
240424	HEMOCE	0	1	0	308	303	0	0	0	1.573	59.661.866,97
240479	HPM	0	0	0	174	122	0	0	0	747	26.863.248,85
240494	MICRO BATU	0	0	0	43	0	0	0	0	120	617.797,81

ORGAO	ABREVIATURA	CONVITE	TPREÇO	CONCORRÊNCIA	DISPENSA	INEXIGIBILIDADE	INTERNACIONAL	CONCURSO	LEILÃO	PREGÃO	TOTAL
240564	D.PRIMEIRA	0	0	1	87	35	0	0	0	146	1.924.580,27
240634	D.OITAVA	0	0	0	29	9	0	0	0	104	675.951,02
241081	PRIM DERES	0	0	0	18	13	0	0	0	112	670.248,49
241281	H G F	0	0	0	209	299	0	0	0	3.491	263.721.560,58
241291	H MESSEJ	0	0	0	206	212	0	0	0	4.487	192.335.464,50
241301	H G C C O	0	0	0	153	305	0	0	0	1.810	86.318.683,98
241311	A SABIN	0	0	0	365	243	0	0	0	2.825	124.790.443,07
241321	HSMM	0	0	0	85	58	0	0	0	818	15.844.032,89
241331	H S J	0	0	0	210	124	0	0	0	1.346	27.797.748,31
241501	C E O	0	0	0	74	49	0	0	0	370	5.695.469,26
241521	IPCC	0	0	0	73	76	0	0	0	420	2.852.200,27
241531	LACEN	0	0	0	188	119	0	0	0	700	16.908.550,58
241561	CIDH	0	0	0	42	71	0	0	0	235	2.239.985,54
241581	D LIBANIA	0	0	0	53	27	0	0	0	225	2.212.279,34
241591	MEIRELES	0	0	0	36	26	0	0	0	188	1.402.057,35
241621	C BENFICA	0	0	0	40	25	0	0	0	187	1.179.192,89
270001	CULTURA	0	0	46	550	203	0	0	0	1.150	67.109.936,12
270401	F E C	0	0	0	0	89	0	0	0	0	242.844,00
290001	SRH	0	0	739	122	26	31	0	0	233	221.740.407,71
290101	SOHIDRA	0	0	36	90	11	0	0	0	721	52.077.454,05
300001	SEGOV	0	0	9	291	112	0	0	0	621	35.402.772,33
300101	FUNTELC	0	0	0	170	52	0	0	0	213	4.701.205,70
310001	SECITECE	0	4	0	427	63	0	0	0	466	65.197.780,37
310101	FUNECE	0	1	25	188	115	0	1	0	1.843	39.260.582,23
310201	UVA	0	0	0	173	18	0	0	0	345	10.794.979,96
310301	URCA	0	0	3	251	46	0	0	0	348	16.230.412,04
310401	FUNCEME	0	0	0	161	32	0	0	0	530	5.573.278,77
310501	FUNCAP	0	0	1	113	15	0	0	0	174	3.605.804,97
310601	NUTEC	0	0	0	154	81	0	0	0	199	4.835.758,55
360001	SETUR	0	1	217	123	64	98	0	0	678	181.130.972,02
410001	CGE	0	0	0	138	42	0	0	0	338	8.799.230,55
420001	SEJUV	0	0	21	40	26	0	0	0	210	15.670.846,01
420101	FDEJ	0	0	0	60	60	0	0	0	183	4.434.880,91
430001	CIDADES	0	0	354	96	14	381	0	0	353	141.222.170,60
460001	SEPLAG	0	1	0	113	60	34	0	0	378	38.851.537,98
460101	ISSEC	0	0	14	69	9.612	0	0	0	211	66.344.128,19
460201	ETICE	0	14	0	188	52	0	0	0	665	42.707.052,54
460301	IPECE	0	1	0	45	3	61	0	0	159	8.260.529,61
460601	COHAB	0	0	0	45	36	0	0	0	103	2.680.652,23
461031	EGPCE	0	1	0	46	6	0	0	0	166	1.638.735,90
470001	STDS	0	0	0	247	555	624	0	0	934	108.748.943,97
470104	SEAS	0	0	0	372	123	0	0	0	361	12.689.976,78
470201	FEAS	0	9	2	106	358	4	0	0	2.303	18.502.980,30
470301	FUNDART	0	0	0	1	593	0	0	0	1	1.374.914,48
480101	CODECE	0	13	3	189	6	0	0	0	79	2.108.981,55
490101	SEMACE	0	0	0	87	32	0	0	0	218	20.572.526,79
510001	SPA	0	0	12	289	2	0	0	0	205	48.321.528,63
530001	CGD	0	0	0	88	24	0	0	0	151	2.797.571,73
550001	SPD	0	0	0	117	13	0	0	0	270	5.253.812,75
560001	SDE	0	0	0	85	12	2	0	0	152	3.195.638,65
570001	SEMA	0	10	119	449	109	181	0	0	1.303	35.971.392,12
	TOTAL	9.158	195	5.350	39.517	24.302	2.138	356	1	89.823	7.440.123.635,40

Fonte: SEFAZ/CECAD

3.1.2.5. Despesa Orçamentária por Grupo

A classificação da Despesa Orçamentária por grupos, definida no Artigo 11, § 6º da nº 16.319, de 14 de agosto de 2017, (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO), publicada no Diário Oficial do Estado em 18 de agosto de 2017.

TABELA 82
Demonstrativo da Despesa Orçamentária por Grupo Consolidada

(R\$ 1,00)

CAT. ECONÔMICA/GRUPO	AUTORIZAÇÃO (A)	REAL. ADM DIRETA (B)	REAL. ADM INDIRETA (C)	TOTAL (D) =(B+C)	DIFERENÇA(E)=(A-D)
Despesas Correntes	24.128.480.272,41	14.359.154.242,41	8.724.723.605,51	23.083.877.847,92	1.044.602.424,49
- Pessoal e Encargos Sociais	12.781.896.607,66	7.410.763.964,74	4.827.532.039,69	12.238.296.004,43	543.600.603,23
- Juros e Encargos da Dívida	567.521.311,53	562.907.752,50	0,00	562.907.752,50	4.613.559,03
- Outras Despesas Correntes	10.779.062.353,22	6.385.482.525,17	3.897.191.565,82	10.282.674.090,99	496.388.262,23
Despesas de Capital	5.641.809.958,16	2.813.584.310,54	1.082.962.292,42	3.896.546.602,96	1.745.263.355,20
- Investimentos	4.642.657.005,91	1.865.765.563,85	1.055.558.546,56	2.921.324.110,41	1.721.332.895,50
- Inversões Financeiras	178.730.688,10	141.680.354,83	27.154.515,72	168.834.870,55	9.895.817,55
- Amortizações	820.422.264,15	806.138.391,86	249.230,14	806.387.622,00	14.034.642,15
TOTAL	29.770.290.230,57	17.172.738.552,95	9.807.685.897,93	26.980.424.450,88	2.789.865.779,69

Fonte: SEFAZ/CECAD

Das Despesas Consolidadas, o grupo de Pessoal e Encargos Sociais foi o mais representativo, participando com 45,36% do total do gasto do estado. Do total das despesas com Pessoal, a Administração Direta participou com 60,55% e a Administração Indireta com 39,45%.

CAPÍTULO IV

4. DOS BALANÇOS GERAIS

4.1. Balanços da Administração Direta

4.1.1. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário, de acordo com a Lei 4.320/64 consiste na comparação entre as receitas previstas com as realizadas e entre as despesas fixadas com as executadas.

Dessa forma esse demonstrativo apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica, origem e espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

Adicionalmente acrescenta-se que o Balanço Orçamentário é composto por:

- a. Demonstrativo Principal;
- b. Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e
- c. Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Processados.

A seguir evidencia-se cada um desses demonstrativos.

TABELA 83

Demonstrativo da Síntese do Balanço Orçamentário da Administração Direta (Conforme MCASP, 7ª edição)

(R\$ 1,00)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d=(c-b)
Receitas Correntes (I)	20.373.517.375,00	21.153.463.981,07	20.814.295.698,03	-339.168.283,04
- Receita Tributária	11.935.537.666,00	12.220.472.719,81	12.199.484.146,39	-20.988.573,42
- Receita Patrimonial	869.678.442,00	882.487.956,23	644.900.319,67	-237.587.636,56
- Receita de Serviços	13.998.632,00	13.998.632,00	10.372.603,87	-3.626.028,13
- Transferências Correntes	7.139.211.776,00	7.203.580.537,04	7.073.086.153,76	-130.494.383,28
- Outras Receitas Correntes	415.090.859,00	832.924.135,99	886.452.474,34	53.528.338,35
Receitas de Capital (II)	3.004.500.432,00	3.592.327.473,87	1.442.333.545,23	-2.149.993.928,64
- Operações de Crédito	2.124.808.976,00	2.606.226.411,49	908.064.839,15	-1.698.161.572,34
- Alienação de Bens	61.278,00	93.478,00	14.348.150,00	14.254.672,00
- Transferências de Capital	879.630.178,00	883.507.584,38	372.722.568,71	-510.785.015,67
- Outras Receitas Capital	0,00	102.500.000,00	147.197.987,37	44.697.987,37
Subtotal das Receitas (III)+(I)+(II)	23.378.017.807,00	24.745.791.454,94	22.256.629.243,26	-2.489.162.211,68
Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
- Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
- Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento (V)=(III+IV)	23.378.017.807,00	24.745.791.454,94	22.256.629.243,26	-2.489.162.211,68
Déficit (VI)			0,00	0,00
TOTAL (VII)=(V+VI)	23.378.017.807,00	24.745.791.454,94	22.256.629.243,26	-2.489.162.211,68
Saldo de Exerc. Anteriores				
(Utiliz. Para Créditos Adicionais)	0,00	3.361.635.168,27	730.911.271,71	-2.630.723.896,56
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	3.361.635.168,27	730.911.271,71	0,00
Reabertura de Crédito Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO j=(f-g)
Despesas Correntes (VIII)	14.085.176.304,00	14.754.825.666,82	14.359.154.242,41	14.196.565.762,25	13.999.594.923,35	395.671.424,41
- Pessoal e Encargos Sociais	7.427.080.064,00	7.590.890.148,14	7.410.763.964,74	7.410.740.070,55	7.318.293.959,49	180.126.183,40
- Juros e Encargos da Dívida	562.749.611,00	567.519.546,94	562.907.752,50	562.907.752,50	562.907.752,50	4.611.794,44
- Outras Despesas Correntes	6.095.346.629,00	6.596.415.971,74	6.385.482.525,17	6.222.917.939,20	6.118.393.211,36	210.933.446,57
Despesas de Capital (IX)	3.309.698.136,00	3.989.965.684,58	2.813.584.310,54	2.681.356.224,72	2.672.350.106,36	1.176.381.374,04
- Investimentos	2.405.739.282,00	3.027.999.446,60	1.865.765.563,85	1.733.537.478,03	1.724.531.359,67	1.162.233.882,75
- Inversões Financeiras	7.494.417,00	141.985.354,83	141.680.354,83	141.680.354,83	141.680.354,83	305.000,00
- Amortização da Dívida	896.464.437,00	819.980.883,15	806.138.391,86	806.138.391,86	806.138.391,86	13.842.491,29
Reserva de Contingência (X)	53.939.950,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Reserva de Contingência	53.939.950,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal das Despesas (XI)=(VIII+IX+X)	17.448.814.390,00	18.744.791.351,40	17.172.738.552,95	16.877.921.986,97	16.671.945.029,71	1.572.052.798,45
Amort. da Div. Refinanciamento (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal Com Refinanciamento (VIII)=(XI-XII)	17.448.814.390,00	18.744.791.351,40	17.172.738.552,95	16.877.921.986,97	16.671.945.029,71	1.572.052.798,45
Superávit (XIV)	5.929.203.417,00	6.001.000.103,54	5.083.890.690,31	0,00	0,00	917.109.413,23
TOTAL (XV)=(XIII+XIV)	23.378.017.807,00	24.745.791.454,94	22.256.629.243,26	16.877.921.986,97	16.671.945.029,71	2.489.162.211,68

Fonte: SEFAZ/CECAD

No demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Não Processados - Anexo I - evidencia-se os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução (liquidação, pagamento e cancelamento). A tabela seguinte demonstra os valores obtidos na Administração Direta.

TABELA 84

Demonstrativo da Execução de Restos a Pagar não Processados - Anexo 1 da Administração Direta

(R\$ 1,00)

Restos a Pagar Não-Processados	Em Exerc. anteriores (a)	Em 31/12 do Exerc. anter. (b)	Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f)=(a+b-d-e)
Despesas Correntes	8.241.976,78	109.386.154,63	60.754,43	97.023.630,12	10.006.468,71	10.598.032,58
- Pessoal e Encargos Sociais	363.070,04	0,00	7.559,88	27.319,35	335.750,69	0,00
- Outras Despesas Correntes	7.878.906,74	109.386.154,63	53.194,55	96.996.310,77	9.670.718,02	10.598.032,58
Despesa De Capital	11.424.792,87	217.581.732,97	1.774.847,59	187.439.908,82	21.819.696,81	19.746.920,21
- Investimentos	11.424.792,87	217.581.732,97	1.774.847,59	187.439.908,82	21.819.696,81	19.746.920,21
- Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL:	19.666.769,65	326.967.887,60	1.835.602,02	284.463.538,94	31.826.165,52	30.344.952,79

Fonte: SEFAZ/CECAD

Por sua vez, no demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Processados - Anexo 2 apresentam-se os restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução (liquidação, pagamento e cancelamento). A tabela abaixo evidencia os valores obtidos na Administração Direta.

TABELA 85

Demonstrativo da Execução de Restos a Pagar Processados - Anexo II - da Administração Direta

(R\$ 1,00)

Restos a Pagar Processados	Em Exerc. anteriores (a)	Em 31/12 do Exerc. anter. (b)	Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f)=(a+b-d-e)
Despesas Correntes	361.296,93	167.755.657,13	0,00	162.229.299,45	2.306.045,88	3.581.608,73
- Pessoal e Encargos Sociais	168.068,33	39.273.805,09	0,00	38.920.059,41	165.397,33	356.416,68
- Outras Despesas Correntes	193.228,60	128.481.852,04	0,00	123.309.240,04	2.140.648,55	3.225.192,05
Despesa De Capital	1.901.268,95	23.761.492,07	0,00	20.886.929,41	1.165.634,45	3.610.197,16
- Investimentos	1.901.268,95	23.761.492,07	0,00	20.886.929,41	1.165.634,45	3.610.197,16
- Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL:	2.262.565,88	191.517.149,20	0,00	183.116.228,86	3.471.680,33	7.191.805,89

Fonte: SEFAZ/CECAD

TABELA 86

Demonstrativo da Síntese do Balanço Orçamentário da Administração Direta (Conforme Lei nº 4.320/64)
(R\$1,00)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO (a)	EXECUÇÃO (b)	DIFERENÇA (c)=(b-a)
Receitas Correntes	21.153.463.981,07	20.814.295.698,03	-339.168.283,04
Receita Tributária	12.220.472.719,81	12.199.484.146,39	-20.988.573,42
Receita Patrimonial	882.487.956,23	644.900.319,67	-237.587.636,56
Receita de Serviços	13.998.632,00	10.372.603,87	-3.626.028,13
Transferências Correntes	7.203.580.537,04	7.073.086.153,76	-130.494.383,28
Outras Receitas Correntes	832.924.135,99	886.452.474,34	53.528.338,35
Receitas de Capital	3.592.327.473,87	1.442.333.545,23	-2.149.993.928,64
SOMA	24.745.791.454,94	22.256.629.243,26	-2.489.162.211,68
DÉFICIT	0,00	0,00	0,00
TOTAL	24.745.791.454,94	22.256.629.243,26	-2.489.162.211,68

DESPESA ORÇAMENTÁRIA	FIXAÇÃO (d)	EXECUÇÃO (e)	SALDO (f)=(d-e)
Créditos Ordinários e Suplementares	18.732.657.243,45	17.164.746.644,33	1.567.910.599,12
Créditos Especiais	12.134.107,95	7.991.908,62	4.142.199,33
SOMA	18.744.791.351,40	17.172.738.552,95	1.572.052.798,45
SUPERÁVIT	6.001.000.103,54	5.083.890.690,31	917.109.413,23
TOTAL	24.745.791.454,94	22.256.629.243,26	2.489.162.211,68

Fonte: SEFAZ/CECAD

A tabela a seguir demonstra o detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias da Administração Direta, evidenciando-as por categoria econômica e confrontando o orçamento inicial e suas alterações com a sua realização.

TABELA 87

Demonstrativo das Receitas e Despesas Intraorçamentárias da Administração Direta

(R\$ 1,00)

RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS		PREVISÃO INICIAL (a)	PREV. ATUALIZADA (b)	REC. REALIZADAS (c)	SALDO d=(c-b)
Receitas Correntes		28.943.108,00	28.943.108,00	255.637.423,66	226.694.315,66
Idenizações e Restituições		5.008.908,00	5.008.908,00	2.590.044,24	-2.418.863,76
-Ressarcimento de Despesa com Pessoal Cedido		500.000,00	500.000,00	0,00	-500.000,00
-Outras Restituições		4.508.908,00	4.508.908,00	2.590.044,24	-1.918.863,76
Receitas Diversas		23.934.200,00	23.934.200,00	253.047.379,42	229.113.179,42
-Superávit Financeiro das Autarquia		23.934.200,00	23.934.200,00	253.047.379,42	229.113.179,42
TOTAL		28.943.108,00	28.943.108,00	255.637.423,66	226.694.315,66

DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	DOT. INICIAL (e)	DOT. ATUALIZADA (f)	EMPENHADO (g)	LIQUIDADO (h)	PAGO (i)	SDO DOTAÇÃO j=(f-g)
Despesas Correntes	1.000.622.367,00	1.150.058.104,22	1.132.321.413,06	1.131.386.121,16	1.049.746.651,19	17.736.691,16
- Pessoal e Encargos Sociais	964.562.326,00	1.098.808.497,93	1.085.265.429,64	1.085.265.429,64	1.004.907.293,29	13.543.068,29
- Outras Despesas Correntes	36.060.041,00	51.249.606,29	47.055.983,42	46.120.691,52	44.839.357,90	4.193.622,87
Despesas de Capital	2.737.126,00	6.239.978,04	5.449.631,45	5.372.824,12	5.372.328,17	790.346,59
- Investimentos	2.737.126,00	6.239.978,04	5.449.631,45	5.372.824,12	5.372.328,17	790.346,59
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.003.359.493,00	1.156.298.082,26	1.137.771.044,51	1.136.758.945,28	1.055.118.979,36	18.527.037,75

Fonte: SEFAZ/CECAD

Observa-se na tabela acima, que a realização da receita intraorçamentária foi maior que a previsão atualizada em R\$ 226.694.315,66. Verifica-se que a despesa intraorçamentária empenhada foi inferior à dotação atualizada no valor de R\$ 18.527.037,75.

A receita orçamentária consta com seus valores líquidos, excluindo os valores referentes às deduções para a formação do FUNDEB e restituições de receitas orçamentárias. A discriminação das deduções de receitas consta no Anexo 10 da Administração Direta. A tabela resumo, em seguida, traz uma síntese desses valores:

TABELA 88

Demonstrativo da Receita Orçamentária com Deduções e Restituições da Administração Direta

(R\$1,00)

DESCRIÇÃO	PREVISTA	REALIZADA
Receita Corrente	24.249.042.237,07	23.741.249.568,65
Receita de Capital	3.592.327.473,87	1.442.335.041,92
Receita Intraorçamentária	28.943.108,00	255.637.423,66
TOTAL RECEITAS BRUTAS	27.870.312.818,94	25.439.222.034,23
Dedução para a Formação do FUNDEB		
-Dedução da Receita Corrente	-3.124.521.364,00	-3.158.729.794,44
TOTAL DEDUÇÕES	-3.124.521.364,00	-3.158.729.794,44
-Restituições de Receita	0,00	
-Restituições da Receita Corrente	0,00	-23.861.499,84
-Restituições da Receita de Capital	0,00	-1.496,69
TOTAL RESTITUIÇÕES DE RECEITA	0,00	-23.862.996,53
VALORES LÍQUIDOS		
Receita Corrente	21.124.520.873,07	20.558.658.274,37
Receita de Capital	3.592.327.473,87	1.442.333.545,23
Receita Intraorçamentária	28.943.108,00	255.637.423,66
TOTAL RECEITAS LÍQUIDAS	24.745.791.454,94	22.256.629.243,26

Fonte: SEFAZ/CECAD

Comparando-se o total da receita arrecadada e o total da despesa realizada da Administração Direta no exercício de 2018, verifica-se um superávit orçamentário de R\$ 5.083.890.690,11. As despesas executadas foram inferiores às receitas realizadas, sendo esta 1,30 vezes maior que a despesa, conforme observa-se na tabela que segue.

TABELA 89

Demonstrativo do Quociente da Execução Orçamentária da Administração Direta

(R\$ 1,00)

	2017	2018
Receita Orçamentária	21.720.618.288,97 = 1,39	22.256.629.243,06 = 1,30
Despesa Orçamentária	15.678.152.683,50	17.172.738.552,95

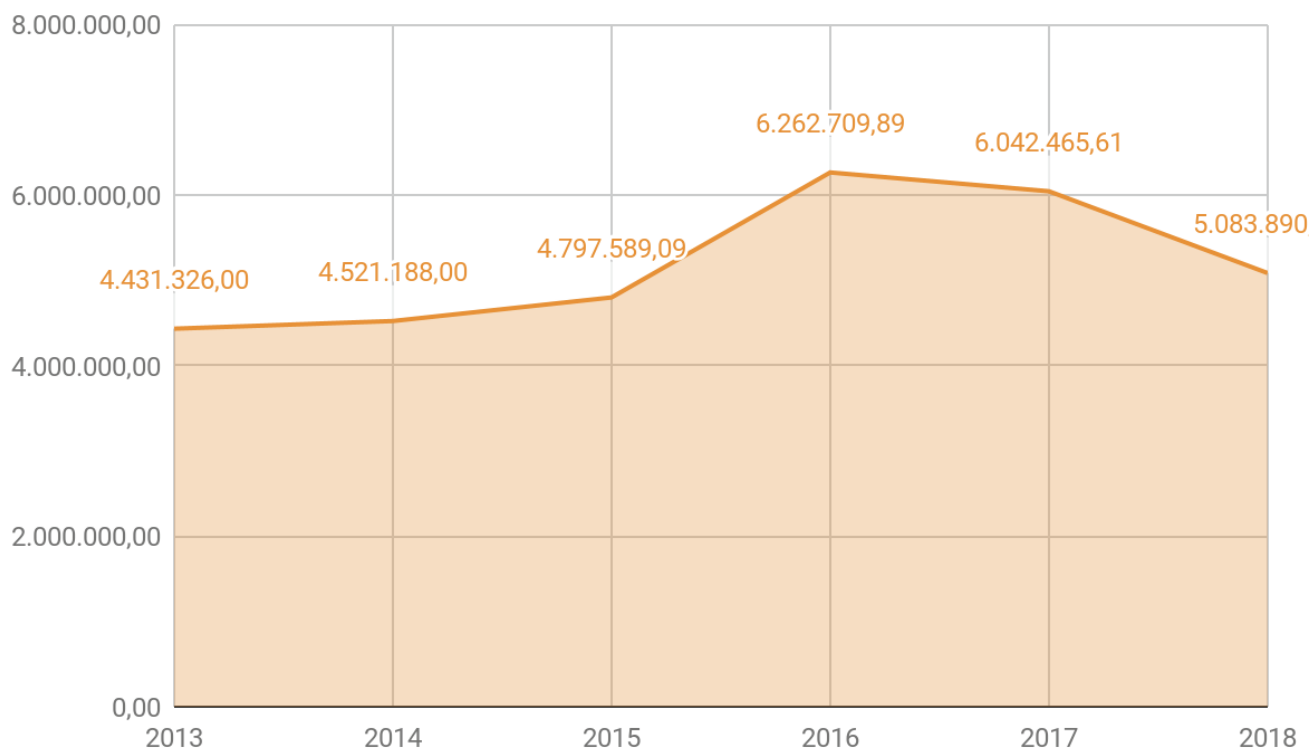
Fonte: SEFAZ/CECAD

O resultado orçamentário positivo do exercício de 2018 resultou do Orçamento Corrente, no qual as receitas foram superiores às despesas em 29,60%. O gráfico abaixo mostra a trajetória do do resultado orçamentário dos últimos cinco anos.

GRÁFICO XXIII

Trajetória do Resultado Orçamentário da Administração Direta- 2013 a 2018

(R\$ 1.000,00)



Fonte: SEFAZ/CECAD

Um conjunto de informações macroeconômicas abrangendo o ambiente interno e externo da economia, cujos reflexos interferem diretamente no contexto das finanças públicas do Estado do Ceará, torna-se necessário para que se possa entender e avaliar as ações desenvolvidas na área financeira do Estado no ano de 2018.

Grandes avanços foram conquistados em prol de melhoria das condições de vida da população cearense. Foram firmadas parcerias, estabelecidos alvos e metas, vencidos obstáculos, de forma a consolidar uma estrutura institucional e aperfeiçoar o ambiente de boa governança, necessário ao pleno desenvolvimento do Estado. É necessário uma vigilância fiscal e financeira constante para que a atual conjuntura não permita uma queda nas melhorias conseguidas nos últimos anos.

A situação fiscal e econômica brasileira se manteve praticamente estável nos principais índices macroeconômicos, refletindo nos resultados econômicos no ano de 2018. Inflação em níveis baixos (2,95% em 2017 e 3,75% em 2018), redução da taxa de juros nominal da economia (de 7% em dezembro de 2017 para 6,5% em dezembro de 2018) e um PIB de 1,1% (mesmo valor de 2017) são resultados, de certa forma, positivos. Porém, estes números devem ser analisados com cautela, já que, o PIB, apesar de positivo, foi bem abaixo da expectativa do mercado. No último relatório FOCUS/BACEN de 2017, a expectativa de crescimento do PIB de 2018 era de 2,7% (mediana agregado), mas o valor apurado foi menos da metade. Essa disparidade pode ser parcialmente explicada internamente pela greve dos caminhoneiros, crise política e incertezas do processo eleitoral, além das turbulências externas. O câmbio também repercutiu o cenário de incertezas e a política monetária de aumento de juros do Federal Reserve (FED), com o dólar saindo de 3,26 no início do ano, alcançando a sua máxima nominal histórica em setembro (4,19) e fechando o ano um pouco mais baixo (3,90).

Analisando o cenário mundial, há indicativos de crescimento, mas também de cautela. A economia americana teve uma aceleração do crescimento do PIB em 2018 (2,9%) em relação à 2017 (2,2%), mas com uma clara desaceleração na taxa trimestral anualizada, saindo de 4,2% no 2º trimestre para 2,6% no 4º trimestre de 2018. As ações de Donald Trump como presidente americano continuam trazendo instabilidade à economia mundial. Declarações polêmicas, reformas tributárias e a disputa comercial com a China e outras regiões prejudicaram o ambiente interno e externo, repercutindo nos resultados dos países pelo mundo. Outros acontecimentos contribuíram para o aumento de instabilidade, tal como a indefinição do BREXIT, saída do Reino Unido da União Europeia, fato refletido em seu PIB de 2018 (1,4%), menor elevação desde de 2012. De fato, a Europa vem apresentando desaceleração em seu crescimento, com a zona do euro crescendo apenas 1,1% no 4º trimestre na comparação com o mesmo período de 2017 (bem abaixo dos 2,4% apresentado no 1º trimestre de 2018). Em relação aos outros países do BRICS, a China obteve em 2018 o menor crescimento em 28 anos (6,6%), a Índia cresceu abaixo das expectativas do mercado (6,6% apurado e 6,9% previsto), a África do Sul cresceu apenas 0,8% (bem abaixo dos 1,4% verificado em 2017) e a Rússia também está em ritmo lento, crescendo apenas 1,5% no 3º trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior. Cabe destacar também a crise verificada na Argentina, com inflação alta (47,6% em 2018) e quedas no PIB dos 2 últimos trimestres com dados disponíveis (-4% no 2º trimestre e -3,5% no 3º trimestre de 2018).

Muitos ajustes ainda são necessários para que o ano de 2019 possa trazer algum sinal de mudança de rumo para a economia brasileira. A política monetária do Federal Reserve (FED), dada a preocupação americana com a inflação ainda deixa o câmbio sem uma perspectiva bem definida. O índice de confiança do consumidor (ICC) medido pela FGV tem melhorado aos poucos, atingindo em dezembro 2018 o seu maior nível em 4 anos (93,8 - em uma escala de 0 a 200), reativando lentamente o consumo das famílias. As expectativas dos agentes melhoraram, porém ainda aguardam definições na

conjuntura política, econômica e fiscal, deixando o mercado parado à espera de movimentos mais fortes e definitivos que sinalizem a consolidação desta pequena recuperação. No que diz respeito a impulsionar a economia, o governo federal tenta implementar um forte ajuste fiscal, ancorado na reforma da previdência, venda de ativos e outras medidas, visando a restabelecer a sustentabilidade da trajetória da dívida. A inflação parece controlada, o que abriu espaço para redução verificada na taxa nominal, e o câmbio vem mantendo um patamar mais alto do que 2017, com a taxa do dólar variando de 3,6 a 3,9 nos últimos meses, situação favorável às exportações com resultados positivos na Balança Comercial. Por outro lado, o Brasil permaneceu longe do grau de investimento nas avaliações das principais agências de risco, indicando um longo caminho até a recuperação da credibilidade perante os agentes econômicos internacionais.

As sucessivas e expressivas quedas no PIB em 2015 (-3,5%) e 2016 (-3,3%) prejudicaram muitos fundamentos econômicos, como a taxa de desemprego que, com uma taxa SELIC real em alta e a desaceleração da atividade econômica, se elevou bastante, principalmente entre a população mais jovem. A volta do crescimento em 2017 e 2018, mesmo de forma tímida, contribuiu para uma pequena melhora do nível de emprego, com uma redução da taxa de média de desocupação de 12,7% (2017) para 12,3% (2018), mantendo ainda um nível muito elevado. A redução da taxa nominal de juros ao seu menor nível pelo BACEN também repercutiu na redução da taxa real, estimada em 2,31% (mar/2019), bem abaixo da verificada em outubro de 2016 (6,9%), quando o Banco Central iniciou a política de redução da taxa SELIC, mas ainda muito alta em relação aos países desenvolvidos e em 7º lugar entre os maiores do mundo, onerando o próprio Estado e também os outros agentes econômicos. Cabe ao Governo Federal implantar políticas que possibilitem a redução ainda maior da taxa SELIC, permitindo uma reativação do ambiente econômico brasileiro. Devemos ter cautela, principalmente no cenário fiscal, já que a dívida pública brasileira se mantém em níveis elevados e as projeções de déficits afetarão ainda mais este endividamento.

O desempenho da economia cearense, logicamente, está atrelado ao da economia nacional e internacional. O cenário econômico para 2018 era de cautela diante das incertezas políticas, econômicas e fiscais, apesar da retomada do crescimento econômico nacional em 2017. A manutenção das políticas econômicas expansionistas possibilitaram à economia cearense prosseguir com o seu crescimento sustentável e uma variação do PIB acima da taxa nacional. Neste sentido, é importante ressaltar a capacidade do Governo Estadual de praticar uma política fiscal anticíclica. Ou seja, adotou um viés expansionista focado em investimentos estratégicos e estruturantes, uma política tributária baseada na desoneração e alargamento de base, tendo em vista o momento da demanda interna em que o consumo e o investimento privado se retraíram. É importante destacar que o Estado do Ceará implementou essa estratégia de forma responsável, sem comprometer estruturalmente suas finanças públicas, em função de uma gestão fiscal coerente implementada em anos anteriores quando o Estado experimentou formidável fortalecimento da capacidade de geração de poupança pública, garantindo, assim, as bases para o enfrentamento da

crise. O fundamental é que os gastos foram prioritariamente direcionados para investimentos em infraestrutura e melhoria de gestão, considerados como estratégicos e fundamentais para população cearense. Assim, em 2018 o Estado do Ceará continuou alcançando resultados positivos na sua Gestão Fiscal, com um baixo nível de endividamento e um processo de controle rígido das contas públicas. Mesmo diante do cenário desafiador, o Estado conseguiu priorizar os investimentos e honrar os seus compromissos de pagamento de servidores e fornecedores.

TABELA 90

Demonstrativo do Produto Interno Bruto a Preço de Mercado - Ceará e Brasil - 2003 a 2018 (*)

Anos	(R\$ MILHÕES)			
	Ceará PIB	Taxa de Crescimento (%)	Brasil PIB	Taxa de Crescimento (%)
2003	32.687	1,30%	1.717.950	1,14%
2004	36.891	5,17%	1.957.751	5,76%
2005	41.059	2,48%	2.170.585	3,20%
2006	46.500	8,19%	2.409.450	3,96%
2007	50.819	3,06%	2.720.263	6,07%
2008	60.416	7,87%	3.109.803	5,09%
2009	67.200	0,37%	3.333.039	-0,13%
2010	79.336	6,75%	3.885.847	7,53%
2011	89.696	3,89%	4.376.382	3,97%
2012	96.974	1,63%	4.814.760	1,92%
2013	109.037	5,06%	5.331.619	3,00%
2014	126.054	4,18%	5.778.953	0,50%
2015	130.630	-3,42%	5.995.787	-3,50%
2016	138.379	-4,11%	6.267.205	-3,30%
2017	145.125	1,87%	6.553.843	1,10%
2018	152.512	1,35%	6.827.586	1,10%

Fonte: IPECE/IBGE

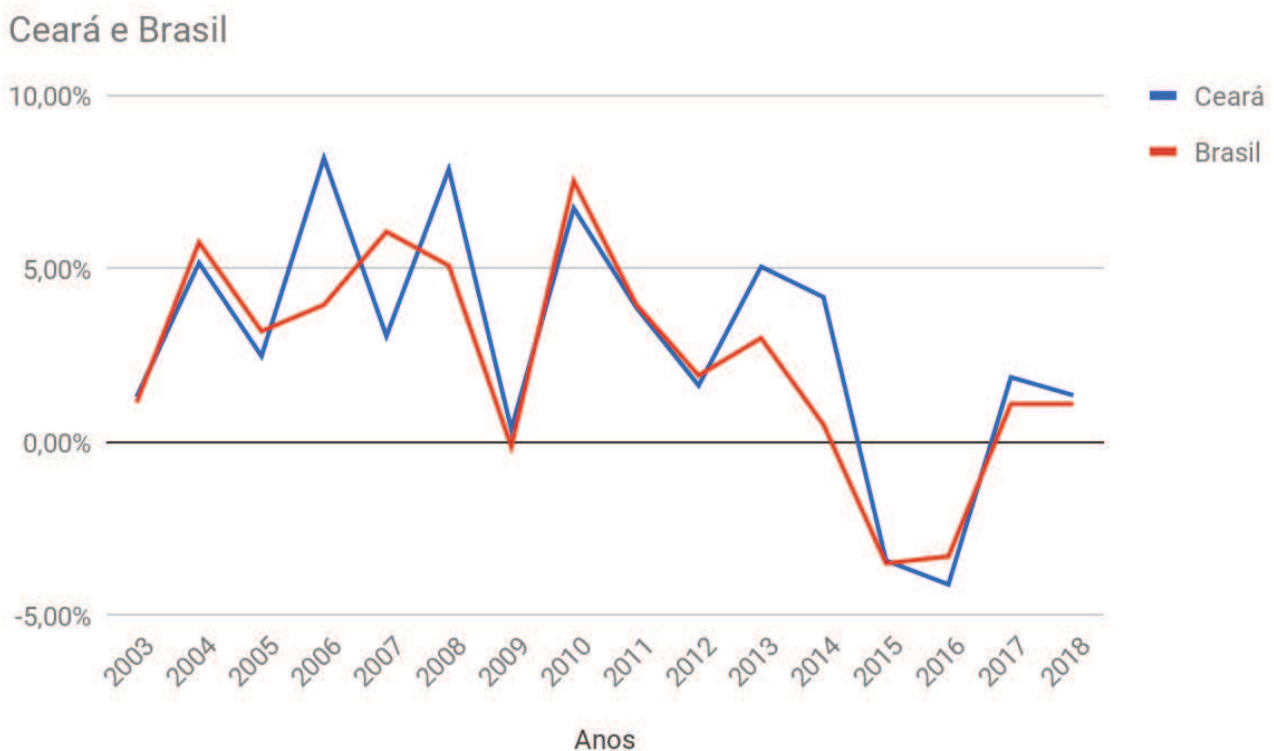
***OBS: PIB em Valor corrente; Os valores para os anos de 2002 a 2016 são definitivos e calculados pelo IBGE, enquanto que os valores para os anos de 2017 e 2018 são projeções elaboradas pelo IPECE e IBGE, respectivamente para o Ceará e Brasil, e são passíveis de alterações quando forem divulgados os dados definitivos pelo IBGE.**

Desta forma, a economia cearense manteve em 2018 um crescimento acima da média nacional, registrando uma taxa positiva de 1,35%. A melhora no desempenho da economia cearense é resultado de um cenário político e econômico mais estável e das políticas públicas de investimento implementadas pelo Governo Estadual. Espera-se que esse resultado mantenha as condições favoráveis encontradas nos últimos anos com melhorias significativas nos indicadores sociais, o que só pode ser alcançado caso este crescimento seja sustentável e acompanhado de redução da desigualdade, beneficiando desta forma, as camadas da população de baixa renda. Os sinais de retomada da economia cearense diante de um cenário macroeconômico

ainda instável aparecem no comércio interno, que tem apresentado melhora, na expansão de emprego e também no alto volume de investimentos públicos feitos ao longo dos últimos anos.

É importante destacar que no contexto dos efeitos de grandes crises como a grande depressão, na década de 1930, surgiram as contribuições de John Maynard Keynes que, em oposição aos fundamentos da teoria econômica clássica, defende a idéia de que o Estado, em períodos de crise econômica, poderia operar sob déficit orçamentário. Assim, o déficit orçamentário passou a ser aceito como instrumento de política econômica. O Estado do Ceará, por sua vez, tem o compromisso de manter uma política permanente de investimentos, de gerir a sua fazenda pública de forma responsável e de garantir a sustentabilidade fiscal no curto, médio e longo prazo.

GRÁFICO XXIV
Evolução do PIB Brasil X PIB Ceará - 2003 a 2018



Fonte: IPECE/IBGE

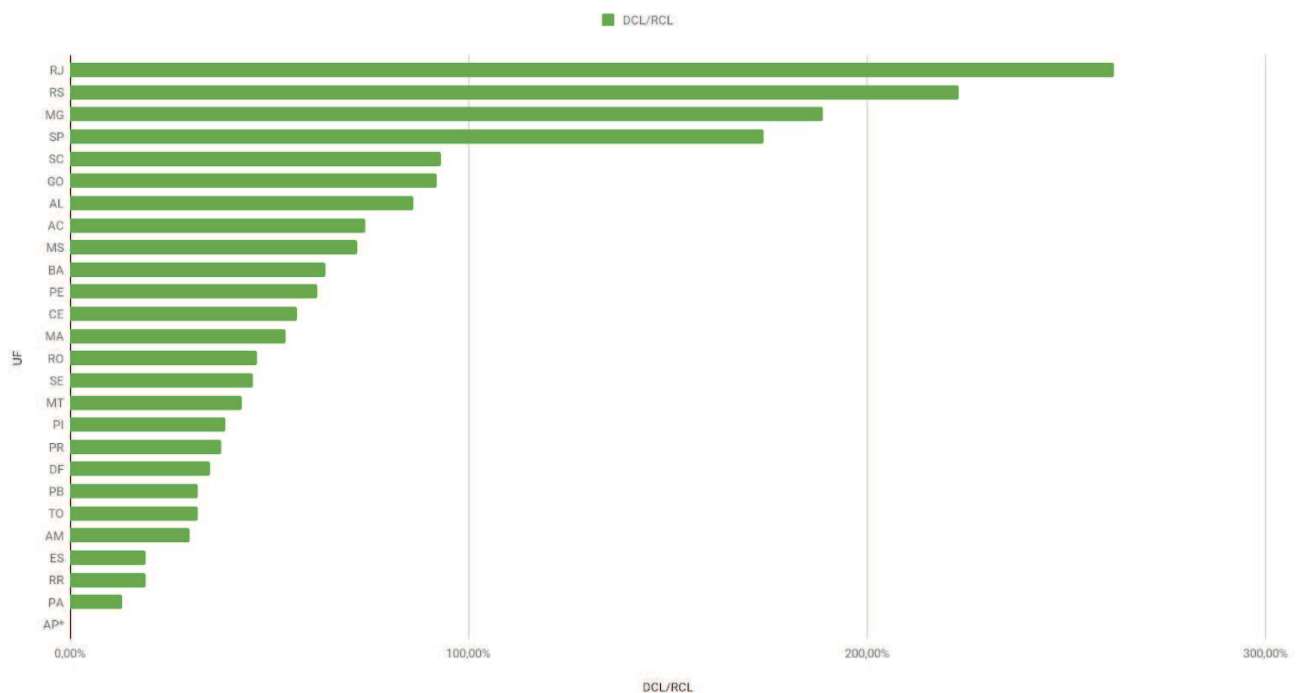
No âmbito da receita, buscou-se aumentar a arrecadação mediante ações voltadas para obtenção da eficiência tributária e do combate à sonegação. Foram realizadas ações focando uma maior eficácia dos controles, a intensificação do relacionamento fisco-contribuinte, a identificação das dificuldades e potencialidades dos setores econômicos, a utilização da informática no tratamento das informações econômico-fiscais, a melhoria dos mecanismos de cobrança, a modernização dos processos de

administração tributária e a ampliação da sistemática da substituição tributária. Isto, ao lado de uma política de controle gerencial dos gastos correntes, do fortalecimento da poupança pública já produzida em exercícios anteriores, e do baixo nível de endividamento, fez com que o Governo Estadual se capacitasse para manter seu programa vigoroso de investimentos públicos e consolidasse o Estado no exercício efetivo do papel do setor público no que se refere a eliminar as chamadas distorções alocativas, distributivas e estabilizadoras e promover a melhoria do padrão de vida da coletividade.

Em relação ao endividamento, demonstrado abaixo, o Estado do Ceará ocupa uma posição confortável dentre os outros entes federados. O trinômio fiscal experimentado pelo Estado nos últimos anos, elevação dos investimentos públicos, controle dos gastos correntes e baixo endividamento, tem conferido ao Ceará um posicionamento importante no contexto nacional.

GRÁFICO XXV
Comparativo da DCL/RCL (%) dos Estados - 2018

DCL/RCL 2018



Fonte: SEFAZ/CEPLA

***No caso do Estado do Amapá as disponibilidades superam o valor da dívida.**

Ante o contexto macroeconômico, o Estado do Ceará apresentou indicadores fiscais favoráveis como mostra a tabela a seguir.

TABELA 91
Análise dos Indicadores Fiscais

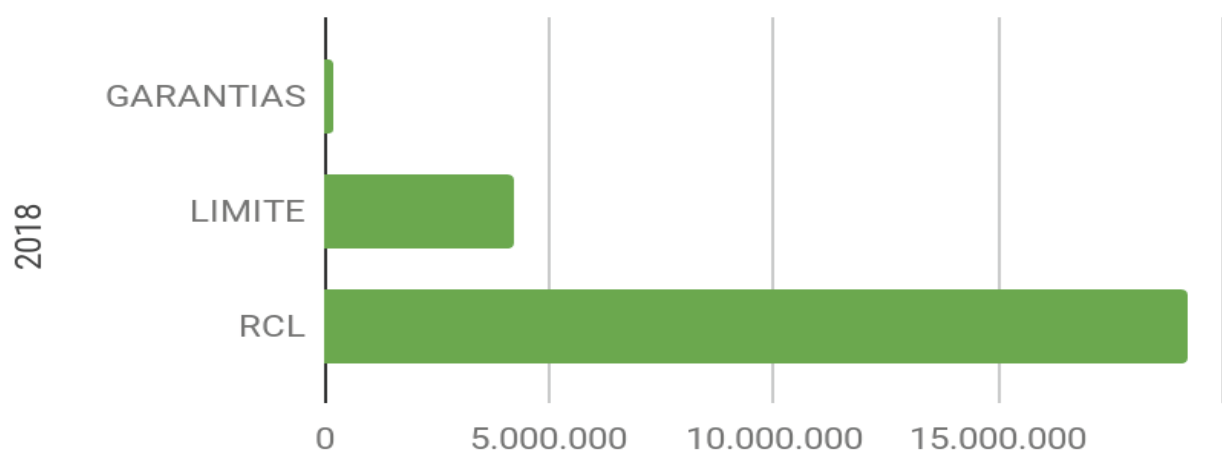
INDICADOR	DEFINIÇÃO DA META	META / LIMITE	REALIZAÇÃO	%
Educação	Mínimo de 25% da RLIT	4.355.926	4.769.485	27,37%
Saúde	Mínimo de 12% da RLIT	2.090.845	2.691.128	15,45%
Resultado Primário - LRF	Estabelecida na LDO	13.258	491.229	3705,15%
Pessoal	Máximo de 60% da RCL	11.504.472	9.945.510	51,87%
Dívida Consolidada Líquida	Máximo de 200% da RCL	38.372.390	10.962.426	57,14%
Garantias	Máximo de 22% da RCL	4.220.963	216.711	1,13%
Operações de Crédito	Máximo de 16% da RCL	3.069.793	908.065	4,73%
Serv. da Dív. Pública	Máximo de 11,5% da RCL	2.206.412	1.663.405	8,67%

(R\$ 1000)

VALORES DE REFERÊNCIA	REALIZAÇÃO	%
RCL - Receita Corrente Líquida 2018	19.186.195	
RCL - Receita Corrente Líquida 2018 - AJUSTADA	19.174.512	
RLIT EDUCAÇÃO - Receita Líquida de Impostos e Transferências	17.423.705	
RLIT SAÚDE - Receita Líquida de Impostos e Transferências	17.423.705	
PIB Ceará 2018 em valor e taxa de crescimento	152.511.572	1,35%

Fonte: SEFAZ/CEPLA

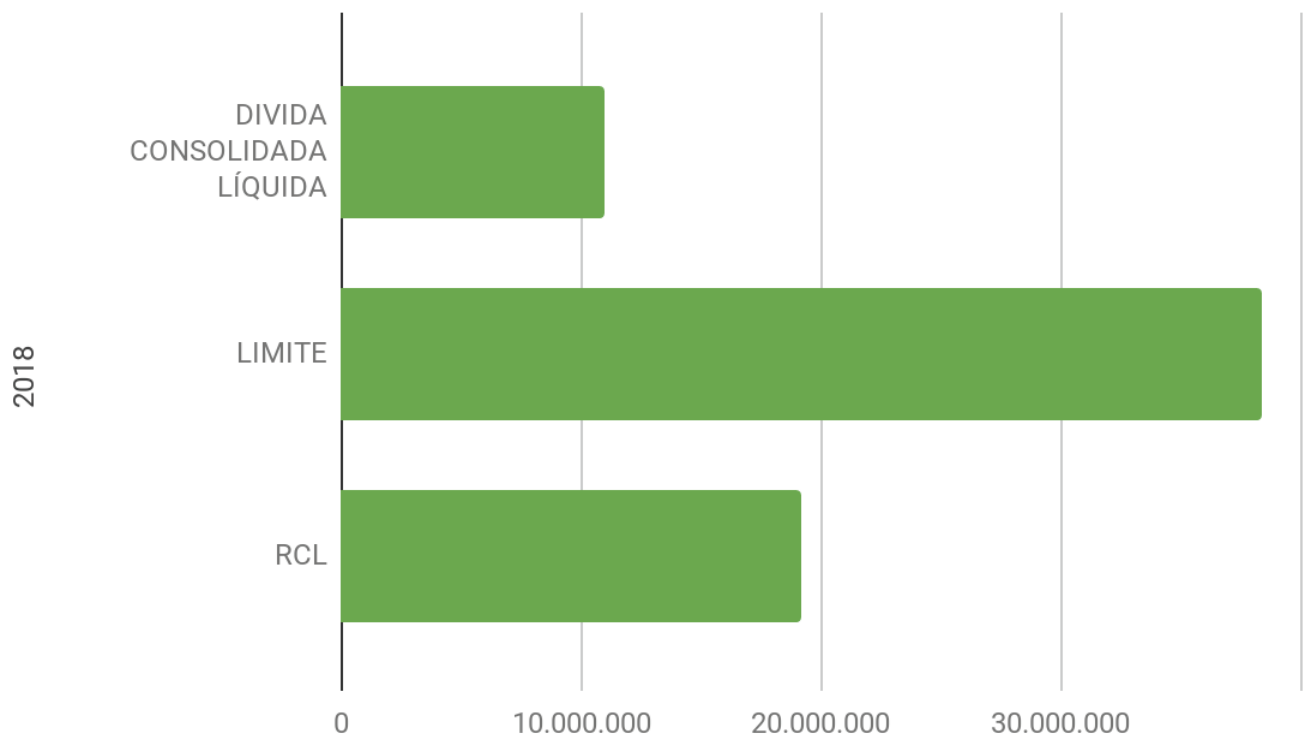
GRÁFICO XXVI
Garantias X Receita Corrente Líquida



Fonte: SEFAZ/CEPLA

GRÁFICO XXVII

Dívida Consolidada Líquida X Receita Corrente Líquida



Fonte: SEFAZ/CEPLA

Resultado do Tesouro Estadual

A política fiscal do Estado do Ceará continua sendo conduzida de forma responsável, garantindo a sustentabilidade das contas públicas.

Resultados Primário e Nominal no Conceito da Lei de Responsabilidade Fiscal -LRF

De acordo com art. 4º, § 1º, da Lei Complementar no 101/2000, os resultados nominal e primário são definidos no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO. Para o exercício de 2018, eles foram estabelecidos pela Lei nº

16.319/17, alterada pela Lei 16.701/18, em cerca de (R\$ 3,165) bilhões e 13,258 milhões, respectivamente. Cabe ressaltar que as metas foram devidamente cumpridas no exercício de 2018, com o resultado nominal de (R\$ 2,811) bilhões e o resultado primário de 491,229 milhões.

O Estado do Ceará ao longo dos anos não só tem gerado resultados fiscais suficientes para pagar os juros da sua dívida, mas vem amortizando o principal de suas dívidas na medida requerida. Desta forma, o Estado vem mantendo sua capacidade de pagamento, já que tem a relação Dívida Consolidada Líquida/RCL em 57,11%. Este indicador que tem como limite duas vezes o valor da Receita Corrente Líquida - RCL. O Estado também cumpriu a sua meta de serviço da dívida em relação à RCL, com 8,67% e limite máximo de 11,5%.

A estratégia principal para alcançar o referido objetivo de manutenção do endividamento público saudável é a geração de resultados primários superavitários que possibilitem a estabilização da trajetória da dívida. Nesse caso, a proposta do Estado é assegurar a geração destes resultados de forma compatível com os juros e encargos da dívida. Entretanto, conforme já visto, no ano de 2018, foi dada continuidade às políticas fiscais expansionistas. Desta forma, o Estado do Ceará optou pelo redirecionamento de suas políticas tributária e orçamentária, o que resultou num crescimento de sua arrecadação própria e na manutenção do volume de investimentos, impactando as despesas primárias não financeiras.

4.1.1.1. Notas Explicativas do Balanço Orçamentário

BODIR - 01- Composição da Receita e Despesa Orçamentária

A Previsão Inicial da Receita da administração Direta está evidenciada no Balanço Orçamentário pelo saldo da conta contábil 5.2.1.1 (Previsão Inicial da Receita). Já a previsão atualizada é demonstrada pelo seu valor líquido, representada pelo saldo da conta contábil 5.2.1.1 (Previsão Inicial da Receita), adicionada do saldo da conta 5.2.1.2.1 (Previsão Adicional da Receita) e reduzida do saldo da conta 5.2.1.2.9 (Anulação da Previsão da Receita).

TABELA 92
Demonstrativo da Composição da Previsão Atualizada da Administração Direta

	(R\$ 1,00)
5.2.1.1 - Previsão Inicial da Receita	23.378.017.807,00
(+) 5.2.1.2.1 - Previsão Adicional da Receita	1.423.898.684,93
(-) 5.2.1.2.9 - Anulação da Previsão da Receita	56.125.036,99
(=) Previsão da Receita Atualizada	24.745.791.454,94

Fonte: SEFAZ/CECAD

O valor das receitas realizadas da Administração Direta também evidencia o valor líquido da arrecadação e é obtido pela diferença entre os saldos das contas contábeis 6.2.1.2 (Receita Realizada) e 6.2.1.3 (Deduções da Receita Orçamentária).

TABELA 93

Demonstrativo da Composição da Receita Realizada da Administração Direta

(R\$ 1,00)

6.2.1.2. - Receita Realizada	25.439.222.034,23
6.2.1.3 - Deduções da Receita Orçamentária	3.182.592.790,97
(=) Receita Líquida Realizada (apresentada no Balanço Orçamentário)	22.256.629.243,26

Fonte: SEFAZ/CECAD

A Dotação Inicial da Administração Direta é obtida pelo saldo da conta contábil 5.2.2.1.1 (Dotação Inicial). Já a dotação atualizada é evidenciada pelo valor da dotação inicial mais os créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício, deduzidas as anulações/ cancelamentos correspondentes. Dessa forma, é evidenciada pelo somatório das contas: 5.2.2.1.1 (Dotação Inicial) e 5.2.2.1.2 (Dotação Adicional por Tipo de Crédito), subtraída da conta contábil 5.2.2.1.9 (Cancelamento/Remanejamento de Dotação).

TABELA 94

Composição da Dotação Atualizada da Administração Direta

5.2.2.1.1 - Dotação Inicial	17.448.814.390,00
(+) 5.2.2.1.2 - Dotação Adicional por Tipo de Crédito	4.991.687.874,22
(-) 5.2.2.1.9 - Cancelamento/Remanejamento de Dotação	3.695.710.912,82
(=) Dotação Atualizada	18.744.791.351,40

Fonte: SEFAZ/CECAD

A Despesa Empenhada é evidenciada pelo saldo do grupo de contas 6.2.2.1.3 (Crédito utilizado). A composição da despesa liquidada se dá pelo somatório entre o saldo das contas do grupo 6.2.2.1.3.03 (Crédito Empenhado Liquidado a Pagar) e 6.2.2.1.3.04 (Crédito Empenhado Pago). Já a despesa paga é obtida pelo saldo das contas do grupo 6.2.2.1.3.04 (Crédito Empenhado Pago).

Na tabela que segue, evidencia-se a previsão e execução da despesa por tipo de crédito.

TABELA 95

Demonstrativo da Fixação e Execução da Despesa Por Tipo de Crédito da Administração Direta

(R\$ 1,00)

TIPO DE CRÉDITO	DOTAÇÃO INICIAL	DOT. ATUALIZADA	DESP. EMPENHADAS	DESP. LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
Ordinários e Suplementares	17.448.814.390,00	18.732.657.243,45	17.164.746.644,33	16.870.043.255,08	16.664.189.635,34
Especial		12.134.107,95	7.991.908,62	7.878.731,89	7.755.394,37
TOTAL	17.448.814.390,00	18.744.791.351,40	17.172.738.552,95	16.877.921.986,97	16.671.945.029,71

Fonte: SEFAZ/CECAD

BODIR - 02- Tratamento dado aos Restos a Pagar Não Processados Liquidados

Em virtude da sistemática adotada pelo estado do Ceará para tratamento dos Restos a Pagar não Processados que foram liquidados em exercícios anteriores, não houve a transferência dos Restos a Pagar não Processados liquidados em 2016 para o saldo inicial dos Restos a Pagar Processados em 2017. Portanto, o saldo inicial dos Restos a Pagar não Processados liquidados em exercícios anteriores compõe o Quadro da Execução de Restos a Pagar não Processados, conforme cálculo é evidenciado na tabela abaixo:

TABELA 96
Demonstrativo do Cálculo do Saldo Inicial Restos a Pagar não Processados Inscritos em Exercícios Anteriores da Administração Direta

CONTA CONTÁBIL (SALDO INICIAL)	(R\$ 1,00) VALOR
6.3.1.1.0.02 - RP Não Processados a Liquidar - 2º Exercício	16.781.448,01
(+) 6.3.1.3.0.02 - RP Não Processados Liquidados a Pagar - 2º Exercício	2.885.321,65
(=) Total dos Restos a Pagar Não Processados de exercícios anteriores	19.666.769,66
Valor constante no saldo inicial de exercícios anteriores dos RPNP - Anexo I	19.666.769,65

Fonte: SEFAZ/CECAD

BODIR-03 - Saldo para o Exercício Seguinte dos Restos a Pagar Processados apresentado no Anexo II do Balanço Orçamentário da Administração Direta

O valor do saldo dos Restos a Pagar Processados a serem quitados no exercício seguinte (em 2019), de R\$ 7.191.805,89, apresentado no Anexo II do Balanço Orçamentário, Quadro Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores da Administração Direta, difere do valor apresentado na Dívida Flutuante da Administração Direta em R\$ 23.561,31 (o valor registrado no Demonstrativo da Dívida Flutuante é de R\$ 7.168.244,58). A diferença acima apontada é representada por pagamentos registrados na tabela abaixo, relativos a restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e que, no momento da inscrição, não foram informadas retenções a pagar. Entretanto, ao efetuar os pagamentos às unidades gestoras elencadas na tabela abaixo informaram que os restos inscritos se tratavam de retenções.

Tabela 97

Restos a Pagar Inscritos Pagos como Retenção da Administração Direta

CÓDIGO	GESTORAS	PROCESSADOS / 1º EXERCÍCIO ANTERIOR	PROCESSADOS / 2º EXERCÍCIO ANTERIOR	NÃO PROCESSADOS / 2º EXERCÍCIO ANTERIOR
	DIRETAS			
101071	PERFOCE	-1.353,73	0,00	0,00
150001	PGJ	-15.763,94	0,00	0,00
190001	SEFAZ	-16,97	0,00	0,00
210001	SDA	0,00	-1.840,78	0,00
220001	SEDUC	0,00	0,00	0,00
430001	CIDADES	-26,45	0,00	0,00
470001	STDS	-2.558,39	0,00	0,00
550001	SPA	-2.001,05	0,00	0,00
	Subtotal	-21.720,53	-1.840,78	0,00

Como a partir do exercício de 2015 o S2GPR separa a inscrição de restos a pagar das consignações retidas a pagar (não considerando mais estas incluídas na inscrição dos restos a pagar), a UG precisa informar as retenções a pagar em cada processo antes de efetuar a inscrição dos restos a pagar, respeitando os princípios contábeis da oportunidade e competência. Quando esse procedimento não é adotado, sempre será necessário ajustar contabilmente a inscrição dos restos a pagar para subtrair dos valores inscritos o valor das consignações a pagar que não foram devidamente retidas.

É possível apresentar adequadamente o ajuste contábil mencionado acima no Demonstrativo da Dívida Flutuante, uma vez que há campo para evidenciar os ajustes das inscrições de restos a pagar no movimento do exercício. O mesmo não pode ser feito nos Anexos I e II do Balanço Orçamentário, uma vez que não é possível alterar o saldo inicial dos restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e os ajustes de inscrição acima citados não são capturados pelo *layout* dos anexos, que somente consolidam os movimentos do exercício (liquidações, pagamentos e/ou cancelamentos).

4.1.2. Balanço Financeiro

Segundo a Lei nº 4.320/64, o Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentária bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

A estrutura desta demonstração contempla os ingressos e dispêndios em destinação ordinária e vinculada, ou seja, a receita e a despesa orçamentárias realizadas e executadas por destinação de recursos (destinação vinculada ou destinação ordinária). O detalhamento das vinculações foi feito de acordo com as características específicas do Estado. Seguem as seguintes definições:

- **Destinação Ordinária** - É o processo de alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.

- **Destinação Vinculada** - É o processo de vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela legislação.

Acrescenta-se ainda que a receita orçamentária é apresentada pelos seus valores líquidos, excluindo os valores referentes às deduções e restituições de receitas.

Foram classificadas como ordinárias as fontes do Tesouro (1.00.00 e 1.01.00), além da fonte 2.29.00 (Recursos Arrecadados da Venda de Selos de Autenticidade), fonte 2.48.40 (Operações de Crédito Não Condicionadas) e fonte 2.70.00 (Recursos Diretamente Arrecadados). No total da Receita e Despesa Orçamentária, constam as Receitas e Despesas Intraorçamentárias.

Nos grupos de Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas, encontra-se a movimentação relacionada a todas as transferências financeiras intra-orçamentárias realizadas pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual para a execução de pagamentos de natureza orçamentária ou extraorçamentária. Em ambos os grupos, consta a discriminação dos valores repassados e recebidos para pagamento de despesas orçamentárias e extraorçamentárias.

O Grupo Caixa e Equivalentes de Caixa constante tanto no saldo em espécie do exercício anterior quanto no saldo em espécie para o exercício seguinte corresponde ao agrupamento de contas 1.1.1.1, cujos principais grupos são: Tesouro Estadual, Contas Vinculadas, recursos à Disposição de Convênios e Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata.

A receita e a despesa orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro são aquelas que foram consignadas na Lei Orçamentária. A receita e a despesa extraorçamentária são aquelas que se realizam independentemente do orçamento.

A demonstração de forma resumida do Balanço Financeiro da Administração Direta está apresentada na tabela a seguir:

TABELA 98

Demonstrativo da Síntese do Balanço Financeiro da Administração Direta

(R\$ 1,00)

INGRESSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ESPECIFICAÇÃO		
Receita Orçamentária (I)	22.256.629.243,26	21.720.618.288,97
- Ordinária	18.478.239.863,35	16.758.268.359,13
- Vinculada	3.778.389.379,91	4.962.349.929,84
Transferências Financeiras Recebidas (II)	14.976.493.845,14	13.397.813.802,84
Recebimentos Extraorçamentários (III)	11.890.133.340,09	10.399.684.327,35
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	4.051.569.517,38	2.761.249.789,49
TOTAL (V)=(I+II+III+IV)	53.174.825.945,87	48.279.366.208,65
DISPÊNDIOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ESPECIFICAÇÃO		
Despesa Orçamentária (VI)	17.172.738.552,95	15.678.152.683,50
- Ordinária	13.280.902.731,01	12.395.203.986,90
- Vinculada	3.891.835.821,94	3.282.948.696,60
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	20.733.221.135,33	18.863.951.733,23
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	11.719.188.914,75	9.685.692.274,54
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)	3.549.677.342,84	4.051.569.517,38
TOTAL (X)=(VI+VII+VIII+IX)	53.174.825.945,87	48.279.366.208,65

Fonte: SEFAZ/CECAD

O resultado financeiro do exercício corresponde à diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários e extraorçamentários e dos dispêndios orçamentários e extraorçamentários. Se os ingressos forem maiores que os dispêndios, ocorrerá um superávit; caso contrário, ocorrerá um déficit. Observa-se portanto que a Administração Direta apresentou um déficit financeiro de R\$ -501.892.174,54, no exercício de 2018.

Na Tabela a seguir, demonstra-se o Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros, comparando-se o exercício de 2018 com o de 2017.

TABELA 99

Demonstrativo do Quociente do Resultado Financeiro da Administração Direta

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018
Saldo Exercício Seguinte	4.051.569.517,38 = 1,47	3.549.677.342,84 = 0,88
Saldo do Exercício Anterior	2.761.249.789,49	4.051.569.517,38

Fonte: SEFAZ/CECAD

O comportamento da despesa realizada, distribuída por funções de governo, exigida pela Lei nº 4.320/64, no Balanço Financeiro, está apresentada na tabela seguinte:

TABELA 100

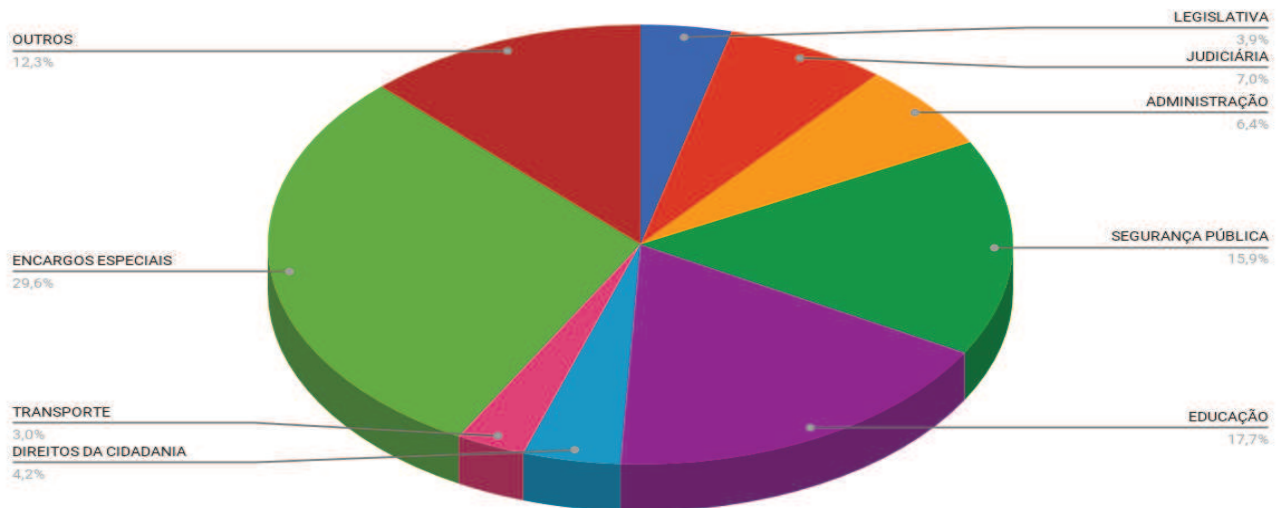
Demonstrativo da Despesa Realizada por Função da Administração Direta

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	VAR. %	PARTIC. %
Legislativa	619.592.956,01	676.254.747,77	9,15	3,94
Judiciária	1.089.921.446,38	1.202.699.265,82	10,35	7,00
Essencial à Justiça	463.605.648,54	487.789.276,99	5,22	2,84
Administração	1.107.955.381,36	1.092.490.647,76	-1,40	6,36
Segurança Pública	2.193.931.219,85	2.729.843.124,02	24,43	15,90
Assistência Social	164.713.090,05	221.389.582,27	34,41	1,29
Previdência Social	2.008.455,85	1.888.281,34	-5,98	0,01
Trabalho	55.695.114,28	69.436.350,16	24,67	0,40
Educação	2.752.822.656,86	3.033.470.320,32	10,19	17,66
Cultura	71.906.183,59	89.692.741,61	24,74	0,52
Direitos da Cidadania	625.874.714,19	724.106.048,10	15,70	4,22
Urbanismo	180.607.299,09	220.119.332,14	21,88	1,28
Habitação	33.918.997,85	20.774.722,62	-38,75	0,12
Saneamento	403.522.763,28	317.904.380,77	-21,22	1,85
Gestão Ambiental	55.539.295,12	70.123.675,95	26,26	0,41
Ciência e Tecnologia	71.673.661,46	46.480.199,62	-35,15	0,27
Agricultura	354.958.770,95	418.237.696,41	17,83	2,44
Organização Agrária	1.395.055,81	20.651,60	-98,52	0,00
Indústria	4.130.693,94	1.848.381,49	-55,25	0,01
Comércio e Serviços	68.032.619,24	81.143.590,27	19,27	0,47
Energia	3.757.527,08	6.796.575,10	80,88	0,04
Transporte	406.930.242,80	521.578.273,80	28,17	3,04
Desporto e Lazer	16.832.063,34	50.831.185,70	201,99	0,30
Encargos Especiais	4.928.826.826,58	5.087.819.501,32	3,23	29,63
TOTAL	15.678.152.683,50	17.172.738.552,95	9,53	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

GRÁFICO XXVIII
Despesa Por Função da Administração Direta



Fonte: SEFAZ/CECAD

Excetuando-se a função “Encargos Especiais”, as funções de governo que tiveram participações mais expressivas em 2018 foram: Educação (17,66%), Segurança Pública (15,90%), Judiciária (7,00%) e Administração (6,36%). As despesas realizadas na função Saúde estão sendo executadas dentro da administração indireta.

A Função “Encargos Especiais” engloba todas despesas às quais não se pode associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como: dívidas, indenizações e outras, representando, portanto, uma agregação neutra.

4.1.2.1. Notas Explicativas do Balanço Financeiro

BFDIR-01 - Inscrição de Restos a Pagar Processados

A inscrição de Restos a Pagar Processados do exercício 2018 apresentado no Balanço Financeiro da Administração Direta corresponde a R\$ 205.953.395,95. O valor da inscrição de Restos a Pagar Processados é apurado e evidenciado no Balanço Orçamentário pela diferença entre a Despesa Liquidada (R\$ 16.877.921.986,97) e a Paga (R\$ 16.671.945.029,71) totaliza R\$ 205.976.957,26. Observa-se, portanto, uma diferença de R\$ 23.561,31.

Conforme já explicado na Nota BODIR-03 - Saldo para o Exercício Seguinte dos Restos a Pagar Processados apresentado no Anexo II do Balanço Orçamentário da Administração Direta, houve a necessidade de se fazer ajuste na inscrição de Restos a Pagar Processados em virtude de pagamentos registrados na elencadas na Tabela 97, relativos a restos a pagar inscritos em

exercícios anteriores e que, no momento da inscrição, não foram informadas retenções a pagar. Entretanto, ao efetuar os pagamentos em 2018, a UG informou que os restos inscritos na verdade se tratavam de retenções.

Como a partir do exercício de 2015 o S2GPR separa a inscrição de restos a pagar das consignações retidas a pagar (não considerando mais estas incluídas na inscrição dos restos a pagar), a UG precisa informar as retenções a pagar em cada processo antes de efetuar a inscrição dos restos a pagar, respeitando os princípios contábeis da oportunidade e competência. Quando esse procedimento não é adotado, sempre será necessário ajustar contabilmente a inscrição dos restos a pagar para subtrair dos valores inscritos o valor das consignações a pagar que não foram devidamente retidas.

Como o Balanço Financeiro não possui campo para evidenciar em separado as inscrições de restos a pagar de exercícios anteriores, uma vez que ele só demonstra a inscrição de restos a pagar do exercício, a única alternativa encontrada foi computar o ajuste na linha Inscrição de Restos a Pagar Processados. No referido campo, foi reduzido do valor total a ser inscrito a importância de R\$ 23.561,31 já que este valor foi executado financeiramente em 2018 como consignações retidas e pagas, na linha Consignações de Exercícios Anteriores. Esse ajuste foi necessário para que se pudesse fechar o valor das disponibilidades para o exercício seguinte evidenciadas no Balanço Financeiro.

BFDIR-02 - Recebimentos e pagamentos extraorçamentários - Outros Valores Restituíveis

A tabela a seguir evidencia a composição dos recebimentos de Outros Valores Restituíveis, calculada pelo movimento a crédito das seguintes contas contábeis:

TABELA 101

Demonstrativo do Cálculo dos Recebimentos de Outros Valores Restituíveis da Administração Direta

(R\$ 1,00)

CÓDIGO DA CONTA	TÍTULO DA CONTA	VALOR
2.1.8.8.1.01.03	Consignações de Exercícios Anteriores -Legado SIC	22.570.867,22
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	314.388.746,68
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	1.837.441,49
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	7.376.089.122,80
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	10.793.741,85
2.1.8.8.1.99	Outros Valores Restituíveis	45.967,73
2.1.8.8.2.04	Depósitos Não Judiciais	0,00
2.1.8.8.2.09	Cheque Salário - Antecipação	188.115.400,00
2.1.8.9.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar	1.157.591.273,31
2.1.8.9.2.12	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Repassar	32.796.035,29
TOTAL		9.104.228.596,37

Fonte: SEFAZ/CECAD

A tabela a seguir evidencia a composição dos pagamentos de Outros Valores Restituíveis, calculada pelo movimento a débito das seguintes contas contábeis:

TABELA 102

Demonstrativo do Cálculo dos Pagamentos de Outros Valores Restituíveis da Administração Direta

(R\$ 1,00)

CÓDIGO DA CONTA	TÍTULO DA CONTA	VALOR
2.1.8.8.1.01.03	Consignações de Exercícios Anteriores -Legado SIC	45.431.841,10
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	270.095.163,06
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	2.537.126,78
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	7.319.426.473,65
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	12.281.260,57
2.1.8.8.1.99	Outros Valores Restituíveis (F)	46.182,58
2.1.8.8.2.09	Cheque Salário - Antecipação	188.115.400,00
2.1.8.9.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar	1.157.955.957,04
2.1.8.9.2.12	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Repassar	33.159.204,80
2.1.8.9.2.42	Arrecadação de Terceiros - DAE's Rejeitados	361,18
TOTAL		9.029.048.970,76

Fonte: SEFAZ/CECAD

BFDIR-03 - Valores Pendentes a Curto Prazo

Os Valores Pendentes a Curto prazo compreendem as entradas e saídas de caixa sem execução orçamentária ou financeira, registrados na Contabilidade para que o saldo de disponibilidades contábeis seja igual ao verificado nos extratos bancários.

No campo dos ingressos no Balanço Financeiro da Administração Direta, constam as regularizações realizadas no exercício de 2018 referentes a sequestros judiciais e outros dispêndios que ficaram pendentes de regularização em 2017, cujos valores estavam registrados nas contas contábeis 1.1.9.9.1.04 - Sequestros Judiciais a Regularizar e 1.1.9.9.1.98 - Outras VPD a Apropriar.

TABELA 103

Demonstrativo dos Valores Pendentes a Curto Prazo (Ingressos) da Administração Direta

(R\$ 1,00)

CÓDIGO DA CONTA	TÍTULO DA CONTA	VALOR
1.1.9.9.1.04	Sequestros Judiciais a Regularizar	536.386,90
1.1.9.9.1.98	Outras VPD a Apropriar	7.998.017,84
2.1.8.9.1.36.02	Receitas a Classificar (F)	225,68
TOTAL		8.534.630,42

Fonte: SEFAZ/CECAD

No campo dos desembolsos, constam dois agrupamentos de saldos que compõem essa linha do Demonstrativo. Primeiro, apresentam-se as saídas de caixa sem a respectiva regularização orçamentária (empenho e liquidação) no exercício, tais como sequestros judiciais, devolução de saldos de convênios e outros desembolsos a regularizar, como tarifas bancárias debitadas.

A tabela abaixo demonstra a composição dos valores citados acima.

TABELA 104

Demonstrativo dos Valores Pendentes a Curto Prazo (Dispêndios) da Administração Direta

(R\$ 1,00)

CÓDIGO DA CONTA	TÍTULO DA CONTA	VALOR
1.1.9.9.1.04	Sequestros Judiciais a Regularizar	1.114.042,48
1.1.9.9.1.98	Outras VPD a Apropriar	8.010.051,35
TOTAL		9.124.093,83

Fonte: SEFAZ/CECAD

BFDIR-04 – Depósitos restituíveis e valores vinculados

Os depósitos restituíveis e valores vinculados na coluna de ingressos representam o saldo inicial dos ativos financeiros 1.1.2.2.2.05 - Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Receber, 1.1.3.1.2.03 - Adiantamentos Tesouro, 1.1.3.8.1.09 - Numerários em Trânsito e 1.1.3.8.2.10 - Arrecadação DAE a Recuperar. Da mesma forma, o saldo final destas contas estão apresentados na mesma linha com a coluna dos dispêndios.

A conta contábil 1.1.2.2.2.05 registra os valores de créditos a receber oriundos das receitas dos órgãos da Administração Direta via DAE, arrecadados pela Secretaria da Fazenda. A conta 1.1.3.1.2.03 representa valores de pagamentos de outras fontes supridos pelo Tesouro, e a conta 1.1.3.8.1.09 “numerários em trânsito” registra os pagamentos rejeitados no final do exercício e que só retornaram no exercício seguinte, por conta de encerramento do expediente bancário. Já a conta contábil 1.1.3.8.2.10 evidencia créditos a receber provenientes de arrecadação via DAE, cujo recursos não foram creditados nos cofres públicos. A tabela abaixo, evidencia o valor a receber relativo a cada uma das contas de ativo financeiro.

TABELA 105

Demonstrativo dos Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados da Administração Direta

(R\$ 1,00)

CÓDIGO DA CONTA	TÍTULO DA CONTA	SALDO INICIAL	SALDO FINAL
1.1.2.2.2.05	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Receber	499.689,77	136.520,26
1.1.3.1.2.03	Adiantamentos Tesouro (F)	0,00	0,00
1.1.3.8.1.09	Numerários em Trânsito (F)	413.105,24	3.536.391,47
1.1.3.8.2.10	Arrecadação DAE a Recuperar (F)	30.581,45	856.701,13
TOTAL		943.376,46	4.529.612,86

Fonte: SEFAZ/CECAD

4.1.3. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação, conforme as seguintes definições:

- a) **Ativo** - são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.
- b) **Passivo** - são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.
- c) **Patrimônio Líquido** - é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “ não circulante” , com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade. Os ativos devem ser classificados como circulantes quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

- a) estiverem disponíveis para realização imediata; e
- b) tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes. Assim, o Ativo Não Circulante compreende: ativo realizável à longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

Os passivos devem ser classificados como circulantes quando correspondem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais passivos devem ser classificados como não circulantes.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, o Balanço Patrimonial é composto por:

- a. Demonstrativo Principal;
- b. Demonstrativo dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- c. Demonstrativo das Contas de Compensação (controle); e
- d. Demonstrativo do Superávit / Déficit Financeiro.

TABELA 106

Demonstrativo da Síntese do Balanço Patrimonial da Administração Direta

(R\$ 1,00)

ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATIVO CIRCULANTE		
- Caixa e Equivalentes de Caixa	3.545.147.729,98	4.050.626.140,92
- Créditos a Curto Prazo	689.118.433,33	602.172.059,66
- Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	138.988.819,33	293.301.908,13
- Estoques	119.429.873,72	46.458.631,37
- Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas	32.822.975,23	32.233.286,14
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	4.525.507.831,59	5.024.792.026,22
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
- Ativo Realizável a Longo Prazo	12.634.950.838,69	10.037.892.713,59
- Investimentos	4.331.068.638,28	3.914.846.730,82
- Imobilizado	18.608.789.218,63	16.777.453.924,37
- Intangível	140.561.813,51	110.675.227,20
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	35.715.370.509,11	30.840.868.595,98
TOTAL DO ATIVO	40.240.878.340,70	35.865.660.622,20
PASSIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
PASSIVO CIRCULANTE		
- Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	96.196.658,02	43.699.352,13
- Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	937.111.640,72	0,00
- Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	19.832.706,23	37.910.143,06
- Obrigações Fiscais a Curto Prazo	8.881.636,42	9.447.673,29
- Obrigações de Repartição a Outros Entes	74.635.941,14	81.099.281,37
- Demais Obrigações a Curto Prazo	1.368.137.811,34	1.238.868.615,86
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	2.504.796.393,87	1.411.025.065,71
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
- Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	67.301.303,98	88.768.653,25
- Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	11.581.329.212,71	11.204.775.225,37
- Demais Obrigações a Longo Prazo	828.668.863,34	459.092.582,72
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	12.477.299.380,03	11.752.636.461,34
TOTAL DO PASSIVO	14.982.095.773,90	13.163.661.527,05
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
- Demais Reservas	0,00	0,00
- Resultados Acumulados	25.258.782.566,80	22.701.999.095,15
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25.258.782.566,80	22.701.999.095,15
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	40.240.878.340,70	35.865.660.622,20
Ativo Financeiro	3.549.677.342,84	4.051.569.517,38
Ativo Permanente	36.691.200.997,86	31.814.091.104,82
Passivo Financeiro	1.825.437.562,72	1.689.201.294,14
Passivo Permanente	13.479.984.127,93	11.818.209.568,52
SALDO PATRIMONIAL	24.935.456.650,05	22.358.249.759,54

Fonte: SEFAZ/CECAD

TABELA 107

Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro da Administração Direta por Poder e Fonte de Recursos

(R\$ 1,00)

FONTES DE RECURSOS	DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
	Poder Legislativo		
	Fontes Diversas	-39.376.367,77	-1.886.008,12
1.00.00	- Recursos Ordinários	-28.267.426,08	-185.882,29
1.01.00	- Cota-Parte do Fundo de Participação Dos Estados-FPE	-11.108.941,69	-1.700.125,83
	Operações de Crédito	-1.742.734,94	-1.862.644,10
2.48.48	- Operações de Crédito Externas-Tesouro	-1.742.734,94	-1.862.644,10
	Total Legislativo	-41.119.102,71	-3.748.652,22
	Poder Judiciário		
	Fontes Diversas	-43.395.023,68	91.924.149,23
1.00.00	- Recursos Ordinários	-3.278.520,52	-1.562.366,35
1.01.00	- Cota-Parte do Fundo de Participação Dos Estados-FPE	-40.116.503,16	-1.755.525,00
2.14.00	-Depósitos Judiciais	0,00	95.242.040,58
	total poder Judiciário	-43.395.023,68	91.924.149,23
	Poder Executivo		
	Fontes Diversas	733.238.899,63	584.892.903,60
1.00.00	-Recursos Ordinários	87.089.764,01	42.384.542,21
1.00.02	-Recursos Ordinários Para Projetos Prioritários	402.042.667,06	0,00
1.00.03	-Recursos Ordinários -CIPP	104.647.901,89	0,00
1.00.04	-Recursos Oriundos da Carteira de Crédito Rural/BEC (Previdência)	49.995.492,70	0,00
1.01.00	- Cota-Parte do Fundo de Participação Dos Estados-FPE	-138.757.318,57	430.836.984,75
1.12.00	- Alienação de Bens	58.876.629,24	44.412.982,93
02.07.00	- Cota-Parte da Contribuição do Salário-Educação	653.229,13	1.023.763,41
1.10.00	- Recursos Provenientes do FUNDEB	89.602.885,89	17.299.167,52
2.11.00	-Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	33.996,87	240.842,22
2.16.00	- Medida Compensatória Ambiental	52.514.938,12	71.160.363,52
1.44.00	- Indenização Pela Extração do Petróleo, Xisto e Gás	2.078.515,55	1.170.110,71
2.50.00 e 2.51.00	- Recursos Provenientes do FUNDEB e Complementação da União da União dos Recursos do FUNDEB	20.142.951,28	-32.645.070,03
2.73.01	-Transferências Diretas do FNDE-Alimentação Escolar	-1.264.975,34	0,00
2.73.02	-Transferências Diretas do FNDE- Transporte Escolar	-41.585,62	0,00
2.76.00	- Recursos Provenientes do FIT	5.623.807,42	9.009.216,36
	Operações de Crédito	565.783.266,41	1.210.041.925,73
2.46.38	- Operações de Crédito Internas-CPAC MAMV-Maranguapinho	0,00	1.622.307,92
2.46.43	-Operações de Crédito Internas-BNDES-PEF - FR-2.46.43	34,93	34,93
2.46.45	-Operações de Crédito Internas-Tesouro/BNDES	627.612,70	1.435.461,47
2.46.47	- Operações de Crédito Internas-BNDES/Estados	11.823.233,63	21.372.960,40
2.46.54	- Operações de Crédito Internas-Tesouro/BB	338.126.101,77	1.070.387.224,96
2.46.56	- Operações de Crédito Internas-Tesouro/CEF	949.600,85	959.930,35
2.48.40	-Operações de Crédito Externas-Swap-Não Condicionada	283.620,10	283.349,73
2.48.48	- Operações de Crédito Externas-Tesouro	579.844,98	10.173.243,12
2.48.57	- Operações de Crédito Externas/KFW	65.020,30	66.874,44
2.48.58	- Operações de Crédito Externas/BIRD	-1.226.187,08	-38.759.748,84
2.48.59	- Operações de Créd Externas/BID	205.180.075,23	67.220.926,58
2.48.64	- Operações de Crédito Externas/Tesouro/FIDA	-3.624.801,66	2.342.636,69
2.48.65	- Operações de Crédito Externas/Tesouro/CAF	9.518.732,60	40.665.576,92
2.48.69	- Operações de Crédito Externas/PforR	3.480.378,06	32.271.147,06
	Convênios	504.146.775,68	475.721.629,20
2.80.80	- Convênios Com Órgãos Internacionais- Adm Direta	2.132,24	2.132,24
2.82.82	- Convênios Com Órgãos Federais- Adm Direta	498.662.283,94	466.253.248,90
2.86.86	- Convênios Com Órgãos Municipais- Adm Direta	5.482.359,50	9.466.248,06
	Total Executivo	1.803.168.941,72	2.270.656.458,53
	Ministério Público		
	Fontes Diversas	5.531.959,66	3.485.452,93
1.00.00	- Recursos Ordinários	6.195.728,67	4.324.866,43
1.01.00	- Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados-FPE	-663.769,01	-839.413,50
	Convênios	53.005,13	50.814,77
2.88.88	- Convênios Com Órgãos Privados- Adm Direta	53.005,13	50.814,77
	Total Ministério Público	5.584.964,79	3.536.267,70
	TOTAL	1.724.239.780,12	2.362.368.223,24

Fonte: SEFAZ/CECAD

O Balanço Patrimonial da Administração Direta, no exercício de 2018, apresentou em seu ativo financeiro o montante de R\$ 3.549.677.342,84, enquanto o Passivo Financeiro totalizou R\$ 1.825.437.562,72, tendo como resultado um superávit financeiro no montante de R\$ 1.724.239.780,12. O Ativo Permanente totalizou um montante de R\$ 36.691.200.997,86 enquanto o Passivo Permanente totalizou R\$ 13.479.984.127,93. A Situação Patrimonial, evidenciada no Balanço Patrimonial Consolidado de 2018, foi positiva em R\$ 24.935.456.650,05.

Os componentes do patrimônio da Administração Direta são registrados pelos valores originais de aquisição, produção ou construção e na moeda do País.

No Passivo Circulante do Balanço Patrimonial da Administração Direta, no subgrupo dos Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo, houve uma variação de R\$ 973.111.640,72 decorrente de transferências de valores das obrigações de empréstimos, financiamentos e parcelamentos tributários de longo para o curto prazo, conforme vencimento das obrigações.

A seguir, demonstra-se o detalhamento consolidado dos saldos dos bens móveis e imóveis do Estado do Ceará, que compõem o grupo do Imobilizado:

TABELA 108
Demonstrativo do Imobilizado da Administração Direta

(R\$1,00)

TÍTULOS	2017	2018	VAR. % (B/A)
BENS MÓVEIS	3.722.052.475,39	4.001.072.215,48	7,50
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	1.231.024.614,11	1.340.783.323,44	8,92
Bens de Informática	443.203.530,01	482.696.591,79	8,91
Móveis e Utensílios	445.845.932,30	472.897.345,77	6,07
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	92.823.127,51	98.414.475,99	6,02
Veículos	1.349.928.287,97	1.419.906.359,66	5,18
Bens Móveis em Andamento	3.732.814,90	3.732.814,90	0,00
Bens Móveis em Almoarifado	1.646.303,51	4.075.983,61	147,58
Armamentos	22.834.921,58	56.585.193,05	147,80
Demais Bens Móveis	131.012.943,50	121.980.127,27	-6,89
BENS IMÓVEIS	13.075.914.888,64	14.640.250.510,91	11,96
Bens de Uso Especial	10.898.999.868,61	12.060.952.977,81	10,66
Bens Dominicais	66.950.994,16	70.961.965,57	5,99
Bens de Uso Comum do Povo	1.223.454.548,50	1.523.300.596,62	24,51
Bens Imóveis em Andamento	112.771.329,86	151.757.927,18	34,57
Instalações	96.171.172,23	108.075.243,45	12,38
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	221.630.373,83	267.099.447,77	20,52
Investimentos de Capital a Incorporar	573.119,39	2.702.153,29	371,48
Demais Bens Imóveis	455.363.482,06	455.400.199,22	0,01
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas	20.513.439,66	32.533.507,76	58,60
TOTAL	16.777.453.924,37	18.608.789.218,63	10,92

Fonte: SEFAZ/CECAD

Quando os elementos do ativo imobilizado tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão sistemática durante esse período. Em 2015, o Estado já iniciou os procedimentos contábeis de depreciação e

amortização em alguns órgãos, conforme Decreto estadual nº 31.340/2013. É importante destacar, que o Decreto nº 32.515, de 22 de janeiro de 2018, alterou o Art. 38. do Decreto 31.340/2013, e prorrogou para junho de 2018 o prazo máximo para implantação desses procedimentos e do ajuste do valor contábil dos bens patrimoniais.

A Portaria do STN nº 548 de 24 de setembro de 2015, que dispõe sobre prazos limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da federação para a consolidação das contas públicas da União, dos Estados e dos Municípios, também estabeleceu novos prazos para a implantação dos procedimentos para o reconhecimento, mensuração e evidenciação de bens móveis e imóveis e respectiva depreciação, amortização, exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável, com isso, a obrigatoriedade dos registros contábeis desses procedimentos foram prorrogados para o exercício de 2019 para os Estados e DF.

Considerando a necessidade de atender a obrigatoriedade de realizar esses procedimentos no patrimônio do Estado do Ceará, foram desenvolvidos critérios e procedimentos para o registro e atualização dos valores líquidos dos bens patrimoniais de todos os órgãos em 2017, e atualmente os órgãos estão em processo de inventário dos bens móveis e imóveis para que possam realizar os ajustes do patrimônio na contabilidade. Destacamos ainda, que a Secretaria da Fazenda - SEFAZ em conjunto com a Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG já iniciaram discussão para a elaboração dos procedimentos de integração do Sistema de Gestão de Bens Móveis - SGBM, com o Sistema de Gestão Por Resultados - S2GPR.

Acrescenta-se ainda que os bens adquiridos e incorporados automaticamente no ato da contabilização pelos fundos especiais do Estado foram desincorporados dos mesmos e transferidos para os órgãos da Administração Direta onde estão vinculados, conforme evidencia-se na Tabela que segue.

A seguir, demonstra-se o detalhamento consolidado dos valores dos bens móveis e imóveis (imobilizado) adquiridos com recursos dos fundos, e que foram desincorporados dos fundos e incorporados nos seus respectivos órgãos vinculados, em conformidade com a Lei Complementar nº 47, de 16 de julho de 2004.

TABELA 109
Demonstrativo dos Valores de Bens Adquiridos pelos Fundos

(R\$ 1,00)

DEMONSTRATIVO DOS BENS ADQUIRIDOS PELOS FUNDOS BAIXADOS NOS FUNDOS	UG	VALOR	INCORPORADOS NOS ORGÃOS	UG	(R\$ 1,00) VALOR
FERMOJU	40101	6.582.256,05	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	40001	16.130.900,37
FUNSEG	40301	9.548.644,32			
FUNDO DE DEFESA SOCIAL	100601	106.543,79	SEC. DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	100001	21.596.686,13
FDS POLÍCIA CIVIL	100607	1.079.784,73			
FDS POLÍCIA MILITAR	100608	11.840.518,58			
FDS CORPO DE BOMBEIROS	100609	7.099.394,35			
FDS COLÉGIO POLÍCIA MILITAR	100610	578.479,62			
FDS COLÉGIO CORPO DE BOMBEIROS	100611	412.577,12			
FDS COLÉGIO POLÍCIA MILITAR DE JUAZEIRO DO NORTE	100615	479.387,94			
FDCC	105001	22.679.651,44	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO CE	101041	22.679.651,44
FUNPECE - PGE	130201	935.179,13	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	130001	935.179,13
FEAS	470201	3.205.530,69	SECRETARIA DO TRABALHO E DEFESA SOCIAL	470001	3.205.530,69
FDID	150201	134.529,06	PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA	150001	11.377.394,56
FRMMP-CE	150501	11.242.865,50			
FUNDES	240401	70.692.418,08	SECRETARIA DA SAÚDE	240001	76.408.187,75
CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DO CEARA	240424	667.308,27			
HOSPITAL GERAL MILITAR	240479	559.608,15			
HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA	241281	224.288,38			
HOSPITAL DE MESSEJANA	241291	1.375.746,23			
HOSPITAL GERAL CESAR CALS DE OLIVEIRA	241301	2.037.080,05			
HOSPITAL INFANTIL DR ALBERTO SABIN	241311	622.783,78			
HOSPITAL SAO JOSE	241331	137.095,75			
INSTITUTO DE PREVENCAO DO CANCER DO CEARA	241521	32.437,76			
LABORATORIO CENTRAL DE SAUDE PUBLICA	241531	59.421,30			
FUNDO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ - FUNPEN	180401	17.207.834,48	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	180001	17.207.834,48
FUNDO DO DESENV. DO ESPORTE E JUVENTUDE	420101	8.807,54	SECRETARIA DE ESPORTE	420001	8.807,54
TOTAL BAIXADO NOS FUNDOS		169.550.172,09	TOTAL INCORPORADO NOS ORGÃOS		169.550.172,09

Fonte: SEFAZ/CECAD

Na Tabela que segue evidencia-se a composição do Ativo Financeiro da Administração Direta segregado por fonte de recursos.

A disponibilidade de caixa é composta por recursos do tesouro e por recursos vinculados. Ao final do exercício de 2018, os ativos financeiros totalizaram R\$ 3.549.677.342,84.

TABELA 110
Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa da Administração Direta

(R\$ 1,00)

ATIVO FINANCEIRO	VALOR
Administração Direta	
Poder Legislativo	
Fontes Diversas	23.661.873,77
FR1.00.00-Recursos Ordinários	23.661.873,77
FR 1.01.00-Cota Parte do Fundo de Participação Dos Estados-FPE	0,00
Operações de Crédito	0,00
FR 2.48.48- Operações de Crédito Externas-Tesouro/BIRD	0,00
Total Poder Legislativo	23.661.873,77
Poder Judiciário	
Fontes Diversas	552.930.827,35
FR1.00.00- Recursos Ordinários	552.930.827,35
FR 1.01.00-Cota-Parte do Fundo de Participação Dos Estados-FPE	0,00
Total poder Judiciário	552.930.827,35
Poder Executivo	
Fontes Diversas	1.829.248.752,57
FR 1.00.00-Recursos Ordinários	982.909.411,77
FR 1.00.02-Recursos Ordinários Para Projetos Prioritários	402.051.300,39
FR 1.00.03-Recursos Ordinários -CIPP	104.647.901,89
FR 1.00.04-Recursos Oriundos da Carteira de Crédito Rural/BEC (Previdência)	49.995.492,70
FR 1.01.00-Cota-Parte do Fundo de Participação Dos Estados-FPE	0,00
FR 1.2.00-Alienação de Bens	58.877.220,84
FR 1.44.00-Indenização Pela Extração de Petróleo, Xisto e Gás	2.078.515,55
FR 2.07.00-Cota-Parte da Contribuição do Salário-Educação	4.596.680,86
FR 1.10.00-Recursos Provenientes do FECOP	96.850.240,07
FR 2.11.00-Cota-Parte da Contribuição Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	33.996,87
FR 2.16.00-Medida Compensatória Ambiental	61.293.218,81
FR 2.50.00 e 2.51.00-Rec. Prov. do FUNDEB e Comp. da União aos Rec. do FUNDEB	51.505.858,95
FR 2.73.01-Transferências Diretas do FNDE-Alimentação Escolar	8.109.281,74
FR 2.73.02-Transferências Diretas do FNDE- Transporte Escolar	271.676,66
FR 2.76.00-Recursos Provenientes do FIT	6.027.955,47
Operações de Crédito	611.215.685,30
FR 2.48.40-Operações de Crédito Externas-Swap-Não Condicionada	283.620,10
FR 2.46.43-Operações de Crédito Internas-BNDES-PEF	34,93
FR 2.46.45-Operações de Crédito Internas-Tesouro/ BNDES	3.099.780,30
FR 2.46.47-Operações de Crédito Internas-BNDES/ESTADOS	11.823.233,63
FR 2.46.54-Operações de Crédito Internas-Tesouro/BB	338.126.101,77
FR 2.46.56-Operações de Crédito Internas-Tesouro/CEF	988.531,13
FR 2.48.48-Operações de Crédito Externas -Tesouro	2.993.070,66
FR 2.48.57-Operações de Crédito Externas-Tesouro/KFW	65.020,30
FR 2.48.58-Operações de Crédito Externas-Tesouro/BIRD	1.164.780,04
FR 2.48. 59-Operações de Crédito Externas-Tesouro/BID	226.985.057,44
FR 2.48.64-Operações de Crédito Externas/Tesouro/FIDA	1.403.533,95
FR 2.48.65-Operações de Crédito Externas/Tesouro/CAF	20.356.569,46
FR 2.48.69- Operações de Crédito Externas/PforR	3.926.351,59
Convênios	524.423.464,60
FR 2.80.80-Convênios Com Órgãos Internacionais- Administração Direta	2.132,24
FR 2.82.82-Convênios Com Órgãos Federais- Administração Direta	518.732.824,05
FR 2.86.86-Convênios Com Órgãos Municipais- Administração Direta	5.688.508,31
Total Poder Executivo	2.964.887.902
Ministerio Público	
Fontes Diversas	8.143.734,12
FR 1.00.00-Recursos Ordinários	8.143.734,12
FR 1.01.00-Cota-Parte do Fundo de Participação Dos Estados-FPE	0
Convênios	53.005,13
FR 2.88.88-Convênios Com Órgãos Privados-Administração Direta	53.005,13
Total Ministério Público	8.196.739,25
TOTAL	3.549.677.342,84

Fonte: SEFAZ/CECAD

A diferença positiva entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da Administração Direta em 2018 resultou num superávit financeiro de R\$ 1.724.239.780,12, nos termos do art. 43 § 2º, da Lei nº 4.320/64. A tabela abaixo demonstra o Superávit Financeiro evidenciando ativo e passivo financeiro por fonte de recursos. É importante informar, que desse resultado R\$ 180.072.556,35 (R\$ 40.216.013,26 são recursos vinculados e R\$ 139.856.543,09 recursos não vinculados) estão comprometidos com os pagamentos das obrigações da administração indireta, representando 8,11% do resultado supramencionado.

TABELA 111
Demonstrativo do Superávit Financeiro da Administração Direta por Poder e Fonte de Recursos

(R\$1,00)

FONTES DE RECURSOS	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Administração Direta			
Poder Legislativo			
Fontes Diversas	23.661.873,77	63.038.241,54	-39.376.367,77
FR 1.00.00-Recursos Ordinários	23.661.873,77	51.929.299,85	-28.267.426,08
FR 1.01.00-Cota-Parte do Fundo de Participação Dos Estados-FPE	0,00	11.108.941,69	-11.108.941,69
Operações de Crédito	0,00	1.742.734,94	-1.742.734,94
FR 2.48.48-Operações de Crédito Externas-Tesouro/BIRD	0,00	1.742.734,94	-1.742.734,94
Total Poder Legislativo	23.661.873,77	64.780.976,48	-41.119.102,71
Poder Judiciário			
Fontes Diversas	552.930.827,35	596.325.851,03	-43.395.023,68
FR 1.00.00-Recursos Ordinários - FR 1.00.00	552.930.827,35	556.209.347,87	-3.278.520,52
FR 1.01.00 -Cota-Parte do Fundo de Participação Dos Estados-FPE	0,00	40.116.503,16	-40.116.503,16
Total poder Judiciário	552.930.827,35	596.325.851,03	-43.395.023,68
Poder executivo			
Fontes Diversas	1.829.248.752,57	1.096.009.852,94	733.238.899,63
FR 1.00.00-Recursos Ordinários	982.909.411,77	895.819.647,76	87.089.764,01
FR 1.00.02-Recursos Ordinários Para Projetos Prioritários	402.051.300,39	8.633,33	402.042.667,06
FR 1.00.03-Recursos Ordinários -CIPP	104.647.901,89	0,00	104.647.901,89
FR 1.00.04-Recursos Oriundos da Carteira de Crédito Rural/BEC (Previdência)	49.995.492,70	0,00	49.995.492,70
FR 1.01.00-Cota- Parte do Fundo de Participação Dos Estados-FPE	0,00	138.757.318,57	-138.757.318,57
FR 1.10.00-Recursos Provenientes do FECOP	96.850.240,07	7.247.354,18	89.602.885,89
FR 1.2.00-Alienação de Bens	58.877.220,84	591,60	58.876.629,24
FR 1.44.00-Indenização Pela Extração de Petróleo, Xisto e Gás	2.078.515,55	0,00	2.078.515,55
FR 2.07.00-Cota- Parte da Contribuição do Salário- Educação	4.596.680,86	3.943.451,73	653.229,13
FR 2.11.00-Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	33.996,87	0,00	33.996,87
FR 2.16.00-Medida Compensatória Ambiental	61.293.218,81	8.778.280,69	52.514.938,12
FR 2.50.00 e 2.51.00-Rec. Prov. do FUNDEB e Comp. da União aos Rec. do FUNDEB	51.505.858,95	31.362.907,67	20.142.951,28
FR 2.73.01-Transferências Diretas do FNDE-Alimentação Escolar	8.109.281,74	9.374.257,08	-1.264.975,34
FR 2.73.02-Transferências Diretas do FNDE- Transporte Escolar	271.676,66	313.262,28	-41.585,62
FR 2.76.00-Recursos Provenientes do FIT	6.027.955,47	404.148,05	5.623.807,42
Operações de Crédito	611.215.685,30	45.432.418,89	565.783.266,41
FR 2.46.43-Operações de Crédito Internas-BNDES-PEF	34,93	0,00	34,93
FR 2.46.45-Operações de Crédito Internas-Tesouro/ BNDES	3.099.780,30	2.472.167,60	627.612,70
FR 2.46.47-Operações de Crédito Internas-BNDES/Estados	11.823.233,63	0,00	11.823.233,63
FR 2.46.54-Operações de Crédito Internas-Tesouro/BB	338.126.101,77	0,00	338.126.101,77
FR 2.46.56-Operações de Crédito Internas-Tesouro/CEF	988.531,13	38.930,28	949.600,85
FR 2.48.40-Operações de Crédito Externas-Swap-Não Condicionada	283.620,10	0,00	283.620,10
FR 2.48.48-Operações de Crédito Externas -Tesouro	2.993.070,66	2.413.225,68	579.844,98
FR 2.48.57-Operações de Crédito Externas-Tesouro/KFW	65.020,30	0,00	65.020,30
FR 2.48.58-Operações de Crédito Externas-Tesouro/BIRD	1.164.780,04	2.390.967,12	-1.226.187,08
FR 2.48. 59-Operações de Crédito Externas-Tesouro/BID	226.985.057,44	21.804.982,21	205.180.075,23
FR 2.48.64-Operações de Crédito Externas/Tesouro/FIDA	1.403.533,95	5.028.335,61	-3.624.801,66
FR 2.48.65-Operações de Crédito Externas/Tesouro/CAF	20.356.569,46	10.837.836,86	9.518.732,60
FR 2.48.69-Operações de Crédito Externas/PforR	3.926.351,59	445.973,53	3.480.378,06
Convênios	524.423.464,60	20.276.688,92	504.146.775,68
FR 2.80.80-Convênios Com Órgãos Internacionais- Administração Direta	2.132,24	0,00	2.132,24
FR 2.82.82-Convênios Com Órgãos Federais- Administração Direta	518.732.824,05	20.070.540,11	498.662.283,94
FR 2.86.86-Convênios Com Órgãos Municipais- Administração Direta	5.688.508,31	206.148,81	5.482.359,50
Total Poder Executivo	2.964.887.902,47	1.161.718.960,75	1.803.168.941,72
Ministerio Público			0,00
Fontes Diversas	8.143.734,12	2.611.774,46	5.531.959,66
FR 1.00.00-Recursos Ordinários	8.143.734,12	1.948.005,45	6.195.728,67
FR 1.01.00-Cota-Parte do Fundo de Participação Dos Estados-FPE	0,00	663.769,01	-663.769,01
Convênios	53.005,13	0,00	53.005,13
- FR 2.88.88-Convênios Com Órgãos Privados-Administração Direta	53.005,13	0,00	53.005,13
Total Ministério Público	8.196.739,25	2.611.774,46	5.584.964,79
TOTAL	3.549.677.342,84	1.825.437.562,72	1.724.239.780,12

Fonte: SEFAZ/CECAD

Vale ressaltar que os déficits apresentados nas gestoras ocorrem por que a liberação dos recursos ocorrem no momento do pagamento, exceto o Ministério Público que recebe duodécimo. Parte dos superávits apresentados também serão utilizados para cobertura de obrigações da Administração Indireta devido a sistemática de liberação de recursos para pagamento mencionada.

Adicionalmente, evidencia-se também o cálculo do Superávit Financeiro da Administração Direta, considerando as contas contábeis de ativo e passivo financeiro.

TABELA 112
Demonstrativo do Superávit Financeiro da Administração Direta

(R\$1,00)

ATIVO	VALORES	PASSIVO	VALORES
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
1.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa	3.545.147.729,98	Passivo (Atributo F)	1.502.111.645,97
1.1.2.2.2 Créditos Tributários a Receber - Intra OFSS	136.520,26	6.2.2.1.3.01 - Crédito Empenhado a Liquidar	294.816.565,98
1.1.3.8.1.09 Numerários em Trânsito (F)	3.536.391,47	6.3.1.1-RP Não Processados a Liquidar	28.509.350,77
1.1.3.8.2.10 Arrecadação DAE a Recuperar (F)	856.701,13		
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO	3.549.677.342,84	TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO	1.825.437.562,72
SUPERÁVIT FINANCEIRO	1.724.239.780,12		

Fonte: SEFAZ/CECAD

A seguir demonstra-se o quociente de situação financeira, comparando-se o exercício de 2018 com o de 2017.

TABELA 113
Demonstrativo do Quociente da Situação Financeira da Administração Direta - 2017/2018

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	2018		2017	
Ativo financeiro	3.549.677.342,84	1,94	4.051.569.517,38	2,40
Passivo Financeiro	1.825.437.563,00		1.689.201.294,14	

Fonte: SEFAZ/CECAD

Em 2018, para cada R\$ 1,00 de compromissos e obrigações em curto prazo, existem R\$ 1,94 de disponibilidade financeira para a sua liquidação.

A Dívida Ativa são créditos a favor da Fazenda Pública que se encontram vencidos e não pagos e devem ser contabilmente discriminados dos demais. É parte integrante do Ativo Circulante e Não-Circulante e o seu registro contábil é realizado através dos dados do Demonstrativo “ Dívida Ativa Estadual”, fornecido pela Procuradoria Geral do Estado - PGE, em que se evidenciam as inscrições, as baixas, as atualizações, os cancelamentos e o saldo final em favor da Fazenda Pública, apresentando neste exercício um estoque de R\$ 12.511.063.172,65, composto de : R\$ 112.509.598,62 a curto prazo e R\$ 12.398.553.574,03 a longo prazo. Do estoque de curto prazo R\$ 101.887.853,59 é dívida ativa tributária e R\$ 10.621.745,03

são dívida ativa não tributária; no longo prazo, R\$ 12.120.764.756,32 constitui-se créditos de origem tributária e R\$ 277.788.817,71 de créditos não tributários.

Os créditos da Dívida Ativa são o objeto de atualização monetária, juros e multas, previstos em contratos ou em normativos legais, que são incorporados ao valor original inscrito. A atualização monetária deve ser lançada de acordo com o índice ou forma de cálculo pactuada ou legalmente incidente.

Conforme determina o art. 13 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, várias medidas foram implementadas no ano de 2018 na busca pela eficiência e celeridade na cobrança dos créditos tributários inscritos na Dívida Ativa.

Acerca das medidas de combate à evasão e sonegação, implantadas em 2018 tem-se a informar o seguinte:

I- Ajuizamento Eletrônico dos Débitos Tributários: testado com sucesso em dezembro/2017 e intensificado a partir de janeiro/2018, permitindo maior eficiência e celeridade ao ajuizamento das Execuções Fiscais;

II- Protesto Eletrônico de Débitos não Tributários do Interior: iniciado em abril/2018 e intensificado em setembro/2018;

III- Protesto Eletrônico de Débitos Tributários : iniciado em outubro/2018, o que permitiu de imediato elevar o número de protestos, que antes era feito de forma física, com ganhos em celeridade e em segurança na informação;

IV- Mutirão de Ajuizamento dos Débitos de Devedores do Interior: iniciado em junho/18 e concluído em agosto/18, através de parceria firmada entre a PRODAT/PGE e os CEXAT's/SEFAZ e que consistiu no ajuizamento das Execuções Fiscais na quase totalidade dos Municípios, por meio dos CEXAT's/SEFAZ. Para tanto foram visitados todos os CEXAT's levando as petições iniciais, todas distribuídas em blocos por Comarca.

Medidas a serem adotadas para 2019:

I- Melhoria do Sistema Portal da Dívida: a) com maior automação do procedimento, desde a inscrição até a distribuição automática para ajuizamento; B) integração com todos os sistemas internos; c) integração com sistemas externos, essenciais à atividade, especialmente VIPROC, JUCEC, DETRAN, dentre outros;

II-Massificação do Protesto Eletrônico: a idéia é intensificar a cobrança administrativa principalmente através do protesto eletrônico, tanto na capital como em todo interior;

III-CALL CENTER: realização de estudo de viabilidade da instalação de call center destinado a cobrança da Dívida Ativa;

IV- Criação de Mecanismos de Apuração Patrimonial;

V- Reedição do Mutirão de Ajuizamento dos Débitos de Devedores do Interior: novamente em parceria com os CEXAT's/SEFAZ.

A seguir demonstra-se a posição das ações ajuizadas para cobrança da Dívida Ativa.

TABELA 114

Demonstrativo das Ações Ajuizadas para Cobrança da Dívida Ativa

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	AJUIZAMENTOS	VALORES
1. Tributários	3.235	2.297.679.350,73
2. Não Tributários	1.653	46.863.008,23
TOTAL	4.888	2.344.542.358,96

Fonte: Procuradoria Geral do Estado - PGE

TABELA 115

**Demonstrativo da Evolução do Montante de Créditos Tributários Passíveis
de Cobrança Administrativa 2009 a 2018**

(R\$ 1,00)

EXERCÍCIO	QUANTIDADE	VALORES
2009	21.865	549.164.184,33
2010	35.958	872.935.752,65
2011	97.579	980.323.263,69
2012	141.487	482.881.280,61
2013	129.612	592.115.342,57
2014	129.074	856.658.040,76
2015	186.254	971.779.120,39
2016	252.289	1.098.499.733,36
2017	303.852	969.186.223,82
2018	676.116	1.591.686.162,40

Fonte: Procuradoria Geral do Estado - PGE

Conforme tabela anterior, do período de 2009 a 2018 ocorreu uma evolução do montante de créditos tributários passíveis de cobrança administrativa em 190% (não ajuizados).

4.1.3.1. Notas Explicativas do Balanço Patrimonial

BPDIR - 01- Detalhamento da Conta “ Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo”

TABELA 116

Demonstrativo de Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo da Administração Direta

(R\$ 1,00)

CÓDIGO	TÍTULO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
1.1.3.8	Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	980.450.847,05	1.169.121.934,44
1.1.3.8.1	Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Consolidação	979.594.145,92	1.169.091.352,99
1.1.3.8.1.05	Adiantamentos de Precatórios (P)	-34.145.630,09	122.469.212,91
1.1.3.8.1.09	Numerários em Trânsito (F)	3.536.391,47	413.105,24
1.1.3.8.1.30	Alienação Societárias a Receber (P)	8.977.216,65	0,00
1.1.3.8.1.34	Créditos a Receber - PROVIN/PDCI	892.228.377,40	929.355.693,21
1.1.3.8.1.34.01	Créditos a Receber - PROVIN (P)	892.228.377,40	929.355.693,21
1.1.3.8.1.36	Créditos a Receber - PROADE	108.997.330,52	116.852.881,66
1.1.3.8.1.36.01	Créditos a Receber - PROADE(P)	108.997.330,52	116.852.881,66
1.1.3.8.1.99	Outros Créditos a Receber	459,97	459,97
1.1.3.8.2	Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Intra OFSS	856.701,13	30.581,45
1.1.3.8.2.10	Arrecadação DAE a Recuperar (F)	856.701,13	30.581,45

Fonte: SEFAZ/CECAD

BPDIR - 02 - Detalhamento da Conta “ Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo”

A tabela a seguir evidencia a composição da conta “ Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo”.

TABELA 117

Demonstrativo de Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo da Administração Direta

(R\$ 1,00)

CÓDIGO	TÍTULO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
1.1.3.9	(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-843.444.806,38	-878.000.424,41
1.1.3.9.1	(-) Ajuste de Perdas de Demais Créd. e Val. a Curto Prazo - Consolidação	-843.444.806,38	-878.000.424,41
1.1.3.9.1.04	(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber - PROVIN/PDCI (P)	-735.755.998,31	-762.535.535,54
1.1.3.9.1.04.01	(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber - PROVIN (P)	-735.755.998,31	-762.535.535,54
1.1.3.9.1.05	(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber - PROADE (P)	-107.688.808,07	-115.464.888,87

Fonte: SEFAZ/CECAD

BPDIR - 03 - Detalhamento da Conta “Crédito a Longo Prazo”

A Tabela a seguir demonstra os subgrupos que compõem os créditos a longo prazo, permitindo que seja evidenciado o valor da Dívida Ativa e as demais contas analíticas desse grupo.

TABELA 118

Demonstrativo de Créditos a Longo Prazo da Administração Direta

(R\$ 1,00)

CÓDIGO	TÍTULO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
1.2.1.1	Créditos a Longo Prazo	12.418.125.414,48	9.842.618.345,21
1.2.1.1.1	Créditos a Longo Prazo - Consolidação	12.115.258.931,04	9.657.434.395,35
1.2.1.1.1.03	Dívida Ativa Tributária	12.120.764.756,32	9.659.190.065,14
1.2.1.1.1.03.01	Dívida Ativa - Créditos de IPVA Inscritos (P)	407.257.695,81	172.202.773,71
1.2.1.1.1.03.02	Dívida Ativa - Créditos de ITCD Inscritos (P)	157.569.941,83	57.400.924,57
1.2.1.1.1.03.03	Dívida Ativa - Créditos de ICMS Inscritos (P)	9.277.233.344,50	7.917.368.905,85
1.2.1.1.1.03.06	Dívida Ativa - Créditos de Multas e Obrigações Acessórias (P)	2.278.703.774,18	1.512.217.461,01
1.2.1.1.1.04	Dívida Ativa não Tributária - Clientes	277.788.817,71	237.521.067,17
1.2.1.1.1.04.04	Dívida Ativa - Não Tributária	277.788.817,71	237.521.067,17
1.2.1.1.1.05	Empréstimos e Financiamentos Concedidos	77.606.297,23	167.698.466,83
1.2.1.1.1.05.11	Empréstimos e Financiamentos - PROAPI (P)	77.606.297,23	167.698.466,83
1.2.1.1.1.99	(-) Ajustes de Perdas de Créditos a Longo Prazo	-360.900.940,22	-406.975.203,79
1.2.1.1.1.99.04	(-) Ajuste para Perdas de Dívida Ativa	-292.022.780,39	-258.917.838,99
1.2.1.1.1.99.05	(-) Ajuste para Perdas Créditos do PROAPI	-68.878.159,83	-148.057.364,80
1.2.1.1.2	Créditos a Longo Prazo - Intra OFSS	302.866.483,44	185.183.949,86
1.2.1.1.2.07	Créditos por Honra de Garantias	302.866.483,44	185.183.949,86

Fonte: SEFAZ/CECAD

Os valores relativos à Provisão de perdas que existem para o recebimento de créditos inscritos na Dívida Ativa do Estado, ou seja, aqueles que apresentam significativa probabilidade de não realização, são apurados considerando o critério do prazo prescricional. Assim, débitos que, por seus dados cadastrais, insinuam a consumação de prescrição, notadamente aqueles ainda não objeto de ajuizamento, serão contabilizados como perda provável.

A Procuradoria-Geral do Estado informou ainda que manterá permanente estudo com o objetivo de aprimorar a metodologia de apuração e a definição de novos critérios para a indicação da provisão de perdas.

BPDIR - 04 - Detalhamento da Conta “Valores Restituíveis”

A tabela a seguir evidencia a composição da conta “Valores Restituíveis”.

TABELA 119

Demonstrativo de Valores Restituíveis da Administração Direta

(R\$ 1,00)

CÓDIGO	TÍTULO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
2.1.8.8	Valores Restituíveis	1.276.444.253,36	1.137.384.465,98
2.1.8.8.1	Valores Restituíveis - Consolidação	1.276.443.402,95	1.137.383.615,57
2.1.8.8.1.01	Consignações	97.160.836,36	56.869.862,89
2.1.8.8.1.01.01	Consignações do Exercício	96.338.116,11	33.384.256,69
2.1.8.8.1.01.02	Consignações de Exercícios Anteriores	822.720,25	624.632,32
2.1.8.8.1.01.03	Consignações de Exercícios Anteriores - Legado SIC	0,00	22.860.973,88
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	552.380.599,01	508.087.015,39
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	24.574.113,62	25.273.798,91
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	599.369.831,51	542.707.182,36
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	2.970.264,57	4.457.783,29
2.1.8.8.1.99	Outros Valores Restituíveis	-12.242,12	-12.027,27
2.1.8.8.2	Valores Restituíveis - Intra OFSS	850,41	850,41
2.1.8.8.2.04	Depósitos Não Judiciais	850,41	850,41
2.1.8.8.2.10	Adiantamentos Tesouro (F)	0,00	0,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

BPDIR - 05 - Movimentação na Conta de Ajustes de Exercícios Anteriores

No exercício de 2018 foram registrados ajustes atribuídos a exercícios anteriores que aumentaram o saldo negativo desse grupo em R\$ -430.598.484,96 (o saldo passou de -284.805.331,16 em 2017 para R\$ -715.403.816,12 em 2018). A Tabela abaixo evidencia a composição dos ajustes efetuados.

TABELA 120

Demonstrativo de Ajustes de Exercícios Anteriores da Administração Direta

(R\$ 1,00)

Tipo de Ajuste no Patrimônio Líquido - 2018	Valor
Transferência do Saldo Inicial de Ajustes para Resultados Acumulados	11.035.785,87
Despesas de Exercícios Anteriores Liquidadas no Exercício	-144.110.450,70
Reavaliação e Demais Ajustes no Ativo	216.120.411,50
Depreciação de Exercícios Anteriores	-1.784.693,34
Amortização	-41.287,28
Precatórios de Pessoal	-2.142.912,95
Depósitos Judiciais de Terceiros	-515.055.677,17
Suprimento de Fundos	-350,00
Participações em Empresas	5.953.808,50
Material de Consumo a Incorporar	-111.540,00
Serviços de Consultoria a Incorporar	-0,01
Outras Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica a Incorporar	-461.579,38
TOTAL	-430.598.484,96

Fonte: SEFAZ/CECAD

BPDIR-06 - Divergência nos Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores

O somatório dos grupos “superávit ou déficit do exercício” e “superávits ou déficits de exercícios anteriores” de 2017 está divergindo em R\$ 11.035.785,87 do saldo de “superávits ou déficits de exercícios anteriores” em 2018, conforme observa-se na tabela abaixo.

Esta diferença se refere à transferência parcial de valor do saldo de Ajustes de Exercícios Anteriores do exercício de 2017 acumulados nesta conta e que foram transferidos para Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores.

TABELA 121

Demonstrativo dos Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores da Administração Direta

(R\$ 1,00)

I - Superávits ou Déficits do Exercício - 2017	3.051.755.046,19
II - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores - 2017	19.935.049.380,12
III - Total (I+II)	22.986.804.426,31
IV - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores - 2018	22.975.768.640,44
V - Diferença (IV - III)	11.035.785,87

Fonte: SEFAZ/CECAD

BPDIR - 07 - Composição do Passivo Financeiro

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP (STN, 2015), passivos são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidades saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços. Quando o passivo corresponde a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis, deve ser classificado como passivo circulante.

Ressalta-se que o conceito de passivo circulante difere do conceito de passivo financeiro da Lei nº 4.320/64, conforme observa-se no §3º do art. 105:

“ § 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos que independente de autorização orçamentária.”

Acrescenta-se ainda que o reconhecimento do Passivo Circulante se dá no momento da ocorrência do fato gerador, enquanto que o reconhecimento do Passivo Financeiro se dá no momento do empenho.

Dessa forma, o passivo financeiro foi calculado a partir dos fatos em que se verificou a realização de empenhos, correspondentes a: contas do passivo circulante com atributo F, contas de crédito empenhado a liquidar e dos restos a pagar não processados a liquidar, conforme evidencia-se na tabela a seguir:

TABELA 122
Demonstrativo da Composição do Passivo Financeiro da Administração Direta

	(R\$ 1,00)
PASSIVO (ATRIBUTO F)	1.502.111.645,97
(+) 6.2.2.1.3.01 - Crédito Empenhado a Liquidar	294.816.565,98
(+) 6.3.1.1 - RP Não Processados a Liquidar	28.509.350,77
(=) Passivo Financeiro	1.825.437.562,72

Fonte: SEFAZ/CECAD

São consideradas contas de passivo com atributo F: as obrigações dependentes de execução orçamentária que já foram empenhadas, liquidadas e não pagas e as entradas compensatórias no passivo financeiro, tais como cauções, depósitos e consignações.

4.1.3.2. DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL

Este capítulo do Balanço Geral do Estado busca trazer informações transparentes com a riqueza de detalhes de conceitos, informações, em gráficos e tabelas sobre a Dívida Pública estadual. Além disso, o Demonstrativo do Anexo 16, parte

integrante deste relatório, traz um resumo de cada contrato com as suas principais características, como saldo devedor, movimentações durante o ano, taxa de juros, prazos, moedas, etc.

A Lei nº 4.320/64, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, traz a seguinte definição em seu art. 98:

Dívida Fundada: compreende os compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou a financeiro de obras e serviços públicos.

Já a Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000, que estabeleceu normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, definiu em seu art. 29:

Dívida Pública Consolidada ou Fundada: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de Leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

Com o advento da Resolução do Senado Federal de nº 40/2001, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em atendimento ao disposto no art. 52, VI e IX, da Constituição Federal, definiu em seu art. 1º :

Dívida Pública Consolidada: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, assumidas em virtude de Leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses, dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos, e das operações de crédito, que, embora de prazo inferior a 12 (doze) meses, tenham constado como receitas no orçamento;

Dívida Pública Mobiliária: dívida pública representada por títulos emitidos pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios; e

Dívida Consolidada Líquida: dívida pública consolidada deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

Observa-se, que o conceito da LRF é mais abrangente que o art. 98 da Lei nº 4.320/64, inclusive considerando sinônimas as expressões dívida pública consolidada ou fundada. Num conceito mais restrito, pode ser definida como somatório das dívidas interna e externa de um Estado.

A principal diferenciação conceitual a respeito do déficit e dívida pública diz respeito a como estas variáveis se apresentam e como podem ser feitas temporalmente. Nesse sentido, o déficit público, dado como a diferença entre as despesas e as receitas orçamentárias do setor público, em determinado período de tempo, é uma variável de fluxo, enquanto a dívida pública, entendida como o montante dos débitos contraídos pelo setor público junto a outras entidades, públicas ou privadas, internas ou externas, é uma variável de estoque.

A dívida pública é um dos principais fundamentos de uma economia. Se usada adequadamente, pode significar uma alavanca para o desenvolvimento, um instrumento para o governo financiar seus gastos e investimentos. Quando descontrolada, acaba funcionando como um freio ao desenvolvimento, pela necessidade de geração contínua de grandes superávits primários, que comprometem a capacidade de gastos e de investimentos do governo em obras públicas e nas políticas sociais. Além disso, os juros elevados significam a drenagem de recursos de um setor da sociedade (empresas e indivíduos que pagam impostos) para outro setor (os credores da dívida), agravando o problema da concentração de renda no país. É importante que se destaque que a dívida pública permite ao governo financiar investimentos que geram externalidades positivas para a economia, uma vez que é possível transferir para gerações seguintes dispêndios com obras e programas que irão beneficiá-las, evitando-se que todo o custo recaia sobre a geração presente.

Níveis de endividamento elevados e insustentáveis, porém, podem ter influência deletéria, exigindo esforço fiscal significativo do governo, provocando efeitos contraproducentes sobre o nível de atividade.

Neste tocante, o Estado do Ceará apresenta uma situação destacada dentre os entes da federação em relação aos seu endividamento público, medido pela relação Dívida Consolidada Líquida sobre a Receita Corrente Líquida (DCL / RCL).

4.1.3.2.1. ESTOQUE DA DÍVIDA

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) encerrou o ano de 2018 em R\$ 10.962 milhões, um montante 34,57% maior que em 2017, quando registrou R\$ 8.146 milhões. Para a análise desse crescimento, deve-se levar em conta a variação da cotação da moeda do dólar norte-americano. A cotação do dólar fim de período do ano de 2017, R\$3,3080, para o ano de 2018, R\$3,8748, aumentou cerca de 17,10%, colaborando para o acréscimo no estoque, em virtude de, aproximadamente, 51,65% do estoque da dívida estar atrelado a essa moeda. Apenas referente à variação cambial do dólar, a dívida aumentou em cerca de R\$ 1.005 milhões.

Além do impacto do câmbio, outros fatores contribuíram para o crescimento do estoque da dívida. A partir do 1º quadrimestre de 2018, o saldo da dívida da Companhia de Habitação do Ceará - COHAB/CE, empresa estatal dependente, foi incluído no estoque da dívida do Estado, impactando diretamente o saldo em mais de R\$ 368 milhões.

Outro ponto de destaque refere-se à inclusão do saldo dos Depósitos Judiciais em que o Estado não é parte, conforme Lei Estadual nº 15.878/2015, na dívida consolidada do Estado, no montante de R\$ 596 milhões. Essa incorporação dos Depósitos Judiciais na dívida consolidada está fundamentada na 8ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais, aprovado pela Portaria nº 495/2017 da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

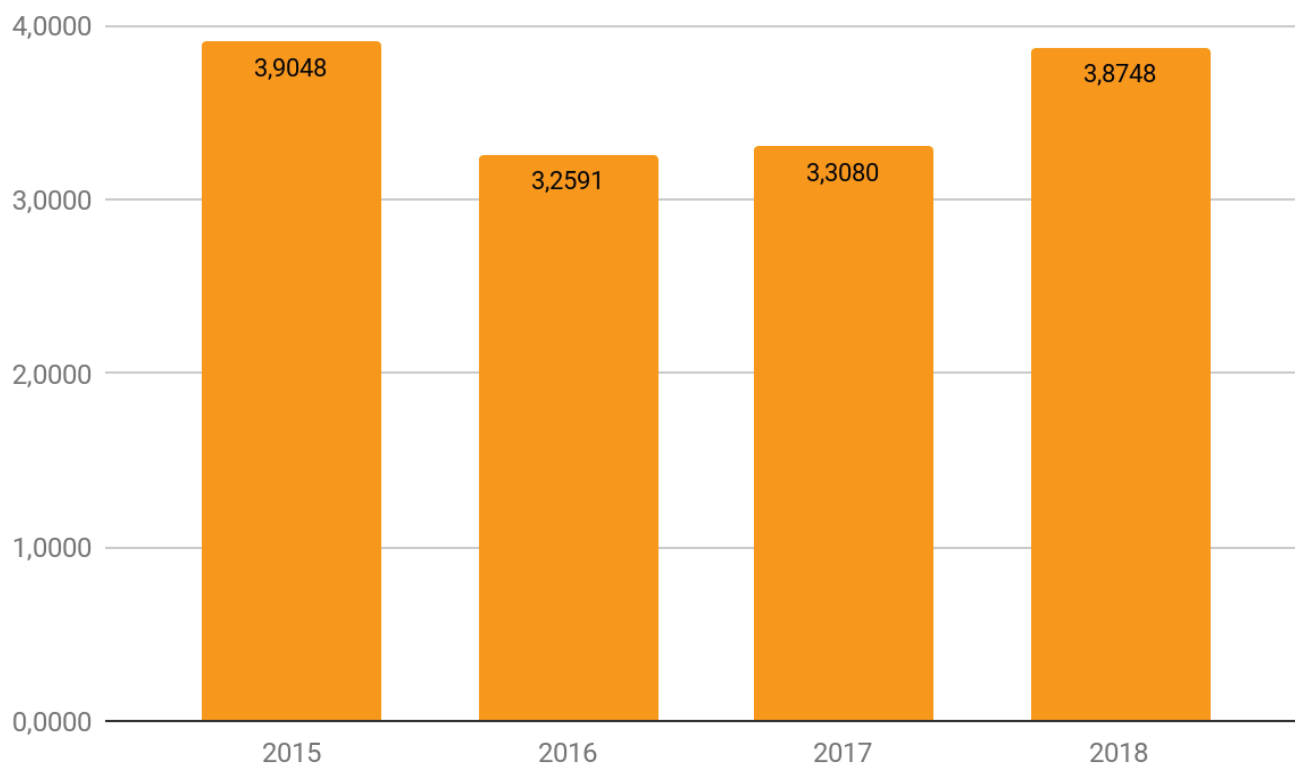
Observa-se que, apenas com a inclusão da dívida da COHAB/CE e do saldo dos Depósitos Judiciais, foi adicionado cerca de R\$ 964 milhões ao estoque da dívida no ano de 2018, visto que essa metodologia não tinha sido empregada no ano de 2017.

Mais um fator que contribuiu negativamente para o estoque da DCL foi a Disponibilidade de Caixa. Esta última é a responsável pela dedução da Dívida Consolidada para a formação da DCL, apresentada no Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do Relatório de Gestão Fiscal, obrigatório pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Verifica-se que a Disponibilidade de Caixa apresentou o montante de R\$ 2.903 milhões, no final do período de 2018, contra R\$ 3.674 milhões em 2017, colaborando desfavoravelmente na formação da DCL.

O Governo do Estado do Ceará tem adotado uma estratégia adequada e consistente na manutenção dos controles de seu endividamento, baseado em dois pilares: 1) no efetivo pagamento de juros e amortizações, sendo esta última superior aos juros; 2) no volume de liberações de operações de crédito abaixo do limite legal de 16% da RCL. Esses fatores contribuíram para uma manutenção da relação DCL / RCL ainda em patamares reduzidos, atingindo a relação aproximada de 0,57 em 2018, bem abaixo do limite de endividamento exigido pela LRF que é de 2,00 vezes a Receita Corrente Líquida, considerado o conceito de dívida consolidada líquida, da qual excluem os haveres financeiros conforme determina a Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal.

GRÁFICO XXIX
Evolução da Cotação do Dólar Fim de Período

(R\$ 1,00)



Fonte: SEFAZ/CEDIP

4.1.3.2.2. EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO DO ESTADO DO CEARÁ

A tabela adiante mostra a evolução do endividamento do Estado do Ceará a partir do ano de 2015 até 2018. Ao analisar referido período, observa-se, inicialmente, que a variação da dívida fundada de 2015 para 2016 teve uma redução de 5,35%, passando de R\$ 11.113 milhões para R\$10.519 milhões, mesmo contabilizando uma receita de operação de crédito de R\$ 1.110 milhões. Essa diminuição do estoque, 2015 para 2016, pode ser atribuída principalmente à queda na cotação do dólar, de R\$ 3,9048 em 2015 para R\$.3,2591 em 2016 e ao considerável montante amortizado de R\$ 843 milhões da dívida.

Quanto à variação ocorrida no estoque da dívida fundada no fim do período de 2016 para o fim de 2017, de R\$ 10.518 milhões para R\$ 11.820 milhões, aumento de 12,38%, atribui-se, principalmente, ao valor expressivo da receita de operações de crédito nesse último ano de R\$ 2.051 milhões.

A variação apresentada de 2017 para 2018 está explicada na escalada das moedas estrangeiras nesse último ano e na adoção de metodologia que incluiu a dívida da COHAB/CE e o saldo dos Depósitos Judiciais, que o Estado não é parte, no montante da dívida fundada estadual, conforme explicado na seção anterior.

Cabe ressaltar, ainda, que o Estado do Ceará passou a ser uma das unidades da federação que apresenta um dos maiores montantes gastos, em valores absolutos, com despesas de investimentos, em todo o Brasil, chegando a ostentar a maior relação, de todos os estados, quando dividimos o valor do investimento com a receita corrente líquida. E esses investimentos, além de demandar recursos próprios, provenientes do Tesouro Estadual, requer, também, recursos de terceiros, onde estão contemplados os recursos de operação de crédito, que inevitavelmente afetam o estoque da dívida.

Investimentos voltados a programas de inclusão social, de combate à pobreza, de construções ou reformas de rodovias, mobilização urbana e investimentos nas áreas de turismo, necessitam, em quase sua totalidade, de operações com credores externos, tendo como consequência a exposição do risco a moedas estrangeiras. Mesmo o Estado não possuindo o total de sua dívida lastreada em moedas do exterior, cerca de 51,65% do estoque está relacionado diretamente com o dólar, conforme já explicitado anteriormente.

TABELA 123

Demonstrativo da Composição da Dívida Fundada Estadual - 2015 a 2018

(R\$ 1.000)

ANO	DIV. INT. (A)	DIV. EXT. (B)	DIV. FUND. TOT. (C=A+B)	PIB (D)	RCL (E)	REL. DIV. TOT. / PIB (C/D)	REL. DIV. TOT. / RCL (C/E)
2015	5.586.067	5.526.975	11.113.042	130.629.849	15.176.440	8,5%	73,2%
2016	5.348.602	5.169.933	10.518.535	138.378.785	17.831.937	7,6%	59,0%
2017	6.020.572	5.799.654	11.820.226	145.124.979	17.779.472	8,1%	66,5%
2018	6.574.404	7.290.722	13.865.126	152.511.572	19.186.195	9,1%	72,3%

Fonte: SEFAZ/CEDIP

Nota 1: O PIB para os anos de 2017 e 2018 são projeções elaboradas pelo IPECE e IBGE e são passíveis de alterações quando forem divulgados os dados definitivos pelo IBGE.

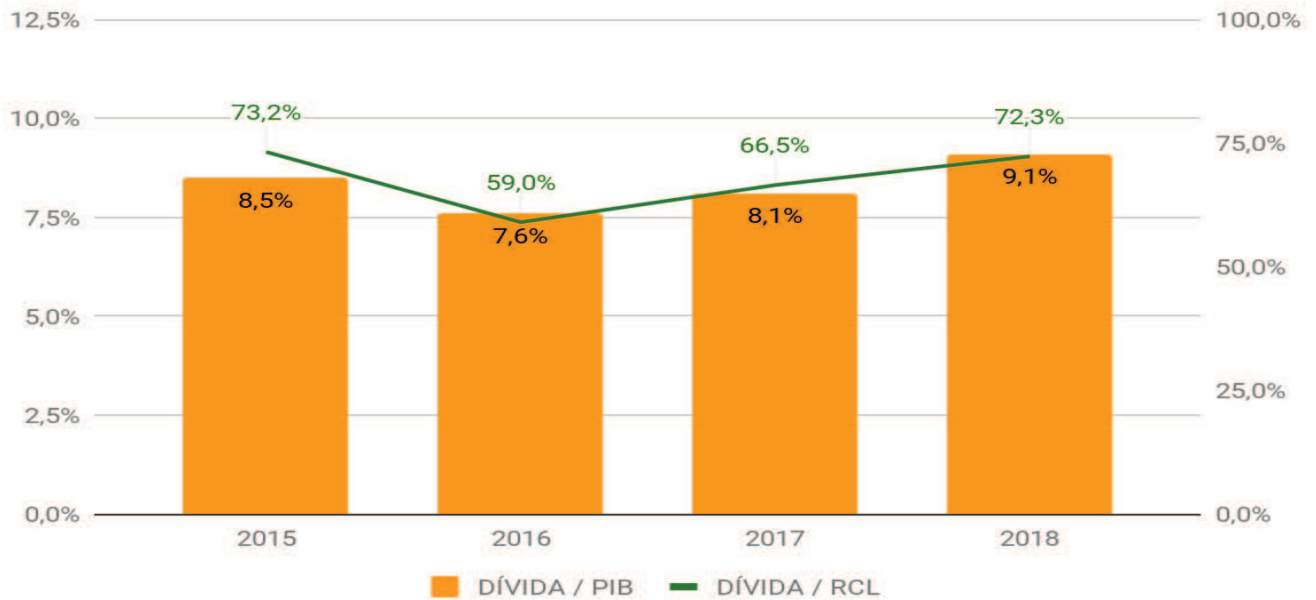
Nota 2: O valor da dívida fundada total inclui garantia interna da estatal dependente COHAB/CE, precatórios, depósitos judiciais e os parcelamentos previdenciários.

4.1.3.2.3. O ESTOQUE DA DÍVIDA PÚBLICA E A SUA RELAÇÃO COM O PIB E A RCL

Uma das formas de análise para medir o volume de endividamento do setor público é a relação Dívida Fundada / Produto Interno Bruto, que demonstra solvência fiscal, a qual no Estado do Ceará mostra um decréscimo de 2015 para 2016. Na tabela anterior Composição da Dívida Fundada Estadual e gráfico a seguir percebe-se que em 2015 esta relação era de 8,5%, diminuindo para 7,6% no exercício de 2016 e aumentando para 8,1% em 2017. No ano de 2018, essa relação alcança 9,1%, situação ainda confortável, em virtude do grande volume de investimentos que o Estado tem realizado nos últimos anos. Considerando a relação Dívida Fundada / RCL, em 2015, apresenta-se em 73,2%, reduzindo nos anos seguintes de 2016 e 2017, e voltando ao mesmo patamar em 2018 com 72,3%. A seguir estão apresentados gráficos e tabelas que evidenciam a Dívida Consolidada por Credor e por tipo de Moeda.

GRÁFICO XXX

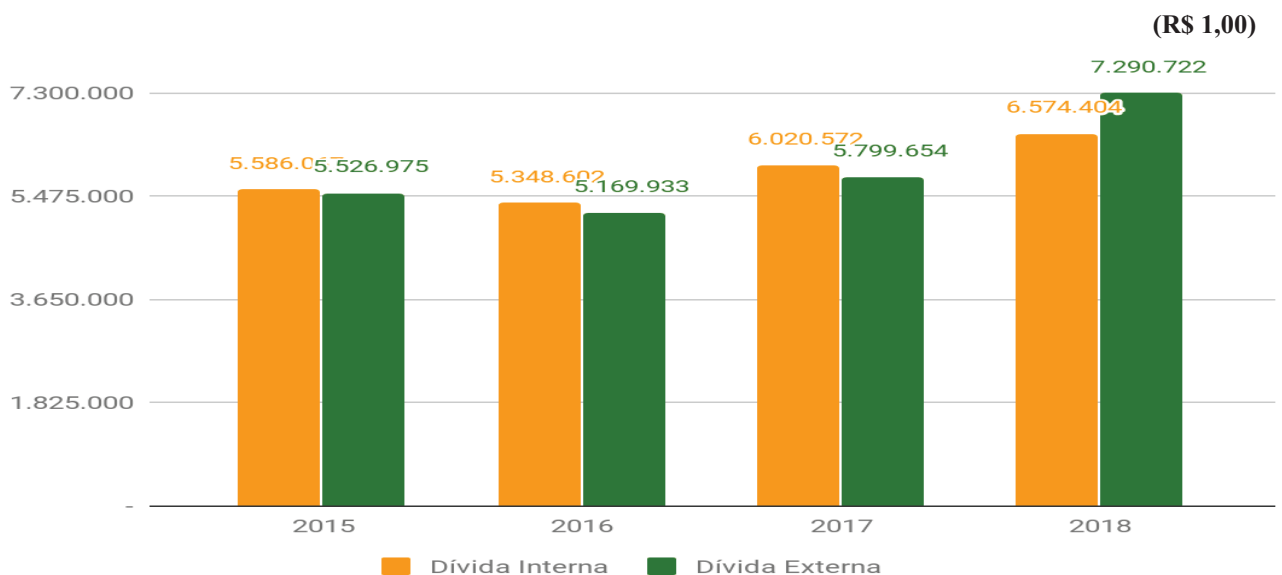
Evolução da Dívida Fundada em Relação ao PIB e RCL - 2015 a 2018



Fonte: SEFAZ/CEDIP

GRÁFICO XXXI

Composição da Dívida Fundada Estadual - 2015 a 2018



Fonte: SEFAZ/CEDIP

TABELA 124

Demonstrativo do Saldo Devedor da Dívida Fundada por Credor

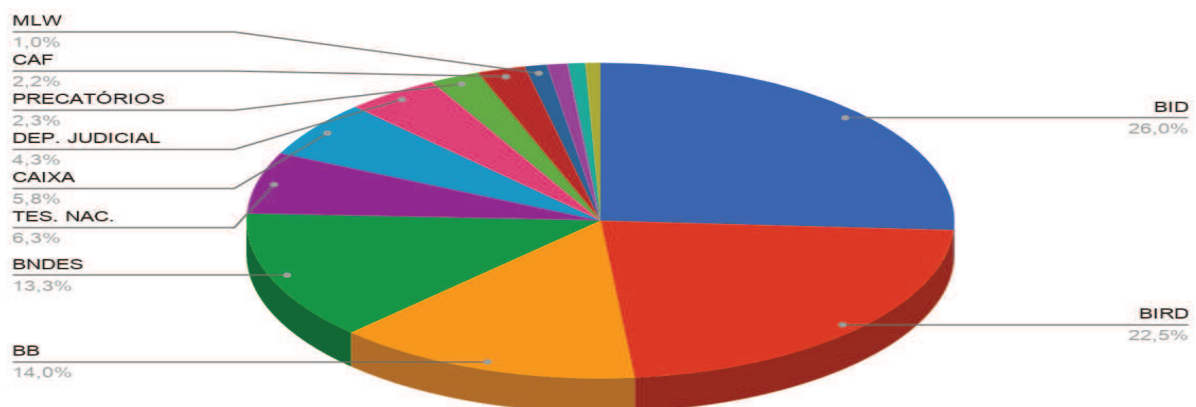
(R\$ 1.000,00)

CREDOR	PARTIC. %	VALOR
BID	25,95%	3.598.133
BIRD	22,51%	3.121.223
BB	13,98%	1.938.403
BNDDES	13,27%	1.839.404
TES. NAC.	6,32%	876.305
CAIXA	5,77%	800.003
DEP. JUDICIAL	4,30%	595.529
PRECATÓRIOS	2,26%	313.613
CAF	2,21%	306.621
MLW	0,99%	136.636
BNB	0,97%	134.717
FIDA	0,78%	108.596
OUTROS	0,69%	95.942
TOTAL	100,00%	13.865.126

Fonte: SEFAZ/CEDIP

GRÁFICO XXXII

Saldo Devedor da Dívida Fundada Por Credor



Fonte: SEFAZ/CEDIP

TABELA 125

Demonstrativo do Saldo Devedor da Dívida Fundada por Moeda

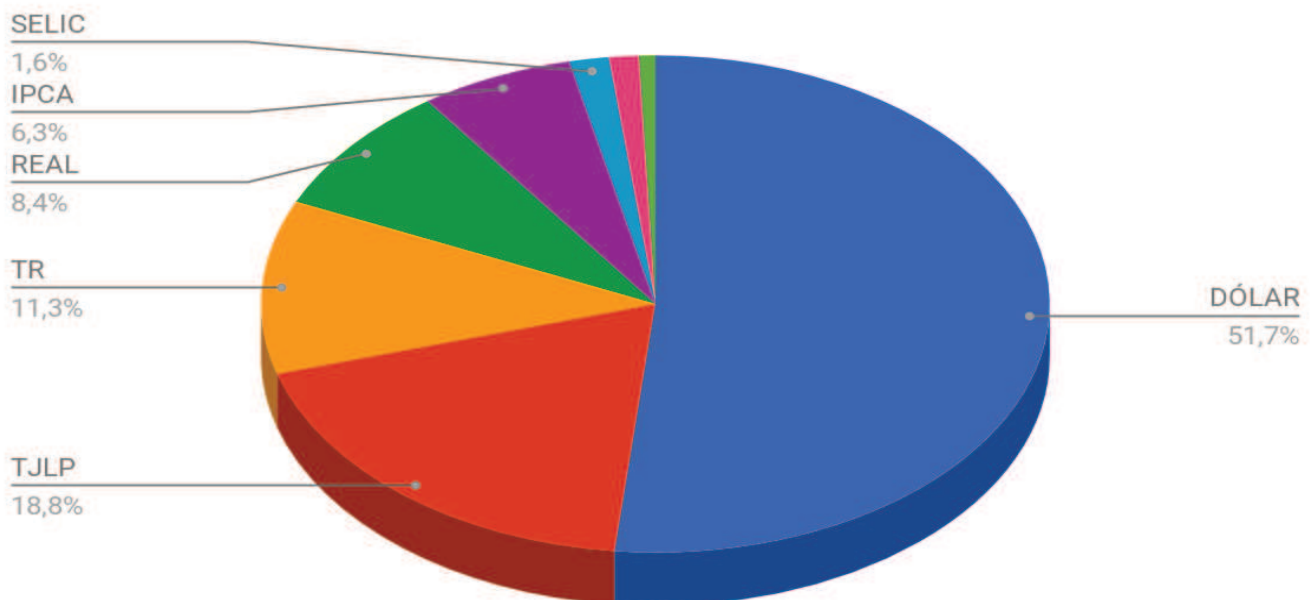
(R\$ 1.000)

MOEDA	% TOTAL	VALOR
DÓLAR	51,65%	7.160.694
TJLP	18,81%	2.607.513
TR	11,29%	1.564.872
REAL	8,44%	1.170.472
IPCA	6,30%	872.940
SELIC	1,61%	223.890
EURO	1,23%	171.106
OUTROS	0,67%	93.639
TOTAL GERAL	100,00%	13.865.126

Fonte: SEFAZ/CEDIP

GRÁFICO XXXIII

Dívida Pública do Estado do Ceará - Saldo Devedor Por Moeda



Fonte: SEFAZ/CEDIP

Precatórios

De acordo com o § 7º, do artigo 30, da Lei Complementar 101, de 04/05/2000, os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.

Em 2018, o saldo devedor dos precatórios foi de R\$ 313.613.186,17, que em comparação com o exercício anterior houve um decréscimo de 40,23%. Essa diminuição deve-se, principalmente às baixas, pagamentos, ocorridos durante o ano que totalizaram R\$ 294,1 milhões.

4.1.3.2.4. O SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA

A tabela seguinte mostra a trajetória do serviço da dívida. Os números evidenciam que os juros e outros encargos da dívida, no ano de 2018, somaram R\$ 563 milhões, representando 33,84% do serviço da dívida. Este valor comparado ao ano anterior demonstra um acréscimo de 24,51% em termos nominais

As amortizações em 2018 alcançaram R\$ 1.100 milhões (incluindo os precatórios), representando 66,16% do serviço da dívida, ficando praticamente na mesma grandeza do ano de 2017, que foi de R\$ 1.104 milhões. Neste montante de 2018, estão considerados os valores amortizados da dívida da COHAB/CE junto à União que são honradas pelo Tesouro Estadual.

O aumento das amortizações de 2017 em relação a 2016 deve-se, principalmente, ao início da incorporação do serviço da dívida da COHAB/CE no serviço total do Estado, do início da amortização da operação de crédito com o BNDES relativo à ampliação do Porto do Pecém e do montante pago de precatórios.

Já o aumento das amortizações de 2016 em relação a 2015 explica-se devido ao fim do prazo de carência de operações de crédito, como pode-se relacionar, nas operações internas, o CPAC MARANGUAPINHO e CPAC Programa Minha Casa Minha Vida, com a Caixa Econômica Federal; BNDES ESTADOS e Correia Transportadora do TSID - 2ª Etapa, com o BNDES; CPAC Programa Minha Casa Minha Vida, com o Banco do Brasil; e nas operações externas, o PRODETUR Nacional, com o BID.

TABELA 126

Demonstrativo da Evolução do Serviço da Dívida Pública Estadual

(R\$ 1.000)

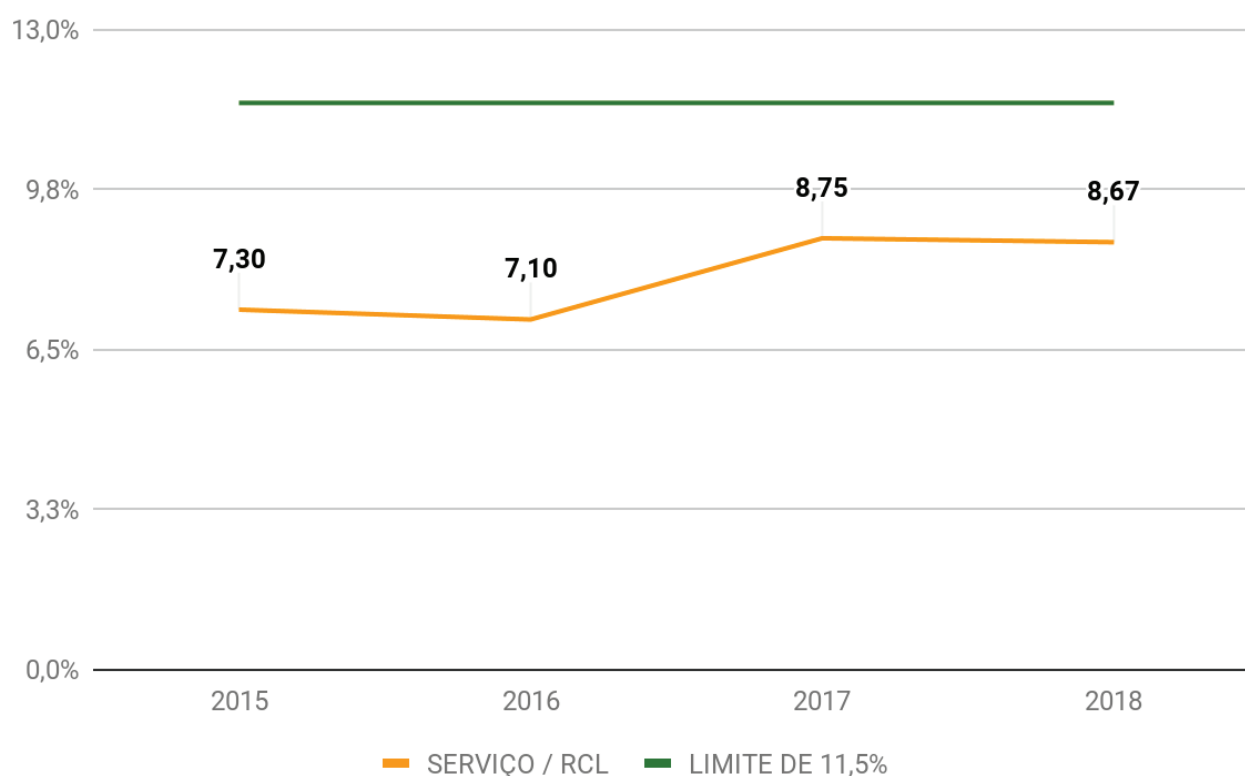
DISCRIMINAÇÃO	2015	2016	2017	2018
1. ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA	319.586	324.998	334.949	374.560
2. ENCARGOS DA DÍVIDA EXTERNA	62.021	97.636	117.149	188.347
3. AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	414.426	522.057	794.620	772.336
4. AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	306.083	320.665	309.436	328.161
5. TOTAL SERVIÇO DA DÍVIDA (1+2+3+4)	1.102.117	1.265.357	1.556.155	1.663.405

Fonte: SEFAZ/CEDIP

Nota: O serviço da dívida fundada total também inclui COHAB/CE (amortização: R\$ 100.115 mil e encargos: R\$ 17.568 mil), precatórios (amortização: R\$ 294.110 mil) e contempla o parcelamento com INSS e PASEP (amortização: R\$ 6.083 mil).

Em relação à capacidade de pagamento anual limitada a 11,5% da RCL, conforme Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, o Estado do Ceará cumpriu o limite para 2018 com 8,67%. Em 2017, o comprometimento foi de 8,75% em relação a RCL. Em termos absolutos, houve um crescimento do montante do serviço, do ano de 2017 para 2018, de aproximadamente R\$ 107 milhões. Entretanto o comprometimento do serviço da dívida com a RCL apresentou uma pequena redução em virtude do maior crescimento relativo da receita corrente líquida.

GRÁFICO XXXIV
Capacidade de Pagamento Anual da Dívida Pública-Limitada 11,5% da RCL
Período: 2015 a 2018



Fonte: SEFAZ/CEDIP

Esses dados reforçam ainda mais o compromisso do Estado com o equilíbrio das contas públicas. Entretanto, uma política fiscal que imponha um ritmo forte de redução da relação Dívida/PIB, para um estado carente e muito demandado pela sociedade

cearense, é fator limitante para um governo que tem como eixo estratégico a consecução de metas econômicas e sociais que levem à inclusão socioeconômica dos mais necessitados.

Com relação aos parcelamentos de dívidas do Estado referentes às contribuições do INSS e PASEP, foram registrados em 2018 os saldos de R\$ 21.753.819,39 e R\$ 52.966.204,57, respectivamente. Estão também reconhecidos como dívida consolidada os parcelamentos dos órgãos da administração indireta, cujos saldos em 31/12/2018 são: ISSEC/PASEP = R\$ 618.613,63; ADAGRI/PASEP = R\$ 423.310,80 e ESP/PASEP = R\$ 666.755,86.

4.1.3.2.5. Dos Limites da Dívida Pública e das Operações de Crédito

Em relação aos limites impostos pela LRF, em seu art.30, coube ao Senado Federal estabelecer os limites globais cumprindo o que estabelece a Constituição Federal. Para tanto, houve a publicação das seguintes Resoluções do Senado Federal, a de nº 40/2001, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e a de nº 43/2001, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Neste sentido apresentamos a seguir uma Tabela resumo desses limites:

TABELA 127

Demonstrativo dos Limites da Dívida Pública e das Operações de Crédito - 2018

(R\$ 1.000)

INDICADOR	LIMITE	META / LIMITE	REALIZADO	% (REALIZADO/ RCL)
Dívida Consolidada Líquida	Máximo de 200% da RCL	38.372.390	10.962.426	57,14%
Receita de Operação de Crédito	Máximo de 16% da RCL	3.069.791	908.065	4,73%
Serviço da Dívida Pública	Máximo de 11,5% da RCL	2.206.412	1.663.405	8,67%
RCL - Receita Corrente Líquida 2018			19.186.195	

Fonte: SEFAZ/CEDIP

Observa-se na tabela anterior que o Estado do Ceará vem cumprindo os limites estabelecidos com uma expressiva margem de segurança em relação aos limites máximos.

4.1.4. Demonstração das Variações Patrimoniais

Segundo o art. 104 da Lei nº 4.320/1964, “a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.”

A apuração do resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto das contas de Variação Patrimonial Aumentativa - VPA e Variação Patrimonial Diminutiva - VPD. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de

Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

TABELA 128
Demonstrativo da Síntese das Variações Patrimoniais da Administração Direta

(R\$ 1,00)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	45.156.192.879,17	42.742.425.034,27
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	16.582.585.476,23	15.811.201.442,19
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	464.889.591,30	37.498.143,79
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	2.473.925.295,40	3.009.554.517,12
Transferências e Delegações Recebidas	23.733.957.715,90	21.688.406.348,06
Valorização e Ganhos com Ativos	165.664.919,92	878.737.370,87
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.735.169.880,42	1.317.027.212,24
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	42.157.775.136,69	39.690.669.988,08
Pessoal e Encargos	7.406.361.899,99	6.542.958.045,61
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	16.348.173,61	16.527.876,85
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.964.369.945,07	1.891.280.084,76
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	2.928.739.398,83	3.379.030.602,06
Transferências e Delegações Concedidas	27.894.919.296,80	25.487.916.383,55
Desvalorização e Perda de Ativos	1.409.389.036,47	1.463.877.332,77
Tributárias	159.775.245,21	152.091.463,05
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	377.872.140,71	756.988.199,43
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	2.998.417.742,48	3.051.755.046,19

Fonte: SEFAZ/CECAD

O Demonstrativo das Variações Patrimoniais, do exercício de 2018, apresenta um total de variações patrimoniais aumentativas no valor de R\$ 45.156.192.879,17 e um total de variações patrimoniais diminutivas no valor de R\$ 42.157.775,136,69, portanto, o resultado patrimonial do exercício foi superavitário em R\$ 2.998.417.742,48.

4.1.4.1. Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais

DVPDIR-01 - Evidenciação Facultativa do Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas da DVP

O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, em sua 6ª edição, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 700, de 10 de dezembro de 2014, apresentou algumas alterações na estrutura das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. No que tange às alterações referente à Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP, o manual passou a considerar facultativo a evidenciação do Quadro de Variações Patrimoniais Qualitativas, um dos anexos da DVP, para fins de consolidação, a partir do exercício de 2015. Em vista disso, optou-se por não evidenciar mais

esse quadro complementar a partir do exercício de 2017, pois as informações que eram apresentadas sobre a execução de despesas e receitas orçamentárias que causam variações qualitativas no patrimônio do estado está disponível no Balanço Orçamentário - BO e seus quadros anexos. O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, em sua 7ª edição não trouxe mais o quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas.

DVPDIR-02 - Reavaliação, Depreciação, Amortização, Exaustão e Redução ao Valor Recuperável

Os procedimentos para registro da reavaliação, depreciação, amortização, exaustão e redução a valor recuperável do patrimônio público do estado do Ceará, tem como base legal o Decreto Nº 31.340, de 05 de novembro de 2013, NBCASP e MCASP. É importante destacar, que o Decreto Nº 32.515 de 22 de janeiro de 2018, alterou o art.38 do Decreto Nº 31.340, prorrogando o prazo máximo para o ajuste do valor contábil dos bens móveis e imóveis para junho de 2018.

Em vista disso, órgãos da Administração Pública Direta do Estado do Ceará e suas Autarquias e Fundações constituíram comissões específicas para realizar o levantamento de seus bens, e alguns já iniciaram os procedimentos de depreciação, amortização e exaustão nos exercícios de 2016, 2017 e 2018. Esse trabalho de adequação de valor dos ativos é complexo, demandando bastante tempo e recursos humanos, principalmente para os bens móveis adquiridos em exercícios anteriores a 2013. Com isso, o registro contábil de adequação dos valores desses bens na contabilidade está sendo realizado gradativamente, de acordo com as possibilidades de cada órgão.

A tabela a seguir apresenta os órgãos da Administração Direta que realizaram alguns desses procedimentos contábeis:

TABELA 129
Demonstrativo dos Órgãos com Procedimentos Contábeis de Reavaliação, Depreciação e Amortização da Administração Direta

TIPO DE ADMINISTRAÇÃO	UG	ÓRGÃO	PROCEDIMENTOS REALIZADOS		
Administração Direta	20001	TRIBUNAL DE CONTAS	Reavaliações de Bens Móveis		
			Depreciação de Bens Móveis		
			Depreciação de Bens Imóveis		
			Amortização		
	101031	POLICIA MILITAR DO CEARÁ	Reavaliações de Bens Móveis		
			Reavaliações de Bens Imóveis		
			101071	PERICIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ	Depreciação de Bens Móveis
					Reavaliações de Bens Imóveis
	150001	PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA	Depreciação de Bens Móveis		
			190001	SECRETARIA DA FAZENDA	Reavaliações de Bens Imóveis
	Depreciação de Bens Imóveis				
	Depreciação de Bens Móveis				
	Amortização				
	300001	CASA CIVIL	Reavaliações de Bens Imóveis		
			410001	CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO	Depreciação de Bens Imóveis
	Depreciação de Bens Móveis				
	Amortização				
	Reavaliações de Bens Imóveis				
	460001	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTAO	Reavaliações de Bens Móveis		
			Depreciação de Bens Imóveis		
Reavaliações de Bens Imóveis					
Reavaliações de Bens Móveis					
461031	ESCOLA DE GESTAO PUBLICA DO ESTADO DO CEARA	Reavaliações de Bens Imóveis			
		530001	CONTROLADORIA GERAL DA DISCIPLINA	Depreciação de Bens Imóveis	
570001	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE			Depreciação de Bens Imóveis	

Fonte: SEFAZ/CECAD

4.1.5. Demonstrativo da Dívida Flutuante

A Dívida Flutuante Pública consiste na dívida contraída pelo Estado, por um breve e determinado período de tempo, quer como administrador de terceiros, confiados à sua guarda, quer para atender às momentâneas necessidades de caixa.

Segundo a Lei nº 4.320/64, a dívida fluante compreende os restos a pagar, excluídos os serviços de dívida, os serviços de dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria.

Na Tabela abaixo evidencia-se o demonstrativo que detalha a composição da Dívida Flutuante.

TABELA 130
Demonstrativo da Dívida Flutuante da Administração Direta

(R\$ 1,00)

Título	Saldo Inicial	Inscrição	Baixa	Saldo Seguinte
Restos a Pagar Não Processados				
1º Exercício Anterior	326.967.887,60	0,00	296.622.934,81	30.344.952,79
2º Exercício Anterior	19.666.769,65	0,00	19.666.769,65	0,00
Deste Exercício	0,00	294.816.565,98	0,00	294.816.565,98
Subtotal	346.634.657,25	294.816.565,98	316.289.704,46	325.161.518,77
Restos a Pagar Processados				
1º Exercício Anterior	191.517.149,20	-21.720,53	184.327.184,09	7.168.244,58
2º Exercício Anterior	2.262.565,88	-1.840,78	2.260.725,10	0,00
Deste Exercício	0,00	205.976.957,26	0,00	205.976.957,26
Subtotal	193.779.715,08	205.953.395,95	186.587.909,19	213.145.201,84
Depósito de Diversas Origens	1.148.799.043,47	11.543.560.555,84	11.405.228.757,20	1.287.130.842,11
Subtotal	1.148.799.043,47	11.543.560.555,84	11.405.228.757,20	1.287.130.842,11
TOTAL:	1.689.213.415,80	12.044.330.517,77	11.908.106.370,85	1.825.437.562,72

Fonte: SEFAZ/CECAD

4.1.5.1. Notas Explicativas do Demonstrativo da Dívida Flutuante

DFDIR01 - Composição das Baixas de Restos a Pagar Processados e Não Processados Evidenciados na Dívida Flutuante da Administração Direta:

Nas colunas de Movimento do Exercício, os valores apresentados como baixa representam o somatório dos pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar. A tabela abaixo apresenta o detalhamento das Baixas de Restos a Pagar ocorridas em 2018 no Demonstrativo da Dívida Flutuante da Administração Direta:

TABELA 131

Demonstrativo das Baixas de Restos a Pagar não Processados da Dívida Flutuante da Administração Direta

(R\$ 1,00)

Restos a Pagar Não Processados (RPNP)	Saldo em 31/12/2018
Baixa por Pagamento (6.3.1.4)	284.463.538,94
Baixa por Cancelamento (6.3.1.9)	31.826.165,52
Somatório das Baixas de RPNP da Dívida Flutuante	316.289.704,46

Fonte: SEFAZ/CECAI

TABELA 132

Demonstrativo das Baixas de Restos a Pagar Processados da Dívida Flutuante da Administração Direta

(R\$ 1,00)

Restos a Pagar Processados (RPP)	Saldo em 31/12/2018
Baixa por Pagamento (6.3.2.2)	183.116.228,86
Baixa por Cancelamento (6.3.2.9)	3.471.680,33
Somatório das Baixas de RPP da Dívida Flutuante	186.587.909,19

Fonte: SEFAZ/CECAI

DFDIR02 - Composição da Linha Depósitos de Diversas Origens

Fez-se necessário efetuar ajuste nos saldos apresentados em todas as colunas dessa linha para inclusão de saldo das contas; 2.1.8.8.2.04.07 - Depósitos a Quem de Direito (F); 2.1.8.9.2.04 - Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar; 2.1.8.9.2.12 - Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Repassar; 2.1.8.9.2.42 - Arrecadação de Terceiros - DAE's Rejeitados e 2.1.8.9.1.36.01 - Valores em Trânsito Exigíveis . Essas contas, apesar de não estarem relacionadas no grupo 2.1.8.8.1 - Valores Restituíveis - Consolidação, possuem funcionamento contábil semelhante. Ou seja, representam depósitos recebidos, não decorrentes da execução orçamentária, que serão devolvidos em momento posterior. Desta forma, é preciso que os saldos dessas contas sejam adicionados ao grupo 2.1.8.8.1 para que se chegue ao valor de Depósitos de Diversas Origens apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante.

A tabela a seguir apresenta o saldo, em 31/12/2018, das contas listadas acima e que foram incluídas no saldo dos Depósitos de Diversas Origens apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante da Administração Direta:

TABELA 133
Demonstrativo das Obrigações Diversas a Serem Adicionadas aos Depósitos de Diversas Origens da Dívida Flutuante da Administração Direta

		(R\$ 1,00)
Conta	Descrição	Saldo em 31/12/2018
2.1.8.8.2.04.07	Depósitos para Quem de Direito (F)	850,41
2.1.8.9.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar	10.549.842,81
2.1.8.9.2.12	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Repassar	136.520,26
2.1.8.9.1.36.02	Receita a Classificar	225,68
	Ajuste 2: Obrigações diversas a serem adicionadas aos Depósitos de Diversas Origens	10.687.439,16

Fonte: SEFAZ/CECAD

Considerando o ajuste citado acima, a composição dos Depósitos de Diversas Origens é apresentada na tabela a seguir:

TABELA 134
Composição dos Depósitos de Diversas Origens do Demonstrativo da Dívida Flutuante da Administração Direta

		(R\$ 1,00)
Descrição		Saldo em 31/12/2018
Saldo do Grupo de Contas 2.1.8.8.1 - Valores Restituíveis		1.276.443.402,95
(+) Ajuste - Obrigações Diversas a Serem Adicionadas aos Depósitos de Diversas Origens		10.687.439,16
(=) Total dos Depósitos de Diversas Origens (DF)		1.287.130.842,11

Fonte: SEFAZ/CECAD

DFDIR-03 - Inscrição de Restos a Pagar Processados

Conforme já explicado nas Notas BODIR-03 e BFDIR-01, houve a necessidade de se fazer ajuste na inscrição de Restos a Pagar Processados em virtude de pagamentos registrados na Unidade Gestora elencadas na Tabela 97, relativos a restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e que, no momento da inscrição, não foram informadas retenções a pagar. Entretanto, ao efetuar os pagamentos em 2018, a UG informou que os restos inscritos na verdade se tratavam de retenções.

Como a partir do exercício de 2015 o S2GPR separa a inscrição de restos a pagar das consignações retidas a pagar (não considerando mais estas incluídas na inscrição dos restos a pagar), a UG precisa informar as retenções a pagar em cada processo antes de efetuar a inscrição dos restos a pagar, respeitando os princípios contábeis da oportunidade e competência. Quando esse procedimento não é adotado, sempre será necessário ajustar contabilmente a inscrição dos restos a pagar para subtrair dos valores inscritos o valor das consignações a pagar que não foram devidamente retidas.

No Demonstrativo da Dívida Flutuante da Administração Direta, foi inserido um ajuste negativo na inscrição de Restos a Pagar Processados, no valor de R\$ 23.561,31, já que este valor, conforme explicado acima, foi executado financeiramente em 2018 como consignações retidas e pagas. Esse ajuste foi necessário para que se pudesse expressar o valor da Dívida Flutuante evidenciada no Demonstrativo.

DFDIR04 - Divergência de Saldo Final de Inscrição de Restos a Pagar Processado em 2017 e Inicial de 2018

Existe uma diferença de R\$ 12.121,66 no valor na coluna “saldo para o exercício seguinte”, linha inscrição do exercício, restos a pagar processado, do demonstrativo da dívida flutuante” de 2017 e da coluna “Saldo do Exercício Anterior”, linha restos a pagar processado 1º exercício anterior, do demonstrativo da dívida flutuante de 2018. Tal diferença ocorreu por inconsistência na geração dos restos a pagar nas gestoras SEDUC, R\$ 11.413,31, e SDA, de R\$ 708,35. Referidas inconsistências foram corrigida por lançamento contábil em 2018.

4.1.6. Demonstração dos Fluxos de Caixa

De acordo com a 7ª Edição do MCASP, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) identificará:

- as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis e
- o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Esta Demonstração permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Pode ser analisada, também, mediante comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

TABELA 135

Resumo da Demonstração dos Fluxos de Caixa da Administração Direta

(R\$ 1,00)

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
INGRESSOS	45.980.502.767,89	41.354.553.618,58
- Receitas Derivadas e Originárias	13.741.209.544,27	12.599.959.899,04
-Transferências Recebidas	22.049.579.998,90	20.019.807.866,66
-Outros Ingressos Operacionais	10.189.713.224,72	8.734.785.852,88
DESEMBOLSOS	45.249.563.938,15	40.057.446.006,69
-Pessoal e Demais Despesas	9.868.147.627,60	8.916.382.141,16
-Juros e Encargos da Dívida	562.907.752,50	452.097.969,17
-Transferências Concedidas	24.766.676.077,78	22.527.307.492,87
-Outros Desembolsos Operacionais	10.051.832.480,27	8.161.658.403,49
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	730.938.829,74	1.297.107.611,89
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	534.268.706,08	447.585.465,12
-Alienação de Bens	14.348.150,00	4.890.259,44
-Transferência de Capital	372.722.568,71	442.036.682,86
-Outras Receitas de Capital	147.197.987,37	658.522,82
DESEMBOLSOS	1.868.899.644,41	1.519.251.026,72
-Aquisição de Ativo não Circulante	1.868.899.644,41	1.518.716.681,23
-Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0,00	534.345,49
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	-1.334.630.938,33	-1.071.665.561,60
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	908.064.839,15	2.051.078.860,99
-Operações de Crédito	908.064.839,15	2.051.078.860,99
DESEMBOLSOS	806.138.391,86	988.573.093,08
-Amortização/Refinanciamento da Dívida	806.138.391,86	988.573.093,08
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	101.926.447,29	1.062.505.767,91
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	-501.765.661,30	1.287.947.818,20
-Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	4.050.626.140,92	2.760.514.968,59
-Caixa e Equivalente de Caixa Final	3.545.147.729,98	4.050.626.140,92
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA DO PERÍODO	-505.478.410,94	1.290.111.172,33
CONCILIAÇÃO CONTÁBIL-FINANCEIRA (IV-V-VI)		
CONCILIAÇÃO CONTÁBIL-FINANCEIRA (IV-V-VI)	3.712.749,64	-2.163.354,13
-Saídas de Caixa a Regularizar (IV)	14.678.507,34	2.120.599,61
-Saídas de Caixa Regularizadas (V)	10.965.532,02	4.283.953,74
-Entradas de Caixa a Regularizar (VI)	225,68	0,00
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA AJUSTADO	-501.765.661,30	1.287.947.818,20

Fonte: SEFAZ/CECAD

O Demonstrativo de Fluxo de Caixa da Administração Direta, no exercício de 2018, evidenciou uma geração líquida negativa de caixa e equivalente de caixa de R\$ 501.765.661,30. O fluxo que mais contribuiu para este resultado negativo foi o das atividades de investimento que apresentou um resultado negativo de R\$ 1.334.630.938,33. Entretanto, as atividades operacionais e de financiamento geraram fluxos positivos, respectivamente de R\$ 730.938.829,74 e de R\$ 101.926.447,29.

Já a variação do Caixa e Equivalente de Caixa do Período foi negativa em R\$ 505.478.410,94. A diferença entre a geração líquida de caixa e a variação de caixa do período é explicada pelo campo “conciliação contábil-financeira”, detalhado a seguir pela nota explicativa DFCDIR-04.

4.1.6.1. Notas Explicativas da Demonstração dos Fluxos de Caixa

DFCDIR-01 - Ajuste de Inscrição de Restos a Pagar Processados para Ajustar os Desembolsos na DFC

O valor dos pagamentos na Demonstração do Fluxo de Caixa está totalizando R\$ 17.139.548.358,82, conforme verifica-se na Tabela abaixo. Esse valor diverge em R\$ 23.561,31 dos pagamentos orçamentários e de restos a pagar (somatório das contas contábeis 6.2.2.1.3.04, 6.3.1.4 e 6.3.2.2) que totalizam R\$ 17.139.524.797,51.

TABELA 136

Composição dos Pagamentos na Demonstração do Fluxo de Caixa da Administração Direta

(R\$ 1,00)

GRUPO	VALOR
Pessoal e Outras Despesas Correntes por Função	9.868.147.627,60
Juros e Encargos da Dívida	562.907.752,50
Transferências Intergovernamentais	3.543.928.613,81
Transferências a Intituições Privadas Sem Fins Lucrativos	467.108.632,84
Transferências a Intituições Privadas Com Fins Lucrativos	12.841.500,00
Transferências a Intituições Multigovernamentais	9.576.195,80
Aquisição de Ativo Não Circulante	1.868.899.644,41
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0,00
Amortização/Refinanciamento da Dívida	806.138.391,86
TOTAL	17.139.548.358,82

Fonte: SEFAZ/CECAD

Conforme já explicado na Nota BFDIR-01 - Inscrição de Restos a Pagar Processados, houve a necessidade de se fazer ajuste na inscrição de Restos a Pagar Processados em virtude de pagamentos registrados na gestoras evidenciadas na Tabela 97, relativos a restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e que, no momento da inscrição, não foram informadas retenções a pagar. Entretanto, ao efetuar os pagamentos em 2018, a UG informou que os restos inscritos na verdade se tratavam de retenções.

Como a partir do exercício de 2015 o S2GPR separa a inscrição de restos a pagar das consignações retidas a pagar (não considerando mais estas incluídas na inscrição dos restos a pagar), a UG precisa informar as retenções a pagar em cada processo antes de efetuar a inscrição dos restos a pagar, respeitando os princípios contábeis da oportunidade e competência. Quando esse procedimento não é adotado, sempre será necessário ajustar contabilmente a inscrição dos restos a pagar para subtrair dos valores inscritos o valor das consignações a pagar que não foram devidamente retidas.

No Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, esse procedimento contábil gerou um aumento de R\$ 23.561,31 no pagamento de Restos a Pagar Processados no exercício de 2018, uma vez que este não apresenta em sua composição a inscrição de Restos a Pagar. Nos demais demonstrativos (Balanço Financeiro e Demonstrativo da Dívida Flutuante), o ajuste foi efetuado na inscrição dos Restos a Pagar Processados, uma vez que tais demonstrativos possuem esse campo específico. Para consultar as

Notas Explicativas correlatas apresentadas no Balanço Financeiro e Demonstrativo da Dívida Flutuante, consultar, respectivamente, as Notas BFDIR-01 e DFDIR-03.

DFCDIR-02 - Ingressos e Devoluções de Valores Restituíveis

A tabela abaixo evidencia a composição dos “Ingressos de Valores Restituíveis”, calculada pelo movimento a crédito das seguintes contas contábeis.

TABELA 137
Demonstrativo dos Ingressos de Valores Restituíveis da Administração Direta

(R\$ 1,00)

CÓDIGO DA CONTA	TÍTULO DA CONTA	VALOR
2.1.8.8.1.01.03	Consignações de Exercícios Anteriores - Legado SIC	22.570.867,22
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	314.388.746,68
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	1.837.441,49
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	7.376.089.122,80
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	10.793.741,85
2.1.8.8.1.99.01	Outros Valores Restituíveis (F)	45.967,73
2.1.8.8.2.09	Cheque Salário - Antecipação	188.115.400,00
TOTAL		7.913.841.287,77

Fonte: SEFAZ/CECAD

A tabela a seguir evidencia a composição da Devolução de Valores Restituíveis, calculada pelo movimento a débito das seguintes contas contábeis:

TABELA 138
Demonstrativo da Devolução de Valores Restituíveis da Administração Direta

(R\$ 1,00)

CÓDIGO DA CONTA	TÍTULO DA CONTA	VALOR
2.1.8.8.1.01.03	Consignações de Exercícios Anteriores - Legado SIC	45.431.841,10
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	270.095.163,06
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	2.537.126,78
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	7.319.426.473,65
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	12.281.260,57
2.1.8.8.1.99.01	Outros Valores Restituíveis (F)	46.182,58
2.1.8.8.2.09	Cheque Salário - Antecipação	188.115.400,00
TOTAL		7.837.933.447,74

Fonte: SEFAZ/CECAD

DFCDIR-03 – Valores a Repassar e a Receber

Os “valores a repassar” constitui-se obrigação da Secretaria da Fazenda repassar os valores referentes à receita dos órgãos da Administração Indireta e Direta arrecadada via DAE pela Secretaria da Fazenda, os valores relativos à movimentações financeiras realizadas de forma inadequada e valores de pagamentos de outras fontes supridos pelo Tesouro.

Dessa forma evidencia-se nessa linha os movimentos (créditos menos débitos) das contas: 2.1.8.9.2.04, 2.1.8.9.2.12 e 2.1.8.9.2.42. A tabela abaixo evidencia a composição desse grupo.

TABELA 139
Demonstrativo dos Valores a Repassar da Administração Direta

(R\$ 1,00)

CÓDIGO DA CONTA	TÍTULO DA CONTA	VALOR
2.1.8.9.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar	-364.683,73
2.1.8.9.2.12	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Repassar	-363.169,51
2.1.8.9.2.42	Arrecadação de Terceiros - DAE's Rejeitados	-361,18
TOTAL		-728.214,42

Fonte: SEFAZ/CECAD

Na linha “valores a receber” evidencia-se os valores de créditos a receber oriundos das receitas dos órgãos da Administração Direta via DAE, arrecadados pela Secretaria da Fazenda, bem como os créditos a receber provenientes de movimentações financeiras realizadas indevidamente e de pagamentos de outras fontes supridos pelo Tesouro.

TABELA 140
Demonstrativos dos Valores a Receber da Administração Direta

(R\$ 1,00)

CÓDIGO DA CONTA	TÍTULO DA CONTA	VALOR
1.1.2.2.2.05	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Receber	-363.169,51
1.1.3.8.2.10	Arrecadação DAE a Recuperar (F)	826.119,68
TOTAL		462.950,17

Fonte: SEFAZ/CECAD

Assim, evidencia-se neste grupo os movimentos (débitos - créditos) das seguintes contas: 1.1.2.2.2.05 e 1.1.3.8.2.10. A tabela anterior evidencia os movimentos de cada uma das contas que compõem esta linha.

DFCDIR-04 - Conciliação Contábil-Financeira

O campo de Conciliação Contábil-Financeira destaca as entradas e saídas de caixa sem a correspondente execução orçamentária, onde na Administração Direta, houve lançamentos nas contas contábeis: 1.1.9.9.1.04, 1.1.9.9.1.98 e 1.1.3.8.1.09, para que a contabilidade estivesse compatível com a conciliação financeira.

Assim, estes lançamentos não se constituem como fluxos que geram entradas e saídas de caixa, e sim ajustes nas contas de caixa relativos à pendências de conciliação. Por esse motivo, tais movimentos apresentam-se fora dos fluxos operacional, de investimento e de financiamento, e estão inclusos após a variação de caixa e equivalente de caixa, ajustando esta variação.

Dessa forma, nas gestoras que procederam esses ajustes, a “Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa” será igual à “Variação do Caixa e Equivalente de Caixa Ajustada”. Esta se caracteriza pela soma da “Variação de Caixa e Equivalente de Caixa do Período” com a linha “Conciliação Contábil-Financeira”.

O cálculo da conciliação contábil-financeira, por sua vez, é feito da seguinte forma: soma-se as saídas de caixa a regularizar com as entradas de caixa regularizadas e diminui-se desse valor as saídas de caixa regularizadas e as entradas de caixa a regularizar.

TABELA 141
Demonstrativo das Saídas de Caixa a Regularizar da Administração Direta

(R\$ 1,00)

CÓDIGO DA CONTA	TÍTULO DA CONTA	VALOR
1.1.9.9.1.04	Sequestros Judiciais a Regularizar (P)	1.114.042,48
1.1.9.9.1.98	Outras VPD a Apropriar (P)	8.010.051,35
1.1.3.8.1.09	Numerários em Trânsito (F)	5.554.413,51
TOTAL		14.678.507,34

Fonte: SEFAZ/CECAD

Na linha de “Saídas de Caixa a Regularizar” observa-se as saídas de caixa em que não houve a respectiva execução orçamentária (empenho e liquidação) no exercício, tais como sequestros judiciais, devolução de saldos de convênios e outras despesas a regularizar, como tarifas bancárias debitadas em conta, como também anulação de receita de exercício anterior. Esta linha, na Administração Direta, é representada pelo movimento a débito das seguintes contas contábeis: 1.1.9.9.1.04, 1.1.9.9.1.98 e 1.1.3.8.1.09. A tabela acima demonstra a composição dos valores citados acima.

TABELA 142

Demonstrativo das Saídas de Caixa Regularizadas da Administração Direta

(R\$ 1,00)

CÓDIGO DA CONTA	TÍTULO DA CONTA	VALOR
1.1.9.9.1.04	Sequestros Judiciais a Regularizar (P)	536.386,90
1.1.9.9.1.98	Outras VPD a Apropriar (P)	7.998.017,84
1.1.3.8.1.09	Numerários em Trânsito (F)	2.431.127,28
TOTAL		10.965.532,02

Fonte: SEFAZ/CECAD

Já no grupo “Saídas de Caixa Regularizadas” registra-se as regularizações em 2018 referentes a sequestros judiciais, devolução de saldos de convênios e outras despesas que ficaram pendentes de regularização em 2017. Representando assim, na Administração Direta, o movimento a crédito das contas contábeis: 1.1.9.9.1.04, 1.1.9.9.1.98 e 1.1.3.8.1.09 conforme observa-se na Tabela acima.

Adicionalmente, nas “entradas de caixa a regularizar” evidenciam-se as entradas de valores nos extratos bancários que não foram identificados em conciliação bancária e são representadas pelo movimento a crédito da conta contábil 2.1.8.9.1.36.02 - Receitas a Classificar (F). Na Administração Direta, essa conta apresenta-se com montante de R\$ 225,68.

4.2. Balanços das Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes (EMATERCE, ETICE, COHAB e CODECE) e Fundos.

No exercício de 2018, a Administração Indireta apresentou seus resultados gerais por meio de balanços, demonstrativos e anexos de 12 Autarquias, 7 Fundações, 4 Empresas Estatais Dependentes e 30 Fundos.

No balanço estão evidenciadas as seguintes demonstrações:

- Orçamentárias, que esclarecem a execução do orçamento;
- Financeiras, que indicam os recebimentos e os pagamentos, orçamentários e extraorçamentários, bem como a posição das disponibilidades inicial e final do exercício;
- Patrimoniais, que evidenciam a composição do patrimônio da entidade sob o ponto de vista dos bens, direitos e compromissos com terceiros.

4.2.1. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário, em conformidade com a Lei nº 4.320/64, consiste na comparação entre as receitas previstas com as realizadas e entre as despesas fixadas com as executadas.

Dessa forma, esse demonstrativo apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica, origem e espécie, especificando as previsões inicial e atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando as dotações inicial e atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, liquidadas, pagas e o saldo da dotação (STN, MCASP 2017).

Adicionalmente acrescenta-se que o Balanço Orçamentário é composto por:

- a. Demonstrativo Principal;
- b. Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e
- c. Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Processados.

A seguir evidencia-se cada um desses demonstrativos.

TABELA 143

Demonstrativo da Síntese do Balanço Orçamentário da Administração Indireta (Conforme MCASP, 7ª edição)

(R\$ 1,00)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c=(b-a)
Receitas Correntes	3.824.893.735,00	4.110.695.479,13	4.001.387.458,76	-109.308.020,37
Receita Tributária	728.079.618,00	753.924.618,00	745.182.619,63	-8.741.998,37
Receita de Contribuições	1.827.849.676,00	2.048.769.676,00	1.923.363.405,06	-125.406.270,94
Receita Patrimonial	87.456.178,00	88.559.843,03	126.972.548,04	38.412.705,01
Receita Agropecuária	0,00	0,00	8.290,92	8.290,92
Receita de Serviços	108.536.266,00	127.950.413,35	109.894.593,31	-18.055.820,04
Transferências Correntes	868.514.011,00	886.329.502,06	857.076.079,65	-29.253.422,41
Outras Receitas Correntes	204.457.986,00	205.161.426,69	238.889.922,15	33.728.495,46
Receitas de Capital	166.493.359,00	183.441.514,34	41.828.982,63	-141.612.531,71
Alienação de Bens	0,00	0,00	146.609,01	146.609,01
Transferências de Capital	166.493.359,00	183.441.514,34	38.186.127,42	-145.255.386,92
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	3.496.246,20	3.496.246,20
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	3.991.387.094,00	4.294.136.993,47	4.043.216.441,39	-250.920.552,08
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III)= (I+II)	3.991.387.094,00	4.294.136.993,47	4.043.216.441,39	-250.920.552,08
DÉFICIT (IV)	5.929.203.417,00	6.731.361.885,70	5.764.469.456,54	-966.892.429,16
TOTAL (V)=(III+IV)	9.920.590.511,00	11.025.498.879,17	9.807.685.897,93	-1.217.812.981,24
SALDO DE EXERC. ANTERIORES				
(UTILIZ. PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Reabertura de Crédito Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INIC. (d)	DOTAÇÃO ATUAL (e)	DESP. EMPENHADAS (f)	DESP. LIQUIDADAS (g)	DESP. PAGAS (h)	SDO DOTAÇÃO i=(e-f)
Despesas Correntes	8.523.429.378,00	9.373.654.605,59	8.724.723.605,51	8.492.375.417,87	8.452.774.581,14	648.931.000,08
Pessoal e Encargos Sociais	5.070.549.754,00	5.191.006.459,52	4.827.532.039,69	4.827.297.105,26	4.811.150.842,82	363.474.419,83
Juros e Encargos da Dívida	5.000,00	1.764,59	0,00	0,00	0,00	1.764,59
Outras Despesas Correntes	3.452.874.624,00	4.182.646.381,48	3.897.191.565,82	3.665.078.312,61	3.641.623.738,32	285.454.815,66
Despesas de Capital	1.397.161.133,00	1.651.844.273,58	1.082.962.292,42	1.027.159.827,99	1.017.242.023,19	568.881.981,16
Investimentos	1.350.442.533,00	1.614.657.559,31	1.055.558.546,56	999.756.082,13	989.838.277,33	559.099.012,75
Inversões Financeiras	45.180.000,00	36.745.333,27	27.154.515,72	27.154.515,72	27.154.515,72	9.590.817,55
Amortização da Dívida	1.538.600,00	441.381,00	249.230,14	249.230,14	249.230,14	192.150,86
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	9.920.590.511,00	11.025.498.879,17	9.807.685.897,93	9.519.535.245,86	9.470.016.604,33	1.217.812.981,24
AMORT. DA DIV. REFINANC. (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C. REFINANC. (VIII=VI-VII)	9.920.590.511,00	11.025.498.879,17	9.807.685.897,93	9.519.535.245,86	9.470.016.604,33	1.217.812.981,24
SUPERÁVIT (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (X)=(VIII+IX)	9.920.590.511,00	11.025.498.879,17	9.807.685.897,93	9.519.535.245,86	9.470.016.604,33	1.217.812.981,24

Fonte: SEFAZ/CECAI

No demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Não Processados - Anexo 1 evidencia-se os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução (liquidação, pagamento e cancelamento). A tabela abaixo demonstra os valores obtidos na Administração Indireta.

TABELA 144

Demonstrativo da Execução de Restos a Pagar não Processados - Anexo 1 da Administração Indireta

(R\$ 1,00)

Restos a Pagar Não-Processados	Em Exerc. anteriores (a)	Em 31/12 do Exerc. anter. (b)	Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f)=(a+b-d-e)
Despesas Correntes	6.379.984,41	194.898.185,55	108.084,45	171.974.221,58	13.469.004,45	15.834.943,93
- Pessoal e Encargos Sociais	0,47	0,00	0,00	0,00	0,47	0,00
- Outras Despesas Correntes	6.379.983,94	194.898.185,55	108.084,45	171.974.221,58	13.469.003,98	15.834.943,93
Despesa De Capital	4.299.019,58	123.428.046,60	1.115.072,00	64.771.614,81	52.766.714,33	10.188.737,04
- Investimentos	4.299.019,58	123.428.046,60	1.115.072,00	64.771.614,81	52.766.714,33	10.188.737,04
TOTAL:	10.679.003,99	318.326.232,15	1.223.156,45	236.745.836,39	66.235.718,78	26.023.680,97

Fonte: SEFAZ/CECAI

Por sua vez, no demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Processados - Anexo 2 apresenta-se os restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução (liquidação, pagamento e cancelamento). A tabela abaixo evidencia os valores obtidos na Administração Indireta.

TABELA 145

Demonstrativo da Execução de Restos a Pagar Processados - Anexo 2 da Administração Indireta

(R\$ 1,00)

Restos a Pagar Processados	Em Exerc. anteriores (a)	Em 31/12 do Exerc. anter. (b)	Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
Despesas Correntes	452.591,69	25.443.730,26	0,00	24.276.870,05	421.037,36	1.198.414,54
- Pessoal e Encargos Sociais	43.344,02	13.377.777,53	0,00	13.369.321,32	43.344,02	8.456,21
- Outras Despesas Correntes	409.247,67	12.065.952,73	0,00	10.907.548,73	377.693,34	1.189.958,33
Despesas De Capital	0,00	1.299.028,23	0,00	1.299.028,23	0,00	0,00
- Investimentos	0,00	1.299.028,23	0,00	1.299.028,23	0,00	0,00
TOTAL:	452.591,69	26.742.758,49	0,00	25.575.898,28	421.037,36	1.198.414,54

Fonte: SEFAZ/CECAI

Na Tabela a seguir evidencia-se a receita orçada e realizada por Categoria Econômica, destacando o valor relativo à restituição de receita.

TABELA 146

Demonstrativo da Receita Orçada e Realizada por Categoria Econômica da Administração Indireta

(R\$ 1,00)

Categoria Econômica	Receita Orçada (a)	Receita Bruta Realizada (b)	Rest de Receitas (c)	Receita Líquida Realizada (d) = (b) - (c)
- Receita Corrente	4.110.695.479,13	4.026.577.251,17	25.189.792,41	4.001.387.458,76
- Receita Capital	183.441.514,34	41.876.874,43	47.891,80	41.828.982,63
TOTAL DA RECEITA	4.294.136.993,47	4.068.454.125,60	25.237.684,21	4.043.216.441,39

Fonte: SEFAZ/CECAI

Ressalta-se que o total da Receita e Despesa Orçamentária, constam as Receitas e Despesas Intraorçamentárias.

A Tabela seguinte apresenta o Balanço Orçamentário da Administração Indireta evidenciando as receitas segundo as categorias econômicas e as despesas por tipo de crédito.

TABELA 147

Demonstrativo da Síntese do Balanço Orçamentário da Administração Indireta (Conforme Lei nº 4.320/64)

(R\$ 1,00)

RECEITAS	PREVISÃO 2017	(A) EXECUÇÃO 2017	(B) PREVISÃO 2018	(C) ARRECADADO 2018	(C)-(B)	% (C)/(A)
Receitas Correntes	3.642.793.004,67	3.647.549.133,84	4.110.695.479,13	4.001.387.458,76	-109.308.020,37	9,70
Receitas de Capital	113.887.971,22	40.787.380,98	183.441.514,34	41.828.982,63	-141.612.531,71	2,55
SOMA	3.756.680.975,89	3.688.336.514,82	4.294.136.993,47	4.043.216.441,39	-250.920.552,08	9,62
Déficit	6.175.065.387,35	5.241.862.984,44	6.731.361.885,70	5.764.469.456,54	-966.892.429,16	9,97

DESPESAS	FIXAÇÃO 2017	(A) EXECUÇÃO 2017	(B) FIXAÇÃO 2018	(C) EXECUÇÃO 2018	(C)-(B)	% (C)/(A)
Créd. Ord. E Suplementares	9.913.832.585,46	8.930.199.499,26	11.014.749.751,49	8.724.723.605,51	-2.290.026.145,98	-2,30
Créditos Especiais	17.913.777,78	0,00	10.749.127,68	1.082.962.292,42	1.072.213.164,74	0,00
SOMA	9.931.746.363,24	8.930.199.499,26	11.025.498.879,17	9.807.685.897,93	-1.217.812.981,24	9,83
Déficit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	9.931.746.363,24	8.930.199.499,26	11.025.498.879,17	9.807.685.897,93	-1.217.812.981,24	9,83

Fonte: SEFAZ/CECAI

Comparando a previsão da receita com a fixação da despesa, evidencia-se um déficit de R\$ 6.731.361.885,70, devido às transferências do Tesouro, pois estas não são consideradas receitas orçamentárias. Este fato indica dependência dos órgãos da Administração Indireta das transferências do Tesouro Estadual.

Quando analisada a situação das entidades, separadamente, constata-se que o *deficit* orçamentário verificado na Administração Indireta, como um todo, foi consequência da situação *deficitária* registrada, principalmente no FUNDES, FUNAPREV, DER, FUNECE e PREVMILITAR.

Na tabela a seguir está evidenciada, de forma resumida, a situação das entidades com maiores *superávits e déficits*.

TABELA 148

Demonstrativo do Superávit/Déficit Orçamentário das Entidades da Administração Indireta

(R\$ 1,00)

ENTIDADE	SUPERÁVIT	PARTIC %	ENTIDADE	DÉFICIT	PARTIC%
PREVID	214.712.775,87	84,17	FUNDES	2.704.267.345,09	44,92
FASSEC	11.090.794,56	4,35	FUNAPREV	1.308.487.221,13	21,74
FPP	9.496.064,16	3,72	DER	582.155.160,77	9,67
FDAF	6.600.568,19	2,59	FUNECE	263.078.389,27	4,37
FAADEP	4.272.756,15	1,68	PREVMILITAR	246.378.975,13	4,09
OUTRAS ENTIDADES	8.906.112,65	3,49	OUTRAS ENTIDADES	915.181.436,73	15,20
TOTAL	255.079.071,58	100,00	TOTAL	6.019.548.528,12	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAI

4.2.1.1. Notas Explicativas do Balanço Orçamentário

BOIND-01 - Composição da Receita e Despesa Orçamentária:

A Previsão Inicial da Receita da Administração Indireta está evidenciada no Balanço Orçamentário pelo saldo da conta contábil 5.2.1.1 (Previsão Inicial da Receita). Já a previsão atualizada é demonstrada pelo seu valor líquido, representada pelo saldo da conta contábil 5.2.1.1 (Previsão Inicial da Receita), adicionada do saldo da conta 5.2.1.2.1 (Previsão Adicional da Receita) e reduzida do saldo da conta 5.2.1.2.9 (Anulação da Previsão da Receita). A Tabela abaixo apresenta a composição da Previsão Atualizada da Receita Orçamentária da Administração Indireta para o Exercício de 2018.

TABELA 149

Demonstrativo da Composição da Previsão Atualizada da Administração Indireta

(R\$1,00)

5.2.1.1 - Previsão Inicial	3.991.387.094,00
(+) 5.2.1.2.1 - Previsão Adicional da Receita	306.758.666,17
(-) 5.2.1.2.9 - Anulação da Previsão da Receita	4.008.766,70
5.2.1 - (=) Previsão Atualizada	4.294.136.993,47

Fonte: SEFAZ/CECAI

O valor das receitas realizadas da Administração Indireta também evidencia o valor líquido da arrecadação e é obtido pela diferença entre os saldos das contas contábeis 6.2.1.2 (Receitas Realizada) e 6.2.1.3 (Deduções da Receita Orçamentária). A Tabela abaixo apresenta a composição da Receita Orçamentária Realizada da Administração Indireta no exercício de 2018.

TABELA 150

Demonstrativo da Composição da Receita Realizada da Administração Indireta

(R\$1,00)

6.2.1.2 – Receita Realizada	4.068.454.125,60
6.2.1.3 – Deduções da Receita Orçamentária	-25.237.684,21
(=) Receita Líquida Realizada (apresentada no Balanço Orçamentário)	4.043.216.441,39

Fonte: SEFAZ/CECAI

A Dotação Inicial da Administração Indireta é obtida pelo saldo da conta contábil 5.2.2.1.1 (Dotação Inicial). Já a dotação atualizada é evidenciada pelo valor de dotação inicial mais os créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício, deduzidas as anulações/ cancelamentos correspondentes. Dessa forma, é evidenciada pelo somatório das contas: 5.2.2.1.1 (Dotação Inicial) e 5.2.2.1.2 (Dotação Adicional por tipo de Crédito), subtraída da conta contábil 5.2.2.1.9 (Cancelamento/Remanejamento de Dotação). A Tabela abaixo detalha a composição da dotação atualizada da Administração Indireta para o Exercício de 2018:

TABELA 151

Demonstrativo da Composição da Dotação Atualizada da Administração Indireta

(R\$ 1,00)

5.2.2.1.1 - Dotação Inicial	9.920.590.511,00
(+) 5.2.2.1.2 - Dotação Adicional por Tipo de Crédito	2.958.131.725,18
(-) 5.2.2.1.9 - Cancelamento/Remanejamento de Dotação	-1.853.223.357,01
(=) Dotação Atualizada	11.025.498.879,17

Fonte: SEFAZ/CECAI

A tabela que segue demonstra a previsão e execução da despesa por tipo de crédito, na Administração Indireta.

TABELA 152

Demonstrativo da Fixação e Execução da Despesa por Tipo de Crédito da Administração Indireta

(R\$1,00)

Tipo de Crédito	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenho	Liquidação	Pagamento
Ordinário e Suplementar	9.920.590.511,00	11.014.749.751,49	9.797.685.897,93	9.519.535.245,86	9.470.016.604,33
Especial	0,00	10.749.127,68	10.000.000,00	0,00	0,00
Extraordinário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	9.920.590.511,00	11.025.498.879,17	9.807.685.897,93	9.519.535.245,86	9.470.016.604,33

Fonte: SEFAZ/CECAI

BOIND-02 - Tratamento dado aos Restos a Pagar Não Processados Liquidados no Demonstrativo da Administração Indireta

Em virtude da sistemática adotada pelo estado do Ceará para tratamento dos Restos a Pagar não Processados que foram liquidados em exercícios anteriores, não houve a transferência dos Restos a Pagar não Processados liquidados em 2017 para o saldo inicial dos Restos a Pagar Processados em 2018. Portanto, o saldo inicial dos Restos a Pagar não Processados liquidados em exercícios anteriores compõe o Quadro da Execução de Restos a Pagar não Processados, conforme cálculo é evidenciado na tabela abaixo:

TABELA 153
Demonstrativo do Cálculo do Saldo Inicial dos Restos a Pagar não Processados Inscritos em Exercícios Anteriores da Administração Indireta

(R\$ 1,00)

Conta Contábil (Saldo Inicial)	Valor
6.3.1.1.0.02 - RP Não Processados a Liquidar - 2º Exercício	10.646.665,91
(+) 6.3.1.3.0.02 - RP Não Processados Liquidados a Pagar - 2º Exercício	33.593,89
(=) Total dos Restos a Pagar Não Processados de Exercícios Anteriores	10.680.259,80
Valor constante no Saldo Inicial de Exercícios Anteriores dos RPNP - Anexo I	10.680.259,80

Fonte: SEFAZ/CECAI

A diferença de R\$ 1.255,81 corresponde a restos a pagar não processado liquidado a pagar, liquidado como restos a pagar, que foi pago como consignação em 2018 na gestora FERMOJU.

BOIND-03 - Saldo para o Exercício Seguinte dos Restos a Pagar Processados apresentado no Anexo II do Balanço Orçamentário da Administração Indireta

O valor do saldo dos Restos a Pagar Processados de 2017 a serem quitados no exercício seguinte (em 2019), de R\$ 1.198.414,54, apresentado no Anexo II do Balanço Orçamentário, Quadro Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores da Administração Indireta, difere do valor apresentado na Dívida Flutuante da Administração Indireta em R\$ 4.326,25 (o valor registrado no Demonstrativo da Dívida Flutuante é de R\$ 1.194.088,29). A diferença acima apontada é representada por pagamentos registrados nas Unidades Gestoras 211101 - Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará (ADAGRI) e 240101 - Fundo Estadual de Saúde (FUNDES), relativos a restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e que, no momento da inscrição, não foram informadas retenções a pagar. Entretanto, ao efetuar os pagamentos em 2018, as UG's informaram que os restos inscritos na verdade se tratavam de retenções.

Como a partir do exercício de 2015 o S2GPR separa a inscrição de restos a pagar das consignações retidas a pagar (não considerando mais estas incluídas na inscrição dos restos a pagar), a UG precisa informar as retenções a pagar em cada processo antes de efetuar a inscrição dos restos a pagar, respeitando os princípios contábeis da oportunidade e competência.

Quando esse procedimento não é adotado, sempre será necessário ajustar contabilmente a inscrição dos restos a pagar para subtrair dos valores inscritos o valor das consignações a pagar que não foram devidamente retidas.

É possível apresentar adequadamente o ajuste contábil mencionado acima no Demonstrativo da Dívida Flutuante, uma vez que há campo para evidenciar os ajustes das inscrições de restos a pagar no movimento do exercício. O mesmo não pode ser feito nos Anexos I e II do Balanço Orçamentário, uma vez que não é possível alterar o saldo inicial dos restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e os ajustes de inscrição acima citados não são capturados pelo *layout* dos anexos, que somente consolidam os movimentos do exercício (liquidações, pagamentos e/ou cancelamentos).

4.2.2. Balanço Financeiro

Segundo a Lei nº 4.320/64, o Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentária bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte:

A estrutura desta demonstração contempla os ingressos e dispêndios em destinação ordinária e vinculada, ou seja, a receita e a despesa orçamentárias realizadas e executadas por destinação de recursos (destinação vinculada ou destinação ordinária). O detalhamento das vinculações foi feito de acordo com as características específicas do Estado. Seguem as seguintes definições:

- Destinação Ordinária - É o processo de alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.
- Destinação Vinculada - É o processo de vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela legislação.

Acrescenta-se ainda que a receita orçamentária é apresentada pelos seus valores líquidos, excluindo os valores referentes às deduções e restituições de receitas.

Foram classificadas como ordinárias as receitas orçamentárias de Fonte 1.00.00 (Recursos Ordinários), Fonte 2.29.00 (Recursos Arrecadados da Venda de Selos de Autenticidade), e Fonte 2.70.00 (Recursos Diretamente Arrecadados). As demais fontes constam no balanço como vinculadas.

A demonstração de forma resumida do Balanço Financeiro da Administração Indireta está apresentada na tabela a seguir:

TABELA 154

Demonstrativo da Síntese do Balanço Financeiro da administração Indireta

(R\$ 1,00)

INGRESSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ESPECIFICAÇÃO		
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	4.043.216.441,39	3.688.336.514,82
Ordinária	1.102.654.207,92	1.044.353.591,67
Vinculada	2.940.562.233,47	2.643.982.923,15
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	6.135.733.375,24	5.832.949.522,06
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	1.941.463.587,48	1.804.548.506,23
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.438.961.827,24	1.005.610.988,83
TOTAL	13.559.375.231,35	12.331.445.531,94
DISPÊNDIOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ESPECIFICAÇÃO		
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	9.807.685.897,93	8.930.199.499,26
Ordinária	6.476.368.769,56	5.867.584.241,26
Vinculada	3.331.317.128,37	3.062.615.258,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	379.006.085,05	366.811.591,67
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	1.851.419.051,87	1.595.472.613,77
SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	1.521.264.196,50	1.438.961.827,24
TOTAL	13.559.375.231,35	12.331.445.531,94

Fonte: SEFAZ/CECAI

Nos grupos de Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas, encontra-se a movimentação relacionada a todas as transferências financeiras intra-orçamentárias realizadas pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual para a execução de pagamentos de natureza orçamentária ou extraorçamentária. Em ambos os grupos, consta a discriminação dos valores repassados e recebidos para pagamento de despesas orçamentárias e extra-orçamentárias.

Os restos a pagar registrados como Receita Extraorçamentária são os inscritos neste exercício e são assim contabilizados para compensar a inclusão na coluna de dispêndios, da despesa orçamentária pelo valor empenhado. Os Restos a Pagar constantes na coluna Despesa correspondem àqueles pagos neste exercício, mas que pertencem a exercícios anteriores.

Na receita de Depósitos de Diversas Origens, merecem destaque as consignações da folha de pagamento, cauções e garantias diversas e os depósitos para quem de direito.

As entidades que mais contribuíram para a composição desta conta estão demonstradas na tabela seguinte:

TABELA 155

Demonstrativo dos Depósitos de Diversas Origens por Órgão da Administração Indireta

(R\$ 1,00)

ENTIDADE	RECEITA	PARTIC%	DESPESA	PARTIC %
FUNAPREV	701.092.622,14	41,15	683.485.848,89	40,47
DETRAN	267.283.876,84	15,69	265.925.956,81	15,75
FUNDES	231.636.547,28	13,60	222.606.541,11	13,18
PREVMILITAR	149.935.439,08	8,80	135.996.661,30	8,05
FUNECE	68.809.361,33	4,04	67.546.684,24	4,00
SUBTOTAL	1.418.757.846,67	83,27	1.375.561.692,35	81,45
OUTRAS ENTIDADES	284.977.870,61	16,73	313.320.643,27	18,55
TOTAL	1.703.735.717,28	100,00	1.688.882.335,62	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAI

O Grupo Caixa e Equivalentes de Caixa constante tanto no saldo em espécie do exercício anterior quanto no saldo em espécie para o exercício seguinte corresponde ao agrupamento de contas 1.1.1.1, cujos principais grupos são: Recursos de Arrecadação Própria e Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata.

O resultado financeiro do exercício corresponde à diferença entre o somatório dos ingressos e dos dispêndios orçamentários com os extraorçamentários. Se os ingressos forem maiores que os dispêndios, ocorrerá um superávit; caso contrário, ocorrerá um déficit. Observa-se portanto que a Administração Indireta apresentou um superávit de R\$ 82.302.369,26 no exercício de 2018.

No grupo Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte, a conta Caixa e Equivalentes de Caixa registrou saldo de R\$ 1.509.599.227,69 e Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados R\$ 11.664.968,81. A tabela abaixo apresenta as entidades responsáveis pelos maiores saldos neste grupo.

TABELA 156

Demonstrativo da Disponibilidade para o exercício seguinte da Administração Indireta

(R\$ 1,00)

ENTIDADE	VALOR	PARTIC. %
PREVID	565.244.747,98	37,16
FUNDES	172.069.397,04	11,31
DETRAN	162.703.887,27	10,70
FPP	124.643.147,06	10,70
FUNPEN	63.134.235,33	4,15
SUBTOTAL	1.087.795.414,68	71,51
OUTRAS ENTIDADES	433.468.781,82	28,49
TOTAL	1.521.264.196,50	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAI

4.2.2.1. Notas Explicativas do Balanço Financeiro

BFIND-01 - Inscrição de Restos a Pagar Processados

O registro alusivo à inscrição dos Restos a Pagar Processados do exercício 2018, apresentado no Balanço Financeiro da Administração Indireta, corresponde a R\$ 49.514.315,28. O valor inscrito em Restos a Pagar Processados, apurado e evidenciado no Balanço Orçamentário pela diferença entre as Despesas Liquidada (R\$ 9.519.535.245,86) e a Paga (R\$ 9.470.016.604,33), totaliza R\$ 49.518.641,53. Observa-se, portanto, uma diferença de R\$ 4.326,25.

Conforme já explicado na Nota BOIND-03 - Saldo para o Exercício Seguinte dos Restos a Pagar Processados apresentado no Anexo II do Balanço Orçamentário da Administração Indireta, houve a necessidade de se fazer ajuste na inscrição de Restos a Pagar Processados em virtude de pagamentos registrados nas Unidades Gestoras 211101 - ADAGRI e 240401 - FUNDES, relativos a restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e que, no momento da inscrição, não foram informadas retenções a pagar. Entretanto, ao efetuar os pagamentos em 2018, as UG's informaram que os restos inscritos na verdade se tratavam de retenções.

Como a partir do exercício de 2015 o S2GPR separa a inscrição de restos a pagar das consignações retidas a pagar (não considerando mais estas incluídas na inscrição dos restos a pagar), a UG precisa informar as retenções a pagar em cada processo antes de efetuar a inscrição dos restos a pagar, respeitando os princípios contábeis da oportunidade e competência. Quando esse procedimento não é adotado, sempre será necessário ajustar contabilmente a inscrição dos restos a pagar para subtrair dos valores inscritos o valor das consignações a pagar que não foram devidamente retidas.

Como o Balanço Financeiro não possui campo para evidenciar em separado as inscrições de restos a pagar de exercícios anteriores, uma vez que ele só demonstra a inscrição de restos a pagar do exercício, a única alternativa encontrada foi registrar o ajuste na linha Inscrição de Restos a Pagar Processados. No referido campo, foi reduzido do valor total a ser inscrito na importância de R\$ 4.326,25, já que este valor foi executado financeiramente em 2018 como consignações retidas e pagas, na linha Consignações de Exercícios Anteriores. Ajuste semelhante foi feito na linha Inscrição de Restos a Pagar Não Processados, no valor de 1.255,81, referente a Restos a Pagar Não Processados Liquidados e não pagos do exercício de liquidação (2017) pela gestora 040101 - Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário (FERMOJU). No exercício de efetivo pagamento (2018), a gestora informou que esse valor se tratava de consignação e foi necessário efetuar o ajuste contábil. Esses ajustes foram necessários para que se pudesse fechar o valor das disponibilidades para o exercício seguinte evidenciadas no Balanço Financeiro.

BFIND-02 - Recebimentos e pagamentos extraorçamentários - Outros Valores Restituíveis

A tabela abaixo evidencia a composição dos recebimentos de Outros Valores Restituíveis, calculada pelo movimento a crédito das seguintes contas contábeis:

TABELA 157

Demonstrativo do Cálculo dos Recebimentos de Outros Valores Restituíveis da Administração Indireta

(R\$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.1.01.03	Consignações de Exercícios Anteriores - Legado SIC	1.071.013,35
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	9.977.797,62
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	219.741.738,11
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação	44.410,79
2.1.8.8.1.99	Outros Valores Restituíveis	146.085,49
2.1.8.8.2.04	Depósitos Não Judiciais	1.373.836,75
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	3.663.596,77
2.1.8.8.2.35	Movimentações Financeiras a Repassar	0,00
TOTAL		236.018.478,88

Fonte: SEFAZ/CECAI

A tabela a seguir evidencia a composição dos pagamentos de Outros Valores Restituíveis, calculada pelo movimento a débito das seguintes contas contábeis:

TABELA 158

Demonstrativo do Cálculo dos Pagamentos de Outros Valores Restituíveis da Administração Indireta

(R\$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.1.01.03	Consignações de Exercícios Anteriores - Legado SIC	1.983.619,80
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	42.370.919,40
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	219.533.198,09
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação	42.179,94
2.1.8.8.1.99	Outros Valores Restituíveis	11.754,00
2.1.8.8.1.06	Cheque-salário em Trânsito	3.461.178,47
2.1.8.8.2.04	Depósitos Não Judiciais	38.596,04
2.1.8.8.2.35	Movimentações Financeiras a Repassar	11.300,00
TOTAL		267.452.745,74

Fonte: SEFAZ/CECAI

BFIND-03 - Valores Pendentes a Curto Prazo

Os Valores Pendentes a Curto prazo compreendem as entradas e saídas de caixa sem execução orçamentária ou financeira, registrados na Contabilidade para que o saldo de disponibilidades contábeis seja igual ao verificado nos extratos bancários.

No campo dos ingressos, há três agrupamentos de valores que compõem a linha Valores Pendentes a Curto Prazo. Primeiro, consta nesta rubrica as entradas de valores nos extratos que não foram identificados em conciliação bancária. Nesse sentido, para que a contabilidade esteja compatível com a conciliação bancária, tais valores foram lançados na conta contábil 2.1.8.9.1.36.02 - Receitas a Classificar.

Segundo, constam nesta rubrica as regularizações realizadas no exercício de 2018 referentes a sequestros judiciais e outros dispêndios que ficaram pendentes de regularização em 2017, cujos valores estavam registrados nas contas contábeis 1.1.3.2.1.07 - IR e CSLL a Recuperar, 1.1.9.9.1.04 - Sequestros Judiciais a Regularizar, 1.1.9.9.1.05 - Devolução de Saldo de Convênio a Apropriar e 1.1.9.9.1.98 - Outras VPD a Apropriar.

TABELA 159
Demonstrativo dos Valores Pendentes a Curto Prazo (Ingressos) da Administração Indireta

(R\$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
1.1.3.2.1.07	IR e CSLL a Recuperar	15.074,53
1.1.9.9.1.04	Sequestros Judiciais a Regularizar	5.290.797,46
1.1.9.9.1.05	Devolução de Saldo de Convênio a Apropriar	2.326.319,69
1.1.9.9.1.98	Outras VPD a Apropriar	2.096.997,44
2.1.8.9.1.36.02	Receitas a Classificar	3.097.872,70
TOTAL		12.827.061,82

Fonte: SEFAZ/CECAI

No campo dos desembolsos, constam três agrupamentos de saldos que compõem essa linha do Demonstrativo. Primeiro, apresentam-se as saídas de caixa sem a respectiva regularização orçamentária (empenho e liquidação) no exercício, tais como sequestros judiciais, devolução de saldos de convênios e outros desembolsos a regularizar, como tarifas bancárias debitadas, registrados nas contas contábeis 1.1.3.2.1.07 - IR e CSLL a Recuperar, 1.1.3.2.1.98 - Outros Tributos a Regularizar, 1.1.9.9.1.04 - Sequestros Judiciais a Regularizar, 1.1.9.9.1.05 - Devolução de Saldo de Convênio a Apropriar e 1.1.9.9.1.98 - Outras VPD a Apropriar.

Em seguida, constam as regularizações de valores não identificados em conciliação bancária no exercício anterior. Tais valores foram baixados da conta contábil 2.1.8.9.1.36.02 - Receitas a Classificar.

A tabela abaixo demonstra a composição dos valores citados acima. A tabela abaixo demonstra a composição dos valores citados acima.

TABELA 160

Demonstrativos dos Valores Pendentes a Curto Prazo (Dispêndios) da Administração Indireta

(R\$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
1.1.3.2.1.07	IR e CSLL a Recuperar	14.403,42
1.1.3.2.1.98	Outros Tributos a Recuperar	751,27
1.1.9.9.1.04	Sequestros Judiciais a Regularizar	3.280.867,47
1.1.9.9.1.05	Devolução de Saldo de Convênio a Apropriar	4.062.986,78
1.1.9.9.1.98	Outras VPD a Apropriar	2.510.744,09
2.1.8.9.1.36.02	Receitas a Classificar (F)	3.111.179,96
TOTAL		12.980.932,99

Fonte: SEFAZ/CECAI

BFIND-04 – Depósitos restituíveis e valores vinculados

Os depósitos restituíveis e valores vinculados na coluna de ingressos representam o saldo inicial dos ativos financeiros 1.1.2.2.2.04 - Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber, 1.1.2.2.2.06 - Arrecadação a Receber - DAES Rejeitados, 1.1.3.8.1.09 - Numerários em Trânsito e 1.1.3.8.2.35 - Movimentações Financeiras a Recuperar. Da mesma forma, o saldo final destas contas estão apresentados na mesma linha com a coluna dos dispêndios.

As contas 1.1.2.2.2.04 - Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber e 1.1.2.2.2.06 - Arrecadação a Receber - DAE's Rejeitados registram os valores de créditos a receber oriundos das receitas dos órgãos da Administração Indireta via DAE, arrecadados pela Secretaria da Fazenda. A conta contábil numerários em trânsito (1.1.3.8.1.09) registra os pagamentos rejeitados no final do exercício e que só retornaram no exercício seguinte, por conta de encerramento do expediente bancário. Já a conta 1.1.3.8.2.35 - Movimentações Financeiras a Recuperar compreende pagamentos com fonte de recurso incorreta que não puderam ser regularizados dentro do exercício financeiro, o que deve ser efetuado somente no exercício financeiro subsequente. A tabela abaixo evidencia o valor a receber relativo a cada uma das contas de ativo financeiro citadas acima.

TABELA 161

Demonstrativos dos Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados da Administração Indireta

(R\$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Saldo Inicial	Saldo Final
1.1.2.2.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber	10.914.526,54	10.549.842,81
1.1.2.2.2.06	Arrecadação a Receber – DAES Rejeitados	361,18	0,00
1.1.3.8.1.09	Numerários em Trânsito (F)	525.478,56	1.115.126,00
1.1.3.8.2.35	Movimentações Financeiras a Recuperar	11.300,00	0,00
TOTAL		11.451.666,28	11.664.968,81

Fonte: SEFAZ/CECAI

4.2.3. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação, conforme as seguintes definições:

- d) Ativo - são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.
- e) Passivo - são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.
- f) Patrimônio Líquido - é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade. Os ativos devem ser classificados como circulantes quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

- a) estiverem disponíveis para realização imediata; e
- b) tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes. Assim, o Ativo Não Circulante compreende: ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

Os passivos devem ser classificados como circulantes quando correspondem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis, os demais passivos devem ser classificados como não circulantes.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP (STN, 2016), o Balanço Patrimonial é composto por:

- a. Demonstrativo Principal;
- b. Demonstrativo dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- c. Demonstrativo das Contas de Compensação (controle); e
- d. Demonstrativo do Superávit / Déficit Financeiro.

TABELA 162

Demonstrativo da Síntese do Balanço Patrimonial da Administração Indireta

(R\$ 1,00)

ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATIVO CIRCULANTE	2.764.027.790,06	2.325.737.309,91
- Caixa e Equivalentes de Caixa	1.509.599.227,69	1.427.510.160,96
- Créditos a Curto Prazo	11.279.843,00	12.681.709,63
- Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2.231.188,73	1.500.563,48
- Estoques	1.227.863.829,54	871.131.658,49
- Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas	13.053.701,10	12.913.217,35
ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.481.503.668,57	2.885.613.968,78
- Ativo Realizável a Longo Prazo	12.139.233,35	17.604.271,06
- Investimentos	36.199,76	36.199,76
- Imobilizado	3.459.280.908,65	2.859.780.736,37
- Intangível	10.047.326,81	8.192.761,59
TOTAL DO ATIVO	6.245.531.458,63	5.211.351.278,69
PASSIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
PASSIVO CIRCULANTE	150.588.413,10	188.461.394,85
- Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	16.510.419,48	13.846.215,82
- Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	232.123,12	253.012,88
- Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	28.549.953,30	3.120.014,04
- Obrigações Fiscais a Curto Prazo	229.396,75	912.178,67
- Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00
- Demais Obrigações a Curto Prazo	105.066.520,45	170.329.973,44
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.485.335.828,87	691.042.073,10
- Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	1.476.557,17	1.763.558,77
- Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	671.396.863,03	185.183.949,86
- Provisões a Longo Prazo	731.989.476,20	504.094.564,47
- Demais Obrigações a Longo Prazo	80.472.932,47	0,00
TOTAL DO PASSIVO	1.635.924.241,97	879.503.467,95
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
- Demais Reservas	0,00	0,00
- Resultados Acumulados	4.609.607.216,66	4.331.847.810,74
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.609.607.216,66	4.331.847.810,74
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.245.531.458,63	5.211.351.278,69
Ativo Financeiro	1.521.264.196,50	1.438.961.827,24
Ativo Permanente	4.724.267.262,13	3.772.389.451,45
Passivo Financeiro	463.222.184,60	439.694.882,21
Passivo Permanente	1.582.952.193,02	768.781.483,80
SALDO PATRIMONIAL	4.199.357.081,01	4.002.874.912,68

Fonte: SEFAZ/CECAI

As entidades integrantes da Administração Indireta encerraram o exercício com o Saldo Patrimonial de R\$ 4.199.357.081,01 e superávit financeiro de R\$ 1.058.042.011,90 resultado da diferença entre Ativo Financeiro e Passivo Financeiro. A conta Caixa e Equivalentes de Caixa, pertencente ao grupo Ativo Circulante, apresentou uma contribuição expressiva nesse resultado.

A seguir, evidencia-se o cálculo do Superávit Financeiro da Administração Indireta, por fonte de recurso.

TABELA 163
Demonstrativo do Superávit Financeiro por Fonte de Recursos da Administração Indireta

(R\$ 1,00)

Fontes de Recursos	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
	Poder Legislativo	124.440.728,76	114.944.664,60
2.05.00	-Recursos Provenientes da Contribuição Parçamentar	57.117.391,30	50.245.098,17
2.06.00	-Recursos Provenientes da Contribuição Parlamentar	28.647.041,25	26.063.667,46
2.70.00	-Recursos Diretamente Arrecadados	38.676.296,21	38.635.898,97
	Poder Judiciário	65.658.611,46	78.354.451,07
2.15.00	-Depósitos Judiciais-PIMPJ	4.920.509,16	4.200.422,85
2.29.00	-Recursos Arrecadados da Venda de Selos de Autenticidade	20.280.198,45	18.289.271,29
2.70.00	-Recursos Diretamente Arrecadados	40.457.903,85	55.864.756,93
	Ministério Público	24.375.884,19	25.283.349,36
2.70.00	-Recursos Diretamente Arrecadados	24.375.884,19	25.283.349,36
	Poder Executivo	843.566.787,49	780.684.480,00
	Fontes Diversas	771.107.562,88	658.364.572,55
1.00.00	-Recursos Ordinários	-43.826.512,53	-31.156.221,59
1.00.02	-Recursos Ordinários para Projetos Prioritários	-2.415.893,73	
1.00.04	-Recursos Oriundos da Carteira de Crédito Rural/BEC	-18.297.251,41	
1.01.00	-Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados	-93.965.983,02	-59.433.875,85
2.03.00	-Recursos Provenientes da Contribuição Social	270.563.672,98	213.631.134,43
2.04.00	-Recursos Provenientes da Contribuição Patronal	343.595.467,63	274.649.718,03
1.10.00	-Recursos Provenientes do FECOP	-15.408.129,84	-13.520.240,02
2.12.00	-Recursos de Alienações de Bens	0,00	-5.129,10
2.16.00	-Compensação Ambiental	-9.317,18	-9.317,18
1.44.00	-Indenização Pela Extração do Petróleo , Xisto e Gás	-761.950,89	-549.112,81
2.70.00	-Recursos Diretamente Arrecadados	208.417.735,14	206.200.473,58
2.70.01	-Recursos Diretamente Arrecadados-Mecenato	774.201,95	
2.70.02	-Recursos Diretamente Arrecadados-Multas de Trânsito	16.428.214,32	
2.76.00	-Recursos Provenientes do FIT	158.356,38	-484.328,38
2.79.00	-Transferências ao Fundo de Defesa Civil-FDCC	14.817.486,11	14.368.938,40
2.91.00	-Recursos Provenientes do SUS	50.713.435,62	5.306.729,19
2.92.00	-Repasse Fundo a Fundo-FNAS	1.547.737,82	4.402.945,13
2.92.00	-Repasse Fundo a Fundo-FUNPEN	38.776.293,53	44.962.858,72
	Operações de Crédito	-5.545.874,13	-12.184.855,93
2.48.48	-Operações de Crédito Externas - Tesouro	-658.961,53	-24.746,71
2.48.59	-Operações de Crédito Externas - Tesouro/BID	-4.370.583,09	-3.265.664,40
2.48.69	-Operações de Crédito Externas - PforR	-516.329,51	-8.894.444,82
	Convênios	78.005.098,74	134.504.763,38
2.80.81	-Convênios com Órgãos Internacionais-Adm. Indireta	1.272,47	2.067,87
2.82.83	-Convênios com Órgãos Federais - Adm. Indireta	75.212.272,78	126.771.270,06
2.86.87	-Convênios com Órgãos Municipais-Adm. Indireta	79.918,62	-476,37
2.88.89	-Convênios com Órgãos Privados-Adm. Indireta	2.711.634,87	7.731.901,82
	Ministério Público	24.375.884,19	25.283.349,36
2.70.00	-Recursos Diretamente Arrecadados	24.375.884,19	25.283.349,36
TOTAL DA DISPONIBILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		1.058.042.011,90	999.266.945,03

Fonte: SEFAZ/CECAD

Os déficits apresentados nas gestoras ocorrem por que a liberação dos recursos pelo Tesouro Estadual ocorrem no momento do pagamento, exceto o Ministério Público que recebe duodécimo.

Considerando as contas contábeis de ativo e passivo financeiro detalhamos na tabela abaixo:

TABELA 164

Demonstrativo do Superávit Financeiro da Administração Indireta

(R\$ 1,00)

ATIVO ATIVO FINANCEIRO	VALORES	PASSIVO PASSIVO FINANCEIRO	VALORES
1.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa	1.509.599.227,69	Passivo (Atributo F)	150.271.008,01
1.1.2.2.2 Créditos Tributários a Receber - Intra OFSS	10.549.842,81	6.2.2.1.3.01 - Crédito Empenhado a Liquidar	288.150.652,07
1.1.3.8.1.09 Numerários em Trânsito (F)	1.115.126,00	6.3.1.1 - RP Não Processados a Liquidar	24.800.524,52
1.1.3.8.2.35 Movimentações Financeiras a Recuperar (F)	0,00		
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO	1.521.264.196,50	TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO	463.222.184,60
SUPERÁVIT FINANCEIRO	1.058.042.011,90		

Fonte: SEFAZ/CECAI

Quando as entidades da Administração Indireta são analisadas separadamente, observa-se que 40 apresentaram superávit financeiro, no valor total de R\$ 1.123.650.544,89, destacando-se as seguintes:

TABELA 165

Demonstrativo do Superávit Financeiro por Entidade da Administração Indireta

(R\$ 1,00)

ENTIDADE	SUPERÁVIT	PARTICIPAÇÃO%
PREVID	565.243.086,79	50,30
FPP	124.440.728,76	11,07
DETRAN	101.861.084,94	9,07
FERMOJU	43.775.532,95	3,90
SUBTOTAL	835.320.433,44	74,34
OUTRAS ENTIDADES	288.330.111,45	25,66
TOTAL	1.123.650.544,89	100,00

Fonte: SEFAZ/CECAI

Foi registrado *déficit* financeiro em nove Entidades, cujo montante chegou a R\$ 65.608.532,99. O FUNDES foi responsável pelo maior valor, com um percentual de 54,79% correspondente a R\$ 35.943.745,49.

4.2.3.1. Notas Explicativas do Balanço Patrimonial

BPIND-01 - Detalhamento da Conta “Valores Restituíveis”

A tabela abaixo evidencia a composição da conta “Valores Restituíveis”:

TABELA 166
Composição dos Valores Restituíveis da Administração Indireta

(R\$1,00)

Código	Título	Exercício Atual	Exercício Anterior
2.1.8.8	Valores Restituíveis	97.446.198,95	159.990.884,88
2.1.8.8.1	Valores Restituíveis - Consolidação	96.081.227,20	159.949.853,84
2.1.8.8.1.01	Consignações	69.852.059,99	24.473.969,67
2.1.8.8.1.01.01	Consignações do Exercício	69.378.530,02	23.225.631,12
2.1.8.8.1.01.02	Consignações de Exercício Anteriores	473.529,97	335.732,10
2.1.8.8.1.01.03	Consignações de Exercícios Anteriores - Legado SIC	0,00	912.606,45
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	0,00	32.393.121,78
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	25.932.483,06	25.723.943,04
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	202.418,30	0,00
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação (F)	9.140,35	6.909,50
2.1.8.8.1.10	Mercadorias Recebidas em Consignação (P)	85.125,50	74.452,97
2.1.8.8.1.51	Recursos Vinculados a Depósitos Judiciais	0,00	77.411.788,37
2.1.8.8.1.99	Outros Valores Restituíveis	0,00	-134.331,49
2.1.8.8.2	Valores Restituíveis - Intra OFSS	1.364.971,75	41.031,04
2.1.8.8.2.04	Depósitos Não Judiciais	1.364.971,75	29.731,04
2.1.8.8.2.35	Movimentações Financeiras a Repassar	0,00	11.300,00

Fonte: SEFAZ/CECAI

BPIND-02 - Movimentação na Conta de Ajustes de Exercícios Anteriores

No exercício de 2018, foram registrados ajustes atribuídos a exercícios anteriores que incrementaram o saldo negativo desse grupo em R\$ 537.249.854,26 (o saldo passou de R\$ -497.179.567,53 em 2017 para R\$ -1.034.429.421,79 em 2018). A Tabela abaixo evidencia a composição dos ajustes efetuados.

TABELA 167

Demonstrativo da Variação no Saldo da Conta Ajustes de Exercícios Anteriores da Administração Indireta
(R\$ 1,00)

Tipo de Ajuste no Patrimônio Líquido	Valor
Transferência do Saldo Inicial de Ajustes para Resultados Acumulados	14.341,16
Despesas de Exercícios Anteriores Liquidadas no Exercício	-83.253.298,96
Dívida Ativa - Multas Administrativas por Danos Ambientais	6.554,31
Cientes (P)	-1.401.747,88
Reavaliação e Demais Ajustes no Ativo	15.768.495,00
Depreciação de Exercícios Anteriores	154.839,59
Financiamentos Concedidos	-1.368.871,33
Em Contratos - Empréstimos Internos	-467.104.055,68
Outras Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica a Incorporar	-66.110,47
TOTAL	-537.249.854,26

Fonte: SEFAZ/CECAI

O valor de Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) liquidados no exercício totalizou um ajuste negativo de R\$ 83.253.298,96.

BPIND-03 - Divergência nos Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores

O somatório dos grupos “superávit ou déficit do exercício” e “superávits ou déficits de exercícios anteriores” de 2017 está divergindo em R\$ 14.341,16 do saldo de “superávits ou déficits de exercícios anteriores” em 2018, conforme observa-se na tabela abaixo.

Esta diferença se refere à transferência parcial de valor do saldo da conta Ajustes de Exercícios Anteriores de 2017 acumulados nesta conta e que foram transferidos para Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores.

TABELA 168

Demonstrativo dos Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores da Administração Indireta

(R\$ 1,00)

I - Superávits ou Déficits do Exercício - 2017	999.242.267,40
II - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores - 2017	3.741.083.868,62
III - Total (I+II)	4.740.326.136,02
IV - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores - 2018	4.740.311.794,86
V - Diferença (IV - III)	14.341,16

Fonte: SEFAZ/CECAI

Já no somatório dos grupos “Lucros e Prejuízos do Exercício” e “Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores” de 2018 não está havendo divergência visto que não houve transferência da conta “Ajustes de Exercícios Anteriores”, conforme observa-se na tabela abaixo.

TABELA 169

Demonstrativo dos Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores da Administração Indireta

(R\$ 1,00)

I - Lucros e Prejuízos do Exercício - 2017	-18.338.300,76
II - Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores - 2017	107.039.543,01
III - Total (I+II)	88.701.242,25
II - Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores - 2018	88.701.242,25
V - Diferença (IV - III)	0,00

Fonte:SEFAZ/CECAI

BPIND-04 - Composição do Passivo Financeiro

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP (STN, 2012), passivos são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços. Quando o passivo corresponde a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis, deve ser classificado como passivo circulante.

Ressalta-se que o conceito de passivo circulante difere do conceito de passivo financeiro da Lei nº 4.320/64, conforme observa-se no § 3º do art. 105:

“§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos que independem de autorização orçamentária”.

Acrescenta-se ainda que o reconhecimento do passivo Circulante se dá no momento da ocorrência do fato gerador, enquanto que o reconhecimento do Passivo Financeiro se dá no momento do empenho.

Dessa forma, o passivo financeiro foi calculado a partir dos fatos em que se verificou a realização de empenhos, correspondentes a: contas do passivo circulante com atributo F, contas de crédito empenhado a liquidar e dos restos a pagar não processados a liquidar, conforme evidencia-se na tabela abaixo:

TABELA 170

Demonstrativo da Composição do Passivo Financeiro da Administração Indireta

(R\$ 1,00)

Passivo Circulante (Atributo F)	150.271.008,01
(+) 6.2.2.1.3.01 - Crédito Empenhado a Liquidar	288.150.652,07
(+) 6.3.1.1 - RP Não Processados a Liquidar	24.800.524,52
(=) Passivo Financeiro	463.222.184,60

Fonte: SEFAZ/CECAI

São consideradas contas de passivo com atributo F as obrigações dependentes de execução orçamentária que já foram empenhadas, liquidadas e não pagas, bem como as entradas compensatórias no passivo financeiro, tais como cauções, depósitos e consignações.

4.2.4. Demonstração das Variações Patrimoniais

Segundo o art. 104 da Lei nº 4.320/1964, “a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.”

A apuração do resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto das contas de Variação Patrimonial Aumentativa - VPA e Variação Patrimonial Diminutiva - VPD. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

TABELA 171
Demonstrativo da Síntese das Variações Patrimoniais da Administração Indireta

(R\$1,00)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	10.309.270.792,33	9.527.883.148,56
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	745.226.449,83	730.219.638,84
Contribuições	1.923.409.491,52	1.665.813.347,42
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	134.953.013,72	121.480.709,94
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	103.422.320,90	100.098.469,09
Transferências e Delegações Recebidas	7.030.995.582,31	6.721.922.096,16
Valorização e Ganhos Com Ativo	7.699,08	5.117,97
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	371.256.234,97	188.343.769,14
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	9.494.247.190,99	8.546.979.181,92
Pessoal e Encargos	1.467.781.205,22	1.383.515.614,27
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	3.361.827.027,92	3.114.738.125,05
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	2.057.365.470,49	1.884.676.692,70
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	19.277.544,92	27.689.398,90
Transferências e Delegações Concedidas	1.636.977.486,25	1.476.687.133,48
Desvalorização e Perda de Ativos	6.233.273,99	297.521,83
Tributárias	27.552.268,66	27.340.230,74
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	917.232.913,54	632.034.464,95
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	815.023.601,34	980.903.966,64

Fonte: SEFAZ/CECAI

O Demonstrativo das Variações Patrimoniais, do exercício de 2018, demonstra um total de variações patrimoniais aumentativas de R\$ 10.309.270.792,33 e um total de variações patrimoniais diminutivas no valor de R\$ 9.494.247.190,99, portanto, o resultado patrimonial da Administração Indireta no exercício foi superavitário em R\$ 815.023.601,34.

4.2.4.1. Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais

DVPIND-01 - Evidenciação Facultativa do Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas da DVP

O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, em sua 6ª edição, aprovado pela Portaria da STN nº 700, de 10 de dezembro de 2014, apresentou algumas alterações na estrutura das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. No que tange às alterações referente à Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP, o manual passou a considerar facultativo a evidenciação do Quadro de Variações Patrimoniais Qualitativas, um dos anexos da DVP, para fins de consolidação a partir do exercício de 2015. Em vista disso, optou-se por não evidenciar mais esse quadro complementar a partir do exercício de 2017, pois as informações que eram apresentadas sobre a execução de despesas e receitas orçamentárias que causam variações qualitativas no patrimônio do Estado está disponível no Balanço Orçamentário - BO e seus quadros anexos.

DVPIND-02 - Reavaliação, Depreciação, Amortização, Exaustão e Redução ao Valor Recuperável

Os procedimentos para registro da reavaliação, depreciação, amortização, exaustão e redução a valor recuperável do patrimônio público do Estado do Ceará, tem como base legal o Decreto Nº 31.340, de 05 de novembro de 2013, NBCASP e MCASP. É importante destacar, que o Decreto Nº 32.515 de 22 de janeiro de 2018, alterou o art.38 do Decreto Nº 31.340, prorrogando o prazo máximo para o ajuste do valor contábil dos bens móveis e imóveis para Junho de 2018.

Em vista disso, os órgãos da Administração Pública Direta do Estado do Ceará e suas Autarquias e Fundações constituíram comissões específicas para realizar o levantamento de seus bens, e alguns já iniciaram os procedimentos de depreciação, amortização e exaustão nos exercícios de 2016 e 2017. Com isso, o registro contábil de adequação dos valores desses bens na contabilidade está sendo realizado gradativamente, de acordo com as possibilidades de cada órgão.

A quadro a seguir apresenta as entidades da Administração Indireta que realizaram alguns desses procedimentos contábeis:

TABELA 172

Demonstrativo dos Órgãos Com Procedimentos Contábeis de Reavaliação, Depreciação e Amortização da Administração Indireta

TIPO DE ADMINISTRAÇÃO	UG	ÓRGÃO	PROCEDIMENTOS REALIZADOS
Administração Indireta	130101	AGENCIA REGULADORA DE SERV PUBL DELEGADOS	Depreciação de Bens Móveis Depreciação de Bens Imóveis Amortização
	300101	FUNDAÇÃO DE TELEEDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ	Depreciação de Bens Imóveis
	430401	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DAS CIDADES DO CE	Reavaliações de Bens Móveis
	460101	INSTITUTO DE SAUDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARA	Amortização Depreciação de Bens Móveis Depreciação de Bens Imóveis
	460601	COMPANHIA DE HABITACAO DO CEARA	Reavaliações de Bens Móveis Depreciação de Bens Imóveis Depreciação de Bens Imóveis

Demonstrativo da Dívida Flutuante

A Dívida Flutuante Pública consiste na dívida contraída pelo Estado, por um breve e determinado período de tempo, quer como administrador de terceiros, confiado à sua guarda, quer para atender às momentâneas necessidades de caixa.

Segundo a Lei nº 4.320/64, a dívida flutuante compreende os restos a pagar, excluídos os serviços de dívida, os serviços de dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria.

Segue o demonstrativo que detalha a composição da Dívida Flutuante.

TABELA 173

Demonstrativo da Dívida Flutuante da Administração Indireta

(R\$ 1,00)

Título	Saldo Inicial	Inscrição	Baixa	Saldo Seguinte
Restos a Pagar Não Processados				
1º Exercício Anterior	318.326.232,15	0,00	292.302.551,18	26.023.680,97
2º Exercício Anterior	10.680.259,80	-1.255,81	10.679.003,99	0,00
Deste Exercício	0,00	288.150.652,07	0,00	288.150.652,07
Subtotal	329.006.491,95	288.149.396,26	302.981.555,17	314.174.333,04
Restos a Pagar Processados				
1º Exercício Anterior	26.742.758,49	-4.326,25	25.544.343,95	1.194.088,29
2º Exercício Anterior	452.591,69	0,00	452.591,69	0,00
Deste Exercício	0,00	49.518.641,53	0,00	49.518.641,53
Subtotal	27.195.350,18	49.514.315,28	25.996.935,64	50.712.729,82
Depósito de Diversas Origens	83.481.740,08	1.703.735.717,28	1.688.882.335,62	98.335.121,74
Subtotal	83.481.740,08	1.703.735.717,28	1.688.882.335,62	98.335.121,74
TOTAL	439.683.582,21	2.041.399.428,82	2.017.860.826,43	463.222.184,60

Fonte: SEFAZ/CECAI

4.2.5.1. Notas Explicativas do Demonstrativo da Dívida Flutuante

DFIND01 – Composição das Baixas de Restos a Pagar Processados e Não Processados Evidenciados na Dívida Flutuante da Administração Indireta:

Nas colunas de Movimento do Exercício, os valores apresentados como baixa representam o somatório dos pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar. A tabela abaixo apresenta o detalhamento das Baixas de Restos a Pagar ocorridas em 2018 no Demonstrativo da Dívida Flutuante da Administração Indireta:

TABELA 174

Demonstrativo das Baixas de Restos a Pagar Não Processados da Dívida Flutuante da Administração Indireta

(R\$ 1,00)

Restos a Pagar Não Processados (RPNP)	Saldo em 31/12/2018
Baixa por Pagamento (Subgrupo de Contas 6.3.1.4)	236.745.836,39
Baixa por Cancelamento (Subgrupo de Contas 6.3.1.9)	66.235.718,78
Somatório das Baixas de RPNP na Dívida Flutuante	302.981.555,17

Fonte: SEFAZ/CECAI

TABELA 175

Demonstrativo das Baixas de Restos a Pagar Processados da Dívida Flutuante da Administração Indireta

(R\$ 1,00)

Restos a Pagar Processados (RPP)	Saldo em 31/12/2018
Baixa por Pagamento (Subgrupo de Contas 6.3.2.2)	25.575.898,28
Baixa por Cancelamento (Subgrupo de Contas 6.3.2.9)	421.037,36
Somatório das Baixas de Restos a Pagar Processados (RPP) na Dívida Flutuante	25.996.935,64

Fonte: SEFAZ/CECAI

DFIND02 - Composição da Linha Depósitos de Diversas Origens

Fez-se necessário efetuar ajuste nos saldos apresentados em todas as colunas dessa linha para exclusão das contas do subgrupo 2.1.8.8.1 – Valores Restituíveis – Consolidação que possuem atributo P (Permanente). Essas contas de Passivo Circulante não pertencem ao Passivo Financeiro, motivo pelo qual estão marcadas na contabilidade com o atributo P. Sendo assim, não devem constar no mapeamento das contas contábeis para serem incluídas na Dívida Flutuante. A Tabela a seguir apresenta os saldos, em 31/12/2018, das contas incluídas no subgrupo 2.1.8.8.1 que possuem atributo P e que foram excluídos do saldo dos Depósitos de Diversas Origens apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante da Administração Indireta:

TABELA 176

Demonstrativo das Contas Com Atributo “P” a Serem Excluídas dos Depósitos de Diversas Origens da Dívida Flutuante da Administração Indireta

		(R\$ 1,00)
Conta	Descrição	Saldo em 31/12/2018
2.1.8.8.1.10	Mercadorias Recebidas em Consignação (P)	85.125,50
	Ajuste 1: Valores Restituíveis – Consolidação marcados com atributo “P”	85.125,50

Fonte: SEFAZ/CECAI

Fez-se necessário também efetuar ajuste nos saldos apresentados em todas as colunas dessa linha para inclusão de saldo das contas 2.1.8.9.1.36 - Valores em Trânsito Exigíveis (F); 2.1.8.8.2.04.07 - Depósitos a Quem de Direito (F); 2.1.8.9.1.38 - Restituições de Receitas a Pagar (F); e 2.1.8.9.3.38 - Restituições de Receitas a Pagar (F). Essas contas, apesar de não estarem relacionadas no grupo 2.1.8.8.1 - Valores Restituíveis - Consolidação, possuem funcionamento contábil semelhante. Ou seja, representam depósitos recebidos, não decorrentes da execução orçamentária, que serão devolvidos em momento posterior. Desta forma, é preciso que os saldos dessas contas sejam adicionados ao grupo 2.1.8.8.1 para que se chegue ao valor de Depósitos de Diversas Origens apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante.

A tabela a seguir apresenta o saldo, em 31/12/2018, das contas listadas acima e que foram incluídas no saldo dos Depósitos de Diversas Origens apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante da Administração Indireta:

TABELA 177

Demonstrativo das Obrigações Diversas a Serem Adicionadas aos Depósitos de Diversas Origens da Dívida Flutuante da Administração Indireta

		(R\$ 1,00)
Conta	Descrição	Saldo em 31/12/2018
2.1.8.8.2.04.07	Depósitos para Quem de Direito (F)	1.364.971,75
2.1.8.9.1.38	Restituições de Receitas a Pagar (F)	0,00
2.1.8.9.3.38	Restituições de Receitas a Pagar (F)	20.000,00
2.1.8.9.1.36.02	Receitas a Classificar (F)	954.048,29
	Ajuste 2: Obrigações diversas a serem adicionadas aos Depósitos de Diversas Origens	2.339.020,04

Fonte: SEFAZ/CECAI

Considerando os ajustes 1 e 2 citados acima, a composição dos Depósitos de Diversas Origens é apresentada na tabela abaixo:

TABELA 178

Composição dos Depósitos de Diversas Origens do Demonstrativo da Dívida Flutuante da Administração Indireta

(R\$ 1,00)

Descrição	Saldo em 31/12/2018
Saldo do Grupo de Contas 2.1.8.8.1 - Valores Restituíveis	96.081.227,20
(-) Ajuste 1 - Saldos com Atributo P a Serem Excluídos no Grupo 2.1.8.8.1	-85.125,50
(+) Ajuste 2 - Obrigações Diversas a Serem Adicionadas aos Depósitos de Diversas Origens	2.339.020,04
(=) Total dos Depósitos de Diversas Origens (DF)	98.335.121,74

Fonte: SEFAZ/CECAI

DFIND-03 - Inscrição de Restos a Pagar Processados

Conforme já explicado nas Notas BOIND-03 e BFIND-01, houve a necessidade de se fazer ajuste na inscrição de Restos a Pagar Processados em virtude de pagamentos registrados nas Unidade Gestora 211101 - ADAGRI e 240401 - FUNDES, no valor total de 4.326,25, relativos a restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e que, no momento da inscrição, não foram informadas retenções a pagar. Entretanto, ao efetuar os pagamentos em 2018, a UG informou que os restos inscritos na verdade se tratavam de retenções.

Ajuste semelhante foi feito na Inscrição de Restos a Pagar Não Processados, no valor de 1.255,81, referente a Restos a Pagar Não Processados Liquidados e não pagos do exercício de liquidação (2017) pela gestora 040101 - Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário (FERMOJU). No exercício de efetivo pagamento (2018), a gestora informou que esse valor se tratava de consignação e foi necessário efetuar o ajuste contábil.

Como a partir do exercício de 2015 o S2GPR separa a inscrição de restos a pagar das consignações retidas a pagar (não considerando mais estas incluídas na inscrição dos restos a pagar), a UG precisa informar as retenções a pagar em cada processo antes de efetuar a inscrição dos restos a pagar, respeitando os princípios contábeis da oportunidade e competência. Quando esse procedimento não é adotado, sempre será necessário ajustar contabilmente a inscrição dos restos a pagar para subtrair dos valores inscritos o valor das consignações a pagar que não foram devidamente retidas.

4.2.6. Demonstração dos Fluxos de Caixa

De acordo com a 7ª. Edição do MCASP, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) identificará:

- as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e
- o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Esta Demonstração permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Pode ser analisada, também, mediante comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

TABELA 179

Resumo da Demonstração dos Fluxos de Caixa da Administração Indireta

(R\$ 1,00)

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
INGRESSOS	11.728.043.752,08	10.932.796.568,08
- RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	3.144.311.379,11	2.787.800.501,98
- TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	6.992.809.454,89	6.692.698.153,92
- OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	1.590.922.918,08	1.452.297.912,18
DESEMBOLSOS	10.664.942.959,48	9.741.093.773,18
- PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	7.441.021.377,77	6.844.008.897,61
- JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
- TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	1.648.231.438,45	1.480.363.424,58
- OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	1.575.690.143,26	1.416.721.450,99
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	1.063.100.792,60	1.191.702.794,90
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	41.828.982,63	40.787.380,98
- ALIENAÇÃO DE BENS	146.609,01	11.538.689,00
- AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	3.496.246,20	0,00
- TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	38.186.127,42	29.223.942,24
- OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	24.749,74
DESEMBOLSOS	1.021.847.959,75	796.880.700,91
- AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	995.991.616,51	747.682.133,87
- CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	25.856.343,24	49.198.567,04
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	-980.018.977,12	-756.093.319,93
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
DESEMBOLSOS	249.230,14	702.352,21
- AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	249.230,14	702.352,21
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	-249.230,14	-702.352,21
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	82.832.585,34	434.907.122,76
- CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	1.427.510.160,96	993.601.034,17
- CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	1.509.599.227,69	1.427.510.160,96
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA DO PERÍODO	82.089.066,73	433.909.126,79
CONCILIAÇÃO CONTÁBIL-FINANCEIRA	743.518,61	997.995,97
- SAÍDAS DE CAIXA A REGULARIZAR	10.984.825,03	5.897.409,71
- SAÍDAS DE CAIXA REGULARIZADAS	10.254.613,68	5.937.696,23
- ENTRADAS DE CAIXA A REGULARIZAR	3.097.872,70	569.649,92
- ENTRADAS DE CAIXA REGULARIZADAS	3.111.179,96	1.607.932,41
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA AJUSTADO	82.832.585,34	434.907.122,76

Fonte: SEFAZ/CECAI

O Demonstrativo de Fluxo de Caixa da Administração Indireta, no exercício de 2018, evidenciou uma geração líquida de caixa e equivalente de caixa de R\$ 82.832.585,34. O fluxo que mais contribuiu para este resultado foi o das atividades

operacionais que apresentou um resultado positivo de R\$ 1.063.100.792,60. Enquanto que as atividades de investimentos e de financiamentos geraram fluxo negativo no valor de R\$ 980.018.977,12 e R\$ 249.230,14, respectivamente.

Já a variação do Caixa e Equivalente de Caixa do período foi positiva em R\$ 82.089.066,73. A diferença entre a geração líquida de caixa e a variação de caixa do período é explicada pelo campo “conciliação contábil-financeira”, detalhado a seguir pela nota explicativa DFCIND-04.

4.2.6.1 Notas Explicativas da Demonstração dos Fluxos de Caixa

DFCIND-01 - Ajuste de Inscrição de Restos a Pagar Processados para Ajustar os Desembolsos na DFC

O valor dos pagamentos na Demonstração do Fluxo de Caixa está totalizando R\$ 9.732.343.921,06, conforme verifica-se na Tabela abaixo. Esse valor diverge em R\$ 5.582,06 dos pagamentos orçamentários e de restos a pagar (somatório das contas contábeis 6.2.2.1.3.04 - Crédito Empenhado Pago (R\$ 9.470.016.604,33), 6.3.1.4 - RP Não Processados Pagos (R\$ 236.745.836,39) e 6.3.2.2 - RP Processados Pagos (R\$25.575.898,28) que totalizam R\$ 9.732.338.339,00.

TABELA 180

Composição dos Pagamentos na Demonstração do Fluxo de Caixa da Administração Indireta

(R\$ 1,00)

GRUPO	VALOR
Pessoal e Outras Despesas Correntes por Função	7.441.021.377,77
Juros e Encargos da Dívida	0,00
Transferências Intergovernamentais	397.635.487,10
Transferências a Intuições Privadas Sem Fins Lucrativos	758.986.323,78
Transferências a Intuições Privadas Com Fins Lucrativos	4.430.557,71
Transferências a Consórcios Públicos	108.172.984,81
Aquisição de Ativo Não Circulante	995.991.616,51
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	25.856.343,24
Amortização/Refinanciamento Da Dívida	249.230,14
TOTAL	9.732.343.921,06

Fonte: SEFAZ/CECAI

Essa diferença se explica pela necessidade de se incluir no *layout* do demonstrativo um ajuste contábil relativo a Restos a Pagar Processados de 2017 a serem quitados no exercício seguinte (em 2018). Tal diferença é apresentada na Tabela 195-A, relativos a restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e que, no momento da inscrição, não foram informadas retenções a pagar. Entretanto, ao efetuar os pagamentos em 2018, a UG informou que os restos inscritos na verdade se tratavam de retenções.

Como a partir do exercício de 2015 o S2GPR separa a inscrição de restos a pagar das consignações retidas a pagar (não considerando mais estas incluídas na inscrição dos restos a pagar), a UG precisa informar as retenções a pagar em cada

processo antes de efetuar a inscrição dos restos a pagar, respeitando os princípios contábeis da oportunidade e competência. Quando esse procedimento não é adotado, sempre será necessário ajustar contabilmente a inscrição dos restos a pagar para subtrair dos valores inscritos o valor das consignações a pagar que não foram devidamente retidas.

É possível apresentar adequadamente o ajuste contábil mencionado acima no Demonstrativo da Dívida Flutuante, uma vez que há campo para evidenciar os ajustes das inscrições de restos a pagar no movimento do exercício. O mesmo não pode ser feito na Demonstração dos Fluxos de Caixa, uma vez que ajustes na inscrição de restos a pagar não são capturados naturalmente pelo *layout* dos anexos, que somente computam os movimentos do exercício. Logo, para que se evidencie corretamente os fluxos que impactaram o saldo de caixa do exercício, foi necessário incluir o ajuste das referidas inscrições de restos a pagar na linha dos desembolsos. Essa explicação já foi apresentada nas Notas Explicativas BOIND-03 e BFIND-01.

DFCIND-02 – Ingressos e Devoluções de Valores Restituíveis

A tabela a seguir evidencia a composição dos “Ingressos de Valores Restituíveis”, calculada pelo movimento a crédito das seguintes contas contábeis:

TABELA 181
Demonstrativo dos Ingressos de Valores Restituíveis da Administração Indireta

(R\$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.1.01.03	Consignações de Exercícios Anteriores - Legado SIC	1.071.013,35
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	9.977.797,62
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	219.741.738,11
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	3.663.596,77
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação (F)	44.410,79
2.1.8.8.1.99.01	Outros Valores Restituíveis (F)	146.085,49
Total		234.644.642,13

Fonte: SEFAZ/CECAI

A tabela a seguir evidencia a composição da Devolução de Valores Restituíveis, calculada pelo movimento a débito das seguintes contas contábeis:

TABELA 182

Demonstrativo da Devolução de Valores Restituíveis da Administração Indireta

(R\$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.1.01.03	Consignações de Exercícios Anteriores - Legado SIC	1.983.619,80
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	42.370.919,40
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	219.533.198,09
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	3.461.178,47
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação (F)	42.179,94
2.1.8.8.1.99.01	Outros Valores Restituíveis (F)	11.754,00
Total		267.402.849,70

Fonte: SEFAZ/CECAI

DFCIND-03 - Valores a Repassar e a Receber

Os “valores a repassar” na Administração Indireta, observado pelos movimentos (créditos menos débitos) das contas 2.1.8.8.2.04.07 e 2.1.8.8.2.35 , constitui-se em valores em poder da Administração Indireta a repassar para outro ente do Estado. A tabela abaixo evidencia a composição desse grupo.

TABELA 182-A

Demonstrativo dos Valores a Repassar da Administração Indireta

(R\$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.2.04.07	Depósitos para Quem de Direito	1.335.240,71
2.1.8.8.2.35	Movimentações Financeiras a Repassar	-11.300,00
Total		1.323.940,71

Fonte: SEFAZ/CECAI

Na linha “valores a receber”, evidenciam-se os valores de créditos a receber oriundos das receitas dos órgãos da Administração Indireta via DAE, arrecadados pela Secretaria da Fazenda e corresponde ao movimento (débitos - créditos) das contas contábeis 1.1.2.2.2.04, 1.1.2.2.2.06 e 1.1.3.8.2.35. A tabela a seguir evidencia os movimentos de cada uma das contas que compõem esta linha.

TABELA 182-B

Demonstrativo dos Valores a Receber da Administração Indireta

(R\$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
1.1.2.2.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber	-364.683,73
1.1.2.2.2.06	Arrecadação a Receber - DAES Rejeitados	-361,18
1.1.3.8.2.35	Movimentações Financeiras a Recuperar	-11.300,00
Total		-376.344,91

Fonte: SEFAZ/CECAI

DFCIND-04 - Conciliação Contábil-Financeira

O campo de Conciliação Contábil-Financeira destaca as entradas e saídas de caixa sem a correspondente execução orçamentária, onde houve lançamentos nas contas contábeis: 1.1.3.2.1.07, 1.1.3.2.1.98, 1.1.3.8.1.09, 1.1.9.9.1.04, 1.1.9.9.1.05, 1.1.9.9.1.98 e 2.1.8.9.1.36.02, para que a contabilidade estivesse compatível com a conciliação financeira.

Assim, estes lançamentos não se constituem como fluxos que geram entradas e saídas de caixa, e sim ajustes nas contas de caixa relativos à pendências de conciliação. Por esse motivo, tais movimentos apresentam-se fora dos fluxos operacional, de investimento e de financiamento, e estão inclusos após a variação de caixa e equivalente de caixa, ajustando esta variação.

Dessa forma, nas gestoras que efetivaram esses ajustes, a “Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa” será igual à “Variação do Caixa e Equivalente de Caixa Ajustada”. Esta se caracteriza pela soma da “Variação de Caixa e Equivalente de Caixa do Período” com o linha “Conciliação Contábil-Financeira”.

O cálculo da conciliação contábil-financeira, por sua vez, é feito da seguinte forma: soma-se as saídas de caixa a regularizar com as entradas de caixa regularizadas e diminui-se desse valor as saídas de caixa regularizadas e as entradas de caixa a regularizar.

Na linha de “Saídas de Caixa a Regularizar” observa-se as saídas de caixa em que não houve a respectiva execução orçamentária (empenho e liquidação) no exercício, tais como sequestros judiciais, devolução de saldos de convênios e outras despesas a regularizar, como tarifas bancárias debitadas em conta. Esta linha, na Administração Indireta, é representada pelo movimento a débito das seguintes contas contábeis: 1.1.3.2.1.07, 1.1.3.2.1.98, 1.1.3.8.1.09, 1.1.9.9.1.04, 1.1.9.9.1.05 e 1.1.9.9.1.98, conforme verifica-se na tabela abaixo.

TABELA 183
Demonstrativo das Saídas de Caixa a Regularizar da Administração Indireta

(R\$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
1.1.3.2.1.07	IR e CSLL a Recuperar	14.403,42
1.1.3.2.1.98	Outros Tributos a Recuperar	751,27
1.1.3.8.1.09	Numerários em Trânsito (F)	1.115.072,00
1.1.9.9.1.04	Sequestros Judiciais a Regularizar (P)	3.280.867,47
1.1.9.9.1.05	Devolução de Saldo de Convênio a Apropriar (P)	4.062.986,78
1.1.9.9.1.98	Outras VPD a Apropriar (P)	2.510.744,09
Total		10.984.825,03

Fonte: SEFAZ/CECAI

Já no grupo “Saídas de Caixa Regularizadas” registra-se as regularizações em 2018 referentes a sequestros judiciais, devolução de saldos de convênios e outras despesas que ficaram pendentes de regularização em 2017. Representando assim o movimento a crédito das contas contábeis: 1.1.3.2.1.07, 1.1.3.8.1.09, 1.1.9.9.1.04, 1.1.9.9.1.05 e 1.1.9.9.1.98.

TABELA 184

Demonstrativo das Saídas de Caixa Regularizadas da Administração Indireta

(R\$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
1.1.3.2.1.07	IR e CSLL a Recuperar	15.074,53
1.1.3.8.1.09	Numerários em Trânsito (F)	525.424,56
1.1.9.9.1.04	Sequestros Judiciais a Regularizar (P)	5.290.797,46
1.1.9.9.1.05	Devolução de Saldo de Convênio a Apropriar (P)	2.326.319,69
1.1.9.9.1.98	Outras VPD a Apropriar (P)	2.096.997,44
Total		10.254.613,68

Fonte: SEFAZ/CECAI

Adicionalmente, nas “entradas de caixa a regularizar” evidenciam-se as entradas de valores nos extratos bancários que não foram identificados em conciliação bancária e são representadas pelo movimento a crédito da conta contábil 2.1.8.9.1.36.02 - Receitas a Classificar (F). Na Administração Indireta, essa conta apresenta-se com montante de R\$ 3.097.872,70.

O grupo de “entradas de caixa regularizadas”, no valor de R\$ 3.111.179,96, constitui-se no movimento a débito da conta 2.1.8.9.1.36.02, que representa as regularizações em 2018, das receitas a classificar do exercício de 2017.

4.3. Balanços Consolidados

4.3.1. Balanço Orçamentário Consolidado

Conforme a Lei 4.320/64, o Balanço Orçamentário consiste na comparação entre as receitas previstas com as realizadas e entre as despesas fixadas com as executadas.

Dessa forma esse demonstrativo apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica, origem e espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação (STN, 2015).

Adicionalmente acrescenta-se que o Balanço Orçamentário é composto por:

- a. Demonstrativo Principal;
- b. Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e
- c. Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Processados.

A seguir evidencia-se cada um desses demonstrativos.

TABELA 185

Demonstrativo do Balanço Orçamentário Consolidado

(R\$1,00)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d=(c-b)
Receitas Correntes (I)	24.198.411.110,00	25.264.159.460,20	24.815.683.156,79	-448.476.303,41
Receita Tributária	12.663.617.284,00	12.974.397.337,81	12.944.666.766,02	-29.730.571,79
Receita de Contribuições	1.827.849.676,00	2.048.769.676,00	1.923.363.405,06	-125.406.270,94
Receita Patrimonial	957.134.620,00	971.047.799,26	771.872.867,71	-199.174.931,55
Receita Agropecuária	0,00	0,00	8.290,92	8.290,92
Receita de Serviços	122.534.898,00	141.949.045,35	120.267.197,18	-21.681.848,17
Transferências Correntes	8.007.725.787,00	8.089.910.039,10	7.930.162.233,41	-159.747.805,69
Outras Receitas Correntes	619.548.845,00	1.038.085.562,68	1.125.342.396,49	87.256.833,81
Receitas de Capital	3.170.993.791,00	3.775.768.988,21	1.484.162.527,86	-2.291.606.460,35
Operações de Crédito	2.124.808.976,00	2.606.226.411,49	908.064.839,15	-1.698.161.572,34
Alienação de Bens	61.278,00	93.478,00	14.494.759,01	14.401.281,01
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	3.496.246,20	3.496.246,20
Transferências de Capital	1.046.123.537,00	1.066.949.098,72	410.908.696,13	-656.040.402,59
Outras Receitas de Capital	0,00	102.500.000,00	147.197.987,37	44.697.987,37
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I)+(II)	27.369.404.901,00	29.039.928.448,41	26.299.845.684,65	-2.740.082.763,76
REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III)=(I+II)	27.369.404.901,00	29.039.928.448,41	26.299.845.684,65	-2.740.082.763,76
DÉFICIT (VI)	0,00	730.361.782,16	680.578.766,23	-49.783.015,93
TOTAL (VII)=(V+VI)	27.369.404.901,00	29.770.290.230,57	26.980.424.450,88	-2.789.865.779,69
SALDO DE EXERC. ANTERIORES				
(UTILIZ. PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	0,00	3.361.635.168,27	730.911.271,71	-2.630.723.896,56
Superávit Financeiro	0,00	3.361.635.168,27	730.911.271,71	
Reabertura de Crédito Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INIC. (e)	DOTAÇÃO ATUAL. (d)	DESP. EMPENHADAS (g)	DESP. LIQUIDADAS (h)	DESP. PAGAS (i)	SDO DOTAÇÃO J=(f-g)
Despesas Correntes (VIII)	22.608.605.682,00	24.128.480.272,41	23.083.877.847,92	22.688.941.180,12	22.452.369.504,49	1.044.602.424,49
Pessoal e Encargos Sociais	12.497.629.818,00	12.781.896.607,66	12.238.296.004,43	12.238.037.175,81	12.129.444.802,31	543.600.603,23
Juros e Encargos da Dívida	562.754.611,00	567.521.311,53	562.907.752,50	562.907.752,50	562.907.752,50	4.613.559,03
Outras Despesas Correntes	9.548.221.253,00	10.779.062.353,22	10.282.674.090,99	9.887.996.251,81	9.760.016.949,68	496.388.262,23
Despesas de Capital (IX)	4.706.859.269,00	5.641.809.958,16	3.896.546.602,96	3.708.516.052,71	3.689.592.129,55	1.745.263.355,20
Investimentos	3.756.181.815,00	4.642.657.005,91	2.921.324.110,41	2.733.293.560,16	2.714.369.637,00	1.721.332.895,50
Inversões Financeiras	52.674.417,00	178.730.688,10	168.834.870,55	168.834.870,55	168.834.870,55	9.895.817,55
Amortização da Dívida	898.003.037,00	820.422.264,15	806.387.622,00	806.387.622,00	806.387.622,00	14.034.642,15
Reserva de Contingência (X)	53.939.950,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	53.939.950,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI)=(VIII+IX+X)	27.369.404.901,00	29.770.290.230,57	26.980.424.450,88	26.397.457.232,83	26.141.961.634,04	2.789.865.779,69
AMORT. DA DÍV. REFINANC. (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna						0,00
Amortização da Dívida Externa						0,00
SUBTOTAL COM REFINANC. (XIII)=(XI+XII)	27.369.404.901,00	29.770.290.230,57	26.980.424.450,88	26.397.457.232,83	26.141.961.634,04	2.789.865.779,69
SUPERÁVIT (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (X)=(XIII+XIV)	27.369.404.901,00	29.770.290.230,57	26.980.424.450,88	26.397.457.232,83	26.141.961.634,04	2.789.865.779,69

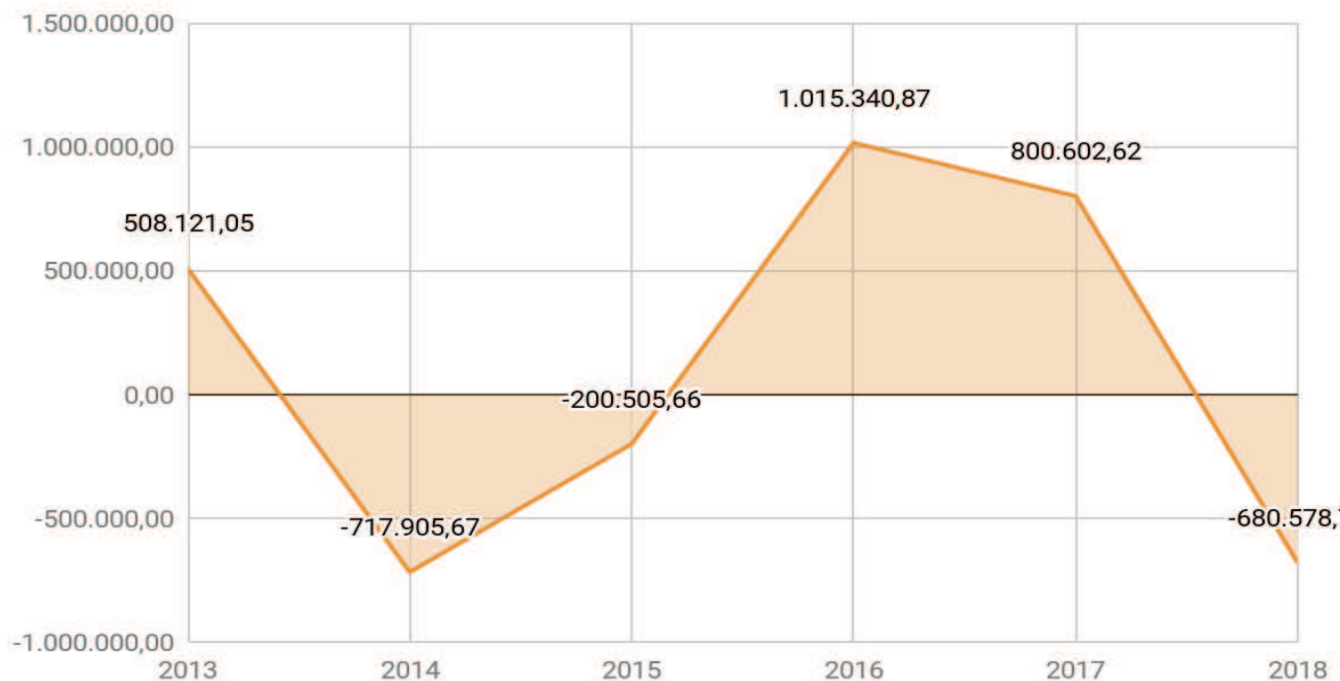
Fonte: SEFAZ/CECAD

No Balanço Orçamentário Consolidado, da confrontação entre a Receita Arrecadada e a Despesa Realizada, no exercício de 2018, verifica-se um déficit orçamentário de R\$ 680.578.766,23

GRÁFICO XXXV

Trajetória do Resultado Orçamentário Consolidado - 2013 a 2018

(R\$ 1.000,00)



Fonte: SEFAZ/CECAD

No demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Não Processados - Anexo 1 - evidencia-se os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução (liquidação, pagamento e cancelamento). A tabela seguinte demonstra os valores obtidos no Estado.

TABELA 186

Demonstrativo da Execução de Restos a Pagar não Processados - Anexo 1 - Consolidado

(R\$ 1,00)

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	EM EXERC. ANT. (a)	EM 31/12 DO EXERC. ANT. (b)	LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	14.621.961,19	304.284.340,18	168.838,88	268.997.851,70	23.475.473,16	26.432.976,51
-Pessoal e Encargos Sociais	363.070,51	0,00	7.559,88	27.319,35	335.751,16	0,00
- Outras Despesas Correntes	14.258.890,68	304.284.340,18	161.279,00	268.970.532,35	23.139.722,00	26.432.976,51
DESPESA DE CAPITAL	15.723.812,45	341.009.779,57	2.889.919,59	252.211.523,63	74.586.411,14	29.935.657,25
-Investimentos	15.723.812,45	341.009.779,57	2.889.919,59	252.211.523,63	74.586.411,14	29.935.657,25
- Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL:	30.345.773,64	645.294.119,75	3.058.758,47	521.209.375,33	98.061.884,30	56.368.633,76

Fonte: SEFAZ/CECAD

Por sua vez, no demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Processados - Anexo 2 - apresenta-se-se os restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução (liquidação, pagamento e cancelamento). A tabela abaixo evidencia os valores obtidos no Estado.

TABELA 187

Demonstrativo da Execução de Restos a Pagar Processados - Anexo 2 - Consolidado
(R\$ 1,00)

RESTOS A PAG. PROCESSADOS	EM EXERC. ANT. (a)	EM 31/12 DO EXERC. ANT. (b)	LIQUID. (c)	PAGOS (d)	CANC. (e)	SALDO (f) = (a+b-d-e)
DESPEAS CORRENTES	813.888,55	193.199.387,39	0,00	186.506.169,50	2.727.083,24	4.780.023,20
Pessoal e Encargos Sociais	211.412,35	52.651.582,62	0,00	52.289.380,73	208.741,35	364.872,89
Outras Despesas Correntes	602.476,20	140.547.804,77	0,00	134.216.788,77	2.518.341,89	4.415.150,31
DESPEAS DE CAPITAL	1.901.268,95	25.060.520,30	0,00	22.185.957,64	1.165.634,45	3.610.197,16
Investimentos	1.901.268,95	25.060.520,30	0,00	22.185.957,64	1.165.634,45	3.610.197,16
TOTAL:	2.715.157,50	218.259.907,69	0,00	208.692.127,14	3.892.717,69	8.390.220,36

Fonte: SEFAZ/CECAD

No total da Receita e Despesa Orçamentária, constam as Receitas e Despesas Intraorçamentárias. A tabela abaixo demonstra o detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, evidenciando-se por categoria econômica e confrontando o orçamento inicial e suas alterações com a sua realização.

TABELA 188

Demonstrativo das Receitas e Despesas Intraorçamentárias Consolidadas

(R\$ 1,00)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO (c) = (b - a)
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	21.725,00	21.725,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	29.013.108,00	29.013.108,00	277.661.399,37	248.648.291,37
Outras Receitas	24.004.200,00	24.004.200,00	263.514.731,07	239.510.531,07
Outras Restituições	5.008.908,00	5.008.908,00	14.145.331,68	9.136.423,68
Multas de Outras Origens			1.336,62	1.336,62
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.134.795.102,00	1.249.795.102,00	1.192.608.224,25	-57.186.877,75
Contribuições p o Regime Prop Previd Servidor Público	1.132.589.497,00	1.247.589.497,00	1.190.605.572,83	-56.983.924,17
Outras Contribuições Sociais	2.205.605,00	2.205.605,00	2.002.651,42	-202.953,58
RECEITAS DE TRIBUTOS	4.669.210,00	5.154.210,00	197.851,00	-4.956.359,00
Taxas pela Prestação de Serviços	1.781.484,00	1.781.484,00	178.411,93	-1.603.072,07
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	7.000,00	3.372.726,00	19.439,07	-3.353.286,93
Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	2.880.726,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE SERVIÇOS	40.936.329,00	40.936.329,00	34.823.620,02	-6.112.708,98
Serviços de Processamento de Dados	40.924.829,00	40.924.829,00	29.236.803,42	-11.688.025,58
Outros Serviços	11.500,00	11.500,00	5.586.816,60	5.575.316,60
TOTAL GLOBAL (j)	1.209.413.749,00	1.324.898.749,00	1.505.312.819,64	180.414.070,64
DÉFICIT (m) = j-b-fl			103.686.075,59	

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESP. EMPENHADAS (f)	DESP. LIQUIDADAS (g)	DESP. PAGAS (h)	SDO DA DOTAÇÃO i = (e - f)
DESPEAS CORRENTES	1.206.675.623,00	1.638.373.870,81	1.603.540.040,37	1.600.046.964,80	1.507.264.991,43	34.833.830,44
Pessoal e Encargos Sociais	1.136.497.190,00	1.276.135.565,11	1.260.278.894,42	1.260.185.456,62	1.168.707.666,87	15.856.670,69
Outras Despesas Correntes	70.178.433,00	362.238.305,70	343.261.145,95	339.861.508,18	338.557.324,56	18.977.159,75
DESPEAS DE CAPITAL	2.738.126,00	6.511.978,04	5.479.864,12	5.403.056,79	5.402.560,84	1.032.113,92
Investimentos	2.738.126,00	6.511.978,04	5.479.864,12	5.403.056,79	5.402.560,84	1.032.113,92
TOTAL GLOBAL (l)	1.209.413.749,00	1.644.885.848,85	1.609.019.904,49	1.605.450.021,59	1.512.667.552,27	35.865.944,36

Fonte: SEFAZ/CECAD

A diferença entre as receitas intraorçamentárias realizadas e as despesas intraorçamentárias pagas está evidenciada na nota explicativa BOCON-03. Tratando-se de receitas e despesas intraorçamentárias, observa-se que a realização da receita excedeu a previsão atualizada em R\$180.435.079,90. Outrossim, constata-se que a dotação atualizada foi superior a despesa empenhada no valor de R\$35.865.944,36. Do cotejamento entre a receita realizada e a despesa empenhada resultou um déficit orçamentário de R\$103.686.075,59. Importante esclarecer que a maior parte das receitas intraorçamentárias é realizada nos órgãos da Administração Indireta.

4.3.1.1. Notas Explicativas do Balanço Orçamentário Consolidado

BOCON-01 - Critérios utilizados na elaboração do Balanço Orçamentário e Composição da Receita e Despesa Orçamentária:

Para o preenchimento deste balanço, utilizam-se as classes 5, grupo 2 (Orçamento Aprovado: Previsão da Receita e Fixação da Despesa) e classe 6, grupo 2 (Execução do Orçamento: Realização da Receita e Execução da Despesa) do plano de contas.

A Previsão Inicial da Receita está evidenciada no Balanço Orçamentário pelo saldo da conta contábil 5.2.1.1 (Previsão Inicial da Receita). Já a previsão atualizada é demonstrada pelo seu valor líquido, representada pelo saldo da conta contábil 5.2.1.1 (Previsão Inicial da Receita), adicionada do saldo da conta 5.2.1.2.1 (Previsão Adicional da Receita) e reduzida do saldo da conta 5.2.1.2.9 (Anulação da Previsão da Receita). A Tabela abaixo apresenta a composição da Previsão Atualizada da Receita Orçamentária para o Exercício de 2018:

TABELA 189
Demonstrativo da Composição da Previsão Atualizada-Consolidada

(R\$ 1,00)

CONTA	VALOR
5.2.1.1 - Previsão Inicial	27.369.404.901,00
(+) 5.2.1.2.1 - Previsão Adicional da Receita	1.730.657.351,10
(-) 5.2.1.2.9 - Anulação da Previsão da Receita	60.133.803,69
(=) Previsão Atualizada	29.039.928.448,41

Fonte: SEFAZ/CECAI

O valor das receitas realizadas também evidencia o valor líquido da arrecadação e é obtido pela diferença entre os saldos das contas contábeis 6.2.1.2 (Receita Realizada) e 6.2.1.3 (Deduções da Receita Orçamentária). A Tabela abaixo apresenta a composição da Receita Orçamentária Realizada no Exercício de 2018:

TABELA 190

Demonstrativo da Composição da Receita Realizada- Consolidada

(R\$ 1,00)

CONTA	VALOR
6.2.1.2 – Receita Realizada	29.507.676.159,83
6.2.1.3 – Deduções da Receita Orçamentária	3.207.830.475,18
(=) Receita Líquida Realizada (apresentada no Balanço Orçamentário)	26.299.845.684,65

Fonte: SEFAZ/CECAI

A Dotação Inicial é obtida pelo saldo da conta contábil 5.2.2.1.1 (Dotação Inicial). Já a dotação atualizada é evidenciada pelo valor da dotação inicial mais os créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício, deduzidas as anulações/cancelamentos correspondentes. Dessa forma, é evidenciada pelo somatório das contas: 5.2.2.1.1 (Dotação Inicial) e 5.2.2.1.2 (Dotação Adicional por Tipo de Crédito), subtraída da conta contábil 5.2.2.1.9 (Cancelamento/Remanejamento de Dotação). A Tabela abaixo detalha a composição da dotação atualizada para o Exercício de 2018:

TABELA 191

Demonstrativo da Composição da Dotação Atualizada - Consolidada

(R\$ 1,00)

CONTA	VALOR
5.2.2.1.1 - Dotação Inicial	27.369.404.901,00
(+) 5.2.2.1.2 - Dotação Adicional por Tipo de Crédito	7.949.819.599,40
(-) 5.2.2.1.9 - Cancelamento/Remanejamento de Dotação	5.548.934.269,83
(=) Dotação Atualizada	29.770.290.230,57

Fonte: SEFAZ/CECAI

A Despesa Empenhada é evidenciada pelo saldo do grupo de contas 6.2.2.1.3 (Crédito utilizado). A composição da despesa liquidada se dá pelo somatório entre o saldo das contas do grupo 6.2.2.1.3.03 (Crédito Empenhado Liquidado a Pagar) e 6.2.2.1.3.04 (Crédito Empenhado Pago). Já a despesa paga é obtida pelo saldo das contas do grupo 6.2.2.1.3.04 (Crédito Empenhado Pago).

Na tabela que segue, evidencia-se a fixação e execução da despesa por tipo de crédito.

TABELA 192

Demonstrativo da Fixação e Execução da Despesa por Tipo de Crédito Consolidada

(R\$ 1,00)

Tipo de Crédito	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenho	Liquidação	Pagamento
Ordinário e Suplementar	27.606.283.864,00	29.984.286.957,94	26.962.432.542,26	26.380.278.500,94	26.124.906.239,67
Especial		22.883.235,63	17.991.908,62	17.178.731,89	17.055.394,37
Extraordinário					
Total	27.606.283.864,00	30.007.170.193,57	26.980.424.450,88	26.397.457.232,83	26.141.961.634,04

Fonte: SEFAZ/CECAI

BOCON-02 - Utilização do Superávit Financeiro de 2017 para cobertura do déficit de previsão orçamentário de 2018

O déficit de previsão verificado no Balanço Orçamentário Consolidado do Estado, obtido pela comparação entre a previsão atualizada da receita (R\$ 29.039.928.448,41) com a dotação da despesa atualizada (R\$ 29.770.290.230,57), no valor de R\$ 730.361.782,16, foi coberto com parte do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2017.

O valor do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2017 (R\$ 3.361.635.168,27) está destacado na linha “Saldo de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais)/Superávit Financeiro”. Desse valor, R\$ 730.911.271,71, foi utilizado em 2018 e está evidenciado na linha “Saldo de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais)/Superávit Financeiro” com coluna “Receitas Realizada”.

BOCON-03 - Receitas e Despesas Decorrentes de Operações Intraorçamentárias

Em 2018, foi verificada diferença entre o total das Receitas e Despesas Intraorçamentárias de R\$ -7.354.732,63, conforme demonstra a Tabela a seguir:

TABELA 193

Demonstrativo das Receitas e Despesas Intraorçamentárias - Consolidadas

(R\$ 1,00)

VALORES INTRAORÇAMENTÁRIAS EM 31/12/2018	VALOR
Receitas Intraorçamentárias - Valores Líquidos Arrecadados no Exercício	1.505.312.819,64
Despesas Intraorçamentárias - Valores Pagos no Exercício	1.512.667.552,27
Diferença entre Receitas e Despesas Intraorçamentárias	-7.354.732,63

Fonte: SEFAZ/CECAI

A metodologia estabelecida pela legislação de Contabilidade Aplicada ao Setor Público para o registro das receitas e despesas Intraorçamentárias não permite a compatibilização de seus valores dentro do exercício financeiro, devido a diversas

concepções e diferenças operacionais para registro dessas receitas e despesas. Esse contexto enseja a necessidade de edição de nota explicativa em cada exercício financeiro de referência para composição das diferenças.

É mister mencionar que a legislação de direito financeiro estabelece, para o setor público, que os regimes contábeis da receita e despesa orçamentária são distintos (Lei 4.320/64, art. 35). Conforme a norma, o reconhecimento da despesa intraorçamentária se dá pelo empenho, enquanto que a arrecadação e o recebimento efetivo desses valores ocorrem em outro momento, posterior ao empenhamento das despesas. Se a compatibilização das receitas e despesas intraorçamentárias ocorresse com base nas despesas empenhadas, a diferença seria ainda maior. A título de informação, o Estado do Ceará empenhou despesas intraorçamentárias, em 2018, no montante de R\$1.609.019.904,49

Comparando a despesa empenhada e paga, já partiríamos com uma diferença de R\$ 96.352.352,22. Isso justifica a decisão de compatibilizar a receita intraorçamentária arrecadada com a despesa paga, já que o momento de ocorrência desses fatos tende a ser mais aproximado.

Entretanto, mesmo comparando receitas e despesas intraorçamentárias quando da ocorrência dos fluxos financeiros (arrecadação e pagamento), não há como compatibilizar totalmente os valores dentro do exercício, uma vez que as operações que registram a receita e despesa intraorçamentária ocorrem envolvendo Unidades Gestoras e momentos distintos. A seguir, apresentam-se a receita e despesa intraorçamentárias ajustada, considerando as situações que ensejaram tal diferença:

TABELA 194
Demonstrativo da Composição das Diferenças entre a Receita e a Despesa
Intraorçamentárias Consolidadas (Modalidade 91)

(R\$ 1,00)

ORÇAMENTÁRIA(MOD 91) E EXTRAORÇAMENTÁRIA 2018	RECEITA	DESPESA	DIFERENÇA
Orçamentária (modalidade 91) do exercício	1.505.312.819,64	1.512.667.552,27	-7.354.732,63
Ajuste da receita - administração direta	28.184.430,40	0,00	28.184.430,40
Ajuste da receita - administração indireta	1.581.508,54	0,00	1.581.508,54
Restos a Pagar decorrente da realização indevida modalidade 91	133.886,80	0,00	133.886,80
Extra-orçamentária de exercícios anteriores (modalidade 91)	0,00	29.899.825,74	-29.899.825,74
TOTAL	1.535.212.645,38	1.542.567.378,01	-7.354.732,63

Fonte: SEFAZ/CECAI

Nota: Este Quadro evidencia a receita e a despesa intra-orçamentárias pelos valores totais de arrecadação e pagamento do exercício.

BOCON-04 - Tratamento dado aos Restos a Pagar Não Processados Liquidados no Demonstrativo Consolidado

Em virtude da sistemática adotada pelo estado do Ceará para tratamento dos Restos a Pagar não Processados que foram liquidados em exercícios anteriores, não houve a transferência dos Restos a Pagar não Processados liquidados em 2017 para o saldo inicial dos Restos a Pagar Processados em 2018. Portanto, o saldo inicial dos Restos a Pagar não Processados Liquidados em exercícios anteriores compõe o Quadro da Execução de Restos a Pagar não Processados, conforme cálculo é evidenciado na tabela abaixo:

TABELA 195

Demonstrativo do Cálculo do Saldo Inicial dos Restos a Pagar Não Processados Inscritos em Exercícios Anteriores- Consolidado

CONTA CONTÁBIL (SALDO INICIAL)	(R\$ 1,00) VALOR
6.3.1.1.0.02 - RP Não Processados a Liquidar - 2º Exercício	27.428.113,92
(+) 6.3.1.3.0.02 - RP Não Processados Liquidados a Pagar - 2º Exercício	2.918.915,53
(=) Total dos Restos a Pagar Não Processados de exercícios anteriores	30.347.029,45
Valor constante no saldo inicial de exercícios anteriores dos RPNP - Anexo I	30.345.773,64

Fonte: SEFAZ/CECAI

A diferença de R\$ 1.255,81 constante na tabela acima decorre de inscrição em Restos a Pagar não Processado Liquidado a Pagar do segundo exercício, vinculada à Unidade Gestora - UG FERMOJU, código nº 040101, relativos a Restos a Pagar não Processados Liquidados a Pagar inscritos em exercícios anteriores e que, no momento da inscrição, não foram informadas retenções a pagar. Entretanto, ao efetuar os pagamentos em 2018, as UGs informaram que os restos inscritos na verdade se tratavam de retenções.

BOCON-05 - Comparativo entre o Anexo 1 - Demonstração dos Ingressos e Dispêndios segundo as Categorias Econômicas e o Anexo 10 - Comparativo dos Ingressos Orçados com os Arrecadados e o Balanço Orçamentário

Os grupos de receitas orçamentárias na Demonstração dos Ingressos e Dispêndios segundo as Categorias Econômicas estão apresentadas por seus valores brutos e o total de deduções apresentadas em separado, totalizados por categoria econômica - sem referência ao grupo restituído. No Balanço Orçamentário e no Anexo 10 – Comparativo dos Ingressos Orçados com os Arrecadados, a receita orçamentária arrecadada por grupo está apresentada pelos valores líquidos - já descontados os valores restituídos.

Por conta disso, é possível que a receita por grupo na Demonstração dos Ingressos e Dispêndios segundo as Categorias Econômicas apresente valores diferentes quando comparados com a receita por grupo no Balanço Orçamentário e no Anexo 10 – Comparativo dos Ingressos Orçados com os Arrecadados - que apresentam valores líquidos. A Receita Orçamentária Realizada Total e por Categoria Econômica apresentam os mesmos valores nos três demonstrativos.

BOCON-06 - Saldo para o Exercício Seguinte dos Restos a Pagar Processados apresentado no Anexo 2 do Balanço Orçamentário do Estado

O valor do saldo dos Restos a Pagar Processados de 2017 a serem quitados no exercício seguinte (em 2019), de R\$ 8.390.220,43, apresentado no Anexo II do Balanço Orçamentário, Quadro Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar de

Exercícios Anteriores do Estado, difere do valor apresentado na Dívida Flutuante do Estado em R\$ 27.887,56 (o valor registrado no Demonstrativo da Dívida Flutuante é de R\$ 8.362.332,87). A diferença acima é representada por pagamentos das listados na Tabela 195-A , relativos a restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e que, no momento da inscrição, não foram informadas retenções a pagar. Entretanto, ao efetuar os pagamentos em 2018, as UGs informaram que os restos inscritos na verdade se tratavam de retenções.

TABELA 195-A
Restos a Pagar Inscritos Pagos com Retenção

CÓDIGO	GESTORAS	PROCESSADOS / 1º EXERCÍCIO ANTERIOR	PROCESSADOS / 2º EXERCÍCIO ANTERIOR	NÃO PROCESSADOS / 2º EXERCÍCIO ANTERIOR
	DIRETAS			
101071	PERFOCE	-1.353,73	0,00	0,00
150001	PGJ	-15.763,94	0,00	0,00
190001	SEFAZ	-16,97	0,00	0,00
210001	SDA	0,00	-1.840,78	0,00
220001	SEDUC	0,00	0,00	0,00
430001	CIDADES	-26,45	0,00	0,00
470001	STDS	-2.558,39	0,00	0,00
550001	SPA	-2.001,05	0,00	0,00
	Subtotal	-21.720,53	-1.840,78	0,00
	INDIRETAS			
40101	FERMOJU	0,00	0,00	-1.255,81
211101	ADAGRI	-2.502,38	0,00	0,00
240101	FUNDES	-1.823,87	0,00	0,00
240479	HPM	0,00	0,00	0,00
	Subtotal	-4.326,25	0,00	-1.255,81
	TOTAL	-26.046,78	-1.840,78	-1.255,81

Fonte: S2GPR\CECAD\CECAI

Como a partir do exercício de 2015 o S2GPR separa a inscrição de restos a pagar das consignações retidas a pagar (não considerando mais estas incluídas na inscrição dos restos a pagar), a UG precisa informar as retenções a pagar em cada processo antes de efetuar a inscrição dos restos a pagar, respeitando os princípios contábeis da oportunidade e competência. Quando esse procedimento não é adotado, sempre será necessário ajustar contabilmente a inscrição dos restos a pagar para subtrair dos valores inscritos o valor das consignações a pagar que não foram devidamente retidas.

É possível apresentar adequadamente o ajuste contábil mencionado acima no Demonstrativo da Dívida Flutuante, uma vez que há campo para evidenciar os ajustes das inscrições de restos a pagar no movimento do exercício. O mesmo não pode ser feito nos Anexos I e II do Balanço Orçamentário, uma vez que não é possível alterar o saldo inicial dos restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e os ajustes de inscrição acima citados não são capturados pelo *layout* dos anexos, que somente consolidam os movimentos do exercício (liquidações, pagamentos e/ou cancelamentos).

4.3.2 Balanço Financeiro Consolidado

Segundo a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécies provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. Assim, o Balanço Financeiro é um quadro com duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos

Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios.

O resultado financeiro do exercício corresponde à diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários com os extraorçamentários e dos dispêndios orçamentários e extraorçamentários. Se os ingressos forem maiores que os dispêndios, ocorrerá um superávit; caso contrário, ocorrerá um déficit. Este resultado não deve ser entendido como superávit ou déficit financeiro do exercício, cuja apuração é obtida por meio do Balanço Patrimonial. O resultado financeiro do exercício pode ser também apurado pela diferença entre o saldo em espécie para o exercício seguinte e o saldo em espécie do exercício anterior. Observa-se portanto que o Estado apresentou um *déficit financeiro* de R\$ 419.589.805,28 no exercício de 2018.

O Balanço Financeiro evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público no período a que se refere, e discrimina:

- (a) a receita orçamentária realizada por destinação de recurso (destinação vinculada e/ou destinação ordinária);
- (b) a despesa orçamentária executada por destinação de recurso (destinação vinculada e/ou destinação ordinária);
- (c) os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
- (d) as transferências financeiras decorrentes, ou não, da execução orçamentária; e
- (e) o saldo inicial e o saldo final em espécie.

O Balanço Financeiro de 2018 evidenciou que os ingressos orçamentários totalizaram R\$ 26.299.845.684,65 e os dispêndios orçamentários de 2018 somaram a quantia de R\$ 26.980.424.450,88, o que representa um déficit no valor de R\$ 609 milhões.

As transferências financeiras recebidas e concedidas totalizaram o montante de R\$ 21.112.227.220,38. Os ingressos extra-orçamentários aumentaram, no exercício de 2018, totalizando a quantia de R\$ 13.831.596.927,57. No mesmo período, dispêndios extra-orçamentários totalizaram a quantia de R\$ 13.570.607.966,62.

O saldo de disponibilidade evidenciado para o exercício seguinte é de R\$ 5.070.941.539,34, o que representa um valor de R\$ 419.589.805,28 inferior ao saldo final de disponibilidade do exercício de 2017.

TABELA 196

Demonstrativo do Balanço Financeiro Consolidado

(R\$ 1,00)

INGRESSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ESPECIFICAÇÃO		
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	26.299.845.684,65	25.408.954.803,79
Ordinária	19.580.894.071,27	17.802.621.950,80
Vinculada	6.718.951.613,38	7.606.332.852,99
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	21.112.227.220,38	19.230.763.324,90
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	13.831.596.927,57	12.204.232.833,58
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR	5.490.531.344,62	3.766.860.778,32
TOTAL	66.734.201.177,22	60.610.811.740,59

DISPÊNDIOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ESPECIFICAÇÃO		
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	26.980.424.450,88	24.608.352.182,76
Ordinária	19.757.271.500,57	18.262.788.228,16
Vinculada	7.223.152.950,31	6.345.563.954,60
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	21.112.227.220,38	19.230.763.324,90
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	13.570.607.966,62	11.281.164.888,31
SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	5.070.941.539,34	5.490.531.344,62
TOTAL	66.734.201.177,22	60.610.811.740,59

Fonte: SEFAZ/CECAD

4.3.2.1. Notas Explicativas do Balanço Financeiro Consolidado

BFCO-01 - Critérios utilizados na elaboração do Balanço Financeiro

Para o grupo de Receita Orçamentária são consideradas as receitas orçamentárias arrecadadas pelo seu valor líquido (6.2.1.2 - Receita Realizada - 6.2.1.3 - Deduções da receita orçamentária).

Já as despesas orçamentárias expostas no Balanço Financeiro estão evidenciadas pelo valor empenhado, em obediência ao parágrafo único do art. 103 da Lei 4.320/1964 e esse valor é obtido pelo saldo da conta 6.2.2.1.3 (Crédito Utilizado).

O grupo de Transferências Financeiras Recebidas (4.5.1) e Concedidas (3.5.1) refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado do Ceará.

No grupo de recebimentos extraorçamentários são evidenciados os ingressos não previstos no orçamento, que serão restituídos em época própria, por decisão administrativa ou sentença judicial. Da mesma forma, também está inclusa, a inscrição de restos a pagar, com o objetivo de compensar o valor da despesa orçamentária imputada como realizada, mas que não foi paga no exercício, conforme determina o parágrafo único do art. 103 da Lei nº 4.320/1964.

Já no grupo de Pagamentos Extraorçamentários são evidenciados os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, como os relativos a obrigações que representaram ingressos extraorçamentários (devolução de depósitos, cauções, consignações), bem como os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício.

O saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte, representa o saldo inicial e final das contas de caixa e equivalente de caixa (1.1.1) e de ativo financeiro (1.1.2.2.2.04, 1.1.2.2.2.05, 1.1.2.2.2.06, 1.1.3.8.1.09, 1.1.3.8.2.10, 1.1.3.8.2.35).

BFCON-02 - Inscrição de Restos a Pagar Processados

A inscrição de Restos a Pagar Processados do exercício 2018 apresentado no Balanço Financeiro do Estado corresponde a R\$ 255.467.711,23. O valor da inscrição de Restos a Pagar Processados é apurado e evidenciado no Balanço Orçamentário pela diferença entre a Despesa Liquidada (R\$ 26.397.457.232,83) e a Paga (R\$ 26.141.961.634,04) totaliza R\$ 255.495.598,79. Observa-se, portanto, uma diferença de R\$ 27.887,56.

Conforme já explicado na **Nota BOCON-06** - Saldo para o Exercício Seguinte dos Restos a Pagar Processados apresentado no Anexo II do Balanço Orçamentário do Estado, houve a necessidade de se fazer ajuste na inscrição de Restos a Pagar Processados em virtude de pagamentos registrados nas gestoras descritas na Tabela 195-A, relativos a restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e que, no momento da inscrição, não foram informadas retenções a pagar. Entretanto, ao efetuar os pagamentos em 2018, as UGs informaram que os restos inscritos na verdade se tratavam de retenções.

Como a partir do exercício de 2015 o S2GPR separa a inscrição de restos a pagar das consignações retidas a pagar (não considerando mais estas incluídas na inscrição dos restos a pagar), a UG precisa informar as retenções a pagar em cada processo antes de efetuar a inscrição dos restos a pagar, respeitando os princípios contábeis da oportunidade e competência. Quando esse procedimento não é adotado, sempre será necessário ajustar contabilmente a inscrição dos restos a pagar para subtrair dos valores inscritos o valor das consignações a pagar que não foram devidamente retidas.

Como o Balanço Financeiro não possui campo para evidenciar em separado as inscrições de restos a pagar de exercícios anteriores, uma vez que ele só demonstra a inscrição de restos a pagar do exercício, a alternativa encontrada foi registrar o ajuste na linha Inscrição de Restos a Pagar Processados. No referido campo, foi reduzido do valor total a ser inscrito a importância de R\$ 27.887,56, já que este valor foi executado financeiramente em 2018 como consignações retidas e pagas, na linha Consignações de Exercícios Anteriores. Esse ajuste foi necessário para que se pudesse fechar o valor das disponibilidades para o exercício seguinte evidenciadas no Balanço Financeiro.

BFCON-03 - Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários - Outros Valores Restituíveis

A tabela abaixo evidencia a composição dos recebimentos de Outros Valores Restituíveis, calculada pelo movimento a crédito das seguintes contas contábeis:

TABELA 197

Demonstrativo do Cálculo dos Recebimentos de Outros Valores Restituíveis - Consolidado

(R\$ 1,00)

CÓDIGO DA CONTA	TÍTULO DA CONTA	VALOR
2.1.8.8.1.01.03	Consignações de Exercícios Anteriores - Legado SIC	23.641.880,57
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	324.366.544,30
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	221.579.179,60
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	7.379.752.719,57
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	10.793.741,85
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação	44.410,79
2.1.8.8.1.99	Outros Valores Restituíveis	192.053,22
2.1.8.8.2.04	Depósitos Não Judiciais	1.373.836,75
2.1.8.8.2.09	Cheque Salário - Antecipação	188.115.400,00
2.1.8.8.2.35	Adiantamentos Tesouro (F)	0,00
2.1.8.9.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar	1.157.591.273,31
2.1.8.9.2.12	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Repassar	32.796.035,29
TOTAL		9.340.247.075,25

Fonte: SEFAZ/CECAD

A tabela a seguir evidencia a composição dos pagamentos de Outros Valores Restituíveis, calculada pelo movimento a débito das seguintes contas contábeis:

TABELA 198

Demonstrativo do Cálculo dos Pagamentos de Outros Valores Restituíveis - Consolidado

(R\$ 1,00)

CÓDIGO DA CONTA	TÍTULO DA CONTA	VALOR
2.1.8.8.1.01.03	Consignações de Exercícios Anteriores - Legado SIC	47.415.460,90
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	312.466.082,46
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	222.070.324,87
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	7.322.887.652,12
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	12.281.260,57
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação	42.179,94
2.1.8.8.1.99	Outros Valores Restituíveis	57.936,58
2.1.8.8.2.09	Cheque Salário - Antecipação	188.115.400,00
2.1.8.8.2.04.07	Depósitos para Quem de Direito	38.596,04
2.1.8.8.2.35	Movimentações Financeiras a Repassar	11.300,00
2.1.8.9.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar	1.157.955.957,04
2.1.8.9.2.12	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Repassar	33.159.204,80
2.1.8.9.2.42	Arrecadação de Terceiros - DAE's Rejeitados	361,18
TOTAL		9.296.501.716,50

Fonte: SEFAZ/CECAD

BFCON-04 - Valores Pendentes a Curto Prazo

Os Valores Pendentes a Curto prazo compreendem as entradas e saídas de caixa sem execução orçamentária ou financeira, registrados na Contabilidade para que o saldo de disponibilidades contábeis seja igual ao verificado nos extratos bancários.

No campo dos ingressos, há três agrupamentos de valores que compõem a linha Valores Pendentes a Curto Prazo. Primeiro, consta nesta rubrica as entradas de valores nos extratos que não foram identificados em conciliação bancária. Nesse sentido, para que a contabilidade esteja compatível com a conciliação bancária, tais valores foram lançados na conta contábil 2.1.8.9.1.36.02 - Receitas a Classificar.

Segundo, constam nesta rubrica as regularizações realizadas no exercício de 2018 referentes a sequestros judiciais e outros dispêndios que ficaram pendentes de regularização em 2017, cujos valores estavam registrados nas contas contábeis 1.1.9.9.1.04 - Sequestros Judiciais a Regularizar, 1.1.9.9.1.05 - Devolução de Saldo de Convênio a Apropriar e 1.1.9.9.1.98 - Outras VPD a Apropriar.

A tabela abaixo demonstra a composição dos valores citados acima.

TABELA 199
Demonstrativo dos Valores Pendentes a Curto Prazo (Ingressos) - Consolidado

(R\$ 1,00)

CÓDIGO DA CONTA	TÍTULO DA CONTA	VALOR
1.1.3.2.1.07	IR e CSLL a Recuperar	15.074,53
1.1.9.9.1.04	Sequestros Judiciais a Regularizar	5.827.184,36
1.1.9.9.1.05	Devolução de Saldo de Convênio a Apropriar	2.326.319,69
1.1.9.9.1.98	Outras VPD a Apropriar	10.095.015,28
2.1.8.9.1.36.02	Receitas a Classificar (F)	3.098.098,38
TOTAL		21.361.692,24

Fonte: SEFAZ/CECAD

No campo dos desembolsos, constam três agrupamentos de saldos que compõem essa linha do Demonstrativo. Primeiro, apresentam-se as saídas de caixa sem a respectiva regularização orçamentária (empenho e liquidação) no exercício, tais como sequestros judiciais, devolução de saldos de convênios e outros desembolsos a regularizar, como tarifas bancárias debitadas, registrados nas contas contábeis 1.1.3.2.1.07 - IR e CSLL a Recuperar, 1.1.9.9.1.04 - Sequestros Judiciais a Regularizar, 1.1.9.9.1.05 - Devolução de Saldo de Convênio a Apropriar e 1.1.9.9.1.98 - Outras VPD a Apropriar.

Em seguida, constam as regularizações de valores não identificados em conciliação bancária no exercício anterior. Tais valores foram baixados da conta contábil 2.1.8.9.1.36.02 - Receitas a Classificar.

A tabela abaixo demonstra a composição dos valores citados acima.

TABELA 200
Demonstrativo dos Valores Pendentes a Curto Prazo (Dispêndios) - Consolidado

(R\$ 1,00)

CÓDIGO DA CONTA	TÍTULO DA CONTA	VALOR
1.1.3.2.1.07	IR e CSLL a Recuperar	14.403,42
1.1.3.2.1.98	Outros Tributos a Recuperar	751,27
1.1.9.9.1.04	Sequestros Judiciais a Regularizar	4.394.909,95
1.1.9.9.1.05	Devolução de Saldo de Convênio a Apropriar	4.062.986,78
1.1.9.9.1.98	Outras VPD a Apropriar	10.520.795,44
2.1.8.9.1.36.02	Receitas a Classificar (F)	3.111.179,96
TOTAL		22.105.026,82

Fonte: SEFAZ/CECAD

BFCON-05 – Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Os depósitos restituíveis e valores vinculados na coluna de ingressos representam o saldo inicial dos ativos financeiros 1.1.2.2.2.04, 1.1.2.2.2.05, 1.1.2.2.2.06, 1.1.3.1.2.03, 1.1.3.8.1.09, 1.1.3.8.2.10, 1.1.3.8.2.35. Da mesma forma, o saldo final destas contas estão apresentados na mesma linha com a coluna dos dispêndios.

As contas contábeis 1.1.2.2.2.04 - Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber, 1.1.2.2.2.05 - Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Receber e 1.1.2.2.2.06 - Arrecadação a Receber - DAE's Rejeitados registram os valores de créditos a receber oriundos das receitas dos órgãos da Administração Direta e Indireta via DAE, arrecadados pela Secretaria da Fazenda. A conta 1.1.3.1.2.03 - Adiantamentos Tesouro representa valores de pagamentos de outras fontes supridos pelo Tesouro. A conta contábil numerários em trânsito (1.1.3.8.1.09) registra os pagamentos rejeitados no final do exercício e que só retornaram no exercício seguinte, por conta de encerramento do expediente bancário. Já a conta 1.1.3.8.2.35 - Movimentações Financeiras a Recuperar compreende pagamentos com fonte de recurso incorreta que não puderam ser regularizados dentro do exercício financeiro, o que deve ser efetuado somente no exercício financeiro subsequente. A tabela abaixo evidencia o valor a receber relativo a cada uma das contas de ativo financeiro citadas acima.

TABELA 201

Demonstrativo dos Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Consolidado

(R\$ 1,00)

CÓDIGO DA CONTA	TÍTULO DA CONTA	SALDO INICIAL	SALDO FINAL
1.1.2.2.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber	10.914.526,54	10.549.842,81
1.1.2.2.2.05	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Receber	499.689,77	136.520,26
1.1.2.2.2.06	Arrecadação a Receber – DAES Rejeitados	361,18	0,00
1.1.3.1.2.03	Adiantamentos Tesouro (F)	0,00	0,00
1.1.3.8.1.09	Numerários em Trânsito (F)	938.583,80	4.651.517,47
1.1.3.8.2.10	Arrecadação DAE a Recuperar (F)	30.581,45	856.701,13
1.1.3.8.2.35	Movimentações Financeiras a Recuperar	11.300,00	0,00
TOTAL		12.395.042,74	16.194.581,67

Fonte: SEFAZ/CECAD

4.3.3 Balanço Patrimonial Consolidado

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação, conforme as seguintes definições:

- Ativo - são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.
- Passivo - são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.
- Patrimônio Líquido - é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “ não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade. Os ativos devem ser classificados como circulantes quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

- estiverem disponíveis para realização imediata; e
- tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes. Assim, o Ativo Não Circulante compreende: ativo realizável à longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

Os passivos devem ser classificados como circulantes quando correspondem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais passivos devem ser classificados como não circulantes.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP (STN, 2015), o Balanço Patrimonial é composto por:

- a. Demonstrativo Principal;
- b. Demonstrativo dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- c. Demonstrativo das Contas de Compensação (controle); e
- d. Demonstrativo do Superávit / Déficit Financeiro.

TABELA 202
Demonstrativo do Balanço Patrimonial Consolidado

(R\$ 1,00)

ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATIVO CIRCULANTE	7.289.535.621,65	7.350.529.336,13
- Caixa e Equivalentes de Caixa	5.054.746.957,67	5.478.136.301,88
- Créditos a Curto Prazo	700.398.276,33	614.853.769,29
- Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	141.220.008,06	294.802.471,61
- Estoques	1.347.293.703,26	917.590.289,86
- Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas	45.876.676,33	45.146.503,49
ATIVO NÃO CIRCULANTE	39.196.874.177,68	33.726.482.564,76
- Ativo Realizável a Longo Prazo	12.647.090.072,04	10.055.496.984,65
- Investimentos	4.331.104.838,04	3.914.882.930,58
- Imobilizado	22.068.070.127,28	19.637.234.660,74
- Intangível	150.609.140,32	118.867.988,79
TOTAL DO ATIVO	46.486.409.799,33	41.077.011.900,89
PASSIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
PASSIVO CIRCULANTE	2.655.384.806,97	1.599.486.460,56
- Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	112.707.077,50	57.545.567,95
- Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	937.343.763,84	253.012,88
- Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	48.382.659,53	41.030.157,10
- Obrigações Fiscais a Curto Prazo	9.111.033,17	10.359.851,96
- Obrigações de Repartição a Outros Entes	74.635.941,14	81.099.281,37
- Demais Obrigações a Curto Prazo	1.473.204.331,79	1.409.198.589,30
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	13.962.635.208,90	12.443.678.534,44
- Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	68.777.861,15	90.532.212,02
- Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	12.252.726.075,74	11.389.959.175,23
- Provisões a Longo Prazo	731.989.476,20	504.094.564,47
- Demais Obrigações a Longo Prazo	909.141.795,81	459.092.582,72
TOTAL DO PASSIVO	16.618.020.015,87	14.043.164.995,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
- Demais Reservas	0,00	0,00
- Resultados Acumulados	29.868.389.783,46	27.033.846.905,89
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29.868.389.783,46	27.033.846.905,89
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	46.486.409.799,33	41.077.011.900,89
Ativo Financeiro	5.070.941.539,34	5.490.531.344,62
Ativo Permanente	41.415.468.259,99	35.586.480.556,27
Passivo Financeiro	2.288.659.747,32	2.128.896.176,35
Passivo Permanente	15.062.936.320,95	12.586.991.052,32
SALDO PATRIMONIAL	29.134.813.731,06	26.361.124.672,22

Fonte: SEFAZ/CECAD

TABELA 203

Demonstrativo do Superávit Financeiro Consolidado

(R\$ 1,00)

FONTES DE RECURSOS	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
	Poder Legislativo		
	Fontes Diversas	85.064.360,99	113.058.656,48
1.00.00	-Recursos Ordinarios	-28.267.426,08	-185.882,29
1.01.00	-Cota-Parte do Fundo de Participação Dos Estados-FPE	-11.108.941,69	-1.700.125,83
2.05.00	-Recursos Provenientes da Contribuição Parlamentar	57.117.391,30	50.245.098,17
2.06.00	-Recursos Provenientes da Contribuição Patronal Parlamentar	28.647.041,25	26.063.667,46
2.70.00	-Recursos Diretamente Arrecadados	38.676.296,21	38.635.898,97
	Operações de Crédito	-1.742.734,94	-1.862.644,10
2.48.48	-Operações de Crédito Externas - Tesouro	-1.742.734,94	-1.862.644,10
	Total Poder Legislativo	83.321.626,05	111.196.012,38
	Poder Judiciário		
	Fontes Diversas	22.263.587,78	170.278.600,30
1.00.00	-Recursos Ordinarios	-3.278.520,52	-1.562.366,35
01.01.00	-Cota-Parte do Fundo de Participação Dos Estados-FPE	-40.116.503,16	-1.755.525,00
2.14.00	-Depósitos Judiciais	0,00	95.242.040,58
2.15.00	-Depósitos Judiciais-PIMPJ	4.920.509,16	4.200.422,85
2.29.00	-Recursos Arrecadados da Venda de Selos de Autenticidade	20.280.198,45	18.289.271,29
2.70.00	-Recursos Diretamente Arrecadados	40.457.903,85	55.864.756,93
	Total Poder Judiciário	22.263.587,78	170.278.600,30
	Poder Executivo		
	Fontes Diversas	1.504.346.462,51	1.243.268.776,15
1.00.00	- Recursos Ordinarios	43.263.251,48	-2.685.443,21
1.00.02	-Recursos Ordinarios Para Projetos Prioritarios	399.626.773,33	0,00
1.00.03	-Recursos Ordinarios -CIPP	104.647.901,89	0,00
1.00.04	-Recursos Oriundos da Carteira de Crédito Rural/BEC (Previdência)	31.698.241,29	0,00
1.01.00	-Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados-FPE	-232.371.455,40	399.230.636,56
1.01.00	-Cota-Parte do Fundo de Participação Dos Estados (previdência)	-351.846,19	-13.913.763,83
1.10.00	-Recursos Provenientes do FECOP	74.194.756,05	3.778.927,50
1.12.00	-Alienação de Bens	58.876.629,24	44.407.853,83
1.44.00	-Indenização Pela Extração de Petróleo, Xisto e Gás	1.316.564,66	620.997,90
2.03.00	-Recursos Provenientes da Contribuição Social do Servidor	270.563.672,98	213.631.134,43
2.04.00	-Recursos Provenientes da Contribuição Patronal	343.595.467,63	274.649.718,03
2.07.00	-Cota-Parte da Contribuição do Salário- Educação	653.229,13	1.023.763,41
2.11.00	-Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	33.996,87	240.842,22
2.16.00	- Medida Compensatória Ambiental	52.505.620,94	71.151.046,34
2.50.00 e 2.50.51	-Rec. Prov. do FUNDEB e Comp. da União aos Rec. do FUNDEB	20.142.951,28	-32.645.070,03
2.70.00	-Recursos Diretamente Arrecadados	208.417.735,14	206.211.773,58
2.70.01	-Recursos Diretamente Arrecadados-Mecenato	774.201,95	0,00
2.70.02	- Recursos Diretamente Arrecadados-Multas do DETRAN	16.428.214,32	0,00
2.73.01	-Transferências Diretas do FNDE-Alimentação Escolar	-1.264.975,34	0,00
2.73.02	-Transferências Diretas do FNDE- Transporte Escolar	-41.585,62	0,00
2.76.00	- Recursos Provenientes do FIT	5.782.163,80	8.524.887,98
2.79.00	-Repasse Fundo a Fundo - Defesa Civil	14.817.486,11	14.368.938,40
2.91.00	-Recursos Provenientes do SUS	50.713.435,62	5.306.729,19
2.92.00	-Repasse Fundo a Fundo-FNAS	1.547.737,82	49.365.803,85
2.92.01	-Repasse Fundo a Fundo-FUNPEN	38.776.293,53	0,00

FONTES DE RECURSOS	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
	Poder Executivo		
	Operações de Crédito	560.237.392,28	1.197.857.069,80
2.46.38	- Op de Créd Internas-CPAC MAMV-Maranguapinho	0,00	1.622.307,92
2.46.43	-Operações de Crédito Internas-BNDES-PEF	34,93	34,93
2.46.45	-Operações de Crédito Internas-Tesouro/ BNDES	627.612,70	1.435.461,47
2.46.47	-Operações de Crédito Internas-BNDES/Estados	11.823.233,63	21.372.960,40
2.46.54	-Operações de Crédito Internas-Tesouro/BB	338.126.101,77	1.070.387.224,96
2.46.56	-Operações de Crédito Internas-Tesouro/CEF	949.600,85	959.930,35
2.48.40	-Operações de Crédito Externas-Swap-Não Condicionada	283.620,10	283.349,73
2.48.48	-Operações de Crédito Externas -Tesouro	-79.116,55	10.148.496,41
2.48.57	-Operações de Crédito Externas-Tesouro/KFW	65.020,30	66.874,44
2.48.58	-Operações de Crédito Externas-Tesouro/BIRD	-1.226.187,08	-38.759.748,84
2.48.59	-Operações de Crédito Externas-Tesouro/BID	200.809.492,14	63.955.262,18
2.48.64	-Operações de Crédito Externas/Tesouro/FIDA	-3.624.801,66	2.342.636,69
2.48.65	-Operações de Crédito Externas/Tesouro/CAF	9.518.732,60	40.665.576,92
2.48.69	-Operações de Crédito Externas/PforR	2.964.048,55	23.376.702,24
	Convênios	582.151.874,42	610.226.392,58
2.80.80	-Convênios Com Órgãos Internacionais- Administração Direta	2.132,24	2.132,24
2.80.81	-Convênios com Órgãos Internacionais Administração Indireta	1.272,47	2.067,87
2.82.82	-Convênios Com Órgãos Federais- Administração Direta	498.662.283,94	466.253.248,90
2.82.83	-Convênios Com Órgãos Federais-Administração Indireta	75.212.272,78	126.771.270,06
2.86.86	-Convênios Com Órgãos Municipais- Administração Direta	5.482.359,50	9.466.248,06
2.86.87	-Convênios Com Órgãos Municipais- Administração Indireta	79.918,62	-476,37
2.88.89	-Convênios Com Órgãos Privados- Administração Indireta	2.711.634,87	7.731.901,82
	Total Poder Executivo	2.646.735.729,21	3.051.352.238,53
	Ministério Público		
	Fontes Diversas	29.907.843,85	28.768.802,29
1.00.00	- Recursos Ordinarios - FR 1.00.00	6.195.728,67	4.324.866,43
1.01.00	- Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados-FPE	-663.769,01	-839.413,50
2.70.00	-Recursos Diretamente Arrecadados	24.375.884,19	25.283.349,36
	Convênios	53.005,13	50.814,77
2.88.88	-Convênios Com Órgãos Privados-Administração Direta	53.005,13	50.814,77
	Total Ministério Público	29.960.848,98	28.819.617,06
	TOTAL	2.782.281.792,02	3.361.646.468,27

Fonte: SEFAZ/CECAD

O Balanço Patrimonial Consolidado do exercício de 2018 apresentou em seu ativo financeiro o montante de R\$ 5,070 bilhões, enquanto o Passivo Financeiro totalizou R\$ 2,288 bilhões. Assim, o Estado apresentou um superávit financeiro de R\$ 2,782 bilhões. O Ativo Permanente totalizou um montante de R\$ 41.415 bilhões, enquanto o Passivo Permanente totalizou R\$ 15,063 bilhões. A Situação Patrimonial, evidenciada no Balanço Patrimonial Consolidado de 2018, foi positiva em R\$ 26,353 bilhões.

No Passivo Circulante do Balanço Patrimonial do Estado, no subgrupo dos Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo, houve uma variação de R\$ 937.090.750,96 decorrente de transferências de valores das obrigações de empréstimos, financiamentos e parcelamentos tributários de longo para o curto prazo, conforme vencimento das obrigações.

Na tabela que segue evidencia-se a composição do ativo e passivo financeiro, bem como o cálculo do superávit financeiro com base nas contas contábeis do Plano de Contas.

TABELA 204

Demonstrativo do Cálculo do Superávit Financeiro Consolidado

(R\$ 1,00)

ATIVO	VALORES	PASSIVO	VALORES
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
1.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa	5.054.746.957,67	Passivo (Atributo F)	1.652.382.653,98
1.1.3.8.2.10 Arrecadação DAE a Recuperar (F)	856.701,13	6.3.1.1 - RP Não Processados a Liquidar	53.309.875,29
1.1.3.8.2.35 Movimentação Financeira a Recuperar (F)	0,00	6.2.2.1.3.01 - Crédito Empenhado a Liquidar	582.967.218,05
1.1.2.2.2 Créditos Tributários a Receber - Intra OFSS	10.686.363,07	TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO	2.288.659.747,32
1.1.3.8.1.09 Numerários em Trânsito (F)	4.651.517,47		
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO	5.070.941.539,34		
SUPERÁVIT FINANCEIRO	2.782.281.792,02		

Fonte: SEFAZ/CECAD

Na tabela seguinte evidencia-se do Demonstrativo do Superávit Financeiro detalhado por poder e fonte.

TABELA 205

Demonstrativo do Superávit Financeiro Consolidado por Tipo de Administração e Poder

(R\$ 1,00)

FONTES DE RECURSOS	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Administração Direta			
Poder Legislativo			
Fontes Diversas	23.661.873,77	63.038.241,54	-39.376.367,77
FR 1.00.00-Recursos Ordinários	23.661.873,77	51.929.299,85	-28.267.426,08
FR 1.01.00-Cota-Parte do Fundo de Participação Dos Estados-FPE - FR 1.01.00	0,00	11.108.941,69	-11.108.941,69
Operações de Crédito	0,00	1.742.734,94	-1.742.734,94
FR 2.48.48-Operações de Crédito Externas-Tesouro/BIRD	0,00	1.742.734,94	-1.742.734,94
Total Poder Legislativo	23.661.873,77	64.780.976,48	-41.119.102,71
Poder Judiciário			
Fontes Diversas	552.930.827,35	596.325.851,03	-43.395.023,68
FR 1.00.00-Recursos Ordinários	552.930.827,35	556.209.347,87	-3.278.520,52
FR 1.01.00-Cota-Parte do Fundo de Participação Dos Estados-FPE	0,00	40.116.503,16	-40.116.503,16
Total Poder Judiciário	552.930.827,35	596.325.851,03	-43.395.023,68
Poder executivo			
Fontes Diversas	1.829.248.752,57	1.096.009.852,94	733.238.899,63
FR 1.00.00-Recursos Ordinários	982.909.411,77	895.819.647,76	87.089.764,01
FR 1.00.02-Recursos Ordinários Para Projetos Prioritários	402.051.300,39	8.633,33	402.042.667,06
FR 1.00.03- Recursos Ordinários -CIPP	104.647.901,89	0,00	104.647.901,89
FR 1.00.04- Recursos Oriundos da Carteira de Crédito Rural/BEC (Previdência)	49.995.492,70	0,00	49.995.492,70
FR 1.01.00-Cota Parte do Fundo de Participação Dos Estados-FPE	0,00	138.757.318,57	-138.757.318,57
FR 1.2.00-Alienação de Bens	58.877.220,84	591,60	58.876.629,24
FR 2.07.00-Cota Parte da Contribuição do Salário- Educação	4.596.680,86	3.943.451,73	653.229,13
FR 1.10.00-Recursos Provenientes do FECOP	96.850.240,07	7.247.354,18	89.602.885,89
FR 2.11.00-Cont. de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	33.996,87	0,00	33.996,87
FR 2.16.00-Compensação Ambiental	61.293.218,81	8.778.280,69	52.514.938,12
FR 1.44.00-Indenização Pela Extração de Petróleo, Xisto e Gás	2.078.515,55	0,00	2.078.515,55
FR 2.50.00 e 2.51.00-Rec. Prov. do FUNDEB e Comp. da União aos Rec. do FUNDEB	51.505.858,95	31.362.907,67	20.142.951,28
FR 2.73.01-Transferências Diretas do FNDE-Alimentação Escolar	8.109.281,74	9.374.257,08	-1.264.975,34
FR 2.73.02-Transferências Diretas do FNDE- Transporte Escolar	271.676,66	313.262,28	-41.585,62
FR 2.76.00-Recursos Provenientes do FIT	6.027.955,47	404.148,05	5.623.807,42
Operações de Crédito	611.215.685,30	45.432.418,89	565.783.266,41
FR 2.48.40-Operações de Crédito Externas-Swap-Não Condicionada	283.620,10	0,00	283.620,10
FR 2.46.43-Operações de Crédito Internas-BNDES-PEF	34,93	0,00	34,93
FR 2.46.45-Operações de Crédito Internas-Tesouro/ BNDES	3.099.780,30	2.472.167,60	627.612,70
FR 2.46.47-Operações de Crédito Internas-BNDES/ESTADOS	11.823.233,63	0,00	11.823.233,63
FR 2.46.54-Operações de Crédito Internas-Tesouro/BB	338.126.101,77	0,00	338.126.101,77
FR 2.46.56-Operações de Crédito Internas-Tesouro/CEF	988.531,13	38.930,28	949.600,85
FR 2.48.48-Operações de Crédito Externas -Tesouro	2.993.070,66	2.413.225,68	579.844,98
FR 2.48.57-Operações de Crédito Externas-Tesouro/KFW	65.020,30	0,00	65.020,30
FR 2.48.58-Operações de Crédito Externas-Tesouro/BIRD	1.164.780,04	2.390.967,12	-1.226.187,08
FR 2.48. 59-Operações de Crédito Externas-Tesouro/BID	226.985.057,44	21.804.982,21	205.180.075,23
FR 2.48.64-Operações de Crédito Externas/Tesouro/FIDA	1.403.533,95	5.028.335,61	-3.624.801,66
FR 2.48.65-Operações de Crédito Externas/Tesouro/CAF	20.356.569,46	10.837.836,86	9.518.732,60
FR 2.48.69-Operações de Crédito Externas/PforR	3.926.351,59	445.973,53	3.480.378,06
Convênios	524.423.464,60	20.276.688,92	504.146.775,68
FR 2.80.80-Convênios Com Órgãos Internacionais- Administração Direta	2.132,24	0,00	2.132,24
FR 2.82.82-Convênios Com Órgãos Federais- Administração Direta	518.732.824,05	20.070.540,11	498.662.283,94
FR 2.86.86-Convênios Com Órgãos Municipais- Administração Direta	5.688.508,31	206.148,81	5.482.359,50
Total Poder Executivo	2.964.887.902,47	1.161.718.960,75	1.803.168.941,72
Ministério Público			
Fontes Diversas	8.143.734,12	2.611.774,46	5.531.959,66
FR 1.00.00-Recursos Ordinários	8.143.734,12	1.948.005,45	6.195.728,67
FR 1.01.00-Cota-Parte do Fundo de Participação Dos Estados-FPE	0,00	663.769,01	-663.769,01
Convênios	53.005,13	0,00	53.005,13
FR 2.88.88-Convênios Com Órgãos Privados-Administração Direta	53.005,13	0,00	53.005,13
Total Ministério Público	8.196.739,25	2.611.774,46	5.584.964,79
Total Administração Direta	3.549.677.342,84	1.825.437.562,72	1.724.239.780,12

FONTES DE RECURSOS	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Administração Indireta			
Poder Legislativo			
Fontes Diversas	124.643.147,06	202.418,30	124.440.728,76
FR 2.05.00-Recursos Provenientes da Contribuição Parlamentar	57.117.391,30	0,00	57.117.391,30
FR 2.06.00-Recursos Provenientes da Contribuição Patronal Parlamentar	28.647.041,25	0,00	28.647.041,25
FR 2.70.00-Recursos Diretamente Arrecadados	38.878.714,51	202.418,30	38.676.296,21
Total Poder Legislativo	124.643.147,06	202.418,30	124.440.728,76
Poder Judiciário			
Fontes Diversas	73.893.058,29	8.234.446,83	65.658.611,46
FR 2.15.00-Depósitos Judiciais-PIMPJ	5.963.700,86	1.043.191,70	4.920.509,16
FR 2.29.00-Recursos Arrecadados da Venda de Selos de Autenticidade	20.310.015,35	29.816,90	20.280.198,45
FR 2.70.00-Recursos Diretamente Arrecadados	47.619.342,08	7.161.438,23	40.457.903,85
Total Poder Judiciário	73.893.058,29	8.234.446,83	65.658.611,46
Poder executivo			
Fontes Diversas	1.199.555.505,72	428.447.942,84	771.107.562,88
FR 1.00.00-Recursos Ordinários	11.716.657,04	55.543.169,57	-43.826.512,53
FR 1.00.02-Recursos Ordinários Para Projetos Prioritários	0,00	2.415.893,73	-2.415.893,73
FR 1.00.04-Recursos Oriundos da Carteira de Crédito Rural/BEC (Previdência)	0,00	18.297.251,41	-18.297.251,41
FR 1.01.00-Cota-Parte do Fundo de Participação Dos Estados-FPE	0,00	93.614.136,83	-93.614.136,83
FR 1.01.00-Cota-Parte do Fundo de Participação Dos Estados (previdência)	0,00	351.846,19	-351.846,19
FR 2.03.00-Recursos Provenientes da Contribuição Social do Servidor	285.382.224,12	14.818.551,14	270.563.672,98
FR 2.04.00-Recursos Provenientes da Contribuição Patronal	361.204.795,86	17.609.328,23	343.595.467,63
FR 2.70.00-Recursos Diretamente Arrecadados	285.852.224,63	77.434.489,49	208.417.735,14
FR 2.70.01-Recursos Diretamente Arrecadados-Mecenato	811.460,95	37259,00	774.201,95
FR 2.70.02-Recursos Diretamente Arrecadados-Multas do DETRAN	23.344.531,48	6.916.317,16	16.428.214,32
FR 1.10.00-Recursos Provenientes do FECOP	1.245.173,48	16.653.303,32	-15.408.129,84
FR 2.16.00-Medida Compensatória Ambiental	0,00	9.317,18	-9.317,18
FR 1.44.00-Indenização Pela Extração de Petróleo, Xisto e Gás	0,00	761.950,89	-761.950,89
FR 2.76.00-Recursos Provenientes do FIT	526.780,77	368.424,39	158.356,38
FR 2.79.00-Repasse Fundo a Fundo - Defesa Civil	16.697.667,29	1.880.181,18	14.817.486,11
FR 2.91.00-Recursos Provenientes do SUS	147.991.358,69	97.277.923,07	50.713.435,62
FR 2.92.00-Repasse Fundo a Fundo-FNAS	1.656.585,29	108.847,47	1.547.737,82
FR 2.92.01-Repasse Fundo a Fundo-FUNPEN	63.126.046,12	24.349.752,59	38.776.293,53
Operações de Crédito	0,00	5.545.874,13	-5.545.874,13
FR 2.48.48-Operações de Crédito Externas -Tesouro	0,00	658.961,53	-658.961,53
FR 2.48.59-Operações de Crédito Externas-Tesouro/BID	0,00	4.370.583,09	-4.370.583,09
FR 2.48.69-Operações de Crédito Externas/PforR	0,00	516.329,51	-516.329,51
Convênios	91.187.548,43	13.182.449,69	78.005.098,74
FR 2.80.81-Convênios com Órgãos Internacionais Administração Indireta	1.272,47	0,00	1.272,47
FR 2.82.83-Convênios Com Órgãos Federais-Administração Indireta	86.568.477,76	11.356.204,98	75.212.272,78
FR 2.86.87-Convênios Com Órgãos Municipais- Administração Indireta	79.918,62	0,00	79.918,62
FR 2.88.89-Convênios Com Órgãos Privados- Administração Indireta	4.537.879,58	1.826.244,71	2.711.634,87
Total Poder Executivo	1.290.743.054,15	447.176.266,66	843.566.787,49
Ministerio Público	86.568.477,76	11.356.204,98	75.212.272,78
Fontes Diversas			1,00
FR 2.70.00-Recursos Diretamente Arrecadados	31.984.937,00	7.609.052,81	24.375.884,19
Total Ministerio Público	31.984.937,00	7.609.052,81	24.375.884,19
Total Administração Indireta	1.521.264.196,50	463.222.184,60	1.058.042.011,90
TOTAL	5.070.941.539,34	2.288.659.747,32	2.782.281.792,02

Fonte: SEFAZ/CECAD

TABELA 205-A

Demonstrativo do Superávit Financeiro Consolidado por Fonte

(R\$ 1,00)

FONTES DE RECURSOS	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Consolidado			
Fontes Diversas	3.844.061.835,88	2.202.479.580,75	1.641.582.255,13
FR 1.00.00-Recursos Ordinários	1.579.362.504,05	1.561.449.470,50	17.913.033,55
FR 1.00.02-Recursos Ordinários Para Projetos Prioritários	402.051.300,39	2.424.527,06	399.626.773,33
FR 1.00.03-Recursos Ordinários -CIPP	104.647.901,89	0,00	104.647.901,89
FR 1.00.04-Recursos Oriundos da Carteira de Crédito Rural/BEC (Previdência)	49.995.492,70	18.297.251,41	31.698.241,29
FR 1.01.00-Cota-Parte do Fundo de Participação Dos Estados-FPE	0	284.260.669,26	-284.260.669,26
FR 1.01.00-Cota-Parte do Fundo de Participação Dos Estados-FPE (previdência)	0	351.846,19	-351.846,19
FR 2.03.00-Recursos Provenientes da Contribuição Social do Servidor	285.382.224,12	14.818.551,14	270.563.672,98
FR 2.04.00-Recursos Provenientes da Contribuição Patronal	361.204.795,86	17.609.328,23	343.595.467,63
FR 2.05.00- Recursos Provenientes da Contribuição Parlamentar	57.117.391,30	0,00	57.117.391,30
FR 2.06.00- Recursos Provenientes da Contribuição Patronal Parlamentar	28.647.041,25	0,00	28.647.041,25
FR 2.07.00-Cota-Parte da Contribuição do Salário- Educação	4.596.680,86	3.943.451,73	653.229,13
FR 1.10.00-Recursos Provenientes do FECOP	98.095.413,55	23.900.657,50	74.194.756,05
FR 1.2.00-Alienação de Bens	58.877.220,84	591,6	58.876.629,24
FR 1.44.00-Indenização Pela Extração de Petróleo, Xisto e Gás	2.078.515,55	761950,89	1.316.564,66
FR 2.11.00-Cont. de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	33.996,87	0,00	33.996,87
FR 2.15.00-Depósitos Judiciais-PIMPJ	5.963.700,86	1.043.191,70	4.920.509,16
FR 2.16.00-Medida Compensatória Ambiental	61.293.218,81	8.787.597,87	52.505.620,94
FR 2.29.00-Recursos Arrecadados da Venda de Selos de Autenticidade	20.310.015,35	29.816,90	20.280.198,45
FR 2.70.00- Recursos Diretamente Arrecadados	404.335.218,22	92.407.398,83	311.927.819,39
FR 2.70.01-Recursos Diretamente Arrecadados-Mecenato	811.460,95	37.259,00	774.201,95
FR 2.70.02-Recursos Diretamente Arrecadados-Multas do DETRAN	23.344.531,48	6.916.317,16	16.428.214,32
FR 2.50.00 e 2.51.00-Rec. Prov. do FUNDEB e Comp. da União aos Rec. do FUNDEB	51.505.858,95	31.362.907,67	20.142.951,28
FR 2.73.01-Transferências Diretas do FNDE-Alimentação Escolar	8.109.281,74	9.374.257,08	-1.264.975,34
FR 2.73.02-Transferências Diretas do FNDE- Transporte Escolar	271.676,66	313.262,28	-41.585,62
FR 2.76.00-Recursos Provenientes do FIT	6.554.736,24	772.572,44	5.782.163,80
FR 2.79.00-Repasse Fundo a Fundo - Defesa Civil	16.697.667,29	1.880.181,18	14.817.486,11
FR 2.91.00-Recursos Provenientes do SUS	147.991.358,69	97.277.923,07	50.713.435,62
FR 2.92.00-Repasse Fundo a Fundo-FNAS	1.656.585,29	108.847,47	1.547.737,82
FR 2.92.01-Repasse Fundo a Fundo-FUNPEN	63.126.046,12	24.349.752,59	38.776.293,53
Operações de Crédito	611.215.685,30	52.721.027,96	558.494.657,34
FR 2.46.43-Operações de Crédito Internas-BNDES-PEF	34,93	0,00	34,93
FR 2.46.45-Operações de Crédito Internas-Tesouro/ BNDES	3.099.780,30	2.472.167,60	627.612,70
FR 2.46.47-Operações de Crédito Internas-BNDES/ESTADOS	11.823.233,63	0,00	11.823.233,63
FR 2.46.54-Operações de Crédito Internas-Tesouro/BB	338.126.101,77	0,00	338.126.101,77
FR 2.46.56-Operações de Crédito Internas-Tesouro/CEF	988.531,13	38.930,28	949.600,85
FR 2.48.40-Operações de Crédito Externas-Swap-Não Condicionada	283.620,10	0,00	283.620,10
FR 2.48.48-Operações de Crédito Externas - Tesouro	2.993.070,66	3.072.187,21	-1.821.851,49
FR 2.48.57-Operações de Crédito Externas-Tesouro/KFW	65.020,30	0,00	65.020,30
FR 2.48.58-Operações de Crédito Externas-Tesouro/BIRD	1.164.780,04	4.133.702,06	-1.226.187,08
FR 2.48. 59-Operações de Crédito Externas-Tesouro/BID	226.985.057,44	26.175.565,30	200.809.492,14
FR 2.48.64-Operações de Crédito Externas/Tesouro/FIDA	1.403.533,95	5.028.335,61	-3.624.801,66
FR 2.48.65-Operações de Crédito Externas/Tesouro/CAF	20.356.569,46	10.837.836,86	9.518.732,60
FR 2.48.69-Operações de Crédito Externas/PforR	3.926.351,59	962.303,04	2.964.048,55
Convênios	615.664.018,16	33.459.138,61	582.204.879,55
FR 2.48.69-Convênios Com Órgãos Internacionais- Administração Direta	2.132,24	0,00	2.132,24
FR 2.80.81-Convênios Com Órgãos Internacionais Administração Indireta	1.272,47	0,00	1.272,47
FR 2.82.82-Convênios Com Órgãos Federais- Administração Direta	518.732.824,05	20.070.540,11	498.662.283,94
FR 2.82.83-Convênios Com Órgãos Federais-Administração Indireta	86.568.477,76	11.356.204,98	75.212.272,78
FR 2.86.86-Convênios Com Órgãos Municipais-Administração Direta	5.688.508,31	206.148,81	5.482.359,50
FR 2.86.87-Convênios Com Órgãos Municipais-Administração Indireta	79.918,62	0,00	79.918,62
FR 2.88.88-Convênios Com Órgãos Privados-Administração Direta	53.005,13	0,00	53.005,13
FR 2.88.89-Convênios Com Órgãos Privados-Administração Indireta	4.537.879,58	1.826.244,71	2.711.634,87
TOTAL	5.070.941.539,34	2.288.659.747,32	2.782.281.792,02

Fonte: SEFAZ/CECAD

A seguir, demonstra-se o detalhamento consolidado dos saldos dos bens móveis e imóveis do Estado do Ceará, que compõem o grupo do Imobilizado:

TABELA 206
Demonstrativo do Imobilizado - Consolidado

(R\$ 1,00)

TÍTULOS	2017 (B)	2018 (B)	VAR. % (B/A)
BENS MÓVEIS	4.090.713.648,27	4.582.828.993,13	12,03
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	1.372.655.343,43	1.676.856.923,89	22,16
Bens de Informática	504.966.586,49	546.069.000,67	8,14
Móveis e Utensílios	484.416.630,09	514.487.233,02	6,21
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	101.174.541,51	106.910.992,88	5,67
Veículos	1.459.617.837,90	1.543.457.971,93	5,74
Peças e Conjuntos de Reposição	630.658,36	630.658,36	0,00
Bens Móveis em Andamento	4.680.075,35	4.680.075,35	0,00
Bens Móveis em Almoarifado	3.143.122,10	5.572.802,20	77,30
Armamentos	22.834.921,58	56.585.193,05	147,80
Demais Bens Móveis	136.593.931,46	127.578.141,78	-6,60
BENS IMÓVEIS	15.568.747.005,94	17.520.585.594,43	12,54
Bens de Uso Especial	11.240.193.289,52	12.459.396.227,51	10,85
Bens Dominicais	71.098.164,05	77.323.505,84	8,76
Bens de Uso Comum do Povo	3.254.089.806,89	3.822.020.490,45	17,45
Bens Imóveis em Andamento	162.302.521,69	223.088.178,15	37,45
Instalações	99.064.473,74	110.556.514,80	11,60
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	279.621.578,37	342.954.506,71	22,65
Investimentos de Capital a Incorporar	4.273.138,10	18.741.180,54	338,58
Demais Bens Imóveis	458.104.033,58	466.504.990,43	1,83
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas	22.225.993,47	35.344.460,28	59,02
TOTAL	19.637.234.660,74	22.068.070.127,28	12,38

Fonte: SEFAZ/CECAD

Quando os elementos do ativo imobilizado tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão sistemática durante esse período. Em 2015, o Estado já iniciou os procedimentos contábeis de depreciação e amortização em alguns órgãos, conforme Decreto estadual nº 31.340/2013. É importante destacar, que o Decreto nº 32.515, de 22 de janeiro de 2018, alterou o Art. 38. do Decreto 31.340/2013, e prorrogou para junho de 2018 o prazo máximo para implantação desses procedimentos e do ajuste do valor contábil dos bens patrimoniais.

A Portaria do STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, que dispõe sobre prazos limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da federação para a consolidação das contas públicas da União, dos Estados e dos Municípios, também estabeleceu novos prazos para a implantação dos procedimentos para o reconhecimento, mensuração e

evidenciação de bens móveis e imóveis e respectiva depreciação, amortização, exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável, com isso, a obrigatoriedade dos registros contábeis desses procedimentos foram prorrogados para o exercício de 2019 para os Estados e DF.

Considerando a necessidade de atender a obrigatoriedade de realizar esses procedimentos no patrimônio do Estado do Ceará, foram desenvolvidos critérios e procedimentos para o registro e atualização dos valores líquidos dos bens patrimoniais do Estado, e atualmente os órgãos estão em processo de inventário dos bens móveis e imóveis para que possam realizar os ajustes do patrimônio na contabilidade.

4.3.3.1 Notas Explicativas do Balanço Patrimonial Consolidado

BPCON-01 - Critérios Utilizados na Elaboração do Balanço Patrimonial

Para o preenchimento deste Balanço utilizam-se as classes 1 (Ativo) e 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas do Estado do Ceará, além da classe 8 (Controles Credores) para o quadro referente às compensações. Em observância ao art. 105 da Lei nº 4.320/1964, elaborou-se um quadro anexo ao Balanço Patrimonial que evidencia a total do ativo e passivo financeiro, bem como o ativo e passivo permanente e o saldo patrimonial.

O ativo financeiro é obtido pelo somatório do saldo final das contas do ativo (Grupo 1) que possuem o atributo F. Já o ativo permanente compreende a soma dos saldos das contas do ativo que possuem o atributo P. Obtêm-se o valor do passivo financeiro através do somatório dos saldos finais das contas do passivo (Grupo 2) que possuem o atributo F, e o saldo das contas de crédito empenhado a liquidar e restos a pagar não processados a liquidar. E, por fim o passivo permanente compreende a soma dos saldos das contas do passivo (Grupo 2) que possuem o atributo P.

BPCON-02- Detalhamento da Conta “ Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo”

A tabela abaixo evidencia os subgrupos que compõem a conta “Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo”

TABELA 207

Demonstrativo de Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Consolidado

(R\$ 1,00)

CÓDIGO	TÍTULO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
1.1.3.8	Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	981.566.060,68	1.169.658.800,63
1.1.3.8.1	Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Consolidação	980.709.359,55	1.169.616.919,18
1.1.3.8.1.05	Adiantamentos de Precatórios (P)	-34.145.630,09	122.469.212,91
1.1.3.8.1.09	Numerários em Trânsito (F)	4.651.517,47	938.583,80
1.1.3.8.1.30	Alienação Societárias a Receber (P)	8.977.216,65	0,00
1.1.3.8.1.34	Créditos a Receber - PROVIN/PDCI	892.228.377,40	929.355.693,21
1.1.3.8.1.34.01	Créditos a Receber - PROVIN (P)	892.228.377,40	929.355.693,21
1.1.3.8.1.36	Créditos a Receber - PROADE	108.997.330,52	116.852.881,66
1.1.3.8.1.36.01	Créditos a Receber - PROADE(P)	108.997.330,52	116.852.881,66
1.1.3.8.1.99	Outros Créditos a Receber	547,60	547,60
1.1.3.8.2	Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Intra OFSS	856.701,13	41.881,45
1.1.3.8.2.10	Arrecadação DAE a Recuperar (F)	856.701,13	30.581,45
1.1.3.8.2.35	Movimentações Financeiras a Recuperar	0,00	11.300,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

BPCON-03 - Detalhamento da Conta “ Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo”

A tabela evidencia a composição da conta “ Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo”.

TABELA 208

Demonstrativo do Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo-Consolidado

(R\$ 1,00)

CÓDIGO	TÍTULO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
1.1.3.9	(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-843.444.806,38	-878.000.424,41
1.1.3.9.1	(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo - Consolidação	-843.444.806,38	-878.000.424,41
1.1.3.9.1.04	(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber - PROVIN/PDCI	-735.755.998,31	-762.535.535,54
1.1.3.9.1.04.01	(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber - PROVIN (P)	-735.755.998,31	-762.535.535,54
1.1.3.9.1.05	(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber - PROADE	-107.688.808,07	-115.464.888,87

Fonte: SEFAZ/CECAD

BPCON-04 - Detalhamento da Conta “Crédito a Longo Prazo”

A Tabela demonstra os subgrupos que compõem os créditos a longo prazo, permitindo que seja evidenciado o valor da Dívida Ativa e as demais contas analíticas desse grupo.

TABELA 209
Demonstrativo dos Créditos a Longo Prazo - Consolidado

(R\$ 1,00)

CÓDIGO	TÍTULO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
1.2.1.1	Créditos a Longo Prazo	12.430.264.647,83	9.860.222.616,27
1.2.1.1.1	Créditos a Longo Prazo - Consolidação	12.124.077.148,71	9.671.717.650,73
1.2.1.1.1.03	Dívida Ativa Tributária	12.120.764.756,32	9.659.190.065,14
1.2.1.1.1.03.01	Dívida Ativa - Créditos de IPVA Inscritos (P)	407.257.695,81	172.202.773,71
1.2.1.1.1.03.02	Dívida Ativa - Créditos de ITCD Inscritos (P)	157.569.941,83	57.400.924,57
1.2.1.1.1.03.03	Dívida Ativa - Créditos de ICMS Inscritos (P)	9.277.233.344,50	7.917.368.905,85
1.2.1.1.1.03.06	Dívida Ativa - Créditos de Multas e Obrigações Acessórias (P)	2.278.703.774,18	1.512.217.461,01
1.2.1.1.1.04	Dívida Ativa não Tributária - Clientes	277.788.817,71	237.521.067,17
1.2.1.1.1.04.04	Dívida Ativa - Não Tributária	277.788.817,71	237.521.067,17
1.2.1.1.1.05	Empréstimos e Financiamentos Concedidos	86.647.686,41	181.923.813,24
1.2.1.1.1.05.01	Empréstimos Concedidos (P)	0,00	13.140.462,77
1.2.1.1.1.05.02	Financiamentos Concedidos (P)	9.041.389,18	1.084.883,64
1.2.1.1.1.05.11	Empréstimos e Financiamentos - PROAPI (P)	77.606.297,23	167.698.466,83
1.2.1.1.1.06	Dívida Ativa a Classificar	57.908,97	57.908,97
1.2.1.1.1.99	(-) Ajustes de Perdas de Créditos a Longo Prazo	-361.182.020,70	-406.975.203,79
1.2.1.1.1.99.04	(-) Ajustes de Perdas de Dívida Ativa Tributária	-292.022.780,39	-258.917.838,99
1.2.1.1.1.99.05	(-) Ajuste para Perdas Créditos do PROAPI	-68.878.159,83	-148.057.364,80
1.2.1.1.1.99.07	(-) Ajuste para Perdas em Financiamentos Concedidos	-281.080,48	0,00
1.2.1.1.2	Créditos a Longo Prazo - Intra OFSS	302.866.483,44	185.183.949,86
1.2.1.1.2.07	Créditos por Honra de Garantias	302.866.483,44	185.183.949,86
1.2.1.1.3	Créditos a Longo Prazo - Inter OFSS - União	3.321.015,68	3.321.015,68
1.2.1.1.3.02	Créditos Tributários a Receber	3.321.015,68	3.321.015,68
1.2.1.1.3.02.04	Créditos Tributários - Parcelamentos não Consolidados a Receber	3.321.015,68	3.321.015,68

Fonte: SEFAZ/CECAD

BPCON-05 - Detalhamento da Conta “Valores Restituíveis”

A tabela a seguir evidencia a composição da conta “Valores Restituíveis”.

TABELA 210

Demonstrativo dos Valores Restituíveis - Consolidado

(R\$ 1,00)

CÓDIGO	TÍTULO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
2.1.8.8	Valores Restituíveis	1.373.890.452,31	1.297.375.350,86
2.1.8.8.1	Valores Restituíveis - Consolidação	1.372.524.630,15	1.297.333.469,41
2.1.8.8.1.01	Consignações	167.012.896,35	81.343.832,56
2.1.8.8.1.01.01	Consignações do Exercício	165.716.646,13	56.609.887,81
2.1.8.8.1.01.02	Consignações de Exercício Anteriores	1.296.250,22	960.364,42
2.1.8.8.1.01.03	Consignações de Exercícios Anteriores - Legado SIC	0,00	23.773.580,33
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	552.380.599,01	540.480.137,17
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	50.506.596,68	50.997.741,95
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	599.572.249,81	542.707.182,36
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	2.970.264,57	4.457.783,29
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação (F)	9.140,35	6.909,50
2.1.8.8.1.10	Mercadorias Recebidas em Consignação (P)	85.125,50	74.452,97
2.1.8.8.1.51	Recursos Vinculados a Depósitos Judiciais	0,00	77.411.788,37
2.1.8.8.1.99	Outros Valores Restituíveis	-12.242,12	-146.358,76
2.1.8.8.2	Valores Restituíveis - Intra OFSS	1.365.822,16	41.881,45
2.1.8.8.2.04	Depósitos Não Judiciais	1.365.822,16	30.581,45
2.1.8.8.2.10	Adiantamentos Tesouro (F)	0,00	0,00
2.1.8.8.2.35	Movimentação Financeira a Repasar (F)	0,00	11.300,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

As consignações do legado SIC - Sistema Integrado de Contabilidade - se referem a consignações retidas até o exercício de 2011. Em 2012 o SIC foi substituído pelo S2GPR. Como se tratavam de valores prescritos, foram recolhidas para o Tesouro Estadual ou para o órgão de origem quando proveniente de fonte de recurso própria.

BPCON-06 - Movimentação na Conta de Ajustes de Exercícios Anteriores

No exercício de 2018 foram registrados ajustes de atribuídos a exercícios anteriores que reduziram o saldo negativo desse grupo em R\$ -967.848.339,22 (o saldo passou de R\$ -781.984.898,69 em 2016 para R\$ -1.749.833.237,91 em 2018). A Tabela abaixo evidencia a composição dos ajustes efetuados.

TABELA 211

Demonstrativo dos Ajustes de Exercícios Anteriores - Consolidado

(R\$ 1,00)

Tipo de Ajuste no Patrimônio Líquido	Valor
Transferência do saldo inicial de Ajustes para Resultados Acumulados	11.050.127,03
Despesas de Exercícios Anteriores liquidadas no exercício	-227.363.749,66
Clientes	-1.401.747,88
Participações em Empresas	5.953.808,50
Dívida Ativa - Multas Administrativas por Danos Ambientais	6.554,31
Precatórios de Pessoal	-2.142.912,95
Amortização	-41.287,28
Reavaliação e demais ajustes no Ativo	231.888.906,50
Depreciação de exercícios anteriores	-1.629.853,75
Depósitos Judiciais de Terceiros	-515.055.677,17
Suprimento de Fundos	-350,00
Financiamentos Concedidos	-1.368.871,33
Em Contratos - Empréstimos Internos	-467.104.055,68
Outras Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica a Incorporar	-527.689,85
Material de Consumo a Incorporar	-111.540,00
Serviços de Consultoria a Incorporar	-0,01
TOTAL	-967.848.339,22

Fonte: SEFAZ/CECAD

O valor de Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) liquidados no exercício totalizou um ajuste negativo de R\$ 227.363749,06.

BPCON-07 - Divergência nos Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores

O somatório dos grupos “superávit ou déficit do exercício” e “superávits ou déficits de exercícios anteriores” de 2017 está divergindo em R\$ 11.050.127,03 do saldo de “superávits ou déficits de exercícios anteriores” em 2018. Já a soma dos grupos “lucros e prejuízos do exercício” e “lucros e prejuízos de exercícios anteriores” de 2017 não apresenta divergência do saldo de “lucros e prejuízos de exercícios anteriores” em 2018, conforme observa-se nas tabelas abaixo.

TABELA 212

Demonstrativo dos Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores - Consolidados

(R\$ 1,00)

I - Superávits ou Déficits do Exercício - 2017	4.050.997.313,59
II - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores - 2017	23.676.133.248,74
III - Total (I+II)	27.727.130.562,33
IV - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores - 2018	27.716.080.435,30
V - Diferença (IV - III)	11.050.127,03

Fonte: SEFAZ/CECAD

TABELA 213

Demonstrativo dos Lucros e Prejuízos de Exercícios Anteriores - Consolidados

(R\$ 1,00)

I - Lucros e Prejuízos do Exercício - 2017	-18.338.300,76
II - Lucros e Prejuízo de Exercícios Anteriores - 2017	107.039.543,01
III - Total (I+II)	88.701.242,25
II - Lucros e Prejuízo de Exercícios Anteriores - 2018	88.701.242,25
V - Diferença (IV - III)	0,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

Esta diferença se refere à transferência de valor do saldo de ajustes de exercícios anteriores do exercício de 2017 para Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores em 2018.

BPCON - 07 - Composição do Passivo Financeiro

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Pública - MCASP (STN, 2012), passivos são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidades saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços. Quando o passivo corresponde a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis, deve ser classificado como passivo circulante.

Ressalta-se que o conceito de passivo circulante difere do conceito de passivo financeiro da Lei nº 4.320/64, conforme observa-se no §3º do art. 105:

“ § 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos que independam de autorização orçamentária.”

Acrescenta-se ainda que o reconhecimento do Passivo Circulante se dá no momento da ocorrência do fato gerador, enquanto que o reconhecimento do Passivo Financeiro se dá no momento do empenho.

Dessa forma, o passivo financeiro foi calculado a partir dos fatos em que se verificou a realização de empenhos, correspondentes a: contas do passivo circulante com atributo F, contas de crédito empenhado a liquidar e dos restos a pagar não processados a liquidar, conforme evidencia-se na tabela a seguir:

TABELA 214

Demonstrativo da Composição do Passivo Financeiro - Consolidado

(R\$ 1,00)

PASSIVO (ATRIBUTO F)	1.652.382.653,98
(+) 6.2.2.1.3.01 - Crédito Empenhado a Liquidar	582.967.218,05
(+) 6.3.1.1 - RP Não Processados a Liquidar	53.309.875,29
(=) Passivo Financeiro	2.288.659.747,32

Fonte: SEFAZ/CECAD

São consideradas contas de passivo com atributo F: as obrigações dependentes de execução orçamentária que já foram empenhadas, liquidadas e não pagas e as entradas compensatórias no passivo financeiro, tais como cauções, depósitos e consignações.

4.3.4. Demonstrativo das Variações Patrimoniais Consolidadas

Segundo o art. 104 da Lei nº 4.320/1964, “a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.”

A apuração do resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto das contas de Variação Patrimonial Aumentativa - VPA e Variação Patrimonial Diminutiva - VPD. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

TABELA 215

Demonstrativo das Variações Patrimoniais Consolidadas

(R\$ 1,00)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	55.465.463.671,50	52.270.308.182,83
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	17.327.811.926,06	16.541.421.081,03
Contribuições	1.923.409.491,52	1.665.813.347,42
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	599.842.605,02	158.978.853,73
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	2.577.347.616,30	3.109.652.986,21
Transferências e Delegações Recebidas	30.764.953.298,21	28.410.328.444,22
Valorização e Ganho com Ativos	165.672.619,00	878.742.488,84
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2.106.426.115,39	1.505.370.981,38
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	51.652.022.327,68	48.237.649.170,00
Pessoal e Encargos	8.874.143.105,21	7.926.473.659,88
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	3.378.175.201,53	3.131.266.001,90
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	4.021.735.415,56	3.775.956.777,46
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	2.948.016.943,75	3.406.720.000,96
Transferências e Delegações Concedidas	29.531.896.783,05	26.964.603.517,03
Desvalorização e Perda de Ativos	1.415.622.310,46	1.464.174.854,60
Tributárias	187.327.513,87	179.431.693,79
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.295.105.054,25	1.389.022.664,38
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	3.813.441.343,82	4.032.659.012,83

Fonte: SEFAZ/CECAD

O Demonstrativo das Variações Patrimoniais, do exercício de 2018, demonstra um total de variações patrimoniais aumentativas de R\$ 55.465.463.671,50 e um total de variações patrimoniais diminutivas, contabilizadas em R\$.51.652.022.327,68, portanto, o resultado patrimonial do exercício foi superavitário em R\$ 3.813.441.343,82.

4.3.4.1 Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais

DVPCON-01 - Evidenciação Facultativa do Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas da DVP

O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, em sua 6ª edição, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 700, de 10 de dezembro de 2014, apresentou algumas alterações na estrutura das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. No que tange às alterações referente à Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP, o manual passou a considerar facultativo a evidenciação do Quadro de Variações Patrimoniais Qualitativas, um dos anexos da DVP, para fins de consolidação a partir do exercício de 2015. Em vista disso, optou-se por não evidenciar mais esse quadro complementar a partir do exercício de 2017, pois as informações que eram apresentadas sobre a execução de despesas

orçamentárias que causam variações qualitativas no patrimônio do estado está disponível no Balanço Orçamentário - BO e seus quadros anexos.

DVPCON-02 - Reavaliação, Depreciação, Amortização, Exaustão e Redução ao Valor Recuperável

Os procedimentos para registro da reavaliação, depreciação, amortização, exaustão e redução a valor recuperável do patrimônio público do estado do Ceará, tem como base legal o Decreto Nº 31.340, de 05 de novembro de 2013, NBCASP e MCASP. É importante destacar, que o Decreto Nº 32.515 de 22 de janeiro de 2018, alterou o art.38 do Decreto Nº 31.340, prorrogando o prazo máximo para o ajuste do valor contábil dos bens móveis e imóveis para junho de 2018.

Em vista disso, os órgãos da Administração Pública Direta do Estado do Ceará e suas Autarquias e Fundações constituíram comissões específicas para realizar o levantamento de seus bens, e alguns já iniciaram os procedimentos de depreciação, amortização e exaustão nos exercício de 2016, 2017 e 2018. Esse trabalho de adequação de valor dos ativos é complexo, demandando bastante tempo e recursos humanos, principalmente para os bens móveis adquiridos em exercícios anteriores a 2012. Com isso, o registro contábil de adequação dos valores desses bens na contabilidade está sendo realizado gradativamente, de acordo com as possibilidades de cada órgão.

A tabela a seguir apresenta os órgãos da Administração Direta e Indireta que realizaram alguns desses procedimentos contábeis:

TABELA 216

Demonstrativo dos Órgãos e Entidades com Procedimentos Contábeis de Reavaliação, Depreciação e Amortização - Consolidado

TIPO DE ADMINISTRAÇÃO	UG	ÓRGÃO	PROCEDIMENTOS REALIZADOS
Administração Direta	20001	TRIBUNAL DE CONTAS	Reavaliações de Bens Móveis
			Depreciação de Bens Móveis
			Depreciação de Bens Imóveis
			Amortização
	101031	POLICIA MILITAR DO CEARÁ	Reavaliações de Bens Móveis
			Reavaliações de Bens Imóveis
	101071	PERICIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ	Reavaliações de Bens Imóveis
	150001	PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA	Depreciação de Bens Móveis
	190001	SECRETARIA DA FAZENDA	Reavaliações de Bens Imóveis
			Depreciação de Bens Imóveis
			Depreciação de Bens Móveis
			Reavaliações de Bens Imóveis
	300001	CASA CIVIL	Reavaliações de Bens Imóveis
	410001	CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO	Depreciação de Bens Imóveis
			Depreciação de Bens Móveis
	460001	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTAO	Amortização
			Reavaliações de Bens Imóveis
			Reavaliações de Bens Móveis
			Depreciação de Bens Imóveis
	461031	ESCOLA DE GESTAO PUBLICA DO ESTADO DO CEARÁ	Reavaliações de Bens Imóveis
530001	CONTROLADORIA GERAL DA DISCIPLINA	Depreciação de Bens Imóveis	
570001	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	Depreciação de Bens Imóveis	
Administração Indireta	130101	AGENCIA REGULADORA DE SERV PUBL DELEGADOS	Depreciação de Bens Móveis
			Depreciação de Bens Imóveis
	300101	FUNDAÇÃO DE TELEEDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ	Amortização
			Depreciação de Bens Imóveis
	430401	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DAS CIDADES DO CE	Reavaliações de Bens Móveis
	460101	INSTITUTO DE SAUDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARA	Amortização
			Depreciação de Bens Móveis
	460601	COMPANHIA DE HABITACAO DO CEARA	Depreciação de Bens Imóveis
			Reavaliações de Bens Móveis
			Depreciação de Bens Móveis
Depreciação de Bens Imóveis			

Fonte: SEFAZ/CECAD

4.3.5 Demonstrativo da Dívida Flutuante

A Dívida Flutuante Pública consiste na dívida contraída pelo Estado, por um breve e determinado período de tempo, quer como administrador de terceiros, confiados à sua guarda, quer para atender às momentâneas necessidades de caixa.

Segundo a Lei nº 4.320/64, a dívida flutuante compreende os restos a pagar, excluídos os serviços de dívida, os serviços de dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria.

Na tabela a seguir, apresenta-se o demonstrativo que detalha a composição da Dívida Flutuante do Estado do Ceará.

TABELA 217

Demonstrativo da Dívida Flutuante-Consolidada

(R\$ 1,00)

TÍTULO	SALDO INICIAL	INSCRIÇÃO	BAIXA	SALDO SEGUINTE
Restos a Pagar Não Processados				
1º Exercício Anterior	645.294.119,75	0,00	588.925.485,99	56.368.633,76
2º Exercício Anterior	30.347.029,45	-1.255,81	30.345.773,64	0,00
Deste Exercício	0,00	582.967.218,05	0,00	582.967.218,05
Subtotal	675.641.149,20	582.965.962,24	619.271.259,63	639.335.851,81
Restos a Pagar Processados				
1º Exercício Anterior	218.259.907,69	-26.046,78	209.871.528,04	8.362.332,87
2º Exercício Anterior	2.715.157,57	-1.840,78	2.713.316,79	0,00
Deste Exercício	0,00	255.495.598,79	0,00	255.495.598,79
Subtotal	220.975.065,26	255.467.711,23	212.584.844,83	263.857.931,66
Depósito de Diversas Origens	1.232.280.783,55	13.247.296.273,12	13.094.111.092,82	1.385.465.963,85
Subtotal	1.232.280.783,55	13.247.296.273,12	13.094.111.092,82	1.385.465.963,85
TOTAL:	2.128.896.998,01	14.085.729.946,59	13.925.967.197,28	2.288.659.747,32

Fonte: SEFAZ/CECAD

4.3.5.1 Notas Explicativas do Demonstrativo da Dívida Flutuante

DFCON01 – Composição das Baixas de Restos a Pagar Processados e Não Processados Evidenciados na Dívida Flutuante do Estado:

Nas colunas de Movimento do Exercício, os valores apresentados como baixa representam o somatório dos pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar. A tabela abaixo apresenta o detalhamento das Baixas de Restos a Pagar ocorridas em 2018 no Demonstrativo da Dívida Flutuante do Estado:

TABELA 218

Demonstrativo das Baixas de Restos a Pagar Não Processados da Dívida Flutuante do Estado

(R\$ 1,00)

Restos a Pagar Não Processados (RPNP)	Saldo em 31/12/2018
Baixa por Pagamento (6.3.1.4)	521.209.375,33
Baixa por Cancelamento (6.3.1.9)	98.061.884,30
Somatório das Baixas de RPNP da Dívida Flutuante	619.271.259,63

Fonte: SEFAZ/CECAD

TABELA 219
Demonstrativo das Baixas de Restos a Pagar Processados da Dívida Flutuante do Estado
(R\$ 1,00)

Restos a Pagar Processados (RPP)	Saldo em 31/12/2018
Baixa por Pagamento (6.3.2.2)	208.692.127,14
Baixa por Cancelamento (6.3.2.9)	3.892.717,69
Somatório das Baixas de RPP da Dívida Flutuante	212.584.844,83

Fonte: SEFAZ/CECAD

DFIND02 - Composição da Linha Depósitos de Diversas Origens

Fez-se necessário efetuar ajuste nos saldos apresentados em todas as colunas dessa linha para exclusão das contas do subgrupo 2.1.8.8.1 – Valores Restituíveis – Consolidação que possuem atributo P (Permanente). Essas contas de Passivo Circulante não pertencem ao Passivo Financeiro, motivo pelo qual estão marcadas na contabilidade com o atributo P. Sendo assim, não devem constar no mapeamento das contas contábeis para serem incluídas na Dívida Flutuante. A Tabela a seguir apresenta os saldos, em 31/12/2017, das contas incluídas no subgrupo 2.1.8.8.1 que possuem atributo P e que foram excluídos do saldo dos Depósitos de Diversas Origens apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante do Estado:

TABELA 220
Demonstrativo das Contas com Atributo “P” a Serem Excluídas dos Depósitos de Diversas Origens da Dívida Flutuante - Consolidada
(R\$ 1,00)

Conta	Descrição	Saldo em 31/12/2018
2.1.8.8.1.10	Mercadorias Recebidas em Consignação (P)	85.125,50
	Ajuste 1: Valores Restituíveis – Consolidação marcados com atributo “P”	85.125,50

Fonte: SEFAZ/CECAI

Fez-se necessário também efetuar ajuste nos saldos apresentados em todas as colunas dessa linha para inclusão de saldo das contas 2.1.8.9.2.04 - Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar; 2.1.8.9.2.12 - Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Repassar; e 2.1.8.9.2.42 - Arrecadação de Terceiros - DAE's Rejeitados, 2.1.8.9.1.36 - Valores em Trânsito Exigíveis (F); 2.1.8.8.2.04.07 - Depósitos a Quem de Direito (F); 2.1.8.9.1.38 - Restituições de Receitas a Pagar (F); e 2.1.8.9.3.38 - Restituições de Receitas a Pagar (F). Essas contas, apesar de não estarem relacionadas no grupo 2.1.8.8.1 - Valores Restituíveis - Consolidação, possuem funcionamento contábil semelhante. Ou seja, representam depósitos recebidos, não decorrentes da execução orçamentária, que serão devolvidos em momento posterior. Desta forma, é preciso que os saldos dessas contas sejam adicionados ao grupo 2.1.8.8.1 para que se chegue ao valor de Depósitos de Diversas Origens apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante.

A tabela a seguir apresenta o saldo, em 31/12/2018, das contas listadas acima e que foram incluídas no saldo dos Depósitos de Diversas Origens apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante do Estado:

TABELA 221

Demonstrativo das Obrigações Diversas a Serem Adicionadas aos Depósitos de Diversas Origens da Dívida Flutuante Consolidada

(R\$ 1,00)

Conta	Descrição	Saldo em 31/12/2018
2.1.8.8.2.04.07	Depósitos para Quem de Direito (F)	1.365.822,16
2.1.8.9.1.36.02	Receita a Classificar	954.273,97
2.1.8.9.1.38	Restituições de Receita a Pagar	0,00
2.1.8.9.3.38	Restituições de Receita a Pagar (F)	20.000,00
2.1.8.9.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar	10.549.842,81
2.1.8.9.2.12	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Repassar	136.520,26
2.1.8.9.2.42	Arrecadação de Terceiros - DAE's Rejeitados	0,00
	Ajuste 2: Obrigações diversas a serem adicionadas aos Depósitos de Diversas Origens	13.026.459,20

Fonte: SEFAZ/CECAI

Considerando os ajustes 1 e 2 citados acima, a composição dos Depósitos de Diversas Origens é apresentada na tabela abaixo:

TABELA 222

Composição do Saldo do Exercício Anterior dos Depósitos de Diversas Origens do Demonstrativo da Dívida Flutuante Consolidada

(R\$ 1,00)

Descrição	Saldo em 31/12/2018
Saldo do grupo de contas 2.1.8.8.1 - Valores Restituíveis	1.372.524.630,15
(-) Ajuste 1 - Saldo com atributo P a serem excluídos no grupo 2.1.8.8.1	85.125,50
(+) Ajuste 2 - Obrigações diversas a serem adicionadas aos Depósitos de Diversas Origens	13.026.459,20
(=) Total dos Depósitos de Diversas Origens (DF)	1.385.465.963,85

Fonte: SEFAZ/CECAI

DFCON-03 - Inscrição de Restos a Pagar Processados

Conforme já explicado nas Notas BOCON-08 e BFCO-02, houve a necessidade de se fazer ajuste na inscrição de Restos a Pagar Processados em virtude de pagamentos registrados nas Unidades Gestoras elencadas na Tabela 195-A, relativos a restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e que, no momento da inscrição, não foram informadas retenções a pagar. Entretanto, ao efetuar os pagamentos em 2018, as UGs informaram que os restos inscritos na verdade se tratavam de retenções.

Como a partir do exercício de 2015 o S2GPR separa a inscrição de restos a pagar das consignações retidas a pagar (não considerando mais estas incluídas na inscrição dos restos a pagar), as UGs precisam informar as retenções a pagar em cada processo antes de efetuar a inscrição dos restos a pagar, respeitando os princípios contábeis da oportunidade e competência. Quando esse procedimento não é adotado, sempre será necessário ajustar contabilmente a inscrição dos restos a pagar para subtrair dos valores inscritos o valor das consignações a pagar que não foram devidamente retidas.

No Demonstrativo da Dívida Flutuante do Estado, foi inserido um ajuste negativo na inscrição de Restos a Pagar Processados 1º exercício anterior, no valor de R\$ 26.046,78 e de Restos a Pagar Processados 2º exercício anterior, no valor de R\$ 1.840,78, já que estes valores, conforme explicado acima, foram executados financeiramente em 2018 como consignações retidas e pagas. Esses ajustes foram necessários para que se pudesse fechar o valor da Dívida Flutuante evidenciada no Demonstrativo.

DFCON-04 - Divergência de Saldo Final de Inscrição de Restos a Pagar Processado em 2017 e Inicial de 2018

Existe uma diferença de R\$ 12.121,66 no valor na coluna “saldo para o exercício seguinte”, linha inscrição do exercício, restos a pagar processado, do demonstrativo da dívida flutuante” de 2017 e da coluna “Saldo do Exercício Anterior”, linha restos a pagar processado 1º exercício anterior, do demonstrativo da dívida flutuante de 2018. Tal diferença ocorreu por inconsistência na geração dos restos a pagar nas gestoras SEDUC, R\$ 11.413,31, e SDA, de R\$ 708,35. Referidas inconsistências foram corrigida por lançamento contábil em 2018.

4.3.6 Demonstração dos Fluxos de Caixa

De acordo com a 7ª. Edição do MCASP, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) identificará :

- as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis e
- o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Esta Demonstração permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Pode ser analisada, também, mediante comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

TABELA 223

Resumo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Consolidados

(R\$ 1,00)

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
INGRESSOS	57.708.546.519,97	52.287.350.186,66
- RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	16.885.520.923,38	15.387.760.401,02
- TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	29.042.389.453,79	26.712.506.020,58
- OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	11.780.636.142,80	10.187.083.765,06
DESEMBOLSOS	55.914.506.897,63	49.798.539.779,87
- PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	17.309.169.005,37	15.760.391.038,77
- JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	562.907.752,50	452.097.969,17
- TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	26.414.907.516,23	24.007.670.917,45
- OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	11.627.522.623,53	9.578.379.854,48
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	1.794.039.622,34	2.488.810.406,79
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	576.097.688,71	488.372.846,10
- ALIENAÇÃO DE BENS	14.494.759,01	16.428.948,44
- AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	3.496.246,20	0,00
- TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	410.908.696,13	471.260.625,10
- OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	147.197.987,37	683.272,56
DESEMBOLSOS	2.890.747.604,16	2.316.131.727,63
- AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.864.891.260,92	2.266.398.815,10
- CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	25.856.343,24	49.732.912,53
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	-2.314.649.915,45	-1.827.758.881,53
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	908.064.839,15	2.051.078.860,99
- OPERAÇÕES DE CRÉDITO	908.064.839,15	2.051.078.860,99
DESEMBOLSOS	806.387.622,00	989.275.445,29
- AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	806.387.622,00	989.275.445,29
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	101.677.217,15	1.061.803.415,70
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	-418.933.075,96	1.722.854.940,96
- CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	5.478.136.301,88	3.754.116.002,76
- CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	5.054.746.957,67	5.478.136.301,88
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA DO PERÍODO	-423.389.344,21	1.724.020.299,12
CONCILIAÇÃO CONTÁBIL-FINANCEIRA		
- SAÍDAS DE CAIXA A REGULARIZAR	25.663.332,37	8.018.009,32
- SAÍDAS DE CAIXA REGULARIZADAS	21.220.145,70	10.221.649,97
- ENTRADAS DE CAIXA A REGULARIZAR	3.098.098,38	569.649,92
- ENTRADAS DE CAIXA REGULARIZADAS	3.111.179,96	1.607.932,41
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA AJUSTADO	-418.933.075,96	1.722.854.940,96

Fonte: SEFAZ/CECAD

O Demonstrativo de Fluxo de Caixa do exercício de 2018 evidenciou uma geração líquida negativa de caixa e equivalente de caixa de R\$ 418.933.075,96. O fluxo que mais contribuiu para este resultado negativo foi o das atividades de investimento

que apresentou um resultado negativo de R\$ 2.314.649.915,45. Entretanto, as atividades operacionais e de financiamento geraram fluxos positivos, respectivamente de R\$ 1.794.039.622,34 e de R\$ 101.677.217,15.

Já a variação do Caixa e Equivalente de Caixa do Período foi negativa em R\$ 423.389.344,21. A diferença entre a geração líquida de caixa e a variação de caixa do período é explicada pelo campo “conciliação contábil-financeira”, detalhado a seguir pela nota explicativa DFCCON-06.

4.3.6.1 Notas Explicativas da Demonstração dos Fluxos de Caixa

DFCCON-01 - Critérios utilizados na elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) é elaborada pelo método direto e evidencia as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência, classificadas em fluxo de atividades das operações, de investimentos e de financiamento.

Os ingressos dos fluxos das operações compreendem as receitas arrecadadas pelo seu valor líquido (6.2.1.2 - Receita Realizada (-) 6.2.1.3 - Deduções da receita orçamentária) relativas às atividades operacionais, as transferências recebidas e os outros ingressos operacionais

Já os desembolsos das operações evidenciam as despesas pagas (6.2.2.1.3.04 + 6.3.1.4 + 6.3.2.2) relativas às atividades operacionais, as transferências concedidas e os outros desembolsos operacionais.

Os ingressos dos fluxos das atividades de investimento compreendem as receitas arrecadadas referentes à alienação de ativos não circulantes e de amortização de empréstimos e financiamentos concedidos. Os desembolsos de investimento referem-se às despesas pagas com aquisição de ativos não circulantes e as concessões de empréstimos e financiamentos.

Por sua vez, nos ingressos das atividades de financiamento são evidenciadas as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes. Nos desembolsos evidencia-se as despesas pagas com amortização e refinanciamento da dívida.

A geração líquida de caixa e equivalente de caixa representa a soma dos três fluxos e a variação do caixa e equivalente de caixa corresponde à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa (1.1.1) do exercício de referência.

A conciliação contábil-financeira evidencia os ajustes nas contas de caixa que representam entradas e saídas de caixa sem a correspondente execução orçamentária. Por sua vez, a variação do caixa e equivalente de caixa ajustado apresenta-se como o somatório da variação do caixa e equivalente de caixa como a conciliação contábil-financeira.

DFCCON-02 - Mudança na estrutura da demonstração

Acrescenta-se que foi procedida modificações no layout da Demonstração do Fluxo de Caixa para adequá-la à estrutura apresentada pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 7ª edição. Dessa forma, em 2018, a Demonstração do Fluxo de Caixa é composta por um quadro principal e cinco quadros anexos: Quadro das Receitas Derivadas e Originárias, Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas, Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função, Quadro de Juros e Encargos da Dívida e Quadro dos Outros Ingressos e Desembolsos Operacionais.

DFCCON-03 - Ajuste de Inscrição de Restos a Pagar Processados para Ajustar os Desembolsos na DFC

O valor dos pagamentos na Demonstração do Fluxo de Caixa está totalizando R\$ 26.871.892.279,88, conforme verifica-se na Tabela abaixo. Esse valor diverge em R\$ 29.143,37 dos pagamentos orçamentários e de restos a pagar (somatório das contas contábeis 6.2.2.1.3.04, 6.3.1.4 e 6.3.2.2) que totalizam R\$ 26.871.863.136,51.

TABELA 224
Composição dos Pagamentos na Demonstração do Fluxo de Caixa - Consolidado

(R\$ 1,00)

GRUPO	VALOR
Pessoal e Outras Despesas Correntes por Função	17.309.169.005,37
Juros e Encargos da Dívida	562.907.752,50
Transferências Intergovernamentais	3.941.564.100,91
Transferências a Intituições Privadas Sem Fins Lucrativos	1.226.094.956,62
Transferências a Intituições Privadas Com Fins Lucrativos	17.272.057,71
Transferências a Intituições Multigovernamentais	9.576.195,80
Transferências a Consórcios Públicos	108.172.984,81
Aquisição de Ativo Não Circulante	2.864.891.260,92
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	25.856.343,24
Amortização/Refinanciamento Da Dívida	806.387.622,00
TOTAL	26.871.892.279,88

Fonte: SEFAZ/CECAD

Conforme já explicado na Nota BFCO-02 - Inscrição de Restos a Pagar Processados, houve a necessidade de se fazer ajuste na inscrição de Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados a Pagar em virtude de pagamentos registrados nas Unidades Gestoras elencadas na Tabela 195-A, relativos a restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e que, no momento da inscrição, não foram informadas retenções a pagar. Entretanto, ao efetuar os pagamentos em 2018, as UGs informaram que os restos inscritos na verdade se tratavam de retenções.

Como a partir do exercício de 2015 o S2GPR separa a inscrição de restos a pagar das consignações retidas a pagar (não considerando mais estas incluídas na inscrição dos restos a pagar), a UG precisa informar as retenções a pagar em cada

processo antes de efetuar a inscrição dos restos a pagar, respeitando os princípios contábeis da oportunidade e competência. Quando esse procedimento não é adotado, sempre será necessário ajustar contabilmente a inscrição dos restos a pagar para subtrair dos valores inscritos o valor das consignações a pagar que não foram devidamente retidas.

No Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, esse procedimento contábil gerou um aumento de R\$ 29.143,37 no pagamento de Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não Processados Liquidados a Pagar no exercício de 2018, uma vez que este não apresenta em sua composição a inscrição de Restos a Pagar. Nos demais demonstrativos (Balanço Financeiro e Demonstrativo da Dívida Flutuante), o ajuste foi efetuado na inscrição dos Restos a Pagar Processados, uma vez que tais demonstrativos possuem esse campo específico. Para consultar as Notas Explicativas correlatas apresentadas no Balanço Financeiro e Demonstrativo da Dívida Flutuante, consultar, respectivamente, as Notas BFCO-02 e DFCON-03.

DFCON-04 - Ingressos e Devoluções de Valores Restituíveis

A tabela abaixo evidencia a composição dos “Ingressos de Valores Restituíveis”, calculada pelo movimento a crédito das seguintes contas contábeis:

TABELA 225
Demonstrativo dos Ingressos de Valores Restituíveis - Consolidados

(R\$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.1.01.03	Consignações de Exercícios Anteriores - Legado SIC	23.641.880,57
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	324.366.544,30
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	221.579.179,60
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	7.379.752.719,57
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	10.793.741,85
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação (F)	44.410,79
2.1.8.8.1.99.01	Outros Valores Restituíveis (F)	192.053,22
2.1.8.8.2.09	Cheque Salário - Antecipação	188.115.400,00
Total		8.148.485.929,90

Fonte: SEFAZ/CECAD

A tabela a seguir evidencia a composição da Devolução de Valores Restituíveis, calculada pelo movimento a débito das seguintes contas contábeis:

TABELA 226

Demonstrativo da Devolução de Valores Restituíveis - Consolidados

(R\$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.1.01.03	Consignações de Exercícios Anteriores - Legado SIC	47.415.460,90
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	312.466.082,46
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	222.070.324,87
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	7.322.887.652,12
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	12.281.260,57
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação (F)	42.179,94
2.1.8.8.1.99.01	Outros Valores Restituíveis (F)	57.936,58
2.1.8.8.2.09	Cheque Salário - Antecipação	188.115.400,00
Total		8.105.336.297,44

Fonte: SEFAZ/CECAD

DFCCON-05 - Valores a Repassar e a Receber

Os “valores a repassar” constitui-se na obrigação em repassar os valores referentes à receita dos órgãos da Administração Indireta e Direta arrecadada via DAE pela Secretaria da Fazenda, os valores relativos à movimentações financeiras realizadas de forma inadequada e valores de pagamentos de outras fontes supridos pelo Tesouro.

Dessa forma evidencia-se nessa linha os movimentos (créditos menos débitos) das contas: 2.1.8.8.2.04.07, 2.1.8.8.2.35, 2.1.8.9.2.04, 2.1.8.9.2.12 e 2.1.8.9.2.42. A tabela abaixo evidencia a composição desse grupo.

TABELA 227

Demonstrativo dos Valores a Repassar - Consolidados

(R\$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.2.04.07	Depósitos para Quem de Direito	1.335.240,71
2.1.8.8.2.35	Movimentações Financeiras a Repassar	-11.300,00
2.1.8.9.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar	-364.683,73
2.1.8.9.2.12	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Repassar	-363.169,51
2.1.8.9.2.42	Arrecadação de Terceiros - DAE's Rejeitados	-361,18
Total		595.726,29

Fonte: SEFAZ/CECAD

Na linha “valores a receber” evidencia-se os valores de créditos a receber oriundos das receitas dos órgãos da Administração Direta e Indireta via DAE, arrecadados pela Secretaria da Fazenda, bem como os créditos a receber provenientes de movimentações financeiras realizadas indevidamente e de pagamentos de outras fontes supridos pelo Tesouro.

TABELA 228
Demonstrativo de Valores a Receber - Consolidados

(R\$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
1.1.2.2.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber	-364.683,73
1.1.2.2.2.05	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Receber	-363.169,51
1.1.2.2.2.06	Arrecadação a Receber - DAES Rejeitados	-361,18
1.1.3.8.2.10	Arrecadação DAE a Recuperar (F)	826.119,68
1.1.3.8.2.35	Movimentações Financeiras a Recuperar	-11.300,00
Total		86.605,26

Fonte: SEFAZ/CECAD

Assim, evidencia-se neste grupo os movimentos (débitos - créditos) das seguintes contas: 1.1.2.2.2.04, 1.1.2.2.2.05, 1.1.2.2.2.06, 1.1.3.8.2.10 e 1.1.3.8.2.35. A tabela acima evidencia os movimentos de cada uma das contas que compõem esta linha.

DFCCON-06 - Conciliação Contábil-Financeira

O campo de Conciliação Contábil-Financeira destaca as entradas e saídas de caixa sem a correspondente execução orçamentária, onde houve lançamentos nas contas contábeis: 1.1.3.2.1.07, 1.1.3.2.1.98, 1.1.3.8.1.09, 1.1.9.9.1.04, 1.1.9.9.1.05 e 1.1.9.9.1.98, para que a contabilidade estivesse compatível com a conciliação financeira.

Assim, estes lançamentos não se constituem como fluxos que geram entradas e saídas de caixa, e sim ajustes nas contas de caixa relativos à pendências de conciliação. Por esse motivo, tais movimentos apresentam-se fora dos fluxos operacional, de investimento e de financiamento, e estão inclusos após a variação de caixa e equivalente de caixa, ajustando esta variação.

Dessa forma, nas gestoras que procederam esses ajustes, a “Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa” será igual à “Variação do Caixa e Equivalente de Caixa Ajustada”. Esta se caracteriza pela soma da “Variação de Caixa e Equivalente de Caixa do Período” com a linha “Conciliação Contábil-Financeira”.

O cálculo da conciliação contábil-financeira, por sua vez, é feito da seguinte forma: soma-se as saídas de caixa a regularizar, com as entradas de caixa regularizadas e diminui-se desse valor as saídas de caixa regularizadas e as entradas de caixa a regularizar.

Na linha de “Saídas de Caixa a Regularizar” observa-se as saídas de caixa em que não houve a respectiva execução orçamentária (empenho e liquidação) no exercício, tais como sequestros judiciais, devolução de saldos de convênios e outras despesas a regularizar, como tarifas bancárias debitadas em conta, como também anulação de receita de exercício anterior. Esta linha é representada pelo movimento a débito das seguintes contas contábeis: 1.1.3.2.1.07, 1.1.3.2.1.98, 1.1.3.8.1.09, 1.1.9.9.1.04, 1.1.9.9.1.05 e 1.1.9.9.1.98. A tabela abaixo demonstra a composição dos valores citados acima.

TABELA 229

Demonstrativo das Saídas de Caixa a Regularizar - Consolidadas

(R\$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
1.1.3.2.1.07	IR e CSLL a Recuperar	14.403,42
1.1.3.2.1.98	Outros Tributos a Recuperar	751,27
1.1.3.8.1.09	Numerários em Trânsito (F)	6.669.485,51
1.1.9.9.1.04	Sequestros Judiciais a Regularizar (P)	4.394.909,95
1.1.9.9.1.05	Devolução de Saldo de Convênio a Apropriar (P)	4.062.986,78
1.1.9.9.1.98	Outras VPD a Apropriar (P)	10.520.795,44
Total		25.663.332,37

Fonte: SEFAZ/CECAD

Já no grupo “Saídas de Caixa Regularizadas” registra-se as regularizações em 2018 referentes a sequestros judiciais, devolução de saldos de convênios e outras despesas que ficaram pendentes de regularização em 2017. Representando assim o movimento a crédito das contas contábeis: 1.1.3.2.1.07, 1.1.3.8.1.09, 1.1.9.9.1.04, 1.1.9.9.1.05 e 1.1.9.9.1.98. A tabela abaixo demonstra a composição dos valores citados acima.

TABELA 230

Demonstrativo das Saídas de Caixa Regularizadas - Consolidadas

(R\$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
1.1.3.2.1.07	IR e CSLL a Recuperar	15.074,53
1.1.3.8.1.09	Numerários em Trânsito (F)	2.956.551,84
1.1.9.9.1.04	Sequestros Judiciais a Regularizar (P)	5.827.184,36
1.1.9.9.1.05	Devolução de Saldo de Convênio a Apropriar (P)	2.326.319,69
1.1.9.9.1.98	Outras VPD a Apropriar (P)	10.095.015,28
Total		21.220.145,70

Fonte: SEFAZ/CECAD

Adicionalmente, nas entradas de caixa a regularizar evidenciam-se as entradas de valores nos extratos bancários que não foram identificados em conciliação bancária e são representadas pelo movimento a crédito da conta contábil 2.1.8.9.1.36.02 - Receitas a Classificar (F). No Estado, essa conta apresenta-se com montante de R\$ 3.098.098,38.

O grupo “entradas de caixa regularizadas”, no valor de R\$ 3.111.179,96, constitui-se no movimento a débito da conta 2.1.8.9.1.36.02, que representa as regularizações em 2018 das receitas a classificar de exercícios anteriores.

4.4. Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista

As Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista são entidades com personalidade jurídica de direito privado submetidas às regras da Lei nº 6.404/76, com alterações das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09.

A estrutura administrativa do Estado do Ceará possui 2 (duas) Empresas Públicas, que são entidades administradas exclusivamente pelo Poder Público com a finalidade prevista em Lei e de propriedade única do Estado; e 10(dez) Sociedades de Economia Mista, onde há colaboração entre o Estado e particulares, ambos reunindo recursos para a realização de uma finalidade, sempre de objetivo econômico.

O Balanço Geral do Estado contém as Demonstrações Financeiras exigidas pelas Leis aplicáveis às Empresas e Sociedades de Economia Mista. São elas: Balanço Patrimonial (BP); Demonstração dos Resultados do Exercício (DRE); Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA); Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) - para as sociedades com Patrimônio Líquido superior a R\$ 2.000.000,00 e Demonstração do Valor Adicionado (DVA) - para as sociedades de capital aberto.

Destacamos que algumas dessas entidades são classificadas como Empresas Estatais Dependentes de acordo com ao art. 2º, inciso III da Lei de Responsabilidade Fiscal, portanto, apresentaram execução orçamentária, financeira e patrimonial.

CAPÍTULO V

5. DA GESTÃO FISCAL

5.1. Lei de Responsabilidade Fiscal

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, exige, em seu art. 54, a emissão do Relatório de Gestão Fiscal - RGF ao final de cada quadrimestre pelos titulares dos poderes e órgãos, o qual contém informações relativas à despesa total com pessoal, dívida consolidada, concessão de garantias, operações de crédito, demonstrativos das disponibilidades de caixa em 31 de dezembro do exercício de referência, às inscrições em restos a pagar e o demonstrativo simplificado do referido relatório, conforme demonstram os anexos a seguir:

5.1.1. Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Poder Executivo

O Demonstrativo das Despesas com Pessoal, Anexo I do RGF, visa transparecer a despesa com pessoal de cada um dos Poderes e a verificar o cumprimento dos limites de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF que determina o máximo de 60% da Receita Corrente Líquida (RCL) do Estado para ser aplicado em Gastos com Pessoal, estabelecendo limites segregados por Poder e Órgão. O poder executivo tem como limite máximo 49,00% da RCL.

No exercício de 2018, o percentual de comprometimento da Despesa de Pessoal (DTP) sobre a RCL foi de 42,30%. Se comparada aos 42,45%, do último quadrimestre de 2017, percebe-se uma pequena redução de 0,15%, mantendo-se com o comprometimento dessa despesa estável.

A Receita Corrente Líquida Ajustada - RCLA é a RCL após a exclusão dos valores de transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais, conforme disciplina o § 13, art. 166 da CF. A RCLA no exercício de 2018 gerou um montante de **R\$ 19.174.512.116,18**. Quando comparada com o mesmo exercício de 2017, verifica-se um crescimento nominal de 7,95%, um dos motivos para a estabilidade do comprometimento do gasto com pessoal sobre a RCL.

Sobre a composição da Despesa Bruta com Pessoal, os gastos com pessoal ativos correspondem a 70,62% do total da despesa bruta com pessoal. Os gastos com inativos representam 23,14% do total da despesa e as despesas com terceirização complementa o total da Despesa Bruta com Pessoal em 6,25%. Todos os grupos de despesas permaneceram estáveis quando comparadas com o mesmo período do exercício anterior.

TABELA 231

Anexo 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Poder Executivo - LRF

(R\$1,00)

DESPESA COM PESSOAL	JAN/18	FEV/18	MAR/18	ABR/18	MAI/18	JUN/18	JUL/18
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	631.479.466,37	657.593.263,26	747.323.434,13	783.329.025,45	726.567.616,54	769.644.730,25	1.040.464.329,71
PESSOAL ATIVO	465.932.898,75	459.926.909,08	525.957.679,22	541.605.332,61	506.143.322,46	537.767.320,11	723.575.478,90
- Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	403.238.612,19	403.113.884,18	433.566.474,28	452.352.539,17	427.384.779,25	460.968.551,40	658.356.763,44
- Obrigações Patronais	62.593.066,04	56.797.312,08	92.202.985,27	89.152.055,58	78.744.576,83	76.611.377,86	65.118.192,38
- Benefícios Previdenciários	101.220,52	15.712,82	188.219,67	100.737,86	13.966,38	187.390,85	100.523,08
PESSOAL INATIVO	165.300.951,45	165.965.254,04	171.933.481,29	180.215.049,14	174.197.156,98	174.782.517,45	260.169.104,90
- Aposentadoria, Reserva e Reformas	165.300.951,45	165.965.254,04	171.933.481,29	180.215.049,14	174.197.156,98	174.782.517,45	260.169.104,90
- Pensões							
- Outros Benefícios Previdenciários							
TERCEIRIZAÇÃO (art. 18, § 1º da LRF)	245.616,17	31.701.100,14	49.432.273,62	61.508.643,70	46.227.137,10	57.094.892,69	56.719.745,91
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	140.762.720,33	136.339.630,93	116.918.871,71	127.127.332,31	136.000.794,72	119.106.948,05	129.686.962,54
- Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária							
- Decorrentes de Decisão Judicial	76.029,20	72.990,82	107.261,38	139.070,24	219.973,51	341.244,44	359.720,97
- Despesas de Exercícios Anteriores	5.931.869,66	16.313.189,13	3.909.322,14	4.123.940,71	1.897.652,36	4.139.534,20	3.994.515,28
- Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	134.754.821,47	119.953.450,98	112.902.288,19	122.864.321,36	133.883.168,85	114.626.169,41	125.332.726,29
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	490.716.746,04	521.253.632,33	630.404.562,42	656.201.693,14	590.566.821,82	650.537.782,20	910.777.367,17

DESPESA COM PESSOAL	AGO/18	SET/18	OUT/18	NOV/18	DEZ/18	TOTAL (R\$) (a)	RPNP (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	780.182.782,56	768.462.014,24	802.528.030,05	746.614.731,08	1.346.631.777,91	9.852.337.201,80	24.660.054,19
PESSOAL ATIVO	553.192.952,45	531.272.364,99	572.480.779,68	522.450.020,13	982.715.383,01	6.974.536.441,64	258.828,62
- Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	452.399.909,29	457.304.668,23	482.510.482,29	458.100.642,37	791.019.527,37	5.931.832.833,71	142.796,39
- Obrigações Patronais	100.692.250,75	73.867.533,41	89.870.711,26	64.264.963,82	191.599.242,19	1.041.514.267,47	116.032,23
- Benefícios Previdenciários	100.792,41	100.163,35	99.586,13	84.413,94	96.613,45	1.189.340,46	
PESSOAL INATIVO	176.644.060,32	176.727.880,75	176.744.933,71	178.401.533,37	284.261.040,61	2.285.342.984,01	0,00
- Aposentadoria, Reserva e Reformas	176.644.060,32	176.727.880,75	176.744.933,71	178.401.533,37	284.261.040,61	2.285.342.984,01	
- Pensões							0,00
- Outros Benefícios Previdenciários							0,00
TERCEIRIZAÇÃO (art. 18, § 1º da LRF)	50.345.769,79	60.461.768,50	53.302.316,66	45.763.177,58	79.655.354,29	592.457.796,15	24.401.225,57
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	129.071.928,61	135.984.847,48	133.574.519,51	146.356.607,64	315.427.452,42	1.766.358.616,25	0,00
- Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária							0,00
- Decorrentes de Decisão Judicial	469.732,83	10.158.512,20	11.066.769,70	21.976.374,58	98.253.703,12	143.241.382,99	
- Despesas de Exercícios Anteriores	2.750.621,02	3.451.441,98	3.026.501,08	1.588.596,47	1.654.905,70	52.782.089,73	
- Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	125.851.574,76	122.374.893,30	119.481.248,73	122.791.636,59	215.518.843,60	1.570.335.143,53	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	651.110.853,95	632.477.166,76	668.953.510,54	600.258.123,44	1.031.204.325,49	8.085.978.585,55	24.660.054,19

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	19.186.195.108,18	
(-) Transferências relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	11.682.992,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - RCLA (VI)	19.174.512.116,18	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VII) = (III a + III b)	8.110.638.639,74	42,30%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	9.395.510.936,93	49,00%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (Parágrafo Único, art. 22 da LRF)	8.925.735.390,08	46,55%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (Inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	8.455.959.843,24	44,10%

FONTE: S2GPR; COTES/CECAD; 04/04/19 11:32

Fonte: SEFAZ/CECAD

Notas: 1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas Liquidadas: consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;
- b) Despesas Empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, são consideradas liquidadas no encerramento do exercício.

2: No item "PESSOAL ATIVO" constam as contribuições patronais do Regime Próprio da Previdência;

3. Exclui "PENSIONISTAS", conforme Resolução nº 2.230/10 - TCE;

4. O Regime Previdenciário está composto pelo Regime Próprio dos Servidores denominado SUPSEC (composto pelo FUNAPREV, PREVMILITAR, PREVID).

5. Do total da Despesa Bruta com Pessoal Ativo, R\$ 51.516.000,25 se referem às despesas de pessoal dos Consórcios de Saúde Pública efetuadas com recursos estaduais;

6. Consórcio Público de Crato não apresentou a prestação de contas do RGF em conformidade com a 8ª Edição do MDF. Portanto, foram incluídos os valores pelas transferências correntes efetuadas no período;

7. Os valores apresentados incluem as despesas da Defensoria Pública Geral do Estado, órgão autônomo para o qual não foi ainda estabelecido Limite de Despesas com Pessoal;

8. Foram deduzidos os valores pertinentes aos abonos de permanência concedidos, conforme Resolução do TCE/CE nº 2582/2009 (DOE de 28/12/2009), os seguintes valores:

a. Abono de Permanência (3190110004): R\$ 61.250.070,55;

9. Foram deduzidos os valores referentes às verbas de caráter indenizatória: Ajuda de Custos (3190160001), valor R\$ 4.412,46.

Em 2018 foram incluídos os valores, de R\$ 51.516.000,25, referentes aos gastos com recursos do tesouro estadual destinados aos Consórcios de Saúde Pública, conforme demonstra a Tabela a seguir.

TABELA 232
Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Consórcios Públicos - LRF

(R\$1,00)

DESPESA COM PESSOAL EXECUTADA EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS PODER EXECUTIVO	VR TRANSF POR RATEIO	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RPMP (b)	TOTAL (c = a + b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	108.021.984,78	51.516.000,25		51.516.000,25
Pessoal Ativo	108.021.984,78	51.516.000,25	-	51.516.000,25
Outras Despesas de Pessoal dec. de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)				
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)			-	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária				-
Decorrentes de Decisão Judicial				-
Despesas de Exercícios Anteriores				-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	108.021.984,78	51.516.000,25	0	51.516.000,25

DESPESA BRUTA COM PESSOAL POR ENTE CONSORCIADO	VR TRANSFERIDO POR RATEIO	VALOR EXECUTADO
Consórcio Público De Saúde De Ibiapaba (Tianguá)	5.558.718,26	3.854.807,76
Consórcio Público De Saúde De Tauá	9.686.049,66	882.213,62
Consórcio Público De Saúde Da Micro Sobral	4.929.960,52	2.680.694,91
Consórcio Público De Saúde Da Micro Russas	4.591.966,61	3.869.577,62
Consórcio Público De Saúde De Quixadá	5.324.696,31	3.475.116,51
Consórcio Público De Saúde De Maracanaú	1.644.907,06	649.118,29
Consórcio Público De Saúde Da Microregião De Limoeiro do Norte	5.154.222,36	2.694.171,36
Consórcio Público De Saúde Da Micro Juazeiro do Norte	4.676.239,67	2.838.198,00
Consórcio Público De Saúde De Itapipoca	5.077.716,67	2.036.849,04
Consórcio Público De Saúde De Iguatu	5.075.534,30	1.108.834,77
Consórcio Público De Saúde Da Microregião de Icó	6.321.410,81	1.722.811,16
Consórcio Público De Saúde Da Micro Crato	4.599.006,18	4.599.006,18
Consórcio Público De Saúde De Crateús	5.348.773,52	1.480.005,07
Consórcio Público De Saúde Interfederativo do Vale do Curu (Cisvale)	7.267.996,44	3.402.736,21
Consórcio Público De Saúde Da Microregião de Cascavel	4.217.855,69	3.636.049,84
Consórcio Público De Saúde Da Microregião de Canindé	1.774.389,70	1.056.131,10
Consórcio Público De Saúde De Camocim	5.967.986,77	3.619.966,13
Consórcio Público De Saúde Da Micro Brejo Santo	5.289.317,99	1.626.622,78
Consórcio Público De Saúde Do Maciço de Baturité	6.117.498,48	3.804.609,40
Consórcio Público De Saúde Da Micro de Aracati	4.379.534,51	2.137.396,84
Consórcio Público De Saúde De Acaraú	5.018.203,27	341.083,66

Fonte: SEFAZ/CECAD

Notas:

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo;
2. Consórcio Público de Crato não apresentou a prestação de contas do RGF em conformidade com a 8ª Edição do MDF. Portanto, foram incluídos os valores pelas transferências correntes efetuadas no período;
3. Os valores registrados na coluna VALOR EXECUTADO estão de acordo com os demonstrativos DECLARADOS pelos consórcios públicos de Saúde;
4. Os valores registrados na coluna VALOR TRANSFERIDO POR CONTRATO DE RATEIO estão de acordo com os dados do S2GPR.

5.1.2. Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

O Demonstrativo a Dívida Consolidada Líquida (DCL), Anexo II do RGF, demonstra a dívida pública composta pelas obrigações financeiras do Estado, decorrentes de Leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses, acrescida dos restos a pagar processados do exercício, e de exercícios anteriores menos às disponibilidades e os haveres financeiros. Vale destacar que não estão computadas na dívida consolidada as dívidas contraídas pelas empresas estatais independentes.

TABELA 233

Anexo 2 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL - LRF

(R\$1,00)

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERC. ANTERIOR	Até o 1º Quadrimestre de 2018	Até o 2º Quadrimestre de 2018	Até o 3º Quadrimestre de 2018
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	11.820.226.140,19	12.514.493.291,65	13.742.347.541,04	13.865.126.013
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	11.295.560.450,27	11.989.827.601,73	13.217.681.851,12	12.955.984.217,29
Empréstimos	10.225.646.161,30	10.510.842.459,19	11.727.727.091,34	11.501.446.226,57
Interna	4.553.840.235,66	4.459.520.368,56	4.427.627.207,77	4.347.360.320,80
Externa	5.671.805.925,64	6.051.322.090,63	7.300.099.883,57	7.154.085.905,77
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	851.280.703,75	857.622.584,61	869.390.031,49	872.939.706,23
Financiamentos	127.848.360,32	122.271.856,70	168.848.589,92	136.636.200,65
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	127.848.360,32	122.271.856,70	168.848.589,92	136.636.200,65
Parcelamento e Renegociações de dívida	90.785.224,90	77.947.116,71	77.258.258,00	76.428.704,25
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	34.058.261,78	21.944.523,20	21.861.605,67	21.753.819,39
De Contribuições Sociais	56.726.963,12	56.002.593,51	55.396.652,33	54.674.884,86
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituições Não Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais-COHAB(Empresa Estatal dependente)	0,00	421.143.584,52	374.457.880,37	368.533.379,59
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive)-Venc. e não pagos	524.665.689,92	524.665.689,92	524.665.689,92	313.613.186,17
Outras Dívidas (Depósitos Judiciais Lei Estadual 15.878/15 - Estado Não é Parte)	0,00	0,00	0,00	595.528.609,64
DEDUÇÕES (II)	3.674.141.705,74	3.519.020.495,59	3.454.210.599,42	2.902.699.769,80
Disponibilidade de Caixa	3.674.141.705,74	3.519.020.495,59	3.454.210.599,42	2.902.699.769,80
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.888.804.166,61	3.542.159.926,47	3.469.632.207,97	3.169.616.459,93
(-) Restos a Pagar Processados	214.662.460,87	23.139.430,88	15.421.608,55	266.916.690,13
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	8.146.084.434,45	8.995.472.796,06	10.288.136.941,62	10.962.426.243,30
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	17.779.472.003,98	18.139.026.679,61	18.349.844.006,67	19.186.195.108,18
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	66,48	68,99	74,89	72,27
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	45,82	49,59	56,07	57,14
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	200	200	200	200
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	180	180	180	180

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERC. ANTERIOR	Até o 1º Quadrimestre de 2018	Até o 2º Quadrimestre de 2018	Até o 3º Quadrimestre de 2018
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	156.473.994.737,84	156.473.994.737,84	156.473.994.737,84	173.125.316.429,27
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	0,00	0,00	0,00	0,00
RP NÃO PROCESSADOS	672.722.233,67	273.505.497,33	127.410.306,59	636.277.093,34
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA-ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS (EC nº 94 / CF 1998 - Estado é Parte)	427.337.778,90	0,00	0,00	95.242.040,58

Fonte: S2GPR; COTES/CECAD; 21/03/2019 09:02

Fonte: SEFAZ/CECAD

Notas:

- 1: A disponibilidade de caixa abrange os órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Estatais Dependentes e os outros poderes;
- 2: Foram excluídos da disponibilidade de caixa os valores de R\$ 497.565.608,69, R\$ 23.661.873,77 e R\$ 550.228,34, referentes aos recursos da Folha de Pessoal do mês de dezembro de 2018 dos poderes executivo, legislativo e judiciário, respectivamente;
- 3: Foi excluído da disponibilidade de caixa o valor de R\$ 821.225.659,74 do RPPS (R\$ 696.582.512,68 dos fundos: FUNAPREV, PREVMILITAR e PREVID, e R\$ 124.643.147,68 do FPP);

4. Foram excluídos da disponibilidade de caixa os valores de R\$ 104.496.507,17 (posição de 31/12/2018) referente aos recursos de Fianças Criminais do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará;
5. Foram excluídos deste Anexo o montante de R\$ 447.861.500,84 (posição de 31/12/2018), relativos aos Depósitos Judiciais à disposição da justiça sob a gestão do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará;
6. Foi incluído nos restos a pagar processados o valor de R\$ 3.058.758,47, referente aos Restos a Pagar não Processados que foram liquidados em 2018;
7. O valor do passivo atuarial informado pela SEPLAG/CPREV é resultado da última avaliação atuarial do Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará (SUPSEC), conforme Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA 2017);
8. OS saldos dos Depósitos Judiciais em que o Estado não é parte, conforme Lei Estadual nº 15.878/2015, estão demonstrados na linha "Outras Dívidas", integrante da Dívida Consolidada (DC), na coluna "Até o 3º Quadrimestre", referente ao SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018, conforme 8ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais, aprovado pela Portaria STN/MF nº 495/2017. Essa dívida havia sido registrada no "SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR" como "OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC", na linha "APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS";
9. Em virtude do normativo contido na Nota anterior, a partir do 3º quadrimestre do ano de 2018, os Depósitos Judiciais em que o Estado é parte estão registrados nos "OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC", na linha "APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS";
10. A partir do 1º quadrimestre de 2018, o saldo da dívida da Companhia de Habitação do Ceará (COHAB-CE) foi incluído no estoque da Dívida do Estado;
11. O saldo da Dívida do Estado foi informado pela COTES/CEDIP.

Quanto aos limites impostos, a Resolução nº 40/2001, do Senado Federal, define para os Estados que a Dívida Consolidada Líquida não pode ser superior a duas vezes (200%) a Receita Corrente Líquida. No exercício de 2018 a Dívida Consolidada Líquida alcançou o montante de R\$ 10.962.426.243,30, apresentando um acréscimo nominal de 34,50%, se comparado ao mesmo período do exercício de 2017. Vale ressaltar que apesar desse aumento significativo, o Governo do Estado do Ceará se mantém com um nível baixo de endividamento, pois o índice de endividamento representa apenas 72,27% da Receita Corrente Líquida.

5.1.3. Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

O Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, Anexo III do RGF, evidencia o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual, assumida pelo Governo do Estado do Ceará. A Resolução nº 43/2001, do Senado Federal, define o limite de comprometimento em 22% da Receita Corrente Líquida.

TABELA 234

Anexo 3 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores-LRF

(R\$1,00)

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO EXERC. ANTERIOR	SALDO ATÉ 1º QUAD./2018	SALDO ATÉ 2º QUAD./2018	SALDO ATÉ 3º QUAD./2018
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	669.087.595,93	203.620.954,40	241.887.257,68	216.711.186,35
Em Operações de Crédito Externas	201.980.540,25	203.620.954,40	241.887.257,68	216.711.186,35
Em Operações de Crédito Internas	467.107.055,68	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V)= (I+II+III+IV)	669.087.595,93	203.620.954,40	241.887.257,68	216.711.186,35
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	17.779.471.739,21	18.139.026.679,61	18.349.844.006,67	19.186.195.108,18
% DO TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	3,76	1,12	1,32	1,13
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO Nº 43/01, DO SENADO FEDERAL - 22,00%	22,00	22,00	22,00	22,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art.59 da LRF) - 19,80%	19,80	19,80	19,80	19,80

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	ATÉ O 1º QUADRIMESTRE	ATÉ O 2º QUADRIMESTRE	ATÉ O 3º QUADRIMESTRE
AOS ESTADOS (VII)	0	0	0	0
Em Operações de Crédito Externas	0	0	0	0
Em Operações de Crédito Internas	0	0	0	0
AOS MUNICÍPIOS (VIII)	0	0	0	0
Em Operações de Crédito Externas	0	0	0	0
Em Operações de Crédito Internas	0	0	0	0
AS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0	0	0	0
Em Operações de Crédito Externas	0	0	0	0
Em Operações de Crédito Internas	0	0	0	0
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0	0	0	0
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS(XI) = (VII+VIII+IX+X)	0	0	0	0
MEDIDAS CORRETIVAS:				
FONTE: S2GPR; COTES/CECAD; 20/03/2019 14:14				

Fonte: SEFAZ/CECAD

Notas:

- 1: O Estado do Ceará não possui Contragarantias;
- 2: A partir do 1º Quadrimestre de 2018, o saldo da dívida da Companhia de Habitação do Ceará - COHAB-CE, foi incluído no estoque da Dívida do Estado.

No exercício de 2018, as garantias concedidas pelo Estado totalizaram R\$ 216.711.186,35, representando 1,13% da RCL. Vale destacar, que no mesmo período do exercício anterior, o total das garantias concedidas foi de R\$ 669.087.595,93, equivalente a 3,76% da RCL. Em comparação com o mesmo período do exercício anterior, as garantias decresceram significativamente em 32,39% em termos nominais. Essa redução é importante para o estado assegurar a solvência e o equilíbrio do processo de endividamento, com isso, é possível que celebre contratos de operação de crédito em volumes e condições sustentáveis.

5.1.4. Demonstrativo das Operações de Crédito

O Demonstrativo das Operações de Créditos, Anexo IV do RGF, nos permite um acompanhamento dos recursos oriundos de empréstimos realizados pelo Estado. O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital, constantes do projeto de Lei orçamentária. De acordo com a Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, o limite estabelecido é de 16% sobre a Receita Corrente Líquida.

Tabela 235

Anexo 4 - Demonstrativo das Operações de Crédito - LRF

(R\$1,00)

OPERAÇÕES DE CRÉDITO REALIZADAS	VALOR REALIZADO No Quad. de Referência	Até o Quad. de Referência
Mobiliária	0,00	0,00
- Interna	0,00	0,00
- Externa	0,00	0,00
Contratual	432.110.428,26	908.064.839,15
-Interna	35.850.237,25	95.284.451,01
- Empréstimos	35.850.237,25	95.284.451,01
- Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
- Antecipação de Receita Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
- Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
- Operações de Crédito Prevista no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001	0,00	0,00
- Externa	396.260.191,01	812.780.388,14
-Empréstimos	396.260.191,01	812.780.388,14
-Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
-Antecipação de Receita Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
-Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
-Operações de Crédito Prevista no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001	0,00	0,00
TOTAL (I)	432.110.428,26	908.064.839,15
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES		
	VALOR	% SOBRE A RCL
Receita Corrente Líquida - RCL	19.186.195.108,18	
Operações Vedadas (II)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (III)= (Ia+II)	908.064.839,15	4,73
Limite Geral Definido por Resolução do Senado Federal P/ Operações de Crédito Internas e Externas	3.069.791.217,31	16,00
Limite de Alerta (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) 14,40%	2.762.812.095,58	14,40
Operações de Crédito Por Antecipação da Receita Orçamentária	0,00	0,00
Limite Definido por Res. do Senado Federal P/ Operações de Crédito P/ Antecipação da Receita Orçam.	1.343.033.657,57	7,00
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA		
	VALOR REALIZADO No Quad. de Referência	Até o Quad. de Referência
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas	0,00	0,00

Fonte: SEFAZ/CECAD

Notas:

1: Este demonstrativo evidencia todas as operações de crédito efetivamente realizadas pelo ente, sem prejuízo da verificação da legalidade dessas operações, bem como das eventuais comunicações decorrentes, especialmente no caso de operações de crédito vedada.

As Operações de Crédito correspondem ao compromisso financeiro assumido em razão de empréstimos realizados, ou operações assemelhadas. As Operações de Crédito totalizaram, no exercício de 2018, o montante de R\$ 908.064.839,15 que representa 4,73% da RCL, abaixo do percentual permitido Resolução do Senado Federal, que é de 16,00%.

5.1.5. Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

O Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar visa dar transparência ao equilíbrio entre a geração de obrigações de despesa e a disponibilidade de caixa. O demonstrativo apresenta informações sobre a disponibilidade de caixa bruta, as obrigações financeiras e a disponibilidade de caixa líquida para cada recurso vinculado, bem como dos não vinculados. São apresentadas informações sobre os valores relativos ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores. Além

disso, evidencia a inscrição em Restos a Pagar das despesas: liquidadas e não pagas; empenhadas e não liquidadas; e não inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados.

TABELA 236

Anexo 5 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar - LRF-Poder Executivo

(R\$1,00)

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	Disp Cx Bruta	RP Liq N/PG Ex Ant	RP Liq N/PG Ex	RP Emp N/Liq Ex Ant	Demais Ob Fin	Ins Fin Cons Púb	Disp Cx antes Insc RPNP	RP Emp N/Liq Ex	Emp N/Liq Canc
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	2.652.954.477,05	6.170.202,93	71.266.193,73	33.561.480,16	82.068.470,68	-	2.459.888.129,55	332.346.328,35	-
Rec receita de Impostos e de Transferências de Impostos-Educação	69.665.612,11	2.525.485,16	11.949.371,69	635.535,48	8.689.030,56	-	45.866.189,22	46.246.123,33	-
Transferências do FUNDEB 60%	51.505.858,95	15,77	21.004.049,82	5.852,03	9.977.549,25	-	20.518.392,08	375.440,80	-
Transferências do FUNDEB 40%						-			-
Outros Recursos Destinados à Educação	244.198.494,10	350.476,50	2.139.335,28	629.618,63	281.190,30	-	240.797.873,39	20.293.992,31	-
Rec receita de Impostos e de Transferências de Impostos-Saúde	118.862.264,51	998.497,05	22.122.546,35	10.137.648,20	9.881.403,46	-	75.722.169,45	76.129.644,20	-
Outros Recursos Destinados à Saúde	196.264.233,21	16.853,07	6.529.032,26	1.645.264,21	273.341,69	-	187.799.741,98	95.386.306,31	-
Recursos Destinados à Assistência Social	23.308.027,46	2.917,74	4.884.465,06	116.601,02	1.162.554,02	-	17.141.489,62	7.177.746,33	-
Recursos Destinados ao RPPS-Plano Previdenciário	565.244.747,98				1.661,19	-	565.243.086,79		-
Recursos Destinados ao RPPS-Plano Financeiro	131.337.764,70				51.075.315,78	-	80.262.448,92		-
Recursos de Operação de Crédito (Exceto Saúde e Educação)	579.395.814,66	2.048.401,60	300.151,32	13.301.829,83	247.709,52	-	563.497.722,39	31.858.898,89	-
Recursos de Alienação de Ativos	58.876.629,24					-	58.876.629,24		-
Outras Destinações Vinculadas de recursos	614.295.030,13	227.556,04	2.337.241,95	7.089.130,76	478.714,91	-	604.162.386,47	54.878.176,18	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	1.602.676.479,57	1.887.530,41	163.558.251,47	19.418.685,06	704.423.633,12	-	713.388.379,51	194.194.451,50	-
Recursos Ordinários	924.198.573,59	1.360.264,19	125.442.320,52	7.599.373,32	639.958.524,45	-	149.838.091,11	83.457.453,69	-
Outros Recursos não Vinculados	678.477.905,98	527.266,22	38.115.930,95	11.819.311,74	64.465.108,67	-	563.550.288,40	110.736.997,81	-
TOTAL (III)= (I+II)	4.255.630.956,62	8.057.733,34	234.824.445,20	52.980.165,22	786.492.103,80	-	3.173.276.509,06	526.540.779,85	-

Fonte: SEFAZ/CECAD

Notas:

- 1: Os Recursos das fontes 1.00.00,1.00.02,1.01.00 e 1.10.00, 2.12.00 e fontes de empréstimos (exceto os saldos de contrapartidas e outros recursos dos órgão) ficam depositados na Conta Única do Tesouro, sendo liberados no momento do pagamento;
- 2: Os Recursos da fonte Alienação de Bens são creditados na conta do Tesouro, mas é apurada no demonstrativo da receita de alienação de ativos e aplicação dos recursos;
- 3: A disponibilidade para pagamentos dos Restos a Pagar e de Outras obrigações da fonte de Recurso-1.01.00 está incluída na disponibilidade da fonte de recurso -1.00.00;
- 4: A disponibilidade da fonte de recurso 1.00.04, no valor de R\$ 49.995.492,70, ficou registrada na SEFAZ, em 31/12/18;
- 5: Na coluna "Insuficiência Financeira verificada no Consórcio Público" ocorreram nos consórcios de Saúde de Tianguá/Ibiapaba (R\$16.231,87), de Russas (R\$ 994.671,62) e de Itaipoca (R\$ 540.381,47) . Os demais consórcios não apresentaram informações.

Ao analisar a disponibilidade de caixa e os restos a pagar verifica-se que os recursos vinculados apresentou um total de caixa em R\$ 2.459.888.129,55, quantia bem superior aos R\$ 332.346.328,35 de inscrição de restos a pagar no exercício. Os recursos não vinculados, R\$ 713.388.379,51, também acumulou valores bem superiores aos restos a pagar inscritos no exercício, R\$ 194.194.451,50. Somando todos os recursos, a disponibilidade de caixa foi superior aos restos a pagar inscritos em R\$ 2.646.735.729,21.

É importante mencionar, que as fontes de empréstimos, depende de prestação de contas junto à entidade repassadora e obedecem a um cronograma de execução firmado na época da contratação. Portanto, até a prestação de contas perante o ente repassador dos recursos, os fluxos de caixa de receita e despesa são compatibilizados. Entretanto, ao longo da vigência desses contratos, em situações excepcionais, é possível que haja eventuais desequilíbrios entre a receita e despesa, para que não se comprometam os cronogramas de execução dos projetos em virtude de eventuais atrasos de repasse de recursos. Não há ilegalidade nesse cenário, uma vez que todas as despesas estão autorizadas pela Lei orçamentária.

5.1.6. Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

O Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal visa a facilitar o acompanhamento e a verificação de suas informações. A elaboração deste demonstrativo far-se-á mediante a extração das informações dos Demonstrativos: da Despesa com Pessoal; da Dívida Consolidada Líquida; das Garantias e Contragarantias de Valores; das Operações de Crédito; e dos Restos a Pagar.

TABELA 237

Anexo 6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - LRF

(R\$1,00)

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida			19.186.195.108,18
Receita Corrente Líquida Ajustada			19.174.512.116,18
DESPESA COM PESSOAL			
Despesa Total com Pessoal - TDP		8.110.638.639,74	42,30
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49,00 %		9.395.510.936,93	49,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55 % (95 % do Limite Máximo)		8.925.735.390,08	46,55
Limite de alerta (Insiso II do § 1º do art. 59 da LRF) -44,10 (90 % do Limite Máximo)		8.455.959.843,24	44,10
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		10.962.426.243,30	57,14
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		38.372.390.216,36	200,00
GARANTIAS DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		216.711.186,35	1,13
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		4.220.962.923,80	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		908.064.839,15	4,73
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas		3.069.791.217,31	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Op. de Crédito por Antecipação da Receita		1.343.033.657,57	7,00
RESTOS A PAGAR		Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	
INSC. EM RP NÃO PROC.			526.540.779,85
SUF./INS. ANTES DA INSC. EM RP NÃO PROC.			3.176.276.509,06

Fonte: SEFAZ/CECAD

Com o objetivo de assegurar a transparência dos gastos públicos e a consecução das metas fiscais, sempre com a observância dos limites fixados pela Lei, o Governo do Estado se posiciona dentro dos gastos estipulados para Pessoal, Dívida, Operações de Crédito, Garantias e outros.

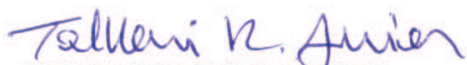
A cada quadrimestre, foi demonstrado, em audiências públicas junto à Comissão de Orçamento e Finanças da Assembléia Legislativa do Ceará, o cumprimento das metas fiscais do Estado, conforme estabelece o § 4º, do Art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os Anexos da Gestão Fiscal - RGF - foram publicados e entregues aos órgãos de controle externo dentro dos prazos estabelecidos pela LRF, demonstrando, portanto, o compromisso com a transparência na Gestão Pública Estadual.

Ao final deste relatório, entendemos que o objetivo pretendido foi alcançado tendo em vista que, procuramos abordar os aspectos mais relevantes das Contas do Governo relativas ao Exercício de 2018, inseridos nos Anexos do Balanço Geral do Estado, levantados em consonância com as normas legais e pertinentes.

Merece destaque o fato de que a realização dessa peça contábil revelou intensa participação de todos os servidores das Contadorias Direta e Indireta - CECAD e CECAI, aos quais externamos os nossos agradecimentos pela dedicação, competência e comprometimento no desempenho de suas atividades.

Fortaleza, 04 de abril de 2019.


TALVANI RABELO AGUIAR
Orientador da CECOG
CRC-CE 021950/0-8


ROSA LIDUINA FEIXEIRA D. NOGUEIRA
Orientadora da CECCO
CRC-CE 7569/0-8

CAPÍTULO VI

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Coordenadorias do Tesouro Estadual e de Gestão Financeira, COTES e COGEF, respectivamente, no cumprimento de suas missões, elaboraram o relatório do Balanço Geral do Estado, referente ao exercício de 2018, incluindo as análises orçamentária, financeira, patrimonial e contábil das finanças estaduais.

O Governo do Estado do Ceará, no exercício de 2018, apresentou déficit em sua execução orçamentária, que não comprometeu seu equilíbrio fiscal, dado que o Estado acumulou expressivos superávits em exercícios anteriores. Mesmo assim, o Estado apresentou um superávit financeiro, ativos financeiros menos obrigações financeiras, da ordem de R\$ 2,78 bilhões. Ademais, o Ceará obteve Resultado Primário superavitário, bem como manteve seus indicadores de endividamento totalmente de acordo com os limites impostos pela legislação vigente. Isto evidencia uma gestão fiscal responsável voltada para criar condições de manter organizada a máquina administrativa e atender às necessidades da população cearense.

Uma análise da Gestão Fiscal do Governo Estadual, nos últimos exercícios, mostra um considerável desempenho nas diversas ações governamentais, além de cumprimento dos limites estipulados pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Destaque-se, ainda, o fortalecimento da estrutura econômica local onde foram tomadas medidas objetivas que possibilitaram maior racionalidade na aplicação dos recursos públicos e solidez do ajuste fiscal, que mantiveram a capacidade de investimentos do Estado do Ceará como uma das maiores do país.

No conteúdo do Relatório desta prestação de contas procuramos mostrar o atendimento às recomendações do Tribunal de Contas do Estado - TCE - nas análises alusivas às Contas do Governo dos exercícios anteriores.

Cabe salientar que a Contabilidade Aplicada ao Setor Público à disposição do Governo, visa a atingir a consciência necessária para o exercício do controle social das contas públicas, de forma que o governo e a sociedade possam caminhar na direção de melhores resultados pela correta destinação de recursos, imprescindíveis ao desenvolvimento e à crescente melhoria da qualidade de vida da sociedade cearense.

Não podemos deixar de enfatizar o advento do novo mundo da Contabilidade Pública com a aprovação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP que, a par da retomada do Patrimônio Público como o centro das atenções da ciência contábil, apresenta inovações que reforçam o cumprimento das determinações contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e na Lei Federal nº 4.320/64.

É importante observar a mobilização de toda a equipe técnica e de gestores para possibilitar a exposição das informações inerentes à situação econômico-financeira do Estado, de forma clara e objetiva, em conformidade com os princípios legais que regem a Contabilidade Pública, a fim de que Sociedade e Governo sejam parceiros na busca de melhores resultados.

Registramos aqui nossos agradecimentos aos gestores e à equipe técnica da SEFAZ, bem como aos diretores financeiros dos órgãos estaduais que com êxito, força e grandeza, concluíram este trabalho com sucesso, a fim de dar publicidade às informações nele contidas. Nosso especial reconhecimento a servidora aposentada MARIA DOLORES PEREIRA pela dedicação e empenho nos seus trinta e oito anos de serviços público, sempre dedicados à contabilidade do Estado, sendo vinte e oito como contadora geral do Estado.

No âmbito da gestão financeira, o governo do Estado vem desenvolvendo esforços para obter um bom desempenho de sua Receita Tributária, buscando aproveitar seu potencial de arrecadação. Essas ações vêm sendo desenvolvidas de forma consistente e contínua por intermédio da melhor capacitação dos recursos humanos, da melhoria da infraestrutura, da tecnologia da informação e dos processos e procedimentos nos campos fiscal e tributário.

Fortaleza, 04 de abril de 2019.



FABRIZIO GOMES SANTOS
Secretário Executivo do Tesouro
Estadual e de Metas Fiscais



PAULO AMILCAR PROENÇA SUCUPIRA
Coordenador de Gestão Financeira



PAULO SÉRGIO ROCHA
Coordenador de Gestão da
Execução Orçamentária
Patrimonial e Contábil



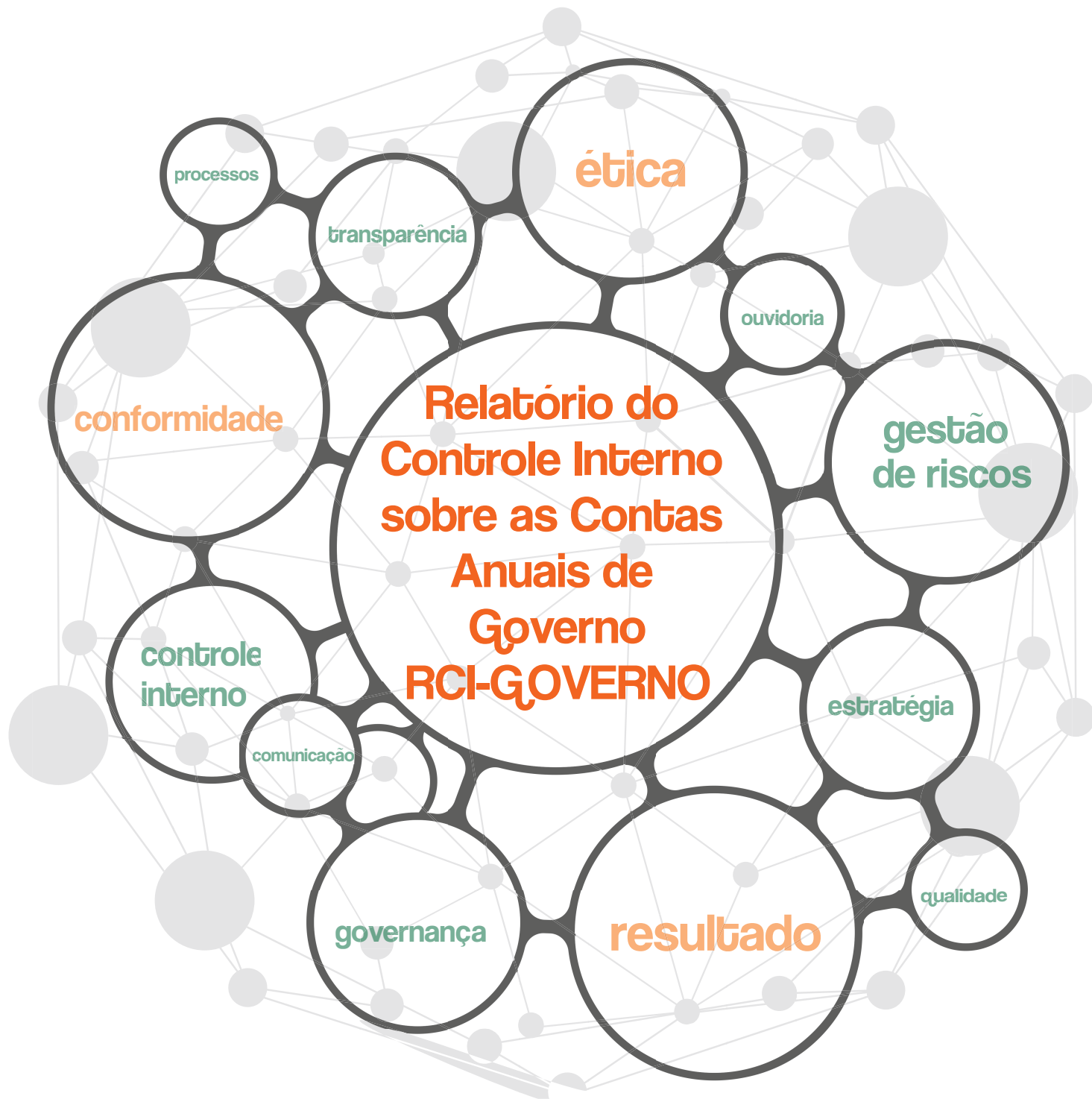
MÁRCIO CARDEAL QUEIROZ DA SILVA
Coordenador de Gestão Fiscal



ANEXOS



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
*Controladoria e Ouvidoria Geral
do Estado*



Exercício 2018



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

*Controladoria e Ouvidoria Geral
do Estado*

GOVERNADOR
Camilo Sobreira de Santana

SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DA CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL
Aloísio Barbosa de Carvalho Neto

SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL
Antônio Marconi Lemos da Silva

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA
Paulo Roberto de Carvalho Nunes

ASSESSORA DE CONTROLE INTERNO E OUVIDORIA
Denise Andrade Araújo

COORDENADOR DE ESTRATÉGIAS DE CONTROLE
Marcelo de Sousa Monteiro

COORDENADORA DE AUDITORIA INTERNA
Kelly Cristina de Oliveira Barbosa

COORDENADOR DE INSPEÇÃO
George Dantas Nunes

COORDENADOR DA TRANSPARÊNCIA
Ítalo José Brígido Coelho

COORDENADOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
Virgílio Crescêncio Grangeiro

COORDENADOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
Marcos Henrique de Carvalho Almeida

Missão Institucional

Assegurar a adequada aplicação dos recursos públicos, contribuindo para uma gestão ética e transparente e para oferta dos serviços públicos com qualidade.



EQUIPE TÉCNICA

Coordenadoria de Estratégias de Controle

COORDENADOR DE ESTRATÉGIAS DE CONTROLE

Marcelo de Sousa Monteiro

AUDITORA DO CONTROLE INTERNO

Adriana Oliveira Nogueira

AUDITOR DO CONTROLE INTERNO

Bruno Jesus Martins Lôbo

AUDITOR DO CONTROLE INTERNO

Carlos Rubens Moreira da Silva

AUDITOR DO CONTROLE INTERNO

Vitor Hugo Gaspar Pinto

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
1 ATUAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO	8
1.1 Programa 047 - Auditoria Governamental	10
1.2 Programa 048 - Controladoria Governamental	11
1.3 Programa 049 - Participação e Controle Social.....	13
2 TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCE SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DE 2017	15
2.1 Custos.....	16
2.2 Renúncia de Receita	17
2.3 Planejamento Plurianual - PPA	22
2.4 Lei das Diretrizes Orçamentárias - LDO	28
2.5 Lei Orçamentária Anual - LOA.....	30
2.6 Contratos de Gestão	38
2.7 Consórcios Públicos	42
2.8 Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO.....	44
2.9 Demonstrações Contábeis	48
2.10 Constituição Estadual	50
2.11 Gestão Governamental	54
2.12 Dívida Ativa	70
3 EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO.....	73
3.1 Alocação de Recursos do PPA 2016-2019.....	73
3.2 Execução dos Eixos, Temas e Programas de Governo	76
3.2.1 Recursos Aplicados por Eixo em relação à distribuição prevista no orçamento de 2018.....	77
3.3 Resultado Econômico, Desempenho dos Eixos e Áreas Temáticas.....	82
3.3.1 Resultado Econômico	82
3.3.2 Desempenho dos Eixos e Áreas Temáticas.....	85
4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	99
4.1 Resultado Orçamentário.....	99
4.1.1 Análise Temporal da Receita e Despesa Orçamentária.....	101
4.1.2 Análise da Previsão da Receita e Fixação da Despesa.....	102



4.2 Receitas	105
4.2.1 <i>Categoria e Origem das Receitas Orçamentárias.....</i>	<i>106</i>
4.2.2 <i>Fontes de Receita Orçamentária.....</i>	<i>107</i>
4.2.3 <i>Origens de Receita Orçamentária.....</i>	<i>108</i>
4.3 Despesas.....	109
4.3.1 <i>Categoria Econômica e Grupo de Natureza das Despesas.....</i>	<i>110</i>
4.3.2 <i>Comparativo das Despesas por Poder.....</i>	<i>111</i>
4.3.3 <i>Elementos de Despesa</i>	<i>112</i>
4.3.3.1 <i>Elementos de Despesa – Pessoal e Encargos Sociais.....</i>	<i>112</i>
4.3.3.2 <i>Elementos de Despesa – Outras Despesas Correntes.....</i>	<i>113</i>
4.3.3.3 <i>Elementos de Despesa – Investimentos.....</i>	<i>113</i>
4.3.3.4 <i>Elementos de Despesa – Amortização, Juros e Encargos da Dívida.....</i>	<i>114</i>
4.3.4 <i>Despesa por Função.....</i>	<i>115</i>
4.3.5 <i>Despesa de Exercícios Anteriores.....</i>	<i>116</i>
4.3.6 <i>Contratos de Gestão.....</i>	<i>119</i>
5 GESTÃO FISCAL.....	121
5.1 Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal	121
5.2 Despesas com Saúde	122
5.2.1 <i>Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde.....</i>	<i>122</i>
5.2.2 <i>Despesas com Consórcios Públicos de Saúde.....</i>	<i>125</i>
5.3 Despesas com Educação	126
5.3.1 <i>Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.....</i>	<i>126</i>
5.3.2 <i>Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.....</i>	<i>128</i>
5.4 Receita Corrente Líquida	132
5.5 Despesas com Pessoal	133
5.6 Dívida Consolidada Líquida, Operações de Crédito, Serviços da Dívida e Garantias	136
5.6.1 <i>Dívida Consolidada Líquida</i>	<i>138</i>
5.6.2 <i>Operações de Crédito.....</i>	<i>139</i>
5.6.3 <i>Serviços da Dívida.....</i>	<i>140</i>

5.6.4 Garantias e Contragarantias.....	141
5.7 Receitas de Operações de Crédito em relação às Despesas de Capital.....	142
5.8 Receita de Alienação de Bens e Aplicação dos Recursos	144
5.9 Disponibilidades de Caixa.....	145
5.10 Resultados Primário e Nominal	148
5.10.1 Resultado Primário	148
5.10.2 Resultado Nominal (Variação do Estoque da Dívida)	150
5.11 Investimentos Destinados ao Interior do Estado	151
5.12 Parcerias Público-Privadas	153
5.13 Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal (PAF)	154
5.14 Cumprimento do Novo Regime Fiscal (EC nº 88/2016)	156
6 CONCLUSÃO.....	158

APRESENTAÇÃO

O art. 88 da Constituição Estadual prevê a competência privativa do Governador do Estado do Ceará para “*prestar, anualmente, à Assembleia Legislativa, dentro de sessenta dias após abertura da sessão legislativa, contas referentes ao exercício anterior*”. Já a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE/CE), n.º12.509, de 06/12/1995, no seu artigo 42, estabelece que as Contas do Governador consistirão nos Balanços Gerais do Estado e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo, contendo informações relativas à execução dos respectivos programas incluídos no orçamento anual e respectivas inspeções e auditorias internas.

O **Relatório do Controle Interno sobre as Contas Anuais de Governo (RCI-Governo)**, elaborado por esta Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE), referente ao exercício de 2018, apresenta as análises e considerações norteadas pelos mandamentos constitucionais, bem como pelas orientações e regras estabelecidas na Lei Complementar nº 101/00, na Lei Federal nº 4.320/1964 e legislação correlata.

O Relatório está estruturado em cinco capítulos, compreendendo:

- Atuação da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado, órgão central do sistema de controle interno, no âmbito do Eixo Ceará da Gestão Democrática para Resultados, nos temas estratégicos de Gestão Fiscal, de Planejamento e Gestão, e de Transparência, Controle e Participação Social e dos Programas de Governo sob a sua responsabilidade;
- Plano de Ação para Sanar Fragilidades (PASF Contas de Governo) referente às recomendações do Tribunal de Contas do Estado – TCE/CE, por ocasião da análise das Contas Anuais de Governo relativas ao exercício de 2017;
- Análise da Execução dos Programas de Governo, observando os aspectos relacionados ao perfil da execução orçamentária por Eixo, Área Temática, Programas e suas Metas Prioritárias;



- Análise do Resultado Orçamentário consolidado do Estado, envolvendo os órgãos da administração direta e indireta que integram os orçamentos fiscal e da seguridade social; e
- Aspectos relativos à Gestão Fiscal, notadamente quanto ao cumprimento dos limites constitucionais e legais pelo Estado.

O RCI-Governo é resultado do trabalho técnico da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado e contou com a colaboração imprescindível dos gestores e profissionais que atuam nos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, que disponibilizaram as informações necessárias à conclusão deste produto.


ANTÔNIO MARÇONI LEMOS DA SILVA
Secretário Executivo da
Controladoria e Ouvidora Geral

1 ATUAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

As atividades realizadas pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE) visam cumprir a sua missão institucional de “assegurar a adequada aplicação dos recursos públicos, contribuindo para uma gestão ética e transparente e para a oferta dos serviços públicos com qualidade”. A atuação da CGE faz parte do Eixo Ceará da Gestão Democrática para Resultados, que contempla as políticas governamentais voltadas à busca do crescimento constante, do equilíbrio financeiro, fiscal e orçamentário, e da redução persistente das desigualdades. O propósito central deste eixo consiste em proporcionar que os serviços públicos estaduais sejam planejados e geridos de forma eficiente e efetiva, atendendo às necessidades dos cidadãos, com transparência e equilíbrio fiscal. Voltados a este propósito, as ações organizam-se em três temas estratégicos: Gestão Fiscal; Planejamento e Gestão; e Transparência, Controle e Participação Social.

Tal atuação visa democratizar os processos de gestão pública, por meio de pactos de funcionamento e de participação na esfera pública, tais como: ouvidorias, conferências, seminários, mesas de diálogo e negociação, fóruns, audiências, consultas públicas, orçamento participativo, conselhos de políticas públicas, organizações da sociedade civil, leis de iniciativa popular, novas formas e linguagens de participação e fórum de interconselhos.

No período de 2014 a 2018, o desempenho dos indicadores que medem o alcance dos resultados da transparência, controle e participação social pode ser observado, conforme a Figura 1:

Figura 1 - Desempenho dos indicadores temáticos de 2014 a 2018

Indicadores Temáticos – 2014-2018							
Indicador	Unidade de medida	2014	2015	2016	2017	2018	
						Prog.	Real.
Percentual de Regularidade das contas de gestão julgadas pelo TCE	percentual	96,19	95,17	93,40	85,58	94,00	81,91
Percentual de Utilização das Ferramentas de Transparência e de Participação Social	percentual	2,95	4,11	4,41	5,56	5,23	8,74
Índice de Satisfação do Usuário com as Ferramentas de Ouvidoria e Transparência	percentual	76,67	75,82	80,60	82,60	79,00	79,28

Fonte: CGE.

O indicador "Percentual de Regularidade das contas de gestão julgadas pelo TCE" representa o nível de regularidade da gestão estadual com base no julgamento do Controle Externo em relação às contas dos gestores estaduais, estando o mesmo relacionado à atuação da CGE, a qual busca zelar pela adequada aplicação dos recursos públicos. O indicador é apurado com base no somatório das contas julgadas regulares ou regulares com ressalvas, sem imputação de débito ou multa, em relação ao total de contas julgadas pelo TCE, no exercício analisado. No exercício de 2018, observou-se um decréscimo na quantidade de contas julgadas regulares e regulares com ressalvas, em relação a 2017, o que impactou o indicador, cujo resultado foi de 81,91%, bem abaixo da meta estabelecida de 94%.

Para contribuir com a melhoria do indicador, a CGE irá atuar na implementação do Programa de Integridade do Poder Executivo do Estado do Ceará, instituído pela Lei nº16.717, de 21/12/2018, que visa melhorar a integração de mecanismos organizacionais, com foco na gestão de riscos e nos controles internos. O objetivo é fortalecer e direcionar as instituições públicas para o alcance dos seus objetivos estratégicos e para a entrega dos resultados esperados pela população, de forma regular, eficiente, transparente e proba.

O indicador "Percentual de Utilização das Ferramentas de Transparência e de Participação Social", permite avaliar o nível de utilização das ferramentas de transparência e de participação social disponibilizadas pela CGE (Sistema de Ouvidoria e Portal da Transparência – Ceará Transparente), apresentou o resultado de 8,74%, em 2018, acima do

planejado de 5,23%. O resultado reflete o aumento na utilização das ferramentas de Transparência e de Participação Social em relação aos exercícios anteriores considerando a ampliação da realização de ações de divulgação das ferramentas por meio de oferta de cursos, palestras nas escolas estaduais e nas universidades de Fortaleza, eventos de fomento à participação social e no lançamento da Plataforma Ceará Transparente, em julho de 2018.

Em 2018, o indicador “Índice de Satisfação do Usuário com as Ferramentas de Ouvidoria e Transparência”, que representa o nível de satisfação do cidadão-usuário com as ferramentas de ouvidoria e de transparência disponibilizadas pela CGE (Sistema de Ouvidoria e Portal da Transparência), apresentou o resultado de 79,28%, em 2018, superando a meta estabelecida para o ano (79%). A perspectiva quanto a este indicador é de evolução, sobretudo com a disponibilização da Plataforma Ceará Transparente.

Para o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas Auditoria Governamental (047), Controladoria Governamental (048) e Participação e Controle Social (049).

1.1 Programa 047 - Auditoria Governamental

O Programa tem como objetivo principal assegurar a adequada aplicação dos recursos públicos e a oferta de serviços públicos com qualidade, tendo como público-alvo órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, Assembleia Legislativa e o Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE/CE). Este programa possui a seguinte iniciativa prioritária, cujo desempenho físico de seu produto principal pode ser observado na Figura 2.

Figura 2 – Desempenho do Programa 047 – Auditoria Governamental

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Aperfeiçoamento de métodos em auditoria governamental e qualificação dos servidores	Capacitação realizada	unidade	1	3

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

Principais realizações:

- 97 atividades de auditoria de regularidade de Contas de Gestão de 2017;

- 03 capacitações em Auditoria Governamental, na área de Obras Públicas, sobre os temas Elaboração do Termo de Referência e Projeto Básico para a Contratação de Obras e Serviços de Engenharia, Garantia Quinquenal em Obras Públicas e Auditoria de Custos de Obras Públicas;
- 14 atividades de auditoria especializada, sendo uma em indicadores no âmbito da operação PforR; duas em projetos financiados pelo Banco Mundial (PforR e São José III); cinco de apuração de denúncias; três em processos; e três em obra pública;
- Elaboração do Módulo Rodoviário do Manual de Obras Públicas;
- 220 atividades de auditoria de instrução de Tomada de Contas Especiais;
- Cadastramento de 10 Planos de Ação para Sanar Fragilidades (PASF) no novo sistema e-PASF, decorrentes de atividades de auditoria.

1.2 Programa 048 - Controladoria Governamental

O Programa tem como objetivo principal elevar o nível de eficiência e de racionalização na utilização dos recursos para a prestação dos serviços públicos e indicar medidas para prevenir a reincidência de ocorrências constatadas quando da realização de atividades por parte do órgão central de controle interno, tendo como público-alvo o Comitê de Gestão Fiscal e Gestão por Resultados (COGERF), Governador, Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual, Assembleia Legislativa e o Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE). Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na Figura 3.

Figura 3 - Desempenho do Programa 048 – Controladoria Governamental

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Apoio à tomada de decisão pelos gestores, com base na atuação do controle interno como suporte à gestão	Observatório implantado	unidade	0	1
Aperfeiçoamento de métodos em controladoria governamental e qualificação dos servidores	Capacitação realizada	unidade	1	2

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

Principais realizações:

- Elaboração do modelo do Programa de Integridade do Poder Executivo do Estado do Ceará, com o objetivo de sistematizar práticas de controle interno, de gestão de riscos e de governança nos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual;
- 43ª edição do Fórum Permanente de Controle Interno com a oficina de avaliação do projeto-piloto do Programa de Integridade;
- XII Encontro Estadual de Controle Interno com o tema Integridade e Sistema de Controle Interno;
- Disponibilização do Sistema de Informações Estratégicas de Controle (SIEC) ao Governador e membros do Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal (COGERF), com informações de indicadores fiscais;
- Desenvolvimento do painel de Contratos e Convênios com Empresas Inidôneas;
- Uma capacitação sobre Análise de Dados na Prática, nível intermediário, para os Auditores de Controle Interno do Observatório da Despesa Pública (ODP) Ceará e da área de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- Elaboração de 240 relatórios diários de monitoramento do Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC) e de 12 relatórios mensais de monitoramento do CAUC;
- Elaboração de relatórios de controle interno sobre as Contas Anuais de Governo, Gestão Fiscal e acompanhamento das despesas de pessoal;
- Implementação do projeto-piloto do Programa de Integridade do Poder Executivo do Estado do Ceará na CGE, na Secretaria da Justiça e Cidadania (SEJUS) e na Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE);
- Desenvolvimento do novo e-PASF, sistema informatizado de suporte à aplicação do PASF no âmbito da auditoria preventiva com foco em riscos com o gerenciamento e monitoramento de ações voltadas para a prevenção e mitigação de riscos e a não recorrência de fragilidades;

- Atualização da Lei Complementar Estadual nº. 119/2012 e expedição dos Decretos Estaduais nº. 32.810/2018 e 32.811/2018 que regulamentam o processo de Controle Interno Preventivo, no tocante às transferências de recursos financeiros por meio de convênios e instrumentos congêneres;
- 13 treinamentos para os atores do processo de Celebração de Contratos e de Parcerias, com utilização dos sistemas corporativos e-Parcerias e SACC;
- Realização de duas capacitações em Controladoria Governamental: Gestão por Processo (Teoria e Prática) e Gestão de Riscos, para 40 servidores do Poder Executivo Estadual.

1.3 Programa 049 - Participação e Controle Social

O Programa tem como objetivo principal promover o exercício do direito à cidadania e a transparência dos serviços prestados pelo Poder Executivo Estadual tendo como público-alvo a Sociedade cearense.

Este programa possui a seguinte iniciativa prioritária, cujo desempenho físico de seu produto principal pode ser observado na Figura 4.

Figura 4 - Desempenho do Programa 049 – Participação e Controle Social

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2018	Realizado 2018
Realização de ações de fomento ao controle social e qualificação dos servidores e da sociedade	Capacitação realizada	unidade	1	2

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).

Principais realizações:

- Lançamento da Plataforma Ceará Transparente, que reuniu os sistemas de Ouvidoria, Transparência, Acesso à Informação do Estado e Participação Cidadã, o que proporcionou mais 2,2 milhões de acessos.
- Realização de capacitações com foco no fomento ao controle social, sendo: uma na ferramenta Ceará Transparente, para os integrantes da Rede de Fomento ao Controle Social, composta por aproximadamente 100 servidores; e um Programa

de Formação em Ouvidoria - Rede Ouvir Ceará, com seis módulos, para capacitação de mais de 100 ouvidores do Estado do Ceará.

- 35 palestras, sendo 19 delas para alunos de escolas públicas estaduais e universidades e 16 para servidores e gestores de diversos órgãos e entidades do serviço público estadual, abordando a importância do controle social na gestão pública e o exercício da cidadania, com orientação acerca da utilização das ferramentas de controle social como ouvidoria, serviço de informação ao cidadão e portal da transparência.
- Mais de 102 mil atendimentos a cidadãos, por meio da Central de Atendimento 155.
- Registro de 62.310 manifestações no Sistema de Ouvidoria, com índice de 89% de respostas encaminhadas no prazo ao cidadão.

2 TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCE SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DE 2017

Anualmente, o Governador do Estado encaminha a Prestação de Contas ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE/CE), em cumprimento ao estabelecido no art. 76, inciso I, da Constituição Estadual de 1989, e no art. 42 da Lei Estadual nº.12.509/1997. Em 2017, o TCE/CE elaborou o Relatório Técnico da análise das contas do Governador do Estado Ceará de 2017, sob a ótica das gestões orçamentária, financeira e patrimonial, e expediu 68 (sessenta e oito) recomendações a serem observadas pelo Poder Executivo.

Para tratamento das recomendações exaradas naquele relatório, foi instituída, por meio da Portaria nº. 01/2018, publicada em 03 de agosto de 2018, a Comissão Gestora Intersetorial para Aplicação do Plano de Ação para Sanar Fragilidades das Contas de Governo - **PASF Contas de Governo**; composta por representantes da Casa Civil, da Procuradoria Geral do Estado (PGE), da Secretaria da Fazenda (SEFAZ), da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG) e coordenada pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará (CGE), na condição de Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo nos termos do art. 6º do Decreto nº. 29.388, de 27 de agosto de 2008, que instituiu a Auditoria Preventiva com Foco em Riscos.

A Comissão do **PASF Contas de Governo** realizou o processo de consolidação das informações apresentadas pelos órgãos e entidades responsáveis pela definição de ações a serem adotadas em função das recomendações emitidas pelo TCE/CE nas Contas Anuais de Governo relativas ao exercício de 2017. As recomendações foram analisadas em função da pertinência, cujas ações estão apresentadas a seguir.

Considerando a existência de mais de uma recomendação tratando de uma mesma causa particular e ainda de diversas recomendações tratando de matéria similar, optou-se, para efeito de melhor organização e desenvolvimento do raciocínio lógico, por desenvolver as manifestações agregadas por assunto, tendo o cuidado de dar tratamento a todas as questões suscitadas pelo TCE/CE.

2.1 Custos

Recomendação nº. 01: À Secretaria do Planejamento e Gestão que aprimore o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de forma a descrever as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento, conforme prevê o art. 4º, I, e, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Análise da Comissão do PASF: Foi constituído um grupo de trabalho com a participação da SEPLAG, SEFAZ, CGE e SEDUC para a definição do modelo do sistema de custos. Até 2018, o grupo finalizou a elaboração da metodologia geral de implantação do sistema de custos, definindo os parâmetros para tratamento dos custos orçamentários, as necessidades de informações de natureza não orçamentária com impacto na composição dos custos, além da matriz de serviços que será utilizada para alocação dos custos apurados aos centros de custos lá apresentados. As normas serão desenvolvidas em conjunto com o novo sistema de custos.

Status segundo Comissão do PASF: Em implementação.

Evidências: Portaria Conjunta nº. 480, publicada no DOE em 24/06/2015.

Recomendação nº. 02: À Secretaria da Fazenda que dê continuidade ao processo de implantação do sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, em atendimento as exigências contidas no art. 50, VI, § 3º da LRF.

Análise da Comissão do PASF: Foi constituído um grupo de trabalho com a participação da SEPLAG, SEFAZ, CGE e SEDUC para a definição do modelo do sistema de custos. Até 2018, o grupo finalizou a elaboração da metodologia geral de implantação do sistema de custos, definindo os parâmetros para tratamento dos custos orçamentários, as necessidades de informações de natureza não orçamentária com impacto na composição dos custos, além da matriz de serviços que será utilizada para alocação dos custos apurados aos centros de custos lá apresentados. Todas as Tabelas e parâmetros associados a essa etapa metodológica já foram cadastrados no S2GPR e

permitem a definição dos parâmetros necessários para extração das informações de custos do sistema.

Status segundo Comissão do PASF: Em implementação.

Evidências: Foi constituído um grupo de trabalho com a participação da SEPLAG, SEFAZ, CGE e SEDUC para a definição do modelo do sistema de custos, conforme Portaria Conjunta nº. 480, publicada no DOE em 24/06/2015.

2.2 Renúncia de Receita

Recomendação nº. 03: À Secretaria da Fazenda que cumpra o disposto art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal sempre que realizar benefícios fiscais que sejam considerados como renúncia de receita.

Recomendação nº. 04: À Secretaria do Planejamento e Gestão que elabore o Demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, da Lei Orçamentária Anual, conforme determinado pela Constituição Federal em seu art. 165 § 6º.

Recomendação nº. 09: À Secretaria de Planejamento e Gestão, que adote o nível de detalhamento, ou superior, das medidas de compensação de renúncia de receita conforme a LDO 2018.

Análise da Comissão do PASF: O Poder Executivo tem aperfeiçoado seus instrumentos de planejamento ao longo dos anos, dentre eles a Lei Orçamentária Anual – LOA e a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. Dessa forma, conforme a Lei nº. 16.319, de 14 de agosto de 2017 – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018 – LDO 2018, já há a discriminação específica das medidas de compensação que a legislação determina e que esta Egrégia Corte de Contas recomenda. Além disso, através da Lei nº. 16.613, de 18 de julho de 2018 – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2019 – LDO 2019, o Poder Executivo, por meio da LDO evidencia, de forma regionalizada, a estimativa de renúncia de receita, conforme recomendação do TCE.

Status segundo Comissão do PASF: Atendidas das recomendações 04, 05 e 09.

Evidências: disponível (<http://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2018/08/do20180723p01.pdf>).

Recomendação nº. 28: À Secretaria da Fazenda, que envie no Balanço Geral do Estado os valores referentes ao efetivo acréscimo de arrecadação atingido pelas medidas de compensação.

Análise da Comissão do PASF: Antes de adentrar no mérito da recomendação, é preciso trazer à discussão os elementos apresentados por esta Egrégia Corte de Contas para justificar a apresentação da referida recomendação.

No Relatório Técnico das Contas de Governo de 2017, págs. 75 a 78, o corpo técnico desta Corte procedeu à análise da parte da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) publicada em 2017, aplicável ao exercício de 2018, que trata sobre as renúncias de receitas e suas medidas de compensação, verificando a observância ao disposto no art. 4º, § 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Conforme se verifica no relatório, a equipe técnica confirmou a existência na LDO da composição dos incentivos fiscais a serem concedidos nos exercícios de 2018, 2019 e 2020, relativos aos segmentos ICMS indústria e comércio. Confirmou também a discriminação de medidas de compensação, seus atos normativos e os devidos detalhamentos de como se pretendia incrementar a arrecadação para dessa maneira eventualmente compensar os incentivos fiscais concedidos. Recomendou, nesse sentido, que sejam enviados os valores referentes ao efetivo acréscimo de arrecadação atingido pelas medidas nos próximos Balanços Gerais do Estado a fim de checar a efetividade na implementação das medidas.

Este foi o contexto extraído do relatório técnico do TCE que respaldou a inclusão da referida recomendação em comento.

É questão preliminar também de suma importância apresentar o inteiro teor do artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que constitui a disciplina legal atribuída às renúncias de receitas, sua forma de apresentação e compensação. Em seguida, finalmente, apresentar as considerações necessárias para esclarecer a questão.

*Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a **pelo menos uma das seguintes condições (grifo nosso)**:*

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Da leitura do mandamento legal acima exposto, é possível identificar os 4 pressupostos a serem atendidos pelo Ente Governamental para a concessão de incentivos fiscais que importem em renúncia de receitas:

a) estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar a vigência da renúncia e nos dois seguintes;

b) atendimento ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias;

c) demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas na LDO;

d) adoção de medidas de compensação no exercício em que deva iniciar a vigência da renúncia e nos dois seguintes, por meio do aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição;

Das 4 medidas citadas acima, 3 são obrigatórias, necessariamente: as situações previstas nas letras “a” e “b”, além de qualquer uma das duas situações previstas em “c” ou “d”, sendo que, atendendo-se ao item “c”, não se faz necessário o atendimento ao item “d”.

Em resumo, para a concessão de benefício tributário do qual decorra renúncia de receita, deve o Ente público apresentar na LDO: a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar a vigência da renúncia e nos

dois seguintes; verificar atendimento ao disposto na própria LDO; demonstrar que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas na LDO. Caso este último pressuposto não seja comprovado pelo Ente federado é que se exige a apresentação de medidas de compensação no exercício em que deva iniciar a vigência da renúncia e nos dois seguintes, por meio do aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

É importantíssimo reforçar que o Governo do Estado não considera os incentivos fiscais planejados no Anexo de Metas Fiscais na estimativa da receita da Lei Orçamentária Anual (LOA). Desta forma, não fixa despesas orçamentárias nesses montantes. Esse motivo, por si só, já cumpre aos mandamentos da LRF. Não há risco de déficit, portanto, pois a despesa é fixada já levando em conta a provável perda de receita decorrente do incentivo fiscal concedido. As medidas de compensação apresentadas no Anexo servem como um reforço à arrecadação do governo e contribuem para o equilíbrio fiscal do orçamento estadual num contexto mais amplo. O cumprimento parcial dessas medidas não invalida a concessão dos benefícios, já que as três condições anteriores (“a”, “b” e “c”) estão comprovadas e respaldam legalmente a concessão dos benefícios.

Com base nos argumentos até aqui apresentados, conclui-se que todas as condições necessárias para a concessão dos benefícios fiscais estão cumpridas no Anexo de Metas Fiscais, não prejudicando em nada o andamento regular e legal desses benefícios.

Status segundo Comissão do PASF: Dissensão de Opinião.

Evidências: N/A

Recomendação nº. 29: À Secretaria de Desenvolvimento Econômico e ao Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Estado do Ceará, que realizem estudos anuais para avaliar o retorno obtido com as políticas de incentivos fiscais.

Recomendação nº. 48: Promovam avaliações periódicas que verifiquem:

- i) o cumprimento, pelas empresas beneficiárias, das condições necessárias para o recebimento de incentivos fiscais;
- ii) a efetiva concretização dos objetivos almejados pelos programas de incentivo fiscal (geração de empregos, aumento das exportações, fomento a determinada atividade), de modo a avaliar se o custo fiscal do incentivo está trazendo retorno para a sociedade.

Análise da Comissão do PASF: O IPECE está aperfeiçoando o Formulário do FDI, que é enviado anualmente para as empresas beneficiadas, de forma a permitir além das análises econômicas, também de natureza fiscal, social e financeira. Após esse aperfeiçoamento será elaborado um estudo, que abordará aspectos relacionados ao custo efetivo da Política de Incentivos, ou seja, quanto o Estado deixa, efetivamente, de arrecadar, bem como uma análise financeira, a partir de dados que reflitam a situação financeira das empresas beneficiadas.

Status segundo Comissão do PASF: Em implementação.

Evidências: N/A

Recomendação nº. 47: Quando da edição de qualquer medida que implique renúncia fiscal, comprovem o efetivo cumprimento das exigências do art. 14 da LRF, inclusive com a demonstração de que o montante que se espera arrecadar com eventuais medidas de compensação equivale à estimativa de renúncia de receita.

Análise da Comissão do PASF: No Anexo de Metas Fiscais de ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA da LDO de 2019, Lei nº. 16.613, de 18 de julho de 2018, publicada no DOE 23 de julho de 2018, no Anexo II das Metas Fiscais, foram apresentadas medidas de compensação com seus respectivos atos normativos: (1) incidência de 2% (Fecop) para novos produtos - Lei Complementar nº.152/2015; (2) redefinição de alíquotas de diversos produtos de 17% para 28% (Rodas esportivas para automóveis, *Drones*, Embarcações e *Jet Skis*, de 25% para 27% (bebidas alcoólicas e gasolina), de 25% para 28% (Ultraleves, asas-delta, armas, munições, fumo, cigarros e outros - Lei nº.15.892/2015; (3) instituição do Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal - FEEF, que cria o encargo de 10% do incentivo ou

benefício concedido à empresa contribuinte do ICMS - Lei nº.16.097/2016; e (4) o realinhamento da alíquota modal do ICMS de 17% para 18% - Lei nº.16.177/2016.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: LDO 2019, Lei nº. 16.613, de 18 de julho de 2018, publicada no DOE de 23 de julho de 2018, no Anexo II das Metas Fiscais.

2.3 Plano Plurianual – PPA

Recomendação nº. 22: À Secretaria do Planejamento e Gestão que disponibilize os valores de recursos aplicados, no que couber, para realização de cada produto principal das iniciativas dos programas finalísticos do PPA 2016-2019.

Análise da Comissão do PASF: Atualmente, o Sistema Integrado Orçamentário e Financeiro (SIOF) disponibiliza uma funcionalidade que permite identificar a relação da ação orçamentária para o produto principal. No entanto, uma ação que pode estar contribuindo para a geração de mais de um produto ou a própria iniciativa pode possuir mais de um produto, no caso das iniciativas contínuas.

Na elaboração da proposta orçamentária 2019, a Seplag reforçou a orientação de que as ações orçamentárias estivessem mais alinhadas às iniciativas e seus respectivos produtos. A partir de 2019, a Consulta Pública de Acompanhamento do PPA apresentará os valores orçamentários alocados nos produtos principais das iniciativas não contínuas.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: Sistema Integrado Orçamentário e Financeiro – SIOF (http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Paginas/frm_consulta_execucao.aspx)

Recomendação nº. 23: À Secretaria do Planejamento e Gestão que disponibilize relatórios descritivos sobre a realização das metas físicas e sua respectiva execução financeira para todos os produtos principais das Iniciativas dos Programas de governo do PPA 2016-2019.

Análise da Comissão do PASF: A Seplag disponibiliza os dados da execução físico-financeira das iniciativas, com seus respectivos produtos principais, por meio da Consulta Pública (Consulta de Acompanhamento do PPA). Em relação à execução física, é disponibilizado o quadro das metas dos produtos principais, com os valores programados e realizados em cada período de acompanhamento.

A partir de 2019, o **Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)** exigirá o preenchimento de um campo denominado "Observações para o Portal da Transparência", que será disponibilizado na Consulta Pública e no Portal de Transparência.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: disponível no painel de Acompanhamento do PPA
(http://web3.seplag.ce.gov.br/SiofConsultaPPA/Paginas/frm_consulta_ppa.aspx)

Recomendação nº. 24: À Secretaria do Planejamento e Gestão que exija de suas Setoriais a totalidade das informações acerca da execução das metas físicas e financeiras das Iniciativas dos Programas do PPA.

Análise da Comissão do PASF: A SEPLAG elaborou regras para o monitoramento do PPA (2016-2019) a serem seguidas pelos órgãos e entidades estaduais. A partir de 2019, o **Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)** exigirá o preenchimento de um campo denominado "Observações para o Portal da Transparência", que será disponibilizado na Consulta Pública e no Portal de Transparência.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: Resolução do COGERF nº. 07/2018, publicada DOE do dia 06 de dezembro de 2018.

Recomendação nº. 25: Ao Poder Executivo que evite alterar as metas dos produtos principais das iniciativas do PPA ao final do exercício em que deveria realizar a meta.

Análise da Comissão do PASF: O processo de adequação das metas do PPA relativas a 2017 iniciou-se em outubro de 2016, com previsão de conclusão naquele mesmo ano. Entretanto, a Seplag enfrentou algumas dificuldades na adaptação do SIOF à estrutura intersetorial do PPA 2016-2019, havendo muita instabilidade durante a realização do processo, motivo pelo qual o trabalho foi concluído em abril de 2017, resultando na publicação do Decreto nº. 32.207, de 24 de abril de 2017.

Posteriormente, foram identificados alguns erros no quantitativo das metas constantes nos anexos do decreto de adequação, originados por ocasião da produção dos relatórios do sistema, o que resultou em mais duas republicações, a última ocorrendo por meio do Decreto nº. 32.467, de 22 de dezembro de 2017. A Seplag revisou as metas dos anos seguintes, oficializada por meio da publicação da Lei de Revisão do PPA para o biênio 2018-2019 (Lei Nº 16.450, 14 de dezembro de 2017).

Status segundo Comissão do PASF: Em implementação.

Evidências: Lei de Revisão do PPA para o biênio 2018-2019 (Lei Nº 16.450, 14 de dezembro de 2017)

Recomendação nº. 41: À Secretaria do Planejamento e Gestão que atualize, periodicamente, no Sistema de Consulta de Acompanhamento do PPA, as informações acerca da execução das metas físicas e financeiras durante o exercício para promover as avaliações das políticas públicas promovidas pelo governo do Estado.

Análise da Comissão do PASF: A atualização da execução das metas físicas e financeiras na Consulta de Acompanhamento do PPA é realizada pela disponibilização dos dados trimestralmente. O tempo demandado para registro das informações pelas setoriais e conclusão da análise pela Seplag está em torno de 45 dias, contados a partir do mês seguinte ao término do trimestre, quando só então os dados são visualizados na Consulta Pública.

A Seplag enfrentou alguns problemas técnicos de sistema que implicaram na demora da exportação dos dados relativos a cada trimestre para a Consulta do PPA, no entanto, a situação já regularizada.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: disponível no painel de Acompanhamento do PPA
(http://web3.seplag.ce.gov.br/SiofConsultaPPA/Paginas/frm_consulta_ppa.aspx)

Recomendação nº. 42: À Secretaria do Planejamento e Gestão que disponibilize relatórios com informações consolidadas das metas físicas e dos seus respectivos dispêndios orçamentários no Portal Eletrônico da SEPLAG.

Análise da Comissão do PASF: Na Consulta de Acompanhamento dos relatórios do PPA estão disponíveis as informações da execução física e financeira de cada iniciativa do PPA.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: disponível no painel de Acompanhamento do PPA
(http://web3.seplag.ce.gov.br/SiofConsultaPPA/Paginas/frm_consulta_ppa.aspx)

Recomendação nº. 43: À Secretaria do Planejamento e Gestão, que o Sistema de Acompanhamento do PPA divulgue relatórios de uma forma periódica, a fim de propiciar o controle concomitante dos interessados nas informações.

Análise da Comissão do PASF: A Consulta de Acompanhamento do PPA disponibiliza o acesso a relatórios da execução física e financeira de forma periódica, após a consolidação das informações trimestrais acumuladas (jan/mar, jan/jun, jan/set e jan/dez).

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: disponível no painel de Acompanhamento do PPA
(http://web3.seplag.ce.gov.br/SiofConsultaPPA/Paginas/frm_consulta_ppa.aspx)

Recomendação nº. 44: À Secretaria do Planejamento e Gestão que ao inserir dados no Sistema de Acompanhamento verifique a veracidade dos valores referentes às Iniciativas e aos Programas de Governo.

Análise da Comissão do PASF: As informações relativas ao acompanhamento do PPA são registradas diretamente no **SIMA** pelos órgãos e entidades do Poder Executivo responsáveis pela execução dos produtos principais de cada iniciativa, a fim de minimizar o risco de erros na disponibilização dos dados.

Portanto, parte-se do princípio de que as informações registradas pelas setoriais são verdadeiras. Durante o processo de análise, podem ser identificadas eventuais incoerências nesses registros, quando então a Seplag solicita, junto às instituições responsáveis, a realização das correções necessárias.

A Seplag também contribui para a confiabilidade e coerência das informações por meio do assessoramento prestado às setoriais em encontros e reuniões de capacitação, a fim de que as setoriais se apropriem adequadamente da lógica do processo de acompanhamento do PPA.

A Seplag exerce um trabalho contínuo de aprimoramento dos sistemas utilizados no processamento e divulgação dos valores orçamentários e financeiros, a fim de evitar a ocorrência de divergências de valores.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: disponível no painel de Acompanhamento do PPA

(http://web3.seplag.ce.gov.br/SiofConsultaPPA/Paginas/frm_consulta_ppa.aspx)

Recomendação nº. 45: À Secretaria do Planejamento e Gestão que verifique em seu portal o campo do Relatório de Monitoramento do PPA referente ao período de janeiro a março de 2017.

Análise da Comissão do PASF: Houve um problema técnico no *link* que direcionava ao Relatório de Monitoramento do PPA - período janeiro a março de 2017. No entanto, esta situação já foi corrigida.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: disponível no sítio de Monitoramento e Avaliação do PPA

(<https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-plano-plurianual/monitoramento-do-ppa/>).

Recomendação nº. 46: À Secretaria do Planejamento e Gestão que promova um melhor acompanhamento da execução do plano plurianual, disponibilizando informações confiáveis e congruentes sobre a execução física e financeira das iniciativas previstas no PPA 2016-2019.

Análise da Comissão do PASF: As informações relativas ao acompanhamento do PPA são registradas diretamente no **SIMA** pelos órgãos e entidades do Poder Executivo responsáveis pela execução dos produtos principais de cada iniciativa, a fim de minimizar o risco de erros na disponibilização dos dados.

Portanto, parte-se do princípio de que as informações registradas pelas setoriais são verdadeiras. Durante o processo de análise, podem ser identificadas eventuais incoerências nesses registros, quando então a Seplag solicita, junto às instituições responsáveis, a realização das correções necessárias.

A Seplag também contribui para a confiabilidade e coerência das informações por meio do assessoramento prestado às setoriais em encontros e reuniões de capacitação, a fim de que as setoriais se apropriem adequadamente da lógica do processo de acompanhamento do PPA.

Em relação à execução financeira, essa provém diretamente dos bancos de dados dos sistemas de Governo, mais especificamente S2GPR, de acordo com o período que se está acompanhando. A estabilidade e integração desses sistemas é fator fundamental para confiabilidade das informações, pelo que a Seplag tem trabalhado continuamente.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: disponível no painel de Acompanhamento do PPA

(http://web3.seplag.ce.gov.br/SiofConsultaPPA/Paginas/fm_consulta_ppa.aspx).

2.4 Lei das Diretrizes Orçamentárias – LDO

Recomendação nº. 26: Ao Poder Executivo que priorize as metas estabelecidas no Anexo I (Metas e Prioridades) da LDO 2017.

Recomendação nº. 27: À Secretaria do Planejamento e Gestão que as metas estabelecidas no Anexo I (Metas e Prioridades) da LDO 2017 sejam previstas na LOA, tendo em vista que a LDO define as metas e prioridades a serem observadas pela Administração Pública para o próximo exercício.

Análise da Comissão do PASF: Para o atendimento das recomendações n.º 26 e 27 a Seplag tem empreendido esforços para aprimorar os critérios de construção deste anexo de modo a aproximá-lo ainda mais das reais e efetivas prioridades orientadoras do orçamento público. Prova disso, é que tem havido um maior alinhamento entre a relação de iniciativas prioritárias e respectivos produtos principais e metas com o modelo atualmente adotado de gestão, recém fortalecido: Modelo de Gestão para Resultados (GpR), o que pode ser facilmente constatado pelo texto dos Incisos I a III, do Art. 2º, da Lei nº. 16.613, 18 de julho de 2018, os quais tratam dos três critérios para priorização:

I – contribuição para os **resultados e indicadores** dos eixos e temas estratégicos;

II – contribuição para as **diretrizes regionais**; e

III – alinhamento com os Acordos de Resultados, previstos no Decreto nº. 32.216, de 08 de maio de 2017, que regulamenta o **Modelo de Gestão para Resultados**.

Na definição dos limites orçamentários na fonte de recursos Tesouro e Fecop, tais iniciativas foram priorizadas e a Seplag promoveu a garantia de que iniciativas prioritárias não ficassem sem recursos orçamentários garantidos.

Além disso, a Seplag, na elaboração da proposta orçamentária 2019, adaptou o *SiofWeb* para destacar as iniciativas prioritárias (Anexo I da LDO 2019) e, junto às setoriais, garantiu que todas as iniciativas prioritárias que houvesse programação física em seus produtos principais houvesse previsão de recursos orçamentários.

Status segundo Comissão do PASF: Em implementação.

Evidências: disponível no sítio do Acordo de Resultados

(<https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-gestao-para-resultados/acordos-de-resultados/>).

Recomendação nº. 53: Quando da elaboração dos futuros projetos de Lei de Diretrizes Orçamentárias, adaptem o cálculo do resultado primário ao preconizado pelo MDF/STN.

Análise da Comissão do PASF: Conforme já destacado no relatório técnico das contas de governo de 2017, o pleno do TCE, por meio do Acórdão nº 0185/2016, baseado no voto do relator, considerou regular a utilização da metodologia prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias para cálculo do Resultado Primário.

É importante mais uma vez trazer à discussão o respaldo legal que o Governo do Estado utiliza para definição da metodologia de apuração do resultado primário através da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a fim de reforçar nosso entendimento. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 30, § 1º, IV, cabe ao Congresso Nacional, por iniciativa do Presidente da República, regulamentar a metodologia de apuração dos resultados primário e nominal. Até o presente momento, não existe tal regulamentação em nível nacional. Como determina nosso ordenamento jurídico, na ausência de lei de normas gerais, os Estados e Distrito Federal podem legislar de forma plena sobre normas de Direito Financeiro para atender aos seus interesses locais (CF/88, Art. 24, inciso II e parágrafos 1º, 2º e 3º). A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário (CF/88, Art. 24, § 4º).

Aliado a isso, a LRF, no art. 4º, estabelece que cabe à LDO definir as metas de resultado primário da Administração Pública para o exercício a que se referir e para os dois seguintes, como parte integrante no Anexo de Metas Fiscais. Logo, na ausência de lei de normas gerais tratando da metodologia de apuração do resultado primário e tendo a competência plena para exercer essa definição, o Governo do Estado disciplina o assunto através da LDO, em total sintonia com a legislação de regência. Tal conduta já foi confirmada por decisão colegiada desta Corte de Contas, como mencionado no início dessa resposta, o que fortalece ainda mais nosso entendimento.

Status segundo Comissão do PASF: Dissensão de opinião.

Evidências: LDO de 2018, Lei nº. 16.701, de 14 de agosto de 2017.

2.5 Lei Orçamentária Anual - LOA

Recomendação nº. 06: À Secretaria do Planejamento e Gestão, que especifique na Lei Orçamentária Anual, todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual e as receitas que as atenderão, como disposto no art. 5º § 1º da LRF.

Análise da Comissão do PASF: Na LOA para o exercício de 2019 (Lei nº.16.795, 27 de dezembro de 2018) foi elaborado um Demonstrativo da Dívida Pública com todas as Despesas e suas respectivas Receitas para atendê-las.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: LOA para o exercício de 2019 (Lei nº. 16.795, 27 de dezembro de 2018).

Recomendação nº. 07: À Secretaria do Planejamento e Gestão, que inclua na Lei Orçamentária Anual o sumário geral das receitas por fontes e seu respectivo quadro discriminativo, bem como os quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais e a discriminação da despesa por elementos, seguindo o disposto no art. 2º, § 1º, incisos I e III e §2º inciso I da Lei 4.320/64.

Análise da Comissão do PASF: Com o intuito de aprimoramento contínuo da peça orçamentária, o Poder Executivo, desde a Lei nº. 16.468, de 19 de dezembro de 2017 – Lei Orçamentária Anual 2018 – apresenta suas receitas previstas por fonte, conforme consta no Volume I, da respectiva Lei. Já para o exercício 2019, a LOA (Lei nº.16.795, 27 de dezembro de 2018) apresenta no Volume I, no tópico “Legislação da Receita”, a associação entre os tributos e a respectiva legislação, contemplando, portanto, o quadro discriminativo solicitado pela Lei nº. 4.320/64. Além disso, foi elaborado também para 2019 o demonstrativo da receita e planos de aplicação dos fundos especiais, contemplado no Volume I da Lei Orçamentária para 2019. Em relação a discriminação da despesa por elemento, detalhamos na resposta da recomendação nº. 08.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: LOA 2019 (Lei nº.16.795, 27 de dezembro de 2018)

Recomendação nº. 08: À Secretaria do Planejamento e Gestão, que inclua na Lei Orçamentária Anual a discriminação da despesa por elementos, conforme consta no art. 15 da Lei nº. 4.320/64.

Análise da Comissão do PASF: no Estado do Ceará, o processo de elaboração do orçamento há muito tempo é discriminado até o nível de elemento de despesa. A proposta inicial orçamentária cadastrada através do sistema corporativo gerenciado pela Seplag – *SiofWeb* – já determina a inclusão no campo da despesa, do elemento de despesa, conforme exemplo na Figura 5.

Figura 5 – Consulta de Programa Detalhado até o Elemento de Despesa



Despesa	Fonte	Subfonte	Módulo	Id Resultado Primario	Empenhado até JUN/2018	Valor	Gerar	Excluir
319113 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	00 - RECURSOS ORDINARIOS	00 - RECURSOS ORDINARIOS	0 - Fonte de Recursos do Tesouro	Primaria obrigatori	3.509.367,30	3.106,001		

Outro aspecto importante é a existência da **Consulta da Execução Orçamentária** que evidencia de forma transparente e tempestiva tanto a elaboração inicial quanto as alterações ocorridas no decurso do exercício no nível de elemento de despesa. Segue exemplo da LOA 2018, na Figura 6:

Figura 6 – Consulta da Execução Orçamentária até o Elemento de Despesa

ESTADO DO CEARÁ EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2018 LEI Nº 16.468, de 19/12/2017 Consolidado por Órgão, Unid. Orçamentária, PA e Despesa (Saldo)		Acumulado até: AGOSTO PERCENTUAL S/ AUTORIZADO			
Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	%Emp S/Autorizado	Saldo
18760 ELABORAÇÃO DE PROJETOS E DESAPROPRIAÇÃO PARA APOIO À IMPLANTAÇÃO DA TRANSNORDESTINA	3.937.878,00	3.937.878,00	49.929,27	1,27	3.887.948,73
449039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.526.867,00	3.526.867,00	0,00		3.526.867,00
449061 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	411.011,00	411.011,00	49.929,27		361.081,73

Portanto, embora a Lei Orçamentária Anual – LOA evidencie ao longo de seus volumes o orçamento até o nível de modalidade de aplicação, por uma questão de **economicidade**, é possível através da **Consulta da Execução Orçamentária no SIOF** disponível na internet, no endereço eletrônico a seguir:

http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Paginas/frm_consulta_execucao.aspx
visualizar até o nível de elemento de despesa toda a Lei Orçamentária, logo, não havendo descumprimento do art.15 da Lei nº. 4.320/64 destacado pelo TCE.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: disponível no SIOF

(http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Paginas/frm_consulta_execucao.aspx).

Recomendação nº. 30: À Secretaria do Planejamento e Gestão, que efetue o cálculo referente ao cumprimento do limite de abertura de créditos suplementares, de modo que contemple todos os critérios dispostos na legislação orçamentária pertinente.

Análise da Comissão do PASF: Há alguns exercícios constata-se divergência entre o Tribunal de Contas do Estado – TCE e a Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG quanto à interpretação referente ao cálculo do cumprimento do limite de abertura de créditos suplementares.

Por esse motivo, buscando dirimir essas divergências, para o exercício de 2019, foi proposta uma nova redação no texto da Lei nº.16.795, 27 de dezembro de 2018, para a LOA 2019, mais simples e transparente conforme destacado abaixo:

“Art. 7º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares, até o limite de 20% (vinte por cento) do total da despesa fixada nesta Lei, com a finalidade de atender insuficiências nas dotações orçamentárias consignadas aos grupos de despesas de cada categoria de programação, com recursos provenientes de:”

[...]

Portanto, o limite que antes era 25%, agora passa ser 20%, o que requer um esforço maior no planejamento orçamentário dos órgãos e entidades com o percentual

incidindo sobre o total da despesa fixada pelo Estado, não mais sobre o Tesouro, como outrora.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: disponível no link

<http://web3.seplag.ce.gov.br/SiofCreditos/ProcessoCreditos/cnsPercentualAcumuladoMes.aspx>

Recomendação nº. 31: À Secretaria do Planejamento e Gestão, que publique, em sua página eletrônica referente ao cumprimento do limite de abertura de créditos suplementares, as Leis e Decretos de Abertura de Créditos Adicionais alusivos ao Orçamento do exercício, as informações utilizadas no cálculo do referido percentual e a memória do cálculo em si, bem como os critérios aplicados de acordo com a legislação orçamentária vigente. Além disso, caso sejam utilizados como fonte de abertura de créditos adicionais, solicita-se a publicação do cálculo do excesso de arrecadação e do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior.

Análise da Comissão do PASF: As Leis aprovadas pela Assembleia Legislativa para criação de Ações ou Programas Orçamentários não fazem parte do cálculo do limite de 25% uma vez que não são aprovadas pelo Poder Executivo. Os Decretos Orçamentários, estes sim, são uma ressalva aprovada na LOA pelo Poder Legislativo, conferindo autorização ao Executivo em acrescer ou remanejar o orçamento por ato infra legal no montante de até 20% do que foi aprovado inicialmente na LOA com fonte de recursos do Tesouro.

Atualmente é apresentado no sítio eletrônico da Execução Orçamentária, a metodologia de cálculo utilizada para chegar ao percentual constatado, bem como do cálculo do excesso de arrecadação e do superávit financeiro.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: disponível no link <https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-execucao-orcamentaria/>

Recomendação nº. 32: Ao Poder Executivo que identifique nos decretos para abertura de créditos suplementares, quais as ações suplementadas que tiveram como fonte de recursos a anulação de créditos da Reserva de Contingência, quais as razões das suplementações que utilizaram tal fonte de recurso conforme as regras estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) vigente bem como promova a transparência da utilização da reserva nos portais eletrônicos do Estado.

Análise da Comissão do PASF: A partir de 2018, a Seplag publicou no seu sítio eletrônico os Decretos Orçamentários com o destaque dos recursos oriundos da anulação de créditos da Reserva de Contingência. Reforço que será dado destaque para as regras de utilização da mesma que estão dispostas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, principalmente por se tratar de fontes do grupo Tesouro.

O uso destes recursos visa atender passivos contingentes, eventos fiscais imprevistos, situações de emergências ou calamidades públicas. Vale ressaltar que tendo em vista a busca pelo pleno nível de execução dos recursos das fontes do grupo Tesouro, caso nenhum dos eventos acima mencionados ocorram, estes recursos possuem expressa autorização para serem utilizadas como fonte de abertura de créditos orçamentários livre de qualquer regramento.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: disponível no sítio de Instrumentos de Remanejamento Orçamentário – Decretos e Leis Orçamentárias (<https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-execucao-orcamentaria/instrumentos-de-remanejamento-orcamentario-decretos-e-leis-orcamentarias/>).

Recomendação nº. 33: À Secretaria do Planejamento e Gestão que, na elaboração do Orçamento, ao fixar os valores destinados a Reserva de Contingência, utilize a natureza de despesa Reserva de Contingência (9.9.99.9999), conforme determinado no parágrafo único do art. 8º da Portaria Interministerial STN/SOF nº. 163, de 4 de maio de 2001, dispositivo reportado pelo Manual Técnico do Orçamento de 2017 do Governo do Estado do Ceará.

Análise da Comissão do PASF: Inicialmente a Portaria STN/SOF nº. 163, em seu art. 8º, parágrafo único assim dispõe:

“Art. 8º A dotação global denominada Reserva de Contingência, permitida para a União no art. 91 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, ou em atos das demais esferas de Governo, a ser utilizada como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais e para o atendimento ao disposto no art. 5º, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000, sob coordenação do órgão responsável pela sua destinação, bem como a Reserva do Regime Próprio de Previdência do Servidor - RPPS, quando houver, serão identificadas nos orçamentos de todas as esferas de Governo pelos códigos “99.999.9999.xxxx.xxxx” e 99.997.9999.xxxx.xxxx”, respectivamente, no que se refere às classificações por função e subfunção e estrutura programática, onde o “x” representa a codificação das ações correspondentes e dos respectivos detalhamentos. (38)(A) (40)(A)

Parágrafo único. As Reservas referidas no caput serão identificadas, quanto à natureza da despesa, pelo código “9.9.99.99.99”. (38)(A) (40)(A)”

No Estado do Ceará essas reservas, quando constituídas sempre foram orçadas no grupo 31 – Pessoal e Encargos Gerais, por constituírem uma despesa eminentemente de pessoal, especialmente, para pagamento dos inativos. Todavia, a partir da LOA 2019, será adotada a contabilização da Reserva de Contingência da despesa 9.9.99.99.99, conforme Portaria STN/SOF nº.163.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: LOA para o exercício de 2019 (Lei nº. 16.795, 27 de dezembro de 2018).

Recomendação nº. 39: À Secretaria da Fazenda, que implemente um dispositivo de bloqueio no sistema da execução orçamentária para fontes de recursos que não possuam disponibilidade financeira, a fim de evitar insuficiência de caixa nas fontes vinculadas.

Análise da Comissão do PASF: Inicialmente, cabe enfatizar que o Estado do Ceará possui gestão fiscal responsável a ponto de ser um dos entes federados em situação financeira mais equilibrada. Sob aspecto amplo, há acompanhamento permanente das finanças do Estado, a fim de garantir que todos os compromissos firmados pelo Governo possuam cobertura financeira para seu cumprimento. Portanto, o Governo do

Estado tem sido permanentemente vigilante para cumprir todos os dispositivos legais inerentes à gestão financeira das fontes de recursos.

Entretanto, a Secretaria da Fazenda reconhece a necessidade de constantes melhorias nos mecanismos para controle da execução financeira por fonte, em especial sobre casos pontuais, relacionados a fontes de recursos controladas por outras Unidades Gestoras. Reconhece ainda a necessidade não só de implantar esse tipo de controle, como também de agir para identificar as fragilidades dos processos de execução orçamentária e financeira, além de atuar tempestivamente para solução desses problemas.

Nesse sentido, a Secretaria da Fazenda tem investido em diversas iniciativas na construção de uma nova gestão para Tesouro Estadual, moderna, com prioridade no controle rígido de todos os processos relacionados à execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Estado. Dentre as ações inovadoras que serão realizadas a partir de agora, podemos destacar:

- 1) Criação da Secretaria Executiva do Tesouro Estadual e de Metas Fiscais: a gestão do Tesouro Estadual deixou o nível de coordenação e ganhou status de Secretaria Executiva, fortalecendo o poder de deliberação da área financeira junto à gestão da Secretaria da Fazenda e do Governo do Estado;
- 2) Criação da Coordenadoria de Gestão da Execução Orçamentária, Patrimonial e Contábil: com um Coordenador de Contabilidade, vinculado à Secretaria Executiva do Tesouro e Metas Fiscais, focado especialmente na evolução e aperfeiçoamento da gestão contábil do Governo do Estado. Dessa forma, terá condições de identificar e corrigir tempestivamente imperfeições nos processos, fortalecendo a capacidade gerencial da Contabilidade;
- 3) Criação da Célula de Estudos e Normas Contábeis: vinculada à Coordenadoria de Gestão da Execução Orçamentária, Patrimonial e Contábil, com o principal objetivo de propor a organização e a sistematização dos processos de execução orçamentária, financeira e contábil do Estado, no âmbito do S2GPR. Uma das demandas prioritárias dessa nova Célula é propor o processo de controle das disponibilidades por fonte de

recursos, impedindo a execução orçamentária e financeira em fontes que não possuam disponibilidade suficiente para atendê-las. A expectativa é que tal controle esteja implantado no S2GPR até o final do exercício de 2019;

4) Criação da Célula de Contabilidade Centralizada dos Órgãos: vinculada à Coordenadoria de Gestão da Execução Orçamentária, Patrimonial e Contábil, o principal objetivo dessa Célula será o acompanhamento da execução orçamentária e financeira de todos os Órgãos e Entidades do Estado que utilizam o S2GPR para sua operação. Será responsável pela fiscalização das conciliações bancárias sob responsabilidade das Unidades Gestoras e identificará, em primeiro momento, qualquer situação de inconsistência acerca das fontes de recursos, atuando para evitar a existência de saldos negativos em qualquer fonte;

5) Criação da Célula de Contabilidade Geral do Estado: também vinculada à Coordenadoria de Gestão da Execução Orçamentária, Patrimonial e Contábil, o principal objetivo dessa Célula será de gerenciar a consolidação contábil dos Órgãos e Entidades do Estado, além da geração de todos os relatórios e demonstrativos contábeis, incluído os relatórios de disponibilidade por fonte de recursos e serem gerados mensalmente, por órgão e poder. A expectativa é que este relatório esteja implantado no S2GPR até o final do exercício de 2019, permitindo a verificação tempestiva da posição de cada fonte de recurso e evitando a evidenciação de fontes com saldos negativos.

Com base nos argumentos acima apresentados, a Secretaria da Fazenda se compromete a implantar, até o final do exercício de 2019, mecanismos de bloqueio do sistema da execução orçamentária para fontes de recursos que não possuam disponibilidade financeira, a fim de evitar a evidenciação contábil de insuficiência de caixa em qualquer fonte de recurso.

Status segundo Comissão do PASF: Em implementação.

Evidências: N/A

2.6 Contratos de Gestão

Recomendação nº. 05: À Secretaria do Planejamento e Gestão que antes da formalização de contratos de gestão, promova estudo detalhado que contemple a avaliação precisa dos custos do serviço e dos ganhos de eficiência esperados, bem assim planilha detalhada com a estimativa de custos a serem incorridos na execução dos contratos de gestão.

Análise da Comissão do PASF: A atribuição de realizar estudos antes da celebração do contrato é de competência de cada órgão/entidade contratante. No entanto, por ser a Seplag responsável pelo monitoramento e padronização do processo de solicitação de celebração de Contratos de Gestão, e em cumprimento aos arts 8º e 9º da Lei nº. 12.781/97 e do Acórdão nº. 3239/2013 citados no relatório do TCE, está adotando as providências abaixo relacionadas:

1. Criação de mais dois documentos obrigatórios no *checklist* da formalização dos Contratos de Gestão – na primeira etapa encaminhamento, sendo os responsáveis:

- Órgão/Entidade: que apresente estudo preliminar detalhado, o qual fundamente que a transferência da execução das atividades para Organizações Sociais é a melhor solução para o Estado, bem como, uma avaliação precisa dos custos dos serviços e dos ganhos de eficiência esperados.
- Organização Social (OS): que apresente documento com a memória de cálculo, detalhando a estimativa de custos incorridos no Plano de Trabalho do Contrato de Gestão.

2. Modificação da sistemática de avaliação dos Contratos de Gestão introduzindo os seguintes itens:

- Determinar que os itens de custeio dos Contratos de Gestão sigam obrigatoriamente o Plano de Contas do Estado;
- Determinar que cada meta tenha que apresentar no mínimo um indicador de desempenho (qualidade, produtividade e economicidade);

- Estabelecer o limite máximo de despesas com pessoal dentro do Contrato de Gestão.

3. Modificação no Modelo do Plano de Trabalho adotado nos Contratos de Gestão

- Introduzindo o Anexo 08 - Quadro de Indicadores
- Introduzindo o Anexo 09 - Itens de Despesa

Status segundo Comissão do PASF: Em implementação.

Evidências: relatórios de acompanhamento elaborados pela SEPLAG disponíveis no sítio de Contratos de Gestão (<https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/contrato-de-gestao/>).

Recomendação nº. 36: À Secretaria do Planejamento e Gestão que atente para a necessidade de seleção da organização social a ser contratada mediante chamamento público ou dispensa de licitação, observando-se, nesse último caso, as determinações do art. 26 da Lei nº. 8.666/93.

Análise da Comissão do PASF: Em relação à **qualificação** de OS, o Estado do Ceará já adota o Chamamento Público, desde 2016, a exemplo dos três últimos realizados, tendo sido um pela Secretaria do Esporte (Sesporte) e 02 pela Secretaria da Saúde (Sesa):

1. Chamamento Público nº. 001/2016 DOE 24/06/2016 realizado pela Sesa. Resultado: foi deserto, sem interessados;
2. Chamamento Público nº. 001/2016 DOE 28/07/2016 realizado pela Sesporte. Resultado: não logrou êxito, dado que o único interessado não atendia os requisitos mínimos estabelecidos pela Lei;
3. Chamamento Público nº. 001/2017 DOE 10/11/2017 realizado pela Sesa. Resultado: Foram classificadas duas entidades. Uma delas não apresentou a documentação e a outra está em processo de qualificação.

Em relação à celebração de contrato administrativo, para atividades contempladas no contrato de gestão, as contratações por dispensa, quando ocorrem, são fundamentadas no art. 24, inciso XXIV, da Lei nº. 8666/93. Quanto às determinações do art. 26 da referida Lei, compete aos órgãos e entidades adotá-las.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: Chamamento Público nº. 001/2016 (DOE 24/06/2016); Chamamento Público nº. 001/2016 (DOE 28/07/2016); Chamamento Público nº. 001/2017 (DOE 10/11/2017).

Recomendação nº. 49: Fiscalizem o cumprimento do Manual de Celebração de Contratos de Gestão, realizando estudos prévios à contratação de entidades privadas, os quais devem contemplar a avaliação precisa dos custos do serviço e dos ganhos de eficiência esperados, bem como planilha detalhada com a estimativa de custos a serem incorridos na execução dos contratos de gestão.

Análise da Comissão do PASF: A avaliação prevista no Manual contempla as ações e metas programas levando em conta os indicadores de desempenho constantes no Anexo I do Contrato de Gestão. Semestralmente a Seplag elabora o RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DOS CONTRATOS DE GESTÃO. No Manual é explicado todo o procedimento metodológico da avaliação e no final a performance global da OS será associada a uma escala conceitual, que irá constar no Parecer Técnico do Contrato de Gestão elaborado pela SEPLAG.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: relatórios de acompanhamento elaborados pela SEPLAG disponíveis no sítio de Contratos de Gestão (<https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/contrato-de-gestao/>).

Recomendação nº. 52: Passem a considerar despesas com pessoal decorrentes de contratos de gestão celebrados entre o Estado do Ceará e Organizações Sociais como integrantes dos

limites de gastos de pessoal fixados pela LRF, de modo a prevenir riscos ao equilíbrio fiscal do ente federativo.

Análise da Comissão do PASF: A Lei Complementar Federal N°101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece em seu art.18 a definição de despesas de pessoal para o efeito do cálculo dos limites de gastos de pessoal:

Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

§ 1º Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".

Conforme estabelecido na Lei nº.12.781/97, o Poder Executivo pode, mediante Decreto, qualificar como Organizações Sociais, pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas à assistência social, à saúde, ao trabalho, à educação, à cultura, ao turismo, à gestão ambiental, à habitação, à ciência e tecnologia, à agricultura, à organização agrária, ao urbanismo, ao saneamento, ao desporto e lazer e ao atendimento ou promoção dos direitos de crianças e adolescentes, **com o objetivo de fomentar a descentralização de atividades e serviços públicos** não exclusivos desempenhados por órgãos ou entidades públicas estaduais (Art.1º). Assim, a formalização de contratos de gestão com organizações sociais visa descentralizar as referidas atividades e serviços com entidades do Terceiro Setor por meio da pactuação de metas de resultados com as Organizações Sociais.

Portanto, as despesas com os contratos de gestão não se confundem com as despesas de pessoal, conforme estabelecido no art.18 da LRF, não sendo aplicável a recomendação às despesas de pessoal do Estado.

Status segundo Comissão do PASF: Dissensão de Opinião

Evidências: Artigo 18 da Lei Complementar Federal nº.101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei Estadual nº.12.781, de 30 de dezembro de 1997 e suas alterações.

Recomendação nº. 66: Ao Poder Executivo, que adote as medidas necessárias para a regulamentação da forma de apropriação dos saldos remanescentes dos contratos de gestão, bem como a sua respectiva transparência.

Análise da Comissão do PASF: Com a alteração da Lei das OS (Lei nº. 12.781/97) pela Lei nº. 15.356/2013, sendo atestado o cumprimento das metas estabelecidas no Contrato de Gestão pela Comissão de Avaliação, os saldos financeiros remanescentes poderão ser apropriados pela organização social, hipótese em que devem ser aplicados integralmente no desenvolvimento de suas atividades. Em 2018 foi instituído um grupo de trabalho pela Portaria Seplag nº.168/2018, com participação da PGE, Sefaz, Seplag, CGE e Casa Civil, para discutir a legislação vigente e definir ajustes que por acaso sejam necessários.

Status segundo Comissão do PASF: Em implantação.

Evidências: Portaria SEPLAG nº.168/2018, de 19 de abril de 2018 (DOE 27/04/2018, p.54).

2.7 Consórcios Públicos

Recomendação nº. 18: À Secretaria da Fazenda, que efetue a contabilização dos consórcios públicos, em conformidade com a regulamentação da Portaria STN nº. 274/2016, com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e a Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 10 – Contabilização de Consórcios Públicos.

Análise da Comissão do PASF: A Secretaria da Fazenda reconhece a necessidade de melhorias nos mecanismos para controle dos Atos Potenciais, bem como dos fenômenos patrimoniais e de controle relacionados à IPC 10 – Contabilização dos Consórcios Públicos (que disciplina o regime de contabilização dos Consórcios Públicos após a revogação da Portaria STN nº. 72/2012). Com o intuito de aperfeiçoar

a gestão contábil dos Órgãos e Entidades do Estado, a fim de tornar a contabilidade mais tempestiva e fiel sob o aspecto patrimonial, a Secretaria da Fazenda criou a Célula de Estudos e Normas Contábeis, vinculada à Coordenadoria de Gestão da Execução Orçamentária, Patrimonial e Contábil. Tal Célula terá entre suas atribuições estudar os processos adotados pelo governo estadual para atendimento integral das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Será revisto todo o processo orçamentário e contábil vinculado à execução dos Consórcios Públicos com os devidos ajustes no S2GPR. A Controladoria Geral do Estado de Ceará (CGE) avaliará a inclusão dos Contratos de Rateio no Sistema de Acompanhamento de Contratos e Convênios (SACC), a fim de realizar a comunicação de dados com o S2GPR para contabilização automática dos atos efetivos e potenciais decorrentes dos Consórcios Públicos até o final de 2019.

Status segundo Comissão do PASF: Em implantação.

Evidências: N/A

Recomendação nº. 54: Adotem as providências necessárias para garantir a transparência da gestão dos consórcios públicos de saúde dos quais faz parte o Estado do Ceará.

Análise da Comissão do PASF: A CGE, na condição de órgão central do sistema de controle interno e do sistema de transparência do Poder Executivo do Estado do Ceará, em conjunto com a Secretaria da Fazenda, Secretaria do Planejamento e Gestão e Secretaria da Saúde, definirá os procedimentos para garantir a transparência da gestão dos recursos disponibilizados pelo Estado para os consórcios públicos dos quais faz parte.

Status segundo Comissão do PASF: Em implementação.

Evidências: N/A

2.8 Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO

Recomendação nº. 10: À Secretaria da Fazenda, que preencha o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) de acordo com as orientações contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais, especificamente quanto a não inclusão no limite constitucional.

Análise da Comissão do PASF: O Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) está sendo preenchido de acordo com as orientações contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais, e quanto à não inclusão de itens despesas não consideradas como Manutenção e Desenvolvimento do Ensino o Governo está seguindo inteiramente as orientações do TCE.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: RREO do 6º bimestre de 2018, publicado no DOE em 30/01/2019.

Recomendação nº. 11: À Secretaria da Educação, que indique, sempre que necessário, à Secretaria da Fazenda, os itens de gastos a serem excluídos do cálculo do total das despesas com ações típicas de MDE no Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino em consonância com Lei nº. 9.394/1996.

Análise da Comissão do PASF: Estão sendo excluídos do Anexo 8 - RREO/LRF os dispêndios que não se inserem nas despesas típicas de MDE no Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento no cálculo do limite constitucional de acordo com os itens apontados pelo TCE.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: RREO do 6º bimestre de 2018, publicado no DOE em 30/01/2019.

Recomendação nº. 12: À Secretaria da Fazenda, que preencha o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASP) de acordo com as orientações contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais, especificamente quanto a não inclusão no limite constitucional.

Análise da Comissão do PASF: Estão sendo excluídos do Anexo 12 - RREO/LRF os dispêndios que não se inserem nas despesas consideradas como Ações e Serviços Públicos em Saúde no cálculo do limite constitucional de acordo com os itens apontados pelo TCE.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: RREO do 6º bimestre de 2018, publicado no DOE em 30/01/2019.

Recomendação nº. 13: À Secretaria da Saúde, que indique, sempre que necessário, à Secretaria da Fazenda, os itens de gastos a serem excluídos do cálculo do total das despesas com ações e serviços públicos de saúde (ASP) no Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde em consonância com Lei Complementar nº. 141/2012.

Análise da Comissão do PASF: Estão sendo excluídos do Anexo 12 - RREO/LRF os dispêndios que não se inserem nas despesas consideradas como Ações e Serviços Públicos em Saúde no cálculo do limite constitucional de acordo com os itens apontados pelo TCE.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: RREO do 6º bimestre de 2018, publicado no DOE em 30/01/2019.

Recomendação nº. 40: À Secretaria da Fazenda, que divulgue os valores de meta e aferição conforme o MDF em notas explicativas para fins de comparabilidade com os demais estados.

Análise da Comissão do PASF: Conforme já mencionado na resposta à recomendação 53, a Secretaria da Fazenda se compromete a efetuar os estudos necessários para verificar a viabilidade de apresentar a meta e a aferição do resultado primário de acordo com a metodologia do MDF/STN. Atualmente, já existe no demonstrativo do resultado primário apresentado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) uma nota explicativa discriminando o valor dos investimentos em infraestrutura que são subtraídos do cálculo para fins de apuração do indicador. Será inserida uma informação adicional contendo o valor da Meta e a Aferição do

Resultado Primário conforme metodologia definida no MDF/STN, para fins de comparabilidade com os outros Entes Federados. Espera-se implantar tal medida até o final do exercício de 2019.

Status segundo Comissão do PASF: Em implantação.

Evidências: N/A.

Recomendação nº. 65: À Secretaria da Fazenda que se abstenha de incluir o montante referente a Depósitos Judiciais (receita extra orçamentária) no cômputo da Receita Corrente Líquida.

Análise da Comissão do PASF: Atualmente, não há dúvidas quanto ao tratamento da apropriação dos depósitos judiciais como receita orçamentária, justamente porque o único objetivo de sua utilização é a aplicação em despesas orçamentárias. Não faria sentido, portanto, classificar o ingresso desse recurso como receita extra orçamentária, porque isso inviabilizaria sua aplicação no orçamento. Existem inúmeros documentos legais e orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) pacificando o entendimento da classificação contábil desse recurso como receita orçamentária. Podem-se citar, por exemplo, na legislação Federal (EC 94/2016) e Estadual (Leis Nº 14.415/2019 e 15.878/2015) que regulamentam a apropriação dos depósitos judiciais e a Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 15 – depósitos judiciais e extrajudiciais, de autoria da STN.

Além disso, registram-se em notas explicativas à Demonstração da Dívida Consolidada Líquida (RGF) a apropriação dos depósitos judiciais em que o Estado é parte e passou-se a incluir dentro da Dívida Consolidada a apropriação dos depósitos judiciais em que o Estado não é parte, atendendo integralmente aos regulamentos emitidos pela STN no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) e na IPC nº 15. Não há sentido, portanto, em assumir todos os ônus de reconhecer no passivo a apropriação dos depósitos judiciais sem poder registrar os ingressos em receitas orçamentárias. Adota-se, portanto, a postura de classificar tal ingresso de recurso como receita orçamentária com amparo em ampla legislação de regência.

O que ainda depende de maior discussão e solidificação de entendimento em nível nacional é o enquadramento orçamentário das apropriações de depósitos judiciais (se receita corrente ou de capital). De acordo com a legislação estadual, em especial a Lei nº. 15.878/2015, deve-se classificar a apropriação dos depósitos judiciais por ela autorizados na rubrica “outras receitas correntes”. Apesar da Lei nº. 14.415/2009 não dispor sobre a rubrica orçamentária em que deve ser contabilizada a apropriação dos depósitos judiciais sob sua disciplina (PIMPJ), a apropriação tem sido registrada também como outras receitas correntes.

A IPC nº. 15 não fixa uma única rubrica para contabilização da receita orçamentária decorrente da apropriação. Afirma que, nas lides em que o ente público é parte, a apropriação dos depósitos judiciais deve ser registrada na receita orçamentária relativa ao objeto do depósito (se há a possibilidade do objeto se tornar receita corrente no futuro – a causa se refere à arrecadação de ICMS, por exemplo, deve-se registrar o depósito judicial apropriado como receita corrente; caso o objeto da lide se trate de receita de capital, registra-se a apropriação do depósito desta forma). Já no caso das lides de terceiros, em que o Estado não é parte, a apropriação dos depósitos deverá ser registrada como outras receitas de capital.

No exercício de 2018, o Governo do Estado do Ceará não fez apropriação de depósitos judiciais decorrentes da Lei nº. 15.878/2015 ou da EC nº. 94/2016. Ainda ocorre regularmente a apropriação de depósitos judiciais em decorrência da Lei nº. 14.415/2009, cujos recursos estão sob gestão do Tribunal de Justiça e que ainda estão sendo registrados como outras receitas correntes. A Secretaria da Fazenda se compromete a fazer um estudo mais aprofundado da sistemática contábil de apropriação para avaliar se deve escriturar essas operações como receitas correntes ou de capital e divulgará a eventual mudança de critério contábil quando da elaboração do Balanço Geral do Estado para o exercício de 2019.

Em resumo, a inclusão da apropriação de depósitos judiciais na receita corrente, e, por consequência, no cálculo da Receita Corrente Líquida (RCL), tem relação direta com a disciplina legal apresentada nos parágrafos anteriores. Ou seja, nos casos em que o Governo do Estado é autorizado registrar a apropriação dos depósitos judiciais como

receita corrente, estes entrarão no cálculo da RCL. Nos demais casos, a serem registrados como Receita de Capital, automaticamente serão excluídos do cálculo da RCL. Como já explicado, a Secretaria da Fazenda divulgará, quando da elaboração do Balanço Geral do Estado para o exercício de 2019, as eventuais mudanças de critério contábil para classificação orçamentária das apropriações de depósitos judiciais.

Status segundo Comissão do PASF: Dissensão de opinião.

Evidências: N/A

2.9 Demonstrações Contábeis

Recomendação nº. 17: À Secretaria da Fazenda, que publique o Demonstrativo da Projeção Atuarial do RPPS, segregando entre Plano Previdenciário e Plano Financeiro, conforme preceitua o Manual de Demonstrativos Fiscais.

Análise da Comissão do PASF: Esta recomendação foi atendida no encerramento do exercício de 2018.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: Publicação dos Demonstrativos Contábeis do exercício de 2018.

Recomendação nº. 38: À Secretaria da Fazenda, que a consolidação das demonstrações contábeis seja elaborada de acordo com as normas e manuais de contabilidade pública, refletindo corretamente a situação patrimonial do Estado.

Análise da Comissão do PASF: A Secretaria da Fazenda analisou a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL referente aos exercícios financeiros de 2016 e 2017 que complementam o Anexo de Metas Fiscais do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, em atendimento ao disposto no art. 4º, §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº. 101/2000. O demonstrativo consolidado apresenta informações da Companhia de Habitação do Ceará - COHAB e da Companhia de Desenvolvimento do Ceará – CODECE, por se tratarem de empresas enquadradas como estatais dependentes, constituídas sob a forma de sociedades anônimas.

Verificou-se que os Ajustes de Avaliação Patrimonial da COHAB no valor de R\$ 8.475.000,00 já constavam da DMPL de 2016, devendo compor apenas o saldo inicial do demonstrativo de 2017. Em virtude disso, procedeu-se à retificação na consolidação do demonstrativo de 2018, em atendimento à recomendação do Tribunal de Contas. Foi retificado também o valor do somatório dos resultados obtidos pelas empresas em comento, também em atendimento à recomendação do egrégio Tribunal.

A Secretaria da Fazenda reconhece as imprecisões ocorridas na consolidação das demonstrações contábeis referentes ao exercício financeiro de 2017 e realizou os ajustes necessários no Balanço de 2018. Reitera ainda o comprometimento em realizar os procedimentos de acordo com as normas vigentes, de forma a refletir corretamente a situação patrimonial do Estado.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: Demonstrações Contábeis de 2018.

Recomendação nº. 60: À Secretaria da Fazenda que adote as providências necessárias para que o Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial seja gerado diretamente por meio de relatório de saída do S2GPR.

Análise da Comissão do PASF: De acordo com a Sefaz, desde o Balanço Patrimonial do exercício de 2017 o Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: Balanço Patrimonial do exercício de 2017.

Recomendação nº. 61: À Secretaria da Fazenda que disponibilize no S2GPR um relatório que informe a disponibilidade de caixa bruta por fonte de recursos e por Poder.

Análise da Comissão do PASF: Considerando a contextualização apresentada na resposta à recomendação 39, relacionada à reestruturação pela qual está passando o Tesouro Estadual, a Secretaria da Fazenda se compromete a configurar no S2GPR o

relatório para evidenciar a disponibilidade de caixa por fonte de recursos e Poder até o final do exercício de 2019, na ocasião da entrega do Balanço Geral do Estado deste exercício de referência, ficando o mesmo disponível para consulta permanente a partir dessa data.

Status segundo Comissão do PASF: Em implementação.

Evidências: N/A

2.10 Constituição Estadual

Recomendação nº. 14: Ao Poder Executivo, que cumpra o percentual previsto no art. 205, § 2º, da Constituição Estadual, o qual estabelece que o Estado deva aplicar no mínimo 20% (vinte por cento) da sua arrecadação tributária com investimentos.

Análise da Comissão do PASF: A Constituição Estadual de 1989 estabelece no art. 205, § 2º, que:

O Estado despenderá um mínimo de vinte por cento da sua arrecadação tributária com investimentos.

Para o exercício de 2018 foram aplicados no grupo Investimentos + Inversões Financeiras o valor de R\$ 1.056.763.729,04, que corresponde a um percentual de recursos aplicados de 10,96%, conforme a Tabela 1:

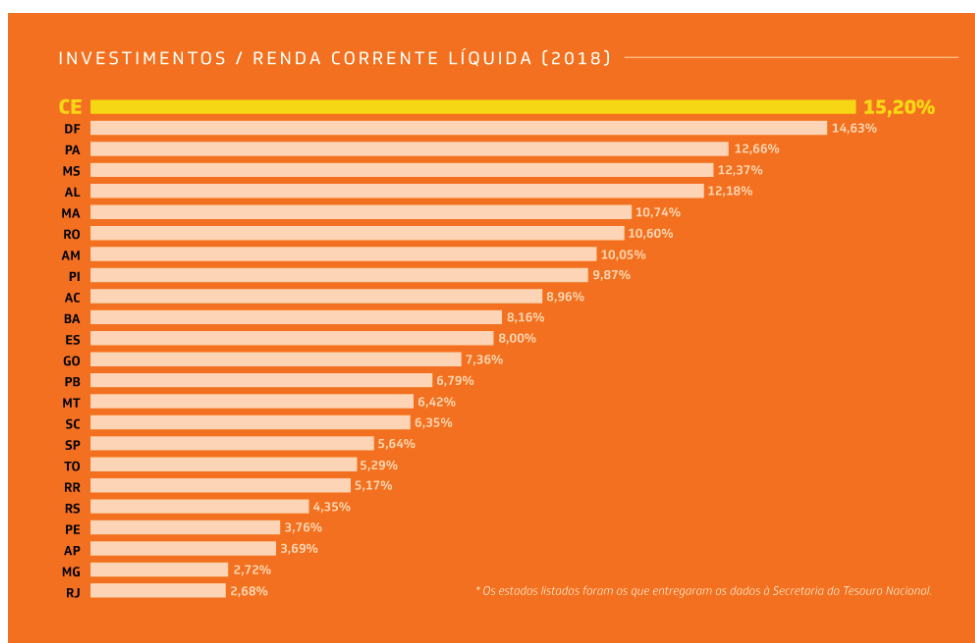
Tabela 1 - Percentual de recursos aplicados em investimentos em relação a receita tributária

Descrição	2018
Receita Tributária Bruta	R\$ 14.763.715.760,10
(-) Distribuições Constitucionais	-R\$ 3.306.202.335,98
(-) Transferências FUNDEB	-R\$ 1.819.246.845,08
Receita Tributária Líquida	R\$ 9.638.266.579,04
Atendendo limite constitucional (20%)	R\$ 1.927.653.315,81
Montante dos recursos aplicados	R\$ 1.056.763.729,04
Percentual de Investimentos com recursos Tesouro	10,96%

Obs.: Os Investimentos englobam os grupos Investimentos + Inversões Financeiras
Fonte: S2GPR/SEFAZ

Apesar do governo não ter atendido o limite constitucional o Estado do Ceará tem se destacado em nível nacional como exemplo de gestão fiscal eficiente, com medidas que privilegiam os investimentos mesmo em tempos de crise. Evidencia disso, foi o estudo divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN onde o Ceará seguiu na liderança de investimentos públicos no Brasil em 2018, atingindo 15,20% da Receita Corrente Líquida (RCL), conforme a Figura 7.

Figura 7 - Relação de investimentos sobre a Receita Corrente Líquida em 2018



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Status segundo Comissão do PASF: Em implantação

Evidências: Estudo divulgado em fevereiro de 2018 pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Recomendação nº. 15: Ao Poder Executivo, que cumpra o percentual de recursos direcionados à FUNCAP, conforme estabelece o art. 258 da Constituição Estadual.

Análise da Comissão do PASF: A Constituição Estadual de 1989 estabelece no art. 258, que:

*CE, Art. 258. O Estado manterá uma fundação de amparo à pesquisa, para o fomento das atividades de pesquisa científica e tecnológica, atribuindo-lhe dotação mínima, correspondente a **dois por cento** da receita tributária como renda de sua administração privada.*

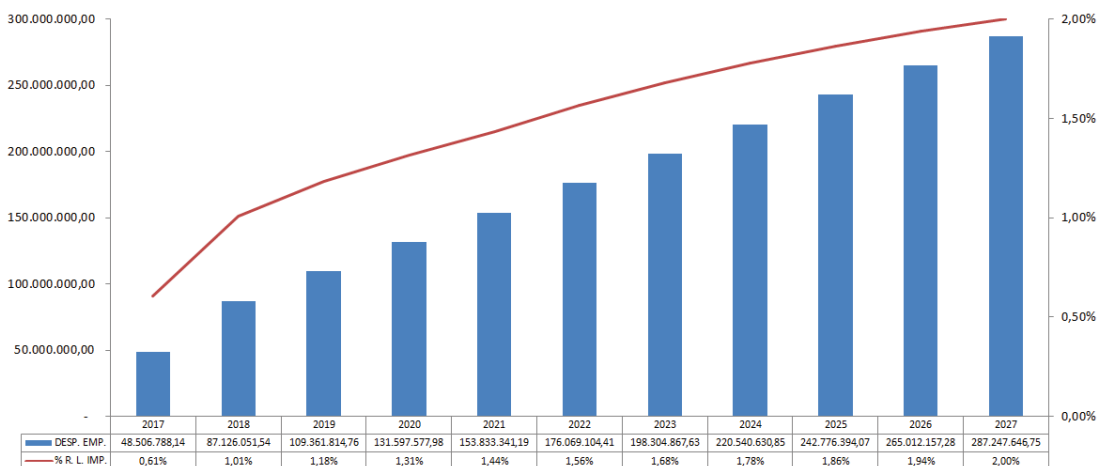
*§1º A dotação prevista neste artigo será calculada sobre a renda obtida através de **impostos** e transferida em duodécimos, mensalmente, no mesmo exercício.*

§2º A despesa com pessoal da Fundação de Amparo à Pesquisa não poderá exceder os cinco por cento do seu orçamento global.

A previsão constitucional em comento datada de 1989, trata em seu mérito do apoio do Estado na manutenção de uma fundação de amparo a pesquisa científica e tecnológica, pelo que foi criada a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP, nos termos da Lei Estadual nº.11.752, de 12 de novembro de 1990.

Devido às crises econômicas e fiscais recentes, além do próprio histórico de execução dos recursos da FUNCAP, o Estado projetou que o alcance do percentual de 2% da receita líquida de impostos será alcançado em até 10 anos, conforme a Figura 8.

Figura 8 - Previsão das despesas e percentual de recursos aplicados na Funcap (2018 a 2027)



Fonte: IPECE

Para 2018 o percentual de recursos previsto foi de 1,01% (um inteiro e um centésimo por cento). Foi disponibilizado na LOA um orçamento no valor de R\$ 134.082.244,00, que corresponderia 1,5271% da Receita Líquida de Impostos Prevista, acima do percentual de 1,01% previsto para 2018. Contudo, foram aplicados recursos no valor de R\$ 60.532.277,98, que correspondem a um percentual de 0,6838%, conforme a Tabela 2, superiores ao ano de 2017 em 24,79%:

Tabela 2 - Percentual de Recursos Aplicados na Funcap em Relação a Receita de Impostos

Descrição	R\$ 1,00	
	LOA 2018	2018
Receita Tributária de Impostos Bruta	13.818.902.552,00	R\$ 13.977.199.073,81
(-) Distribuições Constitucionais dos Impostos	(3.271.568.722,00)	-R\$ 3.306.202.335,98
(-) Transferências FUNDEB	(1.767.385.774,00)	-R\$ 1.819.246.845,08
Receita Tributária de Impostos Líquida	R\$ 8.779.948.056,00	R\$ 8.851.749.892,75
Atendendo Limite Constitucional (2%)	177.034.997,86	R\$ 177.034.997,86
RECURSOS APLICADOS NA FUNCAP	134.082.244,00	R\$ 60.532.277,98
Percentual de recursos aplicados na FUNCAP	1,5271%	0,6838%
META DO PERCENTUAL DE RECURSOS A SEREM APLICADOS NA FUNCAP EM 2018	1,01%	

Fonte: S2GPR/SEFAZ

Dentre os programas e ações inseridos no orçamento da FUNCAP de 2018 estava o lançamento do Programa AvanCE – Bolsa Universitário, no valor de R\$ 30.000.000,00, cujo objetivo é melhorar as condições de acesso à universidade dos

estudantes egressos da rede pública estadual, por meio de auxílio financeiro. No entanto, esse programa não pôde ser executado no exercício de 2018, devido à vedação de realização de ações no último ano de mandato, como a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública (Lei Federal nº.9.504/97, art.73, §10). Assim, a não execução desse programa afetou o alcance da previsão para a execução da FUNCAP em 2018.

Status segundo Comissão do PASF: Em implementação.

Evidências: Estudo com a previsão de aplicação na FUNCAP do percentual de 2% da receita líquida de impostos em 10 anos.

Recomendação nº. 16: Ao Poder Executivo, que promova a operacionalização do FCE com vistas ao cumprimento do art. 209 da Constituição Estadual.

Análise da Comissão do PASF: O Governo do Estado enviou para a Assembleia Legislativa, em 05/04/2017, a Mensagem do Poder Executivo nº. 8107, com proposta de Emenda Constitucional e da Proposição nº. 03/2017. O projeto prevê a extinção do FCE.

Status segundo Comissão do PASF: Em implementação.

Evidências: Mensagem do Poder Executivo nº. 8107, de Emenda Constitucional e da Proposição nº. 03/2017.

2.11 Gestão Governamental

Recomendação nº. 19: A Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social que avalie a possibilidade de direcionar recursos para a subfunção Informação e Inteligência, com o objetivo de ajudar na escolha das ações governamentais, de modo a otimizar os recursos públicos aplicados, e assim possibilitar uma melhoria nas estatísticas na área da segurança pública no Estado do Ceará.

Análise da Comissão do PASF: Nos últimos anos, o Estado tem investido um grande volume de recursos na área de Segurança Pública, tanto nas atividades operacionais,

quanto nas de inteligência. Em 2018, com o objetivo de realizar pesquisas, estudos, projetos estratégicos e análise criminal para o fortalecimento da formulação da política de segurança pública, o Estado criou a Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública – SUPESP, vinculada a SSPDS, nos termos da Lei nº 16.562, de 22 de maio de 2018 (DOE 23/05/2018). A SSPDS informou que, apesar de já haver destinado recursos a essas ações, somente a partir de 2019 foram criadas no orçamento ações específicas, classificadas na subfunção informação e inteligência. Assim, a partir de 2019 será possível identificar os valores destinados especificamente à área de Informação e Inteligência.

Status segundo Comissão do PASF: Em implementação.

Evidências: Lei nº 16.562, de 22 de maio de 2018 - DOE 23/05/2018.

Recomendação nº. 55: Avaliem a possibilidade de destinação de maiores investimentos para a subfunção Informação e Inteligência (função Segurança Pública), de modo a viabilizar a utilização da atividade de inteligência como instrumento de formulação de políticas públicas na área da Segurança Pública.

Análise da Comissão do PASF: Nos últimos anos, o Estado tem investido um grande volume de recursos na área de Segurança Pública, tanto nas atividades operacionais, quanto nas de inteligência. Em 2018, com o objetivo de realizar pesquisas, estudos, projetos estratégicos e análise criminal para o fortalecimento da formulação da política de segurança pública, o Estado criou a Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública – SUPESP, vinculada a SSPDS, nos termos da Lei nº 16.562, de 22 de maio de 2018 (DOE 23/05/2018). A SSPDS informou que, apesar de já haver destinado recursos a essas ações, somente a partir de 2019 foram criadas no orçamento ações específicas, classificadas na subfunção informação e inteligência. Assim, a partir de 2019 será possível identificar os valores destinados especificamente à área de Informação e Inteligência.

Status segundo Comissão do PASF: Em implementação.

Evidências: LOA 2019 (Lei nº. 16.795, 27 de dezembro de 2018).

Recomendação nº. 20: A Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social que busque se certificar de que a identificação dos crimes contra a mulher está seguindo o disposto na Lei Nº. 13.104, de 09 de março de 2015, a qual se reporta ao feminicídio.

Análise da Comissão do PASF: A SSPDS informou que o Sistema de Informações Policiais SIP3W passou a contemplar como Natureza do Fato, o Feminicídio, a partir de 28/04/2017, na modalidade de atentado e consumado, portanto, o referido Sistema se encontra em consonância com a Lei nº. 13.104/2015.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: Acesso ao Sistema de Informações Policiais SIP3W.

Recomendação nº. 21: Ao Poder Executivo, que envie esforços para promover a expansão e a melhoria dos serviços públicos de saneamento básico de forma efetiva. Com o objetivo de promover a expansão e a melhoria do setor de Saneamento Básico de forma efetiva, o Estado do Ceará, visando o cumprimento do Art. 252 da Constituição Estadual, o Governo do Estado estabeleceu diversas estratégias ao longo dos anos.

Análise da Comissão do PASF: Na linha de frente, ou seja, na **execução das obras e operação dos serviços**, destaca-se a Gerência de Projetos da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece), concessionária de 151 municípios do Estado, que é responsável por elaborar diversos projetos, tendo em vista as demandas municipais e estaduais, considerando as respectivas realidades locais e regionais, para a captação de recursos junto às entidades financiadoras, como o BNDES, Caixa Econômica, BID, BIRD, e as esferas governamentais.

Essa atuação replica-se no Governo do Estado, por meio da Secretaria das Cidades, na área finalística Coordenadoria de Saneamento (Cosan), que atualmente possui previsão de implantação de projetos no valor de R\$ 801.194.592,08, incluindo investimentos em Resíduos Sólidos, Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário.

A Secretaria das Cidades, por meio do Decreto Nº. 32.029, de 29 de agosto de 2016, criou a Célula de Água e Esgoto Rural para gerir a Política de Saneamento Rural, captando recursos, gerindo projetos em andamento, entre outros.

Neste ínterim, destaca-se o Projeto Águas do Sertão, cujo recurso captado é no valor aproximado de R\$262.500.000,00 prevendo investimentos em abastecimento de água e esgotamento sanitário. Além disso, já possuía uma célula específica para a gestão de projetos e recursos de água e esgoto, uma célula específica para resíduos sólidos e criou ainda uma célula específica para a implementação da Política Estadual de Saneamento.

Em 2016, a Política Estadual de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, estabelecida por meio da Lei Complementar nº.162/2016, instituiu o Fundo Estadual de Saneamento Básico (FESB), com o objetivo de captar recursos oriundos de multas do setor e reaplicar no setor, garantindo a efetividade dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. O referido fundo encontra-se em processo de implementação.

Além disso, outros órgãos do Estado têm atuado no setor de saneamento como a Secretaria de Turismo (Setur), que vem captando recursos junto a organismos internacionais com foco nas regiões turísticas do Estado, a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) que possui projetos de implantação de cisternas, Água para Todos, e sistemas de abastecimento de água e implantação de módulos sanitários, através do Projeto São José. O valor desses investimentos não foi contabilizado por falta de tempo hábil.

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), em parceria com diversos órgãos, como a Secretaria dos Recursos Hídricos (SRH), Cagece e a Secretaria das Cidades vêm negociando com o Banco Mundial investimentos em esgotamento sanitário para Região Metropolitana de Fortaleza e para o projeto Malha d'Água, que se trata de investimentos de abastecimento de água na região do Sertão Central através da utilização de grandes adutoras e dos principais reservatórios (açudes) da região.

A Secretaria das Cidades, tal como a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (Arce) e própria Cagece tem apoiado os municípios na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSBs), a fim de

possibilitar que esses entes também possam participar de seleções para captação de recursos para o setor, tendo em vista as restrições previstas pela Lei de Saneamento, referente à necessidade de um planejamento.

A Secretaria das Cidades, juntamente com a Cagece, também tem envidado esforços no sentido da elaboração de licitação de mais 9 (nove) projetos, a ser lançada até o início do primeiro semestre de 2019:

- 1) SES de Milagres.
- 2) Elaboração dos projetos do SES das Praias de Icarai, Iparana e Pacheco.
- 3) Elaboração dos projetos do SES de Cascavel.
- 4) Elaboração dos projetos do SES de Pacajus.
- 5) Elaboração dos projetos do SES de Caucaia.
- 6) Elaboração dos projetos do SES de Fortaleza - BACIAS CE10, CE11, CD4, CD5, ME1, ME2, ME3 e ME4.
- 7) Elaboração dos projetos do SES de Fortaleza - BACIAS SD9, SD10, SE3, SE4, SE5, SE6 e SE7.
- 8) Elaboração dos projetos do SAA de Pacajus.
- 9) SES de Brejo Santo (Quatro Baraúnas, Manoel Chico e Jatobá).

Além disso, a crise econômica afetou diversas obras, pois muitas empresas solicitaram rescisão de seus contratos, o que prejudicou cronogramas e execução orçamentária.

Status segundo Comissão do PASF: Em implementação.

Evidências: disponível no link <https://www.cidades.ce.gov.br/celula-de-agua-esgoto-e-drenagem-urbanos-caged/>

Recomendação nº. 34: A todas as Secretarias do Estado que se abstenham de contratar terceirizados para a realização de atividades inerentes a servidores públicos (atividade-fim), e

avaliem a necessidade de realização de concurso público, sob pena de ofensa ao art. 37, inciso II, CF/88.

Recomendação 63: A todas as Secretarias do Estado que utilizem a terceirização de mão de obra somente em se tratando de atividades acessórias (como apoio, limpeza e vigilância) e desde que não importe em substituição de servidores de carreira.

Recomendação 64: A todas as Secretarias do Estado que proíbam a indicação de nomes de profissionais para serem contratados por empresas fornecedoras de mão-de-obra terceirizada contratada pelo Poder Público.

Análise da Comissão do PASF: Em atendimento a tal recomendação a SEPLAG enviou, em 01 de fevereiro de 2018, o Ofício Circular nº. 13/2018-GAB-SEC, cujo teor trata da necessidade de observância aos órgãos e entidades destas recomendações, a saber: “que o Estado se abstenha de contratar terceirizados para realização de atividades inerentes a servidores públicos (atividade-fim), sob pena de ofensa ao art. 37, inciso II, da Constituição Federal; que utilize a contratação com exclusividade de mão-de-obra somente em se tratando de atividades acessórias como apoio, limpeza e vigilância) e desde que não importe em substituição de servidores de carreira; e que não sejam indicados nomes de profissionais a serem contratados por empresas fornecedoras de mão-de-obra terceirizada ao Poder Público Estadual.”

Além disso, a SEPLAG contratou uma empresa de consultoria para realizar o dimensionamento da força de trabalho do Poder Executivo do Estado do Ceará, cujos detalhes constam do Contrato nº. 002/2017, firmado entre esta Secretaria e Elogroup Desenvolvimento e Consultoria Ltda., resultante do Edital 2016/05477:

- Processo Viproce N°. 22134332016, contemplando os seguintes itens:
- Desenvolver metodologia de levantamento de informações para o planejamento da força de trabalho;
- Levantamento da força de trabalho atual, ideal e futura do Poder Executivo do Estado do Ceará;

- Desenvolvimento de instrumentos para planejamento e monitoramento do PIFT;
- Realizar capacitação e evento de sensibilização sobre o planejamento da força de trabalho.

Status segundo Comissão do PASF: Em implementação.

Evidências: Ofício Circular nº. 13/2018- GAB-SEC enviado pela SEPLAG, em 01 de fevereiro de 2018.

Recomendação nº. 35: Ao Poder Executivo que, para cada Programa de Governo, divulgue os critérios utilizados para a seleção dos municípios que receberão recursos mediante a celebração de Convênios, Acordos, Ajustes, Termos de Responsabilidade e outros instrumentos similares.

Análise da Comissão do PASF: Sobre a questão que se refere ao processo de transferência voluntária de recursos financeiros pelo Estado aos seus municípios, mediante a celebração de Convênios, Acordos, Ajustes, Termos de Responsabilidade e outros instrumentos similares, informa-se que, em geral, o processo de requerimento de verbas estaduais por parte de entidades municipais tem início na identificação por parte dos próprios municípios das necessidades existentes na sua comunidade. As áreas para as quais normalmente os recursos são demandados são: educação, saúde, esporte, saneamento, construção e recuperação de estradas, abastecimento de água, habitação e energia urbana e rural.

A partir da identificação das necessidades e priorização das ações reclamadas para a sua satisfação, o município verifica quais reivindicam uma execução por meio de ação conjunta com o Estado, mediante celebração de parceria, em função do interesse comum das partes no alcance dos objetivos de políticas públicas convergentes. Assim, é recomendável, que o gestor conheça os diversos programas estaduais estabelecidos, em especial as exigências, finalidades e condições de participação.

A proposta para obtenção de recurso estadual deve ser formalizada pelo município em projeto, contemplando as ações mais prioritárias e eficazes dentro de determinada área carente, devendo levar em consideração, entre outros aspectos, a compatibilidade com

a estrutura já existente na localidade, o impacto na comunidade, a relação custo-benefício, o valor do projeto e a disponibilidade de recursos próprios para arcar com a contrapartida.

Vale destacar que os programas governamentais para execução das políticas públicas do Governo do Estado são definidos em consonância com estudos do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE, os quais definem as áreas com maior carência de uma intervenção estatal mais premente.

Ademais, o Estado desde 2012 tem legislação própria sobre o processo de transferência de recursos financeiros por meio de convênios e congêneres, estando todo o arcabouço legal, inclusive modelos de documentos, disponíveis no site da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado, sendo ainda, o processo de execução financeira totalmente realizada e acompanhada por meio de ferramenta informatizada, conferindo maior gestão, segurança, controle e transparência ao processo.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida

Evidências: Informações no sítio da CGE (<http://www.cge.ce.gov.br/nova-legislacao-de-convenios>).

Recomendação nº. 51: Promovam a adaptação o Decreto Estadual nº. 32.112/2016 às diretrizes gerais da Lei nº. 11.303/16, fixando regras mais simples para regular as empresas estatais de menor porte, sem, contudo, deixar de seguir a principais inovações da Nova Lei das Estatais, sob pena de o Título I da lei passar vigor, no âmbito do Estado do Ceará, para disciplinar inclusive as empresas estatais de menor porte. Sugere-se a utilização, como parâmetro para a adaptação, do Decreto Federal nº. 8.945/2016.

Análise da Comissão do PASF: O Decreto n.º 32.112/2016 foi editado fixando regras próprias de governança aplicáveis às empresas estatais de pequeno porte, na conformidade com o § 3º, do art. 1º, da Lei Federal n.º 13.303/2016, o qual atribui aos Poderes Executivos competência para estabelecer normas específicas de governança para as empresas que estejam neste patamar, sob pena de sujeição delas ao disposto na legislação federal. Em 2018 o Estado alterou o Decreto Estadual nº. 32.112/2016 por

meio do Decreto Estadual nº. 32.722/2018, publicado no DOE em 29 de junho de 2018, com o objetivo de estabelecer regras destinadas à disciplina da atividade e da indicação dos administradores das empresas estatais com receita bruta operacional, em conjunto com suas subsidiárias, no exercício social anterior, inferior a R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais), inclusive quanto aos requisitos para a nomeação de gestores. Além disso, foi regulamentada a fase externa dos procedimentos licitatórios relacionados ao estatuto jurídico da Empresa Pública, da Sociedade de Economia Mista e de suas subsidiárias através do Decreto Estadual nº. 32.718/2018, publicado no DOE em 15 de julho de 2018.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: Decreto Estadual nº. 32.722/2018, publicado no DOE em 29 de junho de 2018 e Decreto Estadual nº. 32.718/2018, publicado no DOE em 15 de julho de 2018.

Recomendação nº. 56: À Administração Pública Estadual que envide esforços no sentido de dar fiel cumprimento às diretrizes do art. 3º da Lei de Licitações no que toca às chamadas “licitações sustentáveis”, de modo a elaborar marco regulatório estadual visando à sua implantação e utilização.

Análise da Comissão do PASF: Sobre a matéria, informa-se que a SEPLAG desenvolveu o “Projeto de Melhoria do Catálogo de Bens, Materiais e Serviços”, no âmbito do Programa para Resultados (PforR Ceará), tendo como um dos produtos o “Relatório e apresentação de modelo (critérios) de classificação e especificação de itens que atendam a padrões de sustentabilidade”.

No referido relatório são indicados critérios de sustentabilidade nas compras públicas, abordando setores-chave de bens, materiais e serviços, e, ainda, a aplicabilidade de tais critérios no Catálogo de Itens do Estado. Há previsão, ainda, de constituição de uma “comissão de vinculação de sustentabilidade”, de caráter permanente, para avaliação, investigação e identificação de itens que atendam aos critérios de sustentabilidade definidos no modelo.

Status segundo Comissão do PASF: Em implementação.

Evidências: Portal de Compras do Governo do Estado (<http://www.portalcompras.ce.gov.br/index.php/melhoriadocatalogo>).

Recomendação nº. 57: À Secretaria do Planejamento e Gestão que inclua no Orçamento Fiscal do Estado, em observância o disposto na Portaria STN nº. 589/2001, as empresas Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S/A – ADECE e Companhia Cearense de Transp. Metropolitanos – METROFOR, por caracterizarem-se como Empresas Estatais Dependentes, nos termos do art. 2º, Inciso III da LRF e Resolução nº. 43 do Senado Federal.

Análise da Comissão do PASF: No tocante à ADECE, a Tabela 2, apresenta números das demonstrações de resultados da ADECE nos últimos cinco anos, onde se pode constatar que nos três últimos anos se obteve resultados positivos, ou seja, suas receitas estão maiores que suas despesas. Com isso, o último aumento de capital do governo do Estado para a ADECE ocorreu em 2014. Além disso, na análise do relatório técnico do TCE/CE referente a Empresas Dependentes sob a ótica da Lei de Responsabilidade Fiscal, do exercício de 2016, não foi feita nenhuma menção da ADECE como dependente.

Segundo o inciso II, Art. 2º da Resolução nº. 43 do Senado Federal, considera-se:

“II - empresa estatal dependente: empresa controlada pelo Estado, pelo Distrito Federal ou pelo Município que tenha, no exercício anterior, recebido recursos financeiros de seu controlador, destinados ao pagamento de despesas com pessoal, de custeio em geral ou de capital, excluídos, neste último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária, e tenha, no exercício corrente, autorização orçamentária para recebimento de recursos financeiros com idêntica finalidade;”

Assim, como o último ano que ocorreu o aumento de capital do Estado do Ceará para a ADECE foi em 2014 e que atualmente suas receitas são suficientes para cobrirem suas despesas, conforme a Tabela 3, entende-se que a ADECE não se caracteriza como uma empresa estatal dependente.

Tabela 3: Demonstração de resultado do exercício da ADECE

RS 1,00

Descrição	ANO 2014	ANO 2015	ANO 2016	ANO 2017	ANO 2018
RECEITA BRUTA	14.035.732,00	13.955.902,00	16.419.389,00	17.223.462,00	20.067.437,00
(-) DEDUÇÕES	- 1.370.424,00	- 1.290.276,00	-	-	-
RECEITA LÍQUIDA	12.665.308,00	12.665.626,00	16.419.389,00	17.223.462,00	20.067.437,00
(-) CUSTO DE VENDA	- 6.046.753,00	- 4.579.542,00	- 2.310.661,00	- 146.763,00	- 4.405.606,00
(=) LUCRO BRUTO	6.618.555,00	8.086.084,00	14.108.728,00	17.076.699,00	15.661.831,00
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	- 9.431.150,00	- 9.170.035,00	- 11.164.928,00	- 12.918.517,00	- 14.025.383,00
(+) RECEITAS OPERACIONAIS	887.246,00	-	2.122.994,00	1.890.260,00	-
(=) RESULTADO OPERACIONAL	- 1.925.349,00	- 1.083.951,00	5.066.794,00	6.048.442,00	1.636.448,00
(-) DESPESAS FINANCEIRAS	- 7.278,00	- 44.728,00	- 13.995,00	- 13.925,00	- 6.743,00
(+) RECEITAS FINANCEIRAS	1.187.906,00	1.984.324,00	1.409.984,00	1.316.191,00	665.592,00
(-) PROVISÕES	-	- 158.424,00	- 1.231.946,00	- 1.323.416,00	- 537.223,00
(=) RESULTADO DO EXERCÍCIO	- 744.721,00	697.221,00	5.230.837,00	6.027.292,00	1.758.074,00

Fonte: Balanço Geral do Estado/SEFAZ

Quanto ao METROFOR, o Governo do Estado tem desenvolvido esforços para estimular a utilização de transporte público coletivo, em detrimento do transporte individual. Por outro lado, o custo de operação desse tipo de transporte enseja o estabelecimento de tarifa em valores, via de regra, não suportáveis pela população, requerendo do poder público a concessão de subsídios para redução a patamares módicos e razoáveis, da tarifa cobrada dos usuários.

Por este motivo, está em tramitação no âmbito do Poder Executivo, inclusive com apreciação da Procuradoria Geral do Estado, minuta de Projeto de Lei cujo texto prevê o repasse de subsídio tarifário pelo Estado ao METROFOR. A finalidade é garantir o pagamento de passagens no serviço de transporte metroviário estadual em patamar compatível com a condição social de grande parte da população cearense.

A autorização de concessão de subsídio para a redução da tarifa cobrada aos usuários desses serviços, correspondente à diferença de valores entre a tarifa técnica e a tarifa a ser efetivamente cobrada a esses usuários e mostra-se imprescindível para a preservação da razoabilidade e da modicidade tarifária. Nesse sentido o Governo pretende adotar uma política de subsídios no setor metroferroviário, especificamente no que tange à tarifa cobrada dos usuários.

Após a efetivação dessa medida, o Estado se propõe a transferir recursos por meio da Secretaria de Infraestrutura - SEINFRA para a Companhia Cearense de Transporte Metropolitano – METROFOR. O valor deverá ser correspondente à complementação

do valor que o METROFOR deixa de cobrar dos usuários (diferença entre a tarifa técnica e o valor efetivamente cobrado) em função da política de governo de garantir uma tarifa mais acessível, condizente com a capacidade de pagamento da população usuária dos serviços.

Nesses termos, os valores recebidos pelo METROFOR, via subsídio de tarifa, serão função direta do número de passageiros transportados, correspondendo assim, na sua essência, à sua receita operacional. Portanto, será uma contra-prestação pelos serviços de transporte prestados à população usuária, e não um auxílio ou ajuda financeira concedida pelo Estado à Companhia. Efetivamente, o beneficiário final do subsídio é a população que deixa de pagar determinado valor pelo transporte. Para o METROFOR, a Companhia está apenas deixando de receber parte do valor do serviço do usuário final, para receber do Estado, que decidiu assumir esse ônus, em função da implementação de uma política pública.

Assim, feitas as considerações acima, resta evidenciada a real ambiência em que está inserido o METROFOR, revelando uma situação que lhe permite gerar receitas para a sua sustentabilidade financeira, a partir de suas operações, não dependendo, por conseguinte, de repasses do ente controlador para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, nos termos do art. 2º, Inciso III da LRF.

Isto posto, espera-se restar evidenciado, que o METROFOR não se enquadra na situação de empresa dependente, nos termos do art. 2º, Inciso III da LRF.

Status segundo Comissão do PASF: Em relação ao METROFOR em implementação e para a ADECE dissensão de opinião.

Evidências: Nos últimos anos, as Demonstrações de Resultados da ADECE evidenciam sua não dependência de recursos do Tesouro Estadual.

Recomendação nº. 58: À Secretaria do Planejamento e Gestão que dê prosseguimento aos trabalhos de reavaliação dos bens móveis e imóveis do Estado e aperfeiçoe os sistemas de controle desses bens de forma a atender aos novos padrões da contabilidade aplicada ao setor público, a fim de evidenciar o valor real do patrimônio do Estado.

Análise da Comissão do PASF: O Sistema de Patrimônio atual, qual seja, o Sistema de Gestão de Bens Imóveis - Versão SGBI 3 contempla em seu banco de dados os imóveis estaduais avaliados em decorrência do trabalho de avaliação de imóveis realizado pelo Governo do Estado nos anos de 2013 e 2014, por intermédio da SEPLAG. Cumpre registrar, ainda, que o SGBI 3 não possui mais situações com imóveis cadastrados com valor de R\$ 1,00, situação inexistente na versão vigente, permanecendo, apenas, os imóveis com valor R\$0,00, em razão de não terem sido efetivamente encontrados ou por problemas constatados que impossibilitaram suas respectivas valorações naquela oportunidade (realização do trabalho – 2013-2014), no entanto, todos possuem laudo de justificativa anexado a todos eles. Relativamente à situação de imóveis com valor R\$ 0,00 no SGBI 3, há de se registrar que a SEPLAG está com um trabalho de avaliação de imóveis em curso com o objetivo de equacionar a sobredita situação. Impende salientar, por pertinente, que o SGBI 3 encontra-se em consonância com as regras consignadas no Decreto n°. 31.340/2013, porquanto expressa em suas avaliações financeiras as respectivas depreciações. Por fim, a SEPLAG informa logo abaixo alguns números que refletem o momento atual retratado pela Versão Atual do Sistema de Patrimônio - SGBI 3, a conhecer:

- Total de Imóveis SGBI 3: 6.322 (Seis mil trezentos e vinte e dois);
- Imóveis cadastrados no SGBI 3 a R\$ 1,00 (um real): 0;
- Imóveis registrados no SGBI 3 com valor 0,00 (zero): Aproximadamente 12,35% do total (em torno de 780 imóveis).

Com relação aos bens móveis o sistema patrimonial atual SIGA/SGBM, controla os materiais de consumo e materiais permanentes dos órgãos e entidades que compõem o poder executivo estadual, integra-se com outros sistemas tais como: Catálogo de Bens Materiais e Serviços, Certificado de Registro Cadastral - CRC (Cadastro de Fornecedores), Sistemas de Compras Eletrônicas e Sistema de Controle de Estruturas Organizacionais (ESOCIAL) de forma que esse controle seja exercido desde a aquisição do material até a sua alocação na unidade administrativa de cada órgão e entidade usuária do sistema.

O módulo de bens móveis do referido sistema denominado SGBM, encontra-se em processo de implementação devido à necessidade de reconhecimento e mensuração do patrimônio móvel o que requer inventários, cadastramento e avaliação do patrimônio, trabalho que está sendo efetuado internamente por cada órgão que compõe a estrutura de governo, seguindo as orientações do Decreto 31.340/2013.

A Coordenação de Patrimônio (COPAT) da SEPLAG executa sistematicamente treinamentos periódicos relativos à gestão patrimonial e o uso do sistema em parceria com a Escola de Gestão Pública. Em 2018 foram ministrados os seguintes cursos:

- Gestão de Logística e Patrimônio - 40 horas aula: 19 de fevereiro a 02 de março; 07 a 18 de maio e 30 de Julho a 10 de agosto.
- Implantação e operação do sistema SIGA/SGBM 24 horas aula: 17 a 19 de setembro (manhã e tarde); 19 a 21 de novembro (manhã e tarde).

Além do treinamento acompanha sistematicamente os órgãos e entidades por intermédio de reuniões periódicas (previamente agendadas) orientando procedimentos conforme situações atípicas encontradas durante a execução dos trabalhos.

Status segundo Comissão do PASF: Em implementação.

Evidências: Os sistemas corporativos SGBI e SIGA/SGBM e Ofício Circular nº29/2017 – GABSEC, enviado pela SEPLAG em de 18/04/2017.

Recomendação nº. 59: Ao Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social que observe, quando da utilização dos recursos do FECOP, a proporcionalidade da distribuição da pobreza por macrorregião, a fim de abranger um maior quantitativo de pessoas pobres.

Análise da Comissão do PASF: Sobre esta recomendação cumpre considerar que os recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, aplicados por região, guardam coerência com a distribuição da população em situação de pobreza no Estado do Ceará. Se observarmos as informações produzidas no Censo de 2010, tem-se que o Estado do Ceará possui 8.452.381 habitantes. Destes, 4.479.349 possuem renda domiciliar per capita inferior a meio salário mínimo, ou seja, mais da metade da

população cearense (53%). A Região Metropolitana de Fortaleza – RMF, embora apresente a menor proporção de pessoas nestas condições (38,75%), concentra o maior número de pobres do Estado, (31,28%). No exercício de 2018, o Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria do Planejamento – SEPLAG, e do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE, concluiu os estudos relativos à elaboração e implantação do Plano Estadual de Combate à Pobreza, ora dependendo de aprovação por parte do Sr. Governador do Estado do Ceará, a ser posteriormente instituído como instrumento estratégico, capaz de priorizar a realização de ações mais direcionadas, e, bem assim, corrigir eventuais distorções, acaso existentes.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: Execução orçamentária por região no SIOF-SEPLAG (http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta//Paginas/frm_consulta_execucao.aspx)

Recomendação nº. 67: Ao Poder Executivo, que adote procedimentos no sentido de, ultimar ou revogar, os atos relativos aos processos de extinção da COHAB e da CODECE.

Análise da Comissão do PASF: No caso da COHAB, o Tribunal de Contas do Estado formalizou uma representação para que fossem apresentadas justificativas e esclarecimentos sobre a demora na conclusão do processo de liquidação da referida Companhia. Tais esclarecimentos foram apresentados e aceitos por este Tribunal, resultando em determinação, conforme consta no OF. 05490/2018 - GAB. PRES., o qual encaminha cópia da RESOLUÇÃO Nº. 3491/2018 referente ao Processo nº. 02891/2016-9. A referida Determinação consta no item 2 do Relatório-Voto do Processo nº. 02891/2016-9, a qual segue transcrita a seguir:

" 2) sejam expedidas as seguintes determinações ao atual gestor liquidante da Cohab:

2.1) mantenha as ações que corroboram para o encerramento do processo de liquidação da COHAB, acompanhem as ações que não estão sob sua gerência, no sentido de efetivar a programação para a liquidação da Companhia, bem como, acompanhem todas as intercorrências que possam interferir na gestão deste processo;"

Tal determinação é resultante, dentre outros, do que constatou o TCE sobre as informações apresentadas pela gestora liquidante e pelo levantamento realizado pelo gabinete do Relator do Processo, verificando-se uma alteração dos fatores que geraram a mencionada Representação, conforme consta na página 7 do Relatório-Voto. Foram verificadas as seguintes situações:

"1) O gestor liquidante da Cohab demonstrou que vem implementando medidas para concluir a liquidação da companhia como digitalização de documentos, otimização das emissões de escrituras, redução do número de processos judiciais e regularização fundiária de conjuntos habitacionais;

2) A dívida junto à União foi assumida pelo Governo do Estado do Ceará, que vem efetivamente realizando os pagamentos e diminuindo o montante da dívida a longo prazo, com prazo final para quitação até 2022;

3) Além do pagamento da dívida, outras ações precisam ser desenvolvidas para a conclusão dos trabalhos de liquidação como: 1) concluir a depuração dos 45.735 créditos hipotecários alienados pelo Estado do Ceará à Caixa Econômica; 2) elaborar escrituras definitivas dos 49.580 imóveis vendidos aos mutuários, através de financiamentos junto ao BNH; 3) dar suporte à Seplag na administração e destinação dos prédios comunitários; 4) concluir a regularização fundiária dos conjuntos habitacionais erigidos em regime de mutirão e 5) acompanhamento jurídico das ações judiciais contra a Cohab;

4) para algumas das ações acima dispostas foi feita uma estimativa de prazo para sua conclusão, contudo para outras, como a regularização fundiária, que depende de aprovação de projeto urbanísticos pelos municípios e emissão de títulos de propriedades e a emissão das escrituras, que depende de documentação a ser apresentada pelos mutuários; não há um prazo estimado para conclusão, pois dependem de fatores alheios à ingerência do gestor liquidante da Cohab."

No caso da Companhia de Desenvolvimento do Ceará - CODECE, considerando a decisão governamental de reinserção efetiva desta companhia e de suas atividades, foi enviada à Assembleia Legislativa Mensagem (nº. 8.289/2018) e Projeto de Lei (protocolados em 21/06/2018), propondo a modificação do escopo de atuação da CODECE, adequando essa sociedade empresária de economia mista as mais modernas práticas de governança corporativa e aos objetivos do Estado do Ceará, notadamente

no fomento aos micro e pequenos negócios. No referido Projeto consta em seu art. 9º, a expressa menção à revogação do art. 1º, III, da Lei Estadual nº. 12.782/1997, que autorizou a extinção desta Companhia. Contudo, o referido projeto de lei ainda não foi para o plenário e se transformado em Lei. Contudo, quando o governo publicou em 27 de dezembro de 2018, a Lei nº. 16.710, que contempla o modelo de gestão do Poder Executivo, alterando a estrutura da administração estadual, a CODECE foi citada como parte dessa estrutura, conforme o Inciso II, Item 4.7.2 do Art. 6º e o Inciso VIII do Art.49º, respectivamente.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: Para a COHAB o OF. 05490/2018 - GAB. PRES., o qual encaminha cópia da RESOLUÇÃO Nº. 3491/2018 referente ao Processo nº. 02891/2016-9. No caso da CODECE foi enviada à Assembleia Legislativa Mensagem nº. 8.289/2018 (https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/proposicoes/ver.php?nome=29_legislatura&tab_ela=projeto_mens&codigo=455).

2.12 Dívida Ativa

Recomendação nº. 37: À Secretaria da Fazenda e à Procuradoria Geral do Estado, que incluam um componente referente à efetiva arrecadação na metodologia de cálculo do ajuste de perdas, baseado no percentual de recuperação efetivamente alcançado pela procuradoria, para cada tipo de crédito, de forma que o demonstrativo reflita melhor a real situação patrimonial do Estado.

Análise da Comissão do PASF: No MCASP não especifica uma metodologia para o cálculo do ajuste para perdas, deixando a critério de cada ente da federação. A exigência é que a metodologia e a memória de cálculo sejam divulgadas em Notas Explicativas.

A Provisão de Perdas foi calculado para o exercício de 2017. Neste exercício a Procuradoria Geral do Estado - PGE elegeu como critério o prazo prescricional de débitos. No próprio relatório do Balanço do Estado, a PGE ainda informou que manterá permanente estudo com o objetivo de aprimorar a metodologia de apuração.

A metodologia utilizada para ajuste de perdas no BGE foi divulgada em Notas Explicativas.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: Notas Explicativas do Balanço Geral do Estado de 2017.

Recomendação nº. 50: Avaliem, além do prazo prescricional, outros critérios relacionados aos créditos (existência de garantias ou de parcelamentos em relação ao crédito inscrito) e aos devedores (histórico do devedor, situação fiscal e empresarial do contribuinte, capacidade de pagamento), de modo que o valor registrado como dívida ativa líquida reflita a real situação patrimonial do Estado.

Análise da Comissão do PASF: Em atenção à recomendação supra, em 2017 foram iniciados os estudos sobre os critérios para o Ajuste de Perdas de Créditos a Receber da Dívida Ativa. Conquanto essa avaliação ainda seja incipiente, progrediu-se na fixação de parâmetro para a determinação de um resultado, tendo-se concluído, neste primeiro exame, que se poderia eleger, como critério para a provisão de perdas, o prazo prescricional. Assim, débitos que, por seus dados cadastrais, insinuam a consumação prescrição, serão contados como perda provável. Registre-se que a Procuradoria-Geral do Estado manterá permanente estudo com o objetivo de aprimorar a metodologia de apuração e a definição de novos critérios para a indicação da provisão de perdas.

Status segundo Comissão do PASF: Em implantação

Evidências: Balanço Geral do Estado do exercício de 2017

Recomendação nº. 62: À Administração Pública Estadual, em conjunto com Sefaz, Seplag, CGE e PGE, que elabore um critério de avaliação para o Ajuste de Perdas de Créditos a Receber da Dívida Ativa, em atendimento ao princípio contábil da prudência, e em razão da vultuosidade do valor envolvido.

Análise da Comissão do PASF: Os critérios para o Ajuste de Perdas de Créditos a Receber da Dívida Ativa estão em avaliação pelo Governo. A Procuradoria-Geral do

Estado com a Secretaria da Fazenda estão realizando estudos com o objetivo de aprimorar a metodologia de apuração e a definição de novos critérios para a indicação da provisão de perdas da Dívida Ativa.

Status segundo Comissão do PASF: Em implementação.

Evidências: N/A

Recomendação nº. 68: Ao Poder Executivo, que adote procedimentos no sentido de intensificar a cobrança da dívida ativa com vistas a elevar o percentual de recuperação destes direitos.

Análise da Comissão do PASF: Criação do Centro Interinstitucional de Recuperação de Ativos do Estado do Ceará (CIRA). Organismo unirá a PGE, MP, SEFAZ e TJ (Vara de Crimes contra a Ordem Tributária) contra a sonegação e outros crimes do gênero. Lei de criação da CEARAPAR sob responsabilidade da SEFAZ para atuar na securitização da dívida.

Status segundo Comissão do PASF: Em implementação.

Evidências: Criação do Centro Interinstitucional de Recuperação de Ativos do Estado do Ceará (CIRA); CEARAPAR, Lei Nº16.698, de 14/12/18 (D.O. 17/12/18).

3 EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

Na análise dos principais programas incluídos no orçamento anual de 2018, verificou-se os aspectos relacionados ao perfil da execução orçamentária por Eixo, Tema, principais Programas e suas Metas Prioritárias.

3.1 Alocação de Recursos do PPA – 2016-2019

A Lei nº 15.929, de 29 de dezembro de 2015, revisada pela Lei nº. 16.450, de 14 de dezembro de 2017, dispõe sobre o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, em cumprimento ao que preconiza a Constituição Federal, no §1º do Artigo 165, e a Constituição do Estado do Ceará, no §1º do Artigo 203.

O PPA 2016-2019, apoia-se em três dimensões e sete Eixos Estratégicos (7 Cearás):

- Dimensão Estratégica
- Dimensão Tática
- Dimensão Operacional

Eixos Estratégicos (7 Cearás):

- Ceará da Gestão Democrática por Resultados
- Ceará Acolhedor
- Ceará de Oportunidades
- Ceará Sustentável
- Ceará do Conhecimento
- Ceará Saudável
- Ceará Pacífico

O documento do PPA 2016-2019 é composto por cinco anexos, com informações sobre as destinações dos recursos:

- ✓ Anexo I – Demonstrativo de Temas Estratégicos e Programas
- ✓ Anexo II – Demonstrativo Consolidado dos Programas por Eixo e Tema
- ✓ Anexo III – Demonstrativo de Programas por Região de Planejamento
- ✓ Anexo IV – Demonstrativo de Diretrizes Regionais e Programas
- ✓ Anexo V – Agendas Transversais

Na Dimensão Estratégica se encontram os sete eixos identificados como “7 Cearás”. Os Programas de Governo fazem parte da Dimensão Tática, e as Ações Orçamentárias na Dimensão Operacional, visualizadas mais especificamente na LOA.

Cada Eixo foi construído de modo a priorizar temas estratégicos, sendo representados pelas diversas áreas de atuação do governo na implementação das políticas públicas. A base estratégica do PPA 2016-2019 é definida a partir do Eixo Governamental de Atuação Intersetorial, que representa o elemento de planejamento que organiza a atuação governamental, de forma integrada, articulada e sistêmica, com o propósito de atender à complexidade da missão de tornar o Ceará um Estado com desenvolvimento sustentável e qualidade de vida.

O Tema Estratégico consiste em desdobramento do Eixo, sendo representado pelas diversas áreas de atuação do governo, na implementação das políticas públicas. Estes Temas podem ser classificados em Setorial ou Intersetorial, conforme o envolvimento de uma ou mais setoriais na concretização de seus programas.

Tanto os Eixos, quanto os temas estratégicos possuem os seguintes elementos:

- Resultados: declaram os efeitos de curto e de médio prazos dos programas sobre a melhoria dos indicadores econômicos e sociais; e
- Indicadores: instrumentos que permitem aferir o desempenho do PPA no âmbito de cada eixo e tema, o que gera subsídios para seu monitoramento e avaliação a partir da observação do comportamento de uma determinada realidade ao longo do período do Plano.

Os Programas são instrumentos de organização da ação governamental visando ao alcance dos resultados desejados, tanto no nível dos temas, quanto dos eixos. Os programas visam solucionar ou amenizar problemas, atender demandas ou criar/aproveitar oportunidades de desenvolvimento para a população cearense e devem ter a abrangência necessária para representar os desafios, a territorialidade e permitir o monitoramento e a avaliação. Podem ser classificados em: Finalísticos, Administrativos ou Especiais.

A Tabela 4 apresenta a divisão dos recursos destinados aos 7 Eixos do PPA 2016-2019, assim como a execução orçamentária dos Eixos no exercício de 2018:

Tabela 4 - Percentual de recursos a serem gastos por Eixo no período do PPA 2016-2019

EIXOS	PARTICIPAÇÃO DOS EIXOS NO PPA 2016-2019	EXECUÇÃO DOS EIXOS EM 2018
CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS	67,84%	63,08%
CEARÁ DO CONHECIMENTO	5,06%	11,57%
CEARÁ SAUDÁVEL	11,61%	11,71%
CEARÁ DE OPORTUNIDADES	9,11%	7,38%
CEARÁ SUSTENTÁVEL	2,81%	1,72%
CEARÁ PACÍFICO	1,90%	3,15%
CEARÁ ACOLHEDOR	1,67%	1,40%
TOTAL	100,00%	100,00%

FONTE: SIOF-SEPLAG e S2GPR-SEFAZ

O Eixo Ceará da Gestão Democrática por Resultados recebeu o maior volume de recursos no PPA revisado 2016-2019, totalizando 67,84%. O objetivo do Eixo é buscar o crescimento constante, o equilíbrio financeiro, fiscal e orçamentário e a redução persistente das desigualdades. Em 2018 a execução se alinhou com o planejamento do PPA para esse Eixo com 63,08% do total de despesas executadas. O objetivo, para alcançar o resultado estratégico esperado, é que os serviços públicos estaduais sejam planejados e geridos de forma eficiente, eficaz e efetiva, e que as atenções sejam direcionadas às necessidades dos cidadãos, referenciadas na transparência e no equilíbrio fiscal.

O Eixo Ceará do Conhecimento ficou com 11,57% do volume de recursos do PPA revisado 2016-2019 e terminou 2018 com 11,57% dos recursos totais empenhados. Caracteriza-se por prover os alicerces da construção de uma sociedade esclarecida, nos quais se sustentam os pilares de uma economia mais avançada, numa especial estratégia de estímulo a um salto de qualidade no perfil socioeconômico do Ceará. Ergue-se neste eixo a determinação de proporcionar à população uma formação integral de qualidade com ênfase na equidade e protagonismo na inovação - uma revolução na política de desenvolvimento econômico e social, na democratização da produção científica e tecnológica, da educação superior, da cultura para todas as classes e camadas sociais.

Logo a seguir, o Ceará Saudável, com 11,61% dos recursos do PPA revisado 2016-2019 e 11,71% dos recursos totais empenhados em 2018, enfatiza pressupostos da cidadania, garantia de direitos, promoção da saúde, fortalecimento das ações comunitárias, criação de ambientes

favoráveis, do desenvolvimento de habilidades pessoais e mudança de estilos de vida. Com isso, busca favorecer a vigência de um Estado que fomenta a cultura de paz e compreende ações articuladas e compartilhadas no espectro das políticas públicas de saúde, esporte e lazer, saneamento básico, educação, habitação, e programas relacionados.

Com 9,11% do volume de recursos previstos 2016-2019 e 7,38% do total empenhado em 2018, o Eixo Ceará de Oportunidades se delinea na integração dos temas representativos dos fundamentos de sustentação econômica do desenvolvimento, os quais respondem aos desafios da economia estadual mediante duas formulações de inspiração estratégica: fomento ao crescimento econômico com desenvolvimento territorial; e geração e reprodução do emprego, trabalho emancipado, renda e riqueza.

O Eixo Ceará Sustentável, com 2,81% do volume de recursos do PPA 2016-2019 e 2019 e 1,72% dos recursos totais empenhados em 2018, valoriza em abrangência e contempla a implementação de uma Política Ambiental pautada na preservação e utilização econômica criativa dos recursos naturais.

O Eixo Ceará Pacífico, com 1,90% do volume de recursos do PPA 2016-2019 e 2019 e 3,15% dos recursos empenhados em 2018, visa uma Sociedade Justa, Solidária e Pacífica, ancorada na compreensão do direito universal à proteção, amparo, defesa e justiça, na qual o Estado, protagonista e fiador desses direitos, conta com a participação da sociedade, como coadjuvante na conquista de uma cultura de paz. Neste eixo, não há fronteiras restritivas aos esforços que visam assegurar a toda a sociedade, de forma ampla, qualificada e igualitária, a efetiva segurança cidadã e a justiça dignas de um Estado que aspira a um novo padrão civilizatório.

O Eixo Ceará Acolhedor com 1,67% do volume de recursos do PPA 2016-2019 e 2019 e 1,40% dos recursos empenhados, em 2018, sustenta-se no respeito à pluralidade e à liberdade individual de escolhas, bem como no respeito aos direitos humanos. Almeja assegurar a inclusão das pessoas, priorizando a prevenção e o combate à vulnerabilidade social.

3.2 Execução Orçamentária dos Eixos, Tema e Programas de Governo

Dentro dos Eixos são dispostos vários temas e programas com seus respectivos orçamentos e execuções. Objetiva-se que a execução se realize mais próximo possível do

planejado, pois o sucesso das políticas públicas depende da soma do trabalho e recursos disponíveis para sua execução.

3.2.1. Recursos Aplicados por Eixo em relação à distribuição prevista no orçamento de 2018

Conforme a Tabela 5, no exercício de 2018, os recursos orçamentários previstos para o Estado do Ceará totalizaram um montante de R\$ 28.125.405 mil, que foram distribuídos nos Eixos da seguinte forma:

Tabela 5 - Recursos autorizados e empenhados por Eixo e Tema

(R\$ 1.000)

EIXOS E TEMAS	2018				
	VALOR AUTORIZADO (RS)	VALOR EMPENHADO (RS)	PERCENTUAL EMPENHADO (%)	PARTICIPAÇÃO NO PRÓPRIO EIXO (%)	PARTICIPAÇÃO NO ORÇAMENTO TOTAL (%)
EIXO CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS	16.636.496	16.003.044	96,19%	100,00%	63,08%
ADMINISTRAÇÃO GERAL	16.268.281	15.670.723	96,33%	97,92%	61,77%
PLANEJAMENTO E GESTÃO	230.910	207.274	89,76%	1,30%	0,82%
TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL	87.365	84.478	96,70%	0,53%	0,33%
GESTÃO FISCAL	49.940	40.569	81,23%	0,25%	0,16%
EIXO CEARÁ SAUDÁVEL	3.299.834	2.971.049	90,04%	100,00%	11,71%
SAÚDE	2.918.618	2.755.807	94,42%	92,76%	10,86%
SANEAMENTO BÁSICO	297.313	140.514	47,26%	4,73%	0,55%
ESPORTE E LAZER	83.903	74.727	89,06%	2,52%	0,29%
EIXO CEARÁ DO CONHECIMENTO	3.172.946	2.935.773	92,53%	100,00%	11,57%
EDUCAÇÃO BÁSICA	2.154.727	2.048.995	95,09%	69,79%	8,08%
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	618.787	580.490	93,81%	19,77%	2,29%
ENSINO SUPERIOR	119.941	105.364	87,85%	3,59%	0,42%
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	153.764	101.241	65,84%	3,45%	0,40%
CULTURA	125.728	99.682	79,28%	3,40%	0,39%
EIXO CEARÁ DE OPORTUNIDADES	2.974.094	1.871.500	62,93%	100,00%	7,38%
INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE	2.239.123	1.263.808	56,44%	67,53%	4,98%
TRABALHO E RENDA	262.539	209.887	79,95%	11,21%	0,83%
TURISMO	232.142	184.810	79,61%	9,87%	0,73%
AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO	115.892	106.756	92,12%	5,70%	0,42%
REQUALIFICAÇÃO URBANA	70.284	59.829	85,12%	3,20%	0,24%
INDÚSTRIA	32.553	27.705	85,11%	1,48%	0,11%
SERVIÇOS	12.842	12.842	100,00%	0,69%	0,05%
PESCA E AQUICULTURA	4.851	4.247	87,54%	0,23%	0,02%
EMPREENDEDORISMO	3.869	1.616	41,77%	0,09%	0,01%
EIXO CEARÁ PACÍFICO	897.737	798.351	88,93%	100,00%	3,15%
SEGURANÇA PÚBLICA	484.783	457.581	94,39%	57,32%	1,80%
JUSTIÇA E CIDADANIA	402.491	331.531	82,37%	41,53%	1,31%
POLÍTICA SOBRE DROGAS	10.463	9.238	88,29%	1,16%	0,04%
EIXO CEARÁ SUSTENTÁVEL	677.305	436.866	64,50%	100,00%	1,72%
RECURSOS HÍDRICOS	421.950	288.417	68,35%	66,02%	1,14%
MEIO AMBIENTE	246.758	141.652	57,41%	32,42%	0,56%
ENERGIA	8.597	6.797	79,06%	1,56%	0,03%
EIXO CEARÁ ACOLHEDOR	466.993	354.823	75,98%	100,00%	1,40%
INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	177.443	148.088	83,46%	41,74%	0,58%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	182.604	128.981	70,63%	36,35%	0,51%
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	67.621	56.979	84,26%	16,06%	0,22%
HABITAÇÃO	39.325	20.775	52,83%	5,85%	0,08%
TOTAL	28.125.405	25.371.405	90,21%	100,00%	100,00%

FONTE: S2GPR-SEFAZ

Observa-se que houve execução orçamentária de 90,21% da previsão para o ano de 2018. E no ano de 2017 houve execução de 85,84% do valor previsto.

Executaram acima de 90% do orçamento previsto para o ano os eixos Ceará da Gestão Democrática por Resultados, Ceará Saudável e Ceará do Conhecimento. Os eixos Ceará Acolhedor, Ceará Sustentável e Ceará de Oportunidades obtiveram reduzida execução orçamentária em relação ao total, com respectivos 75,98%, 64,50% e 62,93%.

Os Eixos Ceará do Conhecimento e Ceará Saudável se equivalem tanto em participação no valor total empenhado (em torno de 11,50%) quanto percentual empenhado de seu orçamento (em torno de 91%).

Os 7 Eixos em 2018 foram divididos em 30 Temas e 78 Programas. Por se referir a atividade meio, sem produto atrelado ao seu resultado, o tema Administração Geral e seus respectivos Programas foram excluídos da Tabela 6 para efeito de análise, conforme a seguir.

Tabela 6 - Percentual de execução dos Temas

Indicador de Execução das Áreas Temáticas			
Percentual de Execução	2016	2017	2018
	Quantidade	Quantidade	Quantidade
de 00% a 25%	5	1	0
de 25% a 50%	2	3	2
de 50% a 75%	14	9	6
de 75% a 100%	9	17	22
Total	30	30	30

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Observa-se que nenhum dos 30 temas executou menos de 25% de seu orçamento previsto, enquanto a faixa de execução acima de 75% mais que dobrou entre 2016 e 2018.

Ao todo 28 programas terminaram o ano com execução orçamentária acima de 50%, sendo a maior parte (22) na faixa de execução entre 75% e 100%.

A Tabela 7 divide 78 Programas dos 7 Eixos do PPA 2016-2019 por faixa percentual de execução orçamentária.

Tabela 7 - Percentual de execução dos Programas de Governo

Indicador de Execução dos Programas de Governo			
Percentual de Execução	2016	2017	2018
	Quantidade	Quantidade	Quantidade
de 00% a 25%	14	5	0
de 25% a 50%	8	9	10
de 50% a 75%	30	21	14
de 75% a 100%	26	43	54
Total	78	78	78

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Observa-se que nenhum dos 78 Programas de Governo executou menos de 25% de seu orçamento previsto, enquanto a faixa de execução acima de 75% mais que dobrou entre 2016 e 2018.

Ao todo 68 dos 84 Programas de Governo terminaram o ano com execução orçamentária acima de 50%, sendo a maior parte (54) na faixa de execução entre 75% e 100%.

Destacam-se na Tabela 8 os temas com maior empenho em 2018:

Tabela 8 – Temas com maior empenho em 2018.

Descrição	Percentual Empenhado		
	2016	2017	2018
SERVIÇOS	N/D	N/D	100,00%
TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL	87,82%	93,16%	96,70%
EDUCAÇÃO BÁSICA	82,67%	96,00%	95,09%
SAÚDE	86,67%	90,11%	94,42%
SEGURANÇA PÚBLICA	89,05%	81,53%	94,39%
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	83,51%	90,16%	93,81%
AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO	56,64%	79,36%	92,12%
PLANEJAMENTO E GESTÃO	84,65%	91,98%	89,76%
ESPORTE E LAZER	55,86%	68,77%	89,06%
POLÍTICA SOBRE DROGAS	61,14%	66,88%	88,29%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

N/D: O referido tema não constava com dotação orçamentária no ano.

Os temas dispostos na Tabela 8 tiveram um alto nível de execução orçamentária em 2018 em relação à dotação orçamentária disponível, contribuindo para o alcance das metas propostas no PPA 2016-2019.

Os temas Agricultura Familiar e Agronegócio, Esporte e Lazer e Política sobre Drogas apresentavam reduzido empenho em relação ao orçado em 2016, tendo melhorado essa proporção em 2017 e alcançado um patamar mais confortável em 2018.

Destacam-se na Tabela 9 os temas com menor empenho em relação ao previsto em 2018:

Tabela 9 – Temas com menor empenho no Orçamento de 2018

Descrição	Percentual Empenhado		
	2016	2017	2018
EMPREENDEDORISMO	18,56%	53,84%	41,77%
SANEAMENTO BÁSICO	32,15%	67,70%	47,26%
HABITAÇÃO	72,43%	72,27%	52,83%
INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE	49,51%	59,53%	56,44%
MEIO AMBIENTE	61,21%	42,44%	57,41%
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	20,09%	50,15%	65,84%
RECURSOS HÍDRICOS	51,48%	81,33%	68,35%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	74,73%	81,68%	70,63%
ENERGIAS	11,35%	37,21%	79,06%
CULTURA	69,52%	67,33%	79,28%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Os temas dispostos na Tabela 9 tiveram um reduzido nível de execução orçamentária em 2018 em relação à dotação orçamentária disponível, podendo prejudicar o alcance das metas propostas no PPA 2016-2019.

A área temática de Infraestrutura e Mobilidade executou apenas 56,44% do orçamento previsto de R\$ 2.239.123 mil. Em 2017, a execução dessa área temática foi de 59,53%, o que significa problemas de planejamento e execução contínuos nessa área.

As três primeiras áreas temáticas da Tabela 9, Empreendedorismo, Saneamento Básico e Habitação, também constaram como baixa execução em 2017, quando obtiveram aplicação de, respectivamente, 53,84%, 67,70% e 72,27%. É necessário que haja maior empenho dos órgãos para melhor planejamento e execução desses temas para os anos que seguem. Destacam-se na Tabela 10 os Programas de Governo com maior empenho do orçamento anual, conforme a seguir.

Tabela 10 – Programas de Governo com maior empenho do orçamento anual

Descrição	Percentual Empenhado		
	2016	2017	2018
CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRACAO MUNICIPAL	84,12%	99,58%	100,00%
FORTALECIMENTO DO SETOR DE SERVICOS	0,00%	N/D	100,00%
PARTICIPACAO E CONTROLE SOCIAL	33,60%	53,85%	99,96%
COMUNICACAO INSTITUCIONAL E APOIO AS POLITICAS PUBLICAS	98,24%	98,48%	99,80%
CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRACAO PUBLICA ESTADUAL	54,16%	85,45%	99,61%
GESTAO DOS RECURSOS HIDRICOS	20,25%	50,92%	99,26%
GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	96,31%	96,01%	99,10%
CONTROLADORIA GOVERNAMENTAL	69,14%	62,33%	98,63%
FORTALECIMENTO DA GESTAO, PARTICIPACAO, CONTROLE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO SUS	74,05%	98,04%	98,55%
MODERNIZACAO DA GESTAO PUBLICA ESTADUAL	13,90%	45,04%	98,44%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

N/D: O referido programa não constava com dotação orçamentária no ano.

Os Programas de Governo dispostos na Tabela 10 tiveram um alto nível de execução orçamentária em relação à dotação orçamentária disponível, contribuindo para o alcance das metas propostas no PPA 2016-2019.

Os programas Participação e Controle Social, Controle Externo da Administração Pública Estadual e Gestão dos Recursos Hídricos apresentavam reduzido empenho em relação ao orçado em 2016, tendo melhorado essa proporção em 2017 e alcançado um patamar mais confortável em 2018.

Destacam-se na Tabela 11 os Programas de Governo com empenho menor que 50% do orçamento anual:

Tabela 11 – Programas de Governo com menor empenho do orçamento anual

Descrição	Percentual Empenhado		
	2016	2017	2018
GESTAO DA POLITICA DE SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	11,05%	0,00%	26,40%
ABASTECIMENTO DE AGUA, ESGOTAMENTO SANITARIO E DRENAGEM URBANA	22,58%	58,31%	27,70%
MOBILIDADE URBANA	13,09%	23,55%	28,45%
TUTELA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONIVEIS	54,12%	29,54%	29,73%
EMPREENDEDORISMO E PROTAGONISMO JUVENIL	0,00%	0,00%	34,73%
PROMOCAO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	97,35%	53,62%	38,47%
REGULACAO DOS SERVICOS PUBLICOS DELEGADOS	57,54%	71,39%	44,06%
PROMOCAO E UNIVERSALIZACAO DO ACESSO A JUSTICA	26,10%	46,29%	44,63%
CEARA NO CLIMA	40,38%	50,98%	49,17%
GESTAO DE POLITICAS PUBLICAS DA EDUCACAO	100,00%	99,98%	49,64%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Os Programas de Governo dispostos na Tabela 11 tiveram um reduzido nível de execução orçamentária em relação à dotação orçamentária disponível, podendo prejudicar o alcance das metas propostas no PPA 2016-2019.

Entre os dispostos na Tabela 11, apenas os programas Promoção e Defesa dos Direitos Humanos (execução de 97,35% do orçamento em 2016) e Gestão de Políticas Públicas da Educação (execução de 100% do orçamento em 2016) executaram mais que 75% do orçamento em algum dos últimos três anos.

3.3 Resultado Econômico, Desempenho dos Eixos e Áreas Temáticas

O nível de gasto nas diversas áreas de atuação do Estado é determinado pela demanda e pressão de gastos da população, porém, o gasto é um *input* entre outros na máquina do governo, sendo, acima de tudo, necessários que resultados satisfatórios e sustentáveis sejam almejados e alcançados pela administração.

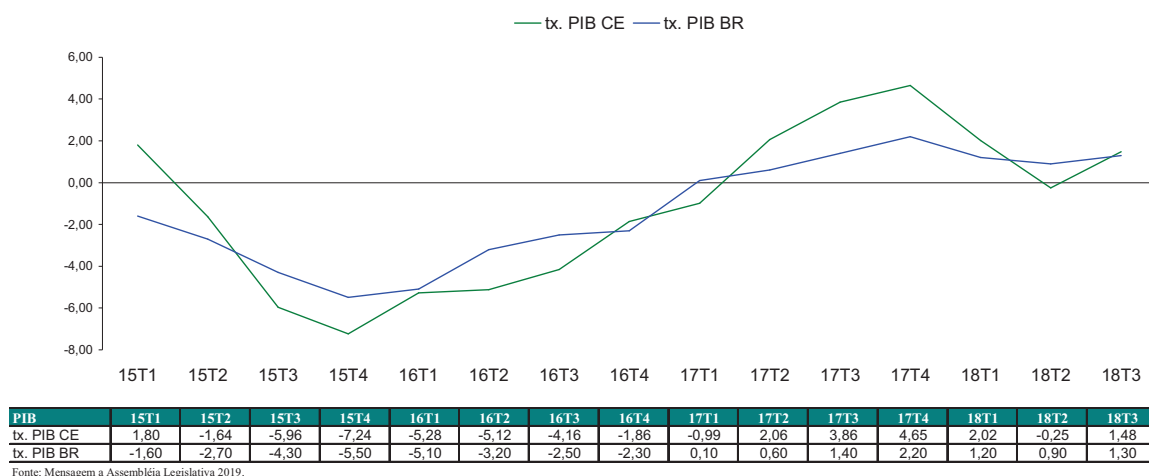
Diante das demandas crescentes por serviços públicos e receitas limitadas, o governo deve buscar prover à população respostas as suas necessidades, sem deixar de observar a austeridade fiscal.

O resultado econômico do Estado do Ceará deve analisado com o intuito de obter respostas quanto ao crescimento da capacidade produtiva e de renda, impactados diretamente pelas ações governamentais. Seguem informações sobre a evolução do PIB, comércio exterior e mercado de trabalho no Ceará.

3.3.1 Resultado Econômico

O PIB mede a atividade econômica e o nível de riqueza produzido por certa região, influenciado diretamente pelo consumo e investimento, abaixo o Gráfico 1 apresenta a evolução do PIB trimestral do Brasil e do Ceará entre 2015 e 2018.

Gráfico 1 - Evolução do PIB trimestral – Brasil e Ceará – entre 2015 e 2018

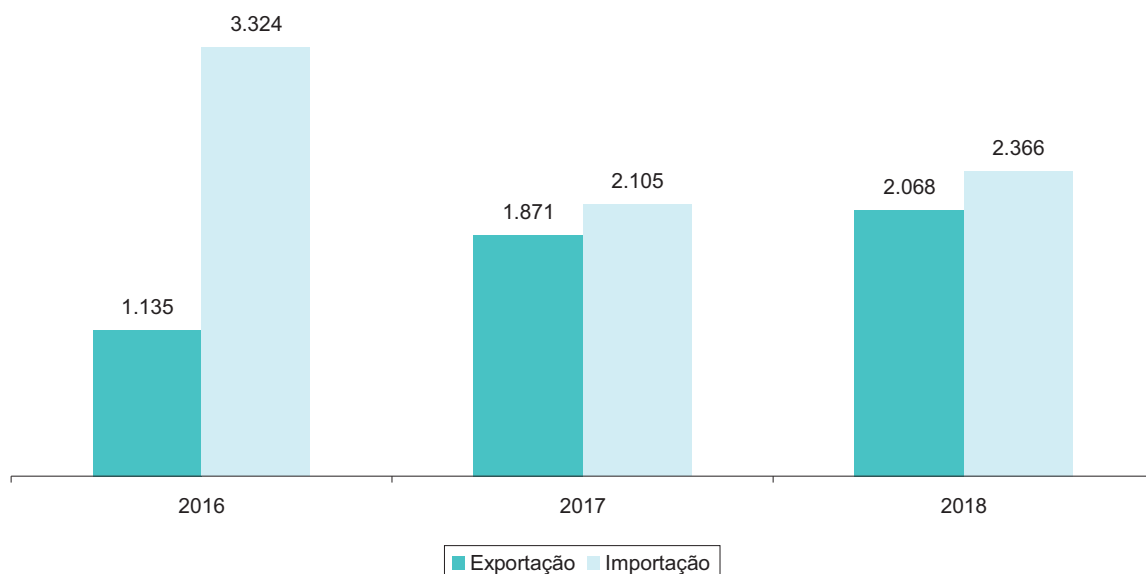


O Gráfico 1 indica melhora no crescimento do PIB do Ceará a partir do primeiro trimestre de 2016, acompanhando a tendência do Brasil, apresentando um momento de queda da recuperação apenas no segundo trimestre de 2018, em decorrência da greve dos caminhoneiros. O Estado do Ceará termina a série levemente acima do Brasil ao final do terceiro trimestre de 2018.

Observa-se que há picos de variação mais evidentes no caso do PIB cearense, o que demonstra certa instabilidade, muito comum em economias dependentes do setor de serviços, que normalmente é mais afetado por variações da economia.

O comércio exterior representa oportunidades de negócios e ampliação da capacidade de geração de emprego e renda para a população, tendo impacto também na taxa de juros, câmbio e investimentos. O Gráfico 2 apresenta a situação da balança comercial cearense.

Gráfico 2 - Balança comercial cearense (US\$ 1.000.000-FOB) – jan. a nov. – 2016-2017-2018.



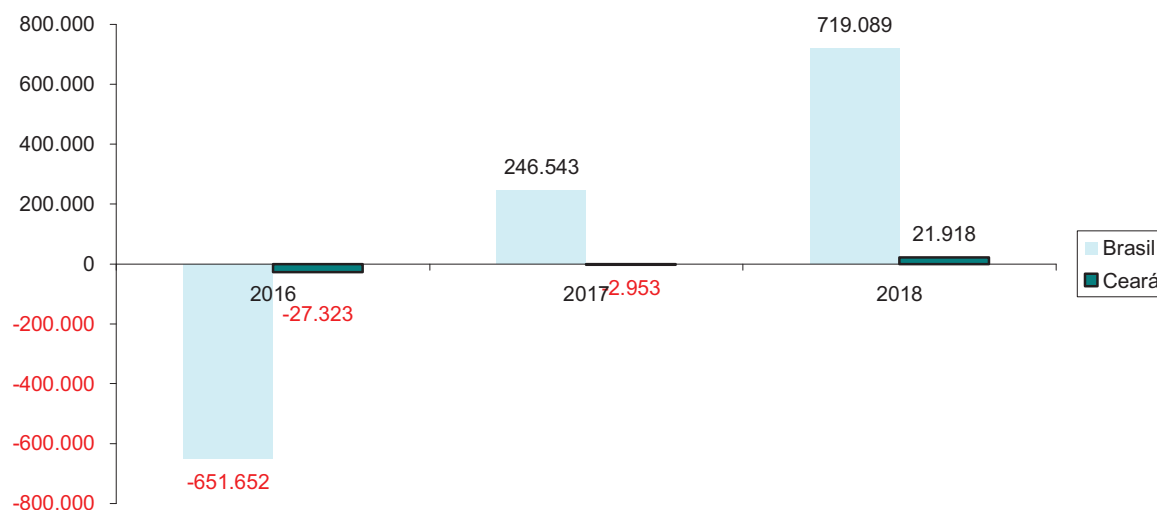
Fonte: Mensagem a Assembléia Legislativa 2019.

O comércio exterior apresentou um montante de 4,43 bilhões em 2018, representando crescimento de 11,5% em relação a 2017, mas inferior a 2016 quando registrou 4,46 bilhões. O Estado do Ceará quase dobrou as exportações entre 2016 e 2018, com leve crescimento das importações entre 2017 e 2018, porém, a balança comercial terminou com déficit de 298 milhões, no acumulado de janeiro a novembro de 2018.

Com crescimento de 28,61% nas exportações em relação ao ano anterior, os produtos metalúrgicos representam principal produto de exportação com 59,43% do montante total. Do lado das importações, com crescimento de 12,65% das importações em relação ao ano anterior, o segmento combustíveis minerais, óleos minerais e derivados é o mais relevante, com 39,27% do total importado.

O mercado de trabalho influencia diretamente toda a cadeia de valor, gerando receita para a área privada e pública, reduzindo desigualdades e melhorando a condição de vida geral da população. O Gráfico 3 mostra a evolução do saldo de empregos celetistas acumulado até setembro de cada ano.

Gráfico 3 - Evolução do saldo de empregos celetistas - Brasil e Ceará - acumulado até setembro de cada ano.



Fonte: Mensagem a Assembléia Legislativa 2019.

Após dois anos de redução de vagas de empregos celetistas, o Estado do Ceará acompanhou a tendência brasileira e conseguiu em 2018 criar 21.918 vagas, a maior parte delas no segundo e terceiro trimestre do ano, com respectivas 6.274 e 12.109 vagas.

O setor de serviços foi o que mais contribuiu para a retomada da criação de empregos celetistas com 13.586 novas vagas em 2018, seguido de indústria de transformação, com 5.400 vagas criadas e construção civil com 3.658.

No terceiro trimestre, quando houve o maior aumento de vagas no Brasil, o Ceará registrou o décimo melhor desempenho entre os demais Estados. São Paulo foi o Estado que mais criou empregos celetistas nesse período, com 75.408 vagas criadas, enquanto o pior desempenho foi do Rio Grande do Sul, com perda de 4.719 vagas.

3.3.2 Desempenho dos Eixos e Áreas Temáticas

Nesse capítulo será analisado a variação dos três últimos anos de indicadores estratégicos dos 7 Eixos Temáticos, além dos três temas de maior valor orçamentário dentro do respectivo Eixo, comparando os resultados obtidos em 2018 com os dois anos anteriores e o resultado programado para a meta.

EIXO CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS

Com 96,19% de execução do orçamento previsto, por meio do Eixo Ceará da Gestão Democrática por Resultado o Estado busca o fortalecimento das instituições públicas, com protagonismo e controle da sociedade, transparência e qualidade da gestão enquanto instrumentos para a efetiva democratização do Estado. Esse Eixo também visa a garantir o crescimento econômico constante, o equilíbrio financeiro fiscal e orçamentário, bem como reduzir desigualdades sociais. Seguem Tabelas 12 e 143 com indicadores do Eixo.

Tabela 12 - Indicadores estratégicos do Eixo Ceará da Gestão Democrática por Resultados

EIXO - CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS				
INDICADORES ESTRATÉGICOS	UNIDADE DE MEDIDA	2016	2017	2018
Índice de Concentração Regional dos Investimentos (ICR)	índice	0,93	0,94	ND
Nível de Endividamento (Dívida Consolidada Líquida / Receita Corrente Líquida)	Proporção	0,44	0,46	0,52 ¹
Despesa de Pessoal do Poder Executivo / Receita Corrente Líquida	%	40,68	42,45	42,04 ²
Despesa Finalística Empenhada / Despesa Total	%	31,01	37,31	38,20 ²
Investimento / Receita Corrente Líquida	%	12,18	13,89	15,30 ²

Fonte: Mensagem a Assembleia Legislativa 2019.

ND: Dado ainda não disponível pelas fontes oficiais de pesquisa.

¹ Dado estimado sujeito a alteração.

² Dados obtidos nos últimos 12 meses, encerrados em novembro de 2018.

Houve aumento do nível de endividamento de 0,46% em 2017 para 0,52% em 2018 (previsão), porém, o limite máximo permitido de endividamento é de até 2 vezes a Receita Corrente Líquida.

A despesa de pessoal em 2017 se aproximou do limite de alerta da LRF, porém, em 2018 apresentou recuo, voltando a um patamar de menor risco.

O aumento da despesa finalística em relação à despesa total sinaliza que a área fim está sendo priorizada, o que tende a beneficiar o usuário final.

O Estado vem elevando suas despesas com investimento em relação à receita corrente líquida desde 2016. É necessário avaliar as expectativas futuras de receitas, pois os acréscimos de investimento têm características de elevar despesas de custeio no médio e longo prazo.

Os cinco indicadores estratégicos apresentados se referem às finanças do governo, como o eixo temático baseia-se no alcance de resultados lastreados no planejamento estratégico, qualificação da gestão pública, inclusão, participação e transparência, seria interessante disponibilizar indicadores estratégicos para resumir os resultados dessas áreas também.

A Tabela 13 apresenta o desempenho dos indicadores dos principais Temas do Eixo Ceará da Gestão Democrática por Resultados.

Tabela 13 – Indicadores dos principais Temas

EIXO - CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS					
TEMA - PLANEJAMENTO E GESTÃO					
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	UNIDADE DE MEDIDA	2016	2017	PROGRAMADO 2018	2018
Percentual da despesa executada em relação a despesa autorizada	%	96,60	97,34	98,88	97,10 ¹
Despesa finalística empenhada em relação à despesa total	%	31,01	37,31	37,99	38,20 ¹
Operações de crédito aplicado em relação à previsão de desembolso anual	%	55,00	43,00	55,00	116,13
Percentual do valor de ordem de compras emitidas em relação ao valor total da ata de registro de preço do Estado	%	40,06	39,27	27,50	50,65 ²
TEMA - TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL					
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	UNIDADE DE MEDIDA	2016	2017	PROGRAMADO 2018	2018
Percentual de Regularidade das contas de gestão julgadas pelo TCE	%	93,40	85,58	94,00	81,91
Percentual de utilização das ferramentas de transparência e de participação social	%	4,41	5,56	5,23	8,74
Índice de satisfação do usuário com as ferramentas de ouvidoria e transparência	%	80,60	82,60	79,00	79,28
TEMA - GESTÃO FISCAL					
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	UNIDADE DE MEDIDA	2016	2017	PROGRAMADO 2018	2018
Capacidade de investimento do Tesouro.	R\$ milhão	1.634,57	967,76	860,10	932,48
Crescimento nominal do ICMS.	%	5,85	8,79	7,70	4,73
Resultado Primário / PIB Estadual.	%	1,36	0,75	0,40	0,46

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2019.

¹ Dados obtidos nos últimos 12 meses, encerrados em novembro de 2018.

² Considera as atas de registro de preços sob a gestão da Seplag finalizadas no período de 01/01/2018 a 28/12/2018.

Observa-se que a maioria dos indicadores alcançou ou se aproximou do alcance das metas propostas, com várias metas superadas. Algumas realizações ultrapassaram muito a programação para o ano, o que pode indicar falhas no planejamento ao traçar metas modestas ou fáceis de serem alcançadas, como as metas de capacidade e investimento do tesouro e resultado primário, que os anos anteriores indicavam montantes muito superiores ao programado para 2018.

A meta de percentual de regularidade das contas de gestão julgadas pelo TCE terminou muito abaixo do programado para 2018, representando também um recuo em relação aos dois anos anteriores.

Destaque para o percentual de utilização das ferramentas de transparência e de participação social, que apresentou grande evolução em relação aos dois anos anteriores.

A Tabela 13 apresenta o desempenho dos indicadores dos principais Programas de Governo do Eixo Ceará da Gestão Democrática por Resultados.

EIXO CEARÁ ACOLHEDOR

Com 75,98% de execução do orçamento previsto, o Eixo Ceará Acolhedor trata do conjunto de políticas pública voltadas à inclusão social, respeito à pluralidade e garantia dos direitos humanos e civis. Seguem tabelas 14 e 15 com indicadores do Eixo.

Tabela 14 – Indicadores estratégicos do Eixo Ceará Acolhedor

CEARÁ ACOLHEDOR				
INDICADORES ESTRATÉGICOS	UNIDADE DE MEDIDA	2016	2017	2018
Percentual de Pobres (até 1/2 sal. min. <i>per capita</i>)	%	48,4 ¹	47,7 ¹	ND
Percentual de extremamente pobres	%	8,4 ¹	8,1 ¹	ND
Percentual de jovens de 15 a 29 anos que não estudam e não trabalham	%	28,8 ¹	29,4 ¹	ND

Fonte: Mensagem à Assembléia Legislativa 2019.

ND: Dado ainda não disponível pelas fontes oficiais de pesquisa.

¹ informação atualizada pela PNAD contínua, não comparável aos valores calculados a partir das PNADs anuais divulgadas anteriormente pelo IBGE.

Assim como em 2017, nenhum dos dados dos indicadores de 2018 do Eixo Ceará Acolhedor foram divulgados na Mensagem à Assembleia Legislativa 2019, assim como ainda não estava disponível no momento da produção do presente relatório.

A Tabela 15 apresenta o desempenho dos indicadores dos principais Temas do Eixo Ceará Acolhedor.

Tabela 15 – Indicadores dos principais Temas

CEARÁ ACOLHEDOR					
TEMA - INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS					
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	UNIDADE DE MEDIDA	2016	2017	PROGRAMADO 2018	2018
Percentual de unidades de medidas socioeducativas funcionando em conformidade com o SINASE	%	30	60	90	80
Percentual de imóveis rurais geocadastrados para fins de regularização fundiária	%	69,03	78,52	86,36	82,41
TEMA - ASSISTÊNCIA SOCIAL					
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	UNIDADE DE MEDIDA	2016	2017	PROGRAMADO 2018	2018
Percentual de Cras com serviços socioassistenciais da proteção social básica cofinanciados	%	47,30	46,64	46,64	46,41
Percentual de municípios com serviços socioassistenciais da Proteção Social Especial cofinanciados	%	21,20	21,20	50,54	21,20
TEMA - SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL					
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	UNIDADE DE MEDIDA	2016	2017	PROGRAMADO 2018	2018
Percentual de municípios com Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) implantados	%	65,20	65,20	66,84	66,84
Percentual de Municípios com Sisan implementado	%	9,23	17,40	22,00	22,28
Percentual de agricultores familiares beneficiados com aquisição dos produtos de agricultura familiar pelo PAA	%	1,20	1,60	2,10	1,80

Fonte: Mensagem à Assembléia Legislativa 2018.

Com uma execução de 75,98% do orçamento do Eixo Ceará Acolhedor, observa-se razoável alcance de metas. Porém, há clara evolução na grande maioria dos resultados em relação aos anos anteriores.

Algumas metas foram colocadas em patamar bem acima do resultado do ano anterior, o que aparentemente dificultou seu alcance, com é o caso do percentual de municípios com serviços assistenciais da proteção social especial a co-financiados e o percentual de agricultores familiares beneficiados com aquisição dos produtos de agricultura familiar pelo PAA.

Destaca-se também no tema Assistência Social que durante três anos o percentual de municípios com serviços assistenciais da proteção social especial a co-financiados se encontra no mesmo valor de 21,20%.

O tema Assistência Social não alcançou nenhuma das duas metas programadas, possivelmente prejudicada pela reduzida execução de apenas 70,63% do orçamento previsto.

EIXO CEARÁ DE OPORTUNIDADES

A execução do orçamento previsto para o Eixo Ceará de Oportunidades foi de 62,93%, que trata do desenvolvimento econômico, englobando temas como emprego, renda, atração de empreendimentos, conjugados com o desafio da propagação da equidade social e regional, conforme Tabelas 16 e 17.

Tabela 16 – Indicadores estratégicos do Eixo Ceará de Oportunidades

CEARÁ DE OPORTUNIDADES				
INDICADORES ESTRATÉGICOS	UNIDADE DE MEDIDA	2016	2017	2018
Taxa de crescimento do PIB. ¹	%	-4,11	1,87	1,35
PIB <i>per capita</i> . ¹	R\$	15.438,00	16.088,00	16.804,00
Participação PIB Ceará / PIB Brasil ¹	%	2,21	2,21	2,22
Razão PIBpc CE / PIBpc Brasil. ¹	proporção	0,51	0,51	0,51
Índice de Gini ¹	índice	0,55 ²	0,56 ²	ND
Razão PIB Interior / Grande Fortaleza ³	proporção	0,55	ND	ND
Razão de empregos formais do Interior / Grande Fortaleza	proporção	0,48	0,48	ND
Razão entre a renda domiciliar <i>per capita</i> rural e a renda domiciliar <i>per capita</i> total	%	48,4 ²	48,3 ³	ND
Participação do Ceará nas exportações brasileiras ⁴	%	0,70	0,97	0,94
Valor das exportações cearenses ⁴	US\$ milhão FOB	1.294,10	2.102,13	2.067,92

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2019.

ND: Dado ainda não disponível pelas fontes oficiais de pesquisa.

¹ Há uma defasagem de 2 anos no cálculo do PIB Regional realizado pelo IBGE. Os anos de 2017 e 2018 são previsões realizadas pelo IPECE

² informação atualizada pela PNAD contínua, não comparável aos valores calculados a partir das PNADs anuais divulgadas anteriormente pelo IBGE.

³ Existem dois anos de defasagem para a divulgação do PIB municipal pelo IBGE. A divulgação anual é sempre realizada em dezembro, sendo que não existem previsões calculadas para o PIB municipal.

⁴ Em 2018, o valor das exportações compreende o período de janeiro a novembro de 2018.

Apesar da reduzida execução de apenas 62,93% do orçamento, o Eixo Ceará de Oportunidades apresentou bons resultados na economia, obtendo crescimento do PIB positivo pelo segundo ano consecutivo e aumentando levemente a participação do Estado do Ceará no PIB nacional.

Os dados relativos a Índice de Gini, da renda domiciliar per capita, Razão PIB Interior / Grande Fortaleza, Razão de empregos formais do Interior / Grande Fortaleza e Razão entre a renda domiciliar *per capita* rural e a renda domiciliar per capita total não foram divulgados na Mensagem à Assembleia Legislativa 2019, assim como ainda não estava disponível no momento da produção do presente relatório.

A Tabela 17 apresenta o desempenho dos indicadores dos principais Temas do Eixo Ceará de Oportunidades.

Tabela 17 – Indicadores dos principais Temas

CEARÁ DE OPORTUNIDADES					
TEMA -INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE					
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	UNIDADE DE MEDIDA	2016	2017	PROGRAMADO 2018	2018
Movimentação de carga no terminal do Pecém	Tonelada	1.230.466	15.808.961	6.839.985	17.210.726
Participação do número de passageiros transportados por sistema Metroferroviário na Matriz de Transporte Público da RMF	%	1,93	2,79	10,80	2,98
Percentual de rodovias estaduais com estado ótimo/bom na avaliação da CNT	%	7,30	10,30	11,00	11,00
Incremento do número de passageiros transportados no sistema rodoviário intermunicipal de transporte público estadual	%	4,12	-13,86	1,50	14,65 ¹
Número de vítimas fatais por 10.000 veículos	Unidade	7,48	6,82	6,27	6,25 ¹
TEMA -TURISMO					
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	UNIDADE DE MEDIDA	2016	2017	PROGRAMADO 2018	2018
Fluxo Turístico para o Ceará via Fortaleza	Nº	3.243.501	3.384.593	3.520.000	3.549.802
Gasto per capita diário do turista no Estado	R\$	224,97	273,31	210,00	320,00
Índice de interiorização do turismo via Fortaleza	%	70,00	72,80	70,70	76,00
Índice de satisfação do turista com infraestrutura, atrativos e serviços turísticos	%	78,30	79,20	78,90	80,00
Número de empregos nas atividades características do turismo	Nº	71.743	73.555	69.500	78.650
Oferta hoteleira (Uhs)	Nº	33.340	36.611	32.500	38.112
Taxa de ocupação hoteleira	%	69,90	73,50	75,00	75,00
TEMA -TRABALHO E RENDA					
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	UNIDADE DE MEDIDA	2016	2017	PROGRAMADO 2018	2018
Número de ocupações geradas e mantidas nas unidades produtivas de artesanato	Nº	21.175	25.677	25.200	33.895
Participação do sistema público de emprego na movimentação do emprego	%	17,10	15,32	14,10	15,27
Taxa de colocação das pessoas com deficiência pelo sistema público de emprego	%	2,54	3,06	3,50	3,91
Taxa de colocação de jovens (16 a 29 anos) pelo sistema público de emprego	%	60,20	61,62	63,00	57,08

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2019.

¹ Dados parciais de 2018

Apesar da execução de apenas 56,44% do orçamento, o tema sobre Infraestrutura e Mobilidade apresentou bons resultados, com superação substancial de algumas metas. A meta de participação do número de passageiros transportados por sistema metroviário terminou com resultado muito inferior ao programado, porém, apresenta evolução em relação aos anos anteriores, a programação aparentemente estava em um patamar muito elevado. Já a meta de movimentação de carga no terminal do Pecém apresenta resultado muito superior ao programado, porém, a programação se encontra em patamar inferior ao resultado obtido no ano anterior.

O Tema Turismo executou 79,61% do orçamento previsto, apresentou evolução de resultados em todas as metas prioritárias em relação aos dois últimos anos e alcançou todas as programações.

Com execução de 79,95% do orçamento previsto, o tema sobre Trabalho e Renda alcançou três das quatro metas prioritárias, tendo a meta taxa de colocação de jovens (16 a 29 anos) pelo sistema público de emprego obtido resultado abaixo do programado e em relação aos dois anos anteriores. Apesar da meta participação do sistema público de emprego na movimentação do emprego ter sido alcançada, a programação inserida se encontra abaixo dos resultados obtidos nos dois anos anteriores.

EIXO CEARÁ SUSTENTÁVEL

Houve execução de 64,50% do orçamento previsto para o Eixo Ceará Sustentável, que trata do fortalecimento das políticas públicas relacionadas à convivência dos cidadãos com o ambiente e clima semiárido do Estado do Ceará. Nesse contexto, as inovações tecnológicas, técnicas e estratégias de convivência com o clima e educação ambiental são políticas importantes para o acesso da população aos recursos naturais e bens fundamentais. Seguem nas Tabelas 18 e 19 indicadores do Eixo Ceará Sustentável.

Tabela 18 - Indicadores estratégicos do Eixo Ceará Sustentável

CEARÁ SUSTENTÁVEL				
INDICADORES ESTRATÉGICOS	UNIDADE DE MEDIDA	2016	2017	2018
Índice de qualidade do meio ambiente (IQM)	índice	-	-	97,50 ¹
Número de reservatórios com aplicação da metodologia do IQAR	número	21,00	21,00	23,00
Percentual de cobertura vegetal	%	58,00	59,00	73,64
População cearense com destinação final adequada de resíduos sólidos	%	53,45	53,49	41,77

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2019.

¹ A metodologia de apuração do índice foi alterada pelo decreto nº 32.483 de 29/12/2017, o que inviabiliza a comparação com os anos anteriores.

Houve execução de 64,50% do orçamento previsto no Eixo Ceará Sustentável, obtendo boa evolução em 2 dos 3 indicadores estratégicos comparáveis aos anos anteriores.

Sendo aplicado pela primeira vez, o índice de qualidade do meio ambiente (IQM) tem pontuação de 0 a 184, atribuindo 1 ponto a cada município do Estado que atende a todos os requisitos que mensuram os esforços locais no desenvolvimento de ações voltadas à preservação ambiental. No caso, a pontuação de 97,50 reflete um resultado intermediário.

O indicador de destinação final de resíduos sólidos apresentou recuo em relação aos dois anos anteriores.

A Tabela 19 apresenta o desempenho dos indicadores dos principais Temas do Eixo Ceará Sustentável.

Tabela 19 – Indicadores dos principais Temas

CEARÁ SUSTENTÁVEL					
TEMA -RECURSOS HÍDRICOS					
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	UNIDADE DE MEDIDA	2016	2017	PROGRAMADO 2018	2018
Capacidade de transferência hídrica	m ³ /s	30,73	30,79	30,90	30,85 ¹
Capacidade hídrica dos açudes estaduais	m ³ /s	3.174,00	3.178,95	3.272,26	3.182,4 ²
Média de eficiência no faturamento da água bruta	percentual	87,98	96,09	48,51	105,62
TEMA -MEIO AMBIENTE					
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	UNIDADE DE MEDIDA	2016	2017	PROGRAMADO 2018	2018
Área de mata ciliar de rios e nascentes reflorestadas	hectare	81,20	2,70	69,70	7,00
Índice de desertificação	%	10,02	11,45	10,02	10,02
Índice de qualidade de água bruta	%	79,59	81,21	80,00	83,64
Municípios certificados com Selo Município Verde	Nº	19	19	30	24
Percentual de área de reserva legal delimitada	%	32,03	60,31	15,00	88,61
Percentual de área protegida em unidade de conservação	%	21,11	7,47	7,71	7,69
Área de risco eliminada	Nº	2	3	8	5
Área revitalizada	hectare	-	69,53	148,36	4,02
População urbana da RMF com destinação final adequada de resíduos sólidos	%	88,86	88,82	88,56	88,83
População urbana do interior (CE, exceto RMF) com destinação final adequada de resíduos sólidos	%	7,71	7,73	11,99	7,96
TEMA -ENERGIAS					
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	UNIDADE DE MEDIDA	2016	2017	PROGRAMADO 2018	2018
Incremento de unidades consumidoras no meio rural com ligação elétrica trifásica	%	1,89	2,09	2,00	2,24
Participação de fontes alternativas renováveis de energia na matriz energética do Estado	%	41,58	45,00	49,00	68,00
Participação do gás natural na matriz energética do Estado	%	13,86	16,43	6,00	6,00
Percentual de incremento da disponibilidade de energia	%	-10,72	15,28	5,00	-22,63

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2018.

¹ Valor estimado até 31/12/2018

² Dados projetados até 31/12/2018

O tema recursos hídricos apresentou dois resultados muito próximos ao programado, o que contrasta com a reduzida execução de apenas 68,35% do orçamento previsto. A meta de média de eficiência no faturamento da água bruta foi superada com folga relevante.

Com apenas 57,41% de execução do orçamento previsto, o tema Meio Ambiente alcançou ou se aproximou apenas cinco das dez metas prioritárias. As metas área de mata ciliar de rios e nascentes reflorestadas e áreas revitalizadas obtiveram resultado muito abaixo do programado. A meta de percentual de área de reserva legal delimitada foi superada, porém, o programado se encontra muito abaixo dos resultados obtidos nos dois anos anteriores.

O tema Energia executou 79,06% do orçamento previsto, alcançando três das quatro metas prioritárias. Houve redução percentual de disponibilidade de energia de 22,63%, quando a meta era aumentar em 5%. Já a meta de participação de energias alternativas

renováveis superou de forma relevante a meta. É preciso equalizar e executar o orçamento de forma a não superar metas em excesso enquanto outras terminam com resultados negativos.

EIXO CEARÁ DO CONHECIMENTO

Houve execução de 92,53% do orçamento previsto no Eixo Ceará do Conhecimento, que trata das ações governamentais no sentido de disponibilizar acesso ao conhecimento, cultura e educação para todas as classes e camadas sociais, trabalhando ensino básico, pesquisa, inovação, cultura e qualificação profissional, entre outros. Seguem Tabelas 20 e 21 com indicadores do Eixo.

Tabela 20 – Indicadores estratégicos do Eixo Ceará do Conhecimento

CEARÁ DO CONHECIMENTO				
INDICADORES ESTRATÉGICOS	UNIDADE DE MEDIDA	2016	2017	2018
Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade	%	15,20	14,20	ND
Escolaridade média das pessoas de 15 anos ou mais de idade	anos de estudo	8,00	8,30	ND
Participação de graduados no mercado de trabalho formal	%	20,60	ND	ND
Diferença da escolaridade média entre os 25% mais ricos e os 25% mais pobres da população de 15 anos ou mais de idade	anos de estudo	2,8 ¹	2,8 ¹	ND
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da rede estadual do Ensino Médio ²	índice	-	3,80	-
Estudantes egressos das escolas estaduais de educação profissional inseridos no mercado de trabalho ³	%	13,60	14,00	ND

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2019.

ND: Dado ainda não disponível pelas fontes oficiais de pesquisa.

¹ informação atualizada pela PNAD contínua, não comparável aos valores calculados a partir das PNADs anuais divulgadas anteriormente pelo IBGE.

² O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB calcula o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações, é apurado nos anos ímpares.

³ Dados de 2016 e 2017 são prévios, pois o monitoramento de inserção das turmas no mercado de trabalho é feito em até três anos após o término do curso. Assim, os dados de 2018 e 2019 são projeções. Criado sistema piloto para cadastro dos jovens egressos

Assim como em 2017, não foi possível efetuar a análise da maioria dos indicadores estratégicos do Eixo Ceará do Conhecimento por falta de dados disponíveis.

Destaca-se que o indicador de Participação de graduados no mercado de trabalho formal não apresenta o resultado de 2017.

A Tabela 21 apresenta o desempenho dos indicadores dos principais Temas do Eixo Ceará do Conhecimento.

Tabela 21 – Indicadores dos principais Temas

CEARÁ DO CONHECIMENTO					
TEMA -EDUCAÇÃO BÁSICA					
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	UNIDADE DE MEDIDA	2016	2017	PROGRAMADO 2018	2018
Crianças no 2º ano do ensino fundamental alfabetizadas (SPAECE ALFA) ¹	%	87,40	89,20	90,70	ND
Índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) da rede pública nos anos finais ²	Índice		4,90		
Índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) da rede pública nos anos iniciais ²	Índice		6,10		
Percentual da população de 15 a 17 anos que frequentam a escola ou já concluiu a educação básica ³	%	86,34	88,00	88,90	ND
Percentual de crianças de 0 a 3 anos na educação infantil (Ceará) ⁴	%	35,70	36,70	37,70	ND
Percentual de crianças de 4 a 5 anos na educação pública (Ceará) ⁵	%	97,90	98,20	98,68	97,80
Percentual de estudantes concluintes do ensino médio com média das proficiências a partir de 460 pontos no Enem ⁶	%	60,30	61,12	65,70	ND
Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído ⁷	%	76,90	77,30	80,50	ND
Percentual de pessoas de 19 anos com pelo menos o ensino médio concluído ⁷	%	55,80	58,00	58,30	ND
Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que frequentam ou que já concluíram o ensino fundamental (taxa de escolarização líquida ajustada)	%	97,90	97,90	97,90	ND
TEMA -EDUCAÇÃO PROFISSIONAL					
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	UNIDADE DE MEDIDA	2016	2017	PROGRAMADO 2018	2018
Percentual de matrícula dos cursos técnicos integrados ao ensino médio nas escolas estaduais de educação profissional (EEEP)	%	14,20	15,10	15,80	ND
Percentual de tecnólogos absorvidos pelo mercado de trabalho ¹	%	70,44	75,18	82,00	79,00
Percentual da população certificada nos cursos de extensão e de formação inicial e continuada	%	65,00	74,10	68,00	74,60
Taxa de empregabilidade de técnicos de nível médio subsequente absorvidos pelo mercado de trabalho	%	80,00	83,00	82,00	85,00
TEMA -CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO					
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	UNIDADE DE MEDIDA	2016	2017	PROGRAMADO 2018	2018
Número de empresas atendidas com serviços e inovações	Nº	513	502	698	597
Percentual de empresas graduadas em relação às incubadas	%	0,00	0,00	64,25	20,00
Percentual de inovações em relação ao número de empresas incubadas	%	55,83	53,00	57,00	111,00
Percentual de proteção intelectual licenciada / transferida em relação ao número de propriedade intelectual depositada	%	52,00	17,24	10,00	10,00

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2019.

ND: Dado ainda não disponível pelas fontes oficiais de pesquisa

¹ Em 2018 o Spacec foi realizado em novembro, por isso, seus resultados serão publicados em 2019

² O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) calcula o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. É apurado nos anos ímpares.

³ Esse dado é uma projeção. O Censo Escolar de 2018 ainda não foi divulgado.

⁴ Esse dado é uma projeção para 2018

⁵ Esse dado é uma previsão. O percentual se refere ao indicador conhecido como Taxa de Atendimento Escolar e corresponde ao número de crianças atendidas em todo o Estado.

⁶ Percentual de estudantes concluintes do Ensino Médio (3ª e 4ª séries) das escolas estaduais que atingem 460 pontos de proficiência média no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) considerando os resultados nas provas das quatro áreas de conhecimento e redação.

⁷ A base de dados utilizada para o monitoramento foi o Pnad, pois permite uma análise daqueles que estão fora da escola, situação para a qual o Censo da Educação Básica do Inep não oferece informações. Ela constitui uma pesquisa amostral que abrange estados, regiões e o Brasil, mas não possui representatividade municipal. Isso, seus resultados serão publicados em 2019

O tema Educação Básica executou 95,09% do orçamento previsto. Apenas a meta prioritária de percentual de crianças de 4 a 5 anos na educação público foi divulgado até o termino do presente relatório, apresentando resultado abaixo do programado.

Com execução de 93,81% do orçamento previsto, o tema Educação Profissional superou duas das suas três metas divulgadas, chegando próximo de alcançar a meta de percentual de tecnólogos absorvidos pelo mercado de trabalho, porém, ainda sim o resultado apresenta boa evolução em relação aos dois anos anteriores.

O tema sobre Ciência Tecnologia e Inovação executou apenas 65,84% do orçamento previsto, e ficou distante de alcançar duas de suas quatro metas prioritárias. A meta de número de empresas atendidas com serviços e inovações não alcançou o valor programado, mas

superou os resultados dos dois anos anteriores. Já a meta de percentual de inovações em relação ao número de empresas incubadas obteve resultado muito acima do programado.

EIXO CEARÁ SAUDÁVEL

Com 90,04% de execução do orçamento previsto, o Eixo Ceará Saudável compreende políticas voltadas ao incentivo a hábitos saudáveis, criação de um ambiente favorável ao bem-estar, melhoria da qualidade de vida da população e atendimento aos enfermos. Seguem tabelas 22 e 23 com indicadores do Eixo.

A Tabela 22 apresenta o desempenho dos indicadores estratégicos do Eixo Ceará Saudável.

Tabela 22 – Indicadores estratégicos do Eixo Ceará Saudável

CEARÁ SAUDÁVEL				
INDICADORES ESTRATÉGICOS	UNIDADE DE MEDIDA	2016	2017	2018
Expectativa de vida ao nascer	ano	73,80	ND	ND
Proporção de domicílios com abastecimento de água adequado ¹	%	78,0 ³	81,4 ³	ND
Proporção de domicílios com esgotamento sanitário adequado ²	%	48,7 ³	51,2 ³	ND
Razão da mortalidade materna	óbito materno por 100 mil nascidos vivos	57,90	69,61	54,80
Taxa de mortalidade infantil	óbito por 1 mil nascidos vivos	12,60	13,20	11,90
Taxa de mortalidade por causas externas	taxa por 100 mil habitantes	90,70	107,30	75,50

Fonte: Mensagem a Assembleia Legislativa 2019.

ND: Dado ainda não disponível pelas fontes oficiais de pesquisa.

¹ Domicílio nos quais a principal fonte de abastecimento de água era a rede geral de distribuição.

² Domicílio nos quais o escoamento do esgoto era feito pela rede geral ou fossa ligada à rede.

³ Informação atualizada pela PNAD-continua, não comparável aos valores calculados a partir das PNADs anuais divulgadas anteriormente pelo IBGE.

⁴ Dados parciais sujeitos à revisão. O fechamento dos dados no sistema tem prazo até julho de 2019.

O Eixo Ceará Saudável executou 90,04% do orçamento previsto, apresentando evolução nos indicadores informados.

A razão da mortalidade materna baixou de 69,61 em 2017 para 54,80 em 2018, terminando em menor patamar nos últimos três anos. A taxa de mortalidade infantil e taxa de mortalidade por causas externas também apresentaram a mesma tendência, evoluindo em relação a 2017 e obtendo o melhor resultado dos últimos três anos.

A Tabela 23 apresenta o desempenho dos indicadores dos principais Temas do Eixo Ceará Saudável.

Tabela 23 – Indicadores dos principais Temas

CEARÁ SAUDÁVEL					
TEMA - SAÚDE					
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	UNIDADE DE MEDIDA	2016	2017	PROGRAMADO 2018	2018
Número absoluto de óbitos por leishmaniose visceral (calazar)	Nº	26,00	36,00	27,00	26 ¹
Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas pré-natal	%	68,90	70,20	66,00	72,30
Proporção de nascidos vivos por mães de 10 a 19 anos de idade	%	19,00	17,80	19,40	16,50
Proporção de partos normais	%	42,30	43,00	43,50	41,60 ²
Proporção de trabalhadores formados e capacitados para o Sistema Único de Saúde	%	14,45	8,01	19,93	22,38
Proporção de vacinas do calendário básico de vacinação da criança com coberturas vacinais alcançadas	%	100,00	100,00	100,00	100,00
Taxa de incidência de arboviroses	Casos por 100 mil nascidos vivos	800,80	1459,50	100,00	50,38
Taxa de incidência de sífilis congênita	Casos por mil nascidos vivos	10,30	11,50	9,60	13,10
Taxa de mortalidade fetal	Casos por mil nascidos vivos	9,40	8,80	8,00	9,45
Taxa de mortalidade infantil neonatal	Óbitos de menores de 28 dias por mil nascidos vivos	8,80	9,20	7,91	8,50
Taxa de mortalidade prematura (30 a 69 anos) por doenças crônicas não transmissíveis (DCNT)	Por 100 mil habitantes	264,50	279,00	239,72	240,68 ³
TEMA - SANEAMENTO BÁSICO					
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	UNIDADE DE MEDIDA	2016	2017	PROGRAMADO 2018	2018
Famílias rurais beneficiadas com abastecimento d' água	Nº	39.586	48.245	26.790	37.339
Municípios com Plano Municipal de Saneamento Básico elaborado	%	29,36	31,52	39,67	33,70 ¹
População rural atendida com rede de abastecimento de água	%	29,88	34,26	31,21	ND ²
População urbana atendida com sistema de abastecimento de água	%	81,00	ND ²	81,10	ND
População urbana atendida com sistema de esgotamento	%	32,45	ND ²	33,54	ND
População urbana coberta com sistema de esgotamento sanitário	%	38,24	37,60	40,34	ND ²
População urbana coberta por sistema de abastecimento de água tratada	%	92,05	89,98	93,38	ND ²
Percentual de domicílios atendidos com água potável para consumo humano no meio rural através de cisternas de primeira água	%	1,14	0,74	0,84	0,46
TEMA - ESPORTE E LAZER					
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	UNIDADE DE MEDIDA	2016	2017	PROGRAMADO 2018	2018
Quantidade de atletas apoiados em competições esportivas	Nº	73	95	85	142
Quantidade de pessoas atendidas nos núcleos de esporte e lazer	Nº	40.000	ND	1.300	1.300
Público em eventos de esporte e lazer promovidos pelo Estado	Nº	661.840	143.202	1.310.000	109.047

Fonte: Mensagem a Assembleia Legislativa 2018.

¹ Dado parcial de 2018.

² O dado definitivo de 2018 estará disponível em 2019 uma vez eu as prefeituras só enviam os dados no primeiro trimestre do ano subsequente.

³ O dado definitivo de 2018 estará disponível em 2019, pois a base de dados do SNIS somente será disponibilizada em fevereiro de 2019.

Com execução de 90,04% do orçamento previsto, o tema Saúde alcançou 5 das 11 metas prioritárias, sendo todas essas relacionadas a assistência à gestação. As taxas de mortalidade fetal, de incidência de sífilis congênita e proporção de partos normais alcançaram o pior resultado dos últimos três anos.

O tema Saneamento Básico executou apenas 47,26% do orçamento previsto, tendo alcançado apenas 1 das 3 metas prioritárias com dados disponíveis até o momento. O percentual de domicílios atendidos com água potável para consumo humano no meio rural através de cisternas de primeira água obteve relevante piora no resultado em relação aos dois anos anteriores.

Houve execução de 89,06% do orçamento previsto no tema Esporte e Lazer, que alcançou 2 das 3 metas prioritárias. A meta quantidade de atendimento de 1.300 pessoas nos núcleos de

esporte e lazer alcançou o programado, porém o resultado e meta se encontram inferiores ao obtido em 2016 quando alcançou 40.000 pessoas. O público em eventos de esporte e lazer promovidos pelo Estado foi mais de 1 milhão inferior à meta proposta.

EIXO CEARÁ PACÍFICO

Com 88,93% de execução do orçamento previsto, o Eixo Ceará Pacífico aponta para políticas públicas ênfase na segurança pública articulada à justiça, à cidadania e no combate às drogas e violência, visando ao pleno acesso aos direitos sociais. Seguem tabelas 26 e 27 com indicadores do Eixo.

A Tabela 24 apresenta o desempenho dos indicadores estratégicos do Eixo Ceará Pacífico.

Tabela 24 – Indicadores estratégicos do Eixo Ceará Pacífico

CEARÁ PACÍFICO				
INDICADORES ESTRATÉGICOS	UNIDADE DE MEDIDA	2016	2017	2018
Taxa de Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP)	taxa por 100 mil habitantes	810,62	843,05	722,99 ¹
Taxa de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI)	taxa por 100 mil habitantes	38,01	59,60	50,36 ¹
Taxa de reincidência por autuação em flagrante	%	50,26	44,90	47,32 ¹
Participação de jovens de 18 a 29 anos na população encarcerada	%	59,10	56,62	62,42

Fonte: Mensagem a Assembleia Legislativa 2019.

¹ Dados finais de 2018, considerando o acumulado até novembro somado à projeção para o mês de dezembro

A taxa de crimes violentos contra o patrimônio foi à única que apresentou em 2018 o melhor resultado em relação aos últimos três anos. A taxa de crimes violentos letais e intencionais melhorou em relação a 2017, porém no ano de 2016 apresentou resultado mais favorável. A participação de jovens de 18 a 29 anos na população encarcerada obteve o pior resultado nos últimos três anos. A Tabela 25 apresenta o desempenho dos indicadores dos principais Temas do Eixo Ceará de Pacífico.

Tabela 25 – Indicadores dos principais Temas

CEARÁ PACÍFICO					
TEMA -SEGURANÇA PÚBLICA					
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	UNIDADE DE MEDIDA	2016	2017	PROGRAMADO 2018	2018
Número de acidentes de trânsito com vítimas fatais nas rodovias estaduais	Nº	327	347	406	310
Número de notificações registradas de crimes referentes à Lei Maria da Penha	Nº	22.472	22.607	21.251	21.251 ¹
Percentual de famílias afetadas por desastres e assistidas por ações da defesa civil	%	3,52	69,19	12,50	5,51 ¹
Taxa de adolescentes de 12 a 17 anos apreendidos em flagrante	Casos por 100 mil adolescentes (população de 12 a 17 anos)	733,60	720,21	698,56	669,29 ¹
Taxa de Jovens de 18 a 29 anos autuados em flagrante	Casos por 100 mil a jovens (população de 18 a 29 anos)	796,05	889,43	666,83	892,24 ¹
Taxa de violência sexual contra crianças e adolescentes	Casos por 100 mil crianças e adolescentes	49,89	52,29	38,78	54,91 ¹
Tempo médio de resposta no atendimento de ocorrências policiais na RMF	minuto	12,52	12,51	13,55	12,16 ¹
TEMA -JUSTIÇA E CIDADANIA					
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	UNIDADE DE MEDIDA	2016	2017	PROGRAMADO 2018	2018
Percentual de pessoas beneficiadas com medidas cautelares pela CAP.	%	18,77	21,61	22,00	16,70 ²
Percentual de pessoas presas de forma provisória.	%	47,38	49,13	48,45	50,80 ³
Percentual de pessoas presas matriculadas no sistema educacional penitenciário.	%	12,81	8,65	11,34	7,43 ²
Percentual de pessoas que retornaram ao sistema penitenciário	%	17,31	14,78	21,64	30,07 ²
Percentual de presos egressos beneficiados com qualificação profissional	%	5,17	NI	11,34	4,32 ²
Percentual de presos e egressos empregados	%	7,02	5,64	5,42	5,99 ²
Taxa de ocupação de vagas no sistema penitenciário	%	2,05	2,06	3,19	2,13 ³
TEMA - POLÍTICA SOBRE DROGAS					
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	UNIDADE DE MEDIDA	2016	2017	PROGRAMADO 2018	2018
Percentual de escolas do ensino médio com ações de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas implantados	%	4,35	5,50	7,00	7,01
Percentual de escolas do ensino fundamental I e II com ações de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas implantados	%	1,60	1,90	30,00	-
Percentual de municípios com conselhos municipais de políticas sobre drogas implantados	%	19,02	32,00	50,00	51,09

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2018.

ND - Dado não disponível pelas fontes oficiais de pesquisa.

NI - Metas não informadas pela área responsável.

¹ Os dados de 2018 se referem aos dados reais acumulados de janeiro - novembro, somado à projeção de dezembro.

² Dados atualizados até novembro de 2018.

³ Dados atualizados até 03 de dezembro de 2018.

Com 94,39% de execução do orçamento previsto, o tema Segurança Pública apresenta melhora em 5 das 7 metas prioritárias apresentadas, porém, tratam-se de metas que já se encontram em um patamar problemático. A taxa de violência sexual, contra crianças e adolescentes se apresenta resultado negativo elevado em relação ao programado, mas esse número pode também refletir uma maior proporção de denúncias em relação aos casos ocorridos.

O tema Justiça e Cidadania executou 82,37% do orçamento previsto, apenas 1 das 6 metas prioritárias alcançou o resultado programado, tendo 5 desses apresentado pior resultado nos últimos três anos. A meta de percentual de presos egressos empregados alcançou a programação para 2018, porém, o resultado se encontra inferior ao obtido em 2016.

Com 88,29% de execução do orçamento, o tema Política sobre Drogas alcançou o programado nas duas metas prioritárias divulgadas com dados, além de obter os melhores resultados dos últimos três anos.

4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da execução orçamentária do Estado utiliza como base os dados extraídos da ferramenta de Serviço Modular da Administração dos Recursos do Tesouro (SMART), cujos dados são extraídos do Sistema de Gestão Governamental por Resultados (S2GPR), disponibilizados pela Secretaria da Fazenda (SEFAZ). Cumpre destacar que os números apresentados nas análises têm seus valores representados nominalmente, sem considerar os efeitos da inflação.

A análise da execução orçamentária nos permite avaliar se o governo possui capacidade de manter continuamente o equilíbrio orçamentário, constituindo reservas para atender a emergências e apresentar liquidez suficiente para cumprir suas obrigações.

4.1 Resultado Orçamentário

No montante apresentado pela Receita Orçamentária foram excluídos os valores referentes às Receitas Intraorçamentárias. Da Despesa Orçamentária foram extraídos os valores referentes às empresas que não fazem parte do orçamento fiscal (ADECE, CAGECE, CEARÁPORTOS, CEGÁS, COGERH, CEASA, ZPECEARA E METROFOR) e da modalidade 91 (aplicações diretas entre orçamentos).

Para ser considerada uma execução orçamentária dentro da normalidade, espera-se que haja pouca ou nenhuma diferença entre Receita Prevista e Receita Arrecadada, assim como Dotação de Despesa e Despesa Empenhada. No confronto entre Receita Arrecadada e Despesa Empenhada é preferível um superávit a um déficit, porém, um superávit muito elevado significa que aplicações que poderiam beneficiar a população não foram efetuadas conforme o planejado.

A Tabela 26 demonstra as informações orçamentárias consolidadas, extraídas do Relatório Resumido de Execução Orçamentária do ano de 2018.

Tabela 26 - Execução orçamentária consolidada do Estado do Ceará no ano de 2018

(R\$ 1.000,00)

Descrição	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Realizado (%)
Receita Corrente	23.939.261	23.310.384	97,37%
Receita de Capital	3.775.769	1.484.163	39,31%
Total das Receitas	27.715.030	24.794.546	89,46%
Descrição	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Empenhado (%)
Despesa Corrente	22.490.106	21.480.338	95,51%
Despesa de Capital	5.635.299	3.891.067	69,05%
Total das Despesas	28.125.405	25.371.405	90,21%
Superávit \ Déficit Corrente	1.449.154	1.830.046	
Superávit \ Déficit de Capital	- 1.859.530	- 2.406.904	
Superávit \ Déficit de Resultado Orçamentário	- 410.376	- 576.858	

Fonte: S2GPR-SEFAZ

O resultado de execução orçamentária obtido em 2018, diferença entre as receitas e despesas orçamentárias, foi um déficit de R\$ 576.858 mil. A previsão das receitas e despesas antecipava um déficit de R\$ 410.376 mil.

Pesa significativamente sob o déficit de execução orçamentária a arrecadação de apenas 39,31% da receita de capital, que em valores absolutos representam R\$ 2.291.606 mil a menos de receita para o Estado cobrir suas despesas de capital, terminando o ano com um saldo negativo de R\$ 2.406.904 no orçamento de capital.

O resultado negativo não significa, necessariamente, que a condição financeira seja desfavorável, pois as reservas financeiras acumuladas em exercícios anteriores podem ser usadas para cobrir o excesso de despesas. No caso, o Estado do Ceará apurou em seu Balanço Patrimonial de 2017 os valores de R\$ 26.945.145 mil de superávits acumulados, sendo R\$ 4.050.997 mil do exercício anterior (2017), montante esse suficiente para salvaguardar sua condição financeira.

Se tratando de resultado orçamentário deficitário, a análise que segue busca identificar se há:

- Padrão contínuo de déficits operacionais;
- Declínio nas reservas;
- Técnicas ineficientes de previsão de receitas;
- Declínio de liquidez e;
- Controle orçamentário ineficiente.

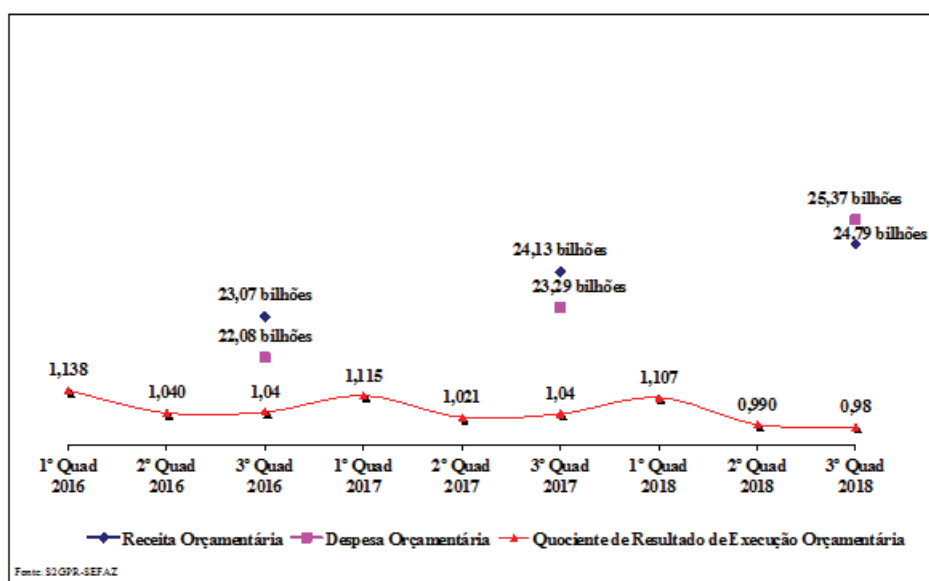
Mais importante que obter déficit ou superávit no período é identificar se houve a intenção do ente de concretizar determinado resultado, identificando as causas do resultado da execução orçamentária.

4.1.1 Análise Temporal da Receita e Despesa Orçamentária

O Gráfico 4 informa a evolução da receita e despesa orçamentária (em bilhões de reais) e quociente de resultado orçamentário, durante os nove últimos quadrimestres. O quociente é extraído pelo cálculo da Receita dividida pela Despesa. Caso o resultado seja acima de 1, indica superávit, abaixo de 1 indica déficit.

É importante que a administração busque sempre atender as necessidades da população, mantendo a estabilidade do quociente de Resultado Orçamentário durante todo o período, o que demonstraria controle do fluxo orçamentário durante o ano inteiro.

Gráfico 4 - Quociente orçamentário – Receita e Despesa



As receitas e despesas cresceram na ordem de R\$ 1,00 bilhão de 2016 para 2017, porém, em 2018 houve um crescimento de R\$ 2,08 bilhões (+8,92%) das despesas contra apenas R\$ 0,66 bilhões (+2,74%) de receita, restando em déficit de resultado orçamentária.

Observa-se que o quociente de execução orçamentária se mantém acima de 1 até o primeiro quadrimestre de 2018. Porém, no segundo quadrimestre do ano verificou-se o déficit de resultado orçamentário com quociente de 0,990, encerrando o ano com quociente de 0,977. No entanto, esse indicador demonstra que não há padrão contínuo de déficits, pois ao longo da análise histórica apenas dois quadrimestres apresentaram resultados deficitários. Soma-se isso ao saldo negativo do ano de 2018 está devidamente coberto por superávits de anos imediatamente anteriores. A pouca variabilidade dos quocientes também é um bom indicador a ser observado.

A linha quadrimestral de quociente de resultado orçamentário revela uma tendência em onda, caracterizada com controle das despesas no primeiro quadrimestre durante os três anos observados e recuo do indicador nos dois quadrimestres seguintes. Apenas no último quadrimestre de 2018 houve piora do indicador entre o segundo e terceiro quadrimestre do ano.

4.1.2 Análise da Previsão da Receita e Fixação da Despesa

Ao final do ano, espera-se que os ajustes no orçamento tenham refletido adequadamente a realidade e necessidades, de modo a não sobrar ou faltar valores nos orçamentos previstos de despesa e receita.

A Tabela 27 demonstra o resumo da previsão inicial de superávit / déficit do resultado orçamentário e as movimentações orçamentárias durante o ano.

Tabela 27 – Resumo das movimentações orçamentárias

(R\$ 1.000,00)

Resumo das Movimentações Orçamentárias	Valores
Previsão Inicial de Superávit / Déficit Orçamentário	0
(+) Aumento da Previsão da Receita	1.555.039
(-) Frustração de Receita Prevista Atualizada	- 2.920.483
(-) Aumento da Previsão de Despesa	- 1.965.414
(+) Contenção de Despesa Prevista Atualizada	2.754.001
Resultado de Execução Orçamentária	- 576.858

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Observa-se que durante o ano houve elevado aumento da previsão de receita e despesa, porém, a frustração de receita e contenção de despesas indica valores ainda superiores, tornando, portanto, desnecessários os aumentos de orçamento propostos.

Esse distanciamento e variação elevada de previsão e execução pode ser a causa do déficit de R\$ 576.858 mil apresentado no resultado de execução orçamentário, cujo motivo seria falha de planejamento e execução.

Tabela 28 detalha as variações na previsão inicial da Receita e fixação da Despesa orçamentária durante o exercício de 2018.

Tabela 28 – Variação da previsão inicial de receita e fixação da despesa orçamentária em 2018

(R\$ 1.000,00)

Descrição	Previsão Inicial para 2018	Previsão Atualizada	Variação da Previsão	Execução
Receita Corrente	22.988.997	23.939.261	4,13%	23.310.384
Receita de Capital	3.170.994	3.775.769	19,07%	1.484.163
Receita Prevista Total	26.159.991	27.715.030	5,94%	24.794.546
Despesa Corrente	21.401.930	22.490.106	5,94%	21.480.338
Despesa de Capital	4.704.121	5.635.299	19,67%	3.891.067
Reserva de Contingência	53.940	0	-100,00%	0
Despesa Dotada Total	26.159.991	28.125.405	8,19%	25.371.405
Diferença	0	- 410.376	0,00%	- 576.858

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Destaca-se que no orçamento corrente houve reduzida alteração do orçamento inicial durante o ano, tanto para receita (4,13%) quanto para despesa (5,94%). Em relação ao planejado, a execução final ficou próxima do orçamento previsto.

Em se tratando de orçamento de capital, a previsão apresentou elevada variação durante o ano, obtendo ajuste acima de 19%. Não obstante, o valor executado de despesa e receita se apresentou muito abaixo da previsão inicial e final, caracterizando injustificado aumento de orçamento de capital proposto.

Destaca-se, portanto, a necessidade de revisão do processo de planejamento orçamentário de capital, no sentido melhorar a capacidade preditiva dos valores a serem executados durante o ano, além de monitorar com mais rigor a necessidade de acréscimos de orçamento de capital durante o ano.

A Tabela 29 detalha as quatro maiores frustrações de receita observadas em 2018.

Tabela 29 – Receitas frustradas

(R\$ 1.000,00)

Operações de Crédito	Prevista	Realizada	Diferença
Operações de Crédito Internas para Refinanciamento da Dívida Contratual	785.767	0	785.767
Operações de Crédito Externas para Programas de Infraestrutura	607.946	51.399	556.547
Transferências de Capital	Prevista	Realizada	Diferença
Outras Transferências de Convênios da União	502.831	114.172	388.659
Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infra-Estrutura em Transporte	197.260	3.977	193.283
Total	2.093.804	169.548	1.924.256

Fonte: S2GPR-SEFAZ

As receitas expostas na tabela 29 totalizam R\$ 1.924.256,24 mil de recebimento a menor que o previsto em 2018. Cabe destacar que essas mesmas receitas também apresentaram em 2017 frustrações no montante de R\$ 1.926.090 mil. Este foi o segundo ano seguido com valores vultosos previstos para operações de crédito internas para refinanciamento da dívida contratual, sem a realização efetiva. Além disso, é necessária uma maior integração com a União para recebimento das verbas de transferências de capital, bem como para o recebimento de receitas de convênios.

4.2 Receitas

A receita representa os recursos que garantem o cumprimento das obrigações do Estado, por este motivo, é importante a exploração adequada da base econômica da localidade para manter a condição do governo favorável. A análise a seguir verificará se as receitas são:

- Devidamente estimadas no início e durante o ano;
- Crescentes com relação à inflação e sua base econômica;
- Diversificadas de forma que o governo não seja totalmente dependente de transferências de esferas governamentais superiores;
- Recebidas de forma eficiente.

4.2.1 Categoria e Origem das Receitas Orçamentárias

A Tabela 30 apresenta a previsão e a arrecadação das receitas do Estado do Ceará por categoria e origem no exercício de 2018, com os respectivos valores absolutos e percentuais.

Tabela 30 – Receitas por categoria e origem

(R\$ 1.000,00)

Categoria / Origem	Prevista	Realizada	Percentual Realizado	Participação no Total (%)
Receita Corrente	23.939.261	23.310.384	97,37%	94,01%
Receita Tributária	12.969.243	12.944.469	99,81%	52,21%
Receita de Contribuições	798.975	730.755	91,46%	2,95%
Receita Patrimonial	971.048	771.865	79,49%	3,11%
Receita Agropecuária		8	100%	0,00%
Receita de Serviços	101.013	85.444	84,59%	0,34%
Transferências Correntes	8.089.910	7.930.162	98,03%	31,98%
Outras Receitas Correntes	1.009.072	847.681	84,01%	3,42%
Receita de Capital	3.775.769	1.484.163	39,31%	5,99%
Operações de Crédito	2.606.226	908.065	34,84%	3,66%
Alienação de Bens	93	14.495	15506,06%	0,06%
Transferências de Capital	1.066.949	410.909	38,51%	1,66%
Outras Receitas de Capital	102.500	147.198	143,61%	0,59%
Amortização de Empréstimos		3.496	0,00%	0,01%
Total Geral	27.715.030	24.794.546	89,46%	100,00%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

A Receita Corrente obteve bom percentual de 97,37% de realização do previsto. As Receitas Tributárias e Transferências Correntes, com respectivos 52,21% e 31,98% de participação no total das receitas, são as principais origens de receita realizada do governo.

Por outro lado, a Receita de Capital realizou apenas 39,31% da receita prevista, porcentagem ainda menor que em 2017, quando realizou 57,88%. As suas duas principais origens, Operações de Crédito e Transferências de Capital, receberam menos de 40% de sua previsão, montando uma frustração de receita de R\$ 2.354.202 mil nessas duas origens. É necessário verificar se o problema ocorreu na estimativa ou na capacidade de arrecadação.

O indicador de autonomia financeira mostra a participação de todos os recursos próprios do Estado (receita tributária, de contribuição, patrimonial, agropecuária, serviços e outras receitas correntes) sobre a receita corrente. O Estado apresenta relativa autonomia financeira de 65,88%, porcentagem ainda superior ao obtido em 2017 de 65,35%, ou seja, cerca de 2/3 da receita corrente deriva dos próprios mecanismos de arrecadação do Estado.

Considerando a população cearense de 9.075.649¹, a receita corrente *per capita* cresceu de R\$ 2.394,42 em 2017 para R\$ 2.568,45 em 2018, esse indicador demonstra que o Estado está sendo capaz de obter mais receita corrente por cidadão nesse ano.

O esforço tributário, indicador de receita tributária em relação ao PIB do Estado do Ceará, obteve leve redução de 8,90% em 2017 para 8,83% em 2018, indicando redução na capacidade de arrecadação de tributos em relação à riqueza gerada pelo Estado do Ceará.

4.2.2 Fontes de Receita Orçamentária

As fontes de receita do Estado indicam o destino dos recursos para o financiamento de determinadas despesas. Segue a Tabela 31 com as fontes de receita do Estado nos últimos três anos.

Tabela 31 – receitas por fonte

Fonte de Receita	2016	% Total	2017	% Total	2018	% Total
Tesouro	16.602.507	71,97%	17.124.366	70,95%	18.832.021	75,95%
Recursos Próprios	2.212.273	9,59%	1.893.785	7,85%	1.931.287	7,79%
Transferências Legais	2.299.674	9,97%	2.383.641	9,88%	2.510.979	10,13%
Operações de Crédito	1.109.696	4,81%	2.059.072	8,53%	950.892	3,84%
Convênios	844.422	3,66%	673.335	2,79%	569.368	2,30%
Total	23.068.571	100,00%	24.134.199	100,00%	24.794.546	100,00%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

A maior parte dos recursos arrecadados vem da fonte Tesouro, que em 2016 contribuía com 71,97% do total de receitas e em 2018 chegou a 75,95%.

A receita própria em 2018 obteve arrecadação e participação no total recebido inferior ao valor auferido em 2016, apesar disso, o montante de 2018 apresenta leve crescimento em relação a 2017.

Durante os três últimos anos, as fontes Tesouro, Recursos Próprios e Transferências Legais vêm obtendo arrecadação acima de 90% do previsto. Esse resultado contrasta com as

¹ Fonte Ipece

arrecadações de Operações de Crédito e Convênios, com respectivamente 36,49% e 48,95% em 2018. Essa reduzida arrecadação impacta de forma relevante na participação dessas receitas no montante total.

4.2.3 Origens de Receita Orçamentária

A Tabela 32 descreve a evolução das principais origens de Receita, levando em consideração informações dos três últimos anos.

Tabela 32 – Evolução das principais origens de receita

(R\$ 1.000,00)

Recurso Espécie	Receita Arrecadada			Acréscimo (%)		
	2016	2017	2018	2017/2016	2018/2017	2018/2016
Origens de Receita						
Receita Tributária	11.623.754	12.197.141	12.944.469	4,93%	6,13%	11,36%
Transferências Correntes	7.570.667	7.481.743	7.930.162	- 1,17%	5,99%	4,75%
Operações De Crédito	1.109.696	2.051.079	908.065	84,83%	-55,73%	-18,17%
Outras Receitas Correntes	1.058.998	777.603	847.681	-26,57%	9,01%	-19,95%
Transferências De Capital	638.501	471.261	410.909	-26,19%	-12,81%	-35,64%
Receita De Contribuições	593.368	630.917	730.755	6,33%	15,82%	23,15%
Receita Patrimonial	406.362	423.990	771.865	4,34%	82,05%	89,94%
Demais Origens de Receita	67.225	100.465	250.641	49,45%	149,48%	272,84%
Total das Receitas	23.068.571	24.134.199	24.794.546	4,62%	2,74%	7,48%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Nos últimos três anos houve crescimento de 7,48% da receita total do Estado, valor inferior à inflação do Ceará acumulada de 14,01%, porém superior ao crescimento acumulado do PIB do Ceará de 0,99%.

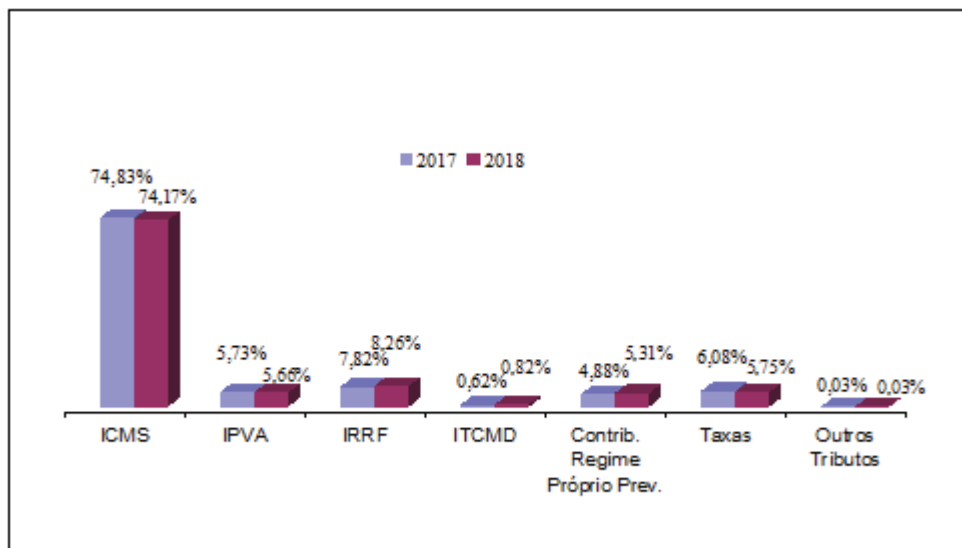
A Receita Tributária se destaca com crescimento de 11,36% entre 2016 e 2018, o que representa um acréscimo de receita de R\$ 1.320.714 mil em seu valor bruto. O resultado acompanha parcialmente a alta de 14,45% de arrecadação de ICMS no período. A receita patrimonial também se destaca pelo aumento de 82,05% do valor recebido entre 2017 e 2018.

Houve também relevante aumento de 23,15% de receita de contribuições, espécie essa que comporta as contribuições para o regime próprio de previdência, questão sensível devido a elevadas despesas atreladas a sua arrecadação.

Relativo a recursos intergovernamentais, as transferências correntes obtiveram reduzido crescimento no período entre 2016 e 2018 de 4,75% enquanto as transferências de capital reduziram seu valor em 35,64%.

A Gráfico 5 apresenta a participação dos principais tributos na receita total do Estado do Ceará nos últimos três anos.

Gráfico 5 – Participação dos principais tributos em relação a receita total



Fonte: S2GPR/SEFAZ

O ICMS apresenta maior participação na receita total do Estado, se mantendo na faixa dos 74% em 2017 e 2018, porém reduzindo 0,66% no último ano. As três maiores espécies de ICMS, que incidem sobre atacado, combustível e varejo, obtiveram crescimento abaixo da média dos tributos em geral, com respectivos 4,94%, 1,58% e 6,74%. O ICMS sobre energia elétrica, quarta maior arrecadação dentro dessa espécie de tributo, termina 2018 com uma arrecadação de R\$ 1.451.275 mil, apresentando crescimento de 16,36% em relação a 2017.

Entre 2017 e 2018, os tributos Contribuição para o Regime Próprio Previdenciário, IRRF e ITCMD apresentaram crescimento em relação ao total das receitas tributárias, com acréscimo de arrecadação de respectivos 15,91%, 12,61% e 40,42%.

4.3 Despesas

A condição financeira do Estado, sob a perspectiva das despesas, é avaliada pela pressão dos gastos, e essa é consequência do grau satisfação da comunidade quanto às suas necessidades. Sendo assim, o governo precisa decidir a quantidade e qualidade dos *outputs*, preço dos *inputs*, condições para prestação de serviços públicos, levando em conta sua capacidade financeira e operativa.

Na análise específica das despesas orçamentárias, os principais pontos a serem considerados são:

- Crescimento excessivo dos gastos comparado à receita ou riqueza da comunidade;
- Crescimento indesejável dos custos fixos;
- Controle orçamentário ineficiente;
- Crescimento excessivo em despesas que criam obrigações futuras.

4.3.1 Categoria Econômica e Grupo de Natureza das Despesas

A Tabela 33 apresenta os valores autorizados e empenhados, referentes à Categoria e Grupo de Despesa no exercício de 2018.

Tabela 33 – Participação das categorias e grupos de despesa orçamentária.

(RS 1.000,00)

Categoria/Grupo	Autorizado (A)	Empenhado (B)	Execução Orçamentária (B/A)	Participação Total Empenhado
DESPESAS CORRENTES	22.490.106	21.480.338	95,51%	84,66%
Pessoal e Encargos Sociais	11.505.761	10.978.017	95,41%	43,27%
Juros e Encargos da Dívida	567.521	562.908	99,19%	2,22%
Outras Despesas Correntes	10.416.824	9.939.413	95,42%	39,18%
DESPESAS DE CAPITAL	5.635.299	3.891.067	69,05%	15,34%
Investimentos	4.636.146	2.915.844	62,89%	11,49%
Inversões Financeiras	178.731	168.835	94,46%	0,67%
Amortizações	820.422	806.388	98,29%	3,18%
RESERVA DE CONTIGÊNCIAS	0	0	0,00%	0,00%
Reserva de Contingência	0	0	0,00%	0,00%
TOTAL GERAL	28.125.405	25.371.405	90,21%	

Fonte: S2GPR-SEFAZ

As Despesas Correntes representam 84,66% do total de empenho do Estado, enquanto as Despesas de Capital participam com 15,34%. As Despesas de Pessoal e Encargos Sociais e Investimento, com respectivos 43,27% e 11,49% de participação no total empenhado, representam as maiores despesas dentro de suas respectivas Categorias.

Os grupos das Despesas Correntes apresentam execução acima de 95% do autorizado, refletindo boa coordenação de planejamento e execução orçamentária.

O Grupo Investimentos executou apenas 62,89% da dotação autorizada, o que em termos absolutos representa gasto R\$ 1.727.268 mil, menor que o orçado para o ano.

É necessário que ocorram correções no planejamento e execução dos investimentos, haja vista os altos custos de obras paralisadas e prejuízos para a sociedade decorridos de falta de estrutura nas variadas áreas de atuação do Estado e da iniciativa privada.

Os gastos do governo chegaram a 17,28% do PIB em 2018, representando um crescimento de 1,72% em relação ao ano anterior. Esse indicador demonstra que uma fatia maior do produto gerado dentro do Estado do Ceará está sendo gasto no setor público, exigindo maior esforço da população para cobrir esse montante.

O Índice de Rigidez das Despesas, valor calculado utilizando a Despesa de Custeio (gastos com pessoal, o serviço da dívida e outras despesas correntes) em relação à Despesa Total, obteve leve redução de 88,56% em 2017 para 87,84% em 2018. Quanto mais esse indicador se aproximar de 100%, mais preocupante será, pois demonstra um maior comprometimento das despesas com as receitas. A STN apresentou esse indicador em seu Boletim das Finanças Públicas, editado no final de 2016, e calculou, em relação às capitais brasileiras, uma média de 92%.

4.3.2 Comparativo das Despesas por Poder

A Tabela 34 detalha as Despesas por Poder, comparando o percentual empenhado em relação ao total, nos últimos três anos.

Tabela 34 – Despesas por poder nos três últimos anos

(R\$ 1.000,00)

Despesa por Poder	Despesa Realizada			Participação Total 2018	Variação (%)	
	2016	2017	2018		2018/2016	2018/2017
Executivo	20.015.335	21.161.118	23.046.756	90,84%	15,15%	8,91%
Judiciário	1.041.843	1.061.882	1.166.798	4,60%	11,99%	9,88%
Legislativo	578.442	580.607	629.793	2,48%	8,88%	8,47%
Ministério Público	332.256	356.184	383.773	1,51%	15,51%	7,75%
Executivo Autônomo	116.935	133.042	144.285	0,57%	23,39%	8,45%
TOTAL	22.084.811	23.292.834	25.371.405	100,00%	14,88%	8,92%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Com participação de 90,84% das despesas totais do Estado em 2018, o Poder Executivo obteve um crescimento das despesas de 15,15% nos últimos três anos, fator relevante para o aumento de 14,88% das despesas totais do Estado no mesmo período.

No geral, todos os poderes apresentaram crescimento de despesa, acima de 7%, entre os anos de 2017 e 2018.

4.3.3 Elementos de Despesa

4.3.3.1 Elementos de Despesa – Pessoal e Encargos Sociais

A Tabela 35 mostra o detalhamento dos 5 elementos de Despesa de maior valor, nos três últimos anos, referentes ao grupo de Despesa Pessoal e Encargos Sociais.

Tabela 35 – Principais elementos de despesa do grupo pessoal e encargos sociais

(R\$ 1.000,00)

Grupo - Pessoal e Encargos Sociais	Despesa Realizada			Participação Total 2018	Variação (%)	
	2016	2017	2018		2018/2016	2018/2017
Análise de Elementos de Despesa						
Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	4.805.882	5.023.367	5.353.132	48,76%	11,39%	6,56%
Aposentadorias Do Rpps, Reserva Remunerada E Reformas Dos Mi	2.177.756	2.370.354	2.573.329	23,44%	18,16%	8,56%
Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Militar	1.118.674	1.162.083	1.452.113	13,23%	29,81%	24,96%
Pensões, Exclusive Do Rgps (52)(A)	717.879	745.208	789.181	7,19%	9,93%	5,90%
Contratação Por Tempo Determinado	315.306	327.485	404.034	3,68%	28,14%	23,38%
TOTAL	9.135.497	9.628.497	10.571.789	96,30%	15,72%	9,80%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Os 5 principais elementos de despesa Pessoal e Encargos Sociais representam R\$ 10.571.789 mil de um total de R\$ 10.798.017 mil empenhado nesse Grupo em 2018. A Despesa de Pessoal e Encargos Sociais obteve o maior valor realizado dentro da Categoria de Despesas Correntes. No comparativo dos três últimos anos, os 5 elementos desse grupo de Despesa obtiveram um crescimento de 9,80% em relação a 2017, e 15,72% em relação a 2016.

O elemento Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil possui o maior volume dos gastos nesse Grupo. O referido elemento cresceu 6,56% entre 2017 e 2018 e 11,39% nos últimos três anos.

Nos últimos três anos, os elementos Vantagens Fixas – Pessoal Militar e Contratação por Tempo Determinado e Vencimentos obtiveram o maior crescimento de Despesa, com respectivamente 29,81% e 28,14%, grande parte desse crescimento atribuído ao período entre 2017 e 2018.

4.3.3.2 Elementos de Despesa – Outras Despesas Correntes

A Tabela 36 detalha os 5 principais elementos de Despesa de maior valor nos três últimos anos referentes ao Grupo de Outras Despesas Correntes.

Tabela 36 – Principais elementos de despesa do grupo outras despesas correntes

(R\$ 1.000,00)

Grupo - Outras Despesas Correntes	Despesa Realizada			Participação	Variação (%)	
	2016	2017	2018		Total 2018	2018/2016
Análise de Elementos de Despesa						
Distribuição Constitucional Ou Legal De Receitas (1)(A)	2.861.888	3.151.522	3.341.737	33,62%	16,77%	6,04%
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	1.955.260	2.190.708	2.385.298	24,00%	21,99%	8,88%
Locação De Mão-De-Obra	803.113	820.204	895.269	9,01%	11,47%	9,15%
Outras Despesas De Pessoal Decorrentes De Contratos De Terce	503.801	578.299	628.239	6,32%	24,70%	8,64%
Contribuições	530.514	543.681	612.383	6,16%	15,43%	12,64%
TOTAL	6.654.577	7.284.414	7.862.926	79,11%	18,16%	7,94%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

A Tabela 36 demonstra um elevado aumento das principais despesas do Grupo Outras Despesas Correntes, tendo crescido 18,16% nos últimos três anos e 7,94% entre 2017 e 2018.

Os elementos Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização, e Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica apresentaram, respectivamente, aumento e despesa de 24,70% e 21,99% entre 2016 e 2018.

4.3.3.3 Elementos de Despesa – Investimentos

A Tabela 37 detalha os 5 principais elementos de Despesa de maior valor nos últimos três anos, referentes ao grupo de Investimentos.

Tabela 37 – Principais elementos de despesa do grupo investimentos

(R\$1000)

Grupo - Investimentos Análise de Elementos de Despesa	Despesa Prevista	Despesa Realizada	Realização (%)
Obras E Instalações	2.766.078	1.437.537	51,97%
Equipamentos E Material Permanente	474.662	340.164	71,66%
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	623.277	525.410	84,30%
Auxílios	239.571	207.364	86,56%
Despesas De Exercícios Anteriores	198.313	152.567	76,93%
TOTAL	4.301.901	2.663.041	61,90%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Observa-se que a realização desses 5 principais elementos de despesa do grupo Investimentos foi de apenas 61,90% do previsto para o ano de 2018, significando uma aplicação de R\$ 1.645.827 mil a menor do que o previsto. O elemento de despesa de Obras e Instalações foi responsável pela maior parte da frustração na realização de despesa, tendo deixado de aplicar R\$ 1.328.541 mil do orçamento previsto.

4.3.3.4. Elementos de Despesa – Amortizações, Juros e Encargos da Dívida

A Tabela 38 detalha os Elementos de Despesa dos últimos três anos, referentes aos grupos de Amortizações e Juros e Encargos da Dívida.

Tabela 38 – Elementos de despesa dos grupos amortizações e juros e encargos da dívida

(R\$ 1.000,00)

Grupo - Outras Despesas Correntes Análise de Elementos de Despesa	Despesa Realizada			Variação (%)		
	2016	2017	2018	2017/2016	2018/2016	2018/2017
Principal Da Dívida Contratual Resgatado	846.777	860.435	706.273	1,61%	-16,59%	-17,92%
Juros Sobre A Dívida Por Contrato	426.855	393.849	515.633	- 7,73%	20,80%	30,92%
Encargos Pela Honra De Avais, Garantias, Seguros E Similares	0	156.191	117.683	0,00%	0,00%	-24,65%
Outros Encargos Sobre A Dívida Por Contrato	19.221	30.898	29.707	60,75%	54,55%	- 3,86%
Despesas De Exercícios Anteriores	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL	1.292.853	1.441.373	1.369.295	11,49%	5,91%	- 5,00%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Observa-se que os elementos de despesa Principal da Dívida Contratual Resgatado reduziram consideravelmente seus gastos de 2017 para 2018, movimento inverso aos Juros sobre a Dívida por Contrato, que aumentaram em 30,92% suas despesas no mesmo período.

4.3.4 Despesa por Função

A Tabela 39 analisa a execução da Despesa por Função.

Tabela 39 – Despesas por função empenhadas

(R\$ 1.000,00)

Grupo de Funções	Despesa Realizada			Participação Total 2018	Variação (%)	
	2016	2017	2018		2018/2016	2018/2017
Administracao	998.575	1.129.465	1.125.535	4,44%	12,71%	- 0,35%
Agricultura	354.072	468.187	551.228	2,17%	55,68%	17,74%
Assistencia Social	190.734	229.169	283.086	1,12%	48,42%	23,53%
Ciencia E Tecnologia	50.620	109.334	88.021	0,35%	73,89%	-19,49%
Comercio E Servicos	52.104	80.600	92.709	0,37%	77,93%	15,02%
Comunicacoes	25.954	28.035	40.848	0,16%	57,39%	45,70%
Cultura	76.573	89.681	106.741	0,42%	39,40%	19,02%
Desporto E Lazer	45.724	25.205	66.343	0,26%	45,10%	163,22%
Direitos Da Cidadania	517.494	594.905	709.761	2,80%	37,15%	19,31%
Educacao	2.879.224	2.979.073	3.263.913	12,86%	13,36%	9,56%
Encargos Especiais	4.701.125	4.913.993	5.063.570	19,96%	7,71%	3,04%
Energia	4.634	4.005	6.929	0,03%	49,51%	73,01%
Essencial A Justica	396.010	424.657	454.634	1,79%	14,80%	7,06%
Gestao Ambiental	223.296	177.981	189.664	0,75%	-15,06%	6,56%
Habitacao	56.372	37.962	24.763	0,10%	-56,07%	-34,77%
Industria	80.006	61.765	37.261	0,15%	-53,43%	-39,67%
Judiciaria	1.041.797	1.061.882	1.166.798	4,60%	12,00%	9,88%
Legislativa	575.333	574.846	624.969	2,46%	8,63%	8,72%
Organizacao Agraria	10.963	14.214	12.767	0,05%	16,45%	-10,18%
Previdencia Social	2.899.381	3.120.866	3.367.866	13,27%	16,16%	7,91%
Reserva De Contingencia	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Saneamento	385.072	403.791	314.015	1,24%	-18,45%	-22,23%
Saude	3.049.362	3.188.376	3.497.991	13,79%	14,71%	9,71%
Seguranca Publica	1.905.974	2.162.600	2.581.001	10,17%	35,42%	19,35%
Trabalho	62.632	56.635	70.112	0,28%	11,94%	23,80%
Transporte	1.253.857	1.175.941	1.411.915	5,56%	12,61%	20,07%
Urbanismo	247.923	179.666	218.967	0,86%	-11,68%	21,87%
TOTAL GERAL	22.084.811	23.292.834	25.371.405	100,00%	14,88%	8,92%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Destacam-se na Tabela 39 as funções com orçamento acima de R\$ 1.000.000 mil em 2018, sendo essas Administração, Educação, Encargos Especiais, Judiciária, Previdência Social, Saúde, Segurança Pública e Transporte. Dentre esses, apenas os Encargos Especiais se apresenta com aumento de despesa inferior a 10% entre 2016 e 2018.

Com despesa de R\$ 3.367.866 mil em 2018, a função Previdência Social apresentou aumento de 16,16% no acumulado dos três últimos anos, com aumentos crescentes nos dois últimos anos, com respectivos 13,27% e 7,91%.

Ainda nas principais funções de despesas, obtiveram elevados acréscimos nos últimos três anos os gastos com Educação, Saúde e Segurança Pública, com respectivos 13,36%, 14,71% e 35,42%.

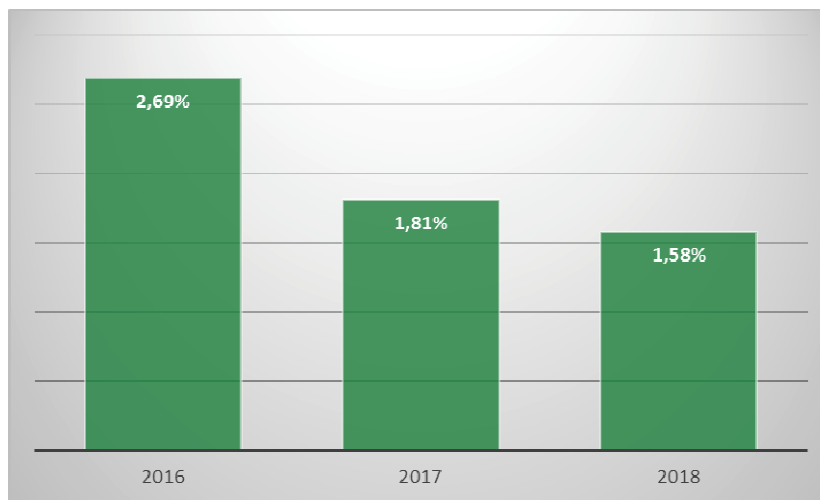
As funções Habitação e Indústria tiveram cortes acima de 50% na execução no acumulado dos últimos três anos. A maior parte foi observada entre 2017 e 2018, com redução respectiva de 34,77% e 39,67%.

As funções Ciência e Tecnologia e Comércio e Serviços se destacam pelo maior aumento de execução nos últimos três anos, com respectivos 73,89% e 77,93%.

4.3.5 Despesas de Exercícios Anteriores

O Indicador do DEA em relação à Despesa Total demonstra a qualidade do planejamento. Como as despesas com DEA são aquelas que ocorrem sem registro e não utilizam o orçamento da época, quanto maior for esse indicador, maior será a fragilidade no controle das despesas orçamentárias, tendo o governo que arcar com despesas que não foram previamente inscritas no orçamento do exercício corrente. A STN apresentou esse indicador em seu Boletim das Finanças Públicas editado no final de 2016 e calculou, em relação às capitais brasileiras, uma média de 1,82%.

Gráfico 6 - Indicador de DEA em relação à despesa total - Poder Executivo



Fonte: S2GPR-SEFAZ

A redução do nível de DEA demonstra que há uma maior preocupação quanto ao tema nesses dois últimos anos, porém, ainda é necessário reduzir ao máximo essa porcentagem, sendo, caso necessário, propor consequências aos gestores que não assumirem esse compromisso.

A Tabela 40 destaca as principais fontes utilizadas para empenho dos DEA no poder executivo.

Tabela 40 - Aplicação de recursos de DEA por fonte - Poder Executivo

(R\$ 1.000,00)

Fonte	ANO						
	2016	% de Participação	2017	% de Participação	2018	% de Participação	2018/2016
Tesouro	242.189	49,09%	201.373	55,41%	267.322	73,56%	10,38%
Convênios Federais	113.916	23,09%	34.493	9,49%	25.933	7,14%	-77,23%
Operações de Crédito	62.358	12,64%	59.998	16,51%	23.243	6,40%	-62,73%
SUS	29.723	6,02%	37.618	10,35%	17.557	4,83%	-40,93%
Outras Fontes	45.197	9,16%	29.950	8,24%	29.338	8,07%	-35,09%
TOTAL	493.383	100,00%	363.433	100,00%	363.393	100,00%	-26,35%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Entre os anos de 2016 e 2018, constata-se uma variação de -26,35% de gastos com DEA, representando redução no montante de R\$ 129.990 mil dessa despesa no período.

Dentre as quatro maiores fontes de recursos, somente o Tesouro apresentou aumento de despesas com DEA em 2018 em relação a 2016 (10,38%).

As demais fontes de recursos apresentaram redução de DEA em relação a 2017, os DEAs de Operações de Crédito reduziram a menos da metade em relação ao ano anterior.

A Tabela 41 apresenta as Secretarias que mais empenharam DEA nos último três anos no poder Executivo.

Tabela 41 - Aplicação de recursos de DEA por Secretaria - Poder Executivo

(R\$ 1.000,00)

Secretarias	ANO						
	2016	% de Participação	2017	% de Participação	2018	% de Participação	2018/2016
SEINFRA	60.101	12,18%	91.643	25,22%	83.240	22,91%	38,50%
SEDUC	70.115	14,21%	21.191	5,83%	66.424	18,28%	-5,26%
SESA	96.717	19,60%	72.305	19,89%	60.177	16,56%	-37,78%
SEJUS	46.334	9,39%	33.869	9,32%	43.855	12,07%	-5,35%
SSPDS	4.986	1,01%	5.572	1,53%	20.843	5,74%	318,00%
SRH	116.451	23,60%	39.547	10,88%	17.612	4,85%	-84,88%
STDS	2.414	0,49%	14.762	4,06%	14.749	4,06%	511,04%
SCIDADES	27.145	5,50%	21.584	5,94%	11.473	3,16%	-57,73%
SECITECE	8.232	1,67%	12.150	3,34%	11.102	3,06%	34,87%
SEPLAG	13.644	2,77%	14.729	4,05%	9.614	2,65%	-29,54%
OUTRAS SECRETARIAS	47.242	21,06%	36.081	16,95%	24.303	16,95%	-48,56%
TOTAL GERAL	493.383	100,00%	363.433	100,00%	363.393	100,00%	-26,35%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

A SEINFRA obteve o maior volume de DEA pago em 2018, com 22,91% do total, porém, reduziu um pouco o valor em relação a 2017, tendo aumentado apenas em relação a 2016.

A SEDUC, segundo maior volume de DEA, tinha reduzido consideravelmente os valores pagos entre 2016 e 2017, mas voltou a aumentar os gastos em 2018 em relação ao ano anterior.

Destaca-se o SRH, que em 2016 obteve R\$ 116.451 mil de DEA, tendo reduzido a R\$ 39.547 em 2017 e chegando a R\$ 17.612 em 2018.

A Tabela 42 apresenta a variação das Despesas de Exercícios Anteriores (DEA), por item de despesa, no poder Executivo, período de 2016 a 2018.

Tabela 42 - Aplicação de recursos de DEA por item de despesa - Poder Executivo

(R\$ 1.000,00)

Itens	ANO						
	2016	% de Participação	2017	% Total	2018	% de Participação	2018/2016
Obras e Instalações	183.339	37,16%	138.656	38,15%	104.762	28,83%	-42,86%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	112.476	22,80%	69.852	19,22%	59.636	16,41%	-46,98%
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização	31.808	6,45%	19.974	5,50%	38.741	10,66%	21,80%
Vencimentos e Vantagens Fixas e Pessoal Ativo Civil - RPPS	21.530	4,36%	12.901	3,55%	23.860	6,57%	10,82%
Material de Consumo	25.858	5,24%	17.411	4,79%	17.702	4,87%	-31,54%
Indenizações	6.604	1,34%	503	0,14%	17.596	4,84%	166,44%
Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	25.717	5,21%	15.174	4,18%	12.530	3,45%	-51,28%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Contrato de Gestão	1.709	0,35%	7.639	2,10%	10.351	2,85%	505,82%
Transferências ao FUNDEB - Multas e Juros de Penalidades	9.917	2,01%	9.859	2,71%	9.576	2,64%	-3,44%
Contraprestação de Serviços de PPP	6.042	1,22%	5.850	1,61%	8.969	2,47%	48,46%
Outras Contas	68.382	13,86%	65.612	18,05%	59.670	16,42%	-12,74%
TOTAL GERAL	493.383	100,00%	363.433	100,00%	363.393	100,00%	-26,35%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Os DEAs pagos no item de despesa Obras e Instalações se encontra no topo entre os demais por três anos consecutivos, com relevante diferença entre o segundo maior item. Apesar do elevado volume, houve uma redução de 42,86% do valor pago de DEA entre 2016 e 2018.

O Item Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica se mantém em segundo entre as maiores despesas de DEA por três anos consecutivos, porém, assim como Obras e Instalações, também apresentou relevante redução de 46,98% do volume gasto em 2018 em relação a 2016.

O Item Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Contrato de Gestão se destaca pelo elevado aumento de pagamento de DEA de 505,82% entre 2016 e 2018.

4.3.6 Contratos de Gestão

A Tabela 43 demonstra a disposição dos recursos por fonte aplicados em Contratos de Gestão no Poder Executivo.

Tabela 43 - Aplicação de recursos por fonte

(R\$ 1.000,00)

FONTES	2016	% de Participação	2017	% de Participação	2018	% de Participação	2018/2016
Tesouro	449.459	57,15%	463.691	55,97%	523.983	55,82%	16,58%
Convênios Federais	13.111	1,67%	4.074	0,49%	3.053	0,33%	-76,72%
SUS	181.700	23,10%	198.747	23,99%	262.813	28,00%	44,64%
FECOP	106.021	13,48%	114.734	13,85%	125.169	13,33%	18,06%
Diversas Fontes	36.137	4,60%	47.217	5,70%	23.680	2,52%	-34,47%
TOTAL	786.428	100,00%	828.463	100,00%	938.698	100,00%	13,31%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Das quatro principais fontes de aplicação em Contrato de Gestão nos últimos três anos, apenas Convênios Federais apresentou redução de gastos dessa natureza.

Apesar do pequeno aumento de 2,78% das despesas com Contratos de Gestão na fonte tesouro entre 2017 e 2016, no acumulado dos últimos três anos a variação é de 16,58%

A Tabela 44 apresenta os gastos com Contratos de Gestão por Secretaria no poder Executivo, conforme a seguir.

Tabela 44 – Gastos com contratos de gestão por Secretaria – Poder Executivo

(R\$ 1.000,00)

Secretarias / Despesas	2016	% de Participação	2017	% de Participação	2018	% de Participação	2018/2017
SESA	561.856	71,44%	590.927	71,33%	678.392	72,27%	14,80%
SEDUC	87.614	11,14%	93.515	11,29%	92.515	9,86%	-1,07%
S D A	42.717	5,43%	59.824	7,22%	76.307	8,13%	27,55%
SECULT	29.224	3,72%	33.520	4,05%	34.634	3,69%	3,32%
STDS	19.233	2,45%	19.260	2,32%	19.265	2,05%	0,02%
OUTRAS SECRETARIAS	45.785	5,82%	31.418	3,79%	37.586	4,00%	19,63%
TOTAL	786.428	100,00%	828.463	100,00%	938.698	100,00%	13,31%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Em 2018 houve aumento de 13,31% de despesas com Contratos de Gestão em relação a 2017. Observa-se a SESA acumula maior parte (72,27%) do total de despesas com Contratos de Gestão em 2018, elevando essa participação em relação aos dois anos anteriores. A SEDUC é a segunda secretaria com maior participação dos gastos com Contratos de Gestão em 2018, porém, essa proporção reduziu 1,07% em relação ao 2017.

5 GESTÃO FISCAL

O objetivo deste capítulo é apresentar os resultados dos exames realizados nos demonstrativos integrantes do Relatório de Gestão Fiscal e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e seus respectivos anexos, do período de janeiro a dezembro de 2018, com vistas a verificar a conformidade com os padrões estabelecidos pela Portaria nº. 495, de 06 de junho de 2017, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que aprovou a 8ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais.

5.1 Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal

O art. 52 da LRF determina que o Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, sendo publicado pelo Poder Executivo até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, conforme determina a Constituição Federal, em seu § 3º do art. 165, sendo composto de duas peças básicas e de alguns demonstrativos de suporte. As peças básicas são: o Balanço Orçamentário, cuja função é especificar, por categoria econômica, as receitas e as despesas, e o Demonstrativo de Execução das Receitas (por categoria econômica e fonte) e das despesas (por categoria econômica, grupo de natureza, função e subfunção).

O art. 54 da LRF define que, ao final de cada quadrimestre, será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no seu art. 20, o Relatório de Gestão Fiscal - RGF, abrangendo todas as variáveis imprescindíveis à consecução das metas fiscais e à observância dos limites fixados para as despesas e dívida. O § 2º do art. 55 estabelece que o relatório seja publicado até 30 (trinta) dias após o encerramento do período a que corresponder, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

A SEFAZ publicou dados dos demonstrativos do RREO e RGF no Diário Oficial do Estado - DOE do dia 30 de janeiro de 2019. As análises realizadas neste capítulo baseiam-se em dados dos sistemas corporativos que têm números mais atualizados e que constaram na republicação realizada em 29 de março de 2019 dos citados relatórios fiscais.

5.2 Despesas com Saúde

5.2.1 Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

O art. 198 da Constituição Federal, § 2º, alterado pela Emenda Constitucional nº. 29, de 13/9/2000, estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados, no caso dos Estados e do Distrito Federal, sobre o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, e os incisos I e II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios.

O § 3º do art. 198 determinou qual Lei Complementar estabeleceria os percentuais a serem aplicados e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com a área da Saúde. Nesse sentido, foi publicada a Lei Complementar nº. 141, de 13 de janeiro de 2012.

O art. 6º da Lei Complementar nº. 141/2012 estabelece que os Estados e o Distrito Federal aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 12% (doze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam o art. 157, a alínea “a” do inciso I e o inciso II do caput do art. 159, todos da Constituição Federal, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios. A Tabela 45 apresenta os dados sobre as despesas com saúde em 2018.

Tabela 45 – Despesas com saúde/receita líquida de impostos e transferências

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ANO 2018	%
I. RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (RLIT)	17.423.705.046	100,00%
(+) Impostos	13.977.199.074	80,22%
(+) Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos dos Impostos	105.241.708	0,60%
(+) Dívida Ativa dos Impostos	61.607.359	0,35%
(+) Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa dos Impostos	27.583.496	0,16%
(+) Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	6.571.412.745	37,72%
(-) Transferências a Municípios	(3.319.339.336)	-19,05%
II. DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE (II=II.1 + II.2)	2.691.127.812	100,00%
II.1 Despesas Total por Subfunção	3.574.226.922	100,00%
. Atenção Básica	113.212.836	3,17%
. Assistência Hospitalar e Ambiental	2.281.287.978	63,83%
. Suporte Profilático e Terapêutico	94.784.370	2,65%
. Vigilância Sanitária	32.170.420	0,90%
. Vigilância Epidemiológica	24.156.331	0,68%
. Outras Subfunções	921.752.142	25,79%
. Outras Subfunções (Consórcios Públicos)	106.862.846	2,99%
II.2 (-) Despesas Custeadas com Outros Recursos Destinados à Saúde	(815.815.615)	-22,82%
. Inativos e Pensionistas	(100.870)	0,00%
. Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	(753.459.988)	-21,08%
. Recursos de Operações de Crédito	(35.002.137)	-0,98%
. Outros Recursos	(17.071.628)	-0,48%
. Escola de Saúde Pública - ESP	(91.452)	0,00%
. Itens de Despesa excluídos pro recomendação do TCE (Acórdão 546/2018)	(10.089.540)	-0,28%
II.3 (-) Despesas c/ Assistência à Saúde que não atende ao princípio de acesso universal	(67.283.496)	-1,88%
IV. % DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE SOBRE A RLIT	15,45%	
. Percentual Mínimo a Aplicar	12,00%	
. Percentual Aplicado Além do Mínimo	3,45%	
V. VALOR APLICADO ALÉM DO MÍNIMO	600.283.207	

Fonte: S2GPR-SEFAZ

De acordo com o demonstrativo acima, o Estado aplicou 15,45% da RLIT em despesas próprias de saúde, atendendo ao limite mínimo de 12% estabelecido na supracitada legislação, ultrapassando o percentual em 3,45%, o que equivale a um valor de R\$ 600.283.207.

E ainda, na Tabela 45 apresenta itens de despesas excluídos em conformidade com o Acórdão TCE nº. 546 de 2018, num montante de R\$ 10.089.539,72, composto de R\$ 4.799.489,53 (Material de Assistência Social); R\$ 13.698,66 (Multas Indedutíveis); R\$233,33 (Multas sobre Obrigações Tributárias e Contributivas); R\$ 2.051.460,42 (Indenizações e Restituições); R\$ 241.436,39 (Indenizações); R\$ 2.848.154,82 (Restituições); R\$ 135.066,57 (Devolução de Saldos e Convênios).

O Gráfico 7 e a Tabela 46 mostram os percentuais aplicados da RLIT em despesas próprias de saúde nos últimos cinco anos, evidenciando que o Estado vem cumprindo rigorosamente o limite mínimo de 12%, previsto na legislação.

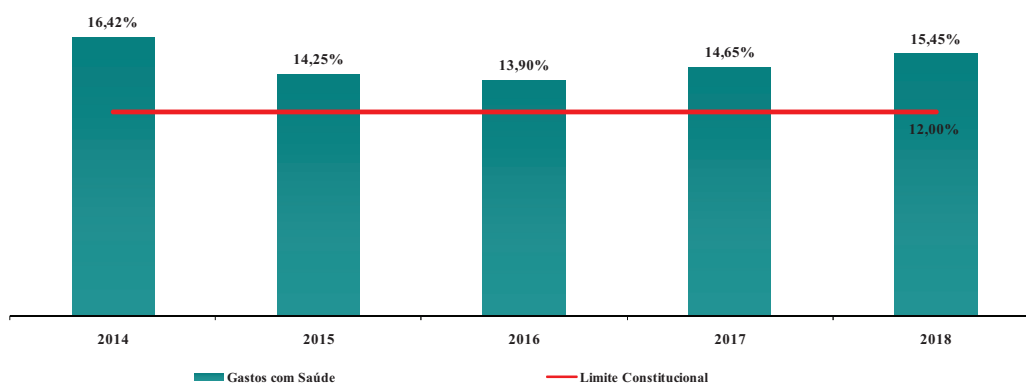
Tabela 46 - Despesas com saúde do período de 2014 a 2018

(Em R\$ 1,00)

Gastos com Saúde	2014	2015	2016	2017	2018
Gastos com Saúde	2.239.936.033	2.053.017.589	2.260.886.593	2.391.087.817	2.691.127.812
Receita Líquida de Impostos e Transferências - RLIT - Saúde	13.638.612.301	14.403.056.710	16.266.218.230	16.317.702.332	17.423.705.046
% Gastos com Saúde	16,42%	14,25%	13,90%	14,65%	15,45%
Limite Constitucional	12,00%	12,00%	12,00%	12,00%	12,00%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Gráfico 7 - Percentuais anuais de despesas aplicadas com saúde



Fonte: S2GPR-SEFAZ

5.2.2. Despesas Consórcios Públicos de Saúde

A Portaria STN nº. 274, de 13 de maio de 2016, estabelece normais gerais de consolidação das contas dos consórcios públicos a serem observadas na gestão orçamentária, financeira e contábil em conformidade com a responsabilidade fiscal. No art. 11 da referida Portaria, os entes da federação consorciados irão apresentar no RGF, o Demonstrativo da Despesa com Pessoal e no RREO o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, cujos modelos são apresentados no Manual de Demonstrativos Fiscais da STN, 8ª edição.

O Estado do Ceará possui consórcio apenas na área da saúde e publicou seus demonstrativos em 30 de janeiro de 2019, em conformidade com o modelo apresentado do Manual da STN. Em 29 de março de 2019 ocorreu uma republicação dos referidos demonstrativos, conforme Tabela 47 a seguir.

Tabela 47 – Gastos com Consórcios Públicos de Saúde em 2018

R\$ 1,00		
CONSÓRCIOS	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO	DESPESAS COM PESSOAL
TIANGUA / IBIAPABA	5.558.718,26	3.854.807,76
TAUÁ:	9.686.049,66	882.213,62
SOBRAL	4.929.960,52	2.680.694,91
RUSSAS	4.591.966,61	3.869.577,62
QUIXADÁ	5.324.696,31	3.475.116,51
MARACANAÚ	1.644.907,06	649.118,29
LIMOEIRO	5.154.222,36	2.694.171,36
JUAZEIRO	4.676.239,67	2.838.198,00
ITAPIPOCA	5.077.716,67	2.036.849,04
IGUATU	5.075.534,33	1.108.834,77
ICO	6.321.410,81	1.722.811,16
CRATO	4.599.006,18	4.599.006,18
CRATEUS	5.499.773,52	1.480.005,07
CISVALE	7.267.996,44	3.402.736,21
CASCAVEL:	4.217.855,69	3.636.049,84
CANINDÉ	1.774.389,70	1.056.131,10
CAMOCIM	5.967.986,77	3.619.966,13
BREJO SANTO	5.289.317,89	1.626.622,78
BATURITÉ	6.117.498,48	3.804.609,40
ARACATI	4.379.534,51	2.137.396,84
ACARAÚ	5.018.203,27	341.083,66
TOTAL	108.172.984,71	51.516.000,25

Fonte: DOE 29 03 2019 - RREO E RGF/2018

5.3 Despesas com Educação

5.3.1 Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Os artigos 212, da Constituição Federal, e 216, da Constituição Estadual, determinam que o Estado deva aplicar, no mínimo, 25% da Receita resultante de Impostos e Transferências na manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

De acordo com o demonstrativo apresentado na Tabela 54, a seguir, o Estado aplicou 27,37% da RLIT em despesas próprias com educação, superando em 2,37% o limite mínimo estabelecido nas Constituições Federal e Estadual.

A seguir a Tabela 48 mostra dados sobre as Despesas com Educação em 2018.

Tabela 48 – Despesas com educação

(R\$ 1,00)

RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS	
01. RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS	20.743.044.414
Receita de Impostos	14.171.631.637
Receita de Transferências Constitucionais e Legais	6.571.412.777
02. DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	-3.319.339.336
Receitas Transferidas aos Municípios	-3.319.339.336
03. RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (1 - 2)	17.423.705.078
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
04. EDUCAÇÃO INFANTIL	13.967.625
05. ENSINO FUNDAMENTAL	105.681.217
06. ENSINO MÉDIO	2.146.068.149
07. ENSINO SUPERIOR	74.127.442
08. ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	117.135.708
09. OUTRAS SUBFUNÇÕES	706.143.670
10. DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DO LIMITE CONSTITUCIONAL	-1.606.361.670
11. TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (4+5+6+7+8+9-10)	4.769.485.482
12. MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULT. DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (12 / 3)	27,37%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Verifica-se, conforme exposto na Tabela 49 e no Gráfico 8, que o Estado vem cumprindo anualmente o percentual mínimo de aplicação em despesas com educação.

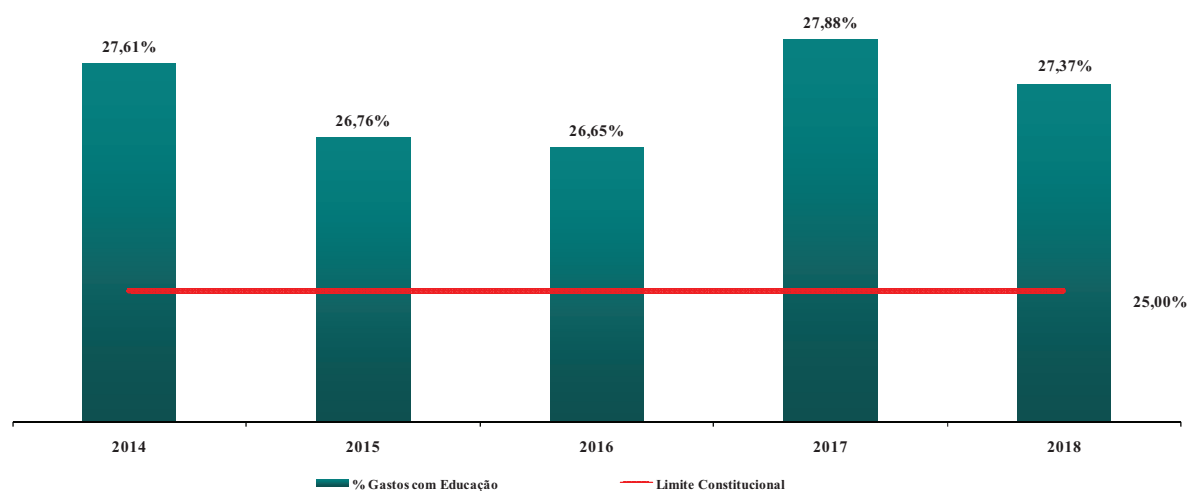
Tabela 49 - Despesas com educação de 2014 a 2018

(Em R\$ 1,00)

Gastos com Educação	2014	2015	2016	2017	2018
Gastos com Educação	3.765.223.631	3.857.488.411	4.335.674.522	4.549.548.817	4.769.485.482
Receita Líquida de Impostos e Transferências - RLIT - Educação	13.638.612.595	14.403.056.728	16.266.219.135	16.317.702.332	17.423.705.078
% Gastos com Educação	27,61%	26,76%	26,65%	27,88%	27,37%
Limite Constitucional	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Gráfico 8 - Percentuais anuais de despesas aplicadas com educação



Fonte: S2GPR-SEFAZ

A Tabela 50 demonstra os recursos que são utilizados para despesas com ações típicas de manutenção e desenvolvimento do ensino, onde se destacam os gastos aplicados em Ensino Médio (67,85%), no Ensino Fundamental (3,34%) e no Ensino Profissional não integrado ao Ensino Regular (3,70%).

Tabela 50 - Despesas com ações típicas de manutenção e desenvolvimento de ensino

(R\$ 1,00)

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		(%)
04. EDUCAÇÃO INFANTIL	13.967.625,23	0,44%
05. ENSINO FUNDAMENTAL	105.681.217,28	3,34%
06. ENSINO MÉDIO	2.146.068.149,39	67,85%
07. ENSINO SUPERIOR	74.127.442,04	2,34%
08. ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	117.135.707,71	3,70%
09. OUTRAS SUBFUNÇÕES	706.143.670,06	22,32%
11. TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (4+5+6+7+8+9)	3.163.123.811,71	100,00%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

E ainda, o Acórdão TCE nº. 546 de 2018 exigiu que fossem excluídos dos gastos com educação determinados itens de despesas, que em 2018 perfizeram num montante de R\$ 74.612.728,26, composto de R\$ 73.470.250,08 (Fornecimento de Alimentação); R\$ 1.012.577,76 (Uniformes e Fardamentos Escolares); R\$ 50.197,40 (Anuidades Associativas); R\$ 184,00 (Devolução de Saldos e Convênios); R\$ 72.271,54 (Indenizações); R\$ 1.927,51 (Juros Obrigações Tributárias e Contributivas Federais); R\$3.618,97 (Multas sobre Obrigações Tributárias e Contributivas Estaduais); R\$1.701,00 (Multas sobre Obrigações Tributárias e Contributivas Municipais).

5.3.2. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB

O art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 53/2006, estabelece que até o 14º (décimo quarto) ano, a partir da promulgação da citada Emenda Constitucional, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos, a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal, à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação.

O art. 1º da Lei nº. 11.494, de 20 de junho de 2007, instituiu, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de natureza contábil, nos termos do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

O inciso XII do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias define que uma proporção, não inferior a sessenta por cento (60%) dos recursos do FUNDEB, será destinada ao pagamento dos professores do ensino fundamental em efetivo exercício no magistério.

Em consonância com a Constituição Federal, o art. 22 da Lei nº. 11.494, de 20 de junho de 2007, estabelece que pelo menos sessenta por cento (60%) dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.

O Governo do Estado do Ceará estabeleceu um percentual diferenciado por meio da Lei Estadual nº. 15.064/2011, conforme artigo 3º transcrito a seguir:

Art. 3º Quando necessário, lei estadual disciplinará a utilização dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, para garantia do cumprimento dos percentuais a serem comprometidos com pagamento do magistério estadual, conforme especificado abaixo:

I - 77% (setenta e sete por cento) para execução do ano de 2012;

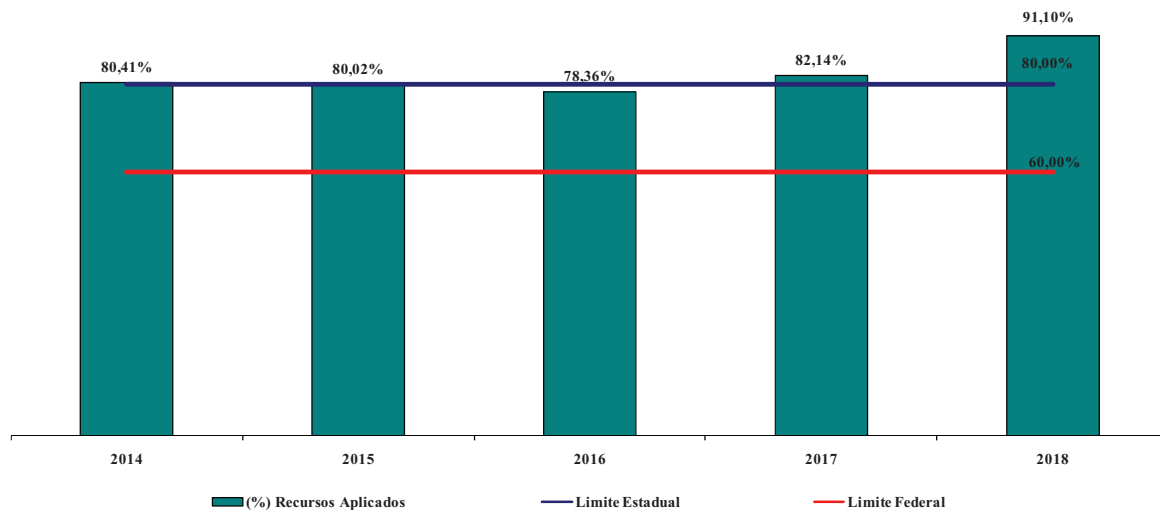
II - 80% (oitenta por cento) para execução dos anos de 2013 e 2014;

II - 80% (oitenta por cento) para execução até o ano de 2020.

(Nova redação dada pela Lei nº. 15.576, de 07 de abril de 2014).

No Gráfico 9 estão apresentados os percentuais dos recursos do FUNDEB aplicados com despesa de pessoal do magistério, que em 2018 apresentou o percentual de 91,10% atendendo a legislação federal (60%) e a estadual (80%).

Gráfico 9 - Percentuais anuais de recursos do FUNDEB com despesa de pessoal do magistério



Fonte: S2GPR-SEFAZ

A Tabela 51 apresenta os montantes pertinentes a essas informações do FUNDEB no exercício de 2018.

Tabela 51 - Demonstrativo dos recursos do FUNDEB do ano de 2018

(R\$ 1,00)

RECEITAS DO FUNDEB	
1. RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB PELO ESTADO	3.149.087.671
2. RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.490.250.754
2.1 Transferências de Recursos do FUNDEB	1.144.753.172
2.2 Complementação da União do FUNDEB	339.119.130
2.3 Receita de Restituições ao FUNDEB	938.790
2.4 Receita de Aplicação Financeira de Recursos do FUNDEB	5.439.663
3. RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (2.1-1)	(2.004.334.500)
4. PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.357.592.182
Com Ensino Fundamental	68.216.297
Com Ensino Médio	1.172.485.654
Outras (Adm, Geral e EJA)	116.890.231
5. OUTRAS DESPESAS	79.647.717
Com Ensino Fundamental	-
Com Ensino Médio	79.647.717
Outras (Adm, Geral, EJA, Educ Especial e Ensino Profissional)	-
6. RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS E DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	-
7. TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (4+5-6)	1.437.239.899
8. NA LEGISLAÇÃO FEDERAL O MÍNIMO DE 60% E NA LEGISLAÇÃO ESTADUAL O MÍNIMO É 80% DO FUNDEB APLICADO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO ((4-6)/2)	91,10%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

De acordo com a Tabela 51, o Resultado Líquido recebido do FUNDEB foi de R\$2.004.334.500, enquanto as despesas com pagamento dos profissionais do magistério, com recursos do Fundo, foram de R\$1.357.592.182, não teve inscrição de Restos a Pagar. Comparando-se esses valores, encontra-se o percentual de 91,10% de comprometimento dos recursos do FUNDEB com Despesas de Pessoal, superando em 31,10% o percentual mínimo exigido na Lei Federal (60%), e em 11,10% ao limite da Lei Estadual (80%).

5.4. Receita Corrente Líquida

Na Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu art. 2º, inciso IV, conceitua a Receita Corrente Líquida (RCL) como o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes deduzidas das decorrentes de transferências constitucionais e legais, contribuições para o sistema de previdência dos servidores, receita recebida de compensação entre regimes de previdência e valores pagos ao FUNDEB.

A Tabela 52 apresenta a evolução do montante do RCL de 2014 a 2018. A RCL do ano de 2018 foi de R\$ 19.186.195.108, demonstrando um crescimento de 7,91% em relação ao ano anterior, que foi de R\$ 17.779.471.739.

Tabela 52 - Evolução da RCL de 2014 a 2018

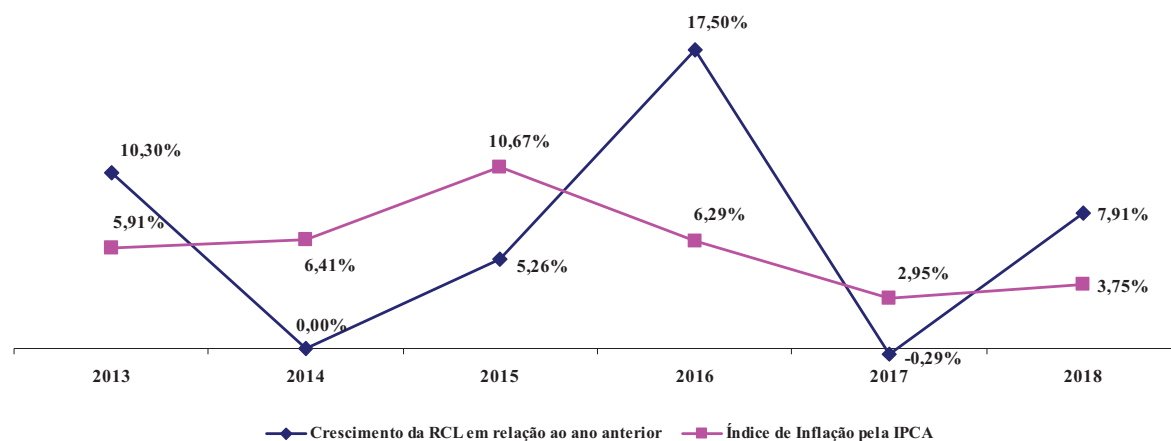
R\$ 1,00

ITEM	2014	2015	2016	2017	2018
Receita Corrente Líquida - RCL	14.418.477.504	15.176.440.113	17.831.937.422	17.779.471.739	19.186.195.108
Varição Acumulada	100%	105%	124%	123%	133%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Embora a Tabela 52 mostre que a RCL vem experimentando crescimentos nominais nos últimos anos, o Gráfico 10 apresenta o comportamento da variação ano a ano da RCL do Estado do Ceará comparativamente com a inflação medida pelo IPCA no período de 2014 a 2018. Nos anos de 2015 e 2017 a RCL obteve um crescimento inferior a inflação. Contudo em 2018, a variação da RCL em relação ao ano anterior foi de 7,91% contra uma inflação de 3,75%, revelando assim um ano de ganho real de 4,0096%.

Gráfico 10 - Evolução da RCL e índices de IPCA de 2014 a 2018



Fonte: S2GPR-SEFAZ

Apesar da situação se apresentar favorável para o Estado, o cenário econômico e financeiro do país ainda é instável. Isso exige que o Governo continue sendo rigoroso no planejamento da gestão dos recursos, reduzindo os riscos e mantendo a situação fiscal favorável do Estado com o cumprimento dos indicadores fiscais.

5.5. Despesas com Pessoal

A Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu art. 19, limita a despesa total com pessoal do Estado em 60% da Receita Corrente Líquida, e, no art. 20, faz a repartição desse limite global com os Poderes Executivo (49%), Judiciário (6%) e Legislativo (3%), incluídos nesse os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, além do Ministério Público (2%).

A análise comparativa dessas despesas, em relação ao exercício de 2018, foi feita sempre considerando o percentual sobre a Receita Corrente Líquida Ajustada, que consiste no registro do valor da RCL dos últimos 12 meses após a exclusão dos valores de transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais, conforme disciplina o § 13, art. 166 da Constituição Federal/88 e a Emenda Constitucional nº. 86/2015. Em 2018, a RCL ficou num valor de R\$ 19.186.195.108 e o montante referente às Transferências obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais foi de R\$ 11.682.992, resultando numa RCL Ajustada no valor de R\$ 19.174.512.116.

A Tabela 53 expõe as Despesas com Pessoal para os Poderes do Estado e o Ministério Público, no exercício de 2018, e os percentuais desses gastos em relação à RCL Ajustada.

Tabela 53 - Despesas com pessoal

R\$1.000,00

DESPESA COM PESSOAL	Ano de 2018 (Valor Liquidado + Restos a Pagar)						
	EXECUTIVO SEM DEFENSORIA PÚBLICA	DEFENSORIA PÚBLICA	EXECUTIVO + DEFENSORIA PÚBLICA	LEGISLATIVO	JUDICIÁRIO	MINISTÉRIO PÚBLICO	TOTAL
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	9.699.583	177.414	9.876.997	591.219	1.183.128	382.406	12.033.749
PESSOAL ATIVO	6.831.217	143.578	6.974.795	469.700	1.036.582	338.634	8.819.711
PESSOAL INATIVO	2.251.507	33.836	2.285.343	108.163	146.545	43.772	2.583.824
OUTRAS DESP TERC	616.859	0	616.859	13.356	0	0	630.215
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II)	1.732.515	33.843	1.766.359	111.201	153.114	57.566	2.088.239
INDENIZAÇÕES	0	0	0	464	0	473	936
DECISÃO JUDICIAL	143.241	0	143.241	0	0	9.537	152.779
DEA	52.775	7	52.782	2.574	8.374	3.784	67.514
INATIVOS REC VINC	1.536.499	33.836	1.570.335	108.163	144.740	43.772	1.867.010
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	7.967.068	143.571	8.110.639	480.018	1.030.014	324.840	9.945.510
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	19.186.195	19.186.195	19.186.195	19.186.195	19.186.195	19.186.195	19.186.195
(-) Transferências obrig. da União relativas às emendas individuais, conforme Emenda Constitucional no.86/2015. (V)	11.683	11.683	11.683	11.683	11.683	11.683	11.683
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI) = (IV - V)	19.174.512	19.174.512	19.174.512	19.174.512	19.174.512	19.174.512	19.174.512
% DESPESA COM PESSOAL (VI) / (III) %	41,55%	0,75%	42,30%	2,50%	5,37%	1,69%	51,87%
% LIMITE MÁXIMO	49,00%		49,00%	3,00%	6,00%	2,00%	60,00%
% LIMITE PRUDENCIAL	46,55%		46,55%	2,85%	5,70%	1,90%	57,00%
% LIMITE DE ALERTA	44,10%		44,10%	2,70%	5,40%	1,80%	54,00%

Fonte: S2GPR/SEFAZ

Pela análise da Tabela 53, observa-se que, em 2018, o gasto total com pessoal do Estado atingiu 51,87% da RCL ajustada, ficando abaixo dos limites legal e prudencial. Individualmente, os gastos de todos os Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e do Ministério Público ficaram também abaixo dos limites legal e prudencial.

Especificamente em relação ao Poder Executivo o indicador passou de 42,45%, em 2017, para 42,30%, em 2018, ficando ainda mais distante dos Limites de Alerta (44,10%), Prudencial (46,55%) e Máximos (49,00%), conforme apresentado na Tabela 54.

Tabela 54 - Despesas com pessoal do Poder Executivo de 2014 a 2018

(Em R\$ 1,00)

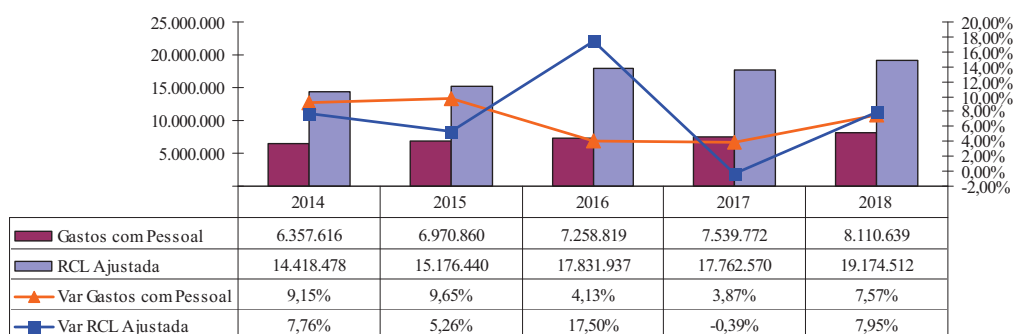
Gastos com Pessoal	2014	2015	2016	2017	2018
Gastos com Pessoal	6.357.615.800	6.970.859.881	7.258.819.127	7.539.771.749	8.110.638.640
RCL Ajustada (*)	14.418.477.504	15.176.440.113	17.831.937.422	17.762.569.696	19.174.512.116
% Gastos com Pessoal - P. Executivo	44,09%	45,93%	40,71%	42,45%	42,30%
Limite Prudencial	46,17%	46,17%	46,17%	46,55%	46,55%
Limite Máximo	48,60%	48,60%	48,60%	49,00%	49,00%
Limite de Alerta	43,74%	43,74%	43,74%	44,10%	44,10%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

(*) A partir do exercício de 2017 passou a utilizar a RCL Ajustada = RCL (-) Emendas Individuais, conforme Constituição n° 86/2015.

Com base no Gráfico 11, a seguir, verificou-se que a Despesa com Pessoal Ativo do Poder Executivo cresceu numa proporção maior que a RCL, principalmente nos anos 2014, 2015 e 2017. Isso ocorreu em virtude da convocação de novos concursados, do atendimento de reivindicações, como a média salarial do Nordeste para a Polícia Militar e os Bombeiros, e a descompressão da carreira dos policiais civis; do reajuste o salário pela inflação para os servidores, além dos reajustes decorrentes da progressão das carreiras. Já em 2018 a RCL Ajustada apresentou um incremento maior, de 7,95%, contra um crescimento da Despesa com Pessoal Ativo em 7,57%.

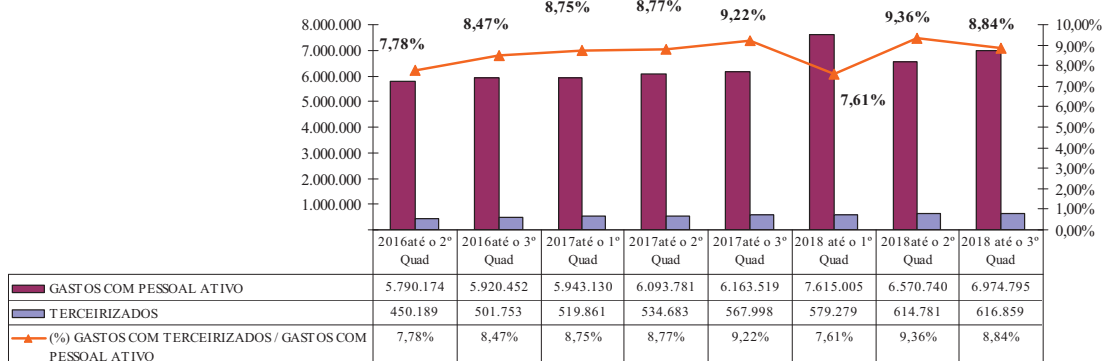
Gráfico 11 - Despesas com pessoal do Poder Executivo x RCL ajustada (R\$1.000,00)



Fonte: S2GPR-SEFAZ

O Gráfico 12 apresenta a comparação das Despesas com Pessoal Terceirizado em relação às Despesas Totais com Pessoal Ativo, onde se verifica que, a partir do 3º quadrimestre de 2016, as despesas com terceirização apresentaram um patamar médio próximo de 9%.

Gráfico 12 - Percentuais quadrimestrais das despesas com terceirização (R\$1.000,00)



Fonte: S2GPR-SEFAZ

Na Tabela 55 serão apresentadas as principais secretarias que utilizam mão-de-obra terceirizada substituindo servidor. Estes casos impactam diretamente no percentual de gastos com pessoal, pois fazem parte do cálculo do limite de gastos com pessoal, contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal", nos termos do §1º do art.18 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Tabela 55 - Despesas com terceirização substituindo servidor por Secretaria

(Em R\$ 1,00)

SECRETARIAS	ANO 2015	% de Participação	ANO 2016	% de Participação	ANO 2017	% de Participação	ANO 2018	% de Participação	Variação de 2018 em relação a 2017
SAÚDE	310.846.199,35	77,85%	398.586.882,95	80,67%	463.685.695,25	81,64%	501.432.609,31	81,29%	8,14%
SEDUC	58.910.451,37	14,75%	63.504.736,92	12,85%	67.413.154,75	11,87%	72.573.363,62	11,76%	7,65%
SECITECE	14.762.864,65	3,70%	16.750.289,31	3,39%	17.948.711,37	3,16%	18.767.867,14	3,04%	4,56%
SEFAZ	9.131.837,21	2,29%	9.659.426,05	1,95%	10.259.078,42	1,81%	10.194.406,22	1,65%	-0,63%
DEMAIS SECRETARIAS	5.639.082,77	1,41%	5.593.633,90	1,13%	8.691.066,32	1,53%	13.890.775,43	2,25%	59,83%
TOTAL	399.290.435,35	100,00%	494.094.969,13	100,00%	567.997.706,11	100,00%	616.859.021,72	100,00%	8,60%

Fonte: S2GPR - SEFAZ

A Secretaria da Saúde se destaca devido à contratação de profissionais de saúde por meio de cooperativas (médicos, enfermeiros e auxiliares) e, em seguida, a SEDUC com a contratação de professores temporários.

5.6 Dívida Consolidada Líquida, Operações de Crédito, Serviços da Dívida e Garantias

No que concerne aos limites para a Dívida Consolidada Líquida - DCL, as Operações de Crédito contratadas, o Serviço da Dívida e as Garantias e Contragarantias em relação à

Receita Corrente Líquida, as Resoluções n^{os} 40/2001 e 43/2001 do Senado Federal determinam a observância dos seguintes limites para Estados e Municípios:

a) Dívida Consolidada Líquida não pode exceder a duas vezes a RCL (Resolução n.º 40/2001, art. 3.º, inciso I);

b) O montante global das Operações de Crédito, realizadas em um exercício financeiro, não pode ser superior a 16% da RCL (Resolução n.º 43/2001, art. 7.º, inciso I);

c) O comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de créditos já contratadas e a contratar, não poderá exceder a 11,5% da RCL (Resolução n.º 43/2001, art. 7.º, inciso II)

d) O saldo global das Garantias Concedidas não pode exceder a 22% da RCL (Resolução n.º 43/2001, art. 9.º).

A Tabela 56 apresenta os valores alcançados pelo Estado, em relação a esses limites legais, além das variações no Ativo Disponível e Dívida Consolidada Bruta, nos exercícios de 2017 e 2018:

Tabela 56 - Comparação dos valores alcançados pelo estado em relação às limitações legais

(R\$ 1,00)

ITEM	VALOR		VARIAÇÃO	% S/RCL		(%) LIMITE MÁXIMO
	2017	2018	2018/2017	2017	2018	
Disponível (*)	3.674.141.706	2.902.699.770	-21,00%	20,67%	15,13%	-
Dívida Consolidada	11.820.226.140	13.865.126.013	17,30%	66,48%	72,27%	-
Dívida Consolidada Líquida	8.146.084.434	10.962.426.243	34,57%	45,82%	57,14%	200,00%
Operações de Crédito	2.051.078.861	908.064.839	-55,73%	11,54%	4,73%	16,00%
Serviço da Dívida	1.441.373.414	1.369.295.375	-5,00%	8,11%	7,14%	11,50%
Garantias e Contragarantias	669.087.596	216.711.186	-67,61%	3,76%	1,13%	22,00%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

(*) Disponibilidade Bruta - Restos a Pagar

Analisando a Tabela 56, observa-se que os percentuais obtidos pelo Estado para a Dívida Consolidada Líquida, Operações de Crédito, Serviço da Dívida e Garantias e Contragarantias, em relação à RCL, obedecem aos limites fixados nas Resoluções n^{os} 40/2001 e 43/2001 do Senado Federal.

5.6.1 Dívida Consolidada Líquida

O valor total da DCL, em 2018, R\$ 10.962.426.243, foi maior que o apurado em 2017, R\$8.146.084.434, perfazendo um incremento de 34,57%. Esse incremento se deve em parte pelo crescimento da dívida contratual que passou de R\$ 11.295.560.450, em 2017 para R\$12.955.984.217, em razão de novas contratações internas e externas, conforme demonstrativo de Operações de Crédito de R\$ 908.064.839 em 2018. E ainda, uma queda na Disponibilidade de Caixa Líquida de R\$ 3.888.804.167, em 2017, para o montante de R\$2.902.699.770, em 2018, uma redução de 25,36%.

Pode-se também perceber que a DCL está distante do limite fiscal de 200%, conforme a Tabela 57 e o Gráfico 13.

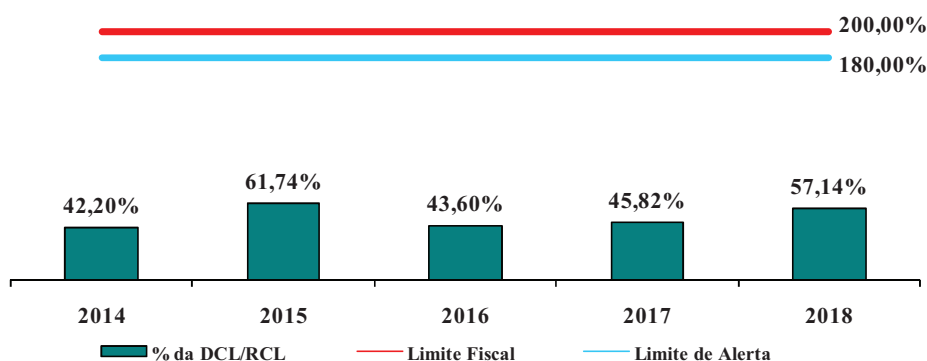
Tabela 57 - Histórico da dívida consolidada líquida de 2014 a 2018

(R\$ 1,00)

Dívida Cons. Líquida - DCL	2014	2015	2016	2017	2018
DCL	6.084.983.357	9.369.812.566	7.775.059.293	8.146.084.434	10.962.426.243
% da DCL/RCL	42,20%	61,74%	43,60%	45,82%	57,14%
Limite Fiscal	200,00%	200,00%	200,00%	200,00%	200,00%
Limite de Alerta	180,00%	180,00%	180,00%	180,00%	180,00%

Fonte: DOE 30 JANEIRO 2019

Gráfico 13 - Histórico da dívida consolidada líquida de 2014 a 2018



Fonte: RGF DOE 29 03 2019

5.6.2 Operações de Crédito

O volume anual das operações de crédito, nos últimos cinco anos, manteve-se bem abaixo do limite máximo de 16%, estabelecido pela LRF, conforme demonstrado na Tabela 58 e no Gráfico 14.

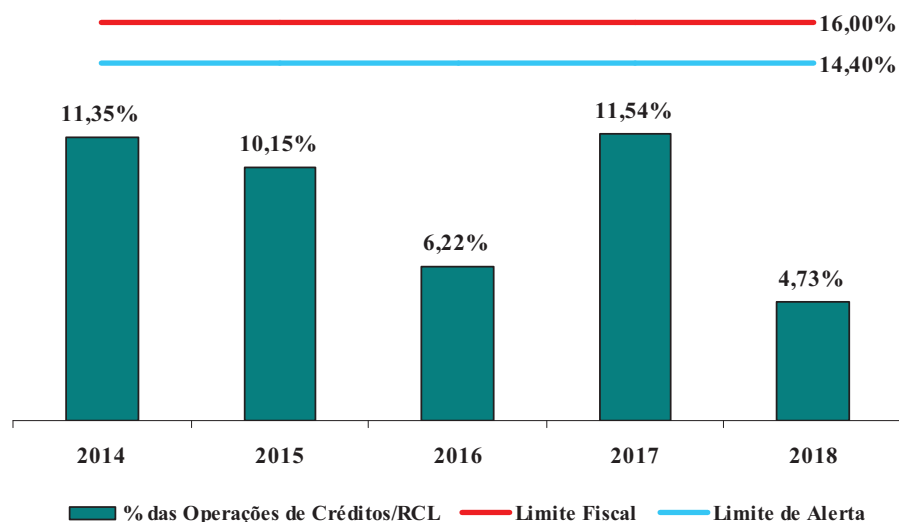
Tabela 58 - Histórico das operações de crédito de 2014 a 2018

(R\$ 1,00)

Operações de Créditos	2014	2015	2016	2017	2018
Internas	1.205.362.761	594.840.240	199.357.615	1.220.422.982	95.284.451
Externas	428.384.038	944.916.657	910.338.429	830.655.879	812.780.388
Total das Operações de Créditos Internas e Externas	1.633.746.799	1.539.756.897	1.109.696.044	2.051.078.861	908.064.839
RCL	14.394.882.433	15.176.440.113	17.831.937.422	17.779.471.739	19.186.195.108
% das Operações de Créditos/RCL	11,35%	10,15%	6,22%	11,54%	4,73%
Limite Fiscal	16,00%	16,00%	16,00%	16,00%	16,00%
Limite de Alerta	14,40%	14,40%	14,40%	14,40%	14,40%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Gráfico 14 - Histórico das operações de crédito de 2014 a 2018



Fonte: RGF DOE 29 03 2019

5.6.3 Serviços da Dívida

O montante anual do serviço da dívida (amortizações mais juros), nos últimos cinco anos, manteve-se abaixo do limite máximo de 11,5% da RCL, estabelecido pela Resolução do Senado n.º.43/2001, conforme Tabela 59 e Gráfico 15.

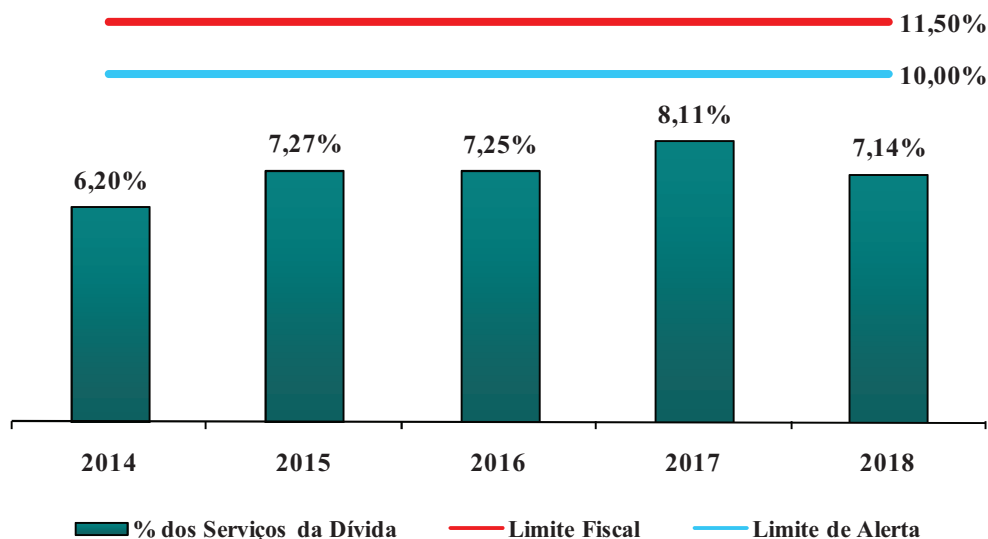
Tabela 59 - Histórico do serviço da dívida

(R\$ 1,00)

Serviço da Dívida	2014	2015	2016	2017	2018
Total do Serviço da Dívida	893.479.271	1.103.908.212	1.292.853.379	1.441.373.414	1.369.295.375
% dos Serviços da Dívida	6,20%	7,27%	7,25%	8,11%	7,14%
Limite Fiscal	11,50%	11,50%	11,50%	11,50%	11,50%
Limite de Alerta	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Gráfico 15 - Histórico dos percentuais do serviço da dívida



Fonte: S2GPR-SEFAZ

O Serviço da Dívida apresentou uma redução de 5%, passando de R\$ 1.441.373.414 em 2017 para o montante de R\$ 1.369.295.375 em 2018. Essa redução do Serviço da Dívida foi resultante de dois fatores principais, primeiro a redução da taxa de juros (TJLP), verificou-se que a taxa de juros na Dívida Contratual interna, que passou de um percentual médio de 7,12%, em 2017 para 6,72%, em 2018, segundo informações do BNDES. E segundo, no ano anterior ocorreu um maior volume de Amortização da Dívida (R\$ 989.275.445) e em 2018 o montante foi de R\$ 806.387.622. Já a Dívida Contratual externa ocorreu um incremento de 17% com uma cotação do início de ano, de US\$ 3,3080 para US\$ 3,8748 no final do ano, conforme informação do site do Banco Central.

5.6.4 Garantias e Contragarantias

As Garantias e Contragarantias, nos últimos cinco anos, obedeceram ao limite de 22% da RCL, conforme demonstrado na Tabela 60 e no Gráfico 16.

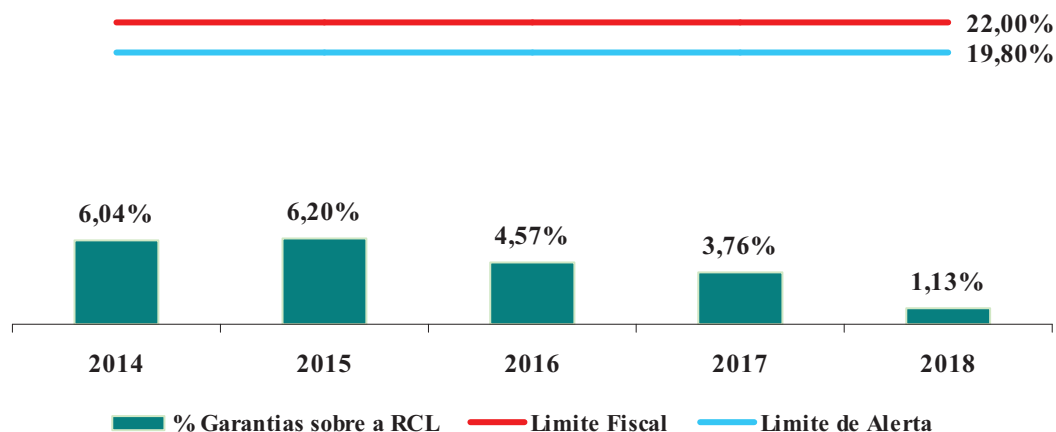
Tabela 60 - Histórico das garantias e contragarantias

(R\$ 1,00)

Garantias e Contragarantias	2014	2015	2016	2017	2018
Total das Garantias e Contragarantias	870.955.093	940.560.197	814.720.722	669.087.596	216.711.186
RCL	14.394.882.433	15.176.440.113	17.831.937.422	17.779.471.739	19.186.195.108
% Garantias sobre a RCL	6,04%	6,20%	4,57%	3,76%	1,13%
Limite Fiscal	22,00%	22,00%	22,00%	22,00%	22,00%
Limite de Alerta	19,80%	19,80%	19,80%	19,80%	19,80%

Fonte: RGF DOE 29 03 2019

Gráfico 16 - Histórico dos percentuais das garantias e contragarantias



Fonte: RGF DOE 29 04 2019

5.7 Receitas de Operações de Crédito em Relação às Despesas de Capital

O art. 167, Inciso III, da Constituição Federal, veda a realização de Operações de Créditos que excedam o montante das Despesas de Capital, ressalvadas, as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

Ao impedir que o montante das Operações de Crédito em um exercício financeiro exceda o montante das Despesas de Capital, evita-se que sejam realizados empréstimos para financiar despesas correntes como pagamento de funcionários, despesas administrativas e, principalmente, juros. Consequentemente, para que não sejam realizadas Operações de

Crédito para pagar juros, é preciso gerar resultado primário capaz de pagar o montante de juros da dívida a cada período. É precisamente por essa razão que a regra é conhecida na literatura internacional como “regra de ouro”, pois esta é uma boa maneira de controlar o endividamento.

No exercício de 2018, a Receita de Operações de Crédito realizadas foram de R\$ 908.064.839, enquanto a Despesa de Capital líquida foi no montante de R\$ 3.870.69.260.

Conforme Instruções da Portaria nº 577/2008 da STN, para a apuração do cumprimento da regra em comento, deve-se deduzir das Despesas de Capital Liquidadas (R\$ 3.708.516.052,71), aquelas relativas a incentivos fiscais a contribuintes concedidos mediante empréstimos no valor de R\$ 25.856.343,24, com isso, o montante das Despesas de Capital Liquidadas ficou em R\$ 3.682.659.709,47, de acordo com respectivo demonstrativo apresentado no anexo XI do Relatório Resumido da Execução. E ainda, o valor referente aos Restos a Pagar correspondem ao montante de R\$ 188.030.550,25, que foi calculado a partir das Despesas de Capital Empenhadas (R\$ 3.896.546.602,96) deduzidas do montante já liquidado (R\$ 3.708.516.052,71). Dessa forma, o valor do resultado apurado foi negativo em R\$ 2.962.625.420,57, atendendo a regra de ouro, conforme Tabela 61.

Tabela 61 - Demonstrativo da regra de ouro

(R\$ 1,00)

RECEITAS	RECEITAS REALIZADAS
I. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	908.064.839,15
DESPESAS	DESPESAS EXECUTADAS
II. DESPESAS DE CAPITAL	3.870.690.259,72
LIQUIDADAS	3.682.659.709,47
INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR	188.030.550,25
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO	(2.962.625.420,57)

Fonte: S2GPR-SEFAZ

5.8 Receita de Alienação de Bens e Aplicação dos Recursos

O art. 44 da LRF veda a aplicação da Receita de Capital derivada da Alienação de Bens e Direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de Despesa Corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

Desse modo, verifica-se que os recursos advindos da alienação de bens e direitos não podem ser aplicados no financiamento de despesa corrente, salvo as exceções destacadas no próprio dispositivo citado.

O art. 53, § 1º, inciso III, da LRF, orienta que o RREO, referente ao último bimestre do exercício, será acompanhado do demonstrativo da variação patrimonial, evidenciando a alienação de ativos e a aplicação dos recursos dela decorrentes.

Posto isso, analisando o demonstrativo da receita de alienação de ativos e aplicação dos recursos, que compõe o Relatório Resumido da Execução Orçamentária relativo ao 6º bimestre do ano de 2018, constatou-se que o mesmo apresentava um saldo de R\$ 58.877.220,84 para ser aplicado de acordo com o art. 44 da LRF.

A Tabela 62 apresenta a movimentação dos recursos advindos da alienação de ativos, mostrando os recursos que ingressaram e saíram em 2018.

Tabela 62 - Movimentação dos recursos oriundos da alienação de ativos em 2018

(R\$ 1,00)

Saldo em 2017 (I)	Receita Realizada em 2018 (II)	Despesa paga em 2018 (III)	Restos a Pagar Pago em 2018 (IV)	Saldo em 2018 (V) = (I + II-(III+IV))
R\$44.412.982,93	R\$14.494.759,01	R\$25.392,00	R\$5.129,10	R\$58.877.220,84

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Desse modo, percebe-se que em 2018 foi adicionado ao saldo do demonstrativo o valor de R\$ 14.494.759,01, referente Receita Realizada. Porém, analisando as informações de receita realizada e despesa paga, por fonte, obtidas nos sistemas corporativos do Estado, verificou-se que foi computado dentro da receita realizada de 2018 um recurso ingressado sob a fonte 70 no valor de R\$ 146.609,01, conforme Tabela 63.

Tabela 63 - Valor adicionado ao saldo de recursos oriundos da alienação de ativos em 2018

R\$1,00

Fonte	Receita Realizada em 2018 (I)	Despesa paga em 2018 (II)	Restos a Pagar Pago em 2018 (III)	Saldo em 2018 (IV) = I- II-III
12	14.348.150,00	25.392,00	5.129,10	14.317.628,90
70	146.609,01	0	0	146.609,01
Total	14.494.759,01	25.392,00	5.129,10	14.464.237,91

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Nesse sentido, cumpre-nos destacar que o demonstrativo não permite visualizar as saídas dos recursos ingressados na Fonte 70, sendo demonstrada apenas as saídas de recursos da Fonte 12, o que certamente está gerando um aumento no saldo de recursos cujas saídas não estão sendo acompanhadas, com a possibilidade inclusive de que tal saldo esteja superestimado.

Diante do exposto, sugere-se que seja revisado o demonstrativo da receita de alienação de ativos e aplicação dos recursos, que compõe o Relatório Resumido da Execução Orçamentária relativo ao 6º bimestre do ano de 2018, de modo que o mesmo passe a espelhar o real saldo de recursos oriundos de alienação de ativos, inclusive registrando doravante os ingressos na Fonte 12, para que assim possam ser acompanhadas todas as saídas de recursos, inclusive permitindo verificar se tais saídas foram realizadas de acordo com o que dispõe o art. 44 da LRF.

5.9 Disponibilidades de Caixa

A Disponibilidade de Caixa Bruta é composta, basicamente, por ativos de alta liquidez como Caixa, Bancos, Aplicações Financeiras e Outras Disponibilidades Financeiras. Por outro lado, as obrigações financeiras representam os compromissos assumidos com os fornecedores e prestadores de serviço, incluído os depósitos de diversas origens. Da Disponibilidade Bruta são deduzidos os recursos de terceiros, como depósitos e consignações, os Restos a Pagar Processados, os Restos a Pagar Não-processados, dentre outros. Vale ressaltar que não são deduzidas somente despesas do ponto de vista contábil, mas sim

obrigações fiscais. Dessa forma, os Restos a Pagar Não-processados de exercícios anteriores são também deduzidos.

De acordo com o Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa, integrante do Relatório de Gestão Fiscal de 2018, o Estado apresentou, ao final do exercício, disponibilidade bruta na importância de R\$ 4.255.630.957.

A Disponibilidade de Caixa deve constar de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada. Na inscrição, deve-se observar que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorreu o ingresso.

A Tabela 64 demonstra os saldos de 31 de dezembro de 2018 das principais fontes de recursos, conforme a seguir:

Tabela 64 – Saldo da disponibilidade de Caixa Líquida por destinação de recursos até dez/2018

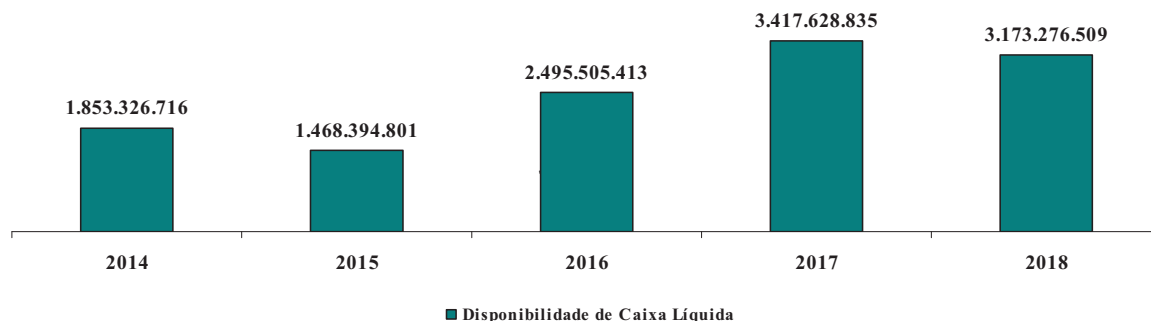
R\$ 1,00

Destinação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta (A)	Operações Financeiras (B)	Disponibilidade de Caixa Líquida (C = A-B)
Recursos Não Vinculados/ Ordinários	1.602.676.479,57	889.288.100,06	713.388.379,51
Recursos de Operações de Crédito (exceto recursos destinados a Saúde e Educação)	579.395.814,66	15.898.092,27	563.497.722,39
Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	69.665.612,11	23.799.422,89	45.866.189,22
Transferências do FUNDEB	51.505.858,95	30.987.466,87	20.518.392,08
Outros Recursos Destinados à Educação	244.198.494,10	3.400.620,71	240.797.873,39
Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde	118.862.264,51	43.140.095,06	75.722.169,45
Outros Recursos Destinados à Saúde	196.264.233,21	8.464.491,23	187.799.741,98
Recursos Destinados ao RPPS-Plano Previdenciário	565.244.747,98	1.661,19	565.243.086,79
Recursos Destinados ao RPPS-Plano Financeiro	131.337.764,70	51.075.315,78	80.262.448,92
Demias Recursos Vinculados	696.479.686,83	16.299.181,50	680.180.505,33
Total dos Recursos	4.255.630.956,62	1.082.354.447,56	3.173.276.509,06

Fonte: RGF - DOE 29 03 2019

De acordo com o Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, que faz parte do Anexo V dos Relatórios de Gestão Fiscal, o Gráfico 17 demonstra a evolução do saldo da Disponibilidade de Caixa Líquida, ao final de cada um dos exercícios de 2014 a 2018.

Gráfico 17 - Saldo da disponibilidade de caixa líquida no final de cada exercício



Fonte: S2GPR-SEFAZ

Assim, quando se analisa o incremento nominal das Disponibilidades de Caixa entre o ano de 2014 (R\$ 1.853.326.716) e o ano de 2018 (R\$ 3.173.276.509), chega-se ao percentual de 71,22%. Comparando esse percentual de crescimento com o índice de inflação acumulada do período de 27,14%, conforme Tabela 65, verifica-se que as disponibilidades de caixa apresentam um ganho real de 34,67%.

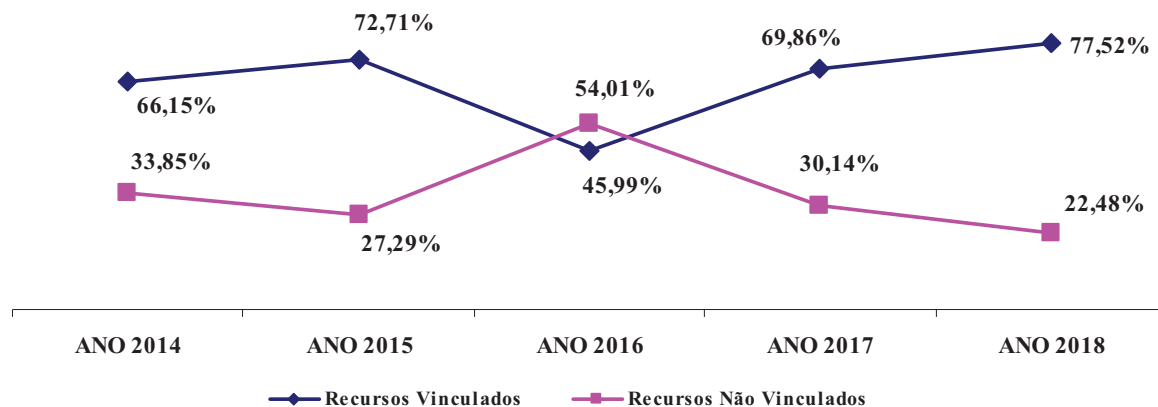
Tabela 65 - Índices de inflação - IPCA

	ANO 2014	ANO 2015	ANO 2016	ANO 2017	ANO 2018
Índice de Inflação IPCA	6,41%	10,67%	6,29%	2,95%	3,75%
Índice de Inflação Acumulada	6,41%	17,09%	23,39%	26,34%	27,14%

Fonte: BACEN

Por fim, a Disponibilidade de Caixa possui recursos cujas destinações são vinculadas e não vinculadas. O Gráfico 18 demonstra que apenas em 2016 as destinações não vinculadas foram superiores as vinculadas. A predominância dos recursos vinculados indica uma redução na autonomia do Estado na gestão dos recursos.

Gráfico 18 - Destinação da disponibilidade de caixa líquida no final de cada Exercício



Fonte: S2GPR-SEFAZ

5.10 Resultados Primário e Nominal

5.10.1 Resultado Primário

O Resultado Primário apurado no ano indica se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com a arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias, gerando saldo para pagar as despesas com juros, a fim de evitar o aumento da dívida.

O Anexo de Metas Fiscais da LDO 2018 (Lei nº 16.701, de 14 de dezembro de 2018) estabeleceu como meta de Resultado Primário o valor de R\$ 581,474 milhões. Posteriormente a Lei nº. 16.468, de 19 de dezembro de 2017, alterou a meta do Resultado Primário para R\$13,258 mil.

Os principais ajustes nas receitas referem-se à: Receita Tributária com elevação da previsão da arrecadação de impostos em R\$ 101,5 milhões deve-se a perspectiva positiva de incremento, principalmente, no Imposto de Renda em decorrência do ingresso dos novos serviços, acréscimo no IPVA, devido ao aumento da quantidade de veículos novos. E ainda, a partir de 2018 as receitas de multas e juros passaram a compor a Receita de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria. A Receita Patrimonial será incrementada decorrente de concessões e ao ingresso de recursos decorrente da cessão do direito de operacionalização da folha de pagamento; Transferências de Capital que foram adequadas às novas previsões de

convênios com o Governo Federal; e Operações de Crédito que foram alteradas em virtude de ajustes nas negociações de contratações de empréstimos ocorridas após o envio da LDO, destacando a renegociação de dívida realizada junto ao Banco do Brasil.

Pelo lado da despesa, as principais modificações se referem às: Despesas com pessoal, em razão da expansão decorrente, principalmente, da anualização de benefícios já concedidos e da destinação de reserva de pessoal para atender possíveis crescimentos vegetativos, revisões de planos de carreiras, concursos ou eventuais melhorias salariais limitados à capacidade fiscal; Outras Despesas Correntes foram previstas considerando a manutenção de equipamentos já dispostos à população, o custeio da “máquina pública”, bem como a expectativa de inauguração dos novos equipamentos. O crescimento dos investimentos na ordem de R\$ 1 bilhão com destaque para os Projetos de Implantação Sistema Metroferroviário da Linha Leste, Pavimentação e Duplicação de Rodovias e Cinturão das Águas.

De acordo com o Demonstrativo do Resultado Primário, que integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, referente ao período de janeiro a dezembro de 2018, o Resultado Primário do exercício de 2018 foi de R\$ 491,23 milhões, superando a meta inicialmente prevista de R\$ 13,26 milhões da LDO. Contribuiu para esse resultado o fato das receitas primárias terem obtido um percentual de realização em relação à previsão inicial maior do que o nível de execução alcançado pelas despesas primárias.

A Tabela 66 e o Gráfico 19 apresentam o comportamento de Resultado Primário do período de 2014 a 2018.

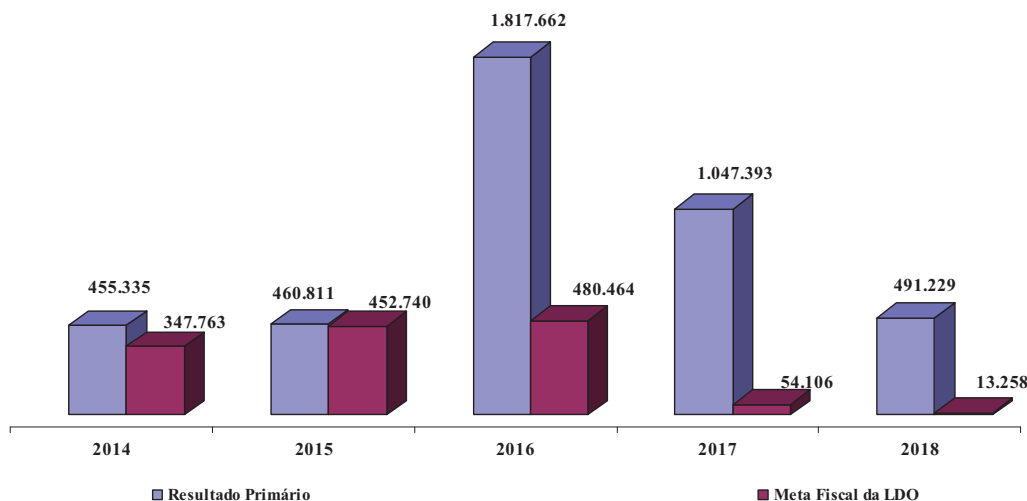
Tabela 66 - Evolução do resultado primário do período de 2014 a 2018

(Em R\$ 1.000,00)

Resultado Primário	2014	2015	2016	2017	2018
Resultado Primário	455.335	460.811	1.817.662	1.047.393	491.229
Meta Fiscal da LDO	347.763	452.740	480.464	54.106	13.258

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Gráfico 19 - Comparativo ano a ano do resultado primário com a meta anual



Fonte: Leis de Diretrizes Orçamentárias de 2014 a 2018 e RREO

Da análise deste, constata-se que, neste período, o Estado vem mantendo um histórico favorável no cumprimento das metas estipuladas. Um superávit fiscal evidencia o bom desempenho das receitas, permitindo a cobertura integral de toda a despesa, além de gerar excedente para o pagamento dos juros e parte do principal da dívida pública, indicando autossuficiência de recursos públicos para a cobertura do serviço da dívida.

5.10.2 Resultado Nominal (Variação do Estoque da Dívida)

A apuração do Resultado Nominal, calculado conforme metodologia estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional tem por finalidade medir a variação da Dívida Consolidada Líquida (DCL) no exercício.

O Anexo de Metas Fiscais da LDO 2018 estabeleceu como meta para Resultado Nominal o valor de R\$ 918,163 milhões. Esse valor representa previsão de aumento no estoque da Dívida Consolidada Líquida do Estado.

De acordo com o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, referente ao período janeiro a dezembro de 2018, o Resultado Nominal no ano de 2018 demonstrou um aumento no endividamento do Estado, no valor de R\$ 2.810.693,3 mil, conforme Tabela 67.

Tabela 67 - Comparativo do resultado nominal

(R\$ 1,00)

Ano	Div. Cons. Líquida	Div. Consolidada
2017	8.146.084.434	11.820.226.140
2018	10.962.426.243	13.865.126.013
Resultado Nominal (Variação Anual)	-2.816.341.809	-2.044.899.873

Fonte: S2GPR-SEFAZ

O incremento da Dívida Consolidada Líquida, em 2018, foi proporcionado principalmente pelo aumento da Dívida Contratual junto a Instituições Financeiras (Interna e Externa), que passou do valor de R\$ 11.295.560.450,27 em 2017 para R\$ 12.955.984.217,29, ou seja, um incremento de 14,70%, em razão de novas contratações de operações de crédito.

A Tabela 68 demonstra o comportamento do Resultado Nominal ao longo dos últimos cinco exercícios.

Tabela 68 - Resultado nominal do período de 2014 a 2018

(R\$ 1.000,00)

Resultado Nominal	2014	2015	2016	2017	2018
Estoque da DCL	6.084.983	9.369.813	7.775.059	8.146.084	10.962.426
Resultado Nominal do Exercício - Variação da Dívida	(2.144.081)	(3.284.830)	1.594.754	(371.025)	(2.816.342)
Meta	347.051	556.710	529.436	1.381.739	(3.164.747)

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Em 2018, o Resultado Nominal foi de R\$ 2.810.693,3 mil, indicando o incremento no nível de endividamento do Estado acima da meta estipulada para o exercício.

5.11 Investimentos Destinados ao Interior do Estado

O art. 210 da Constituição Estadual estabelece que “a Lei de Orçamento do Estado observará, para investimento do setor público estadual do Interior, dotação nunca inferior a cinquenta por cento do valor global consignado para esse fim”. O parágrafo único do mesmo artigo define que “excluem-se da classificação de Municípios do Interior, para fins do caput deste artigo, os Municípios integrantes da Região Metropolitana de Fortaleza.”

Atualmente o Estado do Ceará está dividido em 14 regiões de planejamento, conforme Lei Complementar nº. 154, de 20 de outubro de 2015.

Assim, a atual distribuição dos investimentos do Estado, no exercício de 2018, teve o comportamento evidenciado na Tabela 69.

Tabela 69 - Investimentos por Região de Planejamento

(R\$ 1,00)

REGIÕES DE PLANEJAMENTO	VR. AUTORIZADO 2018	VR. EMPENHADO 2018	% EMPENHADO	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL EMPENHADO EM 2018
01.CARIRI	647.707.298	472.603.493	72,97%	15,29%
02.CENTRO SUL	113.750.857	83.790.370	73,66%	2,71%
03.GRANDE FORTALEZA	2.471.711.920	1.475.769.001	59,71%	47,76%
04.LITORAL LESTE	111.192.085	71.490.547	64,29%	2,31%
05.LITORAL NORTE	87.499.807	70.973.600	81,11%	2,30%
06.LITORAL OESTE / VALE DO CURU	122.018.881	84.190.804	69,00%	2,72%
07.MACIÇO DO BATURITÉ	95.583.284	68.690.242	71,86%	2,22%
08.SERRA DA IBIAPABA	142.137.859	93.733.974	65,95%	3,03%
09.SERTÃO CENTRAL	91.908.459	56.293.179	61,25%	1,82%
10.SERTÃO DE CANINDÉ	40.937.275	30.318.621	74,06%	0,98%
11.SERTÃO DE SOBRAL	232.754.669	202.378.435	86,95%	6,55%
12.SERTÃO DOS CRATEÚS	119.583.594	99.578.778	83,27%	3,22%
13.SERTÃO DOS INHAMUNS	84.356.812	51.445.171	60,99%	1,66%
14.VALE DO JAGUARIBE	219.894.795	130.740.675	59,46%	4,23%
15.ESTADO DO CEARÁ	477.209.064	98.162.091	20,57%	3,18%
TOTAL GERAL	5.058.246.657	3.090.158.981	61,09%	100,00%
Total (Excluída a Região de Planejamento 15)	4.581.037.593	2.991.996.890	65,31%	
Interior (Excluídas as Regiões de Planejamento 03 e 15)	2.109.325.673	1.516.227.889	71,88%	
Verificação do Limite Constitucional	46,04%	50,68%		

Fonte: SIOF/SEPLAG

Pela análise da Tabela 69 é possível identificar que 50,68% do valor total empenhado foi destinado ao interior do Estado, percentual esse que atende ao dispositivo constitucional (50%).

Assim, conforme a Tabela 69, os investimentos do Estado foram distribuídos da seguinte forma, a Grande Fortaleza (47,76%) foi beneficiada com um maior volume, seguida pelo Cariri (15,29%) e Sertão de Sobral (6,55%), as demais regiões apresentaram percentuais de investimentos abaixo de 4,00%. As regiões que receberam menores percentuais foram o do Sertão Central com 1,82%, Sertão dos Inhamuns com apenas 1,66% e o Sertão do Canindé com 0,98%.

Como a economia e a infraestrutura ainda são bastante concentradas na Grande Fortaleza, o resultado do percentual de investimentos no interior é importante, pois, sinaliza um esforço

do Governo do Estado em desconcentrar os investimentos públicos em favor do interior. Assim, se o governo continuar com políticas públicas preocupadas em investir no interior, no futuro deverá ocorrer uma redução consistente das disparidades históricas existentes entre o entorno da capital do Estado e as demais regiões do Ceará, sem perda de crescimento para a região da Grande Fortaleza.

5.12 Parcerias Público-Privadas

Na Lei nº. 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que instituiu normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, com redação alterada pelas Leis nº. 12.024, de 2009, e nº. 12.766, de 2012, se aplica aos órgãos da Administração Pública estabelece que a União não possa conceder garantias e realizar transferências voluntárias de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias já contratadas por esses entes quando tiver excedido, no ano anterior, a 5% (cinco por cento) da Receita Corrente Líquida do exercício ou se as despesas anuais dos contratos vigentes nos 10 (dez) anos subsequentes excederem a 5% (cinco por cento) da Receita Corrente Líquida projetada para os respectivos exercícios.

O Estado do Ceará vem atendendo ao limite de 5% das despesas em relação a RCL, pois suas despesas com PPP em relação a RCL apresentam um percentual abaixo de 1%, conforme Tabela 70, que apresenta parte do Demonstrativo das Parcerias Públicos-Privadas, integrante do RREO, publicado no 6º bimestre de 2018:

Tabela 70 - Despesas de PPP em relação a RCL

R\$ 1,00

DESPESAS DE PPP	Exercício Anterior 2017	Exercício Corrente 2018
Gestão e Manutenção das Unidades de Atendimento ao Cidadão - Vapt-Vupt	44.255.270	53.748.364
Operação da Parceria Público Privada Castelão (Contraprestação)	6.254.043	7.244.601
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA LIMITE	50.509.312	60.992.965
RCL	17.779.471.739	19.186.208.626
(%) DESPESAS/RCL	0,28%	0,32%

Fonte: S2GPR/SEFAZ

5.13 Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal (PAF)

O Estado do Ceará é parte integrante do Contrato de Confissão, Assunção e Refinanciamento de Dívidas nº 003/97 STN/COAFI, de 16 de outubro de 1997, firmado com a União, no âmbito da Lei nº 9.496/97 e da Resolução do Senado federal nº 123/97. O programa dá cumprimento ao disposto no referido Contrato e seus termos aditivos. A 20ª revisão contempla metas ou compromissos relativos ao exercício de 2018 e estimativas para os exercícios de 2019 e 2020.

O cumprimento das metas ou compromissos do Programa visa manter a classificação da capacidade de pagamento do Estado, tornando elegíveis as operações de crédito de seu interesse à concessão de garantias da União.

Nesse item busca demonstrar quais as Metas ou Compromissos e seus respectivos resultados em 2018, conforme a seguir:

META 1 - RELAÇÃO DÍVIDA CONSOLIDADA (DC) / RECEITA CORRENTE LÍQUIDA: não ultrapassar em 2018 a 79,57% na relação DC/RCL. A Meta 1 estabelecida foi atendida, pois a DC ficou em 72,27% da RCL, conforme Tabela 71 a seguir:

Tabela 71 – Meta 1

	ANO 2018
META 1	79,57%
RESULTADO	72,27%

Fonte: RGF-3o. Quadrimestre/2018

META 2 - RESULTADO PRIMÁRIO: superar o resultado primário previsto para o exercício. Para o exercício de 2018 a meta do Resultado Primário previsto no PAF foi de 963,00 milhões negativos, mas o realizado foi de 491,23 milhões, superando a Meta 2 estabelecida, conforme Tabela 72 a seguir:

Tabela 72 – Meta 2

R\$ Milhões

	ANO 2018
META 2	-963,00
RESULTADO	491,23

Fonte: RREO - 6o. Bimestre/2018

META 3 - DESPESA COM PESSOAL / RECEITA CORRENTE LÍQUIDA: consiste não ultrapassar o limite definido no art. 19, inciso II, da LRF. Em 2018, a Meta 3 foi atendida, pois o resultado da soma dos percentuais da Despesa com Pessoal de todos os Poderes e Ministério Público ficou em 51,87%, muito abaixo do limite de 60%, conforme Tabela 73 a seguir:

Tabela 73 – Meta 3

	ANO 2018
META 3	60,00%
RESULTADO	51,87%

Fonte: RGF-3o. Quadrimestre/2018

META 4 - RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA: superar o montante de receitas de arrecadação própria de R\$ 14.518 milhões em 2018. A Meta 4 foi atendida, com o resultado de R\$16.305 milhões, conforme apresentado na Tabela 74 a seguir:

Tabela 74 – Meta 4

R\$ Milhões

	ANO 2018
META 4	14.518
RESULTADO	16.305

Fonte: S2GPR/2018

META 5 - GESTÃO PÚBLICA: alcançar os seguintes compromissos:

(a) Encaminhar à STN até 31 de maio de cada ano, Relatório sobre a execução do PAF relativo ao exercício anterior e sobre as perspectivas para o triênio seguinte.

(b) Divulgar, inclusive em meios eletrônicos de acesso público os dados e informações relativos ao PAF.

Compromissos sobre a Gestão Pública alcançados, conforme informações apresentadas no sítio da SEFAZ, a seguir:

https://www.sefaz.ce.gov.br/Content/aplicacao/internet/financas_publicas/gerados/paf.asp

META 6 - DISPONIBILIDADE DE CAIXA: consiste em alcançar em 2018 disponibilidade de caixa de recursos não vinculados maior que o das obrigações financeiras. A Meta 6 foi atendida conforme Anexo V do RGF do 3o. quadrimestre de 2018, conforme Tabela 75 a seguir:

Tabela 75 – Meta 6

R\$ Milhões

	ANO 2018
Recursos Não Vinculados	1.602,68
Obrigações Financeiras	1.082,35

Fonte: RGF-3o. Quadrimestre/2018

Assim, o governo do Estado do Ceará atendeu todas as Metas (1 a 6) do PAF apresentadas na 20a. Revisão, período 2018 -2021.

5.14 Cumprimento do Novo Regime Fiscal (EC nº 88/2016)

A Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016, instituiu o Novo Regime Fiscal no âmbito dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado do Ceará. Esse regime irá vigorar por dez exercícios financeiros, nos termos dos arts. 43 a 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A Tabela 76, demonstra que no exercício de 2018 o limite do novo regime fiscal foi no valor de R\$ 10.235.345.280,94.

Tabela 76 - Demonstrativo do Novo Regime Fiscal

RS 1.000,00

DEMONSTRATIVO DO NOVO REGIME FISCAL (EC n.º 88/16)	2017 (A)		2018 (B)		Variação (%) (C = B/A)
	Corrente	Restos a Pagar	Corrente	Restos a Pagar	
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES BRUTA (I)	17.666.906	341.516	19.356.375	464.692	10,07%
Pessoal e Encargos Sociais	9.109.180	75.598	10.118.449	70.884	10,94%
Outras Despesas Correntes	8.557.727	265.918	9.237.927	393.808	9,16%
DEDUÇÕES (II)	-9.033.920	-256.313	-9.767.348	-328.088	8,67%
(-) Transferências Constitucionais e legais (IPVA e ICMS)	-3.040.022	-55.488	-3.231.567	-81.099	7,02%
(-) Despesas Relativas à Saúde	-3.038.166	-88.786	-3.279.801	-143.117	9,47%
(-) Despesas Relativas à Educação	-2.918.343	-104.440	-3.213.354	-99.174	9,59%
(-) Fundos operacionalizados com recursos exclusivamente próprios	-37.389	-7.599	-42.625	-4.697	5,19%
TOTAL DE DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (III) = (I - II)	8.718.189		9.725.632		11,56%
LIMITE NOVO REGIME FISCAL 2018 (IV)			10.235.345		
UTILIZAÇÃO DO LIMITE (V) = (III-B / IV)				95,02%	
SALDO LIMITE (VI) = (IV - III-B)				509.714	

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Nota 1: O demonstrativo evidencia apenas as despesas pagas e os restos a pagar pagos.

Nota 2: Nas deduções relativas às despesas com saúde e educação foram consideradas as despesas pagas nas funções orçamentárias da saúde e educação.

Nota 3: Em 2017 foram deduzidas as despesas pagas pelos seguintes fundos: FEC, FDCC, FDAF, FDS, FECA, EFEICE, FUNDART, FUNDEJ, FUNPECEPE e PREVID. Em 2018 foram deduzidas as despesas pagas pelos seguintes fundos: FEC, FECA, FDAF, FDS, FUNDART, FUNDEJ, FUNPECEPE, FUNPEN e PREVID.

Em 2017 as despesas primárias correntes foram no montante de R\$ 8.718.188.623,76, e as despesas do ano de 2018 um valor de R\$ 9.725.631.517,55, apresentando uma variação de 11,56%. Assim, as despesas de 2018 ficaram abaixo do limite do Novo Regime Fiscal e ainda com um saldo do limite de R\$ 509.713.763,39.

6 CONCLUSÃO

A Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará (CGE) elaborou o Relatório do Controle Interno sobre as Contas do Governo (RCI-Governo) referente ao exercício financeiro de 2018 de acordo com os preceitos constitucionais e previsões da Lei Complementar nº 101/2000, da Lei Federal nº4.320/1964 e nos demais normativos legais sobre a matéria.

Considera-se importante frisar, ainda, que as análises tomaram como parâmetro as informações consolidadas do Balanço Geral do Estado e da Mensagem Governamental de 2018. O exame pormenorizado dos atos individuais dos dirigentes e responsáveis pela aplicação dos recursos públicos deve ser realizado por ocasião da análise das contas anuais de gestão.

A atuação da CGE visou fortalecer o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, o Sistema de Ouvidoria, o Sistema de Transparência e Ética e o Sistema de Acesso à Informação, contribuindo para o aperfeiçoamento da gestão e para o fomento ao controle social, ampliando o relacionamento governo-sociedade com base no critério de interesse público.

Além disso, a CGE buscou disseminar informações e orientações para o fortalecimento da gestão, realizando diversas atividades, desde eventos e capacitações, abrangendo ainda análises técnicas e auditorias de denúncias, de obras e de recursos decorrentes de contratos de financiamento com organismos internacionais.

Para analisar as recomendações emitidas pelo TCE/CE nas Contas Anuais de Governo relativas ao exercício de 2017, a CGE coordenou a Comissão do **PASF Contas de Governo**, que realizou o processo de consolidação das informações apresentadas pelos órgãos e entidades responsáveis pela definição de ações a serem adotadas. A Comissão deu tratamento a todas as questões suscitadas pelo TCE/CE.

Em relação aos 7 Eixos Estratégicos do PPA 2016-2019, houve relevante melhora na execução orçamentária dos temas e programas de governo em relação aos dois anos anteriores, pela primeira vez zerando as ocorrências de empenho abaixo de 25% do orçamento e garantindo a maior parte dos temas e programas com empenho superior a 75%. O resultado econômico foi positivo, tendo o Ceará obtido o crescimento do PIB pelo segundo ano

consecutivo, crescimento do comércio exterior em relação a 2017 e criação de 21.918 vagas celetistas após dois anos de destruição de vagas. Destacam-se pelo bom resultado dos temas e programas os Eixos Ceará da Gestão Democrática por Resultados, Oportunidades. Já os Eixos Ceará Acolhedor e Ceará Pacífico tiveram problemas no alcance de suas metas. Outrossim, seria interessante que os indicadores estratégicos também viessem acompanhados de metas. Ressalta-se que, até o término da elaboração do presente relatório, os resultados finais dos indicadores de 2018 não se encontram disponíveis nos sites oficiais do governo.

Após dois anos de superávit orçamentário, apurou-se déficit de execução orçamentária de R\$ 573.858 mil no exercício de 2018, porém, o resultado não significa, necessariamente, que a condição financeira seja desfavorável, tendo em vista a existência de relevante montante de reservas financeiras acumuladas em exercícios anteriores para cobertura de déficits, além da série histórica não demonstrar sequência contínua de desajuste fiscal. No início do ano se previa um superávit de R\$ 169.994 mil, tendo sido reprogramado durante exercício, por meio de ajustes no orçamento de capital, que terminaram ainda com relevante *gap* entre receitas e despesas de capital orçadas e executadas, destacando-se a frustração de receita somada de R\$ 1.924.256 mil de quatro subáreas de receita de operação de crédito e transferência de capital. No período também se constatou a redução percentual das Despesas de Exercícios Anteriores em relação ao total de execução dos dois anos anteriores, enquanto houve aumento de despesas com Contratos de Gestão em relação ao mesmo período.

Os demonstrativos integrantes do Relatório de Gestão Fiscal e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e respectivos anexos, no período de janeiro a dezembro de 2018, foram publicados em conformidade com os padrões estabelecidos pela Portaria nº.495, de 06 de junho de 2017, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que aprovou a 8ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais. O Governo do Estado do Ceará atendeu a todos os limites estabelecidos para a Gestão Fiscal (pessoal, dívida, operações de crédito, garantias e contragarantias e serviço da dívida), os limites dos indicadores de Saúde e Educação, o percentual de aplicação de recursos do FUNDEB (estadual e federal), a regra de ouro, as metas do Resultado Primário e Nominal, o limite do percentual das despesas com PPP. Em relação às regras da Constituição Estadual, não foi atingido o percentual de aplicação de recursos na FUNCAP, no entanto, foram atingidos o percentual de Investimentos Destinados



ao Interior do Estado, as metas do PAF e o atendimento à Emenda da Constituição Estadual nº 88/2016, relativo ao Novo Regime Fiscal.

O RCI-Governo visa contribuir para o fortalecimento do controle interno do Poder Executivo e dos instrumentos de *accountability*, efetivamente para a integridade das informações e para a transparência na gestão dos recursos públicos.

Fortaleza, 04 de abril de 2019.

Adriana Oliveira Nogueira
Auditora de Controle Interno

Vitor Hugo Gaspar Pinto
Auditor de Controle Interno

Carlos Rubens Moreira da Silva
Auditor do Controle Interno

Bruno Jesus Martins Lôbo
Auditor de Controle Interno

Marcelo de Sousa Monteiro
Coordenador de Estratégias de Controle

De acordo:

Antônio Marcom Lemos da Silva
Secretário Executivo da
Controladoria e Ouvidoria Geral



DEMONSTRATIVOS



ADMINISTRAÇÃO DIRETA



Receitas Orçamentárias		Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo a Realizar (d) = (c-b)
11	RECEITAS CORRENTES	20.373.517,375,00	21.153.463.981,07	20.814.295.698,03	-339.168.283,04
111	RECEITA TRIBUTÁRIA	11.935.537.666,00	12.220.472.719,81	12.199.484.146,39	-20.988.573,42
1111	IMPOSTOS	11.903.702.220,00	12.188.637.273,81	12.157.952.228,73	-30.685.045,08
1112	TAXAS	31.835.446,00	31.835.446,00	41.531.917,66	9.696.471,66
113	RECEITA PATRIMONIAL	869.678.442,00	882.487.956,23	644.900.319,67	-237.587.636,56
1131	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	426.147,00	426.147,00	707.198,51	281.051,51
1132	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	217.305.493,00	217.305.493,00	191.916.223,59	-25.389.269,41
1133	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	150.000.000,00	150.000.000,00	3.125.826,77	-146.874.173,23
1136	RECEITA DA CESSÃO DE DIREITOS	500.000.000,00	512.809.514,23	449.060.920,51	-63.748.593,72
1139	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	1.946.802,00	1.946.802,00	90.150,29	-1.856.651,71
116	RECEITA DE SERVIÇOS	13.998.632,00	13.998.632,00	10.372.603,87	-3.626.028,13
1160	RECEITA DE SERVIÇOS	13.998.632,00	13.998.632,00	10.372.603,87	-3.626.028,13
117	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.139.211.776,00	7.203.580.537,04	7.073.086.153,76	-130.494.383,28
1172	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	7.066.592.405,00	7.110.097.568,13	7.001.735.758,65	-108.361.809,48
1176	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	72.619.371,00	93.482.968,91	71.350.395,11	-22.132.573,80
119	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	415.090.859,00	832.924.135,99	886.452.474,34	53.528.338,35
1191	MULTAS E JUROS DE MORA	130.573.151,00	130.573.151,00	156.674.126,33	26.100.975,33
1192	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	111.259.861,00	316.259.861,00	322.009.314,95	5.749.453,95
1193	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	44.026.080,00	44.026.080,00	61.767.241,43	17.741.161,43
1199	RECEITAS DIVERSAS	129.231.767,00	342.065.043,99	346.001.791,63	3.936.747,64
12	RECEITAS DE CAPITAL	3.004.500.432,00	3.592.327.473,87	1.442.333.545,23	-2.149.993.928,64
121	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.124.808.976,00	2.606.226.411,49	908.064.839,15	-1.698.161.572,34
1211	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	939.464.863,00	1.359.118.896,30	95.284.451,01	-1.263.834.445,29
1212	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	1.185.344.113,00	1.247.107.515,19	812.780.388,14	-434.327.127,05
122	ALIENAÇÃO DE BENS	61.278,00	93.478,00	14.348.150,00	14.254.672,00
1221	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	61.278,00	93.478,00	1.015.650,00	922.172,00
1222	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	13.332.500,00	13.332.500,00
124	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	879.630.178,00	883.507.584,38	372.722.568,71	-510.785.015,67
1242	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	3.495.000,00	9.895.000,00	0,00	-9.895.000,00
1243	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	40.000,00	40.000,00	0,00	-40.000,00
1244	TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	3.500.000,00	4.307.149,26	0,00	-4.307.149,26
1247	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	872.595.178,00	869.265.435,12	372.722.568,71	-496.542.866,41
125	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	102.500.000,00	147.197.987,37	44.697.987,37
1259	OUTRAS RECEITAS	0,00	102.500.000,00	147.197.987,37	44.697.987,37



Receitas Orçamentárias		Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo a Realizar (d) = (c-b)		
Subtotal das Receitas: (III) = (I) + (II)		23.378.017.807,00	24.745.791.454,94	22.256.629.243,26	-2.489.162.211,68		
Operações de Crédito/Financiamento (IV):		0,00	0,00	0,00	0,00		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		0,00	0,00	0,00	0,00		
MOBILIÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00		
CONTRATUAL		0,00	0,00	0,00	0,00		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS		0,00	0,00	0,00	0,00		
MOBILIÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00		
CONTRATUAL		0,00	0,00	0,00	0,00		
Subtotal com Refinanciamento (V) = (III + IV):		23.378.017.807,00	24.745.791.454,94	22.256.629.243,26	-2.489.162.211,68		
Déficit (VI):		0,00	0,00	0,00	0,00		
Total (VII)=(V + VI):		23.378.017.807,00	24.745.791.454,94	22.256.629.243,26	-2.489.162.211,68		
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)							
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores							
Superávit Financeiro							
Reabertura de créditos adicionais							
Despesas Orçamentárias		Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j)=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)		14.085.176.304,00	14.754.825.666,82	14.359.154.242,41	14.196.565.762,25	13.999.594.923,35	395.671.424,41
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.427.080.064,00	7.590.890.148,14	7.410.763.964,74	7.410.740.070,55	7.318.293.959,49	180.126.183,40
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	562.749.611,00	567.519.546,94	562.907.752,50	562.907.752,50	562.907.752,50	4.611.794,44
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.095.346.629,00	6.596.415.971,74	6.385.482.525,17	6.222.917.939,20	6.118.393.211,36	210.933.446,57
DESPESAS DE CAPITAL (IX)		3.309.698.136,00	3.989.965.684,58	2.813.584.310,54	2.681.356.224,72	2.672.350.106,36	1.176.381.374,04
44	INVESTIMENTOS	2.405.739.282,00	3.027.999.446,60	1.865.765.563,85	1.733.537.478,03	1.724.531.359,67	1.162.233.882,75
45	INVERSÕES FINANCEIRAS	7.494.417,00	141.985.354,83	141.680.354,83	141.680.354,83	141.680.354,83	305.000,00
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	896.464.437,00	819.980.883,15	806.138.391,86	806.138.391,86	806.138.391,86	13.842.491,29
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)		53.939.950,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	53.939.950,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal das Despesas (XI) = (VII+IX+X):		17.448.814.390,00	18.744.791.351,40	17.172.738.552,95	16.877.921.986,97	16.671.945.029,71	1.572.052.798,45



Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j)=(f-g)
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XII):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento (XII)=(XI+XII):	17.448.814.390,00	18.744.791.351,40	17.172.738.552,95	16.877.921.986,97	16.671.945.029,71	1.572.052.798,45
Superávit (XIII):	5.929.203.417,00	6.001.000.103,54	5.083.890.690,31			917.109.413,23
Total (XIV)=(XII+XIII):	23.378.017.807,00	24.745.791.454,94	22.256.629.243,26	16.877.921.986,97	16.671.945.029,71	2.489.162.211,68
Reserva do RPPs						



Restos a Pagar Não-Processados - Anexo 1	Inscritos		Liquidadas (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
DESPESAS CORRENTES	8.241.976,78	109.386.154,63	60.754,43	97.023.630,12	10.006.468,71	10.598.032,58
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	363.070,04	0,00	7.559,88	27.319,35	335.750,69	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.878.906,74	109.386.154,63	53.194,55	96.996.310,77	9.670.718,02	10.598.032,58
DESPESAS DE CAPITAL	11.424.792,87	217.581.732,97	1.774.847,59	187.439.908,82	21.819.696,81	19.746.920,21
INVESTIMENTOS	11.424.792,87	217.581.732,97	1.774.847,59	187.439.908,82	21.819.696,81	19.746.920,21
Total:	19.666.769,65	326.967.887,60	1.835.602,02	284.463.538,94	31.826.165,52	30.344.952,79

Restos a Pagar Processados - Anexo 2	Inscritos		Liquidadas (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
DESPESAS CORRENTES	361.296,93	167.755.657,13	0,00	162.229.299,45	2.306.045,88	3.581.608,73
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	168.068,33	39.273.805,09	0,00	38.920.059,41	165.397,33	356.416,68
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	193.228,60	128.481.852,04	0,00	123.309.240,04	2.140.648,55	3.225.192,05
DESPESAS DE CAPITAL	1.901.268,95	23.761.492,07	0,00	20.886.929,41	1.165.634,45	3.610.197,16
INVESTIMENTOS	1.901.268,95	23.761.492,07	0,00	20.886.929,41	1.165.634,45	3.610.197,16
Total:	2.262.565,88	191.517.149,20	0,00	183.116.228,86	3.471.680,33	7.191.805,89



Ingressos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Dispêndios	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	22.256.629.243,26	21.720.618.288,97	DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)	17.172.738.552,95	15.678.152.683,50
ORDINÁRIA	18.478.239.863,35	16.758.268.359,13	ORDINÁRIA	13.280.902.731,01	12.395.203.986,90
VINCULADA	3.778.389.379,91	4.962.349.929,84	VINCULADA	3.891.835.821,94	3.282.948.696,60
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00
FECOP	555.165.211,93	542.259.772,14	FECOP	307.658.947,03	389.032.821,65
TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS DE OUTROS ENTES	194.991.642,99	145.103.871,33	TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS DE OUTROS ENTES	135.820.998,01	80.502.152,79
ALIENAÇÃO DE BENS	14.348.150,00	4.890.259,44	ALIENAÇÃO DE BENS	25.983,60	1.012.005,67
MEDIDAS COMPENSATÓRIAS	15.105.584,84	40.279.030,93	MEDIDAS COMPENSATÓRIAS	33.758.121,71	21.608.662,62
FUNDEB	1.490.250.754,32	1.437.595.805,22	FUNDEB	1.437.239.898,67	1.410.314.908,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	950.892.044,89	2.059.072.273,82	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.355.462.807,74	771.461.487,65
CONVÊNIOS	534.803.014,20	608.575.371,56	CONVÊNIOS	519.972.584,52	602.761.598,86
SUS	0,00	0,00	SUS	0,00	0,00
OUTROS RECURSOS	22.832.976,74	124.573.545,40	OUTROS RECURSOS	101.896.480,66	6.255.058,96
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	14.976.493.845,14	13.397.813.802,84	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	20.733.221.135,33	18.863.951.733,23
COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	14.497.562.662,57	13.157.119.051,65	COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	20.141.789.461,34	18.554.589.574,08
PARA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	335.596.831,31	185.099.898,81	PARA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	440.176.252,17	248.719.607,54
PARA EXECUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	49.681.876,90	17.941.403,91	PARA EXECUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	49.684.735,41	17.941.403,91
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	93.652.474,36	37.653.448,47	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	101.570.686,41	42.701.147,70
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)	11.890.133.340,09	10.399.684.327,35	PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)	11.719.188.914,75	9.685.692.274,54
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	205.953.395,95	191.428.082,38	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	183.116.228,86	165.502.282,56
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	294.816.565,98	326.967.887,60	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	284.463.538,94	214.400.993,69
VALORES RESTITUÍVEIS	11.380.828.747,74	9.877.025.726,96	VALORES RESTITUÍVEIS	11.242.485.053,12	9.304.082.693,03
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	2.276.576.590,06	1.999.488.990,18	CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	2.180.241.675,35	1.966.104.733,49
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	23.561,31	76.945,16	CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	33.194.407,01	15.546.311,99
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	9.104.228.596,37	7.877.459.791,62	OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	9.029.048.970,76	7.322.431.647,55
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	8.534.630,42	4.262.630,41	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	9.124.093,83	1.706.305,26
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	4.051.569.517,38	2.761.249.789,49	SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	3.549.677.342,84	4.051.569.517,38
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.050.626.140,92	2.760.514.968,59	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.545.147.729,98	4.050.626.140,92
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	943.376,46	734.820,90	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	4.529.612,86	943.376,46
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	53.174.825.945,87	48.279.366.208,65	TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	53.174.825.945,87	48.279.366.208,65



Ativo	Exercício Atual	Exercício Anterior	Passivo	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante					
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.545.147.729,98	4.050.626.140,92	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	96.196.658,02	43.699.352,13
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	689.118.433,33	602.172.059,66	PESSOAL A PAGAR	6.442.747,05	9.914.982,81
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	543.215.887,70	490.039.627,34	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	0,00	46,24
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	101.887.853,59	85.682.184,05	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	2.400,00	4.800,00
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA - CLIENTES	10.621.745,03	8.092.095,83	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	89.751.510,97	33.779.523,08
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	135.563.986,84	38.050.024,43	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	937.111.640,72	0,00
(-) AJUSTES DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	-102.171.039,83	-19.691.871,99	PARCELA A CURTO PRAZO DOS EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	937.111.640,72	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	138.988.819,33	293.301.908,13	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	19.832.706,23	37.910.143,06
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	1.499.942,34	1.697.561,78	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	19.832.706,23	37.910.143,06
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	482.836,32	482.836,32	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	8.881.636,42	9.447.673,29
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	980.450.847,05	1.169.121.934,44	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO	8.818.226,76	9.360.965,86
(-) AJUSTE DE PERDAS DE DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	-843.444.806,38	-878.000.424,41	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS ESTADOS	27.047,68	42.470,61
ESTOQUES	119.429.873,72	46.458.631,37	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS MUNICÍPIOS	36.361,98	44.236,82
ALMOXARIFADO	119.429.873,72	46.458.631,37	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	74.635.941,14	81.099.281,37
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS	32.822.975,23	32.233.286,14	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES (I)	74.635.941,14	81.099.281,37
DEMAIS VPD A APROPRIAR	32.822.975,23	32.233.286,14	PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00	0,00
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	4.525.507.831,59	5.024.792.026,22	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.368.137.811,34	1.238.868.615,86
			VALORES RESTITUIVEIS	1.276.444.253,36	1.137.384.465,98
			OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	91.693.557,98	101.484.149,88
			TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	2.504.796.393,87	1.411.025.065,71
Ativo Não Circulante					
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	12.634.950.838,69	10.037.892.713,59			
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	12.418.125.414,48	9.842.618.345,21	Passivo Não Circulante		
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	216.825.424,21	195.274.368,38	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	67.301.303,98	88.768.653,25
INVESTIMENTOS	4.331.068.638,28	3.914.846.730,82	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	67.301.303,98	88.768.653,25
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES	4.326.908.065,61	3.910.686.158,15	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	11.581.329.212,71	11.204.775.225,37
DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES	4.160.572,67	4.160.572,67	EMPRESTIMOS A LONGO PRAZO	11.581.329.212,71	11.204.775.225,37
IMOBILIZADO	18.608.789.218,63	16.777.453.924,37	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	4.001.072.215,48	3.722.052.475,39	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS IMÓVEIS	14.640.250.510,91	13.075.914.888,64	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-32.533.507,76	-20.513.439,66	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	828.668.863,34	459.092.582,72
INTANGÍVEL	140.561.813,51	110.675.227,20	OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	828.668.863,34	459.092.582,72
SOFTWARES	140.982.147,93	110.807.092,54	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS	364.794,02	364.794,02	TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	12.477.299.380,03	11.752.636.461,34
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	-785.128,44	-496.659,36			
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	35.715.370.509,11	30.840.868.595,98			



	Exercício Atual	Exercício Anterior
Patrimônio Líquido		
DEMAIS RESERVAS	0,00	0,00
OUTRAS RESERVAS	0,00	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS	25.258.782.566,80	22.701.999.095,15
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	25.258.782.566,80	22.701.999.095,15
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	2.998.417.742,48	3.051.755.046,19
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	22.975.768.640,44	19.935.049.380,12
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-715.403.816,12	-284.805.331,16
LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS	0,00	0,00
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO	25.258.782.566,80	22.701.999.095,15

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo		
Total do Ativo:	40.240.878.340,70	35.865.660.622,20

(1) Ativo Financeiro: 3.549.677.342,84 4.051.569.517,38
(2) Ativo Permanente: 36.691.200.997,86 31.814.091.104,82
Saldo Patrimonial: 24.935.456.650,05 22.358.249.759,54

Total do Passivo e do Patrimônio Líquido: 40.240.878.340,70 35.865.660.622,20

(3) Passivo Financeiro: 1.825.437.562,72 1.689.201.294,14
(4) Passivo Permanente: 13.479.984.127,93 11.818.209.568,52

Compensações

Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos Atos Potenciais Ativos		
EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	586.693.522,09	670.743.612,48
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	3.618.206.676,62	3.803.942.098,83
EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	19.990.100,85	19.674.126,51
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	4.224.890.299,56	4.494.359.837,82

Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	362.593.235,44	267.351.194,86
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	362.593.235,44	267.351.194,86



	FONTE DE RECURSOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
10000	TESOURO, RECURSOS ORDINÁRIOS	61.739.546,08	44.961.160,00
10002	RECURSOS ORDINÁRIOS PARA PROJETOS PRIORITÁRIOS	402.042.667,06	0,00
10003	RECURSOS ORDINÁRIOS - CIPP	104.647.901,89	0,00
10004	RECURSOS ORIUNDOS DA CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL/BEC	49.995.492,70	0,00
10100	TESOURO, COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	-190.646.532,43	426.541.920,42
11000	TESOURO, RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	89.602.885,89	17.299.167,52
11200	TESOURO, ALIENAÇÃO DE BENS	58.876.629,24	44.412.982,93
14400	TESOURO, INDENIZAÇÃO PELA EXTRAÇÃO DO PETRÓLEO, XISTO E GÁS	2.078.515,55	1.170.110,71
20700	OUT. FONTES, COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	653.229,13	1.023.763,41
21100	OUT. FONTES, COTA-PARTE DA CIDE	33.996,87	240.842,22
21400	TESOURO, RECURSOS PROVENIENTES DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	95.242.040,58
21600	OUT. FONTES, COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	52.514.938,12	71.160.363,52
24638	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOIRO	0,00	1.622.307,92
24643	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOIRO	34,93	34,93
24645	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOIRO	627.612,70	1.435.461,47
24647	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOIRO	11.823.233,63	21.372.960,40
24654	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOIRO	338.126.101,77	1.070.387.224,96
24656	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOIRO	949.600,85	959.930,35
24840	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOIRO	283.620,10	283.349,73
24848	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOIRO	-1.162.889,96	8.310.599,02
24857	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOIRO	65.020,30	66.874,44
24858	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOIRO	-1.226.187,08	-38.759.748,84
24859	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOIRO	205.180.075,23	67.220.926,58
24864	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOIRO	-3.624.801,66	2.342.636,69
24865	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOIRO	9.518.732,60	40.665.576,92
24869	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOIRO	3.480.378,06	32.271.147,06
25000	OUT. FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDEB	20.142.951,28	-32.645.070,03
27301	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	-1.264.975,34	0,00
27302	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS - TRANSPORTE ESCOLAR	-41.585,62	0,00
27600	OUT. FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DO FIT	5.623.807,42	9.009.216,36
28080	OUT. FONTES, CONVÊNIO COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2.132,24	2.132,24
28282	OUT. FONTES, CONVÊNIO COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	498.662.283,94	466.253.248,90
28686	OUT. FONTES, CONVÊNIO COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	5.482.359,50	9.466.248,06



	Exercício Atual	Exercício Anterior
FONTE DE RECURSOS		
28888 OUT. FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	53.005,13	50.814,77
Total:	1.724.239.780,12	2.362.368.223,24



Variações Patrimoniais Quantitativas

Variações Patrimoniais Aumentativas

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Aumentativas	45.156.192.879,17	42.742.425.034,27
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	16.582.585.476,23	15.811.201.442,19
4.1.1 IMPOSTOS	16.541.092.545,54	15.761.186.228,95
4.1.2 TAXAS	41.492.930,69	50.015.213,24
4.1.3 CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
4.2.1 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00
4.2.2 CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	0,00	0,00
4.2.3 CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	0,00
4.2.4 CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	464.889.591,30	37.498.143,79
4.3.1 VENDA DE MERCADORIAS	0,00	0,00
4.3.2 VENDA DE PRODUTOS	0,00	0,00
4.3.3 EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	464.889.591,30	37.498.143,79
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	2.473.925.295,40	3.009.554.517,12
4.4.1 JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
4.4.2 JUROS E ENCARGOS DE MORA	1.009.938.209,45	367.778,38
4.4.3 VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	1.280.088.430,76	2.755.113.716,49
4.4.4 DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	0,00	0,00
4.4.5 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	183.880.505,09	254.054.473,02
4.4.9 OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS – FINANCEIRAS	18.150,10	18.549,23
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	23.733.957.715,90	21.688.406.348,06
4.5.1 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	14.976.493.845,14	13.397.813.802,84
4.5.2 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	8.756.841.216,41	8.286.186.830,62
4.5.3 TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00
4.5.4 TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00
4.5.5 TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
4.5.6 TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	622.654,35	4.405.714,60
4.5.7 TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00	0,00
4.5.8 TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00	0,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	165.664.919,92	878.737.370,87
4.6.1 REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	0,00	878.737.370,87
4.6.2 GANHOS COM ALIENAÇÃO	165.664.919,92	0,00
4.6.3 GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.735.169.880,42	1.317.027.212,24
4.9.1 VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00	0,00
4.9.2 RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES	259.967.364,21	42.324.603,88
4.9.9 DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.475.202.516,21	1.274.702.608,36

Variações Patrimoniais Quantitativas

Variações Patrimoniais Diminutivas

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Diminutivas	42.157.775.136,69	39.690.669.988,08
PESSOAL E ENCARGOS	7.406.361.899,99	6.542.958.045,61
3.1.1 REMUNERAÇÃO A PESSOAL	5.981.414.001,62	5.346.447.337,31
3.1.2 ENCARGOS PATRONAIS	1.195.764.666,74	988.251.811,87
3.1.3 BENEFÍCIOS A PESSOAL	196.769.430,45	164.849.007,90
3.1.8 CUSTO DE PESSOAL E ENCARGOS	0,00	0,00
3.1.9 OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	32.413.801,18	43.409.888,53
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	16.348.173,61	16.527.876,85
3.2.1 APOSENTADORIAS E REFORMAS	0,00	0,00
3.2.2 PENSÕES	14.935.130,20	15.214.285,54
3.2.3 BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00
3.2.4 BENEFÍCIOS EVENTUAIS	0,00	0,00



Variações Patrimoniais Quantitativas

Variações Patrimoniais Diminutivas

Exercício Atual

Exercício Anterior

Variações Diminutivas		Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Diminutivas		42.157.775.136,69	39.690.669.988,08
3.2.5	POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	0,00	0,00
3.2.9	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	1.413.043,41	1.313.591,31
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		1.964.369.945,07	1.891.280.084,76
3.3.1	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	141.326.565,57	188.620.780,51
3.3.2	SERVIÇOS	1.812.560.822,94	1.698.213.038,44
3.3.3	DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	10.482.556,56	4.446.265,81
3.3.8	CUSTO DE MATERIAIS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		2.928.739.398,83	3.379.030.602,06
3.4.1	JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	545.339.996,52	424.747.050,41
3.4.2	JUROS E ENCARGOS DE MORA	280.022,20	170.743,04
3.4.3	VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	2.367.379.409,41	2.949.374.169,03
3.4.4	DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	0,00	0,00
3.4.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	15.739.970,70	4.738.639,58
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		27.894.919.296,80	25.487.916.383,55
3.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	20.733.221.135,33	18.863.951.733,23
3.5.2	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	6.694.801.940,82	6.232.139.485,19
3.5.3	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	466.896.220,65	391.825.165,13
3.5.4	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00
3.5.5	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
3.5.6	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	0,00	0,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS		1.409.389.036,47	1.463.877.332,77
3.6.1	REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	1.409.389.036,47	1.458.424.407,69
3.6.2	PERDAS COM ALIENAÇÃO	0,00	0,00
3.6.3	PERDAS INVOLUNTÁRIAS	0,00	0,00
3.6.4	REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	0,00	5.452.925,08
TRIBUTÁRIAS		159.775.245,21	152.091.463,05
3.7.1	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	439.480,43	828.407,54
3.7.2	CONTRIBUIÇÕES	159.335.764,78	151.263.055,51
3.7.8	CUSTO COM TRIBUTOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		377.872.140,71	756.988.199,43
3.9.1	PREMIAÇÕES	14.252.636,24	29.647.493,56
3.9.2	RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES	0,00	1,02
3.9.3	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
3.9.4	INCENTIVOS	10.049.563,21	5.144.835,99
3.9.5	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	12.841.500,00	10.654.898,52
3.9.6	PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
3.9.7	VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	0,00	0,00
3.9.8	CUSTO DE OUTRAS VPD	0,00	0,00
3.9.9	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	340.728.441,26	711.540.970,34
RESULTADO PATRIMONIAL POR PERÍODO:		2.998.417.742,48	3.051.755.046,19



	Exercício Atual	Exercício Anterior
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</u>		
INGRESSOS	45.980.502.767,89	41.354.553.618,58
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	13.741.209.544,27	12.599.959.899,04
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	22.049.579.998,90	20.019.807.866,66
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	10.189.713.224,72	8.734.785.852,88
DESEMBOLSOS	45.249.563.938,15	40.057.446.006,69
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	9.868.147.627,60	8.916.382.141,16
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	562.907.752,50	452.097.969,17
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	24.766.676.077,78	22.527.307.492,87
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	10.051.832.480,27	8.161.658.403,49
<u>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)</u>	730.938.829,74	1.297.107.611,89
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>		
INGRESSOS	534.268.706,08	447.585.465,12
ALIENAÇÃO DE BENS	14.348.150,00	4.890.259,44
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	372.722.568,71	442.036.682,86
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	147.197.987,37	658.522,82
DESEMBOLSOS	1.868.899.644,41	1.519.251.026,72
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.868.899.644,41	1.518.716.681,23
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	534.345,49
<u>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)</u>	-1.334.630.938,33	-1.071.665.561,60
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>		
INGRESSOS	908.064.839,15	2.051.078.860,99
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	908.064.839,15	2.051.078.860,99
DESEMBOLSOS	806.138.391,86	988.573.093,08
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	806.138.391,86	988.573.093,08
<u>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)</u>	101.926.447,29	1.062.505.767,91
<u>APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO</u>		
<u>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)</u>	-501.765.661,30	1.287.947.818,20
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	4.050.626.140,92	2.760.514.968,59
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	3.545.147.729,98	4.050.626.140,92
<u>VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA DO PERÍODO</u>	-505.478.410,94	1.290.111.172,33
<u>CONCILIAÇÃO CONTÁBIL-FINANCEIRA (IV - V - VI + VII)</u>	3.712.749,64	-2.163.354,13
SAÍDAS DE CAIXA A REGULARIZAR (IV)	14.678.507,34	2.120.599,61
SAÍDAS DE CAIXA REGULARIZADAS (V)	10.965.532,02	4.283.953,74
ENTRADAS DE CAIXA A REGULARIZAR (VI)	225,68	0,00
<u>VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA AJUSTADO</u>	-501.765.661,30	1.287.947.818,20



	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITAS ORIGINÁRIAS E DERIVADAS		
RECEITA TRIBUTÁRIA	12.199.484.146,39	11.467.346.426,00
OUTRAS RECEITAS DERIVADAS	157.517.123,23	210.734.211,62
RECEITA PATRIMONIAL	461.019.814,58	53.211.101,88
RECEITA DE SERVIÇOS	10.372.603,87	14.239.831,88
OUTRAS RECEITAS ORIGINÁRIAS	728.935.351,11	600.384.318,05
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	183.880.505,09	254.044.009,61
TOTAL DAS RECEITAS ORIGINÁRIAS E DERIVADAS	13.741.209.544,27	12.599.959.899,04



	Exercício Atual	Exercício Anterior
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO		
LEGISLATIVA	644.150.252,17	612.823.383,75
JUDICIÁRIA	1.158.826.582,55	1.088.245.877,51
ESSENCIAL À JUSTIÇA	497.962.169,94	456.381.285,56
ADMINISTRAÇÃO	1.001.293.762,51	1.039.492.817,56
SEGURANÇA PÚBLICA	2.605.683.470,35	2.128.257.337,52
ASSISTÊNCIA SOCIAL	117.494.023,35	70.946.602,63
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.888.281,34	2.008.455,85
TRABALHO	11.977.468,26	8.623.625,30
EDUCAÇÃO	2.575.821.946,94	2.375.830.944,30
CULTURA	27.824.001,89	29.552.968,62
DIREITOS DA CIDADANIA	648.286.972,65	563.683.988,99
URBANISMO	13.195.140,21	13.143.007,34
HABITAÇÃO	6.608.992,42	7.135.424,17
SANEAMENTO	1.350.543,81	16.043.136,16
GESTÃO AMBIENTAL	27.665.554,62	25.658.740,22
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	10.095.369,50	8.899.070,38
AGRICULTURA	96.276.226,62	96.834.803,83
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	381.765,92	869.048,69
COMÉRCIO E SERVIÇOS	35.718.411,81	31.254.984,10
ENERGIA	4.125.260,20	4.253.117,26
DESPORTO E LAZER	15.409.183,17	14.087.349,38
ENCARGOS ESPECIAIS	366.112.247,37	322.356.172,04
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	9.868.147.627,60	8.916.382.141,16



	Exercício Atual	Exercício Anterior
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA DA DÍVIDA INTERNA E EXTERNA	545.339.996,52	424.747.050,41
OUTROS ENCARGOS DA DÍVIDA	17.567.755,98	27.350.918,76
TOTAL DOS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	562.907.752,50	452.097.969,17



	Exercício Atual	Exercício Anterior
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS		
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	2.276.576.590,06	1.999.488.990,18
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	23.561,31	76.945,16
INGRESSOS DE VALORES RESTITUÍVEIS	7.913.841.287,77	6.734.724.112,64
VALORES A REPASSAR	-728.214,42	495.804,90
TOTAL DOS OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	10.189.713.224,72	8.734.785.852,88
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS		
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	2.180.241.675,35	1.966.104.733,49
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	33.194.407,01	15.546.311,99
DEVOLUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	7.837.933.447,74	6.180.191.773,47
VALORES A RECEBER	462.950,17	-184.415,46
TOTAL DOS OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	10.051.832.480,27	8.161.658.403,49



	Exercício Atual	Exercício Anterior
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS</u>		
INTERGOVERNAMENTAIS	5.517.863.456,89	5.145.566.107,56
DA UNIÃO	5.517.863.456,89	5.145.566.107,56
MULTIGOVERNAMENTAIS	1.483.872.301,76	1.430.704.665,33
CONVÊNIOS	71.350.395,11	45.723.290,93
DA UNIÃO E SUAS ENTIDADES	71.350.395,11	45.723.290,93
INTRAGOVERNAMENTAIS	14.976.493.845,14	13.397.813.802,84
COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	14.497.562.662,57	13.157.119.051,65
CORRENTE	11.916.211.376,75	10.737.782.786,69
CAPITAL	2.164.901.377,78	2.032.971.870,96
DUODÉCIMO	416.449.908,04	386.364.394,00
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	335.596.831,31	185.099.898,81
REPASSES RECEBIDOS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO	143.334.351,26	55.594.852,38
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	22.049.579.998,90	20.019.807.866,66
<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS</u>		
INTERGOVERNAMENTAIS	3.543.928.613,81	3.271.999.170,72
A ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	348.000,00	280.000,00
A MUNICÍPIOS	3.543.580.613,81	3.271.719.170,72
TRANSFERÊNCIAS A INTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	467.108.632,84	380.752.678,14
TRANSFERÊNCIAS A INTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	12.841.500,00	745.000,00
TRANSFERÊNCIAS A INTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	9.576.195,80	9.858.910,78
INTRAGOVERNAMENTAIS	20.733.221.135,33	18.863.951.733,23
COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	20.141.789.461,34	18.554.589.574,08
CORRENTE	16.869.942.728,29	15.499.917.603,27
CAPITAL	2.855.396.825,01	2.668.307.576,81
DUODÉCIMO	416.449.908,04	386.364.394,00
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	440.176.252,17	248.719.607,54
REPASSES CONCEDIDOS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO	151.255.421,82	60.642.551,61
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	24.766.676.077,78	22.527.307.492,87



Ingressos	Dispendios
RECEITAS CORRENTES	DESPESAS CORRENTES
RECEITA TRIBUTÁRIA	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA
RECEITA PATRIMONIAL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
RECEITA AGROPECUÁRIA	
RECEITA INDUSTRIAL	
RECEITA DE SERVIÇOS	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	
(-)DEDUÇÕES	
TOTAL	SUPERÁVIT
	TOTAL
RECEITAS DE CAPITAL	DESPESAS DE CAPITAL
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	INVESTIMENTOS
ALIENAÇÃO DE BENS	INVERSÕES FINANCEIRAS
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAIS	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	
(-)DEDUÇÕES	
DÉFICIT	
TOTAL	TOTAL

R E S U M O

RECEITAS CORRENTES	20.814.295.698,03	DESPESAS CORRENTES	14.359.154.242,41
RECEITAS DE CAPITAL	1.442.333.545,23	DESPESAS DE CAPITAL	2.813.584.310,54
TOTAL	22.256.629.243,26	SUPERÁVIT	5.083.890.690,31
		TOTAL	22.256.629.243,26



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
3	DESPESA CORRENTE				14.359.154.242,41
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				
3190	APLICAÇÕES DIRETAS		6.325.498.535,10		7.410.763.964,74
31900300	PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS	3.872.866,49			
31900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	368.634.961,44			
31900500	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	56.571,31			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.207.598.990,10			
31901200	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	1.452.112.663,72			
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	47.314.279,63			
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	9.376.563,88			
31901700	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL MILITAR	0,00			
31909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	149.466.228,64			
31909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	56.857.844,82			
31909300	INDENIZAÇÕES	0,00			
31909400	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	947.828,89			
31909600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	29.259.736,18			
3191	APLICAÇÕES DIRETAS		1.085.265.429,64		
31911300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.082.312.845,78			
31919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	746.347,75			
31919600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	2.206.236,11			
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			562.907.752,50	
3290	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO			562.907.752,50	
32902100	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	515.633.419,92			
32902200	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	29.706.576,60			
32902700	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	17.567.755,98			
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			6.385.482.525,17	
3322	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO			0,00	
33221400	DIÁRIAS - CIVIL	0,00			
33223000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00			
3330	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL			348.000,00	
33304100	CONTRIBUIÇÕES	348.000,00			
33309300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00			
3332	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL			0,00	
33321800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	0,00			
3340	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS			3.431.437.854,06	



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
33404100	CONTRIBUIÇÕES	89.700.674,96			
33408100	DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS	3.341.736.536,31			
33409200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	642,79			
3341	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS - FUNDO A FUNDO	40.000,00	40.000,00		
33419200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
3350	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		362.941.484,71		
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	0,00			
33503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	232.370.316,33			
33504100	CONTRIBUIÇÕES	111.463.059,43			
33504300	SUBVENÇÕES SOCIAIS	5.200.376,60			
33509200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.389.409,66			
33509300	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.518.322,69			
3360	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS		12.841.500,00		
33604100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
33604500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	12.841.500,00			
3367	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - PPP		52.322.220,35		
33678300	DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO - PRIVADA - PPP	44.026.956,27			
33679200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.295.264,08			
3370	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS		9.576.195,80		
33709200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	9.576.195,80			
3380	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR		0,00		
33803000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00			
33803700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	0,00			
33803900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00			
3390	APLICAÇÕES DIRETAS		2.468.919.286,83		
33900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	1.358.872,10			
33901400	DIÁRIAS - CIVIL	14.509.697,64			
33901500	DIÁRIAS - MILITAR	14.461.976,43			
33901800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	9.573.563,21			
33902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	476.000,00			
33902600	OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE POLÍTICA MONETÁRIA	0,00			
33902700	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	0,00			
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	186.706.101,09			
33903100	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	5.858.912,56			
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	26.682.512,60			



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	17.675.658,33			
33903400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	102.637.871,19			
33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	8.348.146,43			
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	130.397.699,48			
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	594.388.370,75			
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	829.553.903,86			
33904100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
33904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00			
33904600	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	196.344.289,25			
33904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	159.714.882,58			
33904800	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	1.352.326,98			
33904900	AUXÍLIO-TRANSPORTE	425.171,20			
33905900	PENSÕES ESPECIAIS	11.062.263,71			
33909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	10.284.820,46			
33909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	62.940.442,96			
33909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	84.165.804,02			
3391	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		47.055.983,42		
33913200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	21.433,20			
33913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	21.687.193,07			
33914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	164.744,01			
33919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.880.846,07			
33919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	19.301.767,07			
4	DESPESA DE CAPITAL				2.813.584.310,54
44	INVESTIMENTOS			1.865.765.563,85	
4420	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO		0,00		
44204100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
44204200	AUXÍLIOS	0,00			
4422	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO		0,00		
44225100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
44225200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
4432	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL		0,00		
44329200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00		
4440	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS			100.955.106,80	
44404100	CONTRIBUIÇÕES			355.185,31	



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
44404200	AUXÍLIOS	100.142.966,71			
44409200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	436.954,78			
4450	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	69.242.730,00			
44503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.401.027,87			
44504100	CONTRIBUIÇÕES	830.728,89			
44504200	AUXÍLIOS	48.010.973,24			
44505100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
44505200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
4460	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	0,00			
44604100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
44604200	AUXÍLIOS	0,00			
4467	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - PPP	8.670.744,72			
44678300	DESP. DECOR. DE PPP, EXCETO SUBVENÇÕES ECON., APORTE E FUNDO GARANTIDOR	7.996.517,93			
44679200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	674.226,79			
4470	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00			
44704100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	1.681.467.350,88			
44901400	DIÁRIA-CIVIL	109.610,43			
44903000	MATERIAL DE CONSUMO	1.184.753,67			
44903300	PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO	31.737,22			
44903500	SERVIÇO DE CONSULTORIA	69.264.551,95			
44903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	985.125,85			
44903700	LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	2.231.572,32			
44903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	112.187.789,70			
44904100	CONTRIBUIÇÕES	2.782.553,10			
44904200	AUXÍLIOS	0,00			
44904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00			
44904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	247.983,20			
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	998.934.455,40			
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	236.150.454,17			
44906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	52.738.702,19			
44906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	33.538.745,80			
44909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	6.134.179,00			
44909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	113.281.403,70			
44909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	51.663.733,18			



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
4491	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	5.449.631,45			
44913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	255.225,78			
44914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	4.996.535,33			
44915100	OBRAS E INSTALAÇÕES	76.287,00			
44919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	121.583,34			
4494	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE	0,00			
44945200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
4495	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00			
44955100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
45	INVERSÕES FINANCEIRAS			141.680.354,83	
4590	APLICAÇÕES DIRETAS		141.680.354,83		
45906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00			
45906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	141.680.354,83			
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA			806.138.391,86	
4690	APLICAÇÕES DIRETAS		806.138.391,86		
46902700	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	100.114.777,60			
46907100	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	706.023.614,26			
9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				0,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				0,00
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00		
99999900	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00			
Total Geral:					17.172.738.552,95



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
11000000 Receitas Correntes	21.124.520.873,07	20.558.658.274,37	0,00	565.862.598,70
11100000 Receita Tributária	12.220.472.719,81	12.199.484.146,39	0,00	20.988.573,42
11110000 Impostos	12.188.637.273,81	12.157.952.228,73	0,00	30.685.045,08
111120000 Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	1.936.035.847,00	2.015.367.971,45	79.332.124,45	0,00
111120400 Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	1.059.565.691,00	1.128.964.084,86	69.398.393,86	0,00
111120431 Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	1.027.778.720,00	1.077.214.744,23	49.436.024,23	0,00
111120431 Restituição de Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	0,00	-5.066.810,45	5.066.810,45	0,00
111120434 Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Outros Rendimentos	31.786.971,00	56.856.816,18	25.069.845,18	0,00
111120434 Restituição de Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Outros Rendimentos	0,00	-40.665,10	40.665,10	0,00
111120500 Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores	785.409.508,00	774.176.036,80	0,00	11.233.471,20
111120500 Dedução da Receita de IPVA para a Formação do FUNDEB	-87.267.723,00	-85.530.112,60	0,00	1.737.610,40
111120551 IPVA Principal	872.677.231,00	859.952.790,80	0,00	12.724.440,20
111120551 Restituições de IPVA Principal	0,00	-246.641,40	246.641,40	0,00
111120700 Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos	91.060.648,00	112.227.849,79	21.167.201,79	0,00
111120700 Dedução de Receita de ITCMD para a Formação do FUNDEB	-22.765.162,00	-34.500.031,54	11.734.869,54	0,00
111120751 ITCMD Principal	113.825.810,00	147.053.193,32	33.227.383,32	0,00
111120751 Restituição de ITCMD Principal	0,00	-325.311,99	325.311,99	0,00
111130000 Impostos sobre a Produção e a Circulação	10.252.601.426,81	10.142.584.257,28	0,00	110.017.169,53
111130200 Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação	10.252.601.426,81	10.142.584.257,28	0,00	110.017.169,53
111130201 Dedução de Receita de ICMS para a Formação do FUNDEB	-1.657.352.889,00	-1.699.216.700,94	41.863.811,94	0,00
111130202 Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza	576.000.000,00	548.532.398,59	0,00	27.467.601,41
111130202 Restituição de Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza	0,00	-32.502,32	32.502,32	0,00
111130251 ICMS Combustível	119.397.395,99	2.591.767.076,47	2.472.369.680,48	0,00
111130252 ICMS Comércio Atacadista	2.834.073.441,00	2.155.141.638,06	0,00	678.931.802,94
111130252 Restituições de ICMS Comércio Atacadista	0,00	-6.299.005,99	6.299.005,99	0,00
111130253 ICMS Comércio Varejista	2.090.474.444,00	1.636.068.048,94	0,00	454.406.395,06
111130253 Restituição de ICMS Comércio Varejista	0,00	-4.033.110,69	4.033.110,69	0,00
111130254 ICMS Comunicação	1.006.565.655,00	647.120.332,23	0,00	359.445.322,77
111130255 ICMS Construção Civil	0,00	43.036.263,28	43.036.263,28	0,00
111130255 Restituições de ICMS Construção Civil	0,00	-169,29	169,29	0,00
111130256 ICMS Energia Elétrica	1.747.954.847,00	1.451.274.885,45	0,00	296.679.961,55
111130257 ICMS Indústria	3.167.556.190,82	2.268.908.294,78	0,00	898.647.896,04



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
111130257 Restituições de ICMS Indústria	0,00	-702.434,60	702.434,60	0,00
111130258 ICMS Outros Serviços	0,00	24.158.046,14	24.158.046,14	0,00
111130258 Restituições de ICMS Outros Serviços	0,00	-233.716,79	233.716,79	0,00
111130259 ICMS Pessoa Física	0,00	7.774.246,80	7.774.246,80	0,00
111130259 Restituições de ICMS Pessoa Física	0,00	-44.438,75	44.438,75	0,00
111130261 ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	212.141.170,00	198.278.903,86	0,00	13.862.266,14
111130261 Restituições de ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	0,00	-961.467,99	961.467,99	0,00
111130262 Registra as restituições de ICMS Pessoa Jurídica Transporte de Carga	0,00	0,00	0,00	0,00
111130263 ICMS Produtor Agropecuário	0,00	7.985.337,42	7.985.337,42	0,00
111130263 Registra as restituições de ICMS Produtor Agropecuário	0,00	-6.651,39	6.651,39	0,00
111130265 ICMS Transporte	0,00	172.184.927,52	172.184.927,52	0,00
111130265 Registra as restituições de ICMS Transporte	0,00	-103.129,00	103.129,00	0,00
111130266 ICMS Administração Pública e Órgãos Internacionais	0,00	13.564.927,24	13.564.927,24	0,00
111130267 ICMS Serviço de Alimento e Alojamento	155.791.172,00	88.422.694,50	0,00	67.368.477,50
111130267 Registra as restituições de ICMS Serviço de Alimento e Alojamento	0,00	-436,25	436,25	0,00
11120000 Taxas	31.835.446,00	41.531.917,66	9.696.471,66	0,00
111210000 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	305.922,00	11.723.409,34	11.417.487,34	0,00
111213200 Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	0,00	1.960.208,52	1.960.208,52	0,00
111213200 Restituição de Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	0,00	-229,56	229,56	0,00
111213200 Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	0,00	1.960.438,08	1.960.438,08	0,00
111213300 Taxa de Habite-se	0,00	896.287,86	896.287,86	0,00
111213300 Restituição de Taxa de Habite-se	0,00	-4.022.186,27	4.022.186,27	0,00
111213300 Taxa de Habite-se	0,00	4.918.474,13	4.918.474,13	0,00
111213400 Taxa de Parecer Técnico	0,00	5.896,83	5.896,83	0,00
111213400 Taxa de Parecer Técnico	0,00	5.896,83	5.896,83	0,00
111219900 Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	305.922,00	8.861.016,13	8.555.094,13	0,00
111219953 Restituição de Taxa do Exercício do Poder de Polícia - Polícia Civil	0,00	-8.217,30	8.217,30	0,00
111219953 Taxa do Exercício do Poder de Polícia - Polícia Civil	0,00	374.308,09	374.308,09	0,00
111219955 Restituição de Taxa de Polícia - Polícia Civil	0,00	-217,19	217,19	0,00
111219958 Restituição de Taxa pela Emissão de Laudo Pericial	0,00	-92,35	92,35	0,00
111219958 Taxa pela Emissão de Laudo Pericial	0,00	120.263,07	120.263,07	0,00
111219959 Taxa de Concessão Especial de Regime de Tributação	0,00	1.723.125,88	1.723.125,88	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
111219960 Taxa de Autorização de Equipamento de Uso Fiscal	0,00	54.767,25	54.767,25	0,00
111219961 Taxa pela Emissão de Documento Fiscal Avulso	0,00	622.700,12	622.700,12	0,00
111219962 Taxa de Reavaliação de Bens ou Direitos Objeto de Sucessão Causa Mortis ou Doação	0,00	33.037,09	33.037,09	0,00
111219963 Taxa de Declaração de Não Similritude por Item\Produto	0,00	1.635.979,40	1.635.979,40	0,00
111219964 Taxa de Aproveitamento de Crédito Extemporâneo	0,00	21.228,60	21.228,60	0,00
111219965 Restituição de Taxas do Contencioso Administrativo Fiscal	0,00	-15.503,64	15.503,64	0,00
111219965 Taxas do Contencioso Administrativo Fiscal	0,00	3.751.211,88	3.751.211,88	0,00
111219968 Taxa de Concessão de Alvará de Funcionamento	0,00	548.425,23	548.425,23	0,00
111219999 Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	305.922,00	0,00	0,00	305.922,00
111220000 Taxas pela Prestação de Serviços	31.529.524,00	29.808.508,32	0,00	1.721.015,68
111221900 Taxa de Classificação de Produtos Vegetais	0,00	2.495.193,94	2.495.193,94	0,00
111221900 Taxa de Classificação de Produtos Vegetais	0,00	2.495.193,94	2.495.193,94	0,00
111222900 Emolumentos e Custas Extrajudiciais	0,00	593.374,59	593.374,59	0,00
111222952 Emolumentos de Fiscalização de Recursos Hídricos	0,00	593.729,55	593.729,55	0,00
111222952 Restituição de Emolumentos de Fiscalização de Recursos Hídricos	0,00	-354,96	354,96	0,00
111229900 Outras Taxas pela Prestação de Serviços	31.529.524,00	26.719.939,79	0,00	4.809.584,21
111229951 Taxa de Administração Fazendária	141.886,00	0,00	0,00	141.886,00
111229953 Taxa de Serviços Educacionais	23.224,00	0,00	0,00	23.224,00
111229967 Restituição de Taxa pela Emissão de Documentos	0,00	-191,66	191,66	0,00
111229967 Taxa pela Emissão de Documentos	0,00	3.480.154,98	3.480.154,98	0,00
111229970 Contribuição do FERMOJU - Corrente	0,00	38.986,97	38.986,97	0,00
111229971 Editorial e Gráfica	24.309.840,00	19.962.551,76	0,00	4.347.288,24
111229975 Taxa de Registro ou Validação de Documentos	0,00	144.708,17	144.708,17	0,00
111229976 Taxa pela Fomecimento de Cópia\Download de Documentos	0,00	695.188,07	695.188,07	0,00
111229977 Taxa de Consulta Escrita da Interpretação\Aplicação da Legislação Tributária	0,00	217.610,80	217.610,80	0,00
111229978 Taxa de Retificação de Dados em Documentos Fiscais e Escrita Fiscal	0,00	2.151.836,31	2.151.836,31	0,00
111229980 Taxa de Análise e Controle de Produtos Sujeitos a Normas de Vigilância Sanitária	0,00	29.094,39	29.094,39	0,00
111229999 Outras Taxas pela Prestação de Serviços	7.054.574,00	0,00	0,00	7.054.574,00
113000000 Receita Patrimonial	882.487.956,23	644.900.319,67	0,00	237.587.636,56
113100000 Receitas Imobiliárias	426.147,00	707.198,51	281.051,51	0,00
113110000 Aluguéis	426.147,00	707.198,51	281.051,51	0,00
113110000 Aluguéis	426.147,00	708.790,51	282.643,51	0,00



Orçamento	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
113110000 Restituição de Aluguéis	0,00	1.592,00	0,00
113200000 Receitas de Valores Mobiliários	217.305.493,00	0,00	25.389.269,41
113210000 Juros de Títulos de Renda	0,00	98.625.563,01	0,00
113210000 Juros de Títulos de Renda	0,00	98.625.563,01	0,00
113220000 Dividendos	6.355.679,00	1.661.889,40	0,00
113220000 Dividendos	6.355.679,00	1.661.889,40	0,00
113250000 Remuneração de Depósitos Bancários	210.919.814,00	0,00	125.664.871,92
113250100 Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	30.919.814,00	54.324.383,56	0,00
113250102 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – FUNDEB Obs: Fonte 50.	10.763.346,00	0,00	5.323.682,96
113250109 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE)	0,00	107.010,51	0,00
113250152 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Recursos FECOP. Fonte 10	11.510.303,00	0,00	6.359.312,37
113250154 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Convênios Federal Adm. Direta - Fonte 82	0,00	24.602.544,70	0,00
113250154 Restituição de Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Convênios Federal Adm. Direta - Fonte 82	0,00	1.083.576,68	0,00
113250156 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Convênios com Órgão Municipal - Adm. Direta - Fonte 86	4.060.000,00	0,00	3.364.146,03
113250158 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Convênios com Órgão Privado - Adm. Direta - Fonte 88	0,00	2.190,36	0,00
113250165 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Compensação Ambiental - FT 16	0,00	4.373.883,52	0,00
113250166 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Salário Educação - FT 07	2.656.461,00	0,00	2.402.695,80
113250168 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Transferências Diretas do FNDE	0,00	2.473.669,94	0,00
113250169 Registra o rendimento de aplicação financeira de recursos do FDI - Fonte 76	1.898.354,00	0,00	1.325.948,12
113250170 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Cota-Parte Royalties - FT 44	0,00	126.649,84	0,00
113250171 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Operações de Créditos Internas	0,00	42.529.146,65	0,00
113250174 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Depósitos Judiciais - EC 94\2016. Fonte 14	0,00	0,00	0,00
113250199 Receita de Remuneração de Outros Depósitos Bancários de Recursos Vinculados	31.350,00	0,00	31.350,00
113250200 Remuneração de Depósitos de Recursos não Vinculados	180.000.000,00	10.744,52	179.989.255,48
113250201 Receita de Remuneração de Depósitos de Poupança	180.000.000,00	10.744,52	179.989.255,48
113290000 Outras Receitas de Valores Mobiliários	30.000,00	18.150,10	11.849,90
113299900 Outras Receitas de Valores Mobiliários	30.000,00	18.150,10	11.849,90



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
113299900 Outras Receitas de Valores Mobiliários	30.000,00	18.150,10	0,00	11.849,90
113300000 Receita de Concessões e Permissões	150.000.000,00	3.125.826,77	0,00	146.874.173,23
113310000 Receita de Concessões e Permissões - Serviços	0,00	62.707,42	62.707,42	0,00
113319900 Outras Receitas de Concessões e Permissões - Serviços	0,00	62.707,42	62.707,42	0,00
113319900 Outras Receitas de Concessões e Permissões - Serviços	0,00	62.707,42	62.707,42	0,00
113330000 Receita de Concessões e Permissões - Direitos de Uso de Bens Públicos	150.000.000,00	1.939.790,71	0,00	148.060.209,29
113330100 Receita de Concessão de Direito Real de Uso de Área Pública	150.000.000,00	0,00	0,00	150.000.000,00
113330100 Receita de Concessão de Direito Real de Uso de Área Pública	150.000.000,00	0,00	0,00	150.000.000,00
113339900 Outras Receitas de Concessões e Permissões - Direitos de Uso de Bens Públicos	0,00	1.939.790,71	1.939.790,71	0,00
113339952 Receita de Concessões e Permissões - Cinturão Digital	0,00	1.939.790,71	1.939.790,71	0,00
113390000 Outras Receitas de Concessões e Permissões	0,00	1.123.328,64	1.123.328,64	0,00
113395100 Receita da Loteria Estadual	0,00	1.047.279,72	1.047.279,72	0,00
113395100 Receita da Loteria Estadual	0,00	1.047.279,72	1.047.279,72	0,00
113399900 Outras Receitas de Concessões e Permissões	0,00	76.048,92	76.048,92	0,00
113399900 Outras Receitas de Concessões e Permissões	0,00	76.048,92	76.048,92	0,00
113600000 Receita da Cessão de Direitos	512.809.514,23	449.060.920,51	0,00	63.748.593,72
113610000 Receita de Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos	512.809.514,23	449.060.920,51	0,00	63.748.593,72
113615100 Receita de Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento de Pessoal, Benefícios e Fornecedores	512.809.514,23	449.060.920,51	0,00	63.748.593,72
113615100 Receita de Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento de Pessoal, Benefícios e Fornecedores	512.809.514,23	449.060.920,51	0,00	63.748.593,72
113900000 Outras Receitas Patrimoniais	1.946.802,00	90.150,29	0,00	1.856.651,71
113905100 Recuperação de Ativos	1.946.802,00	90.150,29	0,00	1.856.651,71
113905100 Recuperação de Ativos	1.946.802,00	90.150,29	0,00	1.856.651,71
116000000 Receita de Serviços	13.998.632,00	10.372.603,87	0,00	3.626.028,13
116000500 Serviços de Saúde	0,00	763,20	763,20	0,00
116000503 Serviços Radiológicos e Laboratoriais	0,00	763,20	763,20	0,00
116001300 Serviços Administrativos	0,00	1.978,64	1.978,64	0,00
116001301 Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	0,00	90,54	90,54	0,00
116001302 Serviços de Venda de Editais	0,00	1.679,90	1.679,90	0,00
116001307 Serviços de Fotócopias ou Cópias Heliográficas	0,00	208,20	208,20	0,00
116001900 Serviços Recreativos e Culturais	13.996.632,00	10.381.081,49	0,00	3.615.550,51
116001951 Equipam. Turísticos - Centro de Convenções	0,00	4.065,00	4.065,00	0,00
116001952 Equipam. Turísticos - Centro de Turismo	1.996.632,00	387.572,71	0,00	1.609.059,29



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
116001956 Equipamentos Turísticos - Centro de Eventos	12.000.000,00	9.989.443,78	0,00	2.010.556,22
116005000 Tarifas de Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	2.000,00	-11.219,46	9.219,46	0,00
116005000 Restituição de Tarifas de Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	0,00	-11.500,00	11.500,00	0,00
116005000 Tarifas de Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	2.000,00	280,54	0,00	1.719,46
117000000 Transferências Correntes	7.203.580.537,04	7.073.086.153,76	0,00	130.494.383,28
117200000 Transferências Intergovernamentais	7.110.097.568,13	7.001.735.758,65	0,00	108.361.809,48
117210000 Transferências da União	5.590.452.703,13	5.517.863.456,89	0,00	72.589.246,24
117210100 Participação na Receita da União	5.414.877.009,00	5.291.064.907,76	0,00	123.812.101,24
117210101 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	6.647.140.472,00	6.495.532.039,16	0,00	151.608.432,84
117210101 Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - FPE	-1.326.676.894,00	-1.299.106.407,51	0,00	27.570.486,49
117210112 Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados - Estados Exportadores de Produtos Industrializados	34.875.312,00	52.548.002,58	17.672.690,58	0,00
117210112 Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - IPI Exportação	-4.580.447,00	-7.882.200,22	3.301.753,22	0,00
117210113 Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	64.118.566,00	49.973.442,22	0,00	14.145.123,78
117210132 Cota-Parte do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - Comercialização do Ouro	0,00	31,53	31,53	0,00
117212200 Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	40.967.356,77	41.285.899,23	318.542,46	0,00
117212220 Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	1.845.532,00	1.670.540,78	0,00	174.991,22
117212230 Cota-parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7.990/89	13.483.906,77	8.766.894,78	0,00	4.717.011,99
117212240 Cota-parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo - Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II	5.510.837,00	5.646.640,19	135.803,19	0,00
117212270 Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	20.127.081,00	25.201.823,48	5.074.742,48	0,00
117213500 Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	115.551.260,36	166.846.487,18	51.295.226,82	0,00
117213501 Transferências do Salário-Educação	57.015.100,36	57.176.109,06	161.008,70	0,00
117213502 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00
117213503 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	55.666.160,00	44.355.085,60	0,00	11.311.074,40
117213504 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE	2.870.000,00	2.201.025,95	0,00	668.974,05
117213599 Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	0,00	63.114.266,57	63.114.266,57	0,00
117213600 Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	19.057.077,00	18.666.162,72	0,00	390.914,28
117213600 Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - ICMS Desoneração - L.C 87/96	-4.764.269,00	-4.666.540,56	0,00	97.728,44
117213600 Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	23.821.346,00	23.332.703,28	0,00	488.642,72
117240000 Transferências Multigovernamentais	1.519.644.865,00	1.483.872.301,76	0,00	35.772.563,24
117240100 Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	1.136.655.604,00	1.144.753.171,75	8.097.567,75	0,00
117240100 Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de	1.136.655.604,00	1.144.753.171,75	8.097.567,75	0,00



Especificação		Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB					
117240200	Transferências de Recursos da Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	382.989.261,00	339.119.130,01	0,00	43.870.130,99
117240251	Complementação do FUNDEB do Exercício	382.989.261,00	277.149.366,36	0,00	105.839.894,64
117240252	Complementação do FUNDEB de Exercícios anteriores	0,00	61.969.763,65	61.969.763,65	0,00
11760000	Transferências de Convênios	93.482.968,91	71.350.395,11	0,00	22.132.573,80
117610000	Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	93.266.968,91	71.350.395,11	0,00	21.916.573,80
117610100	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde - SUS	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00
117610100	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde - SUS	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00
117610200	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	26.900.000,00	12.788.336,44	0,00	14.111.663,56
117610200	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	26.900.000,00	12.788.336,44	0,00	14.111.663,56
117619900	Outras Transferências de Convênios da União	66.216.968,91	58.562.058,67	0,00	7.654.910,24
117619900	Outras Transferências de Convênios da União	66.216.968,91	58.562.058,67	0,00	7.654.910,24
117630000	Transferência de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades	216.000,00	0,00	0,00	216.000,00
117630100	Transferências de Convênio dos Municípios para o Sistema Único de Saúde - SUS	216.000,00	0,00	0,00	216.000,00
117630100	Transferências de Convênio dos Municípios para o Sistema Único de Saúde - SUS	216.000,00	0,00	0,00	216.000,00
11900000	Outras Receitas Correntes	803.981.027,99	630.815.050,68	0,00	173.165.977,31
11910000	Multas e Juros de Mora	130.573.151,00	156.674.126,33	26.100.975,33	0,00
119110000	Multas e Juros de Mora dos Tributos	73.153.511,00	89.521.333,74	16.367.822,74	0,00
119112000	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos	1.830.293,00	2.711.314,84	881.021,84	0,00
119112051	Dedução de Multas e Juros de Mora - ITCD para o FUNDEB	-457.573,00	-677.535,96	219.962,96	0,00
119112051	Multas e Juros de Mora - ITCD	2.287.866,00	3.387.679,78	1.099.813,78	0,00
119112052	Dedução de Multas e Juros de Penalidade - ITCD para o FUNDEB	0,00	-292,75	292,75	0,00
119112052	Multas e Juros de Penalidades - ITCD	0,00	1.463,77	1.463,77	0,00
119114100	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	18.432.645,00	23.532.042,41	5.099.397,41	0,00
119114151	Dedução de Multas e Juros de Mora - IPVA para o FUNDEB	-2.048.072,00	-2.614.671,38	566.599,38	0,00
119114151	Multas e Juros de Mora - IPVA	20.480.717,00	26.146.713,79	5.665.996,79	0,00
119114200	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	52.890.573,00	63.277.976,49	10.387.403,49	0,00
119114251	Dedução de Multas e Juros de Mora - ICMS para o FUNDEB	-5.508.886,00	-6.689.086,16	1.180.200,16	0,00
119114251	Multas e Juros de Mora do ICMS Combustível	0,00	1.973.017,34	1.973.017,34	0,00
119114252	Dedução de Multas e Juros de Penalidade - ICMS para o FUNDEB	-3.824.745,00	-5.738.788,39	1.914.043,39	0,00
119114252	Multas e Juros de Mora do ICMS Comércio Atacadista	9.420.195,00	6.866.667,13	0,00	2.553.527,87
119114253	Multas e Juros de Mora do ICMS Varejista	6.948.542,00	13.821.815,33	6.873.273,33	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
119114254 Multas e Juros de Mora do ICMS Comunicação	0,00	1.933.945,37	1.933.945,37	0,00
119114255 Multas e Juros de Mora do ICMS Construção Civil	3.345.730,00	304.139,28	0,00	3.041.590,72
119114256 Multas e Juros de Mora do ICMS Energia Elétrica	5.810.038,00	5.182.331,15	0,00	627.706,85
119114257 Multas e Juros de Mora do ICMS Indústria	9.978.430,00	9.900.385,12	0,00	78.044,88
119114258 Multas e Juros de Mora do ICMS Outros Serviços	0,00	176.304,07	176.304,07	0,00
119114259 Multas e Juros de Mora do ICMS Pessoa Física	0,00	78.341,51	78.341,51	0,00
119114261 Multas e Juros de Mora do ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	705.137,00	596.718,18	0,00	108.418,82
119114263 Multas e Juros de Mora do ICMS Produtor Agropecuário	0,00	155.280,28	155.280,28	0,00
119114265 Multas e Juros de Mora do ICMS Transporte	0,00	2.094.820,67	2.094.820,67	0,00
119114266 Multas e Juros de Mora do ICMS Administração Pública e Órgãos Internacionais	0,00	23.844,92	23.844,92	0,00
119114267 Multas e Juros de Mora do ICMS Serviço de Alimento e Alojamento	517.835,00	1.486.297,36	968.462,36	0,00
119114268 Multas e Juros de Mora do ICMS - FECOP	0,00	802.704,04	802.704,04	0,00
119114270 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Combustível	0,00	350.402,67	350.402,67	0,00
119114271 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Comércio Atacadista	6.540.313,00	10.975.776,20	4.435.463,20	0,00
119114272 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Comércio Varejista	4.824.278,00	5.363.310,33	539.032,33	0,00
119114273 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Comunicação	0,00	41.123,41	41.123,41	0,00
119114274 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Construção Civil	2.322.895,00	118.217,55	0,00	2.204.677,45
119114275 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Energia Elétrica	4.033.831,00	1.106.178,94	0,00	2.927.652,06
119114276 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Indústria	6.927.887,00	7.411.016,18	483.129,18	0,00
119114277 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Outros Serviços	0,00	93.342,99	93.342,99	0,00
119114278 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Pessoa Física	0,00	529.966,61	529.966,61	0,00
119114280 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	489.567,00	2.671.738,92	2.182.171,92	0,00
119114282 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Produtor Agropecuário	0,00	191.805,53	191.805,53	0,00
119114284 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Transporte	0,00	1.205.331,35	1.205.331,35	0,00
119114286 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Serviço de Alimento e Alojamento	359.526,00	251.028,61	0,00	108.497,39
119130000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	14.047.046,00	23.593.824,86	9.546.778,86	0,00
119131400 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	2.696.941,00	10.740.206,03	8.043.265,03	0,00
119131451 Dedução de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do IPVA para o FUNDEB	-299.660,00	-1.193.356,23	893.696,23	0,00
119131451 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do IPVA	2.996.601,00	11.933.562,26	8.936.961,26	0,00
119131500 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS	10.930.872,00	12.211.283,00	1.280.411,00	0,00
119131551 Dedução de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS para o FUNDEB	-1.065.198,00	-1.073.993,45	8.795,45	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
119131551 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS Combustível	0,00	152.594,66	152.594,66	0,00
119131552 Dedução de Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS para o FUNDEB	-863.779,00	-1.561.737,67	697.958,67	0,00
119131552 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Comércio Atacadista	1.821.489,00	696.399,99		1.125.089,01
119131553 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS Varejista	1.343.570,00	1.482.321,12	138.751,12	0,00
119131554 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS Comunicação	0,00	58.882,82	58.882,82	0,00
119131555 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS Construção Civil	646.930,00	24.026,38	0,00	622.903,62
119131556 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS Energia Elétrica	1.123.429,00	27.681,70	0,00	1.095.747,30
119131557 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS Indústria	1.929.429,00	2.776.722,51	847.293,51	0,00
119131558 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS Outros Serviços	0,00	13.513,11	13.513,11	0,00
119131561 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	136.345,00	752.972,72	616.627,72	0,00
119131563 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS Produtor Agropecuário	0,00	7.102,08	7.102,08	0,00
119131565 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS Transporte	0,00	916.273,95	916.273,95	0,00
119131567 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS Serviço de Alimento e Alojamento	100.130,00	251.465,30	151.335,30	0,00
119131571 Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Comércio Atacadista	1.477.062,00	601.214,97	0,00	875.847,03
119131572 Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Comércio Varejista	1.089.513,00	3.034.449,70	1.944.936,70	0,00
119131573 Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Comunicação	0,00	974.074,89	974.074,89	0,00
119131574 Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Construção Civil	524.602,00	20.524,49	0,00	504.077,51
119131575 Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Energia Elétrica	910.999,00	0,00	0,00	910.999,00
119131576 Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Indústria	1.564.592,00	1.747.285,32	182.693,32	0,00
119131577 Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Outros Serviços	0,00	16.770,31	16.770,31	0,00
119131578 Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Pessoa Física	0,00	16.169,58	16.169,58	0,00
119131580 Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	110.564,00	933.026,67	822.462,67	0,00
119131582 Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Produtor Agropecuário	0,00	89.558,43	89.558,43	0,00
119131584 Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Transporte	0,00	203.490,27	203.490,27	0,00
119131586 Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Serviço de Alimento e Alojamento	81.195,00	50.493,15	0,00	30.701,85
119132000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos	419.233,00	642.335,83	223.102,83	0,00
119132051 Dedução de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ITCD para o FUNDEB	-104.808,00	-160.583,96	55.775,96	0,00
119132051 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ITCD	524.041,00	802.919,79	278.878,79	0,00
119150000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas	3.504.489,00	3.963.423,53	458.934,53	0,00
119159900 Outras Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas	3.504.489,00	3.963.423,53	458.934,53	0,00
119159951 Multas decorrentes da Dívida Ativa	3.504.489,00	3.958.999,01	454.510,01	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
119159952 Multas Penais da Dívida Ativa	0,00	4.424,52	4.424,52	0,00
119190000 Multas de Outras Origens	39.868.105,00	39.595.544,20	0,00	272.560,80
119191000 Multas Previstas na Legislação Sanitária	0,00	38.116,82	38.116,82	0,00
119191000 Multas Previstas na Legislação Sanitária	0,00	38.116,82	38.116,82	0,00
119192700 Multas e Juros Previstos em Contratos	0,00	205.484,68	205.484,68	0,00
119192700 Multas e Juros Previstos em Contratos	0,00	205.484,68	205.484,68	0,00
119194800 Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas	0,00	1.388.443,74	1.388.443,74	0,00
119194851 Multas TCM	0,00	92.362,75	92.362,75	0,00
119194851 Restituição de Multas do TCM	0,00	-1.534,59	1.534,59	0,00
119194852 Multas TCM - Dívida Ativa	0,00	873.002,41	873.002,41	0,00
119194852 Restituição de Multas TCM - Dívida Ativa	0,00	-1.057,36	1.057,36	0,00
119194853 Multas do TCE	0,00	425.670,53	425.670,53	0,00
119195700 Multas advindas da ARCE	0,00	2.011,56	2.011,56	0,00
119195700 Multas advindas da ARCE	0,00	2.011,56	2.011,56	0,00
119199900 Outras Multas	39.868.105,00	37.961.487,40	0,00	1.906.617,60
119199951 Multas de Obrigações Acessórias	39.868.105,00	37.784.038,81	0,00	2.084.066,19
119199951 Registra as restituições de Multas de Obrigações Acessórias	0,00	-60.300,66	60.300,66	0,00
119199999 Outras Multas Contratuais	0,00	237.749,25	237.749,25	0,00
11920000 Indenizações e Restituições	311.250.953,00	319.419.270,71	8.168.317,71	0,00
119210000 Indenizações	32.364.000,00	10.353.620,28	0,00	22.010.379,72
119210500 Indenizações previstas na Legislação sobre Defesa de Direitos Difusos	32.364.000,00	10.353.620,28	0,00	22.010.379,72
119210551 Compensação Ambiental	32.364.000,00	10.353.620,28	0,00	22.010.379,72
119220000 Restituições	278.886.953,00	309.065.650,43	30.178.697,43	0,00
119220100 Restituições de Convênios	0,00	16.161.760,46	16.161.760,46	0,00
119220100 Restituição de Restituições de Convênios	0,00	-352.869,94	352.869,94	0,00
119220100 Restituições de Convênios	0,00	16.514.630,40	16.514.630,40	0,00
119220300 Restituições de Convênios Concedidos com Recursos do FECOP	0,00	65.034,09	65.034,09	0,00
119220300 Restituições de Convênios Concedidos com Recursos do FECOP	0,00	65.034,09	65.034,09	0,00
119229900 Outras Restituições	278.886.953,00	292.838.855,88	13.951.902,88	0,00
119229951 Restituições ao FUNDEB	0,00	938.789,52	938.789,52	0,00
119229952 Restituições de Folha de Pagamento	0,00	4.034.626,85	4.034.626,85	0,00
119229953 Restituições de Vale-Transporte	5.000.000,00	4.176.543,63	0,00	823.456,37
119229954 Restituições de Vale-Refeição	4.500.000,00	0,00	0,00	4.500.000,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
119229956 Ressarcimento de Despesa com Pessoal Cedido	42.220.867,00	38.659.412,64	0,00	3.561.454,36
119229957 Devolução de Suprimento de Fundos de Exercícios Anteriores	0,00	23.627,04	23.627,04	0,00
119229960 Rembolso p/ Processamento de Dados	0,00	166.776,56	166.776,56	0,00
119229963 Devolução de diárias	0,00	217.551,67	217.551,67	0,00
119229963 Restituição de Devolução de Diárias	0,00	-674,62	674,62	0,00
119229966 Restituições de Garantias Concedidas	0,00	205.575.154,16	205.575.154,16	0,00
119229999 Outras Restituições	227.166.086,00	39.057.325,72	0,00	188.108.760,28
119229999 Restituição de Outras Restituições	0,00	-10.277,29	10.277,29	0,00
11930000 Receita da Dívida Ativa	44.026.080,00	61.767.241,43	17.741.161,43	0,00
119310000 Receita da Dívida Ativa Tributária	39.500.021,00	53.595.836,33	14.095.815,33	0,00
119310700 Receita da Dívida Ativa de Custas Judiciais	0,00	106.232,64	106.232,64	0,00
119310700 Receita da Dívida Ativa de Custas Judiciais	0,00	106.232,64	106.232,64	0,00
119311400 Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	4.887.952,00	22.336.202,85	17.448.250,85	0,00
119311400 Dedução do principal da Receita da Dívida Ativa do IPVA	-543.106,00	-2.481.800,32	1.938.694,32	0,00
119311400 Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	5.431.058,00	24.818.003,17	19.386.945,17	0,00
119311500 Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS	30.666.156,00	29.272.577,46	0,00	1.393.578,54
119311500 Dedução do principal da Receita da Dívida Ativa do ICMS	-5.411.675,00	-5.165.748,96	0,00	245.926,04
119311551 Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS Combustível	0,00	459.756,24	459.756,24	0,00
119311552 Receita da Dívida Ativa do ICMS Comércio Atacadista	9.253.964,00	3.885.901,36	0,00	5.368.062,64
119311553 Receita da Dívida Ativa do ICMS Comércio Varejista	6.825.926,00	8.300.490,34	1.474.564,34	0,00
119311554 Receita da Dívida Ativa do ICMS Comunicação	0,00	699.773,54	699.773,54	0,00
119311555 Receita da Dívida Ativa do ICMS Construção Civil	3.286.690,00	89.348,99	0,00	3.197.341,01
119311556 Receita da Dívida Ativa do ICMS Energia Elétrica	5.707.513,00	227.065,56	0,00	5.480.447,44
119311557 Receita da Dívida Ativa do ICMS Indústria	9.802.347,00	10.754.419,79	952.072,79	0,00
119311558 Receita da Dívida Ativa do ICMS Outros Serviços	0,00	86.885,14	86.885,14	0,00
119311559 Receita da Dívida Ativa do ICMS Pessoa Física	0,00	40.037,99	40.037,99	0,00
119311561 Receita da Dívida Ativa do ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	692.694,00	4.217.201,21	3.524.507,21	0,00
119311563 Receita da Dívida Ativa do ICMS Produtor Agropecuario	0,00	151.916,26	151.916,26	0,00
119311565 Receita da Dívida Ativa do ICMS Transporte	0,00	4.368.341,98	4.368.341,98	0,00
119311567 Receita da Dívida Ativa do ICMS Serviço de Alimento e Alojamento	508.697,00	1.157.188,02	648.491,02	0,00
119312000 Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos	3.945.913,00	1.880.823,38	0,00	2.065.089,62
119312000 Dedução do principal da Receita da Dívida Ativa do ITCD	-986.478,00	-470.205,84	0,00	516.272,16



Descrição	Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
119312000	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos	4.932.391,00	2.351.029,22	0,00	2.581.361,78
119320000	Receita da Dívida Ativa não tributária	4.526.059,00	8.171.405,10	3.645.346,10	0,00
119323900	Receita da Dívida Ativa do Ressarcimento ao Erário Decorrente de Decisão do Tribunal de Contas da União	0,00	81.258,08	81.258,08	0,00
119323900	Receita da Dívida Ativa do Ressarcimento ao Erário Decorrente de Decisão do Tribunal de Contas da União	0,00	81.258,08	81.258,08	0,00
119329900	Receita da Dívida Ativa Não Tributária de Outras Receitas	4.526.059,00	8.090.147,02	3.564.088,02	0,00
119329901	Receita da Dívida Ativa Não-Tributária de Outras Receitas - Principal	3.620.847,00	4.260.753,53	639.906,53	0,00
119329902	Receita da Dívida Ativa Não-Tributária de Outras Receitas - Administrativa	905.212,00	3.828.127,85	2.922.915,85	0,00
119329952	Dívida Ativa - Repasses de Emolumentos FAADEP	0,00	164.015,34	164.015,34	0,00
119329952	Restituição de Dívida Ativa - Repasses de Emolumentos FAADEP	0,00	-162.749,70	162.749,70	0,00
119900000	Receitas Diversas	318.130.843,99	92.954.412,21	0,00	225.176.431,78
119902200	Receita da "Terceirização" da Folha de Pagamento dos Agentes Públicos	0,00	456.230,00	456.230,00	0,00
119902200	Receita da "Terceirização" da Folha de Pagamento dos Agentes Públicos	0,00	456.230,00	456.230,00	0,00
119909900	Outras Receitas	318.130.843,99	92.498.182,21	0,00	225.632.661,78
119909953	Retorno do FDI	30.830.448,00	1.329.879,66	0,00	29.500.568,34
119909954	Encargos do FDI / PROAPI	2.515.282,00	943.688,68	0,00	1.571.593,32
119909955	Participação nos Encargos do FDI - Diferido	26.817.327,00	21.312.640,42	0,00	5.504.686,58
119909957	Restituição de Saldo de Exercícios Anteriores	0,00	-170,33	170,33	0,00
119909957	Saldo de Exercícios Anteriores	2.080.000,00	1.242.102,47	0,00	837.897,53
119909960	Rendas	0,00	156.022,75	156.022,75	0,00
119909962	Receita de Apontamentos, Protestos e Cancelamentos	0,00	50.090,54	50.090,54	0,00
119909962	Restituição de Receita de Apontamentos, Protestos e Cancelamentos	0,00	-3.219,83	3.219,83	0,00
119909967	Recursos de Empresas Consignatárias	0,00	47.114,99	47.114,99	0,00
119909968	Ressarcimento	0,00	3.970.123,78	3.970.123,78	0,00
119909979	Recursos Provenientes do FEEF	40.713.897,00	62.790.338,61	22.076.441,61	0,00
119909981	Depósitos Judiciais - EC 94/2016	0,00	0,00	0,00	0,00
119909998	Outras Receita FECOP	0,00	404.052,18	404.052,18	0,00
119909998	Restituição de Outras Receita FECOP	0,00	-28.491,91	28.491,91	0,00
119909999	Outras Receitas	215.173.889,99	284.010,20	0,00	214.889.879,79
120000000	Receitas de Capital	3.592.327.473,87	1.442.333.545,23	0,00	2.149.993.928,64
121000000	Operações de Crédito	2.606.226.411,49	908.064.839,15	0,00	1.698.161.572,34
121100000	Operações de Crédito Internas	1.359.118.896,30	95.284.451,01	0,00	1.263.834.445,29
121140000	Operações de Crédito Internas - Contratuais	1.359.118.896,30	95.284.451,01	0,00	1.263.834.445,29



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
121140100 Operações de Crédito Internas para Programas de Educação	13.262.202,54	6.473.394,52	0,00	6.788.808,02
121140100 Operações de Crédito Internas para Programas de Educação	13.262.202,54	6.473.394,52	0,00	6.788.808,02
121140300 Operações de Crédito Internas para Programas de Saneamento	15.517.642,00	5.616.792,94	0,00	9.900.849,06
121140300 Operações de Crédito Internas para Programas de Saneamento	15.517.642,00	5.616.792,94	0,00	9.900.849,06
121140500 Operações de Crédito Internas para Programas de Modernização da Administração Pública	8.366.720,00	0,00	0,00	8.366.720,00
121140500 Operações de Crédito Internas para Programas de Modernização da Administração Pública	8.366.720,00	0,00	0,00	8.366.720,00
121140600 Operações de Crédito Internas para Refinanciamento da Dívida Contratual	785.766.830,76	0,00	0,00	785.766.830,76
121140600 Operações de Crédito Internas para Refinanciamento da Dívida Contratual	785.766.830,76	0,00	0,00	785.766.830,76
121140700 Operações de Crédito Internas para Programas de Moradia Popular	2.955.913,00	7.781.746,95	4.825.833,95	0,00
121140700 Operações de Crédito Internas para Programas de Moradia Popular	2.955.913,00	7.781.746,95	4.825.833,95	0,00
121149900 Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	533.249.588,00	75.412.516,60	0,00	457.837.071,40
121149952 Operações de Crédito Internas para Programas de Infraestrutura	132.775.846,00	15.000.000,00	0,00	117.775.846,00
121149953 Operações de Crédito Internas para Programas de Transportes	342.845.930,00	53.066.205,43	0,00	289.779.724,57
121149954 Operações de Crédito Internas para Programas de Ação Social	0,00	3.098.238,46	3.098.238,46	0,00
121149958 Operações de Crédito Internas - BNDES - ESTADOS	15.030.000,00	4.248.072,71	0,00	10.781.927,29
121149959 Operações de Crédito Internas - CEF/CPAC - MARANGUAPINHO	7.847.812,00	0,00	0,00	7.847.812,00
121149999 Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	34.750.000,00	0,00	0,00	34.750.000,00
12120000 Operações de Crédito Externas	1.247.107.515,19	812.780.388,14	0,00	434.327.127,05
121230000 Operações de Crédito Externas - Contratuais	1.247.107.515,19	812.780.388,14	0,00	434.327.127,05
121230200 Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	112.801.407,00	47.691.927,98	0,00	65.109.479,02
121230200 Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	112.801.407,00	47.691.927,98	0,00	65.109.479,02
121230300 Operações de Crédito Externas para Programas de Saneamento	2.200.000,00	0,00	0,00	2.200.000,00
121230300 Operações de Crédito Externas para Programas de Saneamento	2.200.000,00	0,00	0,00	2.200.000,00
121230500 Operações de Crédito Externas para Programas de Modernização da Administração Pública	21.005.000,00	33.498.880,53	12.493.880,53	0,00
121230500 Operações de Crédito Externas para Programas de Modernização da Administração Pública	21.005.000,00	33.498.880,53	12.493.880,53	0,00
121239900 Outras Operações de Crédito Externas - Contratuais	1.111.101.108,19	731.589.579,63	0,00	379.511.528,56
121239951 Operações de Crédito Externas para Programas de Turismo	168.947.151,36	70.805.000,00	0,00	98.142.151,36
121239952 Operações de Crédito Externas para Programas de Infraestrutura	607.945.863,00	51.398.600,00	0,00	556.547.263,00
121239953 Operações de Crédito Externas para Programas de Transportes	7.600.000,00	280.822.721,67	273.222.721,67	0,00
121239954 Operações de Crédito Externas para Programas de Ação Social	47.341.945,00	222.606.991,31	175.265.046,31	0,00
121239958 Operações de Crédito Externas - PfoRCeará	84.498.265,83	72.895.451,32	0,00	11.602.814,51
121239999 Outras Operações de Crédito Externas - Contratuais	194.767.883,00	33.060.815,33	0,00	161.707.067,67
12200000 Alienação de Bens	93.478,00	14.348.150,00	14.254.672,00	0,00



Especificação		Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
12210000	Alienação de Bens Móveis	93.478,00	1.015.650,00	922.172,00	0,00
122110000	Alienação de Títulos Mobiliários	6.600,00	0,00	0,00	6.600,00
122110000	Alienação de Títulos Mobiliários	6.600,00	0,00	0,00	6.600,00
122100000	Alienação de Bens Móveis	86.878,00	1.015.650,00	928.772,00	0,00
12220000	Alienação de Bens Imóveis	0,00	13.332.500,00	13.332.500,00	0,00
122240000	Alienação de Imóveis Rurais	0,00	5.580.000,00	5.580.000,00	0,00
122240000	Alienação de Imóveis Rurais	0,00	5.580.000,00	5.580.000,00	0,00
122250000	Alienação de Imóveis Urbanos	0,00	7.752.500,00	7.752.500,00	0,00
122250000	Alienação de Imóveis Urbanos	0,00	7.752.500,00	7.752.500,00	0,00
12400000	Transferências de Capital	883.507.584,38	372.722.568,71	0,00	510.785.015,67
12420000	Transferências Intergovernamentais	9.895.000,00	0,00	0,00	9.895.000,00
124230000	Transferências dos Municípios	9.895.000,00	0,00	0,00	9.895.000,00
124230100	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Saúde	95.000,00	0,00	0,00	95.000,00
124230100	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Saúde	95.000,00	0,00	0,00	95.000,00
124230200	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	9.800.000,00	0,00	0,00	9.800.000,00
124230200	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	9.800.000,00	0,00	0,00	9.800.000,00
12430000	Transferências de Instituições Privadas	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00
124300000	Transferências de Instituições Privadas	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00
12440000	Transferências do Exterior	4.307.149,26	0,00	0,00	4.307.149,26
124400000	Transferências do Exterior	4.307.149,26	0,00	0,00	4.307.149,26
12470000	Transferências de Convênios	869.265.435,12	372.722.568,71	0,00	496.542.866,41
124710000	Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	869.265.435,12	361.194.447,17	0,00	508.070.987,95
124710200	Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Educação	106.000.000,00	72.068.532,23	0,00	33.931.467,77
124710200	Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Educação	106.000.000,00	72.068.532,23	0,00	33.931.467,77
124710300	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Saneamento Básico	175.798.307,00	177.637.407,16	1.839.100,16	0,00
124710300	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Saneamento Básico	175.798.307,00	177.637.407,16	1.839.100,16	0,00
124710400	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
124710400	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
124710500	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infra-Estrutura em Transporte	105.437.878,00	0,00	0,00	105.437.878,00
124710500	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infra-Estrutura em Transporte	105.437.878,00	0,00	0,00	105.437.878,00
124719900	Outras Transferências de Convênios da União	482.024.250,12	111.488.507,78	0,00	370.535.742,34
124719900	Outras Transferências de Convênios da União	482.024.250,12	111.490.004,47	0,00	370.534.245,65
124719900	Restituição de Outras Transferências de Convênios da União	0,00	-1.496,69	1.496,69	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
124730000 Transferências de Convênios dos Municípios e de suas Entidades	0,00	10.905.467,19	10.905.467,19	0,00
124739900 Outras Transferências de Convênios dos Municípios	0,00	10.905.467,19	10.905.467,19	0,00
124739999 Outras Transferências de Convênios dos Municípios	0,00	10.905.467,19	10.905.467,19	0,00
124750000 Transferências de Convênios do Exterior	0,00	622.654,35	622.654,35	0,00
124750000 Transferências de Convênios do Exterior	0,00	622.654,35	622.654,35	0,00
125000000 Outras Receitas de Capital	102.500.000,00	147.197.987,37	44.697.987,37	0,00
125900000 Outras Receitas	102.500.000,00	147.197.987,37	44.697.987,37	0,00
125905100 Outras Restituições	0,00	298.059,09	298.059,09	0,00
125905199 Outras Restituições	0,00	298.059,09	298.059,09	0,00
125905200 Alienação de Participações Societárias	102.500.000,00	146.899.928,28	44.399.928,28	0,00
125905200 Alienação de Participações Societárias	102.500.000,00	146.899.928,28	44.399.928,28	0,00
170000000 Receitas Correntes	28.943.108,00	255.637.423,66	226.694.315,66	0,00
179000000 Outras Receitas Correntes	28.943.108,00	255.637.423,66	226.694.315,66	0,00
179200000 Indenizações e Restituições	5.008.908,00	2.590.044,24	0,00	2.418.863,76
179220000 Restituições	5.008.908,00	2.590.044,24	0,00	2.418.863,76
179229900 Outras Restituições	5.008.908,00	2.590.044,24	0,00	2.418.863,76
179229956 Ressarcimento de Despesa com Pessoal Cedido	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
179229999 Outras Restituições	4.508.908,00	2.590.044,24	0,00	1.918.863,76
179900000 Receitas Diversas	23.934.200,00	253.047.379,42	229.113.179,42	0,00
179909900 Outras Receitas	23.934.200,00	253.047.379,42	229.113.179,42	0,00
179909958 Superávit Financeiro das Autarquias	23.934.200,00	253.047.379,42	229.113.179,42	0,00

TOTAL GERAL: 24.745.791.454,94 22.256.629.243,26 0,00 2.489.162.211,68

FONTE: S2GPR, CECAD/COTES 27/03/2019 14:20



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais		Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas		
3	DESPESA CORRENTE	14.746.339.349,93	8.486.316,89	14.754.825.666,82	14.359.154.242,41	395.671.424,41	
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.589.668.851,42	1.221.296,72	7.590.890.148,14	7.410.763.964,74	180.126.183,40	
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	6.490.860.353,49	1.221.296,72	6.492.081.650,21	6.325.498.535,10	166.583.115,11	
31900300	PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS	3.873.415,00	0,00	3.873.415,00	3.872.866,49	548,51	
31900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	373.416.981,96	0,00	373.416.981,96	368.634.961,44	4.782.020,52	
31900500	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	209.474,00	0,00	209.474,00	56.571,31	152.902,69	
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.293.625.507,06	810.631,42	4.294.436.138,48	4.207.598.990,10	86.837.148,38	
31901200	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	1.465.702.458,22	100.000,00	1.465.802.458,22	1.452.112.663,72	13.689.794,50	
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	47.970.020,97	30.665,30	48.000.686,27	47.314.279,63	686.406,64	
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	9.528.720,14	0,00	9.528.720,14	9.376.563,88	152.156,26	
31901700	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL MILITAR	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00	
31909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	203.258.060,12	0,00	203.258.060,12	149.466.228,64	53.791.831,48	
31909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	60.461.476,05	0,00	60.461.476,05	56.857.844,82	3.603.631,23	
31909300	INDENIZAÇÕES	10.227,00	0,00	10.227,00	0,00	10.227,00	
31909400	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	970.129,89	0,00	970.129,89	947.828,89	22.301,00	
31909600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	31.830.883,08	280.000,00	32.110.883,08	29.259.736,18	2.851.146,90	
3191	APLICAÇÕES DIRETAS	1.098.808.497,93	0,00	1.098.808.497,93	1.085.265.429,64	13.543.068,29	
31911300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.095.565.111,33	0,00	1.095.565.111,33	1.082.312.845,78	13.252.265,55	
31919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	884.868,76	0,00	884.868,76	746.347,75	138.521,01	
31919600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	2.358.517,84	0,00	2.358.517,84	2.206.236,11	152.281,73	
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	567.519.546,94	0,00	567.519.546,94	562.907.752,50	4.611.794,44	
3290	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO	567.519.546,94	0,00	567.519.546,94	562.907.752,50	4.611.794,44	
32902100	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	518.310.615,15	0,00	518.310.615,15	515.633.419,92	2.677.195,23	
32902200	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	30.444.693,08	0,00	30.444.693,08	29.706.576,60	738.116,48	
32902700	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	18.764.238,71	0,00	18.764.238,71	17.567.755,98	1.196.482,73	
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.589.150.951,57	7.265.020,17	6.596.415.971,74	6.385.482.525,17	210.933.446,57	
3322	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33221400	DIÁRIAS - CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33223000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3330	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	348.000,00	0,00	348.000,00	348.000,00	0,00	
33304100	CONTRIBUIÇÕES	348.000,00	0,00	348.000,00	348.000,00	0,00	
33309300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais		Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas		
3332	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33321800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3340	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	3.490.947.004,98	0,00	3.490.947.004,98	3.431.437.854,06	59.509.150,92	59.509.150,92
33404100	CONTRIBUIÇÕES	90.052.282,98	0,00	90.052.282,98	89.700.674,96	351.608,02	351.608,02
33408100	DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS	3.400.893.722,00	0,00	3.400.893.722,00	3.341.736.536,31	59.157.185,69	59.157.185,69
33409200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.000,00	0,00	1.000,00	642,79	357,21	357,21
3341	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS - FUNDO A FUNDO	40.000,00	0,00	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00
33419200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	40.000,00	0,00	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00
3350	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	382.654.644,22	928.305,47	383.582.949,69	362.941.484,71	20.641.464,98	20.641.464,98
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	240.240.605,21	928.305,47	241.168.910,68	232.370.316,33	8.798.594,35	8.798.594,35
33504100	CONTRIBUIÇÕES	122.018.342,45	0,00	122.018.342,45	111.463.059,43	10.555.283,02	10.555.283,02
33504300	SUBVENÇÕES SOCIAIS	6.455.534,92	0,00	6.455.534,92	5.200.376,60	1.255.158,32	1.255.158,32
33509200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.421.838,95	0,00	5.421.838,95	5.389.409,66	32.429,29	32.429,29
33509300	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.518.322,69	0,00	8.518.322,69	8.518.322,69	0,00	0,00
3360	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	12.841.500,00	0,00	12.841.500,00	12.841.500,00	0,00	0,00
33604100	CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33604500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	12.841.500,00	0,00	12.841.500,00	12.841.500,00	0,00	0,00
3367	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARceria PÚBLICO-PRIVADA - PPP	53.392.302,46	0,00	53.392.302,46	52.322.220,35	1.070.082,11	1.070.082,11
33678300	DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARceria PÚBLICO - PRIVADA - PPP	45.096.682,40	0,00	45.096.682,40	44.026.956,27	1.069.726,13	1.069.726,13
33679200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.295.620,06	0,00	8.295.620,06	8.295.264,08	355,98	355,98
3370	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	9.700.000,00	0,00	9.700.000,00	9.576.195,80	123.804,20	123.804,20
33709200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	9.700.000,00	0,00	9.700.000,00	9.576.195,80	123.804,20	123.804,20
3380	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33803000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33803700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33803900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	2.588.177.893,62	6.136.714,70	2.594.314.608,32	2.468.919.286,83	125.395.321,49	125.395.321,49
33900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	1.377.821,03	0,00	1.377.821,03	1.358.872,10	18.948,93	18.948,93
33901400	DIÁRIAS - CIVIL	15.141.237,28	0,00	15.141.237,28	14.509.697,64	631.539,64	631.539,64



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais	
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	Diferença
33901500	DIÁRIAS - MILITAR	14.628.281,10	0,00	14.628.281,10	14.461.976,43	166.304,67
33901800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	10.727.856,19	0,00	10.727.856,19	9.573.563,21	1.154.292,98
33902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	492.900,00	0,00	492.900,00	476.000,00	16.900,00
33902600	OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE POLÍTICA MONETÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33902700	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	193.513.428,35	155.300,00	193.668.728,35	186.706.101,09	6.962.627,26
33903100	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	6.765.295,88	0,00	6.765.295,88	5.858.912,56	906.383,32
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	27.846.660,16	0,00	27.846.660,16	26.682.512,60	1.164.147,56
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	18.670.177,35	0,00	18.670.177,35	17.675.658,33	994.519,02
33903400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	108.206.547,38	0,00	108.206.547,38	102.637.871,19	5.568.676,19
33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	8.929.791,16	0,00	8.929.791,16	8.348.146,43	581.644,73
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	133.238.755,37	1.807.593,00	135.046.348,37	130.397.699,48	4.648.648,89
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	618.009.882,30	1.000,00	618.010.882,30	594.388.370,75	23.622.511,55
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	885.906.585,31	3.938.990,01	889.845.575,32	829.553.903,86	60.291.671,46
33904100	CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	3.099.000,00	0,00	3.099.000,00	0,00	3.099.000,00
33904600	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	200.497.086,16	13.965,00	200.511.051,16	196.344.289,25	4.166.761,91
33904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	160.837.688,21	3.045,74	160.840.733,95	159.714.882,58	1.125.851,37
33904800	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	1.970.671,29	0,00	1.970.671,29	1.352.326,98	618.344,31
33904900	AUXÍLIO-TRANSPORTE	482.308,14	0,00	482.308,14	425.171,20	57.136,94
33905900	PENSÕES ESPECIAIS	11.693.978,00	0,00	11.693.978,00	11.062.263,71	631.714,29
33909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	14.009.000,00	0,00	14.009.000,00	10.284.820,46	3.724.179,54
33909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	63.880.120,67	0,00	63.880.120,67	62.940.442,96	939.677,71
33909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	88.252.822,29	216.820,95	88.469.643,24	84.165.804,02	4.303.839,22
3391	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	51.049.606,29	200.000,00	51.249.606,29	47.055.983,42	4.193.622,87
33913200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	100.000,00	0,00	100.000,00	21.433,20	78.566,80
33913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	23.875.019,03	200.000,00	24.075.019,03	21.687.193,07	2.387.825,96
33914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	474.315,69	0,00	474.315,69	164.744,01	309.571,68
33919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.035.271,57	0,00	7.035.271,57	5.880.846,07	1.154.425,50
33919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	19.565.000,00	0,00	19.565.000,00	19.301.767,07	263.232,93
4	DESPESA DE CAPITAL	3.986.317.893,52	3.647.791,06	3.989.965.684,58	2.813.584.310,54	1.176.381.374,04



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais Realizadas	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas		
44	INVESTIMENTOS	3.024.351.655,54	3.647.791,06	3.027.999.446,60	1.865.765.563,85	1.162.233.882,75
4420	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO	289.243,00	0,00	289.243,00	0,00	289.243,00
44204100	CONTRIBUIÇÕES	156.000,00	0,00	156.000,00	0,00	156.000,00
44204200	AUXÍLIOS	133.243,00	0,00	133.243,00	0,00	133.243,00
4422	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44225100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44225200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4432	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44329200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4440	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	107.790.305,85	0,00	107.790.305,85	100.935.106,80	6.855.199,05
44404100	CONTRIBUIÇÕES	665.555,94	0,00	665.555,94	355.185,31	310.370,63
44404200	AUXÍLIOS	106.650.941,94	0,00	106.650.941,94	100.142.966,71	6.507.975,23
44409200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	473.807,97	0,00	473.807,97	436.954,78	36.853,19
4450	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	89.616.305,20	333.109,68	89.949.414,88	69.242.730,00	20.706.684,88
44503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	21.175.894,58	0,00	21.175.894,58	20.401.027,87	774.866,71
44504100	CONTRIBUIÇÕES	914.728,89	0,00	914.728,89	830.728,89	84.000,00
44504200	AUXÍLIOS	67.510.681,73	333.109,68	67.843.791,41	48.010.973,24	19.832.818,17
44505100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44505200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00
4460	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00
44604100	CONTRIBUIÇÕES	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
44604200	AUXÍLIOS	400.000,00	0,00	400.000,00	0,00	400.000,00
4467	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARceria PÚBLICO-PRIVADA – PPP	8.691.553,36	0,00	8.691.553,36	8.670.744,72	20.808,64
44678300	DESP. DECOR. DE PPP, EXCETO SUBVENÇÕES ECON., APORTE E FUNDO GARANTIDOR	8.017.326,57	0,00	8.017.326,57	7.996.517,93	20.808,64
44679200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	674.226,79	0,00	674.226,79	674.226,79	0,00
4470	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44704100	CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	2.811.333.844,09	3.171.774,38	2.814.505.618,47	1.681.467.350,88	1.133.038.267,59
44901400	DIÁRIA-CIVIL	200.618,95	0,00	200.618,95	109.610,43	91.008,52
44903000	MATERIAL DE CONSUMO	2.063.763,08	8.101,28	2.071.864,36	1.184.753,67	887.110,69
44903300	PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO	134.120,14	0,00	134.120,14	31.737,22	102.382,92



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais		Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas		
44903500	SERVIÇO DE CONSULTORIA	90.061.093,49	1.173.989,07	91.235.082,56	69.264.551,95	21.970.530,61	
44903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.460.836,42	0,00	1.460.836,42	985.125,85	475.710,57	
44903700	LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	3.893.130,00	0,00	3.893.130,00	2.231.572,32	1.661.557,68	
44903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	174.667.692,39	5.000,00	174.672.692,39	112.187.789,70	62.484.902,69	
44904100	CONTRIBUIÇÕES	3.520.440,21	0,00	3.520.440,21	2.782.553,10	737.887,11	
44904200	AUXÍLIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	2.955.913,00	0,00	2.955.913,00	0,00	2.955.913,00	
44904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	294.666,84	0,00	294.666,84	247.983,20	46.683,64	
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.885.707.679,48	290.000,00	1.885.997.679,48	998.934.455,40	887.063.224,08	
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	320.480.218,62	1.694.684,03	322.174.902,65	236.150.454,17	86.024.448,48	
44906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	54.035.259,02	0,00	54.035.259,02	52.738.702,19	1.296.556,83	
44906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	34.500.000,00	0,00	34.500.000,00	33.538.745,80	961.254,20	
44909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	6.135.179,00	0,00	6.135.179,00	6.134.179,00	1.000,00	
44909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	157.176.684,56	0,00	157.176.684,56	113.281.403,70	43.895.280,86	
44909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	74.046.548,89	0,00	74.046.548,89	51.663.733,18	22.382.815,71	
4491	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	6.097.071,04	142.907,00	6.239.978,04	5.449.631,45	790.346,59	
44913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	163.767,00	142.907,00	306.674,00	255.225,78	51.448,22	
44914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	5.728.304,04	0,00	5.728.304,04	4.996.535,33	731.768,71	
44915100	OBAS E INSTALAÇÕES	80.000,00	0,00	80.000,00	76.287,00	3.713,00	
44919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	125.000,00	0,00	125.000,00	121.583,34	3.416,66	
4494	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE	33.333,00	0,00	33.333,00	0,00	33.333,00	
44945200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	33.333,00	0,00	33.333,00	0,00	33.333,00	
4495	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44955100	OBAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
45	INVERSÕES FINANCEIRAS	141.985.354,83	0,00	141.985.354,83	141.680.354,83	305.000,00	
4590	APLICAÇÕES DIRETAS	141.985.354,83	0,00	141.985.354,83	141.680.354,83	305.000,00	
45906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	
45906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	141.980.354,83	0,00	141.980.354,83	141.680.354,83	300.000,00	
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	819.980.883,15	0,00	819.980.883,15	806.138.391,86	13.842.491,29	
4690	APLICAÇÕES DIRETAS	819.980.883,15	0,00	819.980.883,15	806.138.391,86	13.842.491,29	
46902700	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	110.647.631,40	0,00	110.647.631,40	100.114.777,60	10.532.853,80	



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais		Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas		
46907100	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	709.333.251,75	0,00	709.333.251,75	706.023.614,26	3.309.637,49	
9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
99999900	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total Geral:		18.732.657.243,45	12.134.107,95	18.744.791.351,40	17.172.738.552,95	1.572.052.798,45	



Código-Títulos	Despesas Autorizadas		Esp + Ext	Despesas Totais		Diferença
	Ord + Supl - Anul	AutORIZADAS		Autorizadas	Realizadas	
010001-ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	493.161.159,71	0,00	0,00	493.161.159,71	481.245.202,72	11.915.956,99
020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	196.943.892,32	0,00	0,00	196.943.892,32	196.897.826,39	46.065,93
040001-TRIBUNAL DE JUSTICA	1.203.715.158,04	0,00	0,00	1.203.715.158,04	1.202.699.265,82	1.015.892,22
060001-DEFENSORIA PUBLICA GERAL	162.511.595,90	142.907,00	0,00	162.654.502,90	149.947.343,54	12.707.159,36
080001-SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	1.013.736.664,37	0,00	0,00	1.013.736.664,37	468.565.146,24	545.171.518,13
100001-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA E DEFESA SOCIAL	100.944.652,87	0,00	0,00	100.944.652,87	98.482.441,97	2.462.210,90
101021-SUPERINTENDENCIA DA POLICIA CIVIL	506.914.744,57	0,00	0,00	506.914.744,57	502.498.201,85	4.416.542,72
101031-POLICIA MILITAR DO CEARA	1.813.558.109,52	0,00	0,00	1.813.558.109,52	1.798.148.987,62	15.409.121,90
101041-CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO CEARA	207.123.734,00	0,00	0,00	207.123.734,00	200.317.026,30	6.806.707,70
101071-PERICIA FORENSE DO ESTADO DO CEARA	100.884.112,66	0,00	0,00	100.884.112,66	96.558.272,64	4.325.840,02
101081-ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANCA PUBLICA DO CEARA	21.326.209,79	0,00	0,00	21.326.209,79	18.408.969,35	2.917.240,44
101091-SUP DE PESQUISA E ESTRATEGIA DE SEGURANCA PUBLICA DO ESTADO DO CEARA	0,00	1.453.296,72	1.453.296,72	1.453.296,72	568.175,17	885.121,55
110001-GABINETE DO GOVERNADOR	143.966.146,85	0,00	0,00	143.966.146,85	135.192.883,71	8.773.263,14
120001-GABINETE DO VICE-GOVERNADOR	11.199.748,12	0,00	0,00	11.199.748,12	10.776.933,20	422.814,92
130001-PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	73.765.982,35	0,00	0,00	73.765.982,35	71.906.687,06	1.859.295,29
150001-PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA	416.449.908,00	0,00	0,00	416.449.908,00	415.882.589,93	567.318,07
170001-CONSELHO ESTADUAL DE EDUCACAO	5.878.337,89	0,00	0,00	5.878.337,89	5.038.699,15	839.638,74
180001-SECRETARIA DA JUSTICA E CIDADANIA	598.928.757,58	3.732.593,00	0,00	602.661.350,58	560.372.506,22	42.288.844,36
190001-SECRETARIA DA FAZENDA	772.455.242,74	0,00	0,00	772.455.242,74	757.866.955,70	14.588.287,04
191011-ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	5.228.470.467,67	0,00	0,00	5.228.470.467,67	5.087.819.501,32	140.650.966,35
210001-SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	449.763.235,24	2.928.306,22	0,00	452.691.541,46	366.064.148,88	86.627.392,58
220001-SECRETARIA DA EDUCACAO	3.141.279.198,76	0,00	0,00	3.141.279.198,76	2.999.225.650,94	142.053.547,82
225001-CENTRO DE EDUCACAO A DISTANCIA DO ESTADO DO CEARA	3.771.505,00	576.600,00	0,00	4.348.105,00	3.223.629,53	1.124.475,47
270001-SECRETARIA DA CULTURA	111.558.094,68	0,00	0,00	111.558.094,68	89.692.741,61	21.865.353,07
290001-SECRETARIA DOS RECURSOS HIDRICOS	373.038.063,34	216.820,95	0,00	373.254.884,29	243.783.374,47	129.471.509,82
300001-CASA CIVIL	55.066.371,06	0,00	0,00	55.066.371,06	54.731.136,82	335.234,24
310001-SECRETARIA DA CIENCIA, TECNOLOGIA E EDUCACAO SUPERIOR	107.742.142,13	0,00	0,00	107.742.142,13	70.780.363,08	36.961.779,05
360001-SECRETARIA DO TURISMO	232.217.970,90	0,00	0,00	232.217.970,90	185.237.562,01	46.980.408,89
410001-CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO	28.183.128,41	0,00	0,00	28.183.128,41	27.532.437,72	650.690,69
420001-SECRETARIA DO ESPORTE	56.062.379,21	0,00	0,00	56.062.379,21	50.831.185,70	5.231.193,51



Código-Títulos	Despesas Autorizadas		Esp + Ext	Despesas Totais		Diferença
	Ord + Supl - Anul	Anul		Autorizadas	Realizadas	
430001-SECRETARIA DAS CIDADES	531.317.179,09		200.000,00	531.517.179,09	305.237.170,02	226.280.009,07
460001-SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO	96.229.471,01		0,00	96.229.471,01	90.278.295,15	5.951.175,86
461031-ESCOLA DE GESTAO PUBLICA DO ESTADO DO CEARA	2.965.896,00		0,00	2.965.896,00	2.783.278,69	182.617,31
470001-SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	225.191.659,43		401.294,99	225.592.954,42	201.449.124,06	24.143.830,36
470104-SUPERINTENDENCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	93.003.451,92		0,00	93.003.451,92	89.982.835,31	3.020.616,61
510001-SECRETARIA DA AGRICULTURA, PESCA E AQUICULTURA	52.857.760,40		408.300,00	53.266.060,40	52.194.199,13	1.071.861,27
530001-CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ORGAOS DE SEGURANCA PUBLICA E SISTEMA PENITENCIARIO	9.526.230,86		0,00	9.526.230,86	9.273.120,17	253.110,69
550001-SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS	13.653.925,57		900.000,00	14.553.925,57	13.490.901,10	1.063.024,47
560001-SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	17.864.937,40		0,00	17.864.937,40	17.482.699,56	382.237,84
570001-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	59.430.018,09		1.173.989,07	60.604.007,16	40.271.083,10	20.332.924,06
Total Geral:	18.732.657.243,45		12.134.107,95	18.744.791.351,40	17.172.738.552,95	1.572.052.798,45



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
COORDENADORIA DO TESOUREO ESTADUAL
CEDIP - CÉLULA DA DÍVIDA PÚBLICA

49776217
01/04/2019 14:03
 DATA-BASE: 31/12/2018
ANEXO 16

CONDIÇÕES DA OPERAÇÃO										MOVIMENTO DO EXERCÍCIO						
NUM	CREDOR	BENEFICIÁRIO	CÓD CONTRATO	DATA ANOS AA	PRZ JURO	MOED	VALOR CONTRATADO	SALDO DO EXERCÍCIO ANT	LIBERAÇÃO	VARIACÃO MONETÁRIA	AMORTIZAÇÃO	JUROS	OUTROS ENCARGOS	SALDO PARA EXERC SEG		
TOTAL GERAL										88.768.653,25	0,00	-8.215.068,02	5.833.561,27	0,00	74.720.023,96	
DIVIDA FUNDADA INTERNA - PARCELAMENTO INDIRETO																
1	RFB	INSTITUTO DE SAÚDE DOS	ISSEC/PASEP/MP783	22/08/2017	12,50	0,00	SELIC	75.368,82	647.627,35	25.339,98	54.353,70	0,00	0,00	618.613,63		
2	RFB	AGÊNCIA REG. DE SERV.	CT- ARCE/PASEP	16/08/2013	19,58	0,00	SELIC	21.438,52	143.599,99	-36.519,45	107.080,54	0,00	0,00	0,00		
3	RFB	AGÊNCIA DE DEFESA	CT- ADAGRI/PASEP	23/08/2013	19,58	0,00	SELIC	65.018,36	528.166,85	-67.394,78	37.461,27	0,00	0,00	423.310,80		
4	RFB	ESCOLA DE SAÚDE	CT- ESP/PASEP	23/08/2013	19,58	0,00	SELIC	76.475,90	697.177,46	19.913,03	50.334,63	0,00	0,00	666.755,86		
TOTAL GERAL										2.016.571,65	0,00	-58.661,22	249.230,14	0,00	1.708.680,29	
DIVIDA FUNDADA INTERNA - PRECATORIOS																
1	TJ - DJ	ESTADO DO CEARA	CT-TRIT/UPRECA TORIO	09/12/2009	12,50	0,00	REAL	406.147.962,85	524.665.689,92	67.317.471,36	294.109.945,81	0,00	0,00	313.613.186,17		
TOTAL GERAL										524.665.689,92	67.317.471,36	15.739.970,70	294.109.945,81	0,00	313.613.186,17	
DIVIDA FUNDADA INTERNA - DEPOSITOS JUDICIAIS																
1	TJ - DJ	ESTADO DO CEARA	DJ - Lei 15.878/2015	31/12/2018	30,00	0,00	REAL	595.528.609,64	0,00	595.528.609,64	0,00	0,00	0,00	595.528.609,64		
TOTAL GERAL										595.528.609,64	0,00	595.528.609,64	0,00	0,00	595.528.609,64	
DIVIDA FUNDADA INTERNA - GARANTIAS																
1	CEF	COHAB	CT-COHAB Rep. LCF156	30/08/2018	15,00	3,08	UNID.PAD.REFIN.	17.006.731,11	0,00	371.701.545,05	6.533.878,93	2.868.801,35	3.000,00	365.167.666,12		
2	STN	COHAB	CT-CDV-02/COHAB	28/01/1994	28,75	3,17	UNID.PAD.REFIN.	58.052.672.993,55	467.107.055,68	-374.457.880,28	92.649.175,40	14.396.857,50	296.188,38	0,00		
3	STN	COHAB	CT - COHAB Residual	28/01/1994	26,42	0,10	UNID.PAD.REFIN.	197.442,36	0,00	4.297.436,74	931.723,27	1.615,79	1.292,96	3.365.713,47		
TOTAL GERAL										467.107.055,68	0,00	1.541.101,51	100.114.777,60	17.267.274,64	308.481,34	368.533.379,59
DIVIDA FUNDADA EXTERNA - CONTRATOS																
1	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT- 7321-BR SWAP I	18/10/2005	9,00	2,76	DÓLAR	149.750.000,00	86.594.260,40	8.721.807,55	59.074.979,27	1.452.819,48	2.966,46	36.241.088,68		
2	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT- N° 7387-BR	07/07/2006	12,00	2,77	DÓLAR	37.500.000,00	56.802.495,43	8.680.886,34	11.066.658,68	1.127.833,57	2.950,78	54.416.723,09		
3	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT- 7600-BR SWAP II	19/03/2009	18,00	3,32	DÓLAR	240.000.000,00	770.147.977,66	0,00	33.509.924,43	23.254.329,10	0,00	867.508.936,53		
4	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT- 7630-BR	22/09/2009	15,00	3,59	DÓLAR	103.000.000,00	268.096.692,75	43.927.525,30	24.127.958,56	8.558.056,04	0,00	287.896.259,49		
5	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT-7654-BR -CIDADES	22/12/2009	15,00	3,49	DÓLAR	46.000.000,00	152.168.000,00	26.072.800,00	0,00	4.816.018,07	0,00	178.240.800,00		
6	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT-8124-BR SIOSE III	03/10/2012	20,00	3,60	DÓLAR	100.000.000,00	223.525.013,45	50.408.620,56	18.145.709,76	9.315.240,18	0,00	356.031.624,20		
7	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT-Pfor-BIRD-8302BR	19/12/2013	24,00	3,19	DÓLAR	350.000.000,00	1.072.834.112,62	195.158.180,49	0,00	29.291.493,89	0,00	1.340.887.744,43		
8	BID	ESTADO DO CEARA	CTE-955/OC-BR	21/05/1997	18,00	4,28	DÓLAR	42.000.000,00	40.638.948,01	6.539.878,54	10.154.959,46	1.847.666,48	4.502,28	37.023.867,09		
9	BID	ESTADO DO CEARA	CT- 2044/OC-BR	20/05/2009	16,00	3,42	DÓLAR	41.000.000,00	106.386.174,09	17.827.696,25	10.435.308,56	3.541.592,52	0,00	113.778.561,78		
10	BID	ESTADO DO CEARA	CT-2137/OC-BR-SAÚDE	22/12/2009	20,00	3,42	DÓLAR	77.000.000,00	216.670.597,23	35.888.812,85	13.693.137,87	6.158.007,53	0,00	238.866.272,21		
11	BID	ESTADO DO CEARA	CT-2169/OC-BR CE III	22/12/2009	20,00	3,42	DÓLAR	158.620.000,00	446.007.716,03	74.058.091,81	28.369.187,00	13.929.083,87	0,00	491.696.620,84		
12	BID	ESTADO DO CEARA	CT-2230/OC-BR-PROAI	22/12/2009	20,00	3,42	DÓLAR	45.000.000,00	129.404.636,28	21.435.247,31	8.314.046,54	3.683.439,54	0,00	142.525.837,05		
13	BID	ESTADO DO CEARA	CT-2321/OC-BR PNC	25/11/2010	20,00	3,42	DÓLAR	150.000.000,00	278.982.393,09	45.832.500,50	17.244.301,64	8.712.919,37	561.057,37	378.375.591,95		



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
COORDENADORIA DO TESOUREO ESTADUAL
CEDIP - CÉLULA DA DÍVIDA PÚBLICA

49776217
01/04/2019 14:03
 DATA-BASE: 31/12/2018

ANEXO 16

CONDICÕES DA OPERAÇÃO

NUM	CREADOR	BENEFICIÁRIO	CÓD CONTRATO	DATA	PRZ JURO ANOS AA	MOED	VALOR CONTRATADO	SALDO DO EXERCÍCIO ANT	LIBERAÇÃO	VARIACÃO MONETÁRIA	AMORTIZAÇÃO	JUROS	ENCARGOS	OUTROS	SALDO PARA EXERC SEG	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO	
																EXERCÍCIO ANT	EXERCÍCIO
DÍVIDA FUNDADA EXTERNA - CONTRATOS																	
14	BID	ESTADO DO CEARA	CT-2826-BR-CIDADESII	02/09/2013	11,00	3,42	DÓLAR	128.350.400,00	51.398.600,00	27.165.320,00	0,00	5.263.967,95	242.215,12	206.914.320,00			
15	BID	ESTADO DO CEARA	CT-P.V.CE-IV-A-2964	27/12/2013	20,00	3,42	DÓLAR	1.297.974.338,78	28.436.284,86	223.509.376,36	0,00	39.100.773,36	221.959,59	1.549.920.000,00			
16	BID	ESTADO DO CEARA	CT3395-PVIA.CE-IV-2F	01/06/2016	20,00	3,42	DÓLAR	200.000.000,00	252.386.436,81	6.022.108,41	0,00	606.962,89	3.494.145,91	285.009.595,06			
17	BID	ESTADO DO CEARA	CT3408-PROARRESIII-IF	01/06/2016	20,00	3,42	DÓLAR	50.000.000,00	57.221.057,06	6.560.990,90	0,00	1.010.594,91	732.345,59	69.428.803,96			
18	BID	ESTADO DO CEARA	CT-3703-SAUDE CE II	28/12/2017	20,00	3,42	DÓLAR	123.000.000,00	0,00	3.186.475,33	0,00	334.053,85	1.387.290,08	50.878.403,31			
19	BID	ESTADO DO CEARA	CT-4436/OC-BR	17/10/2018	20,00	3,42	DÓLAR	70.000.000,00	0,00	215.785,00	0,00	0,00	3.000,00	33.714.665,53			
20	KFW	ESTADO DO CEARA	CT-199966169/KFW	07/12/2005	15,00	4,50	EURO	18.310.243,88	0,00	2.186.719,89	2.594.630,00	899.982,45	313,15	17.902.333,77			
21	OECF	ESTADO DO CEARA	CTE-BZ-P12/B	01/08/1997	18,50	2,30	IEENE	1.678.740,00	0,00	309.082,30	376.688,70	40.980,08	4.859,04	1.611.133,60			
22	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-MLW/PROMOTEC-01	30/08/2012	7,00	3,89	EURO	6.244.875,00	8.852.779,41	815.179,22	3.727.744,31	323.993,39	57.594,37	5.940.214,32			
23	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-MLW/PROMOTEC-02	30/08/2012	7,00	3,89	EURO	8.921.250,00	12.646.827,83	1.258.214,88	5.419.022,12	473.841,34	83.965,52	8.486.020,59			
24	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-MLW/PROMOTEC-03	30/08/2012	7,00	3,89	EURO	5.858.434,75	8.304.958,77	826.248,50	3.558.580,69	311.163,63	55.138,76	5.572.626,58			
25	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-MLW/PROMOTEC-04	30/08/2012	7,00	3,89	EURO	4.045.455,75	5.734.866,82	570.553,72	2.457.325,45	214.869,43	38.075,24	3.848.095,09			
26	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-MLW/PROMOTEC-07	30/08/2012	7,00	3,89	EURO	4.439.469,47	7.552.108,43	0,00	912.850,06	300.711,98	53.066,82	5.630.515,80			
27	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-MLW/PROMOTEC-06	30/08/2012	7,00	3,89	EURO	5.779.222,54	9.831.200,58	1.033.325,00	3.534.820,19	376.503,52	66.441,81	7.329.705,39			
28	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-MLW/PROMOTEC-05	30/08/2012	7,00	3,89	EURO	8.369.192,50	14.237.072,62	1.434.838,28	5.057.383,42	541.478,66	95.874,11	10.614.527,48			
29	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-MLW/PROMOTEC-08	30/08/2012	7,00	3,89	EURO	6.342.099,98	10.788.726,17	1.262.168,35	4.007.300,72	428.460,73	77.575,47	8.043.593,80			
30	MLW	ESTADO DO CEARA	PROMOTEC II-TCP01/17	11/05/2016	7,00	2,92	EURO	3.744.684,47	13.802.077,78	1.651.700,08	2.393.120,83	436.684,02	77.061,96	13.060.657,03			
31	MLW	ESTADO DO CEARA	PROMOTEC II-TCP02/17	11/05/2016	7,00	2,92	EURO	3.744.684,47	14.863.776,07	1.750.319,01	2.366.105,61	466.261,77	84.313,42	14.247.989,47			
32	MLW	ESTADO DO CEARA	PROMOTEC II-TCP03/17	11/05/2016	7,00	2,92	EURO	5.349.549,25	21.233.965,84	2.488.228,20	3.367.923,36	663.561,06	117.421,55	20.354.270,68			
33	MLW	ESTADO DO CEARA	PROMOTEC II-TCP01/18	11/05/2016	7,00	2,92	EURO	5.349.549,25	0,00	2.294.345,25	1.852.854,59	378.723,48	67.168,49	22.050.459,90			
34	MLW	ESTADO DO CEARA	PROMOTEC II-TCP02/18	11/05/2016	7,00	2,92	EURO	2.581.104,87	0,00	5.678,43	0,00	0,00	0,00	11.457.524,52			
35	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-PROMOTEC II	11/05/2016	8,50	2,92	EURO	36.868.927,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
36	CAF	ESTADO DO CEARA	CT-8262-P.VA.LTUR.CAF	28/08/2013	8,00	4,75	DÓLAR	112.000.000,00	299.164.605,45	48.839.774,91	41.383.268,91	11.048.054,92	277.237,91	306.621.111,45			
37	FIDA	ESTADO DO CEARA	CT-1-882-BR-FIDA-SDR	28/06/2013	15,00	2,29	SDR	20.624.403,00	37.869.119,70	55.948.628,89	7.347.584,82	1.531.446,78	0,00	92.027.801,14			
38	FIDA	ESTADO DO CEARA	CT-E-17-BR-FIDA-EURO	28/06/2013	15,00	0,96	EURO	5.948.482,00	7.951.654,95	1.168.828,63	1.746.278,38	97.121,68	0,00	16.567.810,61			
TOTAL CONTRATOS / PARCELAMENTOS / PRECATÓRIOS / DEPÓSITOS JUDICIAIS / GARANTIAS								5.799.654.285,96	812.780.388,14	1.006.448.678,88	328.161.246,56	180.538.691,52	7.808.540,80	7.290.722.106,42			
TOTAL CONTRATOS / PARCELAMENTOS / PRECATÓRIOS / DEPÓSITOS JUDICIAIS / GARANTIAS								12.287.333.195,87	975.382.310,51	1.702.908.074,53	1.100.497.567,81	532.900.694,56	30.006.793,61	13.865.126.013,10			
DÍVIDA FUNDADA EXTERNA - GARANTIAS																	
1	BID	CAGECE - CIA.DE AGUAS E	CTE-1502/OC-BR	22/10/2004	20,00	4,11	DÓLAR	100.000.000,00	201.980.540,25	0,00	33.290.645,07	18.559.998,97	8.930.548,59	0,00	216.711.186,35		
TOTAL GARANTIAS INTERNA E EXTERNA								201.980.540,25	0,00	33.290.645,07	18.559.998,97	8.930.548,59	0,00	216.711.186,35			



Título	Saldo do Exercício Anterior	Movimento do Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	326.967.887,60	0,00	296.622.934,81	30.344.952,79
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	19.666.769,65	0,00	19.666.769,65	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	294.816.565,98	0,00	294.816.565,98
SUBTOTAL	346.634.657,25	294.816.565,98	316.289.704,46	325.161.518,77
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	191.517.149,20	-21.720,53	184.327.184,09	7.168.244,58
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	2.262.565,88	-1.840,78	2.260.725,10	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	205.976.957,26	0,00	205.976.957,26
SUBTOTAL	193.779.715,08	205.953.395,95	186.587.909,19	213.145.201,84
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS	1.148.799.043,47	11.543.560.555,84	11.405.228.757,20	1.287.130.842,11
SUBTOTAL	1.148.799.043,47	11.543.560.555,84	11.405.228.757,20	1.287.130.842,11
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	1.689.213.415,80	12.044.330.517,77	11.908.106.370,85	1.825.437.562,72



ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES, EMPRESAS DEPENDENTES E FUNDOS



	Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo a Realizar (d) = (c-b)
11	RECEITAS CORRENTES	3.824.893.735,00	4.110.695.479,13	4.001.387.458,76	-109.308.020,37
111	RECEITA TRIBUTÁRIA	728.079.618,00	753.924.618,00	745.182.619,63	-8.741.998,37
1112	TAXAS	728.079.618,00	753.924.618,00	745.182.619,63	-8.741.998,37
112	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.827.849.676,00	2.048.769.676,00	1.923.363.405,06	-125.406.270,94
1121	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.827.849.676,00	2.048.769.676,00	1.923.363.405,06	-125.406.270,94
113	RECEITA PATRIMONIAL	87.456.178,00	88.559.843,03	126.972.548,04	38.412.705,01
1131	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	9.459.459,00	9.459.459,00	3.736.840,12	-5.722.618,88
1132	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	74.291.099,00	75.394.764,03	103.159.582,80	27.764.818,77
1133	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	3.705.620,00	3.705.620,00	7.920.480,03	4.214.860,03
1136	RECEITA DA CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	12.155.645,09	12.155.645,09
114	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	8.290,92	8.290,92
1142	RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	0,00	0,00	8.290,92	8.290,92
116	RECEITA DE SERVIÇOS	108.536.266,00	127.950.413,35	109.894.593,31	-18.055.820,04
1160	RECEITA DE SERVIÇOS	108.536.266,00	127.950.413,35	109.894.593,31	-18.055.820,04
117	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	868.514.011,00	886.329.502,06	857.076.079,65	-29.253.422,41
1172	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	767.584.458,00	769.560.176,29	836.922.065,83	67.361.889,54
1173	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	22.440.710,00	22.440.710,00	6.212.184,87	-16.228.525,13
1175	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	1.770.000,00	1.770.000,00	1.373.613,20	-396.386,80
1176	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	76.718.843,00	92.558.615,77	12.568.215,75	-79.990.400,02
119	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	204.457.986,00	205.161.426,69	238.889.922,15	33.728.495,46
1191	MULTAS E JUROS DE MORA	145.005.661,00	145.005.661,00	126.024.501,31	-18.981.159,69
1192	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	36.949.068,00	36.949.068,00	79.185.422,02	42.236.354,02
1193	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	0,00	0,00	162.169,61	162.169,61
1199	RECEITAS DIVERSAS	22.503.257,00	23.206.697,69	33.517.829,21	10.311.131,52
12	RECEITAS DE CAPITAL	166.493.359,00	183.441.514,34	41.828.982,63	-141.612.531,71
122	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	146.609,01	146.609,01
1221	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	25,97	25,97
1222	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	146.583,04	146.583,04
123	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	3.496.246,20	3.496.246,20
1230	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	3.496.246,20	3.496.246,20
124	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	166.493.359,00	183.441.514,34	38.186.127,42	-145.255.386,92
1242	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	59.879.033,00	60.000.376,16	21.088.901,63	-38.911.474,53
1243	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	250.000,00	8.887.295,14	0,00	-8.887.295,14
1244	TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	50.000,00	50.000,00	0,00	-50.000,00
1247	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	106.314.326,00	114.503.843,04	17.097.225,79	-97.406.617,25



Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo a Realizar (d) = (c-b)
Subtotal das Receitas: (III) = (I) + (II)	3.991.387.094,00	4.294.136.993,47	4.043.216.441,39	-250.920.552,08

Operações de Crédito/Financiamento (IV):	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00

Subtotal com Refinanciamento (V) = (III + IV): 3.991.387.094,00 4.294.136.993,47 4.043.216.441,39 -250.920.552,08

Déficit (VI): 5.929.203.417,00 6.731.361.885,70 5.764.469.456,54 -966.892.429,16

Total (VII)=(V + VI): 9.920.590.511,00 11.025.498.879,17 9.807.685.897,93 -1.217.812.981,24

SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)

Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores

Superávit Financeiro

Reabertura de créditos adicionais

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j)=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	8.523.429.378,00	9.373.654.605,59	8.724.723.605,51	8.492.375.417,87	8.452.774.581,14	648.931.000,08
31 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.070.549.754,00	5.191.006.459,52	4.827.532.039,69	4.827.297.105,26	4.811.150.842,82	363.474.419,83
32 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	5.000,00	1.764,59	0,00	0,00	0,00	1.764,59
33 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.452.874.624,00	4.182.646.381,48	3.897.191.565,82	3.665.078.312,61	3.641.623.738,32	285.454.815,66
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	1.397.161.133,00	1.651.844.273,58	1.082.962.292,42	1.027.159.827,99	1.017.242.023,19	568.881.981,16
44 INVESTIMENTOS	1.350.442.533,00	1.614.657.559,31	1.055.558.546,56	999.756.082,13	989.838.277,33	559.099.012,75
45 INVERSÕES FINANCEIRAS	45.180.000,00	36.745.333,27	27.154.515,72	27.154.515,72	27.154.515,72	9.590.817,55
46 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.538.600,00	441.381,00	249.230,14	249.230,14	249.230,14	192.150,86
Subtotal das Despesas (XI) = (VII+ IX+X):	9.920.590.511,00	11.025.498.879,17	9.807.685.897,93	9.519.535.245,86	9.470.016.604,33	1.217.812.981,24



Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j)=(f-g)
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XII):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento (XII)=(XI+XII):	9.920.590.511,00	11.025.498.879,17	9.807.685.897,93	9.519.535.245,86	9.470.016.604,33	1.217.812.981,24
Superávit (XIII):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (XIV)=(XII+XIII):	9.920.590.511,00	11.025.498.879,17	9.807.685.897,93	9.519.535.245,86	9.470.016.604,33	1.217.812.981,24
Reserva do RPPs						



Restos a Pagar Não-Processados - Anexo 1	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
DESPESAS CORRENTES	6.379.984,41	194.898.185,55	108.084,45	171.974.221,58	13.469.004,45	15.834.943,93
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,47	0,00	0,00	0,00	0,47	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.379.983,94	194.898.185,55	108.084,45	171.974.221,58	13.469.003,98	15.834.943,93
DESPESAS DE CAPITAL	4.299.019,58	123.428.046,60	1.115.072,00	64.771.614,81	52.766.714,33	10.188.737,04
INVESTIMENTOS	4.299.019,58	123.428.046,60	1.115.072,00	64.771.614,81	52.766.714,33	10.188.737,04
Total:	10.679.003,99	318.326.232,15	1.223.156,45	236.745.836,39	66.235.718,78	26.023.680,97

Restos a Pagar Processados - Anexo 2	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
DESPESAS CORRENTES	452.591,69	25.443.730,26	0,00	24.276.870,05	421.037,36	1.198.414,54
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	43.344,02	13.377.777,53	0,00	13.369.321,32	43.344,02	8.456,21
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	409.247,67	12.065.952,73	0,00	10.907.548,73	377.693,34	1.189.958,33
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	1.299.028,23	0,00	1.299.028,23	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	1.299.028,23	0,00	1.299.028,23	0,00	0,00
Total:	452.591,69	26.742.758,49	0,00	25.575.898,28	421.037,36	1.198.414,54



Ingressos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Dispêndios	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	4.043.216.441,39	3.688.336.514,82	DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)	9.807.685.897,93	8.930.199.499,26
ORDINÁRIA	1.102.654.207,92	1.044.353.591,67	ORDINÁRIA	6.476.368.769,56	5.867.584.241,26
VINCULADA	2.940.562.233,47	2.643.982.923,15	VINCULADA	3.331.317.128,37	3.062.615.258,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.037.167.849,33	1.747.864.945,20	PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.901.833.894,26	1.559.852.268,90
FECOP	0,00	0,00	FECOP	188.624.662,27	179.671.268,31
TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS DE OUTROS ENTES	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS DE OUTROS ENTES	66.148.762,87	65.191.948,97
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	236.365,80
MEDIDAS COMPENSATÓRIAS	0,00	0,00	MEDIDAS COMPENSATÓRIAS	0,00	9.030.877,37
FUNDEB	0,00	0,00	FUNDEB	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	226.278.437,55	351.374.957,84
CONVÊNIOS	34.551.081,13	64.759.634,98	CONVÊNIOS	92.318.367,44	78.684.949,41
SUS	798.784.696,48	744.404.454,15	SUS	757.902.458,96	765.763.022,46
OUTROS RECURSOS	70.058.606,53	86.953.888,82	OUTROS RECURSOS	98.210.545,02	52.809.598,94
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	6.135.733.375,24	5.832.949.522,06	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	379.006.085,05	366.811.591,67
COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	5.947.454.393,22	5.725.976.530,72	COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	303.227.594,45	328.506.008,29
PARA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	180.235.064,95	101.283.814,80	PARA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	75.655.644,09	37.664.106,07
PARA EXECUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	2.858,51	0,00	PARA EXECUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	8.041.058,56	5.689.176,54	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	122.846,51	641.477,31
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)	1.941.463.587,48	1.804.548.506,23	PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)	1.851.419.051,87	1.595.472.613,77
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	49.514.315,28	26.742.645,34	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	25.575.898,28	8.567.258,63
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	288.149.396,26	318.326.232,15	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	236.745.836,39	161.445.903,24
VALORES RESTITUÍVEIS	1.590.972.814,12	1.453.153.762,90	VALORES RESTITUÍVEIS	1.576.116.384,21	1.418.567.751,75
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	1.354.950.008,99	1.252.460.372,98	CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	1.285.571.856,97	1.229.234.741,86
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.326,25	-4.366,05	CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	23.091.781,50	2.811.204,62
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	236.018.478,88	200.697.755,97	OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	267.452.745,74	186.521.805,27
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	12.827.061,82	6.325.865,84	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	12.980.932,99	6.891.700,15
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	1.438.961.827,24	1.005.610.988,83	SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	1.521.264.196,50	1.438.961.827,24
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.427.510.160,96	993.601.034,17	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.509.599.227,69	1.427.510.160,96
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	11.451.666,28	12.009.954,66	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	11.664.968,81	11.451.666,28
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	13.559.375.231,35	12.331.445.531,94	TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	13.559.375.231,35	12.331.445.531,94



Ativo	Exercício Atual	Exercício Anterior	Passivo	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante					
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.509.599.227,69	1.427.510.160,96	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	16.510.419,48	13.846.215,82
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	1.509.599.227,69	1.427.510.160,96	PESSOAL A PAGAR	742.776,54	321.106,58
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	11.279.843,00	12.681.709,63	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	0,00	9.219.398,26
CLIENTES	411.160,49	1.766.821,91	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	0,00	937,00
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	10.549.842,81	10.914.887,72	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	15.767.642,94	4.304.773,98
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	318.839,70	0,00	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	232.123,12	253.012,88
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	2.231.188,73	1.500.563,48	PARCELA A CURTO PRAZO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	232.123,12	253.012,88
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	875.980,59	723.782,94	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	28.549.953,30	3.120.014,04
TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR	239.589,92	239.509,76	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	28.549.953,30	3.120.014,04
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	404,59	404,59	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	229.396,75	912.178,67
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	1.115.213,63	536.866,19	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO	212.442,35	869.723,95
ESTOQUES	1.227.863.829,54	871.131.658,49	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS ESTADOS	16.954,40	42.454,72
MERCADORIAS PARA REVENDA	3.051.754,64	2.432.371,86	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
PRODUTOS E SERVIÇOS ACABADOS	939.085,61	939.085,61	PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ALMOXARIFADO	1.223.872.989,29	867.760.201,02	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	105.066.520,45	170.329.973,44
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS	13.053.701,10	12.913.217,35	VALORES RESTITUIVEIS	97.446.198,95	159.990.884,88
DEMAIS VPD A APROPRIAR	13.053.701,10	12.913.217,35	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	7.620.321,50	10.339.088,56
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	2.764.027.790,06	2.325.737.309,91	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	150.588.413,10	188.461.394,85
Ativo Não Circulante					
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	12.139.233,35	17.604.271,06	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	1.476.557,17	1.763.558,77
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	12.139.233,35	17.604.271,06	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	1.476.557,17	1.763.558,77
INVESTIMENTOS	36.199,76	36.199,76	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	671.396.863,03	185.183.949,86
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES	2,91	2,91	EMPRESTIMOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES	36.196,85	36.196,85	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	3.459.280.908,65	2.859.780.736,37	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	731.989.476,20	504.094.564,47
BENS MÓVEIS	581.756.777,65	368.661.172,88	PROVISÕES A LONGO PRAZO	731.989.476,20	504.094.564,47
BENS IMÓVEIS	2.880.335.083,52	2.492.832.117,30	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	731.989.476,20	504.094.564,47
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-2.810.952,52	-1.712.553,81	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	80.472.932,47	0,00
INTANGÍVEL	10.047.326,81	8.192.761,59	OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	80.472.932,47	0,00
SOFTWARES	10.066.841,27	8.205.741,45	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	-19.514,46	-12.979,86	TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.485.335.828,87	691.042.073,10
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.481.503.668,57	2.885.613.968,78			
Patrimônio Líquido					
DEMAIS RESERVAS				0,00	0,00



	Exercício Atual	Exercício Anterior
Patrimônio Líquido		
OUTRAS RESERVAS	0,00	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS	4.609.607.216,66	4.331.847.810,74
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	4.532.548.341,10	4.243.146.568,49
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	826.665.968,03	999.242.267,40
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.740.311.794,86	3.741.083.868,62
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-1.034.429.421,79	-497.179.567,53
LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS	77.058.875,56	88.701.242,25
LUCROS E PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO	-11.642.366,69	-18.338.300,76
LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS NOS EXERCÍCIOS ANTERIORES	88.701.242,25	107.039.543,01
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO	4.609.607.216,66	4.331.847.810,74

Total do Passivo e do Patrimônio Líquido:	6.245.531.458,63	5.211.351.278,69
(3) Passivo Financeiro:	463.222.184,60	439.694.882,21
(4) Passivo Permanente:	1.582.952.193,02	768.781.483,80

Especificação	Exercício Atual		Exercício Anterior	
	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS
EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS	64.903.236,13	64.903.236,13	64.903.236,13	64.903.236,13
EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	3.368.246,22	3.368.246,22	3.368.246,22	3.368.246,22
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	68.271.482,35	68.271.482,35	68.271.482,35	68.271.482,35

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo		
Total do Ativo:	6.245.531.458,63	5.211.351.278,69
(1) Ativo Financeiro:	1.521.264.196,50	1.438.961.827,24
(2) Ativo Permanente:	4.724.267.262,13	3.772.389.451,45
Saldo Patrimonial:	4.199.357.081,01	4.002.874.912,68

Total do Ativo:	6.245.531.458,63	5.211.351.278,69
(1) Ativo Financeiro:	1.521.264.196,50	1.438.961.827,24
(2) Ativo Permanente:	4.724.267.262,13	3.772.389.451,45
Saldo Patrimonial:	4.199.357.081,01	4.002.874.912,68

Especificação	Exercício Atual		Exercício Anterior	
	Saldo dos Atos Potenciais Ativos	EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	Saldo dos Atos Potenciais Ativos	EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS
EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	803.806,45	803.806,45	678.502,99	678.502,99
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	548.971.930,12	548.971.930,12	544.513.133,15	544.513.133,15
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	549.775.736,57	549.775.736,57	545.191.636,14	545.191.636,14



	Exercício Atual	Exercício Anterior
FONTE DE RECURSOS		
10000	-43.826.512,53	-31.156.221,59
10002	-2.415.893,73	0,00
10004	-18.297.251,41	0,00
10100	-93.965.983,02	-59.433.875,85
11000	-15.408.129,84	-13.520.240,02
11200	0,00	-5.129,10
14400	-761.950,89	-549.112,81
20300	270.563.672,98	213.631.134,43
20400	343.595.467,63	274.649.718,03
20500	57.117.391,30	50.245.098,17
20600	28.647.041,25	26.063.667,46
21500	4.920.509,16	4.200.422,85
21600	-9.317,18	-9.317,18
22900	20.280.198,45	18.289.271,29
24848	-658.961,53	-24.746,71
24859	-4.370.583,09	-3.265.664,40
24869	-516.329,51	-8.894.444,82
27000	311.927.819,39	325.984.478,84
27001	774.201,95	0,00
27002	16.428.214,32	0,00
27600	158.356,38	-484.328,38
27900	14.817.486,11	14.368.938,40
28081	1.272,47	2.067,87
28283	75.212.272,78	126.771.270,06
28687	79.918,62	-476,37
28889	2.711.634,87	7.731.901,82
29100	50.713.435,62	5.306.729,19
29200	1.547.737,82	4.402.945,13
29201	38.776.293,53	44.962.858,72
Total:	1.058.042.011,90	999.266.945,03



Variações Patrimoniais Quantitativas

Variações Patrimoniais Aumentativas

Exercício Atual

Exercício Anterior

Variações Aumentativas	10.309.270.792,33	9.527.883.148,56
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	745.226.449,83	730.219.638,84
4.1.1 IMPOSTOS	0,00	0,00
4.1.2 TAXAS	745.226.449,83	730.219.638,84
4.1.3 CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	1.923.409.491,52	1.665.813.347,42
4.2.1 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.923.409.491,52	1.665.813.347,42
4.2.2 CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	0,00	0,00
4.2.3 CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	0,00
4.2.4 CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	134.953.013,72	121.480.709,94
4.3.1 VENDA DE MERCADORIAS	934.582,19	1.159.066,88
4.3.2 VENDA DE PRODUTOS	8.290,92	12.344,35
4.3.3 EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	134.010.140,61	120.309.298,71
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	103.422.320,90	100.098.469,09
4.4.1 JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	4.186,10	0,00
4.4.2 JUROS E ENCARGOS DE MORA	114.053,22	68.810,56
4.4.3 VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	67.394,78	0,00
4.4.4 DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	36.519,45	0,00
4.4.5 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	103.159.582,80	99.881.844,11
4.4.9 OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS – FINANCEIRAS	40.584,55	147.814,42
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	7.030.995.582,31	6.721.922.096,16
4.5.1 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	6.135.733.375,24	5.832.949.522,06
4.5.2 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	872.239.044,65	866.511.236,80
4.5.3 TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	21.649.549,22	21.548.009,54
4.5.4 TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00
4.5.5 TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
4.5.6 TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	21.400,00
4.5.7 TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00	0,00
4.5.8 TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	1.373.613,20	891.927,76
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	7.699,08	5.117,97
4.6.1 REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	7.699,08	5.117,97
4.6.2 GANHOS COM ALIENAÇÃO	0,00	0,00
4.6.3 GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	371.256.234,97	188.343.769,14
4.9.1 VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00	0,00
4.9.2 RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES	0,00	0,00
4.9.7 REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	122.296.155,07	0,00
4.9.9 DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	248.960.079,90	188.343.769,14

Variações Patrimoniais Quantitativas

Variações Patrimoniais Diminutivas

Exercício Atual

Exercício Anterior

Variações Diminutivas	9.494.247.190,99	8.546.979.181,92
PESSOAL E ENCARGOS	1.467.781.205,22	1.383.515.614,27
3.1.1 REMUNERAÇÃO A PESSOAL	1.192.986.722,23	1.141.294.920,81
3.1.2 ENCARGOS PATRONAIS	249.556.777,83	220.992.517,89
3.1.3 BENEFÍCIOS A PESSOAL	18.047.438,21	15.139.975,04
3.1.8 CUSTO DE PESSOAL E ENCARGOS	0,00	0,00
3.1.9 OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	7.190.266,95	6.088.200,53
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	3.361.827.027,92	3.114.738.125,05
3.2.1 APOSENTADORIAS E REFORMAS	2.573.328.876,78	2.370.354.342,92
3.2.2 PENSÕES	785.330.356,64	741.373.622,61
3.2.3 BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00



Variações Patrimoniais Quantitativas

Variações Patrimoniais Diminutivas		Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Diminutivas		9.494.247.190,99	8.546.979.181,92
3.2.4	BENEFÍCIOS EVENTUAIS	0,00	0,00
3.2.5	POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	0,00	0,00
3.2.9	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	3.167.794,50	3.010.159,52
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		2.057.365.470,49	1.884.676.692,70
3.3.1	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	315.462.395,57	264.296.338,43
3.3.2	SERVIÇOS	1.739.694.335,85	1.618.254.728,97
3.3.3	DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	1.259.772,90	1.007.336,27
3.3.8	CUSTO DE MATERIAIS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	948.966,17	1.118.289,03
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		19.277.544,92	27.689.398,90
3.4.1	JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	17.567.755,98	27.350.918,76
3.4.2	JUROS E ENCARGOS DE MORA	123.434,42	183.671,16
3.4.3	VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	1.586.354,52	154.808,98
3.4.4	DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	0,00	0,00
3.4.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		1.636.977.486,25	1.476.687.133,48
3.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	379.006.085,05	366.811.591,67
3.5.2	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	392.410.991,54	330.343.228,30
3.5.3	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	758.408.554,45	672.058.058,70
3.5.4	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00
3.5.5	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	107.151.855,21	107.474.254,81
3.5.6	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	0,00	0,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS		6.233.273,99	297.521,83
3.6.1	REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	281.080,48	0,00
3.6.2	PERDAS COM ALIENAÇÃO	0,00	0,00
3.6.3	PERDAS INVOLUNTÁRIAS	0,00	0,00
3.6.4	REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	5.952.193,51	297.521,83
TRIBUTÁRIAS		27.552.268,66	27.340.230,74
3.7.1	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	5.738.247,50	6.811.310,28
3.7.2	CONTRIBUIÇÕES	21.814.021,16	20.528.920,46
3.7.8	CUSTO COM TRIBUTOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		917.232.913,54	632.034.464,95
3.9.1	PREMIAÇÕES	144.803,62	190.313,80
3.9.2	RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES	0,00	0,00
3.9.3	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
3.9.4	INCENTIVOS	50.300.993,78	42.792.378,44
3.9.5	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	4.371.709,04	3.900.480,48
3.9.6	PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
3.9.7	VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	350.191.066,80	192.530.405,82
3.9.8	CUSTO DE OUTRAS VPD	0,00	0,00
3.9.9	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	512.224.340,30	392.620.886,41
RESULTADO PATRIMONIAL POR PERÍODO:		815.023.601,34	980.903.966,64



	Exercício Atual	Exercício Anterior
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</u>		
INGRESSOS	11.728.043.752,08	10.932.796.568,08
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	3.144.311.379,11	2.787.800.501,98
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	6.992.809.454,89	6.692.698.153,92
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	1.590.922.918,08	1.452.297.912,18
DESEMBOLSOS	10.664.942.959,48	9.741.093.773,18
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	7.441.021.377,77	6.844.008.897,61
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	1.648.231.438,45	1.480.363.424,58
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	1.575.690.143,26	1.416.721.450,99
<u>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)</u>	1.063.100.792,60	1.191.702.794,90
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>		
INGRESSOS	41.828.982,63	40.787.380,98
ALIENAÇÃO DE BENS	146.609,01	11.538.689,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	3.496.246,20	0,00
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	38.186.127,42	29.223.942,24
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	24.749,74
DESEMBOLSOS	1.021.847.959,75	796.880.700,91
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	995.991.616,51	747.682.133,87
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	25.856.343,24	49.198.567,04
<u>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)</u>	-980.018.977,12	-756.093.319,93
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>		
DESEMBOLSOS	249.230,14	702.352,21
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	249.230,14	702.352,21
<u>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)</u>	-249.230,14	-702.352,21
<u>APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO</u>		
<u>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)</u>	82.832.585,34	434.907.122,76
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	1.427.510.160,96	993.601.034,17
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	1.509.599.227,69	1.427.510.160,96
<u>VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA DO PERÍODO</u>	82.089.066,73	433.909.126,79
<u>CONCILIAÇÃO CONTÁBIL-FINANCEIRA (IV - V - VI + VII)</u>		
SAÍDAS DE CAIXA A REGULARIZAR (IV)	10.984.825,03	5.897.409,71
SAÍDAS DE CAIXA REGULARIZADAS (V)	10.254.613,68	5.937.696,23
ENTRADAS DE CAIXA A REGULARIZAR (VI)	3.097.872,70	569.649,92
ENTRADAS DE CAIXA REGULARIZADAS (VII)	3.111.179,96	1.607.932,41
<u>VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA AJUSTADO</u>	82.832.585,34	434.907.122,76



	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITAS ORIGINÁRIAS E DERIVADAS		
RECEITA TRIBUTÁRIA	745.182.619,63	730.217.777,64
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.923.363.405,06	1.665.813.347,42
OUTRAS RECEITAS DERIVADAS	176.405.246,05	150.714.958,23
RECEITA PATRIMONIAL	23.812.965,24	17.038.544,15
RECEITA AGROPECUÁRIA	8.290,92	12.344,35
RECEITA DE SERVIÇOS	109.894.593,31	92.237.148,08
OUTRAS RECEITAS ORIGINÁRIAS	62.484.676,10	31.884.546,26
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	103.159.582,80	99.881.835,85
TOTAL DAS RECEITAS ORIGINÁRIAS E DERIVADAS	3.144.311.379,11	2.787.800.501,98



	Exercício Atual	Exercício Anterior
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO		
JUDICIÁRIA	143.535.469,11	112.644.099,92
ESSENCIAL À JUSTIÇA	23.740.206,93	11.914.007,32
ADMINISTRAÇÃO	110.844.167,76	119.064.828,89
SEGURANÇA PÚBLICA	125.878.796,10	124.717.650,25
ASSISTÊNCIA SOCIAL	12.024.107,08	14.816.526,93
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.377.085.188,37	3.111.750.419,23
SAÚDE	2.290.804.362,00	2.126.294.673,78
TRABALHO	33.542,00	110.668,06
EDUCAÇÃO	496.311.037,44	451.156.969,27
CULTURA	7.026.396,10	11.895.455,52
DIREITOS DA CIDADANIA	24.289.611,51	24.220.609,48
HABITAÇÃO	3.862.531,04	3.970.789,47
SANEAMENTO	365.313,52	221.764,97
GESTÃO AMBIENTAL	84.617.812,06	83.006.810,18
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	36.753.965,90	32.728.973,43
AGRICULTURA	135.650.695,36	117.725.659,33
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	2.810.009,49	1.749.356,05
INDÚSTRIA	8.662.025,28	9.394.195,75
COMÉRCIO E SERVIÇOS	15.076.515,79	15.561.083,96
COMUNICAÇÕES	29.369.268,39	24.311.398,34
ENERGIA	132.022,56	265.080,30
TRANSPORTE	254.500.910,93	240.017.525,84
DESPORTO E LAZER	6.497.423,05	3.567.271,40
ENCARGOS ESPECIAIS	251.150.000,00	202.903.079,94
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	7.441.021.377,77	6.844.008.897,61



	Exercício Atual	Exercício Anterior
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS		
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	1.354.950.008,99	1.252.460.372,98
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.326,25	-4.366,05
INGRESSOS DE VALORES RESTITUÍVEIS	234.644.642,13	200.656.724,93
VALORES A REPASSAR	1.323.940,71	-814.819,68
TOTAL DOS OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	1.590.922.918,08	1.452.297.912,18
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS		
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	1.285.571.856,97	1.229.234.741,86
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	23.091.781,50	2.811.204,62
DEVOLUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	267.402.849,70	185.665.954,55
VALORES A RECEBER	-376.344,91	-990.450,04
TOTAL DOS OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	1.575.690.143,26	1.416.721.450,99



	Exercício Atual	Exercício Anterior
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS</u>		
INTERGOVERNAMENTAIS	836.922.065,83	809.580.502,33
DA UNIÃO	729.550.962,24	714.053.811,52
DE MUNICÍPIOS	107.371.103,59	95.526.690,81
INSTITUIÇÕES PRIVADAS	6.212.184,87	16.215.879,13
PESSOAS	1.373.613,20	891.927,76
CONVÊNIOS	12.568.215,75	33.060.322,64
DA UNIÃO E SUAS ENTIDADES	6.646.321,33	27.619.696,67
DOS MUNICÍPIOS E SUAS ENTIDADES	75.393,19	87.095,56
DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	5.846.501,23	5.332.130,41
DO EXTERIOR	0,00	21.400,00
INTRAGOVERNAMENTAIS	6.135.733.375,24	5.832.949.522,06
COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	5.947.454.393,22	5.725.976.530,72
CORRENTE	5.252.374.677,53	5.085.329.057,79
CAPITAL	695.079.715,69	640.647.472,93
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	180.235.064,95	101.283.814,80
REPASSES RECEBIDOS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO	8.043.917,07	5.689.176,54
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	6.992.809.454,89	6.692.698.153,92
<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS</u>		
INTERGOVERNAMENTAIS	397.635.487,10	330.363.022,36
A MUNICÍPIOS	397.635.487,10	330.363.022,36
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	758.986.323,78	671.814.075,26
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	4.430.557,71	3.900.480,48
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	108.172.984,81	107.474.254,81
INTRAGOVERNAMENTAIS	379.006.085,05	366.811.591,67
COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	303.227.594,45	328.506.008,29
CORRENTE	298.643.325,99	323.194.241,21
CAPITAL	4.584.268,46	5.311.767,08
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	75.655.644,09	37.664.106,07
REPASSES CONCEDIDOS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO	122.846,51	641.477,31
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	1.648.231.438,45	1.480.363.424,58



Ingressos	Dispendios
RECEITAS CORRENTES	DESPESAS CORRENTES
RECEITA TRIBUTÁRIA	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA
RECEITA PATRIMONIAL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
RECEITA AGROPECUÁRIA	
RECEITA INDUSTRIAL	
RECEITA DE SERVIÇOS	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	
(-)DEDUÇÕES	
DÉFICIT	
TOTAL	TOTAL
RECEITAS DE CAPITAL	DESPESAS DE CAPITAL
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	INVESTIMENTOS
ALIENAÇÃO DE BENS	INVERSÕES FINANCEIRAS
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAIS	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	
(-)DEDUÇÕES	
DÉFICIT	
TOTAL	TOTAL

R E S U M O

RECEITAS CORRENTES	4.001.387.458,76	DESPESAS CORRENTES	8.724.723.605,51
RECEITAS DE CAPITAL	41.828.982,63	DESPESAS DE CAPITAL	1.082.962.292,42
DÉFICIT	5.764.469.456,54		
TOTAL	9.807.685.897,93	TOTAL	9.807.685.897,93



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
3	DESPESA CORRENTE				8.724.723.605,51
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			4.827.532.039,69	
3190	APLICAÇÕES DIRETAS		4.652.518.574,91		
31900100	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMA DOS MILITARES	2.573.328.876,78			
31900300	PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS	785.308.319,24			
31900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	35.399.082,69			
31900500	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	1.267.494,56			
31900700	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	10.296.194,56			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.145.533.118,22			
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	59.675.975,43			
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	13.546.934,55			
31909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	3.312.398,89			
31909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17.656.913,04			
31909400	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	193.946,68			
31909600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	6.999.320,27			
3191	APLICAÇÕES DIRETAS		175.013.464,78		
31911300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	175.013.464,78			
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			0,00	
3290	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO		0,00		
32902100	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	0,00			
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			3.897.191.565,82	
3322	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO		0,00		
33223000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00			
3340	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS		19.861.311,59		
33404100	CONTRIBUIÇÕES	19.861.311,59			
3341	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS - FUNDO A FUNDO		314.740.501,71		
33414100	CONTRIBUIÇÕES	314.596.501,71			
33419200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	144.000,00			
3350	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		779.723.356,11		
33503600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00			
33503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	688.106.557,82			
33504100	CONTRIBUIÇÕES	76.354.921,20			
33504300	SUBVENÇÕES SOCIAIS	1.744.000,00			
33509200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10.993.709,13			
33509300	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.524.167,96			



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
3360	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS		4.430.557,71		
33604100	CONTRIBUIÇÕES	58.848,67			
33604500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	4.371.709,04			
3371	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		108.832.217,72		
33717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	107.525.184,39			
33719200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.307.033,33			
3380	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR		0,00		
33803900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00			
3390	APLICAÇÕES DIRETAS		2.373.398.458,45		
33900300	PENSÕES	0,00			
33900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	1.907.130,94			
33901400	DIÁRIAS - CIVIL	9.660.728,51			
33901500	DIÁRIAS - MILITAR	77.035,77			
33901800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	37.262.181,18			
33902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	13.218.954,06			
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	350.639.642,22			
33903100	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	145.101,62			
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	253.206.856,43			
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	10.973.276,51			
33903400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	525.600.717,84			
33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	2.878.032,15			
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	67.241.818,39			
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	300.880.770,72			
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	635.267.463,18			
33904100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
33904600	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	16.858.156,11			
33904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	25.839.871,59			
33904800	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	12.626.119,69			
33904900	AUXÍLIO-TRANSPORTE	1.190.233,90			
33905900	PENSÕES ESPECIAIS	22.037,40			
33906200	AQUISIÇÃO DE BENS PARA REVENDA	304.499,94			
33909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	854.401,08			
33909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	60.616.477,27			
33909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	46.126.951,95			
3391	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES		296.205.162,53		



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
	DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
33913000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00			
33913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16.417.240,84			
33914100	CONTRIBUIÇÕES	253.047.379,42			
33914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.737.481,18			
33919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	19.686.320,69			
33919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.316.740,40			
4	DESPA DE CAPITAL				1.082.962.292,42
44	INVESTIMENTOS			1.055.558.546,56	
4422	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO		0,00		
44225100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
4440	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS		57.998.032,28		
44404200	AUXÍLIOS	57.998.032,28			
4450	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		1.211.623,17		
44503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00			
44504100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
44504200	AUXÍLIOS	1.211.623,17			
44505100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
4460	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS		0,00		
44605100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
4467	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - PPP		0,00		
44678300	DESP. DECOR. DE PPP, EXCETO SUBVENÇÕES ECON., APORTE E FUNDO GARANTIDOR	0,00			
4471	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		151.000,00		
44717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	151.000,00			
4480	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR		0,00		
44805100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
4490	APLICAÇÕES DIRETAS		996.167.658,44		
44901400	DIÁRIA-CIVIL	0,00			
44902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	1.384.252,61			
44903000	MATERIAL DE CONSUMO	7.667.623,57			
44903200	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	0,00			
44903300	PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO	103.675,92			
44903500	SERVIÇO DE CONSULTORIA	8.512.876,56			
44903700	LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	0,00			
44903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	392.821.503,03			



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
44904000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	0,00			
44904700	OBRAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00			
44905100	OBRA E INSTALAÇÕES	438.602.862,68			
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	104.013.191,77			
44906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	2.902.689,22			
44909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	38.173.951,40			
44909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.985.031,68			
4491	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	30.232,67	30.232,67		
44914700	OBRAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	30.232,67			
4494	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00		
44945100	OBRA E INSTALAÇÕES	0,00			
45	INVERSÕES FINANCEIRAS			27.154.515,72	
4590	APLICAÇÕES DIRETAS		27.154.515,72		
45906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00			
45906200	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA REVENDA	1.298.172,48			
45906600	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	25.856.343,24			
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA			249.230,14	
4690	APLICAÇÕES DIRETAS		249.230,14		
46907100	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESCATADO	249.230,14			
46909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00			

Total Geral:

9.807.685.897,93



Descrição	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
11000000 Receitas Correntes	2.814.739.838,13	2.751.712.062,78	0,00	63.027.775,35
11100000 Receita Tributária	748.770.408,00	744.984.768,63	0,00	3.785.639,37
11110000 Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
111130000 Impostos sobre a Produção e a Circulação	0,00	0,00	0,00	0,00
111130200 Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação	0,00	0,00	0,00	0,00
111130201 Dedução de Receita de ICMS para a Formação do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11120000 Taxas	748.770.408,00	744.984.768,63	0,00	3.785.639,37
111210000 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	44.398.176,00	54.565.114,86	10.166.938,86	0,00
111211700 Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	0,00	79.587,26	79.587,26	0,00
111211700 Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	0,00	79.587,26	79.587,26	0,00
111212100 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	30.184.274,00	28.574.520,71	0,00	1.609.753,29
111212151 Restituição de Taxa Ambientais	0,00	-115.691,55	115.691,55	0,00
111212151 Taxa Ambientais	30.184.274,00	15.373.824,01	0,00	14.810.449,99
111212153 Taxa de Licenciamento Ambiental	0,00	13.316.388,25	13.316.388,25	0,00
111213200 Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	0,00	3.021.933,23	3.021.933,23	0,00
111213200 Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	0,00	3.021.933,23	3.021.933,23	0,00
111213300 Taxa de Habite-se	0,00	6.685.723,09	6.685.723,09	0,00
111213300 Taxa de Habite-se	0,00	6.685.723,09	6.685.723,09	0,00
111213700 Taxa de Regulação de Serviços de Gás Canalizado	840.000,00	1.298.503,88	458.503,88	0,00
111213700 Taxa de Regulação de Serviços de Gás Canalizado	840.000,00	1.298.503,88	458.503,88	0,00
111219900 Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	13.373.902,00	14.904.846,69	1.530.944,69	0,00
111219954 Taxa de Vistoria	0,00	271.581,32	271.581,32	0,00
111219955 Taxa de Análise de Projeto	0,00	164.900,32	164.900,32	0,00
111219956 Taxa de Regulação do Serviço de Transporte Rodoviário	5.136.000,00	6.113.521,88	977.521,88	0,00
111219957 Taxa de Regulação do Serviço de Saneamento Básico	8.237.902,00	8.262.817,71	24.915,71	0,00
111219958 Taxa pela Emissão de Laudo Pericial	0,00	91.922,96	91.922,96	0,00
111219966 Taxa de Concessão de Registro, Cadastro e Renovação	0,00	102,50	102,50	0,00
111220000 Taxas pela Prestação de Serviços	704.372.232,00	690.419.653,77	0,00	13.952.578,23
111220800 Emolumentos e Custas Judiciais	93.087.516,00	90.798.787,69	0,00	2.288.728,31
111220800 Emolumentos e Custas Judiciais	93.087.516,00	94.265.002,82	1.177.486,82	0,00
111220800 Restituição de Emolumentos e Custas Judiciais	0,00	-3.466.215,13	3.466.215,13	0,00
111222100 Taxas de Serviços Cadastrais	247.126,00	190.963,85	0,00	56.162,15



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
111222100 Restituição de Taxas de Serviços Cadastrais	0,00	0,00	0,00	0,00
111222100 Taxas de Serviços Cadastrais	247.126,00	190.963,85	0,00	56.162,15
111222900 Emolumentos e Custas Extrajudiciais	51.515.477,00	64.687.667,43	13.172.190,43	0,00
111222951 Restituição da Venda de Selos de Autenticidade	0,00	-42.959,34	42.959,34	0,00
111222951 Venda de Selos de Autenticidade	28.390.157,00	29.692.156,51	1.301.999,51	0,00
111222953 Emolumentos Extrajudiciais	52.589,00	0,00	0,00	52.589,00
111222999 Outros Emolumentos e Custas Extrajudiciais	23.072.731,00	35.072.468,72	11.999.737,72	0,00
111222999 Restituição de Outros Emolumentos e Custas Extrajudiciais	0,00	-33.998,46	33.998,46	0,00
111229900 Outras Taxas pela Prestação de Serviços	559.522.113,00	534.742.234,80	0,00	24.779.878,20
111229953 Restituição de Taxa de Serviços Educacionais	0,00	-372,00	372,00	0,00
111229953 Taxa de Serviços Educacionais	4.495.708,00	2.612.685,97	0,00	1.883.022,03
111229955 Taxa da Loteria Estadual do Ceará	11.354.000,00	0,00	0,00	11.354.000,00
111229958 Taxas de Fiscalização e Prestação de Serviços Públicos	1.309.000,00	187,00	0,00	1.308.813,00
111229962 Taxa pela Prestação de Serviços Técnicos	510.000,00	2.091,56	0,00	507.908,44
111229963 Restituição de Taxa pela Prestação de Serviços de Trânsito e Transporte	0,00	-302.835,86	302.835,86	0,00
111229963 Taxa pela Prestação de Serviços de Trânsito e Transporte	540.080.000,00	526.404.961,34	0,00	13.675.038,66
111229967 Taxa pela Emissão de Documentos	50.000,00	2.418.822,33	2.368.822,33	0,00
111229972 Taxa de Concessão de Licenças	0,00	280.622,47	280.622,47	0,00
111229973 Taxa de Transporte Animal e Vegetal	1.456.000,00	1.896.604,52	440.604,52	0,00
111229974 Taxa de Serviços Hemoterápicos	0,00	1.394.400,91	1.394.400,91	0,00
111229979 Taxa de Levantamento de Informações para Fins de Instrução Processual	0,00	3.165,93	3.165,93	0,00
111229999 Outras Taxas pela Prestação de Serviços	267.405,00	31.900,63	0,00	235.504,37
111229999 Restituição de Outras Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
11200000 Receitas de Contribuições	798.974.574,00	730.755.180,81	0,00	68.219.393,19
11210000 Contribuições Sociais	798.974.574,00	730.755.180,81	0,00	68.219.393,19
112102900 Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público	793.954.311,00	726.376.333,79	0,00	67.577.977,21
112102907 Contribuição do Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio	561.076.482,00	499.042.527,66	0,00	62.033.954,34
112102907 Restituição de Contribuição do Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio	0,00	-14.828.846,73	14.828.846,73	0,00
112102908 Contribuição de Servidor Ativo Militar	146.086.325,00	130.256.695,45	0,00	15.829.629,55
112102909 Contribuições do Servidor Inativo Civil para o Regime Próprio	58.281.686,00	74.540.439,82	16.258.753,82	0,00
112102910 Contribuições de Servidor Inativo Militar	5.364.225,00	9.812.875,17	4.448.650,17	0,00
112102911 Contribuições de Pensionista Civil para o Regime Próprio	21.385.143,00	25.146.461,73	3.761.318,73	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
112102912 Contribuições de Pensionista Militar	1.760.450,00	2.406.180,69	645.730,69	0,00
112109900 Outras Contribuições Sociais	5.020.263,00	4.378.847,02	0,00	641.415,98
112109951 Contribuição Patronal para o FPP	0,00	0,00	0,00	0,00
112109952 Contribuição dos Deputados - Obrigatórios e Facultativos	4.933.910,00	2.529.143,50	0,00	2.404.766,50
112109953 Contribuição dos pensionistas do FPP	21.712,00	399.523,11	377.811,11	0,00
112109954 Contribuição dos Serventuários da Justiça	64.641,00	33.558,96	0,00	31.082,04
112109959 Contribuição Patronal para o FPP de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
112109970 Contribuição Patronal - Cessão\Autopatrocínio	0,00	627.258,29	627.258,29	0,00
112109971 Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores - Cessão\Autopatrocínio	0,00	789.363,16	789.363,16	0,00
113000000 Receita Patrimonial	88.559.843,03	126.950.823,04	38.390.980,01	0,00
113100000 Receitas Imobiliárias	9.459.459,00	3.715.115,12	0,00	5.744.343,88
113110000 Aluguéis	764.895,00	3.319.149,73	2.554.254,73	0,00
113110000 Aluguéis	764.895,00	3.446.493,09	2.681.598,09	0,00
113110000 Restituição de Aluguéis	0,00	-127.343,36	127.343,36	0,00
113140000 Laudêmios	20.564,00	115,00	0,00	20.449,00
113140000 Laudêmios	20.564,00	115,00	0,00	20.449,00
113190000 Outras Receitas Imobiliárias	8.674.000,00	395.850,39	0,00	8.278.149,61
113195100 Taxa de Vistoria	7.439.000,00	159.704,91	0,00	7.279.295,09
113195100 Taxa de Vistoria	7.439.000,00	159.704,91	0,00	7.279.295,09
113195200 Taxa de Anuência	0,00	19.592,70	19.592,70	0,00
113195200 Taxa de Anuência	0,00	19.592,70	19.592,70	0,00
113199900 Outras Receitas Imobiliárias	1.235.000,00	216.552,78	0,00	1.018.447,22
113199900 Outras Receitas Imobiliárias	1.235.000,00	216.552,78	0,00	1.018.447,22
113200000 Receitas de Valores Mobiliários	75.394.764,03	103.159.582,80	27.764.818,77	0,00
113210000 Juros de Títulos de Renda	0,00	25.838.332,87	25.838.332,87	0,00
113210000 Juros de Títulos de Renda	0,00	26.094.966,28	26.094.966,28	0,00
113210000 Juros de Títulos de Renda	0,00	-256.633,41	256.633,41	0,00
113210000 Restituição de Juros de Títulos de Renda	75.394.764,03	77.321.249,93	1.926.485,90	0,00
113250000 Remuneração de Depósitos Bancários	75.394.764,03	77.321.230,51	1.926.466,48	0,00
113250100 Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	15.000,00	6.005.798,81	5.990.798,81	0,00
113250103 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Fundo de Saúde	0,00	81.985,55	81.985,55	0,00
113250110 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)	45.605.253,00	54.228.917,40	8.623.664,40	0,00
113250151 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Recursos do RPPS. Fonte				



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
113250153 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Depósitos Judiciais - Lei 14.415/09 - Fonte 15	139.125,00	303.942,40	164.817,40	0,00
113250155 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Convênios Federal Adm. Indireta - Fonte 83	0,00	3.843.195,47	3.843.195,47	0,00
113250155 Restituição de Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Convênios Federal Adm. Indireta - Fonte 83	0,00	-22.992,04	22.992,04	0,00
113250157 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Convênios com órgão Municipal - Adm. Indireta - Fonte 87	0,00	4.377,94	4.377,94	0,00
113250159 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Convênios com Órgão Privado - Adm. Indireta - Fonte 89	1.518.090,15	615.962,99	0,00	902.127,16
113250159 Restituição de Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Convênios com Órgão Privado - Adm. Indireta - Fonte 89	0,00	-317,08	317,08	0,00
113250161 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Convênios com Órgão Internacional - Adm. Indireta - Fonte 81	5.000,00	84,60	0,00	4.915,40
113250162 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Fundo de Defesa Civil - FT 79	0,00	450.595,93	450.595,93	0,00
113250163 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – FPP - FT 05	0,00	7.819.171,03	7.819.171,03	0,00
113250167 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Selos de Autenticidade - FT 29	2.070.177,00	1.154.905,17	0,00	915.271,83
113250173 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Recursos de Transferências do Fundo Penitenciário Nacional FT 92.01	0,00	2.835.602,34	2.835.602,34	0,00
113250199 Receita de Remuneração de Outros Depósitos Bancários de Recursos Vinculados	26.042.118,88	0,00	0,00	26.042.118,88
113250200 Remuneração de Depósitos de Recursos não Vinculados	0,00	19,42	19,42	0,00
113250201 Receita de Remuneração de Depósitos de Poupança	0,00	19,42	19,42	0,00
113300000 Receita de Concessões e Permissões	3.705.620,00	7.920.480,03	4.214.860,03	0,00
113310000 Receita de Concessões e Permissões - Serviços	0,00	11.240,91	11.240,91	0,00
113310100 Receita de Concessões e Permissões - Serviços de Transporte	0,00	11.240,91	11.240,91	0,00
113310105 Receita de Outorga dos Serviços de Transporte Coletivo Local e Intermunicipal	0,00	11.240,91	11.240,91	0,00
113330000 Receita de Concessões e Permissões - Direitos de Uso de Bens Públicos	3.705.620,00	1.936.892,67	0,00	1.768.727,33
113339900 Outras Receitas de Concessões e Permissões - Direitos de Uso de Bens Públicos	3.705.620,00	1.936.892,67	0,00	1.768.727,33
113339951 Concessão de Terminal Rodoviário	0,00	77.721,46	77.721,46	0,00
113339953 Permissão de Uso de Faixa de Domínio	3.705.620,00	1.680.052,62	0,00	2.025.567,38
113339953 Restituição de Permissão de Uso de Faixa de Domínio	0,00	-1.178,20	1.178,20	0,00
113339954 Permissão de Uso de Área Aeroportuária	0,00	180.296,79	180.296,79	0,00
113390000 Outras Receitas de Concessões e Permissões	0,00	5.972.346,45	5.972.346,45	0,00
113395100 Receita da Loteria Estadual	0,00	5.934.584,76	5.934.584,76	0,00
113395100 Receita da Loteria Estadual	0,00	5.934.584,76	5.934.584,76	0,00
113399900 Outras Receitas de Concessões e Permissões	0,00	37.761,69	37.761,69	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
113399900 Outras Receitas de Concessões e Permissões	0,00	37.761,69	37.761,69	0,00
113600000 Receita da Cessão de Direitos	0,00	12.155.645,09	12.155.645,09	0,00
113610000 Receita de Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos	0,00	12.155.645,09	12.155.645,09	0,00
113610100 Receita de Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento de Pessoal	0,00	12.155.645,09	12.155.645,09	0,00
113610100 Receita de Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento de Pessoal	0,00	12.155.645,09	12.155.645,09	0,00
114000000 Receita Agropecuária	0,00	8.290,92	8.290,92	0,00
114200000 Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	8.290,92	8.290,92	0,00
114200000 Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	8.290,92	8.290,92	0,00
116000000 Receita de Serviços	87.014.084,35	75.070.973,29	0,00	11.943.111,06
116000100 Serviços Comerciais	2.484.168,00	921.414,76	0,00	1.562.753,24
116000102 Serviços de Comercialização de Livros, Periódicos, Materiais Escolares e Publicidade	168,00	1.011,57	843,57	0,00
116000199 Outros Serviços Comerciais	2.484.000,00	920.403,19	0,00	1.563.596,81
116000200 Serviços Financeiros	0,00	44.770,65	44.770,65	0,00
116000201 Serviços de Juros de Empréstimos	0,00	4.186,10	4.186,10	0,00
116000299 Outros Serviços Financeiros	0,00	40.584,55	40.584,55	0,00
116000400 Serviços de Comunicação	378.398,00	947.056,64	568.658,64	0,00
116000403 Outros Serviços de Comunicação	378.398,00	947.056,64	568.658,64	0,00
116000500 Serviços de Saúde	5.952.000,00	11.812.667,21	5.860.667,21	0,00
116000501 Serviços Hospitalares	0,00	123.147,28	123.147,28	0,00
116000503 Serviços Radiológicos e Laboratoriais	1.952.000,00	639.086,78	0,00	1.312.913,22
116000599 Outros Serviços de Saúde	4.000.000,00	11.050.433,15	7.050.433,15	0,00
116000800 Serviços de Processamento de Dados	929.000,00	3.640.933,74	2.711.933,74	0,00
116000852 Serviço de Acesso à Internet	0,00	488.105,25	488.105,25	0,00
116000853 Serviço de Tráfego de Dados	929.000,00	705.662,01	0,00	223.337,99
116000860 Serviços em Nuvem	0,00	2.081.599,91	2.081.599,91	0,00
116000862 VOIP	0,00	365.566,57	365.566,57	0,00
116001200 Serviços Tecnológicos	826.613,00	1.412.456,77	585.843,77	0,00
116001200 Restituição de Serviços Tecnológicos	0,00	-560,00	560,00	0,00
116001200 Serviços Tecnológicos	826.613,00	1.413.016,77	586.403,77	0,00
116001300 Serviços Administrativos	1.244.773,00	520.903,76	0,00	723.869,24
116001301 Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	280.000,00	0,00	0,00	280.000,00
116001304 Serviços de Expedição de Certificados	899.773,00	421.533,76	0,00	478.239,24
116001399 Outros Serviços Administrativos	65.000,00	99.370,00	34.370,00	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
116001500 Serviços de Meteorologia	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
116001500 Serviços de Meteorologia	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
116001600 Serviços Educacionais	435.128,00	42.740,00	0,00	392.388,00
116001600 Serviços Educacionais	435.128,00	42.740,00	0,00	392.388,00
116001900 Serviços Recreativos e Culturais	0,00	24.761,52	24.761,52	0,00
116001958 Registra a receita com o Cine São Luís	0,00	24.761,52	24.761,52	0,00
116002000 Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos	800.000,00	217.689,49	0,00	582.310,51
116002002 Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos - Aplicações Vinculadas a Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento	800.000,00	217.689,49	0,00	582.310,51
116002100 Serviços de Hospedagem e Alimentação	0,00	15.570,00	15.570,00	0,00
116002100 Serviços de Hospedagem e Alimentação	0,00	15.570,00	15.570,00	0,00
116002200 Serviços de Estudos e Pesquisas	0,00	918.153,17	918.153,17	0,00
116002200 Serviços de Estudos e Pesquisas	0,00	918.153,17	918.153,17	0,00
116002400 Serviços de Registro do Comércio	14.898.689,71	14.970.381,44	71.691,73	0,00
116002400 Restituição de Serviços de Registro do Comércio	0,00	-975.013,89	975.013,89	0,00
116002400 Serviços de Registro do Comércio	14.898.689,71	15.945.395,33	1.046.705,62	0,00
116003100 Tarifa e Adicional sobre Tarifa Aeroportuária	0,00	1.914.696,56	1.914.696,56	0,00
116003101 Tarifa Aeroportuária	0,00	1.914.696,56	1.914.696,56	0,00
116003900 Serviços Veterinários	585.000,00	160.708,30	0,00	424.291,70
116003900 Serviços Veterinários	585.000,00	160.708,30	0,00	424.291,70
116005000 Tarifas de Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	38,00	8.751.254,53	8.751.216,53	0,00
116005000 Tarifas de Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	38,00	8.751.254,53	8.751.216,53	0,00
116009900 Outros Serviços	58.450.276,64	28.754.814,75	0,00	29.695.461,89
116009951 Serviço de Gestão Descentralizada de Energia Elétrica	700.000,00	1.363.215,37	663.215,37	0,00
116009953 Fornecimento de Refeições	775.000,00	737.101,30	0,00	37.898,70
116009954 Serviço de Elaboração de Concursos e Processos Seletivos	7.083.962,56	0,00	0,00	7.083.962,56
116009955 Venda de Produtos Consignáveis	0,00	14.179,00	14.179,00	0,00
116009957 Serviços de Exames Laboratoriais	0,00	158.334,63	158.334,63	0,00
116009958 Restituição de Serviços de Cadastro em Geral	0,00	-1.716,50	1.716,50	0,00
116009958 Serviços de Cadastro em Geral	0,00	580.805,79	580.805,79	0,00
116009959 Registra o valor do serviço de credenciamento para atuar como despachante e outros serviços junto a órgãos públicos.	0,00	6.309,64	6.309,64	0,00
116009960 Registra a receita de serviço pelo uso da estrutura arrecadatória de órgãos do Estado	20.240.000,00	21.644.778,11	1.404.778,11	0,00
116009964 Serviço de Distribuição de Títulos para Protesto	0,00	936,41	936,41	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
116009999 Outros Serviços	29.651.314,08	4.270.762,64	0,00	25.380.551,44
116009999 Restituição de Outros Serviços	0,00	-19.891,64	19.891,64	0,00
117000000 Transferências Correntes	886.329.502,06	857.076.079,65	0,00	29.253.422,41
117200000 Transferências Intergovernamentais	769.560.176,29	836.922.065,83	67.361.889,54	0,00
117210000 Transferências da União	769.560.176,29	729.550.962,24	0,00	40.009.214,05
117213300 Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo	733.571.458,00	682.796.672,77	0,00	50.774.785,23
117213333 Atenção Básica - Saúde Bucal	0,00	12.925.953,37	12.925.953,37	0,00
117213336 Atenção Básica - Incentivo Atenção à Saúde - Sistema Penitenciário	937.901,00	0,00	0,00	937.901,00
117213339 Atenção Básica - Outros Programas Financ. por Transf. Fundo a Fundo	0,00	3.523.225,37	3.523.225,37	0,00
117213341 MAC TF - Teto financeiro	658.186.164,00	39.330.259,71	0,00	618.855.904,29
117213342 MAC TF - SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	23.303.573,00	23.006.071,00	0,00	297.502,00
117213343 MAC TF - CEO - Centro Espec. Odontológica	20.440.589,00	0,00	0,00	20.440.589,00
117213345 MAC TF - CEREST - Centro de Ref. em Saúde do Trabalhador	57.321,00	0,00	0,00	57.321,00
117213349 MAC TF - Outros Programas Financ. por Transf. Fundo a Fundo	0,00	516.419.012,04	516.419.012,04	0,00
117213358 MAC FAEC - Transplantes - Outros	550.000,00	7.139.994,89	6.589.994,89	0,00
117213359 MAC FAEC - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	0,00	619.899,20	619.899,20	0,00
117213361 V SAÚDE - Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	160.000,00	0,00	0,00	160.000,00
117213362 V SAÚDE - Vigilância Sanitária	29.935.910,00	10.940.811,49	0,00	18.995.098,51
117213363 V SAÚDE - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo (6)	0,00	13.582.228,89	13.582.228,89	0,00
117213371 A FARM - Componente Básico da Assistência Farmacêutica	0,00	34.625.677,42	34.625.677,42	0,00
117213373 A FARM - Componente Medicamentos de Dispensação Excepcional	0,00	19.145.411,40	19.145.411,40	0,00
117213379 A FARM - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo (6)	0,00	368.127,99	368.127,99	0,00
117213389 G SUS - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo (6)	0,00	1.170.000,00	1.170.000,00	0,00
117213400 Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	6.724.718,29	2.102.870,45	0,00	4.621.847,84
117213400 Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	6.724.718,29	2.102.870,45	0,00	4.621.847,84
117219900 Outras Transferências da União	29.264.000,00	44.651.419,02	15.387.419,02	0,00
117219951 Restituição de Transferências ao Fundo de Defesa Civil	0,00	-93.985,50	93.985,50	0,00
117219951 Transferências ao Fundo de Defesa Civil	23.010.000,00	28.541.499,12	5.531.499,12	0,00
117219952 Transferências Oriundas da Lei Pelé	6.254.000,00	2.217.858,89	0,00	4.036.141,11
117219953 Transferências do Fundo Penitenciário Nacional - FUPEN	0,00	13.986.046,51	13.986.046,51	0,00
117230000 Transferências dos Municípios	0,00	107.371.103,59	107.371.103,59	0,00
117230100 Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	107.371.103,59	107.371.103,59	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
117230100 Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	107.371.103,59	107.371.103,59	0,00
117300000 Transferências de Instituições Privadas	22.440.710,00	6.212.184,87	0,00	16.228.525,13
117300000 Transferências de Instituições Privadas	22.440.710,00	6.212.184,87	0,00	16.228.525,13
117500000 Transferências de Pessoas	1.770.000,00	1.373.613,20	0,00	396.386,80
117500000 Transferências de Pessoas	1.770.000,00	1.373.613,20	0,00	396.386,80
117600000 Transferências de Convênios	92.558.615,77	12.568.215,75	0,00	79.990.400,02
117610000 Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	78.449.205,41	6.646.321,33	0,00	71.802.884,08
117610100 Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde - SUS	17.622.891,87	0,00	0,00	17.622.891,87
117610100 Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde - SUS	17.622.891,87	0,00	0,00	17.622.891,87
117610200 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	15.290.073,00	0,00	0,00	15.290.073,00
117610200 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	15.290.073,00	0,00	0,00	15.290.073,00
117619900 Outras Transferências de Convênios da União	45.536.240,54	6.646.321,33	0,00	38.889.919,21
117619900 Outras Transferências de Convênios da União	45.536.240,54	6.646.321,33	0,00	38.889.919,21
117630000 Transferência de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades	442.300,00	75.393,19	0,00	366.906,81
117630100 Transferências de Convênio dos Municípios para o Sistema Único de Saúde - SUS	300.000,00	75.393,19	0,00	224.606,81
117630100 Transferências de Convênio dos Municípios para o Sistema Único de Saúde - SUS	300.000,00	75.393,19	0,00	224.606,81
117639900 Outras Transferências de Convênios dos Municípios	142.300,00	0,00	0,00	142.300,00
117639900 Outras Transferências de Convênios dos Municípios	142.300,00	0,00	0,00	142.300,00
117640000 Transferência de Convênios de Instituições Privadas	13.617.110,36	5.846.501,23	0,00	7.770.609,13
117640000 Transferência de Convênios de Instituições Privadas	13.617.110,36	5.846.501,23	0,00	7.770.609,13
117650000 Transferência de Convênios do Exterior	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
117650000 Transferência de Convênios do Exterior	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
119000000 Outras Receitas Correntes	205.091.426,69	216.865.946,44	11.774.519,75	0,00
119100000 Multas e Juros de Mora	145.005.661,00	126.023.164,69	0,00	18.982.496,31
119110000 Multas e Juros de Mora dos Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
119114200 Multas e Juros de Mora do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00
119114251 Dedução de Multas e Juros de Mora - ICMS para o FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
119114252 Dedução de Multas e Juros de Penalidade - ICMS para o FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
119130000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
119131500 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00
119131551 Dedução de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS para o FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
119131552 Dedução de Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS para o FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
119180000 Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	0,00	114.053,22	114.053,22	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
119189900 Outras Multas e Juros de Mora	0,00	114.053,22	114.053,22	0,00
119189900 Outras Multas e Juros de Mora	0,00	114.053,22	114.053,22	0,00
119190000 Multas de Outras Origens	145.005.661,00	125.909.111,47	0,00	19.096.549,53
119191000 Multas Previstas na Legislação Sanitária	430.000,00	190.307,33	0,00	239.692,67
119191000 Multas Previstas na Legislação Sanitária	430.000,00	190.307,33	0,00	239.692,67
119191500 Multas Previstas na Legislação de Trânsito	106.800.000,00	114.956.427,77	8.156.427,77	0,00
119191500 Multas Previstas na Legislação de Trânsito	106.800.000,00	115.279.811,69	8.479.811,69	0,00
119191500 Restituição de Multas Previstas na Legislação de Trânsito	0,00	-323.383,92	323.383,92	0,00
119192600 Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos	3.935.000,00	1.649.578,04	0,00	2.285.421,96
119192602 Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Outros	3.935.000,00	1.720.457,24	0,00	2.214.542,76
119192602 Restituição de Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Outros	0,00	-70.879,20	70.879,20	0,00
119192700 Multas e Juros Previstos em Contratos	0,00	28.030,15	28.030,15	0,00
119192700 Multas e Juros Previstos em Contratos	0,00	28.030,15	28.030,15	0,00
119192800 Multas Decorrentes da Operação do Transporte Rodoviário de Passageiros e Cargas	7.420.000,00	5.753.152,04	0,00	1.666.847,96
119192800 Multas Decorrentes da Operação do Transporte Rodoviário de Passageiros e Cargas	7.420.000,00	5.753.152,04	0,00	1.666.847,96
119193200 Multas Aplicadas no Âmbito de Processo Judicial	155.661,00	183.957,00	28.296,00	0,00
119193220 Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	155.661,00	183.957,00	28.296,00	0,00
119193500 Multas por Danos ao Meio Ambiente	0,00	1.090.892,19	1.090.892,19	0,00
119193510 Multas Administrativas por Danos Ambientais	0,00	1.098.591,51	1.098.591,51	0,00
119193510 Registra a restituição de Multas Administrativas por Danos Ambientais por pagamento indevido, a maior ou em duplicidade.	0,00	-7.699,32	7.699,32	0,00
119195500 Multas causadas a qualquer outro interesse difuso ou coletivo	0,00	1.713,90	1.713,90	0,00
119195500 Multas causadas a qualquer outro interesse difuso ou coletivo	0,00	3.000,00	3.000,00	0,00
119195500 Restituição de Multas Causadas a Qualquer Outro Interesse Difuso ou Coletivo	0,00	-1.286,10	1.286,10	0,00
119195600 Multas por danos ao consumidor	26.265.000,00	2.054.327,05	0,00	24.210.672,95
119195600 Multas por danos ao consumidor	26.265.000,00	3.260.828,32	0,00	23.004.171,68
119195600 Restituição de Multas por Danos ao Consumidor	0,00	-1.206.501,27	1.206.501,27	0,00
119199900 Outras Multas	0,00	726,00	726,00	0,00
119199998 Outras Multas	0,00	726,00	726,00	0,00
119200000 Indenizações e Restituições	36.949.068,00	67.630.134,58	30.681.066,58	0,00
119210000 Indenizações	1.222.447,00	59.808,69	0,00	1.162.638,31
119210500 Indenizações previstas na Legislação sobre Defesa de Direitos Difusos	1.150.000,00	48.720,64	0,00	1.101.279,36
119210551 Compensação Ambiental	1.150.000,00	0,00	0,00	1.150.000,00
119210553 Registra a receita orçamentária com medidas conciliatórias ambientais.	0,00	48.720,64	48.720,64	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
119215100 Indenização por Descumprimento de Termo de Apreensão e Depósito	0,00	4.934,34	4.934,34	0,00
119215100 Indenização por Descumprimento de Termo de Apreensão e Depósito	0,00	4.934,34	4.934,34	0,00
119219900 Outras Indenizações	72.447,00	6.153,71	0,00	66.293,29
119219900 Outras Indenizações	72.447,00	6.153,71	0,00	66.293,29
119220000 Restituições	35.726.621,00	67.570.325,89	31.843.704,89	0,00
119220100 Restituições de Convênios	0,00	445.327,71	445.327,71	0,00
119220100 Restituição de Restituições de Convênios	0,00	-900.938,38	900.938,38	0,00
119220100 Restituições de Convênios	0,00	1.346.266,09	1.346.266,09	0,00
119220700 Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	219.895,67	219.895,67	0,00
119220700 Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	219.895,67	219.895,67	0,00
119221000 Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	35.724.419,00	51.644.181,27	15.919.762,27	0,00
119221001 Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Principal	35.724.419,00	51.682.869,06	15.958.450,06	0,00
119221001 Restituição de Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Principal	0,00	-38.687,79	38.687,79	0,00
119229900 Outras Restituições	2.202,00	15.260.921,24	15.258.719,24	0,00
119229953 Restituições de Vale-Transporte	0,00	17.540,22	17.540,22	0,00
119229957 Devolução de Suprimento de Fundos de Exercícios Anteriores	0,00	18.257,68	18.257,68	0,00
119229963 Devolução de diárias	0,00	2.530,78	2.530,78	0,00
119229999 Outras Restituições	2.202,00	15.222.663,30	15.220.461,30	0,00
119229999 Restituição de Outras Restituições	0,00	-70,74	70,74	0,00
119300000 Receita da Dívida Ativa	0,00	162.169,61	162.169,61	0,00
119310000 Receita da Dívida Ativa Tributária	0,00	42.789,21	42.789,21	0,00
119310700 Receita da Dívida Ativa de Custas Judiciais	0,00	42.789,21	42.789,21	0,00
119310700 Receita da Dívida Ativa de Custas Judiciais	0,00	42.789,21	42.789,21	0,00
119311500 Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00
119311500 Dedução do principal da Receita da Dívida Ativa do ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00
119320000 Receita da Dívida Ativa não tributária	0,00	119.380,40	119.380,40	0,00
119325700 Receita da Dívida Ativa - Outras Receitas Correntes	0,00	119.380,40	119.380,40	0,00
119325735 Receita da Dívida Ativa - Multas Administrativas por Danos Ambientais	0,00	119.380,40	119.380,40	0,00
119900000 Receitas Diversas	23.136.697,69	23.050.477,56	0,00	86.220,13
119900200 Receita de Ônus de Sucumbência de Ações Judiciais	0,00	161.934,07	161.934,07	0,00
119900201 Receita de Honorários de Advogados	0,00	12.138,66	12.138,66	0,00
119900202 Receita de Ônus de Sucumbência	0,00	149.795,41	149.795,41	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
119905200 Receita de Economia Processual do Estado do Ceará	10.664.240,69	0,00	0,00	10.664.240,69
119905200 Receita de Economia Processual do Estado do Ceará	10.664.240,69	0,00	0,00	10.664.240,69
119909800 Outras Receitas Eventuais	2.236.084,00	3.072.230,07	836.146,07	0,00
119909800 Outras Receitas Eventuais	2.236.084,00	3.072.230,07	836.146,07	0,00
119909900 Outras Receitas	10.236.373,00	19.816.313,42	9.579.940,42	0,00
119909951 Depósitos Judiciais	2.551.914,00	3.061.144,10	509.230,10	0,00
119909956 Receita sobre Programa de Sementes	2.720.000,00	3.340.131,24	620.131,24	0,00
119909959 Restituição de Spread sobre Rendimentos de Precatórios Judiciais	0,00	-2.178.368,81	2.178.368,81	0,00
119909959 Spread sobre Rendimentos de Precatórios Judiciais	4.509.459,00	4.598.778,59	89.319,59	0,00
119909969 Doações em Dinheiro	0,00	474.452,18	474.452,18	0,00
119909970 Patrocínios	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
119909972 Receita de Leilão de Bens Apreendidos	0,00	9.344.256,28	9.344.256,28	0,00
119909972 Restituição de Receita de Leilão de Bens Apreendidos	0,00	-150.416,93	150.416,93	0,00
119909975 Receita de Apoio Cultural	0,00	11.000,00	11.000,00	0,00
119909977 Encargos do FDI / PROADE	0,00	1.135.351,86	1.135.351,86	0,00
119909999 Outras Receitas	405.000,00	179.984,91	0,00	225.015,09
119909999 Restituição de Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00
120000000 Receitas de Capital	183.441.514,34	41.828.982,63	0,00	141.612.531,71
122000000 Alienação de Bens	0,00	146.609,01	146.609,01	0,00
122100000 Alienação de Bens Móveis	0,00	25,97	25,97	0,00
122190000 Alienação de Outros Bens Móveis	0,00	25,97	25,97	0,00
122190000 Alienação de Outros Bens Móveis	0,00	25,97	25,97	0,00
122200000 Alienação de Bens Imóveis	0,00	146.583,04	146.583,04	0,00
122250000 Alienação de Imóveis Urbanos	0,00	146.583,04	146.583,04	0,00
122250000 Alienação de Imóveis Urbanos	0,00	146.583,04	146.583,04	0,00
123000000 Amortização de Empréstimos	0,00	3.496.246,20	3.496.246,20	0,00
123008000 Amortização de Financiamentos	0,00	3.496.246,20	3.496.246,20	0,00
123008002 Amortização de Financiamentos de Projetos	0,00	3.496.246,20	3.496.246,20	0,00
124000000 Transferências de Capital	183.441.514,34	38.186.127,42	0,00	145.255.386,92
124200000 Transferências Intergovernamentais	60.000.376,16	21.088.901,63	0,00	38.911.474,53
124210000 Transferências da União	59.879.033,00	21.088.901,63	0,00	38.790.131,37
124210100 Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	59.879.033,00	2.299.996,00	0,00	57.579.037,00
124210100 Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	59.879.033,00	2.299.996,00	0,00	57.579.037,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
124219900 Outras Transferências da União	0,00	18.788.905,63	18.788.905,63	0,00
124219952 Transferências do Fundo Penitenciário Nacional - FUPEN	0,00	18.788.905,63	18.788.905,63	0,00
124230000 Transferências dos Municípios	121.343,16	0,00	0,00	121.343,16
124230200 Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	121.343,16	0,00	0,00	121.343,16
124230200 Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	121.343,16	0,00	0,00	121.343,16
124300000 Transferências de Instituições Privadas	8.887.295,14	0,00	0,00	8.887.295,14
124300000 Transferências de Instituições Privadas	8.887.295,14	0,00	0,00	8.887.295,14
124400000 Transferências do Exterior	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
124400000 Transferências do Exterior	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
124700000 Transferências de Convênios	114.503.843,04	17.097.225,79	0,00	97.406.617,25
124710000 Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	114.503.843,04	7.423.854,01	0,00	107.079.989,03
124710100 Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde - SUS	200.000,00	812.338,07	612.338,07	0,00
124710100 Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde - SUS	200.000,00	812.338,07	612.338,07	0,00
124710200 Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Educação	1.674.417,00	0,00	0,00	1.674.417,00
124710200 Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Educação	1.674.417,00	0,00	0,00	1.674.417,00
124710500 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infra-Estrutura em Transporte	91.822.335,00	3.929.533,67	0,00	87.892.801,33
124710500 Restituição de Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infra-Estrutura em Transporte	0,00	-47.891,80	47.891,80	0,00
124710500 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infra-Estrutura em Transporte	91.822.335,00	3.977.425,47	0,00	87.844.909,53
124719900 Outras Transferências de Convênios da União	20.807.091,04	2.681.982,27	0,00	18.125.108,77
124719900 Outras Transferências de Convênios da União	20.807.091,04	2.681.982,27	0,00	18.125.108,77
124730000 Transferências de Convênios dos Municípios e de suas Entidades	0,00	82.508,66	82.508,66	0,00
124739900 Outras Transferências de Convênios dos Municípios	0,00	82.508,66	82.508,66	0,00
124739999 Outras Transferências de Convênios dos Municípios	0,00	82.508,66	82.508,66	0,00
124740000 Transferências de Convênios de Instituições Privadas	0,00	9.590.863,12	9.590.863,12	0,00
124740000 Transferências de Convênios de Instituições Privadas	0,00	9.590.863,12	9.590.863,12	0,00
170000000 Receitas Correntes	1.295.955.641,00	1.249.675.395,98	0,00	46.280.245,02
171000000 Receita Tributária	5.154.210,00	197.851,00	0,00	4.956.359,00
171200000 Taxas	5.154.210,00	197.851,00	0,00	4.956.359,00
171210000 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	3.372.726,00	19.439,07	0,00	3.353.286,93
171212100 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	2.880.726,00	0,00	0,00	2.880.726,00
171212151 Taxa Ambientais	2.880.726,00	0,00	0,00	2.880.726,00
171213100 Taxa de Utilização de Área de Domínio Público	492.000,00	0,00	0,00	492.000,00
171213100 Taxa de Utilização de Área de Domínio Público	492.000,00	0,00	0,00	492.000,00



Especificação		Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
171219900	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0,00	19.439,07	19.439,07	0,00
171219954	Taxa de Vistoria	0,00	19.439,07	19.439,07	0,00
171219999	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0,00	0,00	0,00	0,00
171220000	Taxas pela Prestação de Serviços	1.781.484,00	178.411,93	0,00	1.603.072,07
171220800	Emolumentos e Custas Judiciais	123.640,00	0,00	0,00	123.640,00
171220800	Emolumentos e Custas Judiciais	123.640,00	0,00	0,00	123.640,00
171229900	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	1.657.844,00	178.411,93	0,00	1.479.432,07
171229963	Taxa pela Prestação de Serviços de Trânsito e Transporte	1.284.457,00	178.411,93	0,00	1.106.045,07
171229999	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	373.387,00	0,00	0,00	373.387,00
172000000	Receitas de Contribuições	1.249.795.102,00	1.192.608.224,25	0,00	57.186.877,75
172100000	Contribuições Sociais	1.249.795.102,00	1.192.608.224,25	0,00	57.186.877,75
172102900	Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público	1.247.589.497,00	1.190.605.572,83	0,00	56.983.924,17
172102901	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio	958.362.051,00	932.012.356,91	0,00	26.349.694,09
172102901	Restituição de Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio	0,00	-21.009,26	21.009,26	0,00
172102902	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Militar	289.227.446,00	258.614.225,18	0,00	30.613.220,82
172109900	Outras Contribuições Sociais	2.205.605,00	2.002.651,42	0,00	202.953,58
172109951	Contribuição Patronal para o FPP	2.205.605,00	1.864.810,75	0,00	340.794,25
172109959	Contribuição Patronal para o FPP de Exercícios Anteriores	0,00	137.840,67	137.840,67	0,00
173000000	Receita Patrimonial	0,00	21.725,00	21.725,00	0,00
173100000	Receitas Imobiliárias	0,00	21.725,00	21.725,00	0,00
173190000	Outras Receitas Imobiliárias	0,00	21.725,00	21.725,00	0,00
173195100	Taxa de Vistoria	0,00	21.725,00	21.725,00	0,00
173195100	Taxa de Vistoria	0,00	21.725,00	21.725,00	0,00
176000000	Receita de Serviços	40.936.329,00	34.823.620,02	0,00	6.112.708,98
176000800	Serviços de Processamento de Dados	40.924.829,00	29.236.803,42	0,00	11.688.025,58
176000852	Serviço de Acesso à Internet	6.600.000,00	13.883,23	0,00	6.586.116,77
176000853	Serviço de Tráfego de Dados	34.324.829,00	29.222.920,19	0,00	5.101.908,81
176009900	Outros Serviços	11.500,00	5.586.816,60	5.575.316,60	0,00
176009954	Serviço de Elaboração de Concursos e P. Seletivos Intra Orçamentária	11.500,00	5.586.816,60	5.575.316,60	0,00
179000000	Outras Receitas Correntes	70.000,00	22.023.975,71	21.953.975,71	0,00
179100000	Multas e Juros de Mora	0,00	1.336,62	1.336,62	0,00
179190000	Multas de Outras Origens	0,00	1.336,62	1.336,62	0,00
179192800	Multas Decorrentes da Operação do Transporte Rodoviário de Passageiros e Cargas	0,00	1.336,62	1.336,62	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
179192800 Multas Decorrentes da Operação do Transporte Rodoviário de Passageiros e Cargas	0,00	1.336,62	1.336,62	0,00
17920000 Indenizações e Restituições	0,00	11.555.287,44	11.555.287,44	0,00
179220000 Restituições	0,00	11.555.287,44	11.555.287,44	0,00
179229900 Outras Restituições	0,00	11.555.287,44	11.555.287,44	0,00
179229958 Complementação CEFIC	0,00	11.555.287,44	11.555.287,44	0,00
17990000 Receitas Diversas	70.000,00	10.467.351,65	10.397.351,65	0,00
179909900 Outras Receitas	70.000,00	10.467.351,65	10.397.351,65	0,00
179909973 Receita de Economia Processual do Estado do Ceará	70.000,00	10.467.351,65	10.397.351,65	0,00

TOTAL GERAL:

4.294.136.993,47

4.043.216.441,39

0,00

250.920.552,08

FONTE: S2GPR, CECAD/COTES 28/03/2019 10:24



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais		Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas		
3	DESPESA CORRENTE	9.363.295.749,91	10.358.855,68	9.373.654.605,59	8.724.723.605,51	648.931.000,08	
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.191.006.459,52	0,00	5.191.006.459,52	4.827.532.039,69	363.474.419,83	
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	5.013.679.392,34	0,00	5.013.679.392,34	4.652.518.574,91	361.160.817,43	
31900100	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMA DOS MILITARES	2.859.636.069,60	0,00	2.859.636.069,60	2.573.328.876,78	286.307.192,82	
31900300	PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS	828.914.892,36	0,00	828.914.892,36	785.308.319,24	43.606.573,12	
31900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	36.067.803,34	0,00	36.067.803,34	35.399.082,69	668.720,65	
31900500	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	1.400.450,00	0,00	1.400.450,00	1.267.494,56	132.955,44	
31900700	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	10.323.455,11	0,00	10.323.455,11	10.296.194,56	27.260,55	
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.168.552.204,08	0,00	1.168.552.204,08	1.145.533.118,22	23.019.085,86	
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	61.421.594,71	0,00	61.421.594,71	59.675.975,43	1.745.619,28	
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	14.158.396,00	0,00	14.158.396,00	13.546.934,55	611.461,45	
31909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	3.470.304,92	0,00	3.470.304,92	3.312.398,89	157.906,03	
31909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	21.868.168,48	0,00	21.868.168,48	17.656.913,04	4.211.255,44	
31909400	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	294.563,29	0,00	294.563,29	193.946,68	100.616,61	
31909600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	7.571.490,45	0,00	7.571.490,45	6.999.320,27	572.170,18	
3191	APLICAÇÕES DIRETAS	177.327.067,18	0,00	177.327.067,18	175.013.464,78	2.313.602,40	
31911300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	177.327.067,18	0,00	177.327.067,18	175.013.464,78	2.313.602,40	
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.764,59	0,00	1.764,59	0,00	1.764,59	
3290	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO	1.764,59	0,00	1.764,59	0,00	1.764,59	
32902100	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	1.764,59	0,00	1.764,59	0,00	1.764,59	
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.172.287.525,80	10.358.855,68	4.182.646.381,48	3.897.191.565,82	285.454.815,66	
3322	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33223000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3340	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	21.626.118,40	0,00	21.626.118,40	19.861.311,59	1.764.806,81	
33404100	CONTRIBUIÇÕES	21.626.118,40	0,00	21.626.118,40	19.861.311,59	1.764.806,81	
3341	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS - FUNDO A FUNDO	306.296.967,15	10.000.000,00	316.296.967,15	314.740.501,71	1.556.465,44	
33414100	CONTRIBUIÇÕES	306.152.967,15	10.000.000,00	316.152.967,15	314.596.501,71	1.556.465,44	
33419200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	144.000,00	0,00	144.000,00	144.000,00	0,00	
3350	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	796.369.023,47	0,00	796.369.023,47	779.723.356,11	16.645.667,36	
33503600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	8.000,00	0,00	8.000,00	0,00	8.000,00	
33503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	692.826.526,46	0,00	692.826.526,46	688.106.557,82	4.719.968,64	
33504100	CONTRIBUIÇÕES	87.325.748,27	0,00	87.325.748,27	76.354.921,20	10.970.827,07	



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais		Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas		
33504300	SUBVENÇÕES SOCIAIS	2.530.000,00	0,00	2.530.000,00	1.744.000,00	786.000,00	
33509200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	11.054.626,29	0,00	11.054.626,29	10.993.709,13	60.917,16	
33509300	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.624.122,45	0,00	2.624.122,45	2.524.167,96	99.954,49	
3360	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	5.339.098,50	0,00	5.339.098,50	4.430.557,71	908.540,79	
33604100	CONTRIBUIÇÕES	100.000,00	0,00	100.000,00	58.848,67	41.151,33	
33604500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	5.239.098,50	0,00	5.239.098,50	4.371.709,04	867.389,46	
3371	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	110.052.971,08	0,00	110.052.971,08	108.832.217,72	1.220.753,36	
33717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	108.745.937,75	0,00	108.745.937,75	107.525.184,39	1.220.753,36	
33719200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.307.033,33	0,00	1.307.033,33	1.307.033,33	0,00	
3380	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	
33803900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	2.621.609.647,79	358.855,68	2.621.968.503,47	2.373.398.458,45	248.570.045,02	
33900300	PENSÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	1.978.154,31	0,00	1.978.154,31	1.907.130,94	71.023,37	
33901400	DIÁRIAS - CIVIL	14.105.659,12	0,00	14.105.659,12	9.660.728,51	4.444.930,61	
33901500	DIÁRIAS - MILITAR	77.035,77	0,00	77.035,77	77.035,77	0,00	
33901800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	40.024.039,64	0,00	40.024.039,64	37.262.181,18	2.761.858,46	
33902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	19.191.541,22	0,00	19.191.541,22	13.218.954,06	5.972.587,16	
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	383.084.997,13	0,00	383.084.997,13	350.639.642,22	32.445.354,91	
33903100	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	251.696,42	0,00	251.696,42	145.101,62	106.594,80	
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	261.825.805,38	0,00	261.825.805,38	253.206.856,43	8.618.948,95	
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	12.159.513,44	0,00	12.159.513,44	10.973.276,51	1.186.236,93	
33903400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	555.424.512,20	0,00	555.424.512,20	525.600.717,84	29.823.794,36	
33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	3.697.851,54	0,00	3.697.851,54	2.878.032,15	819.819,39	
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	77.251.011,02	0,00	77.251.011,02	67.241.818,39	10.009.192,63	
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	315.476.415,06	0,00	315.476.415,06	300.880.770,72	14.595.644,34	
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	732.366.601,39	358.855,68	732.725.457,07	635.267.463,18	97.457.993,89	
33904100	CONTRIBUIÇÕES	10.200,00	0,00	10.200,00	0,00	10.200,00	
33904600	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	17.070.225,49	0,00	17.070.225,49	16.858.156,11	212.069,38	
33904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	28.801.648,47	0,00	28.801.648,47	25.839.871,59	2.961.776,88	
33904800	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	43.184.754,98	0,00	43.184.754,98	12.626.119,69	30.558.635,29	
33904900	AUXÍLIO-TRANSPORTE	1.419.271,47	0,00	1.419.271,47	1.190.233,90	229.037,57	



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais		Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas		
33905900	PENSOES ESPECIAIS	28.000,00	0,00	28.000,00	22.037,40	5.962,60	
33906200	AQUISIÇÃO DE BENS PARA REVENDA	400.000,00	0,00	400.000,00	304.499,94	95.500,06	
33909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	1.418.217,70	0,00	1.418.217,70	854.401,08	563.816,62	
33909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	63.652.899,77	0,00	63.652.899,77	60.616.477,27	3.036.422,50	
33909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	48.709.596,27	0,00	48.709.596,27	46.126.951,95	2.582.644,32	
3391	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	310.988.699,41	0,00	310.988.699,41	296.205.162,53	14.783.536,88	
33913000	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00	
33913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	18.642.861,42	0,00	18.642.861,42	16.417.240,84	2.225.620,58	
33914100	CONTRIBUIÇÕES	263.100.627,33	0,00	263.100.627,33	253.047.379,42	10.053.247,91	
33914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	3.646.971,14	0,00	3.646.971,14	2.737.481,18	909.489,96	
33919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	20.162.239,52	0,00	20.162.239,52	19.686.320,69	475.918,83	
33919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.406.000,00	0,00	5.406.000,00	4.316.740,40	1.089.259,60	
4	DESPESA DE CAPITAL	1.651.454.001,58	390.272,00	1.651.844.273,58	1.082.962.292,42	568.881.981,16	
44	INVESTIMENTOS	1.614.267.287,31	390.272,00	1.614.657.559,31	1.055.558.546,56	559.099.012,75	
4422	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO	64.140,00	0,00	64.140,00	0,00	64.140,00	
44225100	OBRAS E INSTALAÇÕES	64.140,00	0,00	64.140,00	0,00	64.140,00	
4440	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	61.725.742,60	0,00	61.725.742,60	57.998.032,28	3.727.710,32	
44404200	AUXÍLIOS	61.725.742,60	0,00	61.725.742,60	57.998.032,28	3.727.710,32	
4450	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	5.817.802,17	0,00	5.817.802,17	1.211.623,17	4.606.179,00	
44503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44504100	CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44504200	AUXÍLIOS	2.817.652,17	0,00	2.817.652,17	1.211.623,17	1.606.029,00	
44505100	OBRAS E INSTALAÇÕES	3.000.150,00	0,00	3.000.150,00	0,00	3.000.150,00	
4460	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00	
44605100	OBRAS E INSTALAÇÕES	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00	
4467	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	
44678300	DESP. DECOR. DE PPP, EXCETO SUBVENÇÕES ECON., APORTE E FUNDO GARANTIDOR	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	
4471	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	151.000,00	0,00	151.000,00	151.000,00	0,00	
44717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	151.000,00	0,00	151.000,00	151.000,00	0,00	
4480	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas		Despesas Totais Realizadas	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext		
44805100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	1.544.216.602,54	390.272,00	1.544.606.874,54	548.439.216,10
44901400	DIÁRIA-CIVIL	100,00	0,00	100,00	100,00
44902000	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	6.421.253,00	0,00	6.421.253,00	5.037.000,39
44903000	MATERIAL DE CONSUMO	9.326.860,53	0,00	9.326.860,53	1.659.236,96
44903200	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	200.000,00	0,00	200.000,00	200.000,00
44903300	PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO	168.675,92	0,00	168.675,92	65.000,00
44903500	SERVIÇO DE CONSULTORIA	20.564.648,73	0,00	20.564.648,73	12.051.772,17
44903700	LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	0,00	0,00	0,00	0,00
44903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	427.428.712,63	0,00	427.428.712,63	34.607.209,60
44904000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00	0,00
44904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	4.000,00	0,00	4.000,00	4.000,00
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	876.996.355,75	0,00	876.996.355,75	438.393.493,07
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	152.047.292,16	390.272,00	152.437.564,16	48.424.372,39
44906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	9.082.541,05	0,00	9.082.541,05	6.179.851,83
44909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	39.987.837,60	0,00	39.987.837,60	1.813.886,20
44909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.988.325,17	0,00	1.988.325,17	3.293,49
4491	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	272.000,00	0,00	272.000,00	241.767,33
44914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	272.000,00	0,00	272.000,00	241.767,33
4494	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00
44945100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
45	INVERSÕES FINANCEIRAS	36.745.333,27	0,00	36.745.333,27	9.590.817,55
4590	APLICAÇÕES DIRETAS	36.745.333,27	0,00	36.745.333,27	9.590.817,55
45906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	4.550.000,00	0,00	4.550.000,00	4.550.000,00
45906200	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA REVENDA	1.983.000,00	0,00	1.983.000,00	684.827,52
45906600	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	30.212.333,27	0,00	30.212.333,27	4.355.990,03
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	441.381,00	0,00	441.381,00	192.150,86
4690	APLICAÇÕES DIRETAS	441.381,00	0,00	441.381,00	192.150,86
46907100	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	441.381,00	0,00	441.381,00	192.150,86
46909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral:		11.014.749.751,49	10.749.127,68	11.025.498.879,17	1.217.812.981,24



Título	Saldo do Exercício Anterior	Movimento do Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	318.326.232,15	0,00	292.302.551,18	26.023.680,97
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	10.680.259,80	-1.255,81	10.679.003,99	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	288.150.652,07	0,00	288.150.652,07
SUBTOTAL	329.006.491,95	288.149.396,26	302.981.555,17	314.174.333,04
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	26.742.758,49	-4.326,25	25.544.343,95	1.194.088,29
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	452.591,69	0,00	452.591,69	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	49.518.641,53	0,00	49.518.641,53
SUBTOTAL	27.195.350,18	49.514.315,28	25.996.935,64	50.712.729,82
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR				
	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS				
	83.481.740,08	1.703.735.717,28	1.688.882.335,62	98.335.121,74
SUBTOTAL	83.481.740,08	1.703.735.717,28	1.688.882.335,62	98.335.121,74
DÉBITOS DE TESOURARIA				
	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	439.683.582,21	2.041.399.428,82	2.017.860.826,43	463.222.184,60

Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará - FDI

**Relação das Empresas Beneficiadas
pelo PROAPI, PROVIN E PROADE
com CNPJ e respectivos valores.**

PROGRAMA FDI PROAPI

Cliente	CNPJ	CGF	Vincendo	Vencido	Fundo Perdido
BERMAS MARACANAU INDUSTRIA E COMERCIO DE COURO LTDA	08.386.287/0001-41	06.270.923-2	2.846.736,62	0,00	19.392.160,62
CALCADOS KASCHELI DO NORDESTE LTDA	01.870.243/0001-43	06.989.505-8	0,00	1.254.887,63	0,00
CANIINDE CALCADOS LTDA	00.765.760/0001-90	06.960.088-0	0,00	9.957.253,29	0,00
DAKOTA NORDESTE S/A	00.465.813/0003-19	06.948.668-9	63.185,68	0,00	447.463,06
DEMOCRATA CALCADOS E ARTEFATOS DE COURO LTDA	52.241.635/0019-03	06.995.058-0	336.485,79	0,00	2.511.618,34
GRENDENE S/A	89.850.341/0001-60	06.916.113-5	4.330.914,83	0,00	34.657.967,40
JBS S/A	02.916.265/0217-52	06.264.234-0	12.999.557,63	6.397.115,82	87.767.751,03
ORQUIDEA NORDESTE LTDA	02.902.818/0002-06	06.313.823-9	0,00	1.287,28	0,00
PAQUETA CALCADOS LTDA.	01.098.983/0005-37	06.293.061-3	3.288.611,09	0,00	26.272.239,21
PE DE FERRO NORDESTE LTDA	02.469.730/0001-61	06.265.256-7	0,00	645.048,75	0,00
Total Geral			23.865.491,64	18.255.592,77	171.049.199,66

PROGRAMA FDI PROVIN

Cliente	CNPJ	CGF	Vincendo	Vencido	Fundo Perdido
AARON INDUSTRIA DE ROTULOS E ETIQUETAS ADESIVAS LTDA	03.884.180/0001-00	06.304.353-0	1.025.708,72	0,00	2.803.402,42
ADEL COCO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	10.567.693/0001-52	06.377.505-0	2.402.722,50	0,00	8.803.455,65
AGATEL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	07.157.605/0001-30	06.138.039-3	186.565,21	0,00	956.623,92
AGROINDUSTRIAL DEMETER LTDA	06.698.853/0003-97	06.362.815-5	0,00	44.129,96	0,00
AGROPAULO AGROINDUSTRIAL S/A	05.373.212/0009-95	06.198.201-6	1.089.661,82	0,00	2.756.110,44
AGUIA INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA	04.611.905/0001-59	06.314.875-7	25.391,63	0,00	91.599,53
ALLIANCE QUÍMICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	14.980.121/0001-51	06.611.395-4	106.860,69	0,00	309.633,40
ALUMINIO LUZIE IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	01.483.689/0002-04	06.982.803-2	256.892,69	0,00	707.114,38
AMAZON TEMPER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VIDROS TEMPERADOS LTDA	09.177.724/0001-80	06.355.290-6	89.907,98	0,00	252.596,57
AMBEV S.A. - FILIAL AQUIRAZ	07.526.557/0008-86	06.315.393-9	66.515.183,38	0,00	180.700.819,03
AMPLIATTO INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA	20.250.243/0001-95	06.379.193-5	29.414,45	12.522,22	226.284,37
ANIGER CALÇADOS SUPRIMENTOS E EMPREENDIMIENTOS LTDA	94.316.999/0009-83	06.695.441-0	1.095.378,07	0,00	93.235.139,38
ARCELORMITTAL BRASIL S/A	17.469.701/0072-60	06.177.313-1	231.535,12	86.937,93	579.275,81
ARGAMASSAS COLAMIX EIRELI	21.499.024/0001-07	06.433.597-6	1.043.923,22	0,00	2.902.703,51
ASFALTOS NORDESTE LTDA	01.791.741/0001-09	06.988.652-0	691.342,91	0,00	1.887.783,55
ATIVA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA	09.487.770/0001-85	06.361.148-1	13.799,39	0,00	35.415,67
AVCO POLÍMEROS DO BRASIL S.A.	13.923.945/0001-27	06.568.733-7	148.428,89	0,00	372.481,41
BAKOF PLÁSTICOS LTDA	91.967.067/0003-17	06.725.416-0	570.201,91	0,00	1.830.007,92
BANDEIRA INDÚSTRIA DE ALUMÍNIO LTDA	09.643.536/0001-08	06.369.944-3	21.010,46	650,54	1.894.492,42
BEATRIZ TEXTIL S/A	23.464.852/0001-35	06.887.780-3	427.129,79	0,00	1.174.912,02
BECOPEL BENEFICIAMENTO DE COUROS E PELES LTDA	08.927.217/0001-53	06.213.278-4	0,00	80.386,89	0,00
BEPLAST NORDESTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA	02.313.082/0001-50	06.997.773-9	19.510,71	0,00	54.027,85
BETÂNIA LÁCTEOS S/A	10.483.444/0002-60	06.871.946-9	1.618.915,80	0,00	28.496.604,59
BHS NORD LTDA	02.957.781/0001-32	06.276.301-6	0,00	379.787,85	0,00
BIOQUÍMICA INDUSTRIAL LTDA	01.411.096/0001-43	06.978.039-0	0,00	32.945,28	0,00
BONEBRAS IND COM IMP EXP DE BONES	00.253.018/0001-03	06.898.323-9	0,00	108.364,18	0,00
BRANYL INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL DO CEARÁ LTDA	20.385.401/0001-14	06.337.614-8	12.317,68	0,00	1.214.449,31
BUNNY REFRIGERAÇÃO BRASIL INDÚSTRIA	08.320.017/0006-42	06.557.908-9	120.604,56	0,00	313.428,34
C & L INDUSTRIA DE PLASTICOS LTDA	02.005.599/0001-81	06.990.530-4	872.837,31	0,00	2.367.236,36
C P N CHAPAS PERFURADAS DO NORDESTE LTDA	02.535.927/0001-51	06.267.882-5	271.201,40	0,00	734.444,15
CALCADOS VIA FASHION LTDA	04.503.776/0001-85	06.313.650-3	77.504,88	0,00	390.453,73
CAMERINO INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA	07.487.381/0001-24	06.200.974-5	0,00	5.768,54	0,00

PROGRAMA FDI PROVIN

Cliente	CNPJ	CGF	Vincendo	Vencido	Fundo Perdido
CAPIVARA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	63.401.137/0001-78	06.864.548-1	0,00	44.351,57	0,00
CARBOMIL QUIMICA S/A	07.645.062/0001-08	06.036.482-3	0,00	1.652.299,06	0,00
CARIRI ARGAMASSAS EIRELI	22.428.398/0001-02	06.458.925-0	317.189,42	0,00	888.513,25
CARIRI INDUSTRIA MOVELEIRA LTDA	11.801.784/0001-73	06.083.715-2	0,00	361.834,27	0,00
CARROPEL CARROCERIAS PERY INDUSTRIA, COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	73.554.537/0002-58	06.604.221-6	178.559,74	0,00	489.214,80
CARTOGRAF-EMBALAGENS E SERV GRAF LT	00.513.938/0001-05	06.951.083-0	0,00	42.003,74	0,00
CATATAU ACO LTDA	04.191.295/0002-62	06.584.266-9	24.543,62	0,00	72.780,19
CBL COLCHOES BRASILEIRO LEITE LTDA	11.184.543/0001-22	06.395.388-9	0,00	2.927.882,90	0,00
CEARA EMBALAGENS IND E COM LTDA	02.223.161/0001-70	06.995.422-4	0,00	20.771,71	0,00
CERAMICA BRASILEIRA CERBRAS LTDA	35.029.057/0001-06	06.878.979-3	12.951.832,72	0,00	35.393.564,33
CERVEJARIAS KAISER BRASIL S/A	19.900.000/0019-03	06.973.440-2	11.017.271,08	0,00	29.655.900,00
CESDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA	00.153.282/0001-67	06.963.189-1	6.469.180,91	0,00	17.712.922,91
CGTF CENTRAL GERADORA TERMELETRICA FORTALEZA S/A	04.659.917/0001-53	06.666.801-8	2.038.766,27	0,00	179.184.157,16
CHRIS BERTHON LINGERIE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	02.274.697/0001-14	06.996.823-3	0,00	143.280,66	0,00
CIA BRASILEIRA DE MODA	07.206.741/0001-72	06.110.084-6	0,00	6.004.624,06	0,00
CIA DE FIACAO E TECIDOS ERNESTO DEO	07.210.156/0002-27	06.321.816-0	0,00	521.262,48	0,00
CIA INDUSTRIAL BRASILEIRA DE ALIMEN	07.998.164/0001-07	06.800.880-5	0,00	30.350,17	0,00
CIA METALIC NORDESTE	01.183.070/0001-95	06.977.499-4	249.713,62	0,00	22.964.687,83
CIGEL INDUSTRIAL LTDA	03.773.027/0001-05	06.299.907-9	678.616,26	0,00	1.869.674,68
CIGRAMA CIA INDUL DE GRA E MARMORES	23.464.530/0001-96	06.092.711-9	0,00	135.395,23	0,00
CNV COMPANHIA NACIONAL DO VESTUARIA	06.571.822/0001-09	06.825.221-8	0,00	532.799,75	0,00
COBAP COMERCIO E BENEFICIAMENTO DE ARTEFATOS DE PAPEL EIRELI	07.329.386/0001-29	06.095.443-4	1.722.584,73	0,00	4.574.133,38
COMPANHIA BRASILEIRA DE BEBIDAS PREMIUM	09.325.874/0001-93	06.372.418-9	79.193,86	0,00	227.327,12
COMPANHIA ELETROKERAMICA DO NORDESTE CELENE	07.271.307/0001-76	06.804.251-5	105.504,72	0,00	274.786,90
COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODI	10.260.249/0002-70	06.385.676-0	2.689.606,49	0,00	7.397.022,43
CONFEECAO S JOAQUIM DE JACAREI LTDA	73.131.427/0001-00	06.986.787-9	0,00	1.486.768,39	0,00
CONFEECCOES FINAS S/A - COFISA	07.188.055/0001-16	06.142.002-6	0,00	36.040,31	0,00
CONFEX CONFEECCOES MASCULINAS S/A	12.350.856/0001-76	06.085.771-4	0,00	0,00	0,00
CONTINENTAL ELECTRIC IMP EXP IND	00.880.040/0001-75	06.962.713-4	0,00	132.793,19	0,00
COOPERATIVA AGRICOLA MISTA DE MARANGUAPE LTDA	07.634.785/0001-01	06.115.186-6	780.970,54	0,00	2.131.573,34
COOPERATIVA CENTRAL DOS PRODUTORES DE ALGODÃO E ALIMENTOS LTDA	07.039.472/0001-05	06.150.969-8	116.954,26	0,00	308.108,53
COOPERSHOES COOPERATIVA DE TRABALHO E INDUSTRIA DE CALÇADOS JOANETENSE	02.675.611/0007-50	06.424.223-4	23.381,81	0,00	2.309.166,03

PROGRAMA FDI PROVIN

Cliente	CNPJ	CGF	Vincendo	Vencido	Fundo Perdido
COTECE S/A	06.054.647/0001-82	06.840.757-2	124.109,67	0,00	11.061.863,73
CTB-COMPANHIA TÊXTIL DO BRASIL EIRELI	12.877.146/0001-07	06.617.994-7	16.300,62	0,00	1.470.352,61
D R LING INDUSTRIA E COMERCIO S/A	00.119.633/0001-13	06.958.971-2	8.404.593,93	0,00	20.166.579,56
DAISA INDUSTRIAL LTDA	10.193.957/0001-55	06.369.946-0	0,00	22.471,94	0,00
DAKOTA NORDESTE S/A	00.465.813/0001-57	06.264.013-5	425.475,47	0,00	38.023.769,02
DAKOTA NORDESTE S/A	00.465.813/0003-19	06.948.668-9	309.478,86	0,00	27.806.281,04
DAKOTA NORDESTE S/A	00.465.813/0002-38	06.987.373-9	237.634,93	0,00	21.290.301,79
DAKOTA NORDESTE S/A FILIAL 4	00.465.813/0005-80	06.195.910-3	106.408,37	0,00	9.538.288,41
DALKA DO BRASIL LTDA.	04.120.719/0010-08	06.620.320-1	0,00	372.198,41	0,00
DANCOR S/A IND MECANICA (FILIAL)	33.561.853/0005-85	06.263.941-2	323.059,94	0,00	847.571,47
DANONE LTDA	23.643.315/0098-85	06.978.628-3	2.264.685,35	0,00	17.962.960,92
DASS NORDESTE CALCADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S/A	01.287.588/0002-50	06.280.596-7	358.112,85	0,00	29.679.847,68
DELFA INDUSTRIA E COMERCIO DE ACESSORIOS DO VESTUARIO LTDA	06.037.585/0001-09	06.687.030-5	7.966,91	0,00	788.428,29
DELIRIO REFRIGERANTES LTDA	07.815.053/0002-90	06.189.599-7	492.212,65	0,00	1.451.174,47
DELTA INDUSTRIA E COMERCIO DE GIZ LTDA	01.280.018/0001-57	06.978.095-1	910.927,83	0,00	2.499.950,80
DELTA INDUSTRIAL VEICULOS ALTERNATIVOS LTDA	03.482.520/0001-76	06.288.675-4	0,00	10.433,97	0,00
DEMOCRATA CALCADOS E ARTEFATOS DE COURO LTDA	52.241.635/0021-28	06.189.125-8	331.935,31	0,00	30.135.852,94
DEMOCRATA CALCADOS E ARTEFATOS DE COURO LTDA	52.241.635/0020-47	06.209.039-9	9.192,97	0,00	262.826,45
DESTAK EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	07.169.369/0005-03	06.391.879-0	0,00	2.667,19	0,00
DICOCO AGROINDUSTRIAL LTDA	05.635.589/0001-18	06.682.346-3	479.799,52	0,00	1.333.527,63
DIKKA INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA	21.984.010/0002-60	06.476.298-0	6.212,21	0,00	18.570,39
DILLY NORDESTE INDUSTRIA DE CALCADOS LTDA	15.836.348/0001-90	06.707.590-8	6.360,65	0,00	629.350,35
DOAL PLASTIC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	71.619.928/0002-88	06.383.712-9	209.811,98	0,00	547.961,62
DSM PRODUTOS NUTRICIONAIS BRASIL S/A	56.992.951/0005-72	06.185.163-9	2.797.489,49	0,00	9.650.367,92
DURAMETAL LTDA	07.041.007/0001-09	06.011.003-1	2.547.260,38	0,00	6.724.976,68
DUVALE INDUSTRIA E COMERCIO DE CALCADOS LTDA	07.379.558/0001-79	06.181.127-0	0,00	18.912,82	0,00
EBESA EMPRESA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTOS S/A	23.560.717/0001-93	06.915.895-9	5.279,83	0,00	13.698,07
ELETRA INDUSTRIA E COMERCIO DE MEDIDORES ELETRICOS LTDA	12.115.480/0001-15	06.412.814-8	13.410.269,92	0,00	36.596.190,22
EMBALAGENS CEARA LTDA	01.788.591/0002-57	06.318.547-4	2.062,86	0,00	6.186,28
EMBORNORD EMP DE BORD DO NORD LTDA	74.103.292/0001-24	06.913.998-9	0,00	5.142,92	0,00
EMPRESA BRASILEIRA DE BEBIDAS E ALIMENTOS S/A	07.604.556/0006-40	06.001.876-3	22.172,10	0,00	66.143,35
ERCOPOL NORDESTE COMERCIAL & INDUSTRIAL LTDA	04.142.052/0001-53	06.303.593-6	0,00	60.099,15	0,00

PROGRAMA FDI PROVIN

Cliente	CNPJ	CGF	Vincendo	Vencido	Fundo Perdido
ESMALTEC S/A	02.948.030/0002-30	06.305.053-6	1.319.619,59	0,00	118.091.898,54
ETIQUETAS DO NORDESTE LTDA	41.301.391/0001-61	06.895.994-0	0,00	44.902,36	0,00
EUROFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE COLCHOES LTDA	01.918.378/0001-31	06.989.138-9	2.586.823,77	0,00	6.942.202,66
EVA BRASIL INDUSTRIA DE COMPONENTES E CALÇADOS LTDA	08.397.578/0001-35	06.212.070-0	957.666,75	0,00	2.606.891,73
EVER GREEN DO NORDESTE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	11.586.009/0001-42	06.393.474-4	297.376,46	0,00	821.393,99
F MILLERIO CONFECÇÕES LTDA	63.458.624/0001-77	06.885.675-0	0,00	534.853,45	0,00
FACEPA FABRICA PAPEL AMAZONIA S/A	04.909.479/0005-68	06.982.620-0	1.128.056,23	0,00	3.349.699,80
FAE SISTEMAS DE MEDIÇÃO S/A	07.281.413/0001-30	06.109.160-0	0,00	219.355,59	0,00
FARMACE-INDUSTRIA QUIMICO FARMACEUTICA CEARENSE LTDA	06.628.333/0001-46	06.848.007-5	6.265.153,95	0,00	16.177.211,47
FEEL COLOR INDÚSTRIA DE TINTAS LTDA	11.510.135/0001-13	06.578.026-4	0,00	1.920,27	0,00
FIBRAVESTE S/A - INDUSTRIA TEXTIL	06.893.119/0001-17	06.003.604-4	0,00	604.198,16	0,00
FILATI INDUSTRIA DE MALHAS S/A	08.823.011/0001-83	06.208.218-3	12.737,40	0,00	33.352,17
FILIPPEN COMPONENTES PARA CALÇADOS NORDESTE LTDA	09.645.311/0001-82	06.364.720-6	0,00	32.964,89	0,00
FITAS ELÁSTICAS ESTRELAS DO NORDESTE LTDA	11.283.192/0001-07	06.393.029-3	60.669,98	0,00	5.490.407,29
FIVELTEC INDUSTRIA DE METAIS LTDA	00.601.672/0003-14	06.731.207-1	3.018,26	0,00	7.810,65
FLOEMA INDUSTRIA DE PRODUTOS NATURAIS LTDA	69.366.433/0001-61	06.953.599-0	275.669,30	0,00	759.614,28
FORTEC INDUSTRIA QUIMICA LTDA	35.092.238/0001-79	06.858.131-9	1.182.042,79	0,00	3.230.709,43
FRANCE INDUSTRIA MOVELEIRA LTDA	01.056.854/0001-52	06.969.137-1	0,00	211.926,09	0,00
FRESENIUS KABI BRASIL LTDA	49.324.221/0008-80	06.843.694-7	1.107.552,16	0,00	18.145.389,80
FRESNOMAQ INDUSTRIA DE MÁQUINAS S/A	06.337.280/0003-76	06.415.162-0	38.773,28	0,00	103.907,26
FRUT NAT AGRO INDUSTRIA E COM LTDA	00.075.874/0001-08	06.934.058-7	0,00	7.600,34	0,00
FRUTAGRO FRUTAS AGRO-INDUSTRIAL LTDA	00.733.992/0001-66	06.983.102-5	0,00	32.303,68	0,00
FUJITA GRANITOS S/A	35.028.539/0001-33	06.868.475-4	0,00	139.182,31	0,00
GERDAU ACOS LONGOS S/A	07.358.761/0013-00	06.844.703-5	1.150.209,83	0,00	3.450.629,44
GIASSETTI ENGENHARIA E CONSTR LTDA	47.506.597/0004-57	06.921.625-8	0,00	79.948,80	0,00
GLOBALPACK DO NORDESTE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	02.385.898/0003-50	06.567.917-2	616.023,84	0,00	1.615.631,27
GRANDE MOINHO CEARENSE S/A	07.199.805/0001-55	06.102.281-0	540.943,64	0,00	50.259.262,31
GRANISTONE S/A	35.034.537/0001-57	06.914.361-7	60.397,16	0,00	157.570,28
GRENDENE S/A	89.850.341/0014-84	06.910.514-6	359.985,17	0,00	34.517.600,90
GRENDENE S/A	89.850.341/0001-60	06.916.113-5	1.336.378,64	0,00	128.332.568,17
GRENDENE S/A	89.850.341/0016-46	06.973.678-2	157.049,71	0,00	15.077.369,15
GUARARAPES CONFECÇÕES S/A	08.402.943/0014-77	06.820.942-8	20.013,75	0,00	1.980.618,42

PROGRAMA FDI PROVIN

Cliente	CNPJ	CGF	Vincendo	Vencido	Fundo Perdido
GVS SPORT NORDESTE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	14.947.696/0001-72	06.610.559-5	791.571,67	0,00	4.024.430,40
H BETTARELLO CURTIDORA E CALCADOS LTDA	47.953.526/0006-64	06.274.227-2	681,06	0,00	49.685,98
HACO ETIQUETAS DO NORDESTE LTDA	02.179.938/0001-46	06.995.348-1	610.449,24	0,00	3.090.662,70
HALEX ISTAR INDUSTRIA FARMACÉUTICA S/A	01.571.702/0008-64	06.997.195-1	4.263.254,90	0,00	21.322.390,91
HIDROTINTAS INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS LTDA	05.477.054/0001-66	06.822.972-0	300.672,09	0,00	801.836,93
HNR NORDESTE COMPONENTES INDUSTRIAIS LTDA	07.580.546/0001-08	06.186.746-2	0,00	299.027,50	0,00
HOPE DO NORDESTE LTDA	03.007.414/0001-30	06.277.072-1	261.855,57	0,00	23.364.694,19
HYDROSTEC TUBOS E EQUIPAMENTOS LTDA	12.066.286/0001-97	06.373.228-9	2.950.252,35	0,00	8.081.469,17
IBEL INDUSTRIA DE BORRACHA EVA LTDA	01.632.154/0001-69	06.982.152-6	1.303.224,58	0,00	3.528.751,95
IBEVA - IND BARBALHENSE DE EVA LTDA	63.489.652/0001-51	06.870.553-0	0,00	174.674,95	0,00
IBK INDUSTRIA DE BORRACHA E CALCADOS KAIANA LTDA	01.752.556/0001-05	06.985.470-0	516.423,57	0,00	1.414.487,93
IDECAL INDUSTRIA DE CALCADOS LTDA	07.276.332/0001-42	06.191.151-8	32.587,05	0,00	89.143,94
ILPEA DO BRASIL LTDA	02.547.509/0005-08	06.504.897-0	369.062,40	0,00	1.005.096,80
INBAT INDUSTRIA DE BOTOES LTDA	01.755.870/0001-33	06.985.918-3	387.210,54	0,00	1.055.357,35
INBOP INDUSTRIA DE BORRACHA E POLIMEROS LTDA	02.939.384/0001-38	06.280.520-7	20.404,74	864,74	337.365,89
INCA INDUSTRIA DE CALCADOS CARIRI L	07.471.821/0001-55	06.183.584-6	0,00	2.468,40	0,00
INCAR INDUSTRIA DE CALCADOS E RECICLAGEM LTDA	05.230.447/0001-70	06.674.969-7	0,00	15.703,51	0,00
INCOEX INDUSTRIA, COMERCIO E EXPORTACAO LTDA	02.258.550/0001-30	06.998.611-8	0,00	42.454,97	0,00
INCOLIMP INDUSTRIAL E COMERCIAL DE PRODUTOS DE LIMPEZA E ALIMENTOS LTD	05.784.458/0001-00	06.683.032-0	0,00	20.728,14	0,00
INCOPA INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS LTDA	06.176.339/0001-20	06.696.235-8	663.746,36	0,00	1.822.928,24
INDAIA BRASIL AGUAS MINERAIS LTDA	00.048.785/0028-92	06.566.459-0	172.555,76	0,00	15.682.235,52
INDUSTRIA BRASILEIRA DE ARTEFATOS PLASTICOS S/A-IBAP	07.367.055/0001-83	06.820.475-2	0,00	1.089.069,76	0,00
INDUSTRIA CEARENSE DE COLCHOES E ESPUMAS LTDA	02.748.357/0001-88	06.272.924-1	717.960,61	0,00	2.036.401,48
INDUSTRIA DE CAFE OJUARA LTDA	41.553.769/0001-14	06.873.787-4	173.541,33	0,00	470.892,36
INDUSTRIA DE CALÇADOS ALTO ESTILO LTDA	08.589.257/0001-32	06.203.579-7	12.617,62	0,00	36.464,84
INDUSTRIA DE CALCADOS BALLUNA LTDA	10.911.860/0001-30	06.392.386-6	384,57	0,00	31.839,55
INDÚSTRIA DE CALÇADOS GONÇALVES LTDA	07.836.977/0002-73	06.740.708-0	6.839,63	0,00	669.878,55
INDÚSTRIA DE CALÇADOS MALU LTDA	14.486.959/0001-93	06.580.831-2	240,72	0,00	946,30
INDUSTRIA DE CALCADOS VIA BEACH LTDA	05.098.354/0001-34	06.667.432-8	8.599,93	0,00	370.099,42
INDUSTRIA DE POSTES INDASUL LTDA	03.791.069/0002-50	06.201.753-5	0,00	64.586,71	0,00
INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS DO NORDESTE LTDA	02.191.904/0001-77	06.265.931-6	0,00	316.730,60	0,00
INDUSTRIA E COMERCIO DE ANTENAS HORIZONTE LTDA	00.306.229/0001-59	06.979.875-3	0,00	98.964,15	0,00

PROGRAMA FDI PROVIN

Cliente	CNPJ	CGF	Vincendo	Vencido	Fundo Perdido
INDUSTRIA TEXTIL ITAJAI DO NORDESTE LTDA	02.135.560/0001-89	06.993.902-0	0,00	149.435,33	0,00
INDUSTRIAS REUNIDAS DE MOVEIS DO NORDESTE LTDA	02.224.846/0002-11	06.696.822-4	118.668,51	365.391,68	899.119,89
INDUSTRIAS REUNIDAS M NORDESTE LTDA	02.224.846/0001-30	06.263.823-8	162.738,64	784.799,14	1.229.125,42
INDUVALE INDUSTRIA DE CALCADOS LTDA	09.596.200/0001-23	06.367.616-8	7.716,06	200.191,24	19.270,49
INGRA INDUSTRIA DE CALCADOS LTDA	05.307.123/0001-93	06.676.673-7	33.052,93	0,00	265.296,70
INTERCORP INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA.	63.296.818/0001-13	06.458.905-6	14.656,85	0,00	43.498,14
ISOPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA	72.273.436/0001-65	06.906.559-4	60.933,47	0,00	182.731,89
ITAITINGA INDUSTRIA DE AUTO PECAS LTDA	07.333.733/0001-97	06.180.964-0	0,00	44.495,08	0,00
ITAUEIRA AGROPECUARIA S/A	07.231.103/0014-26	06.380.308-9	83.461,52	0,00	228.965,90
IVT INDUSTRIA DE VIDROS TEMPERADOS LTDA	07.961.142/0001-64	06.357.307-5	5.781,69	0,00	29.026,16
J L MAUS & CIA LTDA	02.724.729/0001-36	06.270.663-2	23.462,25	0,00	85.058,23
J LIMA CONFEECAO INDUSTRIAL LTDA	63.556.575/0001-05	06.893.392-4	0,00	477.351,35	0,00
J M ZANATTA E CIA LTDA	92.366.442/0003-36	06.669.889-8	270.898,18	0,00	738.992,22
J MACEDO S/A	14.998.371/0024-05	06.104.063-0	465.593,98	0,00	43.386.227,87
JAGUATEXIL JAGUARUANA TEXTIL LTDA	63.302.376/0001-70	06.879.733-8	48.624,25	0,00	4.363.382,12
JB JEANS DO BRASIL LTDA	01.368.855/0001-32	06.975.641-4	388.068,55	0,00	1.056.336,71
JELLY INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	97.348.890/0001-69	06.920.579-5	0,00	1.258,71	0,00
JUOZAS S/A INDUSTRIA TEXTIL	06.630.941/0001-95	06.832.108-2	0,00	3.397.894,28	0,00
KAOPIPE-CONSULTORIA IND E CO	00.206.065/0001-98	06.939.349-4	0,00	284.993,45	0,00
KINCCAL-KAIANA INDUSTRIA DE COMPONENTES E CALÇADOS LTDA	04.396.417/0001-76	06.312.739-3	33.849,81	0,00	272.913,97
KING PLASTIC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	04.198.119/0001-71	06.306.660-2	2.595,59	0,00	40.668,83
L & P COMERCIO E INDUSTRIA DE FRUTAS LTDA	10.267.323/0001-08	06.366.431-3	520.721,50	0,00	1.415.975,45
LAM CONFEECCOES S/A	23.505.233/0001-41	06.894.340-7	0,00	564.412,30	0,00
LERMA NORDESTE IND E COMERCIO LTDA	03.264.899/0001-48	06.283.164-0	0,00	411.824,78	0,00
LEY INDUSTRIA DE COLCHOES LTDA	18.363.125/0001-41	06.526.526-2	449.825,60	0,00	1.232.035,88
LIKO NORDESTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA	02.014.328/0001-92	06.990.628-9	281.348,38	0,00	763.585,58
LINGERIE ROYALE S/A	06.083.737/0001-00	06.845.055-9	0,00	336.859,14	0,00
LIZ ELECTRIC INDUSTRIAL LTDA	10.674.531/0001-13	06.375.464-9	950,29	22.037,54	4.475,61
LUNELLI TEXTIL NORDESTE LTDA.	10.220.089/0001-55	06.374.606-9	382.089,66	0,00	34.770.704,03
M DIAS BRANCO S/A INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	06.102.615-8	1.053.154,90	0,00	94.832.582,19
M DIAS BRANCO S/A INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0024-01	06.864.554-6	1.039.393,56	0,00	96.831.350,98
M DIAS BRANCO S/A INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0028-35	06.983.867-4	7.610.809,28	0,00	21.985.775,45

PROGRAMA FDI PROVIN

Cliente	CNPJ	CGF	Vincendo	Vencido	Fundo Perdido
MADRESILVA INDUSTRIA DE MÓVEIS LTDA	73.584.245/0001-87	06.884.496-4	174.863,25	0,00	639.302,77
MALIBRU AGRO INDÚSTRIA, DISTRIBUIÇÃO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S/A	02.974.336/0004-23	06.588.849-9	10.290,09	0,00	25.223,83
MALWEE MALHAS LTDA	84.429.737/0003-86	06.396.022-2	106.988,74	0,00	9.668.286,03
MARIA DALME DA SILVA	02.068.743/0001-29	06.992.774-0	204.808,55	24.542,61	541.449,70
MARINHO TEXTIL LTDA	02.211.610/0001-60	06.286.954-0	2.608,34	107.689,26	6.425,55
MARTEXTEL INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA	08.175.053/0001-55	06.197.411-0	1.061.617,31	0,00	2.924.100,86
MASSA FALIDA FRANCO CONFECÇÕES LTDA	07.186.273/0001-11	06.138.593-0	0,00	22.604,44	0,00
MASSA FALIDA VILEJACK INDUSTRIAL S	07.190.283/0001-20	06.138.447-0	0,00	2.363.854,60	0,00
MDM-MODULADOS DANILO MARQUES, MARMOR	35.085.257/0001-78	06.864.479-5	0,00	3.384,43	0,00
MECANICA INDUSTRIAL ORION LTDA	63.291.900/0001-55	06.097.099-5	0,00	54.985,11	0,00
MECESA EMBALAGENS S/A	04.794.651/0001-51	06.318.956-9	590.816,48	946.852,38	1.526.903,55
MEDEIROS EMBALAGENS DO NORDESTE LTDA	01.733.225/0001-10	06.985.318-5	0,00	492.735,67	0,00
METALGRAFICA CEARENSE S/A MECESA	07.203.615/0001-64	06.102.041-9	0,00	2.157.609,51	0,00
METALMECANICA MAIA LTDA	01.397.886/0001-11	06.976.298-8	3.324.978,06	0,00	9.071.751,94
MICREL BENFIO TEXTIL LTDA	35.027.945/0001-81	06.089.463-6	0,00	3.290,84	0,00
MIL MINERIOS INDUSTRIAIS LTDA	02.673.780/0001-66	06.270.024-3	1.753,57	0,00	4.373,96
MIX DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	09.137.485/0006-49	06.709.249-7	11.033,10	0,00	27.069,66
MOAGEIRA SERRA GRANDE LTDA	07.815.640/0001-07	06.322.067-9	751.651,75	0,00	2.035.559,21
MOVEIS ATLANTIDA LTDA	09.441.940/0001-90	06.831.759-0	0,00	49.695,24	0,00
MOVENORD - MOVEIS DO NORDESTE LTDA	05.111.625/0001-44	06.681.404-9	551.224,83	0,00	1.491.697,08
MULTICOR - INDUSTRIA TEXTIL LTDA	02.656.686/0001-07	06.269.677-7	61.759,28	0,00	5.466.035,17
MULTIMALHAS INDUSTRIAL LTDA	11.826.237/0001-42	06.028.588-5	0,00	371.078,20	0,00
MUNDICA PAULA S/A CONFECÇÕES	05.219.340/0001-21	06.815.499-2	0,00	245.614,03	0,00
NACIONAL ARCO-IRIS INDUSTRIA E COMERCIO TINTAS LTDA	09.320.639/0002-00	06.366.107-1	1.365.529,25	0,00	3.664.205,08
NATURAL WAX INDUSTRIA DE CERA LTDA	07.194.824/0001-99	06.180.936-5	300.063,28	0,00	809.702,10
NEORUBBER INDUSTRIA DE SANDALIAS LTDA	11.909.814/0004-02	06.526.601-3	173.192,20	0,00	692.509,17
NEW FORM - INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES TÊXTIL LTDA	12.051.456/0001-60	06.407.682-2	60.943,16	0,00	164.968,72
NEW PLASTIC INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA	20.593.185/0001-00	06.354.724-4	680.175,24	0,00	1.948.123,74
NEW WAY INDUSTRIA E COMERCIO DE CALCADOS LTDA	02.662.887/0001-09	06.272.898-9	48.922,45	0,00	129.707,84
NEWPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA	01.570.311/0001-59	06.980.967-4	0,00	152.853,88	0,00
NOPEFIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP	10.741.756/0001-45	06.378.587-0	39.523,72	0,00	110.764,43
NORDESTE DIGITAL LINE S/A	01.247.965/0001-46	06.265.123-4	0,00	39.818,03	0,00

PROGRAMA FDI PROVIN

Cliente	CNPJ	CGF	Vincendo	Vencido	Fundo Perdido
NORDESTE INDUSTRIA DE EMBALAGENS E RECICLAGEM LTDA	11.714.227/0001-15	06.700.700-7	0,00	14.148,01	0,00
NORSA REFRIGERANTES S/A	07.196.033/0021-41	06.003.667-2	23.631.487,61	0,00	85.122.010,56
NORTE INDUSTRIA DE PLASTICOS LTDA	21.098.008/0001-02	06.353.663-3	17.314,44	0,00	44.565,08
NOSSA FRUTA BRASIL INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA	10.417.944/0001-12	06.384.088-0	737.171,39	0,00	4.502.873,36
NOVA FIACAO INDUSTRIA TEXTIL LTDA	18.067.083/0001-00	06.512.989-0	11.022,77	0,00	1.039.842,86
NSG IND EMB N SRA DAS GRACAS LTDA	35.094.069/0001-06	06.856.809-6	0,00	167.453,64	0,00
NUFARM INDUSTRIA QUIMICA E FARMACEUTICA S/A	07.467.822/0001-26	06.109.046-8	10.131.267,26	0,00	27.808.934,78
NUTERAL INDUSTRIA DE FORMULAÇÕES NUTRICIONAIS LTDA	69.363.174/0001-15	06.923.616-0	63.720,37	0,00	185.308,79
NUTRIMED INDUSTRIAL LTDA	72.563.158/0001-80	06.926.103-2	211.606,61	0,00	581.701,24
NYELLE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	03.950.812/0001-96	06.302.604-0	0,00	641.202,96	0,00
O C S MINERACAO EMPREENDIMENTOS LTDA	07.323.439/0001-02	06.112.386-2	0,00	626.510,21	0,00
OKYTA MINERACAO LTDA	09.140.853/0001-01	06.354.980-8	39.756,24	0,00	99.240,76
OSASUNA PARTICIPACOES LTDA	03.941.904/0001-00	06.698.640-0	189.678,04	0,00	13.864.579,91
PACEL-PAPEL CARTAO E EMBALAGENS S/A	01.397.485/0001-61	06.315.827-2	936.083,61	0,00	2.540.129,83
PAEMA EMBALAGENS DO CEARA LTDA	02.500.041/0001-72	06.266.017-9	1.065.924,13	0,00	2.905.969,61
PAQUETA CALCADOS LTDA.	01.098.983/0007-07	06.690.169-3	236.488,03	0,00	18.219.043,37
PAQUETA CALCADOS LTDA.	01.098.983/0001-03	06.970.255-1	31.629,51	0,00	2.717.532,13
PASCHOAL CALVANO INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA	00.937.107/0001-60	06.966.165-0	0,00	414.256,11	0,00
PASSAMARIA DO NORDESTE SA	07.295.413/0001-90	06.109.123-5	12.199,62	0,00	1.144.021,39
PE DE FERRO NORDESTE LTDA	02.469.730/0001-61	06.265.256-7	0,00	73.306,61	0,00
PEMALEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	07.945.652/0001-48	06.152.900-1	35.504,36	0,00	3.190.651,55
PEREZ CRISMAR LTDA ME	03.538.180/0001-58	06.290.054-4	0,00	184.084,05	0,00
PERFIL PERFIS DE ACO LTDA	72.453.236/0001-94	06.910.623-1	0,00	16.714,73	0,00
PERFISUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	02.759.697/0001-04	06.280.540-1	476.908,86	0,00	1.320.723,18
PERSEU PVC INDUSTRIA LTDA	03.316.935/0001-70	06.285.049-0	319.561,64	0,00	859.461,85
PINUS-PAINELS INDUSTRIAIS DO NE S/A	07.760.663/0001-53	06.060.612-6	0,00	81.250,85	0,00
PLAST SUTURE DO BRASIL IND, COM E REPRESENTAÇÃO DE FIOS CIRURGICOS LTD	05.937.544/0001-06	06.691.732-8	0,00	33.297,53	0,00
PLASTSAN PLASTICOS DO NORDESTE LTDA	04.872.931/0001-30	06.320.274-3	3.605,56	0,00	9.057,78
PLASTSPUMA INDUSTRIA COMERCIO LTDA	05.504.945/0001-64	06.676.151-4	0,00	2.103.117,85	0,00
POINT SUTURE DO BRASIL INDUSTRIA DE FIOS CIRURGICOS LTDA	12.340.717/0001-61	06.093.064-0	635.800,09	0,00	1.720.547,89
POLICLASS INDUSTRIA DE ASSENTOS E ACESSORIOS PARA BANHO LTDA	02.060.568/0001-23	06.992.073-7	368.470,75	0,00	945.386,41
POLINOR IND DE PLAST DO NORDES LTDA	03.031.826/0001-06	06.277.528-6	0,00	329.083,23	0,00

PROGRAMA FDI PROVIN

Cliente	CNPJ	CGF	Vincendo	Vencido	Fundo Perdido
POLYNEWS INDUSTRIA DE LENTES LTDA	00.166.039/0001-83	06.951.134-9	0,00	224.160,52	0,00
POLYSPACE INDUSTRIA DE ACESSORIOS PARA CASA E BANHO LTDA.	23.159.702/0001-18	06.472.668-1	71.151,49	0,00	1.283.086,80
PORCELANE S/A	07.390.461/0001-67	06.017.167-7	0,00	40.446,03	0,00
PQVIRK INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA	03.085.541/0001-58	06.278.578-8	179.384,03	0,00	482.720,29
PREMAZON PREMOLDADOS DE CONCRETO LTDA	01.532.081/0002-14	06.321.422-9	468.299,30	0,00	1.286.158,78
PROJEART INDUSTRIA DE ESTRUTURAS METALICAS LTDA	41.632.928/0001-76	06.911.241-0	823.226,64	0,00	4.075.810,36
PUERI IND E COM DE CONFECCOES S/A	12.215.224/0001-08	06.925.509-1	0,00	564.014,81	0,00
PVC INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA	01.141.531/0001-67	06.970.291-8	143.835,97	0,00	1.190.510,52
QUIMIL-INDUSTRIA E COMERCIO DE RESINAS, CARGAS MINERAIS E TINTAS LTDA	07.740.790/0001-90	06.385.848-7	363.693,23	0,00	988.262,70
QUIMPLAST INDUSTRIA DE FORRO DE PVC LTDA	11.444.580/0001-22	06.412.350-2	94.236,04	0,00	243.969,61
R & A INDUSTRIA E COMERCIO DE CALCADOS LTDA	13.345.280/0001-11	06.556.502-9	0,00	741,29	0,00
R M EMBALAGENS E BRINDES LTDA ME	10.746.009/0001-08	06.382.600-3	3.793,66	0,00	10.398,65
RANCO EMBALAGENS S/A	07.284.656/0001-22	06.108.749-1	2.269.910,68	0,00	6.184.490,34
RB CALCADOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	08.845.922/0001-01	06.211.192-2	6.343,83	0,00	576.833,86
REDUCTO IND DE CONFECCOES LTDA-EPP	02.590.035/0001-53	06.267.606-7	0,00	29.731,07	0,00
REN ULIS IND COM IMP E EXP MAT EXPO	00.203.493/0001-67	06.898.322-0	0,00	5.487,94	0,00
RESOL DO BRASIL INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA	09.344.349/0001-15	06.359.696-2	0,00	2.624,71	0,00
RIO DO PEIXE INDUSTRIA DE ÁGUA MINERAL LTDA	08.472.909/0001-54	06.202.064-1	216.060,66	0,00	590.012,93
RNS INDUSTRIA DE MODA LTDA	01.879.841/0001-83	06.988.825-6	0,00	9.343,42	0,00
ROBERTO LEANDRO DE DEUS - ME	02.642.475/0001-07	06.282.247-0	0,00	18.857,25	0,00
ROCHETEC TECNOLOGIA EM ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA	02.696.104/0002-99	06.291.439-1	0,00	40.119,40	0,00
ROMAZI COMERCIO E INDUSTRIA DE PLASTICOS LTDA	73.770.273/0001-99	06.913.943-1	350.013,71	0,00	979.028,89
RT IND DE EQUIP DE TELECOM LTDA	02.445.210/0001-19	06.265.937-5	0,00	682,46	0,00
RUAH INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA	03.875.890/0001-73	06.298.989-8	360.359,74	0,00	1.227.826,58
RUBBERLOSS INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE BORRACHA LTDA	07.861.712/0002-25	06.506.316-3	86.424,51	0,00	221.094,02
SABAO JUA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	04.770.484/0001-09	06.317.641-6	933.981,96	0,00	2.542.939,08
SAGIAN ACESSORIOS LTDA	02.820.746/0001-77	06.279.984-3	0,00	63.853,33	0,00
SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUÇÃO LTDA.	61.064.838/0131-11	06.558.269-1	520.016,21	0,00	1.484.938,11
SAMARINA INDUSTRIA DE MASSAS ALIMENTICIAS E RACOES LTDA	03.973.127/0001-85	06.301.534-0	0,00	1.508,88	0,00
SANGATI BERGA S/A	41.426.487/0001-56	06.897.588-0	1.120.092,87	0,00	2.936.230,23
SANTANA TEXTIL S/A	72.418.478/0001-47	06.922.113-8	259.831,48	0,00	23.382.701,53
SANTELISA INDUSTRIA DE EMBALAGENS S/A	06.604.714/0002-76	06.017.804-3	2.239.381,86	0,00	6.009.595,60

PROGRAMA FDI PROVIN

Cliente	CNPJ	CGF	Vincendo	Vencido	Fundo Perdido
SAO BRAZ INDUSTRIA DE BEBIDAS LTDA	05.997.125/0001-51	06.687.014-3	1.393.710,81	0,00	3.817.941,62
SCHNEIDER ELECTRIC IT BRASIL IND E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRON LTD	07.108.509/0001-00	06.847.699-0	161.876,39	0,00	757.077,28
SILVEIRA & RUPPENTHAL LTDA	72.460.074/0002-00	06.960.285-9	0,00	32.021,78	0,00
SIMONE L D DE ANDRADE ME	00.187.748/0001-45	06.939.725-2	0,00	109.258,73	0,00
SINGER DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	61.432.506/0002-45	06.984.793-2	28.514,88	0,00	2.482.764,96
SIRIUS INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A	10.843.139/0001-50	06.284.953-0	97.446,51	0,00	267.023,95
SITEC TEXTIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	01.752.475/0001-05	06.985.532-3	205.891,93	0,00	598.097,66
SOAGRO/SOC AGRO INDL DO NE LTDA	07.796.931/0001-97	06.018.271-7	0,00	49.541,59	0,00
SOBRAL PRODUTORA DE ARTEFATOS TEXTEIS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	02.343.608/0001-44	06.998.720-3	292.257,79	0,00	796.701,45
SPN IND DE PALMILHAS NORDESTE LTDA	01.743.512/0001-00	06.984.918-8	0,00	2.863,48	0,00
SPOT INDUSTRIA & COMERCIO DE TELHAS LTDA	41.653.692/0001-54	06.906.399-0	282,58	0,00	691,72
SPT INDUSTRIA DE CALÇADOS LTDA	17.062.868/0001-19	06.439.739-4	278.068,89	0,00	752.072,22
STARPET RECICLAGENS LTDA	04.801.160/0001-90	06.318.456-7	0,00	168.743,90	0,00
STEIN INDUSTRIA E COMERCIO DO NORDESTE LTDA	02.518.869/0001-58	06.266.310-0	8.595,13	0,00	22.554,24
SUCOS DO BRASIL S/A	05.919.420/0001-90	06.684.424-0	52.233,74	1.636.896,05	128.102,43
T & A CONSTRUCAO PRE-FABRICADA S/A	01.301.612/0001-87	06.974.856-0	176.401,93	0,00	437.776,40
TBM TEXTIL BEZERRA DE MENEZES S/A	07.671.092/0011-52	06.307.837-6	7.749,56	0,00	704.701,24
TBM TEXTIL BEZERRA DE MENEZES S/A	07.671.092/0001-80	06.813.599-8	216.087,90	0,00	19.170.333,22
TEBASA S/A	07.298.995/0001-68	06.006.495-1	0,00	8.227.486,79	0,00
TECBRITA TECNOLOGIA BRITAGEM LTDA	07.112.014/0001-46	06.005.852-8	112.213,35	0,00	301.598,11
TECNOLITY DO NORDESTE LTDA	02.538.983/0001-40	06.267.648-2	393.934,81	0,00	6.440.192,87
TECNOQUIMICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	04.439.228/0001-33	06.311.835-1	246.961,68	0,00	667.323,73

PROGRAMA FDI PROVIN

Cliente	CNPJ	CGF	Vincendo	Vencido	Fundo Perdido
TERMISA INDUSTRIAL S/A	12.233.284/0001-45	06.095.679-8	61.884,39	0,00	166.981,16
TERRA DO SOL INDUSTRIA DE CADERNOS LTDA	07.600.706/0001-33	06.186.173-1	165.659,02	0,00	452.619,22
TERRAMARIS INDUSTRIA E COMERCIO DE CALCADOS INJETADOS LTDA	08.311.517/0001-03	06.212.071-9	152.084,63	19.357,72	514.747,44
TEXTIL HORIZONTE ETIQUETAS LTDA	41.596.800/0001-02	06.922.101-4	0,00	199.067,81	0,00
TINTAS HIDRACOR S/A	04.706.416/0001-80	06.822.956-9	6.149.898,10	0,00	16.880.392,07
TRÊS CORAÇÕES ALIMENTOS S.A.	63.310.411/0001-01	06.864.509-0	5.505.709,04	0,00	15.057.810,73
TREVO INDUSTRIAL DE ACARTONADOS S/A	06.956.391/0001-07	06.366.722-3	1.038.181,62	0,00	2.782.570,84
TRISOFT MANTAS DE POLIESTER LTDA	11.198.594/0003-75	06.620.877-7	148.708,96	0,00	406.293,28
TROPICAL RAFIA IND E COM S A	11.801.099/0001-47	06.072.720-9	0,00	1.509.623,02	0,00
TUBOARTE INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI - ME	01.802.541/0001-04	06.986.761-5	19.997,45	0,00	1.966.682,91
TUBOTECNICO IND COM EMBALAGENS LTDA	03.466.523/0001-16	06.288.223-6	77.629,01	0,00	212.612,36
UNIFLEX INDUSTRIA TINTAS LTDA - EPP	69.372.415/0001-92	06.915.846-0	0,00	6.703,45	0,00
UNILAB INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS OFTALMOLOGICOS LTDA	08.038.666/0001-40	06.201.988-0	32.550,39	0,00	89.850,18
UNITEXTIL UNIAO INDUSTRIAL TEXT S/A	07.203.904/0001-63	06.163.432-8	5.571,27	0,00	550.626,20
VCA IND E COM DE CALCADOS	07.582.916/0001-46	06.186.368-8	0,00	5.259,15	0,00
VERONA GARDEN LTDA	02.305.054/0001-90	06.266.565-0	0,00	1.097.667,43	0,00
VICUNHA IND DE IMPL RODOVIARIOS LTD	12.976.890/0002-31	06.998.309-7	34.742,62	936.574,13	86.407,26
VILLAS BOAS RADIOFARMACOS BRASIL S/A	08.944.601/0002-45	06.613.654-7	57.810,34	0,00	167.104,08
VINIARTEFATOS COM. IMP. EXPORT LTDA	01.558.722/0007-14	06.710.373-1	14.700,02	0,00	42.034,69
VINILFORTE LAM PLAST DO NORDST S A	01.453.895/0001-82	06.995.540-9	0,00	18.841,50	0,00
VOTORANTIM CIMENTOS N/NE S/A	10.656.452/0071-92	06.216.549-6	1.741.283,17	0,00	4.619.206,20
VOTORANTIM CIMENTOS N/NE S/A	10.656.452/0053-00	06.321.979-4	8.462.432,68	0,00	22.320.623,86
VULCABRAS AZALEIA - CE CALCADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S/A	00.954.394/0001-17	06.966.258-4	2.315.946,78	0,00	207.356.696,80
WHITE STONE DO BRASIL S/A	00.714.625/0001-15	06.972.658-2	0,00	0,00	0,00
WILAPLAST INDUSTRIA DE INJETADOS LT	90.108.184/0004-43	06.364.104-6	294.841,46	0,00	794.111,13
YAMACOM NORDESTE S/A	41.298.134/0001-18	06.099.666-8	0,00	28.269,87	0,00
YOSHIDA NORDESTE S/A IND E COMERCIO	23.598.865/0001-05	06.967.790-5	493.341,64	0,00	1.309.085,29
YPIOCA INDUSTRIAL DE BEBIDAS S.A	15.209.980/0001-04	06.599.740-9	238.189,67	0,00	20.055.336,42
YPLASTIC EMBALAGENS PLÁSTICAS S/A	15.293.108/0001-97	06.519.188-9	115.741,59	0,00	328.291,78
ZANOTTI PACATUBA IND COM ARTIG TEXT	10.892.699/0001-03	06.392.764-0	123.276,97	0,00	11.064.251,84
ZIPPY INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	01.154.438/0001-97	06.970.086-9	0,00	586.876,68	0,00
Total Geral			288.425.719,33	53.748.908,87	2.324.268.589,86

PROGRAMA FDI PROADE

Cliente	CNPJ	CGF	Vincendo	Vencido	Fundo Perdido
ACO CEARENSE INDUSTRIAL LTDA	00.990.842/0003-08	06.188.473-1	874.311,87	0,00	78.783.539,91
ACO CEARENSE INDUSTRIAL LTDA	00.990.842/0001-38	06.965.086-1	206.464,53	0,00	16.933.413,83
BOM SINAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	02.358.255/0001-56	06.999.020-4	7.637,50	0,00	754.838,60
COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODI	10.260.249/0003-51	06.420.483-9	551.875,56	0,00	49.972.146,73
CSP - COMPANHIA SIDERÚRGICA DO PECÉM	09.509.535/0001-67	06.369.166-3	714.837,89	0,00	67.710.039,38
FARMACE-INDUSTRIA QUIMICO FARMACEUTICA CEARENSE LTDA	06.628.333/0001-46	06.848.007-5	267.580,59	0,00	25.297.116,02
FRESENIUS KABI BRASIL LTDA	49.324.221/0008-80	06.843.694-7	228.222,03	0,00	21.664.738,10
HOPE DO NORDESTE LTDA	03.007.414/0001-30	06.277.072-1	16.053,87	0,00	1.586.654,31
OSASUNA PARTICIPACOES LTDA	03.941.904/0001-00	06.698.640-0	1.271.201,61	0,00	107.094.904,32
VICUNHA TEXTIL S/A	07.332.190/0012-46	06.820.628-3	1.020.558,05	0,00	91.298.635,37
VICUNHA TEXTIL S/A	07.332.190/0010-84	06.837.905-6	1.865,76	0,00	174.782,42
VICUNHA TEXTIL S/A	07.332.190/0008-60	06.915.931-9	513.877,31	0,00	46.209.338,36
Total Geral			5.674.486,57	0,00	507.480.147,35



EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
LEI Nº 6.404/76 E SUAS
ALTERAÇÕES (LEIS Nº 11.638/07 E
11.941/09)**

**BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIO 2018**

	(R\$ 1,00)												
ATIVO	ADECE	CAGECE	CIPP S/A	CEASA	CEGÁS	CODECE	COGERH	COHAB*	EMATERCE	ZPE CEARÁ	ETICE	METROFOR	TOTAL
ATIVO CIRCULANTE	24.121.485	542.909.000	254.109.000	6.362.805	154.719.000	15.875.000	100.293.572	1.817.040	3.367.583	10.940.249	7.171.488	29.743.439	1.151.429.660
DISPONIBILIDADES	12.767.780	1.206.000	222.135.000	1.762.563	122.215.000	12.047.000	67.098.431	475.684	1.571.530	9.015.181	1.170.306	18.922.453	470.386.927
DIREITOS REALIZÁVEIS	11.307.488	524.387.000	30.418.000	4.331.106	31.457.000	3.809.000	32.235.036	1.327.863	1.159.470	1.922.999	5.806.760	1.594.551	649.756.273
ESTOQUES	45.449	17.316.000	211.000	289.135	688.000	19.000	958.330	13.494	634.842		194.422	9.224.216	29.553.888
DESPESAS ANTECIPADAS	768		1.345.000		379.000		1.775		1.741	2.069		2.219	1.732.572
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	91.217.142	3.252.467.000	935.522.000	4.796.503	239.188.000	37.156.000	257.178.818	405.864.080	15.485.134	5.992.385	6.773.534	1.855.604.881	7.107.245.478
REALIZÁVEL LONGO PRAZO		478.881.000	1.263.000		113.886.000	981.000	16.590.675	398.247.293	5.133.337	806	1.694.680	8.432.002	1.025.109.793
INVESTIMENTOS	87.434.101		94.633.000	42.916	14.000	35.658.000	239.691.151	16.994	31.878	2.242.611	1.000	1.000	459.765.650
IMOBILIZADO	1.438.084	43.078.000	55.762.000	4.753.587	125.288.000	516.000	10.319.919	7.599.794	10.319.919	994.078	3.629.607	1.823.261.453	2.076.640.522
INTANGÍVEL	2.344.957	2.730.508.000	783.810.000			1.000	896.992			2.754.890	1.449.247	27.508	3.521.792.595
DIFERIDO			54.000									23.882.918	23.936.918
TOTAL DO ATIVO	115.338.627	3.795.376.000	1.189.631.000	11.159.307	393.907.000	53.031.000	357.472.390	407.681.121	18.852.716	16.932.634	13.945.023	1.885.348.320	8.258.675.138
PASSIVO													
PASSIVO CIRCULANTE	11.170.227	327.149.000	51.486.000	2.947.892	72.878.000	913.000	32.768.231	2.863.901	29.932.166	3.223.203	4.752.422	17.031.206	557.115.248
FORNECEDORES	43.955	124.618.000	4.893.000	1.156.566	31.496.000	283.000	6.275.640	310.144	310.144	606.237	1.783.419	12.573.926	184.039.886
OBRIG. SOCIAIS/TRIBUTÁRIA	944.992	71.415.000	3.355.000	1.203.022	2.935.000	336.000	3.856.205	5.396	18.285.041	1.331.800	1.097.437	3.448.993	108.213.885
CONVÊNIOS	10.132.512						19.203.831					18.597	18.597
EMPRES. FINANCIAMENTOS		61.125.000	40.900.000	53.604	19.527.000	294.000	3.432.555	2.768.641	11.336.981	1.119.619	19.882	398.313	83.420.641
OUTRAS OBRIGAÇÕES	48.768	69.991.000	2.338.000	534.701	18.914.000	6.000		63		165.547	1.851.685	591.378	146.508.785
PROVISÕES								89.801					5.577.112
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	1.229.669	1.028.439.000	50.378.000	1.620.274	131.212.000	32.107.000	114.263.809	669.566.047	97.106.733	0	3.895.822	741.658.975	2.871.477.328
FORNECEDORES	1.229.669	335.971.000		1.610.772	34.029.000			669.566.047	97.106.733				1.041.176.818
EMPRES. FINANCIAMENTOS		692.468.000	50.378.000	9.502	97.183.000	32.107.000	114.263.809				3.895.822	741.658.975	1.829.070.841
OUTRAS OBRIGAÇÕES													
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	102.938.731	2.439.788.000	1.087.767.000	6.591.142	189.817.000	20.011.000	210.440.350	-264.748.827	-108.186.183	13.709.432	5.296.778	1.125.658.139	4.830.082.562
CAPITAL SOCIAL	105.460.145	1.869.622.000	286.414.000	823.759	125.628.000	15.489.000	142.199.867	29.404.405	2.511.584	10.000.008	50.000	1.941.400.000	4.529.002.768
RESERVAS		170.259.000	17.989.000	3.548.916	36.971.000	10.500.000	68.240.483	4.304.970	15.363.395	1.250.358	5.246.778	66.106.037	314.005.535
AJUSTES / OUTROS		399.907.000	783.364.000	246.236	27.218.000	-5.978.000		-298.458.202	-126.061.162	2.459.066			1.298.968.704
LUCRO/PREJ. ACUMULADO	-2.521.414			1.972.231								-880.847.899	-1.311.894.445
TOTAL DO PASSIVO	115.338.627	3.795.376.000	1.189.631.000	11.159.307	393.907.000	53.031.000	357.472.390	407.681.121	18.852.716	16.932.634	13.945.023	1.885.348.320	8.258.675.138

NOTA: DADOS EXTRAÍDOS DOS DEMONSTRATIVOS DAS EMPRESAS, SUJEITOS A ALTERAÇÕES POSTERIORES DEVIDO A ANÁLISE DE AUDITÓRIAS EXTERNAS.

(*) A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ (COHAB) ENCONTRA-SE EM PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO DESDE DEZEMBRO DE 1999, CONFORME LEI N° 12.961/1999.

DADOS SUJEITOS A ALTERAÇÕES EM VIRTUDE DOS BALANÇOS DAS EMPRESAS ATENDEREM AO PRAZO DA LEI 6.404/1976, QUE SÃO DIFERENTES DO ESTABELECIDO PARA A ÁREA PÚBLICA.

**DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS
EXERCÍCIO 2018**

GRUPOS	COMPANHIAS	(R\$ 1,00)												
		ADECE	CAGECE	CIPP S/A	CEASA	CEGÁS	CODECE	COGERH	COHAB*	EMATERCE	ZPE CEARÁ	ETICE	METROFOR	TOTAL
SALDO INÍCIO DO EXERCÍCIO		-4.279.489		-22.862.000	938.211		-1.174.000		-279.741.386	-125.400.975			-699.941.562	-1.132.461.201
AJUSTE DE EXERC. ANTERIOR			28.471.000					70.589		186.795				28.728.385
SALDO AJUST. E CORRIGIDO		-4.279.489	28.471.000	-22.862.000	938.211	0	-1.174.000	0	-279.670.797	-125.214.179	0	0	-699.941.562	-1.103.732.816
REVERSÃO DE RESERVAS														0
LUCRO(PREJ.) LÍQ. EXERCÍCIO		1.758.074	132.714.000	48.231.000	1.034.021	56.674.000	-4.804.000	14.880.264	-18.787.405	-846.982	2.875.212	2.067.194	-180.906.337	54.889.041
FORMAÇÃO DE RESERVAS			-129.041.000	-10.803.000		-13.771.000		-14.880.264			-2.875.212	-2.067.194		-173.437.670
DIVIDENDOS			-32.144.000	-1.457.000		-32.899.000								-66.500.000
OUTROS				-13.109.000		-10.004.000								-23.113.000
SALDO NO FINAL DO EXERCÍCIO		-2.521.414	0	0	1.972.231	0	-5.978.000	0	-298.458.202	-126.061.162	0	0	-880.847.899	-1.311.894.445

NOTA: DADOS EXTRAÍDOS DOS DEMONSTRATIVOS DAS EMPRESAS, SUJEITOS A ALTERAÇÕES POSTERIORES DEVIDO A ANÁLISE DE AUDITORIAS EXTERNAS.

(*) A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ (COHAB) ENCONTRA-SE EM PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO DESDE NOVEMBRO DE 1999, CONFORME LEI N° 12.961/99.

DADOS SUJEITOS A ALTERAÇÕES EM VIRTUDE DOS BALANÇOS DAS EMPRESAS ATENDEREM AO PRAZO DA LEI 6.404/1976, QUE SÃO DIFERENTES DO ESTABELECIDO PARA A ÁREA PÚBLICA.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
EXERCÍCIO 2018**

GRUPOS	COMPANHIAS													TOTAL
	ADECE	CAGECE	CIPP S/A	CEASA	CEGÁS	CODECE	COGERH	COHAB*	EMATERCE	ZPE CEARÁ	ETICE	METROFOR	TOTAL	
RECEITA BRUTA OPERACIONAL	20.067.437	1.423.034.000	146.802.000	23.583.308	385.245.000	340.000	168.063.277	411.133	101.633.997	40.854.326	69.632.725	26.563.054	2.406.230.257	
(-)DEDUÇÕES				1.345.332			6.974.605		26.809		2.618.485		10.965.230	
RECEITA LÍQUIDA	20.067.437	1.423.034.000	146.802.000	22.237.976	385.245.000	340.000	161.088.672	411.133	101.607.189	40.854.326	67.014.240	26.563.054	2.395.265.027	
(-)CUSTOS DE VENDA	4.405.606	783.250.000	51.575.000		307.626.000	155.000	122.734.468		64.913.536	14.140.962	60.192.403	129.560.771	1.538.553.747	
LUCRO BRUTO	15.661.831	639.784.000	95.227.000	22.237.976	77.619.000	185.000	38.354.204	411.133	36.693.652	26.713.364	6.821.837	-102.997.717	856.711.280	
(-)DESPESAS OPERACIONAIS	14.025.383	447.041.000	39.940.000	20.920.100	25.600.000	8.252.000	27.047.755	4.194.545	37.825.505	21.992.592	9.169.569	104.968.065	760.976.515	
(+)RECEITAS OPERACIONAIS			5.271.000		6.568.000	4.808.000	612.644			418.289	31.128		17.709.061	
RESULTADO OPERACIONAL	1.636.448	192.743.000	60.558.000	1.317.876	58.587.000	-3.259.000	11.919.093	-3.783.412	-1.131.853	5.139.061	-2.316.605	-207.965.782	113.443.827	
(-)OUTRAS DESPESAS	6.743	113.298.000	805.000	2.392	3.882.000	2.898.000	8.503	18.048.432			40.252	7.513	138.996.836	
(+)OUTRAS RECEITAS	665.592	84.081.000	3.278.000		8.473.000	1.353.000	4.441.348	3.044.439	284.870	49.255	289.662	27.066.959	133.027.125	
(-)PROVISÕES	537.223	30.812.000	14.800.000	281.463	6.504.000		1.471.674			2.313.103			56.719.464	
RESULT. LÍQ. DO EXERCÍCIO	1.758.074	132.714.000	48.231.000	1.034.021	56.674.000	-4.804.000	14.880.264	-18.787.405	-846.982	2.875.212	-2.067.194	-180.906.337	50.754.652	

NOTA: DADOS EXTRAÍDOS DOS DEMONSTRATIVOS DAS EMPRESAS SUJEITOS A ALTERAÇÕES POSTERIORES DEVIDO A ANÁLISE DE AUDITORIAS EXTERNAS.

(*) A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ (COHAB) ENCONTRA-SE EM PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO DESDE NOVEMBRO DE 1999, CONFORME LEI Nº 12.961/99.

DADOS SUJEITOS A ALTERAÇÕES EM VIRTUDE DOS BALANÇOS DAS EMPRESAS ATENDEREM AO PRAZO DA LEI 6.404/1976, QUE SÃO DIFERENTES DO ESTABELECIDO PARA A ÁREA PÚBLICA.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIO 2018**

FLUXOS	COMPANHIAS											TOTAL	
	ADECE	CAGECE	CIPP S/A	CEASA	CEGÁS	CODECE	COGERH	COHAB*	EMATERCE	ZPE CEARÁ	ETICE		METROFOR
ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.893.148	290.023.000	-8.910.000	1.519.492	84.991.000	-3.172.000	18.857.651	0	-455.515	2.449.091	-614.265	-106.364.139	280.217.463
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.758.074	132.714.000	48.231.000	1.034.021	56.674.000	-4.804.000	14.880.264		-846.982	2.875.212	-2.067.194	-180.906.337	69.542.058
VALORES QUE NÃO AFETAM CAIXA	466.328	304.254.000	996.000	389.023	15.490.000	115.000	24.001.960		2.854.889	1.053.991	1.488.429	75.742.082	426.851.703
VARIAÇÃO NO ATIVO/PASSIVO	-331.254	-146.945.000	-58.137.000	96.448	12.827.000	1.517.000	-20.024.573		-2.463.422	-1.480.111	-35.500	-1.199.885	-216.176.297
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-3.103.628	-239.876.000	-22.579.000	-272.343	-18.864.000	-1.220.000	-12.619.720			-3.089.533	-2.946.875	-74.195.321	-378.766.420
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-50.029.000	224.339.000		-55.160.000		1.066.294					171.691.354	291.907.648
TOTAL DE FLUXO DE CAIXA	-1.210.480	118.000	192.850.000	1.247.150	10.967.000	-4.392.000	7.304.225	0	-455.515	-640.442	-3.561.140	-8.868.107	193.358.690
CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	13.978.260	1.088.000	29.285.000	515.414	111.248.000	16.439.000	59.794.207		2.027.046	9.655.622	4.731.446	27.790.560	276.552.555
CAIXA NO FIM DO PERÍODO	12.767.780	1.206.000	222.135.000	1.762.563	122.215.000	12.047.000	67.098.432		1.571.530	9.015.181	1.170.306	18.922.453	469.911.245
SALDO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	-1.210.480	118.000	192.850.000	1.247.150	10.967.000	-4.392.000	7.304.225	0	-455.515	-640.442	-3.561.140	-8.868.107	193.358.690

NOTA: DADOS EXTRAÍDOS DOS DEMONSTRATIVOS DAS EMPRESAS, SUJEITOS A ALTERAÇÕES POSTERIORES DEVIDO A ANÁLISE DE AUDITORIAS EXTERNAS.
(*)COMPANHIA DESOBRIGADA À ELABORAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO, LEI 6.404/76 ART. 176, § 6º (REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 11.638/2007).

DADOS SUJEITOS A ALTERAÇÕES EM VIRTUDE DOS BALANÇOS DAS EMPRESAS ATENDEREM AO PRAZO DA LEI 6.404/1976, QUE SÃO DIFERENTES DO ESTABELECIDO PARA A ÁREA PÚBLICA.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIO 2018**

ELEMENTOS	COMPANHIAS	ADECE*	CAGECE	CIPP S/A*	CEASA*	CEGÁS	CODECÉ*	COGERH*	COHAB*	EMATERCE*	ZPE CEARÁ	ETICE*	METROFOR*	TOTAL
(R\$ 1,00)														
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO														
RECEITA BRUTA			1.523.272.000	174.901.000		534.961.000					46.144.582	69.663.853		2.348.942.435
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			-694.610.000	-63.928.000		-418.017.000					-27.343.560	-38.542.646		-1.242.441.206
TRANSFERÊNCIA DE OUTRAS SOCIEDADES			86.291.000	3.278.000		8.473.000					418.289	289.661		98.749.950
RETENÇÕES			-148.386.000	-2.453.000		-15.504.000					-1.053.991	-1.488.429		-168.885.420
TOTAL DO VALOR ADICIONADO GERADO		0	766.567.000	111.798.000	0	109.913.000	0	0	0	0	18.165.320	29.922.439	0	1.036.365.759
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO														
PESSOAL			297.441.000	24.439.000		11.523.000					7.428.057	29.193.084		370.024.141
GOVERNO			204.051.000	32.994.000		25.339.000					7.449.249	2.756.298		272.589.547
FINANCIADORES			132.361.000	5.329.000		16.376.000					412.802	40.252		154.519.054
ACIONISTAS			132.714.000	805.000		56.675.000					2.875.212	-2.067.194		190.194.000
RETENÇÃO PARA INVESTIMENTOS				48.231.000										49.039.018
TOTAL DO VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO		0	766.567.000	111.798.000	0	109.913.000	0	0	0	0	18.165.320	29.922.439	0	1.036.365.759

NOTA: DADOS EXTRAÍDOS DOS DEMONSTRATIVOS DAS EMPRESAS; SUJEITOS A ALTERAÇÕES POSTERIORES DEVIDO A ANÁLISE DE AUDITORIAS EXTERNAS.

(*COMPANHIAS DESOBRIGADAS À ELABORAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO, LEI 6.404/76 ART 176, INCISO V (INCLUÍDO PELA LEI N° 11.638/2007).

DADOS SUJEITOS A ALTERAÇÕES EM VIRTUDE DOS BALANÇOS DAS EMPRESAS ATENDEREM AO PRAZO DA LEI 6.404/1976, QUE SÃO DIFERENTES DO ESTABELECIDO PARA A ÁREA PÚBLICA.



**DEMONSTRATIVOS
CONSOLIDADOS
ADMINISTRAÇÃO DIRETA E
INDIRETA**



Receitas Orçamentárias		Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo a Realizar (d) = (c-b)
11	RECEITAS CORRENTES	24.198.411.110,00	25.264.159.460,20	24.815.683.156,79	-448.476.303,41
111	RECEITA TRIBUTÁRIA	12.663.617.284,00	12.974.397.337,81	12.944.666.766,02	-29.730.571,79
1111	IMPOSTOS	11.903.702.220,00	12.188.637.273,81	12.157.952.228,73	-30.685.045,08
1112	TAXAS	759.915.064,00	785.760.064,00	786.714.537,29	954.473,29
112	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.827.849.676,00	2.048.769.676,00	1.923.363.405,06	-125.406.270,94
1121	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.827.849.676,00	2.048.769.676,00	1.923.363.405,06	-125.406.270,94
113	RECEITA PATRIMONIAL	957.134.620,00	971.047.799,26	771.872.867,71	-199.174.931,55
1131	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	9.885.606,00	9.885.606,00	4.444.038,63	-5.441.567,37
1132	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	291.596.592,00	292.700.257,03	295.075.806,39	2.375.549,36
1133	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	153.705.620,00	153.705.620,00	11.046.306,80	-142.659.313,20
1136	RECEITA DA CESSÃO DE DIREITOS	500.000.000,00	512.809.514,23	461.216.565,60	-51.592.948,63
1139	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	1.946.802,00	1.946.802,00	90.150,29	-1.856.651,71
114	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	8.290,92	8.290,92
1142	RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	0,00	0,00	8.290,92	8.290,92
116	RECEITA DE SERVIÇOS	122.534.898,00	141.949.045,35	120.267.197,18	-21.681.848,17
1160	RECEITA DE SERVIÇOS	122.534.898,00	141.949.045,35	120.267.197,18	-21.681.848,17
117	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.007.725.787,00	8.089.910.039,10	7.930.162.233,41	-159.747.805,69
1172	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	7.834.176.863,00	7.879.657.744,42	7.838.657.824,48	-40.999.919,94
1173	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	22.440.710,00	22.440.710,00	6.212.184,87	-16.228.525,13
1175	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	1.770.000,00	1.770.000,00	1.373.613,20	-396.386,80
1176	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	149.338.214,00	186.041.584,68	83.918.610,86	-102.122.973,82
119	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	619.548.845,00	1.038.085.562,68	1.125.342.396,49	87.256.833,81
1191	MULTAS E JUROS DE MORA	275.578.812,00	275.578.812,00	282.698.627,64	7.119.815,64
1192	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	148.208.929,00	353.208.929,00	401.194.736,97	47.985.807,97
1193	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	44.026.080,00	44.026.080,00	61.929.411,04	17.903.331,04
1199	RECEITAS DIVERSAS	151.735.024,00	365.271.741,68	379.519.620,84	14.247.879,16
12	RECEITAS DE CAPITAL	3.170.993.791,00	3.775.768.988,21	1.484.162.527,86	-2.291.606.460,35
121	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.124.808.976,00	2.606.226.411,49	908.064.839,15	-1.698.161.572,34
1211	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	939.464.863,00	1.359.118.896,30	95.284.451,01	-1.263.834.445,29
1212	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	1.185.344.113,00	1.247.107.515,19	812.780.388,14	-434.327.127,05
122	ALIENAÇÃO DE BENS	61.278,00	93.478,00	14.494.759,01	14.401.281,01
1221	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	61.278,00	93.478,00	1.015.675,97	922.197,97
1222	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	13.479.083,04	13.479.083,04
123	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	3.496.246,20	3.496.246,20
1230	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	3.496.246,20	3.496.246,20



Receitas Orçamentárias		Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo a Realizar (d) = (c-b)
124	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.046.123.537,00	1.066.949.098,72	410.908.696,13	-656.040.402,59
1242	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	63.374.033,00	69.895.376,16	21.088.901,63	-48.806.474,53
1243	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	290.000,00	8.927.295,14	0,00	-8.927.295,14
1244	TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	3.550.000,00	4.357.149,26	0,00	-4.357.149,26
1247	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	978.909.504,00	983.769.278,16	389.819.794,50	-593.949.483,66
125	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	102.500.000,00	147.197.987,37	44.697.987,37
1259	OUTRAS RECEITAS	0,00	102.500.000,00	147.197.987,37	44.697.987,37
Subtotal das Receitas: (III) = (I) + (II)		27.369.404.901,00	29.039.928.448,41	26.299.845.684,65	-2.740.082.763,76

Operações de Crédito/Financiamento (IV):					
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Subtotal com Refinanciamento (V) = (III + IV): 27.369.404.901,00 29.039.928.448,41 26.299.845.684,65 -2.740.082.763,76

Déficit (VI): 0,00 730.361.782,16 680.578.766,23 -49.783.015,93

Total (VII)=(V + VI): 27.369.404.901,00 29.770.290.230,57 26.980.424.450,88 -2.789.865.779,69

SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS) 730.911.271,71 -2.630.723.896,56

Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores
Superávit Financeiro
Reabertura de créditos adicionais

730.911.271,71

3.361.635.168,27

3.361.635.168,27

730.911.271,71

Despesas Orçamentárias		Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j)=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)							
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	22.608.605.682,00	24.128.480.272,41	23.083.877.847,92	22.688.941.180,12	22.452.369.504,49	1.044.602.424,49
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	12.497.629.818,00	12.781.896.607,66	12.238.296.004,43	12.238.037.175,81	12.129.444.802,31	543.600.603,23
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	562.754.611,00	567.521.311,53	562.907.752,50	562.907.752,50	562.907.752,50	4.613.559,03
		9.548.221.253,00	10.779.062.353,22	10.282.674.090,99	9.887.996.251,81	9.760.016.949,68	496.388.262,23
DESPESAS DE CAPITAL (IX)							
44	INVESTIMENTOS	4.706.859.269,00	5.641.809.958,16	3.896.546.602,96	3.708.516.052,71	3.689.592.129,55	1.745.263.355,20
45	INVERSÕES FINANCEIRAS	3.756.181.815,00	4.642.657.005,91	2.921.324.110,41	2.733.293.560,16	2.714.369.637,00	1.721.332.895,50
		52.674.417,00	178.730.688,10	168.834.870,55	168.834.870,55	168.834.870,55	9.895.817,55



Despesas Orçamentárias		Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j)=(f-g)
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	898.003.037,00	820.422.264,15	806.387.622,00	806.387.622,00	806.387.622,00	14.034.642,15
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)		53.939.950,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	53.939.950,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal das Despesas (XI) = (VII+ IX+X):		27.369.404.901,00	29.770.290.230,57	26.980.424.450,88	26.397.457.232,83	26.141.961.634,04	2.789.865.779,69
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XII):		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento (XII)=(XI+XII):		27.369.404.901,00	29.770.290.230,57	26.980.424.450,88	26.397.457.232,83	26.141.961.634,04	2.789.865.779,69
Superávit (XIII):		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (XIV)=(XI+XIII):		27.369.404.901,00	29.770.290.230,57	26.980.424.450,88	26.397.457.232,83	26.141.961.634,04	2.789.865.779,69
Reserva do RPPS							



Restos a Pagar Não-Processados - Anexo 1	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
DESPESAS CORRENTES	14.621.961,19	304.284.340,18	168.838,88	268.997.851,70	23.475.473,16	26.432.976,51
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	363.070,51	0,00	7.559,88	27.319,35	335.751,16	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.258.890,68	304.284.340,18	161.279,00	268.970.532,35	23.139.722,00	26.432.976,51
DESPESAS DE CAPITAL	15.723.812,45	341.009.779,57	2.889.919,59	252.211.523,63	74.586.411,14	29.935.657,25
INVESTIMENTOS	15.723.812,45	341.009.779,57	2.889.919,59	252.211.523,63	74.586.411,14	29.935.657,25
Total:	30.345.773,64	645.294.119,75	3.058.758,47	521.209.375,33	98.061.884,30	56.368.633,76

Restos a Pagar Processados - Anexo 2	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
DESPESAS CORRENTES	813.888,62	193.199.387,39	0,00	186.506.169,50	2.727.083,24	4.780.023,27
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	211.412,35	52.651.582,62	0,00	52.289.380,73	208.741,35	364.872,89
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	602.476,27	140.547.804,77	0,00	134.216.788,77	2.518.341,89	4.415.150,38
DESPESAS DE CAPITAL	1.901.268,95	25.060.520,30	0,00	22.185.957,64	1.165.634,45	3.610.197,16
INVESTIMENTOS	1.901.268,95	25.060.520,30	0,00	22.185.957,64	1.165.634,45	3.610.197,16
Total:	2.715.157,57	218.259.907,69	0,00	208.692.127,14	3.892.717,69	8.390.220,43



Ingressos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Dispêndios	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	26.299.845.684,65	25.408.954.803,79	DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)	26.980.424.450,88	24.608.352.182,76
ORDINÁRIA	19.580.894.071,27	17.802.621.950,80	ORDINÁRIA	19.757.271.500,57	18.262.788.228,16
VINCULADA	6.718.951.613,38	7.606.332.852,99	VINCULADA	7.223.152.950,31	6.345.563.954,60
PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.037.167.849,33	1.747.864.945,20	PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.901.833.894,26	1.559.852.268,90
FECOP	555.165.211,93	542.259.772,14	FECOP	496.283.609,30	568.704.089,96
TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS DE OUTROS ENTES	194.991.642,99	145.103.871,33	TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS DE OUTROS ENTES	201.969.760,88	145.694.101,76
ALIENAÇÃO DE BENS	14.348.150,00	4.890.259,44	ALIENAÇÃO DE BENS	25.983,60	1.248.371,47
MEDIDAS COMPENSATÓRIAS	15.105.584,84	40.279.030,93	MEDIDAS COMPENSATÓRIAS	33.758.121,71	30.639.539,99
FUNDEB	1.490.250.754,32	1.437.595.805,22	FUNDEB	1.437.239.898,67	1.410.314.908,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	950.892.044,89	2.059.072.273,82	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.581.741.245,29	1.122.836.445,49
CONVÊNIOS	569.354.095,33	673.335.006,54	CONVÊNIOS	612.290.951,96	681.446.548,27
SUS	798.784.696,48	744.404.454,15	SUS	757.902.458,96	765.763.022,46
OUTROS RECURSOS	92.891.583,27	211.527.434,22	OUTROS RECURSOS	200.107.025,68	59.064.657,90
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	21.112.227.220,38	19.230.763.324,90	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	21.112.227.220,38	19.230.763.324,90
COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	20.445.017.055,79	18.883.095.582,37	COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	20.445.017.055,79	18.883.095.582,37
PARA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	515.831.896,26	286.383.713,61	PARA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	515.831.896,26	286.383.713,61
PARA EXECUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	49.684.735,41	17.941.403,91	PARA EXECUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	49.684.735,41	17.941.403,91
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	101.693.532,92	43.342.625,01	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	101.693.532,92	43.342.625,01
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)	13.831.596.927,57	12.204.232.833,58	PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)	13.570.607.966,62	11.281.164.888,31
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	255.467.711,23	218.170.727,72	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	208.692.127,14	174.069.541,19
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	582.965.962,24	645.294.119,75	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	521.209.375,33	375.846.896,93
VALORES RESTITUÍVEIS	12.971.801.561,86	11.330.179.489,86	VALORES RESTITUÍVEIS	12.818.601.437,33	10.722.650.444,78
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	3.631.526.599,05	3.251.949.363,16	CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	3.465.813.532,32	3.195.339.475,35
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	27.887,56	72.579,11	CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	56.286.188,51	18.357.516,61
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	9.340.247.075,25	8.078.157.547,59	OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	9.296.501.716,50	7.508.953.452,82
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	21.361.692,24	10.588.496,25	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	22.105.026,82	8.598.005,41
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	5.490.531.344,62	3.766.860.778,32	SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	5.070.941.539,34	5.490.531.344,62
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.478.136.301,88	3.754.116.002,76	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.054.746.957,67	5.478.136.301,88
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	12.395.042,74	12.744.775,56	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	16.194.581,67	12.395.042,74
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	66.734.201.177,22	60.610.811.740,59	TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	66.734.201.177,22	60.610.811.740,59



	Ativo		Passivo	
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante				
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.054.746.957,67	5.478.136.301,88	112.707.077,50	57.545.567,95
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	5.054.746.957,67	5.478.136.301,88	7.185.523,59	10.236.089,39
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	700.398.276,33	614.853.769,29	0,00	9.219.444,50
CLIENTES	411.160,49	1.766.821,91	2.400,00	5.737,00
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	553.765.730,51	500.954.515,06	105.519.153,91	38.084.297,06
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	101.887.853,59	85.682.184,05	937.343.763,84	253.012,88
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA - CLIENTES	10.621.745,03	8.092.095,83	937.343.763,84	253.012,88
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	135.882.826,54	38.050.024,43		
(-) AJUSTES DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	-102.171.039,83	-19.691.871,99	48.382.659,53	41.030.157,10
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	141.220.008,06	294.802.471,61	48.382.659,53	41.030.157,10
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	2.375.922,93	2.421.344,72		
TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR	239.589,92	239.509,76	9.111.033,17	10.359.851,96
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	483.240,91	483.240,91	9.030.669,11	10.230.689,81
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	981.566.060,68	1.169.658.800,63	44.002,08	84.925,33
(-) AJUSTE DE PERDAS DE DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	-843.444.806,38	-878.000.424,41	36.361,98	44.236,82
ESTOQUES	1.347.293.703,26	917.590.289,86	74.635.941,14	81.099.281,37
MERCADORIAS PARA REVENDA	3.051.754,64	2.432.371,86	74.635.941,14	81.099.281,37
PRODUTOS E SERVIÇOS ACABADOS	939.085,61	939.085,61	0,00	0,00
ALMOXARIFADO	1.343.302.863,01	914.218.832,39	1.473.204.331,79	1.409.198.589,30
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS	45.876.676,33	45.146.503,49	1.373.890.452,31	1.297.375.350,86
DEMAIS VPD A APROPRIAR	45.876.676,33	45.146.503,49	99.313.879,48	111.823.238,44
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	7.289.555.621,65	7.350.529.336,13	2.655.384.806,97	1.599.486.460,56
Ativo Não Circulante				
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	12.647.090.072,04	10.055.496.984,65	68.777.861,15	90.532.212,02
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	12.430.264.647,83	9.860.222.616,27	68.777.861,15	90.532.212,02
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	216.825.424,21	195.274.368,38	12.252.726.075,74	11.389.959.175,23
INVESTIMENTOS	4.331.104.838,04	3.914.882.930,58	12.252.726.075,74	11.389.959.175,23
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES	4.326.908.068,52	3.910.686.161,06	0,00	0,00
DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES	4.196.769,52	4.196.769,52	0,00	0,00
IMOBILIZADO	22.068.070.127,28	19.637.234.660,74	731.989.476,20	504.094.564,47
BENS MÓVEIS	4.582.828.993,13	4.090.713.648,27	731.989.476,20	504.094.564,47
BENS IMÓVEIS	17.520.585.594,43	15.568.747.005,94		
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-35.344.460,28	-22.225.993,47	909.141.795,81	459.092.582,72
INTANGÍVEL	150.609.140,32	118.867.988,79	909.141.795,81	459.092.582,72
SOFTWARES	151.048.989,20	119.012.833,99	0,00	0,00
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	13.962.635.208,90	12.443.678.534,44		



	Ativo		Passivo	
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Não Circulante				
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS	364.794,02	364.794,02		
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	-804.642,90	-509.639,22		
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	39.196.874.177,68	33.726.482.564,76		
Patrimônio Líquido				
DEMAIS RESERVAS	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RESERVAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS	29.868.389.783,46	27.033.846.905,89	29.868.389.783,46	27.033.846.905,89
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	29.791.330.907,90	26.945.145.663,64	29.791.330.907,90	26.945.145.663,64
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	3.825.083.710,51	4.050.997.313,59	3.825.083.710,51	4.050.997.313,59
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	27.716.080.435,30	23.676.133.248,74	27.716.080.435,30	23.676.133.248,74
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-1.749.833.237,91	-781.984.898,69	-1.749.833.237,91	-781.984.898,69
LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS	77.058.875,56	88.701.242,25	77.058.875,56	88.701.242,25
LUCROS E PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO	-11.642.366,69	-18.338.300,76	-11.642.366,69	-18.338.300,76
LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS NOS EXERCÍCIOS ANTERIORES	88.701.242,25	107.039.543,01	88.701.242,25	107.039.543,01
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29.868.389.783,46	27.033.846.905,89	29.868.389.783,46	27.033.846.905,89

Total do Ativo:	46.486.409.799,33	41.077.011.900,89	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido:	46.486.409.799,33	41.077.011.900,89
(1) Ativo Financeiro:	5.070.941.539,34	5.490.531.344,62	(3) Passivo Financeiro:	2.288.659.747,32	2.128.896.176,35
(2) Ativo Permanente:	41.415.468.259,99	35.586.480.556,27	(4) Passivo Permanente:	15.062.936.320,95	12.586.991.052,32
Saldo Patrimonial:	29.134.813.731,06	26.361.124.672,22			

	Compensações		TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior
Compensações				
Saldo dos Atos Potenciais Ativos				
EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	587.497.328,54	671.422.115,47	64.903.236,13	64.903.236,13
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	4.167.178.606,74	4.348.455.231,98	365.961.481,66	270.719.441,08
EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	19.990.100,85	19.674.126,51	430.864.717,79	335.622.677,21
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	4.774.666.036,13	5.039.551.473,96		



	FONTE DE RECURSOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
10000	TESOURO, RECURSOS ORDINÁRIOS	17.913.033,55	13.804.938,41
10002	RECURSOS ORDINÁRIOS PARA PROJETOS PRIORITÁRIOS	399.626.773,33	0,00
10003	RECURSOS ORDINÁRIOS - CIPP	104.647.901,89	0,00
10004	RECURSOS ORIUNDOS DA CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL/BEC	31.698.241,29	0,00
10100	TESOURO, COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	-284.612.515,45	367.108.044,57
11000	TESOURO, RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	74.194.756,05	3.778.927,50
11200	TESOURO, ALIENAÇÃO DE BENS	58.876.629,24	44.407.853,83
14400	TESOURO, INDENIZAÇÃO PELA EXTRAÇÃO DO PETRÓLEO, XISTO E GÁS	1.316.564,66	620.997,90
20300	OUT. FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	270.563.672,98	213.631.134,43
20400	OUT. FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	343.595.467,63	274.649.718,03
20500	OUT. FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR	57.117.391,30	50.245.098,17
20600	OUT. FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARLAMENTAR	28.647.041,25	26.063.667,46
20700	OUT. FONTES, COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	653.229,13	1.023.763,41
21100	OUT. FONTES, COTA-PARTE DA CIDE	33.996,87	240.842,22
21400	TESOURO, RECURSOS PROVENIENTES DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	95.242.040,58
21500	OUT. FONTES, DEPÓSITOS JUDICIAIS - PIMPI	4.920.509,16	4.200.422,85
21600	OUT. FONTES, COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	52.505.620,94	71.151.046,34
22900	OUT. FONTES, RECURSOS ARRECADADOS DA VENDA DE SELOS DE AUTENTICIDADE	20.280.198,45	18.289.271,29
24638	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOIRO	0,00	1.622.307,92
24643	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOIRO	34,93	34,93
24645	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOIRO	627.612,70	1.435.461,47
24647	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOIRO	11.823.233,63	21.372.960,40
24654	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOIRO	338.126.101,77	1.070.387.224,96
24656	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOIRO	949.600,85	959.930,35
24840	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOIRO	283.620,10	283.349,73
24848	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOIRO	-1.821.851,49	8.285.852,31
24857	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOIRO	65.020,30	66.874,44
24858	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOIRO	-1.226.187,08	-38.759.748,84
24859	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOIRO	200.809.492,14	63.955.262,18
24864	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOIRO	-3.624.801,66	2.342.636,69
24865	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOIRO	9.518.732,60	40.665.576,92
24869	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOIRO	2.964.048,55	23.376.702,24
25000	OUT. FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDEB	20.142.951,28	-32.645.070,03



	FONTE DE RECURSOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
27000	OUT. FONTES, RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	311.927.819,39	325.984.478,84
27001	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS - MECENATO	774.201,95	0,00
27002	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS - MULTAS DE TRÂNSITO	16.428.214,32	0,00
27301	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	-1.264.975,34	0,00
27302	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS - TRANSPORTE ESCOLAR	-41.585,62	0,00
27600	OUT. FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DO FIT	5.782.163,80	8.524.887,98
27900	OUT. FONTES, TRANSFERÊNCIAS AO FUNDO DE DEFESA CIVIL	14.817.486,11	14.368.938,40
28080	OUT. FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2.132,24	2.132,24
28081	OUT. FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.272,47	2.067,87
28282	OUT. FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	498.662.283,94	466.253.248,90
28283	OUT. FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	75.212.272,78	126.771.270,06
28686	OUT. FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	5.482.359,50	9.466.248,06
28687	OUT. FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	79.918,62	-476,37
28888	OUT. FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	53.005,13	50.814,77
28889	OUT. FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA -	2.711.634,87	7.731.901,82
29100	OUT. FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	50.713.435,62	5.306.729,19
29200	OUT. FONTES, REPASSE FUNDO A FUNDO - FNAS	1.547.737,82	4.402.945,13
29201	REPASSE FUNDO A FUNDO - FUNPEN	38.776.293,53	44.962.858,72
Total:		2.782.281.792,02	3.361.635.168,27



Variações Patrimoniais Quantitativas

Variações Patrimoniais Aumentativas

Exercício Atual

Exercício Anterior

Variações Aumentativas	55.465.463.671,50	52.270.308.182,83
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	17.327.811.926,06	16.541.421.081,03
4.1.1 IMPOSTOS	16.541.092.545,54	15.761.186.228,95
4.1.2 TAXAS	786.719.380,52	780.234.852,08
4.1.3 CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	1.923.409.491,52	1.665.813.347,42
4.2.1 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.923.409.491,52	1.665.813.347,42
4.2.2 CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	0,00	0,00
4.2.3 CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	0,00
4.2.4 CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	599.842.605,02	158.978.853,73
4.3.1 VENDA DE MERCADORIAS	934.582,19	1.159.066,88
4.3.2 VENDA DE PRODUTOS	8.290,92	12.344,35
4.3.3 EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	598.899.731,91	157.807.442,50
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	2.577.347.616,30	3.109.652.986,21
4.4.1 JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	4.186,10	0,00
4.4.2 JUROS E ENCARGOS DE MORA	1.010.052.262,67	436.588,94
4.4.3 VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	1.280.155.825,54	2.755.113.716,49
4.4.4 DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	36.519,45	0,00
4.4.5 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	287.040.087,89	353.936.317,13
4.4.9 OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS – FINANCEIRAS	58.734,65	166.363,65
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	30.764.953.298,21	28.410.328.444,22
4.5.1 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	21.112.227.220,38	19.230.763.324,90
4.5.2 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	9.629.080.261,06	9.152.698.067,42
4.5.3 TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	21.649.549,22	21.548.009,54
4.5.4 TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00
4.5.5 TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
4.5.6 TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	622.654,35	4.427.114,60
4.5.7 TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00	0,00
4.5.8 TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	1.373.613,20	891.927,76
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	165.672.619,00	878.742.488,84
4.6.1 REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	7.699,08	878.742.488,84
4.6.2 GANHOS COM ALIENAÇÃO	165.664.919,92	0,00
4.6.3 GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.106.426.115,39	1.505.370.981,38
4.9.1 VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00	0,00
4.9.2 RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES	259.967.364,21	42.324.603,88
4.9.7 REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	122.296.155,07	0,00
4.9.9 DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.724.162.596,11	1.463.046.377,50

Variações Patrimoniais Quantitativas

Variações Patrimoniais Diminutivas

Exercício Atual

Exercício Anterior

Variações Diminutivas	51.652.022.327,68	48.237.649.170,00
PESSOAL E ENCARGOS	8.874.143.105,21	7.926.473.659,88
3.1.1 REMUNERAÇÃO A PESSOAL	7.174.400.723,85	6.487.742.258,12
3.1.2 ENCARGOS PATRONAIS	1.445.321.444,57	1.209.244.329,76
3.1.3 BENEFÍCIOS A PESSOAL	214.816.868,66	179.988.982,94
3.1.8 CUSTO DE PESSOAL E ENCARGOS	0,00	0,00
3.1.9 OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	39.604.068,13	49.498.089,06
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	3.378.175.201,53	3.131.266.001,90
3.2.1 APOSENTADORIAS E REFORMAS	2.573.328.876,78	2.370.354.342,92
3.2.2 PENSÕES	800.265.486,84	756.587.908,15
3.2.3 BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00



Variações Patrimoniais Quantitativas

Variações Patrimoniais Diminutivas

Exercício Atual

Exercício Anterior

Variações Diminutivas		Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Diminutivas		51.652.022.327,68	48.237.649.170,00
3.2.4	BENEFÍCIOS EVENTUAIS	0,00	0,00
3.2.5	POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	0,00	0,00
3.2.9	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	4.580.837,91	4.323.750,83
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		4.021.735.415,56	3.775.956.777,46
3.3.1	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	456.788.961,14	452.917.118,94
3.3.2	SERVIÇOS	3.552.255.158,79	3.316.467.767,41
3.3.3	DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	11.742.329,46	5.453.602,08
3.3.8	CUSTO DE MATERIAIS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	948.966,17	1.118.289,03
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		2.948.016.943,75	3.406.720.000,96
3.4.1	JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	562.907.752,50	452.097.969,17
3.4.2	JUROS E ENCARGOS DE MORA	403.456,62	354.414,20
3.4.3	VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	2.368.965.763,93	2.949.528.978,01
3.4.4	DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	0,00	0,00
3.4.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	15.739.970,70	4.738.639,58
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		29.531.896.783,05	26.964.603.517,03
3.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	21.112.227.220,38	19.230.763.324,90
3.5.2	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	7.087.212.932,36	6.562.482.713,49
3.5.3	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	1.225.304.775,10	1.063.883.223,83
3.5.4	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00
3.5.5	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	107.151.855,21	107.474.254,81
3.5.6	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	0,00	0,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS		1.415.622.310,46	1.464.174.854,60
3.6.1	REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	1.409.670.116,95	1.458.424.407,69
3.6.2	PERDAS COM ALIENAÇÃO	0,00	0,00
3.6.3	PERDAS INVOLUNTÁRIAS	0,00	0,00
3.6.4	REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	5.952.193,51	5.750.446,91
TRIBUTÁRIAS		187.327.513,87	179.431.693,79
3.7.1	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	6.177.727,93	7.639.717,82
3.7.2	CONTRIBUIÇÕES	181.149.785,94	171.791.975,97
3.7.8	CUSTO COM TRIBUTOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		1.295.105.054,25	1.389.022.664,38
3.9.1	PREMIAÇÕES	14.397.439,86	29.837.807,36
3.9.2	RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES	0,00	1,02
3.9.3	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
3.9.4	INCENTIVOS	60.350.556,99	47.937.214,43
3.9.5	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	17.213.209,04	14.555.379,00
3.9.6	PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
3.9.7	VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	350.191.066,80	192.530.405,82
3.9.8	CUSTO DE OUTRAS VPD	0,00	0,00
3.9.9	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	852.952.781,56	1.104.161.856,75
RESULTADO PATRIMONIAL POR PERÍODO:		3.813.441.343,82	4.032.659.012,83



	Exercício Atual	Exercício Anterior
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</u>		
INGRESSOS	57.708.546.519,97	52.287.350.186,66
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	16.885.520.923,38	15.387.760.401,02
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	29.042.389.453,79	26.712.506.020,58
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	11.780.636.142,80	10.187.083.765,06
DESEMBOLSOS	55.914.506.897,63	49.798.539.779,87
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	17.309.169.005,37	15.760.391.038,77
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	562.907.752,50	452.097.969,17
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	26.414.907.516,23	24.007.670.917,45
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	11.627.522.623,53	9.578.379.854,48
<u>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)</u>	1.794.039.622,34	2.488.810.406,79
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>		
INGRESSOS	576.097.688,71	488.372.846,10
ALIENAÇÃO DE BENS	14.494.759,01	16.428.948,44
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	3.496.246,20	0,00
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	410.908.696,13	471.260.625,10
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	147.197.987,37	683.272,56
DESEMBOLSOS	2.890.747.604,16	2.316.131.727,63
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.864.891.260,92	2.266.398.815,10
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	25.856.343,24	49.732.912,53
<u>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)</u>	-2.314.649.915,45	-1.827.758.881,53
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>		
INGRESSOS	908.064.839,15	2.051.078.860,99
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	908.064.839,15	2.051.078.860,99
DESEMBOLSOS	806.387.622,00	989.275.445,29
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	806.387.622,00	989.275.445,29
<u>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)</u>	101.677.217,15	1.061.803.415,70
<u>APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO</u>		
<u>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)</u>	-418.933.075,96	1.722.854.940,96
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	5.478.136.301,88	3.754.116.002,76
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	5.054.746.957,67	5.478.136.301,88
<u>VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA DO PERÍODO</u>	-423.389.344,21	1.724.020.299,12
<u>CONCILIAÇÃO CONTÁBIL-FINANCEIRA (IV - V - VI + VII)</u>		
SAÍDAS DE CAIXA A REGULARIZAR (IV)	25.663.332,37	8.018.009,32
SAÍDAS DE CAIXA REGULARIZADAS (V)	21.220.145,70	10.221.649,97
ENTRADAS DE CAIXA A REGULARIZAR (VI)	3.098.098,38	569.649,92
ENTRADAS DE CAIXA REGULARIZADAS (VII)	3.111.179,96	1.607.932,41
<u>VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA AJUSTADO</u>	-418.933.075,96	1.722.854.940,96



	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITAS ORIGINÁRIAS E DERIVADAS		
RECEITA TRIBUTÁRIA	12.944.666.766,02	12.197.564.203,64
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.923.363.405,06	1.665.813.347,42
OUTRAS RECEITAS DERIVADAS	333.922.369,28	361.449.169,85
RECEITA PATRIMONIAL	484.832.779,82	70.249.646,03
RECEITA AGROPECUÁRIA	8.290,92	12.344,35
RECEITA DE SERVIÇOS	120.267.197,18	106.476.979,96
OUTRAS RECEITAS ORIGINÁRIAS	791.420.027,21	632.268.864,31
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	287.040.087,89	353.925.845,46
TOTAL DAS RECEITAS ORIGINÁRIAS E DERIVADAS	16.885.520.923,38	15.387.760.401,02



	Exercício Atual	Exercício Anterior
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO		
LEGISLATIVA	644.150.252,17	612.823.383,75
JUDICIÁRIA	1.302.362.051,66	1.200.889.977,43
ESSENCIAL À JUSTIÇA	521.702.376,87	468.295.292,88
ADMINISTRAÇÃO	1.112.137.930,27	1.158.557.646,45
SEGURANÇA PÚBLICA	2.731.562.266,45	2.252.974.987,77
ASSISTÊNCIA SOCIAL	129.518.130,43	85.763.129,56
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.378.973.469,71	3.113.758.875,08
SAÚDE	2.290.804.362,00	2.126.294.673,78
TRABALHO	12.011.010,26	8.734.293,36
EDUCAÇÃO	3.072.132.984,38	2.826.987.913,57
CULTURA	34.850.397,99	41.448.424,14
DIREITOS DA CIDADANIA	672.576.584,16	587.904.598,47
URBANISMO	13.195.140,21	13.143.007,34
HABITAÇÃO	10.471.523,46	11.106.213,64
SANEAMENTO	1.715.857,33	16.264.901,13
GESTÃO AMBIENTAL	112.283.366,68	108.665.550,40
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	46.849.335,40	41.628.043,81
AGRICULTURA	231.926.921,98	214.560.463,16
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	3.191.775,41	2.618.404,74
INDÚSTRIA	8.662.025,28	9.394.195,75
COMÉRCIO E SERVIÇOS	50.794.927,60	46.816.068,06
COMUNICAÇÕES	29.369.268,39	24.311.398,34
ENERGIA	4.257.282,76	4.518.197,56
TRANSPORTE	254.500.910,93	240.017.525,84
DESPORTO E LAZER	21.906.606,22	17.654.620,78
ENCARGOS ESPECIAIS	617.262.247,37	525.259.251,98
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	17.309.169.005,37	15.760.391.038,77



	Exercício Atual	Exercício Anterior
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA DA DÍVIDA INTERNA E EXTERNA	545.339.996,52	424.747.050,41
OUTROS ENCARGOS DA DÍVIDA	17.567.755,98	27.350.918,76
TOTAL DOS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	562.907.752,50	452.097.969,17



	Exercício Atual	Exercício Anterior
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS		
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	3.631.526.599,05	3.251.949.363,16
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	27.887,56	72.579,11
INGRESSOS DE VALORES RESTITUÍVEIS	8.148.485.929,90	6.935.380.837,57
VALORES A REPASSAR	595.726,29	-319.014,78
TOTAL DOS OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	11.780.636.142,80	10.187.083.765,06
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS		
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	3.465.813.532,32	3.195.339.475,35
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	56.286.188,51	18.357.516,61
DEVOLUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	8.105.336.297,44	6.365.857.728,02
VALORES A RECEBER	86.605,26	-1.174.865,50
TOTAL DOS OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	11.627.522.623,53	9.578.379.854,48



	Exercício Atual	Exercício Anterior
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS</u>		
INTERGOVERNAMENTAIS	6.354.785.522,72	5.955.146.609,89
DA UNIÃO	6.247.414.419,13	5.859.619.919,08
DE MUNICÍPIOS	107.371.103,59	95.526.690,81
MULTIGOVERNAMENTAIS	1.483.872.301,76	1.430.704.665,33
INSTITUIÇÕES PRIVADAS	6.212.184,87	16.215.879,13
PESSOAS	1.373.613,20	891.927,76
CONVÊNIOS	83.918.610,86	78.783.613,57
DA UNIÃO E SUAS ENTIDADES	77.996.716,44	73.342.987,60
DOS MUNICÍPIOS E SUAS ENTIDADES	75.393,19	87.095,56
DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	5.846.501,23	5.332.130,41
DO EXTERIOR	0,00	21.400,00
INTRAGOVERNAMENTAIS	21.112.227.220,38	19.230.763.324,90
COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	20.445.017.055,79	18.883.095.582,37
CORRENTE	17.168.586.054,28	15.823.111.844,48
CAPITAL	2.859.981.093,47	2.673.619.343,89
DUODÉCIMO	416.449.908,04	386.364.394,00
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	515.831.896,26	286.383.713,61
REPASSES RECEBIDOS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO	151.378.268,33	61.284.028,92
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	29.042.389.453,79	26.712.506.020,58
<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS</u>		
INTERGOVERNAMENTAIS	3.941.564.100,91	3.602.362.193,08
A ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	348.000,00	280.000,00
A MUNICÍPIOS	3.941.216.100,91	3.602.082.193,08
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	1.226.094.956,62	1.052.566.753,40
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	17.272.057,71	4.645.480,48
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	9.576.195,80	9.858.910,78
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	108.172.984,81	107.474.254,81
INTRAGOVERNAMENTAIS	21.112.227.220,38	19.230.763.324,90
COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	20.445.017.055,79	18.883.095.582,37
CORRENTE	17.168.586.054,28	15.823.111.844,48
CAPITAL	2.859.981.093,47	2.673.619.343,89
DUODÉCIMO	416.449.908,04	386.364.394,00
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	515.831.896,26	286.383.713,61
REPASSES CONCEDIDOS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO	151.378.268,33	61.284.028,92
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	26.414.907.516,23	24.007.670.917,45



Contas Especificação	Capital Social	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reserva de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Total
SALDO INÍCIO DO EXERCÍCIO	44.893.405	10.500.000			-4.218.009	-278.567.386	-227.391.990
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							0
AUMENTO DE CAPITAL							0
FORMAÇÃO/REVERSÃO DE RESERVAS							0
RESULTADO DO EXERCÍCIO						-23.591.405	-23.591.405
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL			8.522.979				8.522.979
DIVIDENDOS							0
OUTROS							0
SALDO NO FINAL DO EXERCÍCIO	44.893.405	10.500.000	8.522.979	0	-4.218.009	-302.158.791	-242.460.416

NOTA: * DADOS EXTRAÍDOS APENAS DOS DEMONSTRATIVOS DAS EMPRESAS DEPENDENTES CONSTITUÍDAS SOB A FORMA DE SOCIEDADES ANÔNIMAS: COHAB E CODECE.



Ingressos	Dispendios
RECEITAS CORRENTES	DESPESAS CORRENTES
RECEITA TRIBUTÁRIA	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA
RECEITA PATRIMONIAL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
RECEITA AGROPECUÁRIA	
RECEITA INDUSTRIAL	
RECEITA DE SERVIÇOS	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	
(-)DEDUÇÕES	
TOTAL	SUPERÁVIT
	TOTAL
RECEITAS DE CAPITAL	DESPESAS DE CAPITAL
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	INVESTIMENTOS
ALIENAÇÃO DE BENS	INVERSÕES FINANCEIRAS
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAIS	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	
(-)DEDUÇÕES	
DÉFICIT	
TOTAL	TOTAL

R E S U M O

RECEITAS CORRENTES	24.815.683.156,79	DESPESAS CORRENTES	23.083.877.847,92
RECEITAS DE CAPITAL	1.484.162.527,86	DESPESAS DE CAPITAL	3.896.546.602,96
DÉFICIT	680.578.766,23		
TOTAL	26.980.424.450,88	TOTAL	26.980.424.450,88



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
3	DESPESA CORRENTE				23.083.877.847,92
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				
3190	APLICAÇÕES DIRETAS		10.978.017.110,01	12.238.296.004,43	
31900100	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMA DOS MILITARES	2.573.328.876,78			
31900300	PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS	789.181.185,73			
31900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	404.034.044,13			
31900500	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	1.324.065,87			
31900700	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	10.296.194,56			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.353.132.108,32			
31901200	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	1.452.112.663,72			
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	106.990.255,06			
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	22.923.498,43			
31901700	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL MILITAR	0,00			
31909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	152.778.627,53			
31909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	74.514.757,86			
31909300	INDENIZAÇÕES	0,00			
31909400	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	1.141.775,57			
31909600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	36.259.056,45			
3191	APLICAÇÕES DIRETAS		1.260.278.894,42		
31911300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.257.326.310,56			
31919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	746.347,75			
31919600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	2.206.236,11			
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			562.907.752,50	
3290	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO		562.907.752,50		
32902100	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	515.633.419,92			
32902200	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	29.706.576,60			
32902700	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	17.567.755,98			
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			10.282.674.090,99	
3322	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO		0,00		
33221400	DIÁRIAS - CIVIL	0,00			
33223000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00			
3330	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL		348.000,00		
33304100	CONTRIBUIÇÕES	348.000,00			
33309300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00			
3332	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL			0,00	



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
33321800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	0,00			
3340	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS		3.451.299.165,65		
33404100	CONTRIBUIÇÕES	109.561.986,55			
33408100	DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS	3.341.736.536,31			
33409200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	642,79			
3341	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO		314.780.501,71		
33414100	CONTRIBUIÇÕES	314.596.501,71			
33419200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	184.000,00			
3350	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		1.142.664.840,82		
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	0,00			
33503600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00			
33503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	920.476.874,15			
33504100	CONTRIBUIÇÕES	187.817.980,63			
33504300	SUBVENÇÕES SOCIAIS	6.944.376,60			
33509200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16.383.118,79			
33509300	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	11.042.490,65			
3360	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS		17.272.057,71		
33604100	CONTRIBUIÇÕES	58.848,67			
33604500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	17.213.209,04			
3367	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP		52.322.220,35		
33678300	DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO - PRIVADA - PPP	44.026.956,27			
33679200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.295.264,08			
3370	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS		9.576.195,80		
33709200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	9.576.195,80			
3371	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		108.832.217,72		
33717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	107.525.184,39			
33719200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.307.033,33			
3380	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR		0,00		
33803000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00			
33803700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	0,00			
33803900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00			
3390	APLICAÇÕES DIRETAS		4.842.317.745,28		
33900300	PENSÕES	0,00			
33900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	3.266.003,04			
33901400	DIÁRIAS - CIVIL	24.170.426,15			



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
33901500	DIÁRIAS - MILITAR	14.539.012,20			
33901800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	46.835.744,39			
33902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	13.694.954,06			
33902600	OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE POLÍTICA MONETÁRIA	0,00			
33902700	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	0,00			
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	537.345.743,31			
33903100	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	6.004.014,18			
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	279.889.369,03			
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	28.648.934,84			
33903400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	628.238.589,03			
33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	11.226.178,58			
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	197.639.517,87			
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	895.269.141,47			
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.464.821.367,04			
33904100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
33904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00			
33904600	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	213.202.445,36			
33904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	185.554.754,17			
33904800	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	13.978.446,67			
33904900	AUXÍLIO-TRANSPORTE	1.615.405,10			
33905900	PENSÕES ESPECIAIS	11.084.301,11			
33906200	AQUISIÇÃO DE BENS PARA REVENDA	304.499,94			
33909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	11.139.221,54			
33909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	123.556.920,23			
33909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	130.292.755,97			
3391	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		343.261.145,95		
33913000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00			
33913200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	21.433,20			
33913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	38.104.433,91			
33914100	CONTRIBUIÇÕES	253.047.379,42			
33914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.902.225,19			
33919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	25.567.166,76			
33919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	23.618.507,47			
4	DESPESA DE CAPITAL				3.896.546.602,96



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
44	INVESTIMENTOS			2.921.324.110,41	
4420	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO		0,00		
44204100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
44204200	AUXÍLIOS	0,00			
4422	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO		0,00		
44225100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
44225200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
4432	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL		0,00		
44329200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00			
4440	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS		158.933.139,08		
44404100	CONTRIBUIÇÕES	355.185,31			
44404200	AUXÍLIOS	158.140.998,99			
44409200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	436.954,78			
4450	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		70.454.353,17		
44503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.401.027,87			
44504100	CONTRIBUIÇÕES	830.728,89			
44504200	AUXÍLIOS	49.222.596,41			
44505100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
44505200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
4460	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS		0,00		
44604100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
44604200	AUXÍLIOS	0,00			
44605100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
4467	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP		8.670.744,72		
44678300	DESP. DECOR. DE PPP, EXCETO SUBVENÇÕES ECON., APORTE E FUNDO GARANTIDOR	7.996.517,93			
44679200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	674.226,79			
4470	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS		0,00		
44704100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
4471	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		151.000,00		
44717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	151.000,00			
4480	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR		0,00		
44805100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
4490	APLICAÇÕES DIRETAS		2.677.635.009,32		
44901400	DIÁRIA-CIVIL	109.610,43			
44902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	1.384.252,61			



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
44903000	MATERIAL DE CONSUMO	8.852.377,24			
44903200	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	0,00			
44903300	PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO	135.413,14			
44903500	SERVIÇO DE CONSULTORIA	77.777.428,51			
44903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	985.125,85			
44903700	LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	2.231.572,32			
44903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	505.009.292,73			
44904000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	0,00			
44904100	CONTRIBUIÇÕES	2.782.553,10			
44904200	AUXÍLIOS	0,00			
44904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00			
44904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	247.983,20			
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.437.537,318,08			
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	340.163.645,94			
44906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	55.641.391,41			
44906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	33.538.745,80			
44909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	6.134.179,00			
44909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	151.455.355,10			
44909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	53.648.764,86			
4491	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		5.479.864,12		
44913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	255.225,78			
44914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	5.026.768,00			
44915100	OBRAS E INSTALAÇÕES	76.287,00			
44919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	121.583,34			
4494	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE		0,00		
44945100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
44945200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
4495	APLICAÇÕES DIRETAS		0,00		
44955100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
45	INVERSÕES FINANCEIRAS			168.834.870,55	
4590	APLICAÇÕES DIRETAS		168.834.870,55		
45906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00			
45906200	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA REVENDA	1.298.172,48			
45906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	141.680.354,83			



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
45906600	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	25.856.343,24			
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		806.387.622,00		
4690	APLICAÇÕES DIRETAS		806.387.622,00		
46902700	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	100.114.777,60			
46907100	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	706.272.844,40			
46909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00			
9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				0,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				0,00
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00		
99999900	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00			

Total Geral:

26.980.424.450,88



Descrição	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
11000000 Receitas Correntes	23.939.260.711,20	23.310.370.337,15	0,00	628.890.374,05
11100000 Receita Tributária	12.969.243.127,81	12.944.468.915,02	0,00	24.774.212,79
11110000 Impostos	12.188.637.273,81	12.157.952.228,73	0,00	30.685.045,08
111120000 Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	1.936.035.847,00	2.015.367.971,45	79.332.124,45	0,00
111120400 Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	1.059.565.691,00	1.128.964.084,86	69.398.393,86	0,00
111120431 Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	1.027.778.720,00	1.077.214.744,23	49.436.024,23	0,00
111120431 Restituição de Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	0,00	-5.066.810,45	5.066.810,45	0,00
111120434 Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Outros Rendimentos	31.786.971,00	56.856.816,18	25.069.845,18	0,00
111120434 Restituição de Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Outros Rendimentos	0,00	-40.665,10	40.665,10	0,00
111120500 Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores	785.409.508,00	774.176.036,80	0,00	11.233.471,20
111120500 Dedução da Receita de IPVA para a Formação do FUNDEB	-87.267.723,00	-85.530.112,60	0,00	1.737.610,40
111120551 IPVA Principal	872.677.231,00	859.952.790,80	0,00	12.724.440,20
111120551 Restituições de IPVA Principal	0,00	-246.641,40	246.641,40	0,00
111120700 Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos	91.060.648,00	112.227.849,79	21.167.201,79	0,00
111120700 Dedução de Receita de ITCMD para a Formação do FUNDEB	-22.765.162,00	-34.500.031,54	11.734.869,54	0,00
111120751 ITCMD Principal	113.825.810,00	147.053.193,32	33.227.383,32	0,00
111120751 Restituição de ITCMD Principal	0,00	-325.311,99	325.311,99	0,00
111130000 Impostos sobre a Produção e a Circulação	10.252.601.426,81	10.142.584.257,28	0,00	110.017.169,53
111130200 Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação	10.252.601.426,81	10.142.584.257,28	0,00	110.017.169,53
111130201 Dedução de Receita de ICMS para a Formação do FUNDEB	-1.657.352.889,00	-1.699.216.700,94	41.863.811,94	0,00
111130202 Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza	576.000.000,00	548.532.398,59	0,00	27.467.601,41
111130202 Restituição de Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza	0,00	-32.502,32	32.502,32	0,00
111130251 ICMS Combustível	119.397.395,99	2.591.767.076,47	2.472.369.680,48	0,00
111130252 ICMS Comércio Atacadista	2.834.073.441,00	2.155.141.638,06	0,00	678.931.802,94
111130252 Restituições de ICMS Comércio Atacadista	0,00	-6.299.005,99	6.299.005,99	0,00
111130253 ICMS Comércio Varejista	2.090.474.444,00	1.636.068.048,94	0,00	454.406.395,06
111130253 Restituição de ICMS Comércio Varejista	0,00	-4.033.110,69	4.033.110,69	0,00
111130254 ICMS Comunicação	1.006.565.655,00	647.120.332,23	0,00	359.445.322,77
111130255 ICMS Construção Civil	0,00	43.036.263,28	43.036.263,28	0,00
111130255 Restituições de ICMS Construção Civil	0,00	-169,29	169,29	0,00
111130256 ICMS Energia Elétrica	1.747.954.847,00	1.451.274.885,45	0,00	296.679.961,55
111130257 ICMS Indústria	3.167.556.190,82	2.268.908.294,78	0,00	898.647.896,04



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
111130257 Restituições de ICMS Indústria	0,00	-702.434,60	702.434,60	0,00
111130258 ICMS Outros Serviços	0,00	24.158.046,14	24.158.046,14	0,00
111130258 Restituições de ICMS Outros Serviços	0,00	-233.716,79	233.716,79	0,00
111130259 ICMS Pessoa Física	0,00	7.774.246,80	7.774.246,80	0,00
111130259 Restituições de ICMS Pessoa Física	0,00	-44.438,75	44.438,75	0,00
111130261 ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	212.141.170,00	198.278.903,86	0,00	13.862.266,14
111130261 Restituições de ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	0,00	-961.467,99	961.467,99	0,00
111130262 Registra as restituições de ICMS Pessoa Jurídica Transporte de Carga	0,00	0,00	0,00	0,00
111130263 ICMS Produtor Agropecuário	0,00	7.985.337,42	7.985.337,42	0,00
111130263 Registra as restituições de ICMS Produtor Agropecuário	0,00	-6.651,39	6.651,39	0,00
111130265 ICMS Transporte	0,00	172.184.927,52	172.184.927,52	0,00
111130265 Registra as restituições de ICMS Transporte	0,00	-103.129,00	103.129,00	0,00
111130266 ICMS Administração Pública e Órgãos Internacionais	0,00	13.564.927,24	13.564.927,24	0,00
111130267 ICMS Serviço de Alimento e Alojamento	155.791.172,00	88.422.694,50	0,00	67.368.477,50
111130267 Registra as restituições de ICMS Serviço de Alimento e Alojamento	0,00	-436,25	436,25	0,00
11120000 Taxas	780.605.854,00	786.516.686,29	5.910.832,29	0,00
111210000 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	44.704.098,00	66.288.524,20	21.584.426,20	0,00
111211700 Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	0,00	79.587,26	79.587,26	0,00
111211700 Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	0,00	79.587,26	79.587,26	0,00
111212100 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	30.184.274,00	28.574.520,71	0,00	1.609.753,29
111212151 Restituição de Taxa Ambientais	0,00	-115.691,55	115.691,55	0,00
111212151 Taxa Ambientais	30.184.274,00	15.373.824,01	0,00	14.810.449,99
111212153 Taxa de Licenciamento Ambiental	0,00	13.316.388,25	13.316.388,25	0,00
111213200 Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	0,00	4.982.141,75	4.982.141,75	0,00
111213200 Restituição de Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	0,00	-229,56	229,56	0,00
111213200 Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	0,00	4.982.371,31	4.982.371,31	0,00
111213300 Taxa de Habite-se	0,00	7.582.010,95	7.582.010,95	0,00
111213300 Restituição de Taxa de Habite-se	0,00	-4.022.186,27	4.022.186,27	0,00
111213300 Taxa de Habite-se	0,00	11.604.197,22	11.604.197,22	0,00
111213400 Taxa de Parecer Técnico	0,00	5.896,83	5.896,83	0,00
111213400 Taxa de Parecer Técnico	0,00	5.896,83	5.896,83	0,00
111213700 Taxa de Regulação de Serviços de Gás Canalizado	840.000,00	1.298.503,88	458.503,88	0,00
111213700 Taxa de Regulação de Serviços de Gás Canalizado	840.000,00	1.298.503,88	458.503,88	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
111219900 Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	13.679.824,00	23.765.862,82	10.086.038,82	0,00
111219953 Restituição de Taxa do Exercício do Poder de Polícia - Polícia Civil	0,00	-8.217,30	8.217,30	0,00
111219953 Taxa do Exercício do Poder de Polícia - Polícia Civil	0,00	374.308,09	374.308,09	0,00
111219954 Taxa de Vistoria	0,00	271.581,32	271.581,32	0,00
111219955 Restituição de Taxa de Análise de Projeto	0,00	-217,19	217,19	0,00
111219955 Taxa de Análise de Projeto	0,00	164.900,32	164.900,32	0,00
111219956 Taxa de Regulação do Serviço de Transporte Rodoviário	5.136.000,00	6.113.521,88	977.521,88	0,00
111219957 Taxa de Regulação do Serviço de Saneamento Básico	8.237.902,00	8.262.817,71	24.915,71	0,00
111219958 Restituição de Taxa pela Emissão de Laudo Pericial	0,00	-92,35	92,35	0,00
111219958 Taxa pela Emissão de Laudo Pericial	0,00	212.186,03	212.186,03	0,00
111219959 Taxa de Concessão Especial de Regime de Tributação	0,00	1.723.125,88	1.723.125,88	0,00
111219960 Taxa de Autorização de Equipamento de Uso Fiscal	0,00	54.767,25	54.767,25	0,00
111219961 Taxa pela Emissão de Documento Fiscal Avulso	0,00	622.700,12	622.700,12	0,00
111219962 Taxa de Reavaliação de Bens ou Direitos Objeto de Sucessão Causa Mortis ou Doação	0,00	33.037,09	33.037,09	0,00
111219963 Taxa de Declaração de Não Similindade por Item\Produto	0,00	1.635.979,40	1.635.979,40	0,00
111219964 Taxa de Aproveitamento de Crédito Extemporâneo	0,00	21.228,60	21.228,60	0,00
111219965 Restituição de Taxas do Contencioso Administrativo Fiscal	0,00	-15.503,64	15.503,64	0,00
111219965 Taxas do Contencioso Administrativo Fiscal	0,00	3.751.211,88	3.751.211,88	0,00
111219966 Taxa de Concessão de Registro, Cadastro e Renovação	0,00	102,50	102,50	0,00
111219968 Taxa de Concessão de Alvará de Funcionamento	0,00	548.425,23	548.425,23	0,00
111219999 Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	305.922,00	0,00	0,00	305.922,00
111220000 Taxas pela Prestação de Serviços	735.901.756,00	720.228.162,09	0,00	15.673.593,91
111220800 Emolumentos e Custas Judiciais	93.087.516,00	90.798.787,69	0,00	2.288.728,31
111220800 Emolumentos e Custas Judiciais	93.087.516,00	94.265.002,82	1.177.486,82	0,00
111220800 Restituição de Emolumentos e Custas Judiciais	0,00	-3.466.215,13	3.466.215,13	0,00
111221900 Taxa de Classificação de Produtos Vegetais	0,00	2.495.193,94	2.495.193,94	0,00
111221900 Taxa de Classificação de Produtos Vegetais	0,00	2.495.193,94	2.495.193,94	0,00
111222100 Taxas de Serviços Cadastrais	247.126,00	190.963,85	0,00	56.162,15
111222100 Restituição de Taxas de Serviços Cadastrais	0,00	0,00	0,00	0,00
111222100 Taxas de Serviços Cadastrais	247.126,00	190.963,85	0,00	56.162,15
111222900 Emolumentos e Custas Extrajudiciais	51.515.477,00	65.281.042,02	13.765.565,02	0,00
111222951 Restituição da Venda de Selos de Autenticidade	0,00	-42.959,34	42.959,34	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
111222951 Venda de Selos de Autenticidade	28.390.157,00	29.692.156,51	1.301.999,51	0,00
111222952 Emolumentos de Fiscalização de Recursos Hídricos	0,00	593.729,55	593.729,55	0,00
111222952 Restituição de Emolumentos de Fiscalização de Recursos Hídricos	0,00	-354,96	354,96	0,00
111222953 Emolumentos Extrajudiciais	52.589,00	0,00	0,00	52.589,00
111222999 Outros Emolumentos e Custas Extrajudiciais	23.072.731,00	35.072.468,72	11.999.737,72	0,00
111222999 Restituição de Outros Emolumentos e Custas Extrajudiciais	0,00	-33.998,46	33.998,46	0,00
111229900 Outras Taxas pela Prestação de Serviços	591.051.637,00	561.462.174,59	0,00	29.589.462,41
111229951 Taxa de Administração Fazendária	141.886,00	0,00	0,00	141.886,00
111229953 Restituição de Taxa de Serviços Educacionais	0,00	-372,00	372,00	0,00
111229953 Taxa de Serviços Educacionais	4.518.932,00	2.612.685,97	0,00	1.906.246,03
111229955 Taxa da Loteria Estadual do Ceará	11.354.000,00	0,00	0,00	11.354.000,00
111229958 Taxas de Fiscalização e Prestação de Serviços Públicos	1.309.000,00	187,00	0,00	1.308.813,00
111229962 Taxa pela Prestação de Serviços Técnicos	510.000,00	2.091,56	0,00	507.908,44
111229963 Restituição de Taxa pela Prestação de Serviços de Trânsito e Transporte	0,00	-302.835,86	302.835,86	0,00
111229963 Taxa pela Prestação de Serviços de Trânsito e Transporte	540.080.000,00	526.404.961,34	0,00	13.675.038,66
111229967 Restituição de Taxa pela Emissão de Documentos	0,00	-191,66	191,66	0,00
111229967 Taxa pela Emissão de Documentos	50.000,00	5.898.977,31	5.848.977,31	0,00
111229970 Contribuição do FERMOJU - Corrente	0,00	38.986,97	38.986,97	0,00
111229971 Editorial e Gráfica	24.309.840,00	19.962.551,76	0,00	4.347.288,24
111229972 Taxa de Concessão de Licenças	0,00	280.622,47	280.622,47	0,00
111229973 Taxa de Transporte Animal e Vegetal	1.456.000,00	1.896.604,52	440.604,52	0,00
111229974 Taxa de Serviços Hemoterápicos	0,00	1.394.400,91	1.394.400,91	0,00
111229975 Taxa de Registro ou Validação de Documentos	0,00	144.708,17	144.708,17	0,00
111229976 Taxa pela Fornecimento de Cópia/Download de Documentos	0,00	695.188,07	695.188,07	0,00
111229977 Taxa de Consulta Escrita da Interpretação/Aplicação da Legislação Tributária	0,00	217.610,80	217.610,80	0,00
111229978 Taxa de Retificação de Dados em Documentos Fiscais e Escrita Fiscal	0,00	2.151.836,31	2.151.836,31	0,00
111229979 Taxa de Levantamento de Informações para Fins de Instrução Processual	0,00	3.165,93	3.165,93	0,00
111229980 Taxa de Análise e Controle de Produtos Sujeitos a Normas de Vigilância Sanitária	0,00	29.094,39	29.094,39	0,00
111229999 Outras Taxas pela Prestação de Serviços	7.321.979,00	31.900,63	0,00	7.290.078,37
111229999 Restituição de Outras Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
112000000 Receitas de Contribuições	798.974.574,00	730.755.180,81	0,00	68.219.393,19
112100000 Contribuições Sociais	798.974.574,00	730.755.180,81	0,00	68.219.393,19



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
112102900 Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público	793.954.311,00	726.376.333,79	0,00	67.577.977,21
112102907 Contribuição do Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio	561.076.482,00	499.042.527,66	0,00	62.033.954,34
112102907 Restituição de Contribuição do Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio	0,00	-14.828.846,73	14.828.846,73	0,00
112102908 Contribuição de Servidor Ativo Militar	146.086.325,00	130.256.695,45	0,00	15.829.629,55
112102909 Contribuições do Servidor Inativo Civil para o Regime Próprio	58.281.686,00	74.540.439,82	16.258.753,82	0,00
112102910 Contribuições de Servidor Inativo Militar	5.364.225,00	9.812.875,17	4.448.650,17	0,00
112102911 Contribuições de Pensionista Civil para o Regime Próprio	21.385.143,00	25.146.461,73	3.761.318,73	0,00
112102912 Contribuições de Pensionista Militar	1.760.450,00	2.406.180,69	645.730,69	0,00
112109900 Outras Contribuições Sociais	5.020.263,00	4.378.847,02	0,00	641.415,98
112109951 Contribuição Patronal para o FPP	0,00	0,00	0,00	0,00
112109952 Contribuição dos Deputados - Obrigatórios e Facultativos	4.933.910,00	2.529.143,50	0,00	2.404.766,50
112109953 Contribuição dos pensionistas do FPP	21.712,00	399.523,11	377.811,11	0,00
112109954 Contribuição dos Serventuários da Justiça	64.641,00	33.558,96	0,00	31.082,04
112109959 Contribuição Patronal para o FPP de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
112109970 Contribuição Patronal - Cessão\Autopatrocínio	0,00	627.258,29	627.258,29	0,00
112109971 Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores - Cessão\Autopatrocínio	0,00	789.363,16	789.363,16	0,00
11300000 Receita Patrimonial	971.047.799,26	771.851.142,71	0,00	199.196.656,55
11310000 Receitas Imobiliárias	9.885.606,00	4.422.313,63	0,00	5.463.292,37
113110000 Aluguéis	1.191.042,00	4.026.348,24	2.835.306,24	0,00
113110000 Aluguéis	1.191.042,00	4.155.283,60	2.964.241,60	0,00
113110000 Restituição de Aluguéis	0,00	-128.935,36	128.935,36	0,00
113140000 Laudêmos	20.564,00	115,00	0,00	20.449,00
113140000 Laudêmos	20.564,00	115,00	0,00	20.449,00
113190000 Outras Receitas Imobiliárias	8.674.000,00	395.850,39	0,00	8.278.149,61
113195100 Taxa de Vistoria	7.439.000,00	159.704,91	0,00	7.279.295,09
113195100 Taxa de Vistoria	7.439.000,00	159.704,91	0,00	7.279.295,09
113195200 Taxa de Anuência	0,00	19.592,70	19.592,70	0,00
113195200 Taxa de Anuência	0,00	19.592,70	19.592,70	0,00
113199900 Outras Receitas Imobiliárias	1.235.000,00	216.552,78	0,00	1.018.447,22
113199900 Outras Receitas Imobiliárias	1.235.000,00	216.552,78	0,00	1.018.447,22
11320000 Receitas de Valores Mobiliários	292.700.257,03	295.075.806,39	2.375.549,36	0,00
113210000 Juros de Títulos de Renda	0,00	124.463.895,88	124.463.895,88	0,00
113210000 Juros de Títulos de Renda	0,00	124.720.529,29	124.720.529,29	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
113210000 Restituição de Juros de Títulos de Renda	0,00	-256.633,41	256.633,41	0,00
113220000 Dividendos	6.355.679,00	8.017.568,40	1.661.889,40	0,00
113220000 Dividendos	6.355.679,00	8.017.568,40	1.661.889,40	0,00
113250000 Remuneração de Depósitos Bancários	286.314.578,03	162.576.192,01	0,00	123.738.386,02
113250100 Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	106.314.578,03	162.565.428,07	56.250.850,04	0,00
113250102 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – FUNDEB Obs: Fonte 50.	10.763.346,00	5.439.663,04	0,00	5.323.682,96
113250103 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Fundo de Saúde	15.000,00	6.005.798,81	5.990.798,81	0,00
113250109 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE)	0,00	107.010,51	107.010,51	0,00
113250110 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)	0,00	81.985,55	81.985,55	0,00
113250151 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Recursos do RPPS. Fonte 03	45.605.253,00	54.228.917,40	8.623.664,40	0,00
113250152 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Recursos FECOP. Fonte 10	11.510.303,00	5.150.990,63	0,00	6.359.312,37
113250153 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Depósitos Judiciais - Lei 14.415/09. Fonte 15	139.125,00	303.942,40	164.817,40	0,00
113250154 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Convênios Federal Adm. Direta - Fonte 82	0,00	24.602.544,70	24.602.544,70	0,00
113250154 Restituição de Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Convênios Federal Adm. Direta - Fonte 82	0,00	-1.083.576,68	1.083.576,68	0,00
113250155 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Convênios Federal Adm. Indireta - Fonte 83	0,00	3.843.195,47	3.843.195,47	0,00
113250155 Restituição de Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Convênios Federal Adm. Indireta - Fonte 83	0,00	-22.992,04	22.992,04	0,00
113250156 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Convênios com Órgão Municipal - Adm. Direta - Fonte 86	4.060.000,00	695.853,97	0,00	3.364.146,03
113250157 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Convênios com Órgão Municipal - Adm. Indireta - Fonte 87	0,00	4.377,94	4.377,94	0,00
113250158 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Convênios com Órgão Privado - Adm. Direta - Fonte 88	0,00	2.190,36	2.190,36	0,00
113250159 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Convênios com Órgão Privado - Adm. Indireta - Fonte 89	1.518.090,15	615.962,99	0,00	902.127,16
113250159 Restituição de Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Convênios com Órgão Privado - Adm. Indireta - Fonte 89	0,00	-317,08	317,08	0,00
113250161 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Convênios com Órgão Internacional - Adm. Indireta - Fonte 81	5.000,00	84,60	0,00	4.915,40
113250162 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Fundo de Defesa Civil - FT 79	0,00	450.595,93	450.595,93	0,00
113250163 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – FPP - FT 05	0,00	7.819.171,03	7.819.171,03	0,00
113250165 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Compensação Ambiental	0,00	4.373.883,52	4.373.883,52	0,00



Descrição	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
- FT 16				
113250166 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Salário Educação - FT 07	2.656.461,00	253.765,20	0,00	2.402.695,80
113250167 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Selos de Autenticidade - FT 29	2.070.177,00	1.154.905,17	0,00	915.271,83
113250168 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Transferências Diretas do FNDE	0,00	2.473.669,94	2.473.669,94	0,00
113250169 Registra o rendimento de aplicação financeira de recursos do FDI - Fonte 76	1.898.354,00	572.405,88	0,00	1.325.948,12
113250170 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Cota-Parte Royalties - FT 44	0,00	126.649,84	126.649,84	0,00
113250171 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Operações de Créditos Internas	0,00	42.529.146,65	42.529.146,65	0,00
113250173 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Recursos de Transferências do Fundo Penitenciário Nacional FT 92.01	0,00	2.835.602,34	2.835.602,34	0,00
113250174 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Depósitos Judiciais - EC 94\2016, Fonte 14	0,00	0,00	0,00	0,00
113250199 Receita de Remuneração de Outros Depósitos Bancários de Recursos Vinculados	26.073.468,88	0,00	0,00	26.073.468,88
113250200 Remuneração de Depósitos de Recursos não Vinculados	180.000.000,00	10.763,94	0,00	179.989.236,06
113250201 Receita de Remuneração de Depósitos de Poupança	180.000.000,00	10.763,94	0,00	179.989.236,06
113290000 Outras Receitas de Valores Mobiliários	30.000,00	18.150,10	0,00	11.849,90
113299900 Outras Receitas de Valores Mobiliários	30.000,00	18.150,10	0,00	11.849,90
113299900 Outras Receitas de Valores Mobiliários	30.000,00	18.150,10	0,00	11.849,90
113300000 Receita de Concessões e Permissões	153.705.620,00	11.046.306,80	0,00	142.659.313,20
113310000 Receita de Concessões e Permissões - Serviços	0,00	73.948,33	73.948,33	0,00
113310100 Receita de Concessões e Permissões - Serviços de Transporte	0,00	11.240,91	11.240,91	0,00
113310105 Receita de Outorga dos Serviços de Transporte Coletivo Local e Intermunicipal	0,00	11.240,91	11.240,91	0,00
113319900 Outras Receitas de Concessões e Permissões - Serviços	0,00	62.707,42	62.707,42	0,00
113319900 Outras Receitas de Concessões e Permissões - Serviços	0,00	62.707,42	62.707,42	0,00
113330000 Receita de Concessões e Permissões - Direitos de Uso de Bens Públicos	153.705.620,00	3.876.683,38	0,00	149.828.936,62
113330100 Receita de Concessão de Direito Real de Uso de Área Pública	150.000.000,00	0,00	0,00	150.000.000,00
113330100 Receita de Concessão de Direito Real de Uso de Área Pública	150.000.000,00	0,00	0,00	150.000.000,00
113339900 Outras Receitas de Concessões e Permissões - Direitos de Uso de Bens Públicos	3.705.620,00	3.876.683,38	171.063,38	0,00
113339951 Concessão de Terminal Rodoviário	0,00	77.721,46	77.721,46	0,00
113339952 Receita de Concessões e Permissões - Cinturão Digital	0,00	1.939.790,71	1.939.790,71	0,00
113339953 Permissão de Uso de Faixa de Domínio	3.705.620,00	1.680.052,62	0,00	2.025.567,38
113339953 Restituição de Permissão de Uso de Faixa de Domínio	0,00	-1.178,20	1.178,20	0,00
113339954 Permissão de Uso de Área Aeroportuária	0,00	180.296,79	180.296,79	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
113390000 Outras Receitas de Concessões e Permissões	0,00	7.095.675,09	7.095.675,09	0,00
113395100 Receita da Loteria Estadual	0,00	6.981.864,48	6.981.864,48	0,00
113395100 Receita da Loteria Estadual	0,00	6.981.864,48	6.981.864,48	0,00
113399900 Outras Receitas de Concessões e Permissões	0,00	113.810,61	113.810,61	0,00
113399900 Outras Receitas de Concessões e Permissões	0,00	113.810,61	113.810,61	0,00
113600000 Receita da Cessão de Direitos	512.809.514,23	461.216.565,60	0,00	51.592.948,63
113610000 Receita de Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos	512.809.514,23	461.216.565,60	0,00	51.592.948,63
113610100 Receita de Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento de Pessoal	0,00	12.155.645,09	12.155.645,09	0,00
113610100 Receita de Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento de Pessoal	0,00	12.155.645,09	12.155.645,09	0,00
113615100 Receita de Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento de Pessoal, Benefícios e Fornecedores	512.809.514,23	449.060.920,51	0,00	63.748.593,72
113615100 Receita de Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento de Pessoal, Benefícios e Fornecedores	512.809.514,23	449.060.920,51	0,00	63.748.593,72
113900000 Outras Receitas Patrimoniais	1.946.802,00	90.150,29	0,00	1.856.651,71
113905100 Recuperação de Ativos	1.946.802,00	90.150,29	0,00	1.856.651,71
113905100 Recuperação de Ativos	1.946.802,00	90.150,29	0,00	1.856.651,71
114000000 Receita Agropecuária	0,00	8.290,92	8.290,92	0,00
114200000 Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	8.290,92	8.290,92	0,00
114200000 Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	8.290,92	8.290,92	0,00
116000000 Receita de Serviços	101.012.716,35	85.443.577,16	0,00	15.569.139,19
116000100 Serviços Comerciais	2.484.168,00	921.414,76	0,00	1.562.753,24
116000102 Serviços de Comercialização de Livros, Periódicos, Materiais Escolares e Publicidade	168,00	1.011,57	843,57	0,00
116000199 Outros Serviços Comerciais	2.484.000,00	920.403,19	0,00	1.563.596,81
116000200 Serviços Financeiros	0,00	44.770,65	44.770,65	0,00
116000201 Serviços de Juros de Empréstimos	0,00	4.186,10	4.186,10	0,00
116000299 Outros Serviços Financeiros	0,00	40.584,55	40.584,55	0,00
116000400 Serviços de Comunicação	378.398,00	947.056,64	568.658,64	0,00
116000403 Outros Serviços de Comunicação	378.398,00	947.056,64	568.658,64	0,00
116000500 Serviços de Saúde	5.952.000,00	11.813.430,41	5.861.430,41	0,00
116000501 Serviços Hospitalares	0,00	123.147,28	123.147,28	0,00
116000503 Serviços Radiológicos e Laboratoriais	1.952.000,00	639.849,98	0,00	1.312.150,02
116000599 Outros Serviços de Saúde	4.000.000,00	11.050.433,15	7.050.433,15	0,00
116000800 Serviços de Processamento de Dados	929.000,00	3.640.933,74	2.711.933,74	0,00
116000852 Serviço de Acesso à Internet	0,00	488.105,25	488.105,25	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
116000853 Serviço de Tráfego de Dados	929.000,00	705.662,01	0,00	223.337,99
116000860 Serviços em Nuvem	0,00	2.081.599,91	2.081.599,91	0,00
116000862 VOIP	0,00	365.566,57	365.566,57	0,00
116001200 Serviços Tecnológicos	826.613,00	1.412.456,77	585.843,77	0,00
116001200 Restituição de Serviços Tecnológicos	0,00	-560,00	560,00	0,00
116001200 Serviços Tecnológicos	826.613,00	1.413.016,77	586.403,77	0,00
116001300 Serviços Administrativos	1.244.773,00	522.882,40	0,00	721.890,60
116001301 Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	280.000,00	90,54	0,00	279.909,46
116001302 Serviços de Venda de Editais	0,00	1.679,90	1.679,90	0,00
116001304 Serviços de Expedição de Certificados	899.773,00	421.533,76	0,00	478.239,24
116001307 Serviços de Fotocópias ou Cópias Heliográficas	0,00	208,20	208,20	0,00
116001399 Outros Serviços Administrativos	65.000,00	99.370,00	34.370,00	0,00
116001500 Serviços de Meteorologia	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
116001500 Serviços de Meteorologia	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
116001600 Serviços Educacionais	435.128,00	42.740,00	0,00	392.388,00
116001600 Serviços Educacionais	435.128,00	42.740,00	0,00	392.388,00
116001900 Serviços Recreativos e Culturais	13.996.632,00	10.405.843,01	0,00	3.590.788,99
116001951 Equipam. Turísticos - Centro de Convenções	0,00	4.065,00	4.065,00	0,00
116001952 Equipam. Turísticos - Centro de Turismo	1.996.632,00	387.572,71	0,00	1.609.059,29
116001956 Equipamentos Turísticos - Centro de Eventos	12.000.000,00	9.989.443,78	0,00	2.010.556,22
116001958 Registra a receita com o Cine São Luís	0,00	24.761,52	24.761,52	0,00
116002000 Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos	800.000,00	217.689,49	0,00	582.310,51
116002002 Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos - Aplicações Vinculadas a Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento	800.000,00	217.689,49	0,00	582.310,51
116002100 Serviços de Hospedagem e Alimentação	0,00	15.570,00	15.570,00	0,00
116002100 Serviços de Hospedagem e Alimentação	0,00	15.570,00	15.570,00	0,00
116002200 Serviços de Estudos e Pesquisas	0,00	918.153,17	918.153,17	0,00
116002200 Serviços de Estudos e Pesquisas	0,00	918.153,17	918.153,17	0,00
116002400 Serviços de Registro do Comércio	14.898.689,71	14.970.381,44	71.691,73	0,00
116002400 Restituição de Serviços de Registro do Comércio	0,00	-975.013,89	975.013,89	0,00
116002400 Serviços de Registro do Comércio	14.898.689,71	15.945.395,33	1.046.705,62	0,00
116003100 Tarifa e Adicional sobre Tarifa Aeroportuária	0,00	1.914.696,56	1.914.696,56	0,00
116003101 Tarifa Aeroportuária	0,00	1.914.696,56	1.914.696,56	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
116003900 Serviços Veterinários	585.000,00	160.708,30	0,00	424.291,70
116003900 Serviços Veterinários	585.000,00	160.708,30	0,00	424.291,70
116005000 Tarifas de Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	2.038,00	8.740.035,07	8.737.997,07	0,00
116005000 Restituição de Tarifas de Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	0,00	-11.500,00	11.500,00	0,00
116005000 Tarifas de Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	2.038,00	8.751.535,07	8.749.497,07	0,00
116009900 Outros Serviços	58.450.276,64	28.754.814,75	0,00	29.695.461,89
116009951 Serviço de Gestão Descentralizada de Energia Elétrica	700.000,00	1.363.215,37	663.215,37	0,00
116009953 Fornecimento de Refeições	775.000,00	737.101,30	0,00	37.898,70
116009954 Serviço de Elaboração de Concursos e Processos Seletivos	7.083.962,56	0,00	0,00	7.083.962,56
116009955 Venda de Produtos Consignáveis	0,00	14.179,00	14.179,00	0,00
116009957 Serviços de Exames Laboratoriais	0,00	158.334,63	158.334,63	0,00
116009958 Restituição de Serviços de Cadastro em Geral	0,00	-1.716,50	1.716,50	0,00
116009958 Serviços de Cadastro em Geral	0,00	580.805,79	580.805,79	0,00
116009959 Registra o valor do serviço de credenciamento para atuar como despachante e outros serviços junto a órgãos públicos.	0,00	6.309,64	6.309,64	0,00
116009960 Registra a receita de serviço pelo uso da estrutura arrecadatória de órgãos do Estado	20.240.000,00	21.644.778,11	1.404.778,11	0,00
116009964 Serviço de Distribuição de Títulos para Protesto	0,00	936,41	936,41	0,00
116009999 Outros Serviços	29.651.314,08	4.270.762,64	0,00	25.380.551,44
116009999 Restituição de Outros Serviços	0,00	-19.891,64	19.891,64	0,00
11700000 Transferências Correntes	8.089.910.039,10	7.930.162.233,41	0,00	159.747.805,69
11720000 Transferências Intergovernamentais	7.879.657.744,42	7.838.657.824,48	0,00	40.999.919,94
117210000 Transferências da União	6.360.012.879,42	6.247.414.419,13	0,00	112.598.460,29
117210100 Participação na Receita da União	5.414.877.009,00	5.291.064.907,76	0,00	123.812.101,24
117210101 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	6.647.140.472,00	6.495.532.039,16	0,00	151.608.432,84
117210101 Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - FPE	-1.326.676.894,00	-1.299.106.407,51	0,00	27.570.486,49
117210112 Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados - Estados Exportadores de Produtos Industrializados	34.875.312,00	52.548.002,58	17.672.690,58	0,00
117210112 Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - IPI Exportação	-4.580.447,00	-7.882.200,22	3.301.753,22	0,00
117210113 Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	64.118.566,00	49.973.442,22	0,00	14.145.123,78
117210132 Cota-Parte do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - Comercialização do Ouro	0,00	31,53	31,53	0,00
117212200 Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	40.967.356,77	41.285.899,23	318.542,46	0,00
117212220 Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	1.845.532,00	1.670.540,78	0,00	174.991,22
117212230 Cota-parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7.990/89	13.483.906,77	8.766.894,78	0,00	4.717.011,99



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
117212240 Coota-parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo - Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II	5.510.837,00	5.646.640,19	135.803,19	0,00
117212270 Coota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	20.127.081,00	25.201.823,48	5.074.742,48	0,00
117213300 Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo	733.571.458,00	682.796.672,77	0,00	50.774.785,23
117213333 Atenção Básica - Saúde Bucal	0,00	12.925.953,37	12.925.953,37	0,00
117213336 Atenção Básica - Incentivo Atenção à Saúde - Sistema Penitenciário	937.901,00	0,00	0,00	937.901,00
117213339 Atenção Básica - Outros Programas Financ. por Transf. Fundo a Fundo	0,00	3.523.225,37	3.523.225,37	0,00
117213341 MAC TF - Teto financeiro	658.186.164,00	39.330.259,71	0,00	618.855.904,29
117213342 MAC TF - SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	23.303.573,00	23.006.071,00	0,00	297.502,00
117213343 MAC TF - CEO - Centro Espec. Odontológica	20.440.589,00	0,00	0,00	20.440.589,00
117213345 MAC TF - CEREST - Centro de Ref. em Saúde do Trabalhador	57.321,00	0,00	0,00	57.321,00
117213349 MAC TF - Outros Programas Financ. por Transf. Fundo a Fundo	0,00	516.419.012,04	516.419.012,04	0,00
117213358 MAC FAEC - Transplantes - Outros	550.000,00	7.139.994,89	6.589.994,89	0,00
117213359 MAC FAEC - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	0,00	619.899,20	619.899,20	0,00
117213361 V SAÚDE - Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	160.000,00	0,00	0,00	160.000,00
117213362 V SAÚDE - Vigilância Sanitária	29.935.910,00	10.940.811,49	0,00	18.995.098,51
117213363 V SAÚDE - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo (6)	0,00	13.582.228,89	13.582.228,89	0,00
117213371 A FARM - Componente Básico da Assistência Farmacêutica	0,00	34.625.677,42	34.625.677,42	0,00
117213373 A FARM - Componente Medicamentos de Dispensação Excepcional	0,00	19.145.411,40	19.145.411,40	0,00
117213379 A FARM - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo (6)	0,00	368.127,99	368.127,99	0,00
117213389 G SUS - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo (6)	0,00	1.170.000,00	1.170.000,00	0,00
117213400 Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	6.724.718,29	2.102.870,45	0,00	4.621.847,84
117213400 Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	6.724.718,29	2.102.870,45	0,00	4.621.847,84
117213500 Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	115.551.260,36	166.846.487,18	51.295.226,82	0,00
117213501 Transferências do Salário-Educação	57.015.100,36	57.176.109,06	161.008,70	0,00
117213502 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00
117213503 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	55.666.160,00	44.355.085,60	0,00	11.311.074,40
117213504 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE	2.870.000,00	2.201.025,95	0,00	668.974,05
117213599 Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	0,00	63.114.266,57	63.114.266,57	0,00
117213600 Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. N° 87/96	19.057.077,00	18.666.162,72	0,00	390.914,28
117213600 Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - ICMS Desoneração - L.C 87/96	-4.764.269,00	-4.666.540,56	0,00	97.728,44
117213600 Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. N° 87/96	23.821.346,00	23.332.703,28	0,00	488.642,72
117219900 Outras Transferências da União	29.264.000,00	44.651.419,02	15.387.419,02	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
117219951 Restituição de Transferências ao Fundo de Defesa Civil	0,00	-93.985,50	93.985,50	0,00
117219951 Transferências ao Fundo de Defesa Civil	23.010.000,00	28.541.499,12	5.531.499,12	0,00
117219952 Transferências Oriundas da Lei Pelé	6.254.000,00	2.217.858,89	0,00	4.036.141,11
117219953 Transferências do Fundo Penitenciário Nacional - FUPEN	0,00	13.986.046,51	13.986.046,51	0,00
117230000 Transferências dos Municípios	0,00	107.371.103,59	107.371.103,59	0,00
117230100 Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	107.371.103,59	107.371.103,59	0,00
117230100 Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	107.371.103,59	107.371.103,59	0,00
117240000 Transferências Multigovernamentais	1.519.644.865,00	1.483.872.301,76	0,00	35.772.563,24
117240100 Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	1.136.655.604,00	1.144.753.171,75	8.097.567,75	0,00
117240100 Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	1.136.655.604,00	1.144.753.171,75	8.097.567,75	0,00
117240200 Transferências de Recursos da Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	382.989.261,00	339.119.130,01	0,00	43.870.130,99
117240251 Complementação do FUNDEB do Exercício	382.989.261,00	277.149.366,36	0,00	105.839.894,64
117240252 Complementação do FUNDEB de Exercícios anteriores	0,00	61.969.763,65	61.969.763,65	0,00
117300000 Transferências de Instituições Privadas	22.440.710,00	6.212.184,87	0,00	16.228.525,13
117300000 Transferências de Instituições Privadas	22.440.710,00	6.212.184,87	0,00	16.228.525,13
117500000 Transferências de Pessoas	1.770.000,00	1.373.613,20	0,00	396.386,80
117500000 Transferências de Pessoas	1.770.000,00	1.373.613,20	0,00	396.386,80
117600000 Transferências de Convênios	186.041.584,68	83.918.610,86	0,00	102.122.973,82
117610000 Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	171.716.174,32	77.996.716,44	0,00	93.719.457,88
117610100 Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde - SUS	17.772.891,87	0,00	0,00	17.772.891,87
117610100 Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde - SUS	17.772.891,87	0,00	0,00	17.772.891,87
117610200 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	42.190.073,00	12.788.336,44	0,00	29.401.736,56
117610200 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	42.190.073,00	12.788.336,44	0,00	29.401.736,56
117619900 Outras Transferências de Convênios da União	111.753.209,45	65.208.380,00	0,00	46.544.829,45
117619900 Outras Transferências de Convênios da União	111.753.209,45	65.208.380,00	0,00	46.544.829,45
117630000 Transferência de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades	658.300,00	75.393,19	0,00	582.906,81
117630100 Transferências de Convênio dos Municípios para o Sistema Único de Saúde - SUS	516.000,00	75.393,19	0,00	440.606,81
117630100 Transferências de Convênio dos Municípios para o Sistema Único de Saúde - SUS	516.000,00	75.393,19	0,00	440.606,81
117639900 Outras Transferências de Convênios dos Municípios	142.300,00	0,00	0,00	142.300,00
117640000 Outras Transferências de Convênios dos Municípios	142.300,00	0,00	0,00	142.300,00
117640000 Transferência de Convênios de Instituições Privadas	13.617.110,36	5.846.501,23	0,00	7.770.609,13
117640000 Transferência de Convênios de Instituições Privadas	13.617.110,36	5.846.501,23	0,00	7.770.609,13



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
117650000 Transferência de Convênios do Exterior	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
117650000 Transferência de Convênios do Exterior	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
119000000 Outras Receitas Correntes	1.009.072.454,68	847.680.997,12	0,00	161.391.457,56
119100000 Multas e Juros de Mora	275.578.812,00	282.697.291,02	7.118.479,02	0,00
119110000 Multas e Juros de Mora dos Tributos	73.153.511,00	89.521.333,74	16.367.822,74	0,00
119112000 Multas e Juros de Mora do Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos	1.830.293,00	2.711.314,84	881.021,84	0,00
119112051 Dedução de Multas e Juros de Mora - ITCD para o FUNDEB	-457.573,00	-677.535,96	219.962,96	0,00
119112051 Multas e Juros de Mora - ITCD	2.287.866,00	3.387.679,78	1.099.813,78	0,00
119112052 Dedução de Multas e Juros de Penalidade - ITCD para o FUNDEB	0,00	-292,75	292,75	0,00
119112052 Multas e Juros de Penalidades - ITCD	0,00	1.463,77	1.463,77	0,00
119114100 Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	18.432.645,00	23.532.042,41	5.099.397,41	0,00
119114151 Dedução de Multas e Juros de Mora - IPVA para o FUNDEB	-2.048.072,00	-2.614.671,38	566.599,38	0,00
119114151 Multas e Juros de Mora - IPVA	20.480.717,00	26.146.713,79	5.665.996,79	0,00
119114200 Multas e Juros de Mora do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	52.890.573,00	63.277.976,49	10.387.403,49	0,00
119114251 Dedução de Multas e Juros de Mora - ICMS para o FUNDEB	-5.508.886,00	-6.689.086,16	1.180.200,16	0,00
119114251 Multas e Juros de Mora do ICMS Combustível	0,00	1.973.017,34	1.973.017,34	0,00
119114252 Dedução de Multas e Juros de Penalidade - ICMS para o FUNDEB	-3.824.745,00	-5.738.788,39	1.914.043,39	0,00
119114252 Multas e Juros de Mora do ICMS Comércio Atacadista	9.420.195,00	6.866.667,13	0,00	2.553.527,87
119114253 Multas e Juros de Mora do ICMS Varejista	6.948.542,00	13.821.815,33	6.873.273,33	0,00
119114254 Multas e Juros de Mora do ICMS Comunicação	0,00	1.933.945,37	1.933.945,37	0,00
119114255 Multas e Juros de Mora do ICMS Construção Civil	3.345.730,00	304.139,28	0,00	3.041.590,72
119114256 Multas e Juros de Mora do ICMS Energia Elétrica	5.810.038,00	5.182.331,15	0,00	627.706,85
119114257 Multas e Juros de Mora do ICMS Indústria	9.978.430,00	9.900.385,12	0,00	78.044,88
119114258 Multas e Juros de Mora do ICMS Outros Serviços	0,00	176.304,07	176.304,07	0,00
119114259 Multas e Juros de Mora do ICMS Pessoa Física	0,00	78.341,51	78.341,51	0,00
119114261 Multas e Juros de Mora do ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	705.137,00	596.718,18	0,00	108.418,82
119114263 Multas e Juros de Mora do ICMS Produtor Agropecuário	0,00	155.280,28	155.280,28	0,00
119114265 Multas e Juros de Mora do ICMS Transporte	0,00	2.094.820,67	2.094.820,67	0,00
119114266 Multas e Juros de Mora do ICMS Administração Pública e Órgãos Internacionais	0,00	23.844,92	23.844,92	0,00
119114267 Multas e Juros de Mora do ICMS Serviço de Alimento e Alojamento	517.835,00	1.486.297,36	968.462,36	0,00
119114268 Multas e Juros de Mora do ICMS - FECOP	0,00	802.704,04	802.704,04	0,00
119114270 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Combustível	0,00	350.402,67	350.402,67	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
119114271 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Comércio Atacadista	6.540.313,00	10.975.776,20	4.435.463,20	0,00
119114272 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Comércio Varejista	4.824.278,00	5.363.310,33	539.032,33	0,00
119114273 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Comunicação	0,00	41.123,41	41.123,41	0,00
119114274 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Construção Civil	2.322.895,00	118.217,55	0,00	2.204.677,45
119114275 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Energia Elétrica	4.033.831,00	1.106.178,94	0,00	2.927.652,06
119114276 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Indústria	6.927.887,00	7.411.016,18	483.129,18	0,00
119114277 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Outros Serviços	0,00	93.342,99	93.342,99	0,00
119114278 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Pessoa Física	0,00	529.966,61	529.966,61	0,00
119114280 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	489.567,00	2.671.738,92	2.182.171,92	0,00
119114282 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Produtor Agropecuário	0,00	191.805,53	191.805,53	0,00
119114284 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Transporte	0,00	1.205.331,35	1.205.331,35	0,00
119114286 Multas e Juros de Penalidade do ICMS Serviço de Alimento e Alojamento	359.526,00	251.028,61	0,00	108.497,39
119130000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	14.047.046,00	23.593.824,86	9.546.778,86	0,00
119131400 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	2.696.941,00	10.740.206,03	8.043.265,03	0,00
119131451 Dedução de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do IPVA para o FUNDEB	-299.660,00	-1.193.356,23	893.696,23	0,00
119131451 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do IPVA	2.996.601,00	11.933.562,26	8.936.961,26	0,00
119131500 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS	10.930.872,00	12.211.283,00	1.280.411,00	0,00
119131551 Dedução de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS para o FUNDEB	-1.065.198,00	-1.073.993,45	8.795,45	0,00
119131551 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS Combustível	0,00	152.594,66	152.594,66	0,00
119131552 Dedução de Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS para o FUNDEB	-863.779,00	-1.561.737,67	697.958,67	0,00
119131552 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Comércio Atacadista	1.821.489,00	696.399,99	0,00	1.125.089,01
119131553 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS Varejista	1.343.570,00	1.482.321,12	138.751,12	0,00
119131554 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS Comunicação	0,00	58.882,82	58.882,82	0,00
119131555 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS Construção Civil	646.930,00	24.026,38	0,00	622.903,62
119131556 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS Energia Elétrica	1.123.429,00	27.681,70	0,00	1.095.747,30
119131557 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS Indústria	1.929.429,00	2.776.722,51	847.293,51	0,00
119131558 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS Outros Serviços	0,00	13.513,11	13.513,11	0,00
119131561 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	136.345,00	752.972,72	616.627,72	0,00
119131563 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS Produtor Agropecuário	0,00	7.102,08	7.102,08	0,00
119131565 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS Transporte	0,00	916.273,95	916.273,95	0,00
119131567 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS Serviço de Alimento e Alojamento	100.130,00	251.465,30	151.335,30	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
119131571 Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Comércio Atacadista	1.477.062,00	601.214,97	0,00	875.847,03
119131572 Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Comércio Varejista	1.089.513,00	3.034.449,70	1.944.936,70	0,00
119131573 Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Comunicação	0,00	974.074,89	974.074,89	0,00
119131574 Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Construção Civil	524.602,00	20.524,49	0,00	504.077,51
119131575 Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Energia Elétrica	910.999,00	0,00	0,00	910.999,00
119131576 Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Indústria	1.564.592,00	1.747.285,32	182.693,32	0,00
119131577 Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Outros Serviços	0,00	16.770,31	16.770,31	0,00
119131578 Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Pessoa Física	0,00	16.169,58	16.169,58	0,00
119131580 Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	110.564,00	933.026,67	822.462,67	0,00
119131582 Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Produtor Agropecuário	0,00	89.558,43	89.558,43	0,00
119131584 Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Transporte	0,00	203.490,27	203.490,27	0,00
119131586 Multas e Juros de Penalidade da Dívida Ativa do ICMS Serviço de Alimento e Alojamento	81.195,00	50.493,15	0,00	30.701,85
119132000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos	419.233,00	642.335,83	223.102,83	0,00
119132051 Dedução de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ITCD para o FUNDEB	-104.808,00	-160.583,96	55.775,96	0,00
119132051 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ITCD	524.041,00	802.919,79	278.878,79	0,00
119150000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas	3.504.489,00	3.963.423,53	458.934,53	0,00
119159900 Outras Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas	3.504.489,00	3.963.423,53	458.934,53	0,00
119159951 Multas decorrentes da Dívida Ativa	3.504.489,00	3.958.999,01	454.510,01	0,00
119159952 Multas Penais da Dívida Ativa	0,00	4.424,52	4.424,52	0,00
119180000 Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	0,00	114.053,22	114.053,22	0,00
119189900 Outras Multas e Juros de Mora	0,00	114.053,22	114.053,22	0,00
119189900 Outras Multas e Juros de Mora	0,00	114.053,22	114.053,22	0,00
119190000 Multas de Outras Origens	184.873.766,00	165.504.655,67	0,00	19.369.110,33
119191000 Multas Previstas na Legislação Sanitária	430.000,00	228.424,15	0,00	201.575,85
119191000 Multas Previstas na Legislação Sanitária	430.000,00	228.424,15	0,00	201.575,85
119191500 Multas Previstas na Legislação de Trânsito	106.800.000,00	114.956.427,77	8.156.427,77	0,00
119191500 Multas Previstas na Legislação de Trânsito	106.800.000,00	115.279.811,69	8.479.811,69	0,00
119191500 Restituição de Multas Previstas na Legislação de Trânsito	0,00	-323.383,92	323.383,92	0,00
119192600 Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos	3.935.000,00	1.649.578,04	0,00	2.285.421,96
119192602 Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Outros	3.935.000,00	1.720.457,24	0,00	2.214.542,76
119192602 Restituição de Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Outros	0,00	-70.879,20	70.879,20	0,00
119192700 Multas e Juros Previstos em Contratos	0,00	233.514,83	233.514,83	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
119192700 Multas e Juros Previstos em Contratos	0,00	233.514,83	233.514,83	0,00
119192800 Multas Decorrentes da Operação do Transporte Rodoviário de Passageiros e Cargas	7.420.000,00	5.753.152,04	0,00	1.666.847,96
119192800 Multas Decorrentes da Operação do Transporte Rodoviário de Passageiros e Cargas	7.420.000,00	5.753.152,04	0,00	1.666.847,96
119193200 Multas Aplicadas no Âmbito de Processo Judicial	155.661,00	183.957,00	28.296,00	0,00
119193220 Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	155.661,00	183.957,00	28.296,00	0,00
119193500 Multas por Danos ao Meio Ambiente	0,00	1.090.892,19	1.090.892,19	0,00
119193510 Multas Administrativas por Danos Ambientais	0,00	1.098.591,51	1.098.591,51	0,00
119193510 Registra a restituição de Multas Administrativas por Danos Ambientais por pagamento indevido, a maior ou em duplicidade.	0,00	-7.699,32	7.699,32	0,00
119194800 Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas	0,00	1.388.443,74	1.388.443,74	0,00
119194851 Multas TCM	0,00	92.362,75	92.362,75	0,00
119194851 Restituição de Multas do TCM	0,00	-1.534,59	1.534,59	0,00
119194852 Multas TCM - Dívida Ativa	0,00	873.002,41	873.002,41	0,00
119194852 Restituição de Multas TCM - Dívida Ativa	0,00	-1.057,36	1.057,36	0,00
119194853 Multas do TCE	0,00	425.670,53	425.670,53	0,00
119195500 Multas causadas a qualquer outro interesse difuso ou coletivo	0,00	1.713,90	1.713,90	0,00
119195500 Multas causadas a qualquer outro interesse difuso ou coletivo	0,00	3.000,00	3.000,00	0,00
119195500 Restituição de Multas Causadas a Qualquer Outro Interesse Difuso ou Coletivo	0,00	-1.286,10	1.286,10	0,00
119195600 Multas por danos ao consumidor	26.265.000,00	2.054.327,05	0,00	24.210.672,95
119195600 Multas por danos ao consumidor	26.265.000,00	3.260.828,32	0,00	23.004.171,68
119195600 Restituição de Multas por Danos ao Consumidor	0,00	-1.206.501,27	1.206.501,27	0,00
119195700 Multas advindas da ARCE	0,00	2.011,56	2.011,56	0,00
119195700 Multas advindas da ARCE	0,00	2.011,56	2.011,56	0,00
119199900 Outras Multas	39.868.105,00	37.962.213,40	0,00	1.905.891,60
119199951 Multas de Obrigações Acessórias	39.868.105,00	37.784.038,81	0,00	2.084.066,19
119199951 Registra as restituições de Multas de Obrigações Acessórias	0,00	-60.300,66	60.300,66	0,00
119199998 Outras Multas	0,00	726,00	726,00	0,00
119199999 Outras Multas Contratuais	0,00	237.749,25	237.749,25	0,00
11920000 Indenizações e Restituições	348.200.021,00	387.049.405,29	38.849.384,29	0,00
119210000 Indenizações	33.586.447,00	10.413.428,97	0,00	23.173.018,03
119210500 Indenizações previstas na Legislação sobre Defesa de Direitos Difusos	33.514.000,00	10.402.340,92	0,00	23.111.659,08
119210551 Compensação Ambiental	33.514.000,00	10.353.620,28	0,00	23.160.379,72
119210553 Registra a receita orçamentária com medidas conciliatórias ambientais.	0,00	48.720,64	48.720,64	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
119215100 Indenização por Descumprimento de Termo de Apreensão e Depósito	0,00	4.934,34	4.934,34	0,00
119215100 Indenização por Descumprimento de Termo de Apreensão e Depósito	0,00	4.934,34	4.934,34	0,00
119219900 Outras Indenizações	72.447,00	6.153,71	0,00	66.293,29
119219900 Outras Indenizações	72.447,00	6.153,71	0,00	66.293,29
119220000 Restituições	314.613.574,00	376.635.976,32	62.022.402,32	0,00
119220100 Restituições de Convênios	0,00	16.607.088,17	16.607.088,17	0,00
119220100 Restituição de Restituições de Convênios	0,00	-1.253.808,32	1.253.808,32	0,00
119220100 Restituições de Convênios	0,00	17.860.896,49	17.860.896,49	0,00
119220300 Restituições de Convênios Concedidos com Recursos do FECOP	0,00	65.034,09	65.034,09	0,00
119220300 Restituições de Convênios Concedidos com Recursos do FECOP	0,00	65.034,09	65.034,09	0,00
119220700 Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	219.895,67	219.895,67	0,00
119220700 Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	219.895,67	219.895,67	0,00
119221000 Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	35.724.419,00	51.644.181,27	15.919.762,27	0,00
119221001 Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Principal	35.724.419,00	51.682.869,06	15.958.450,06	0,00
119221001 Restituição de Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Principal	0,00	-38.687,79	38.687,79	0,00
119229900 Outras Restituições	278.889.155,00	308.099.777,12	29.210.622,12	0,00
119229951 Restituições ao FUNDEB	0,00	938.789,52	938.789,52	0,00
119229952 Restituições de Folha de Pagamento	0,00	4.034.626,85	4.034.626,85	0,00
119229953 Restituições de Vale-Transporte	5.000.000,00	4.194.083,85	0,00	805.916,15
119229954 Restituições de Vale-Refeição	4.500.000,00	0,00	0,00	4.500.000,00
119229956 Ressarcimento de Despesa com Pessoal Cedido	42.220.867,00	38.659.412,64	0,00	3.561.454,36
119229957 Devolução de Suprimento de Fundos de Exercícios Anteriores	0,00	41.884,72	41.884,72	0,00
119229960 Rembolso p/ Processamento de Dados	0,00	166.776,56	166.776,56	0,00
119229963 Devolução de diárias	0,00	220.082,45	220.082,45	0,00
119229963 Restituição de Devolução de Diárias	0,00	-674,62	674,62	0,00
119229966 Restituições de Garantias Concedidas	0,00	205.575.154,16	205.575.154,16	0,00
119229999 Outras Restituições	227.168.288,00	54.279.989,02	0,00	172.888.298,98
119229999 Restituição de Outras Restituições	0,00	-10.348,03	10.348,03	0,00
11930000 Receita da Dívida Ativa	44.026.080,00	61.929.411,04	17.903.331,04	0,00
119310000 Receita da Dívida Ativa Tributária	39.500.021,00	53.638.625,54	14.138.604,54	0,00
119310700 Receita da Dívida Ativa de Custas Judiciais	0,00	149.021,85	149.021,85	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
119310700 Receita da Dívida Ativa de Custas Judiciais	0,00	149.021,85	149.021,85	0,00
119311400 Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	4.887.952,00	22.336.202,85	17.448.250,85	0,00
119311400 Dedução do principal da Receita da Dívida Ativa do IPVA	-543.106,00	-2.481.800,32	1.938.694,32	0,00
119311400 Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	5.431.058,00	24.818.003,17	19.386.945,17	0,00
119311500 Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS	30.666.156,00	29.272.577,46	0,00	1.393.578,54
119311500 Dedução do principal da Receita da Dívida Ativa do ICMS	-5.411.675,00	-5.165.748,96	0,00	245.926,04
119311551 Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS Combustível	0,00	459.756,24	459.756,24	0,00
119311552 Receita da Dívida Ativa do ICMS Comércio Atacadista	9.253.964,00	3.885.901,36	0,00	5.368.062,64
119311553 Receita da Dívida Ativa do ICMS Comércio Varejista	6.825.926,00	8.300.490,34	1.474.564,34	0,00
119311554 Receita da Dívida Ativa do ICMS Comunicação	0,00	699.773,54	699.773,54	0,00
119311555 Receita da Dívida Ativa do ICMS Construção Civil	3.286.690,00	89.348,99	0,00	3.197.341,01
119311556 Receita da Dívida Ativa do ICMS Energia Elétrica	5.707.513,00	227.065,56	0,00	5.480.447,44
119311557 Receita da Dívida Ativa do ICMS Indústria	9.802.347,00	10.754.419,79	952.072,79	0,00
119311558 Receita da Dívida Ativa do ICMS Outros Serviços	0,00	86.885,14	86.885,14	0,00
119311559 Receita da Dívida Ativa do ICMS Pessoa Física	0,00	40.037,99	40.037,99	0,00
119311561 Receita da Dívida Ativa do ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	692.694,00	4.217.201,21	3.524.507,21	0,00
119311563 Receita da Dívida Ativa do ICMS Produtor Agropecuário	0,00	151.916,26	151.916,26	0,00
119311565 Receita da Dívida Ativa do ICMS Transporte	0,00	4.368.341,98	4.368.341,98	0,00
119311567 Receita da Dívida Ativa do ICMS Serviço de Alimento e Alojamento	508.697,00	1.157.188,02	648.491,02	0,00
119312000 Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos	3.945.913,00	1.880.823,38	0,00	2.065.089,62
119312000 Dedução do principal da Receita da Dívida Ativa do ITCD	-986.478,00	-470.205,84	0,00	516.272,16
119312000 Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos	4.932.391,00	2.351.029,22	0,00	2.581.361,78
119320000 Receita da Dívida Ativa não tributária	4.526.059,00	8.290.785,50	3.764.726,50	0,00
119323900 Receita da Dívida Ativa do Ressarcimento ao Erário Decorrente de Decisão do Tribunal de Contas da União	0,00	81.258,08	81.258,08	0,00
119323900 Receita da Dívida Ativa do Ressarcimento ao Erário Decorrente de Decisão do Tribunal de Contas da União	0,00	81.258,08	81.258,08	0,00
119325700 Receita da Dívida Ativa - Outras Receitas Correntes	0,00	119.380,40	119.380,40	0,00
119325735 Receita da Dívida Ativa - Multas Administrativas por Danos Ambientais	0,00	119.380,40	119.380,40	0,00
119329900 Receita da Dívida Ativa Não Tributária de Outras Receitas	4.526.059,00	8.090.147,02	3.564.088,02	0,00
119329901 Receita da Dívida Ativa Não-Tributária de Outras Receitas - Principal	3.620.847,00	4.260.753,53	639.906,53	0,00
119329902 Receita da Dívida Ativa Não-Tributária de Outras Receitas - Administrativa	905.212,00	3.828.127,85	2.922.915,85	0,00
119329952 Dívida Ativa - Repasses de Emolumentos FAADEP	0,00	164.015,34	164.015,34	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
119329952 Restituição de Dívida Ativa - Repasses de Emolumentos FAADEP	0,00	-162.749,70	162.749,70	0,00
119900000 Receitas Diversas	341.267.541,68	116.004.889,77	0,00	225.262.651,91
119900200 Receita de Ônus de Sucumbência de Ações Judiciais	0,00	161.934,07	161.934,07	0,00
119900201 Receita de Honorários de Advogados	0,00	12.138,66	12.138,66	0,00
119900202 Receita de Ônus de Sucumbência	0,00	149.795,41	149.795,41	0,00
119902200 Receita da "Terceirização" da Folha de Pagamento dos Agentes Públicos	0,00	456.230,00	456.230,00	0,00
119902200 Receita da "Terceirização" da Folha de Pagamento dos Agentes Públicos	0,00	456.230,00	456.230,00	0,00
119905200 Receita de Economia Processual do Estado do Ceará	10.664.240,69	0,00	0,00	10.664.240,69
119905200 Receita de Economia Processual do Estado do Ceará	10.664.240,69	0,00	0,00	10.664.240,69
119909800 Outras Receitas Eventuais	2.236.084,00	3.072.230,07	836.146,07	0,00
119909800 Outras Receitas Eventuais	2.236.084,00	3.072.230,07	836.146,07	0,00
119909900 Outras Receitas	328.367.216,99	112.314.495,63	0,00	216.052.721,36
119909951 Depósitos Judiciais	2.551.914,00	3.061.144,10	509.230,10	0,00
119909953 Retorno do FDI	30.830.448,00	1.329.879,66	0,00	29.500.568,34
119909954 Encargos do FDI / PROAPI	2.515.282,00	943.688,68	0,00	1.571.593,32
119909955 Participação nos Encargos do FDI - Diferido	26.817.327,00	21.312.640,42	0,00	5.504.686,58
119909956 Receita sobre Programa de Sementes	2.720.000,00	3.340.131,24	620.131,24	0,00
119909957 Restituição de Saldo de Exercícios Anteriores	0,00	-170,33	170,33	0,00
119909957 Saldo de Exercícios Anteriores	2.080.000,00	1.242.102,47	0,00	837.897,53
119909959 Restituição de Spread sobre Rendimentos de Precatórios Judiciais	0,00	-2.178.368,81	2.178.368,81	0,00
119909959 Spread sobre Rendimentos de Precatórios Judiciais	4.509.459,00	4.598.778,59	89.319,59	0,00
119909960 Rendas	0,00	156.022,75	156.022,75	0,00
119909962 Receita de Apontamentos, Protestos e Cancelamentos	0,00	50.090,54	50.090,54	0,00
119909962 Restituição de Receita de Apontamentos, Protestos e Cancelamentos	0,00	-3.219,83	3.219,83	0,00
119909967 Recursos de Empresas Consignatárias	0,00	47.114,99	47.114,99	0,00
119909968 Ressarcimento	0,00	3.970.123,78	3.970.123,78	0,00
119909969 Doações em Dinheiro	0,00	474.452,18	474.452,18	0,00
119909970 Patrocínios	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
119909972 Receita de Leilão de Bens Apreendidos	0,00	9.344.256,28	9.344.256,28	0,00
119909972 Restituição de Receita de Leilão de Bens Apreendidos	0,00	-150.416,93	150.416,93	0,00
119909975 Receita de Apoio Cultural	0,00	11.000,00	11.000,00	0,00
119909977 Encargos do FDI / PROADE	0,00	1.135.351,86	1.135.351,86	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
119909979 Recursos Provenientes do FEEF	40.713.897,00	62.790.338,61	22.076.441,61	0,00
119909981 Depósitos Judiciais - EC 94/2016	0,00	0,00	0,00	0,00
119909998 Outras Receita FECOP	0,00	404.052,18	404.052,18	0,00
119909998 Restituição de Outras Receita FECOP	0,00	-28.491,91	28.491,91	0,00
119909999 Outras Receitas	215.578.889,99	463.995,11	0,00	215.114.894,88
119909999 Restituição de Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00
12000000 Receitas de Capital	3.775.768.988,21	1.484.162.527,86	0,00	2.291.606.460,35
12100000 Operações de Crédito	2.606.226.411,49	908.064.839,15	0,00	1.698.161.572,34
12110000 Operações de Crédito Internas	1.359.118.896,30	95.284.451,01	0,00	1.263.834.445,29
121140000 Operações de Crédito Internas - Contratuais	1.359.118.896,30	95.284.451,01	0,00	1.263.834.445,29
121140100 Operações de Crédito Internas para Programas de Educação	13.262.202,54	6.473.394,52	0,00	6.788.808,02
121140100 Operações de Crédito Internas para Programas de Educação	13.262.202,54	6.473.394,52	0,00	6.788.808,02
121140300 Operações de Crédito Internas para Programas de Saneamento	15.517.642,00	5.616.792,94	0,00	9.900.849,06
121140300 Operações de Crédito Internas para Programas de Saneamento	15.517.642,00	5.616.792,94	0,00	9.900.849,06
121140500 Operações de Crédito Internas para Programas de Modernização da Administração Pública	8.366.720,00	0,00	0,00	8.366.720,00
121140500 Operações de Crédito Internas para Programas de Modernização da Administração Pública	8.366.720,00	0,00	0,00	8.366.720,00
121140600 Operações de Crédito Internas para Refinanciamento da Dívida Contratual	785.766.830,76	0,00	0,00	785.766.830,76
121140600 Operações de Crédito Internas para Refinanciamento da Dívida Contratual	785.766.830,76	0,00	0,00	785.766.830,76
121140700 Operações de Crédito Internas para Programas de Moradia Popular	2.955.913,00	7.781.746,95	4.825.833,95	0,00
121140700 Operações de Crédito Internas para Programas de Moradia Popular	2.955.913,00	7.781.746,95	4.825.833,95	0,00
121149900 Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	533.249.588,00	75.412.516,60	0,00	457.837.071,40
121149952 Operações de Crédito Internas para Programas de Infraestrutura	132.775.846,00	15.000.000,00	0,00	117.775.846,00
121149953 Operações de Crédito Internas para Programas de Transportes	342.845.930,00	53.066.205,43	0,00	289.779.724,57
121149954 Operações de Crédito Internas para Programas de Ação Social	0,00	3.098.238,46	3.098.238,46	0,00
121149958 Operações de Crédito Internas - BNDES - ESTADOS	15.030.000,00	4.248.072,71	0,00	10.781.927,29
121149959 Operações de Crédito Internas - CEF/CPAC - MARANGUAPINHO	7.847.812,00	0,00	0,00	7.847.812,00
121149999 Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	34.750.000,00	0,00	0,00	34.750.000,00
12120000 Operações de Crédito Externas	1.247.107.515,19	812.780.388,14	0,00	434.327.127,05
121230000 Operações de Crédito Externas - Contratuais	1.247.107.515,19	812.780.388,14	0,00	434.327.127,05
121230200 Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	112.801.407,00	47.691.927,98	0,00	65.109.479,02
121230200 Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	112.801.407,00	47.691.927,98	0,00	65.109.479,02
121230300 Operações de Crédito Externas para Programas de Saneamento	2.200.000,00	0,00	0,00	2.200.000,00
121230300 Operações de Crédito Externas para Programas de Saneamento	2.200.000,00	0,00	0,00	2.200.000,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
121230500 Operações de Crédito Externas para Programas de Modernização da Administração Pública	21.005.000,00	33.498.880,53	12.493.880,53	0,00
121230500 Operações de Crédito Externas para Programas de Modernização da Administração Pública	21.005.000,00	33.498.880,53	12.493.880,53	0,00
121239900 Outras Operações de Crédito Externas - Contratuais	1.111.101.108,19	731.589.579,63	0,00	379.511.528,56
121239951 Operações de Crédito Externas para Programas de Turismo	168.947.151,36	70.805.000,00	0,00	98.142.151,36
121239952 Operações de Crédito Externas para Programas de Infraestrutura	607.945.863,00	51.398.600,00	0,00	556.547.263,00
121239953 Operações de Crédito Externas para Programas de Transportes	7.600.000,00	280.822.721,67	273.222.721,67	0,00
121239954 Operações de Crédito Externas para Programas de Ação Social	47.341.945,00	222.606.991,31	175.265.046,31	0,00
121239958 Operações de Crédito Externas - PfoRCeará	84.498.265,83	72.895.451,32	0,00	11.602.814,51
121239999 Outras Operações de Crédito Externas - Contratuais	194.767.883,00	33.060.815,33	0,00	161.707.067,67
122000000 Alienação de Bens	93.478,00	14.494.759,01	14.401.281,01	0,00
122100000 Alienação de Bens Móveis	93.478,00	1.015.675,97	922.197,97	0,00
122110000 Alienação de Títulos Mobiliários	6.600,00	0,00	0,00	6.600,00
122110000 Alienação de Títulos Mobiliários	6.600,00	0,00	0,00	6.600,00
122190000 Alienação de Outros Bens Móveis	0,00	25,97	25,97	0,00
122190000 Alienação de Outros Bens Móveis	0,00	25,97	25,97	0,00
122100000 Alienação de Bens Móveis	86.878,00	1.015.650,00	928.772,00	0,00
122200000 Alienação de Bens Imóveis	0,00	13.479.083,04	13.479.083,04	0,00
122240000 Alienação de Imóveis Rurais	0,00	5.580.000,00	5.580.000,00	0,00
122240000 Alienação de Imóveis Rurais	0,00	5.580.000,00	5.580.000,00	0,00
122250000 Alienação de Imóveis Urbanos	0,00	7.899.083,04	7.899.083,04	0,00
122250000 Alienação de Imóveis Urbanos	0,00	7.899.083,04	7.899.083,04	0,00
123000000 Amortização de Empréstimos	0,00	3.496.246,20	3.496.246,20	0,00
123008000 Amortização de Financiamentos	0,00	3.496.246,20	3.496.246,20	0,00
123008002 Amortização de Financiamentos de Projetos	0,00	3.496.246,20	3.496.246,20	0,00
124000000 Transferências de Capital	1.066.949.098,72	410.908.696,13	0,00	656.040.402,59
124200000 Transferências Intergovernamentais	69.895.376,16	21.088.901,63	0,00	48.806.474,53
124210000 Transferências da União	59.879.033,00	21.088.901,63	0,00	38.790.131,37
124210100 Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	59.879.033,00	2.299.996,00	0,00	57.579.037,00
124210100 Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	59.879.033,00	2.299.996,00	0,00	57.579.037,00
124219900 Outras Transferências da União	0,00	18.788.905,63	18.788.905,63	0,00
124219952 Transferências do Fundo Penitenciário Nacional - FUPEN	0,00	18.788.905,63	18.788.905,63	0,00
124230000 Transferências dos Municípios	10.016.343,16	0,00	0,00	10.016.343,16
124230100 Transferências de Recursos Destinados a Programas de Saúde	95.000,00	0,00	0,00	95.000,00



Descrição	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
124230100 Transferências de Recursos Destinados a Programas de Saúde	95.000,00	0,00	0,00	95.000,00
124230200 Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	9.921.343,16	0,00	0,00	9.921.343,16
124230200 Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	9.921.343,16	0,00	0,00	9.921.343,16
124300000 Transferências de Instituições Privadas	8.927.295,14	0,00	0,00	8.927.295,14
124300000 Transferências de Instituições Privadas	8.927.295,14	0,00	0,00	8.927.295,14
124400000 Transferências do Exterior	4.357.149,26	0,00	0,00	4.357.149,26
124400000 Transferências do Exterior	4.357.149,26	0,00	0,00	4.357.149,26
124700000 Transferências de Convênios	983.769.278,16	389.819.794,50	0,00	593.949.483,66
124710000 Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	983.769.278,16	368.618.301,18	0,00	615.150.976,98
124710100 Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde - SUS	200.000,00	812.338,07	612.338,07	0,00
124710100 Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde - SUS	200.000,00	812.338,07	612.338,07	0,00
124710200 Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Educação	107.674.417,00	72.068.532,23	0,00	35.605.884,77
124710200 Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Educação	107.674.417,00	72.068.532,23	0,00	35.605.884,77
124710300 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Saneamento Básico	175.798.307,00	177.637.407,16	1.839.100,16	0,00
124710300 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Saneamento Básico	175.798.307,00	177.637.407,16	1.839.100,16	0,00
124710400 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
124710400 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
124710500 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infra-Estrutura em Transporte	197.260.213,00	3.929.533,67	0,00	193.330.679,33
124710500 Restituição de Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infra-Estrutura em Transporte	0,00	-47.891,80	47.891,80	0,00
124710500 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infra-Estrutura em Transporte	197.260.213,00	3.977.425,47	0,00	193.282.787,53
124719900 Outras Transferências de Convênios da União	502.831.341,16	114.170.490,05	0,00	388.660.851,11
124719900 Outras Transferências de Convênios da União	502.831.341,16	114.171.986,74	0,00	388.659.354,42
124719900 Restituição de Outras Transferências de Convênios da União	0,00	-1.496,69	1.496,69	0,00
124730000 Transferências de Convênios dos Municípios e de suas Entidades	0,00	10.987.975,85	10.987.975,85	0,00
124739900 Outras Transferências de Convênios dos Municípios	0,00	10.987.975,85	10.987.975,85	0,00
124739999 Outras Transferências de Convênios dos Municípios	0,00	10.987.975,85	10.987.975,85	0,00
124740000 Transferências de Convênios de Instituições Privadas	0,00	9.590.863,12	9.590.863,12	0,00
124740000 Transferências de Convênios de Instituições Privadas	0,00	9.590.863,12	9.590.863,12	0,00
124750000 Transferências de Convênios do Exterior	0,00	622.654,35	622.654,35	0,00
124750000 Transferências de Convênios do Exterior	0,00	622.654,35	622.654,35	0,00
125000000 Outras Receitas de Capital	102.500.000,00	147.197.987,37	44.697.987,37	0,00
125900000 Outras Receitas	102.500.000,00	147.197.987,37	44.697.987,37	0,00
125905100 Outras Restituições	0,00	298.059,09	298.059,09	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
125905199 Outras Restituições	0,00	298.059,09	298.059,09	0,00
125905200 Alienação de Participações Societárias	102.500.000,00	146.899.928,28	44.399.928,28	0,00
125905200 Alienação de Participações Societárias	102.500.000,00	146.899.928,28	44.399.928,28	0,00
17000000 Receitas Correntes	1.324.898.749,00	1.505.312.819,64	180.414.070,64	0,00
17100000 Receita Tributária	5.154.210,00	197.851,00	0,00	4.956.359,00
17120000 Taxas	5.154.210,00	197.851,00	0,00	4.956.359,00
171210000 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	3.372.726,00	19.439,07	0,00	3.353.286,93
171212100 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	2.880.726,00	0,00	0,00	2.880.726,00
171212151 Taxa Ambientais	2.880.726,00	0,00	0,00	2.880.726,00
171213100 Taxa de Utilização de Área de Domínio Público	492.000,00	0,00	0,00	492.000,00
171213100 Taxa de Utilização de Área de Domínio Público	492.000,00	0,00	0,00	492.000,00
171219900 Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0,00	19.439,07	19.439,07	0,00
171219954 Taxa de Vistoria	0,00	19.439,07	19.439,07	0,00
171219999 Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0,00	0,00	0,00	0,00
171220000 Taxas pela Prestação de Serviços	1.781.484,00	178.411,93	0,00	1.603.072,07
171220800 Emolumentos e Custas Judiciais	123.640,00	0,00	0,00	123.640,00
171220800 Emolumentos e Custas Judiciais	123.640,00	0,00	0,00	123.640,00
171229900 Outras Taxas pela Prestação de Serviços	1.657.844,00	178.411,93	0,00	1.479.432,07
171229963 Taxa pela Prestação de Serviços de Trânsito e Transporte	1.284.457,00	178.411,93	0,00	1.106.045,07
171229999 Outras Taxas pela Prestação de Serviços	373.387,00	0,00	0,00	373.387,00
17200000 Receitas de Contribuições	1.249.795.102,00	1.192.608.224,25	0,00	57.186.877,75
17210000 Contribuições Sociais	1.249.795.102,00	1.192.608.224,25	0,00	57.186.877,75
172102900 Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público	1.247.589.497,00	1.190.605.572,83	0,00	56.983.924,17
172102901 Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio	958.362.051,00	932.012.356,91	0,00	26.349.694,09
172102901 Restituição de Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio	0,00	-21.009,26	21.009,26	0,00
172102902 Contribuição Patronal de Servidor Ativo Militar	289.227.446,00	258.614.225,18	0,00	30.613.220,82
172109900 Outras Contribuições Sociais	2.205.605,00	2.002.651,42	0,00	202.953,58
172109951 Contribuição Patronal para o FPP	2.205.605,00	1.864.810,75	0,00	340.794,25
172109959 Contribuição Patronal para o FPP de Exercícios Anteriores	0,00	137.840,67	137.840,67	0,00
17300000 Receita Patrimonial	0,00	21.725,00	21.725,00	0,00
17310000 Receitas Imobiliárias	0,00	21.725,00	21.725,00	0,00
173190000 Outras Receitas Imobiliárias	0,00	21.725,00	21.725,00	0,00
173195100 Taxa de Vistoria	0,00	21.725,00	21.725,00	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
173195100 Taxa de Vistoria	0,00	21.725,00	21.725,00	0,00
176000000 Receita de Serviços	40.936.329,00	34.823.620,02	0,00	6.112.708,98
176000800 Serviços de Processamento de Dados	40.924.829,00	29.236.803,42	0,00	11.688.025,58
176000852 Serviço de Acesso à Internet	6.600.000,00	13.883,23	0,00	6.586.116,77
176000853 Serviço de Tráfego de Dados	34.324.829,00	29.222.920,19	0,00	5.101.908,81
176000900 Outros Serviços	11.500,00	5.586.816,60	5.575.316,60	0,00
176009954 Serviço de Elaboração de Concursos e P. Seletivos Intra Orçamentária	11.500,00	5.586.816,60	5.575.316,60	0,00
179000000 Outras Receitas Correntes	29.013.108,00	277.661.399,37	248.648.291,37	0,00
179100000 Multas e Juros de Mora	0,00	1.336,62	1.336,62	0,00
179190000 Multas de Outras Origens	0,00	1.336,62	1.336,62	0,00
179192800 Multas Decorrentes da Operação do Transporte Rodoviário de Passageiros e Cargas	0,00	1.336,62	1.336,62	0,00
179192800 Multas Decorrentes da Operação do Transporte Rodoviário de Passageiros e Cargas	0,00	1.336,62	1.336,62	0,00
179200000 Indenizações e Restituições	5.008.908,00	14.145.331,68	9.136.423,68	0,00
179220000 Restituições	5.008.908,00	14.145.331,68	9.136.423,68	0,00
179229900 Outras Restituições	5.008.908,00	14.145.331,68	9.136.423,68	0,00
179229956 Ressarcimento de Despesa com Pessoal Cedido	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
179229958 Complementação CEFIC	0,00	11.555.287,44	11.555.287,44	0,00
179229999 Outras Restituições	4.508.908,00	2.590.044,24	0,00	1.918.863,76
179900000 Receitas Diversas	24.004.200,00	263.514.731,07	239.510.531,07	0,00
179909900 Outras Receitas	24.004.200,00	263.514.731,07	239.510.531,07	0,00
179909958 Superávit Financeiro das Autarquias	23.934.200,00	253.047.379,42	229.113.179,42	0,00
179909973 Receita de Economia Processual do Estado do Ceará	70.000,00	10.467.351,65	10.397.351,65	0,00

TOTAL GERAL: 29.039.928.448,41 26.299.845.684,65 0,00 2.740.082.763,76

FONTE: S2GPR, CECAD/COTES 28/03/2019 11:52



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas		Despesas Totais		Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
3	DESPESA CORRENTE	24.109.635.099,84	18.845.172,57	24.128.480.272,41	23.083.877.847,92	1.044.602.424,49
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.780.675.310,94	1.221.296,72	12.781.896.607,66	12.238.296.004,43	543.600.603,23
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	11.504.539.745,83	1.221.296,72	11.505.761.042,55	10.978.017.110,01	527.743.932,54
31900100	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMA DOS MILITARES	2.859.636.069,60	0,00	2.859.636.069,60	2.573.328.876,78	286.307.192,82
31900300	PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS	832.788.307,36	0,00	832.788.307,36	789.181.185,73	43.607.121,63
31900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	409.484.785,30	0,00	409.484.785,30	404.034.044,13	5.450.741,17
31900500	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	1.609.924,00	0,00	1.609.924,00	1.324.065,87	285.858,13
31900700	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	10.323.455,11	0,00	10.323.455,11	10.296.194,56	27.260,55
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.462.177.711,14	810.631,42	5.462.988.342,56	5.353.132.108,32	109.856.234,24
31901200	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	1.465.702.458,22	100.000,00	1.465.802.458,22	1.452.112.663,72	13.689.794,50
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	109.391.615,68	30.665,30	109.422.280,98	106.990.255,06	2.432.025,92
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	23.687.116,14	0,00	23.687.116,14	22.923.498,43	763.617,71
31901700	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL MILITAR	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00
31909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	206.728.365,04	0,00	206.728.365,04	152.778.627,53	53.949.737,51
31909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	82.329.644,53	0,00	82.329.644,53	74.514.757,86	7.814.886,67
31909300	INDENIZAÇÕES	10.227,00	0,00	10.227,00	0,00	10.227,00
31909400	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	1.264.693,18	0,00	1.264.693,18	1.141.775,57	122.917,61
31909600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	39.402.373,53	280.000,00	39.682.373,53	36.259.056,45	3.423.317,08
3191	APLICAÇÕES DIRETAS	1.276.135.565,11	0,00	1.276.135.565,11	1.260.278.894,42	15.856.670,69
31911300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.272.892.178,51	0,00	1.272.892.178,51	1.257.326.310,56	15.565.867,95
31919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	884.868,76	0,00	884.868,76	746.347,75	138.521,01
31919600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	2.358.517,84	0,00	2.358.517,84	2.206.236,11	152.281,73
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	567.521.311,53	0,00	567.521.311,53	562.907.752,50	4.613.559,03
3290	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO	567.521.311,53	0,00	567.521.311,53	562.907.752,50	4.613.559,03
32902100	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	518.312.379,74	0,00	518.312.379,74	515.633.419,92	2.678.959,82
32902200	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	30.444.693,08	0,00	30.444.693,08	29.706.576,60	738.116,48
32902700	ENCARGOS PELA HONRA DE AVALS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	18.764.238,71	0,00	18.764.238,71	17.567.755,98	1.196.482,73
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.761.438.477,37	17.623.875,85	10.779.062.353,22	10.282.674.090,99	496.388.262,23
3322	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33221400	DIÁRIAS - CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33223000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3330	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	348.000,00	0,00	348.000,00	348.000,00	0,00



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas		Despesas Totais Realizadas	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext		
33304100	CONTRIBUIÇÕES	348.000,00	0,00	348.000,00	0,00
33309300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
3332	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	0,00	0,00	0,00	0,00
33321800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	0,00	0,00	0,00	0,00
3340	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	3.512.573,123,38	0,00	3.512.573,123,38	61.273.957,73
33404100	CONTRIBUIÇÕES	111.678.401,38	0,00	111.678.401,38	2.116.414,83
33408100	DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS	3.400.893.722,00	0,00	3.400.893.722,00	59.157.185,69
33409200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.000,00	0,00	1.000,00	357,21
3341	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS - FUNDO A FUNDO	306.336.967,15	10.000.000,00	316.336.967,15	1.556.465,44
33414100	CONTRIBUIÇÕES	306.152.967,15	10.000.000,00	316.152.967,15	1.556.465,44
33419200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	184.000,00	0,00	184.000,00	0,00
3350	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	1.179.023.667,69	928.305,47	1.179.951.973,16	37.287.132,34
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
33503600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	8.000,00	0,00	8.000,00	8.000,00
33503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	933.067.131,67	928.305,47	933.995.437,14	13.518.562,99
33504100	CONTRIBUIÇÕES	209.344.090,72	0,00	209.344.090,72	21.526.110,09
33504300	SUBVENÇÕES SOCIAIS	8.985.534,92	0,00	8.985.534,92	2.041.158,32
33509200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16.476.465,24	0,00	16.476.465,24	93.346,45
33509300	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	11.142.445,14	0,00	11.142.445,14	99.954,49
3360	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	18.180.598,50	0,00	18.180.598,50	908.540,79
33604100	CONTRIBUIÇÕES	100.000,00	0,00	100.000,00	41.151,33
33604500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	18.080.598,50	0,00	18.080.598,50	867.389,46
3367	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - PPP	53.392.302,46	0,00	53.392.302,46	1.070.082,11
33678300	DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO - PRIVADA - PPP	45.096.682,40	0,00	45.096.682,40	1.069.726,13
33679200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.295.620,06	0,00	8.295.620,06	355,98
3370	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	9.700.000,00	0,00	9.700.000,00	123.804,20
33709200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	9.700.000,00	0,00	9.700.000,00	123.804,20
3371	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	110.052.971,08	0,00	110.052.971,08	1.220.753,36
33717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	108.745.937,75	0,00	108.745.937,75	1.220.753,36
33719200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.307.033,33	0,00	1.307.033,33	0,00



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais		Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas		
3380	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	
33803000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33803700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33803900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	5.209.787.541,41	6.495.570,38	5.216.283.111,79	4.842.317.745,28	373.965.366,51	
33900300	PENSÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	3.355.975,34	0,00	3.355.975,34	3.266.003,04	89.972,30	
33901400	DIÁRIAS - CIVIL	29.246.896,40	0,00	29.246.896,40	24.170.426,15	5.076.470,25	
33901500	DIÁRIAS - MILITAR	14.705.316,87	0,00	14.705.316,87	14.539.012,20	166.304,67	
33901800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	50.751.895,83	0,00	50.751.895,83	46.835.744,39	3.916.151,44	
33902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	19.684.441,22	0,00	19.684.441,22	13.694.954,06	5.989.487,16	
33902600	OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE POLÍTICA MONETÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33902700	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	576.598.425,48	155.300,00	576.753.725,48	537.345.743,31	39.407.982,17	
33903100	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	7.016.992,30	0,00	7.016.992,30	6.004.014,18	1.012.978,12	
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	289.672.465,54	0,00	289.672.465,54	279.889.369,03	9.783.096,51	
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	30.829.690,79	0,00	30.829.690,79	28.648.934,84	2.180.755,95	
33903400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	663.631.059,58	0,00	663.631.059,58	628.238.589,03	35.392.470,55	
33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	12.627.642,70	0,00	12.627.642,70	11.226.178,58	1.401.464,12	
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	210.489.766,39	1.807.593,00	212.297.359,39	197.639.517,87	14.657.841,52	
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	933.486.297,36	1.000,00	933.487.297,36	895.269.141,47	38.218.155,89	
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.618.273.186,70	4.297.845,69	1.622.571.032,39	1.464.821.367,04	157.749.665,35	
33904100	CONTRIBUIÇÕES	10.200,00	0,00	10.200,00	0,00	10.200,00	
33904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	3.099.000,00	0,00	3.099.000,00	0,00	3.099.000,00	
33904600	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	217.567.311,65	13.965,00	217.581.276,65	213.202.445,36	4.378.831,29	
33904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	189.639.336,68	3.045,74	189.642.382,42	185.554.754,17	4.087.628,25	
33904800	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	45.155.426,27	0,00	45.155.426,27	13.978.446,67	31.176.979,60	
33904900	AUXÍLIO-TRANSPORTE	1.901.579,61	0,00	1.901.579,61	1.615.405,10	286.174,51	
33905900	PENSÕES ESPECIAIS	11.721.978,00	0,00	11.721.978,00	11.084.301,11	637.676,89	
33906200	AQUISIÇÃO DE BENS PARA REVENDA	400.000,00	0,00	400.000,00	304.499,94	95.500,06	
33909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	15.427.217,70	0,00	15.427.217,70	11.139.221,54	4.287.996,16	
33909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	127.533.020,44	0,00	127.533.020,44	123.556.920,23	3.976.100,21	



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais		Diferença
		Ord + Supl. - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas		
33909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	136.962.418,56	216.820,95	137.179.239,51	130.292.755,97	6.886.483,54	
3391	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	362.038.305,70	200.000,00	362.238.305,70	343.261.145,95	18.977.159,75	
33913000	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00	
33913200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	100.000,00	0,00	100.000,00	21.433,20	78.566,80	
33913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	42.517.880,45	200.000,00	42.717.880,45	38.104.433,91	4.613.446,54	
33914100	CONTRIBUIÇÕES	263.100.627,33	0,00	263.100.627,33	253.047.379,42	10.053.247,91	
33914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	4.121.286,83	0,00	4.121.286,83	2.902.225,19	1.219.061,64	
33919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	27.197.511,09	0,00	27.197.511,09	25.567.166,76	1.630.344,33	
33919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	24.971.000,00	0,00	24.971.000,00	23.618.507,47	1.352.492,53	
4	DESPESA DE CAPITAL	5.637.771.895,10	4.038.063,06	5.641.809.958,16	3.896.546.602,96	1.745.263.355,20	
44	INVESTIMENTOS	4.638.618.942,85	4.038.063,06	4.642.657.005,91	2.921.324.110,41	1.721.332.895,50	
4420	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO	289.243,00	0,00	289.243,00	0,00	289.243,00	
44204100	CONTRIBUIÇÕES	156.000,00	0,00	156.000,00	0,00	156.000,00	
44204200	AUXÍLIOS	133.243,00	0,00	133.243,00	0,00	133.243,00	
4422	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO	64.140,00	0,00	64.140,00	0,00	64.140,00	
44225100	OBRAS E INSTALAÇÕES	64.140,00	0,00	64.140,00	0,00	64.140,00	
44225200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4432	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44329200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4440	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	169.516.048,45	0,00	169.516.048,45	158.933.139,08	10.582.909,37	
44404100	CONTRIBUIÇÕES	665.555,94	0,00	665.555,94	355.185,31	310.370,63	
44404200	AUXÍLIOS	168.376.684,54	0,00	168.376.684,54	158.140.998,99	10.235.685,55	
44409200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	473.807,97	0,00	473.807,97	436.954,78	36.853,19	
4450	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	95.434.107,37	333.109,68	95.767.217,05	70.454.353,17	25.312.863,88	
44503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	21.175.894,58	0,00	21.175.894,58	20.401.027,87	774.866,71	
44504100	CONTRIBUIÇÕES	914.728,89	0,00	914.728,89	830.728,89	84.000,00	
44504200	AUXÍLIOS	70.328.333,90	333.109,68	70.661.443,58	49.222.596,41	21.438.847,17	
44505100	OBRAS E INSTALAÇÕES	3.000.150,00	0,00	3.000.150,00	0,00	3.000.150,00	
44505200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00	
4460	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	520.000,00	0,00	520.000,00	0,00	520.000,00	
44604100	CONTRIBUIÇÕES	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas		Despesas Totais Realizadas	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext		
44604200	AUXÍLIOS	400.000,00	0,00	400.000,00	0,00
44605100	OBRAS E INSTALAÇÕES	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00
4467	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARceria PÚBLICO-PRIVADA – PPP	10.691.553,36	0,00	10.691.553,36	8.670.744,72
44678300	DESP. DECOR. DE PPP, EXCETO SUBVENÇÕES ECON., APORTE E FUNDO GARANTIDOR	10.017.326,57	0,00	10.017.326,57	7.996.517,93
44679200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	674.226,79	0,00	674.226,79	0,00
4470	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
44704100	CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
4471	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	151.000,00	0,00	151.000,00	0,00
44717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	151.000,00	0,00	151.000,00	0,00
4480	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00
44805100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	4.355.550.446,63	3.562.046,38	4.359.112.493,01	2.677.635.009,32
44901400	DIÁRIA-CIVIL	200.718,95	0,00	200.718,95	109.610,43
44902000	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	6.421.253,00	0,00	6.421.253,00	1.384.252,61
44903000	MATERIAL DE CONSUMO	11.390.623,61	8.101,28	11.398.724,89	8.852.377,24
44903200	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00
44903300	PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO	302.796,06	0,00	302.796,06	135.413,14
44903500	SERVIÇO DE CONSULTORIA	110.625.742,22	1.173.989,07	111.799.731,29	77.777.428,51
44903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.460.836,42	0,00	1.460.836,42	985.125,85
44903700	LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	3.893.130,00	0,00	3.893.130,00	2.231.572,32
44903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	602.096.405,02	5.000,00	602.101.405,02	505.009.292,73
44904000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00	0,00
44904100	CONTRIBUIÇÕES	3.520.440,21	0,00	3.520.440,21	2.782.553,10
44904200	AUXÍLIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
44904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	2.955.913,00	0,00	2.955.913,00	2.955.913,00
44904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	298.666,84	0,00	298.666,84	247.983,20
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	2.762.704.035,23	290.000,00	2.762.994.035,23	1.437.537.318,08
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	472.527.510,78	2.084.956,03	474.612.466,81	340.163.645,94
44906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	63.117.800,07	0,00	63.117.800,07	55.641.391,41
44906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	34.500.000,00	0,00	34.500.000,00	33.538.745,80
44909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	6.135.179,00	0,00	6.135.179,00	6.134.179,00
44909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	197.164.522,16	0,00	197.164.522,16	151.455.355,10



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas		Despesas Totais Realizadas	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext		
44909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	76.034.874,06	0,00	76.034.874,06	22.386.109,20
4491	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	6.369.071,04	142.907,00	6.511.978,04	1.032.113,92
44913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	163.767,00	142.907,00	306.674,00	51.448,22
44914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	6.000.304,04	0,00	6.000.304,04	973.536,04
44915100	OBRAS E INSTALAÇÕES	80.000,00	0,00	80.000,00	3.713,00
44919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	125.000,00	0,00	125.000,00	3.416,66
4494	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE	33.333,00	0,00	33.333,00	33.333,00
44945100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
44945200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	33.333,00	0,00	33.333,00	33.333,00
4495	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00
44955100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
45	INVERSÕES FINANCEIRAS	178.730.688,10	0,00	178.730.688,10	9.895.817,55
4590	APLICAÇÕES DIRETAS	178.730.688,10	0,00	178.730.688,10	9.895.817,55
45906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	4.555.000,00	0,00	4.555.000,00	4.555.000,00
45906200	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA REVENDA	1.983.000,00	0,00	1.983.000,00	684.827,52
45906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	141.980.354,83	0,00	141.980.354,83	300.000,00
45906600	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	30.212.333,27	0,00	30.212.333,27	4.355.990,03
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	820.422.264,15	0,00	820.422.264,15	14.034.642,15
4690	APLICAÇÕES DIRETAS	820.422.264,15	0,00	820.422.264,15	14.034.642,15
46902700	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	110.647.631,40	0,00	110.647.631,40	10.532.853,80
46907100	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	709.774.632,75	0,00	709.774.632,75	3.501.788,35
46909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00
99999900	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00

Total Geral: 29.747.406.994,94 22.883.235,63 29.770.290.230,57 26.980.424.450,88 2.789.865.779,69



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
00-RECURSOS ORDINÁRIOS				
3190-APLICAÇÕES DIRETAS				
100-APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMA DOS MILITARES		117.505.091,58	117.505.091,58	0,00
300-PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS		61.579.826,60	61.579.826,60	0,00
400-CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		68.551.111,50	67.319.428,34	1.231.683,16
500-OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR		1.187.315,50	1.187.315,50	0,00
700-CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA		9.954.366,12	9.954.366,12	0,00
100-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		4.099.894.947,07	4.099.874.695,68	20.251,39
200-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR		1.344.765.727,53	1.344.765.727,53	0,00
300-ORBITAÇÕES PATRONAIS		99.835.461,69	94.499.337,41	5.336.124,28
600-OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		11.715.367,81	11.715.059,37	308,44
700-OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL MILITAR		0,00	0,00	0,00
100-SENTENÇAS JUDICIAIS		8.000.530,25	8.000.530,25	0,00
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		62.853.800,49	62.643.430,74	210.369,75
300-INDENIZAÇÕES		0,00	0,00	0,00
400-INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS		1.092.542,91	1.092.542,91	0,00
600-RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO		34.484.003,23	31.983.305,99	2.500.697,24
	Total Modalidade: 3190	5.921.420.092,28	5.912.120.658,02	9.299.434,26
3191-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
300-ORBITAÇÕES PATRONAIS		901.067.282,25	865.646.984,36	35.420.297,89
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		746.347,75	703.901,75	42.446,00
600-RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO		1.878.560,53	1.748.343,14	130.217,39
	Total Modalidade: 3191	903.692.190,53	868.099.229,25	35.592.961,28
3290-APLICAÇÕES DIRETAS				
100-JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO		0,00	0,00	0,00
700-ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES		942.064,48	942.064,48	0,00
	Total Modalidade: 3290	942.064,48	942.064,48	0,00
3322-EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO				
400-DIÁRIAS - CIVIL		0,00	0,00	0,00
000-MATERIAL DE CONSUMO		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3322	0,00	0,00	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
3330-TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL				
100-CONTRIBUIÇÕES		348.000,00	348.000,00	0,00
300-INDENIZACÕES E RESTITUIÇÕES		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3330	348.000,00	348.000,00	0,00
3332-EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL				
800-AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3332	0,00	0,00	0,00
3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
100-CONTRIBUIÇÕES		31.900.021,75	31.345.389,08	554.632,67
100-DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS		3.319.339.336,10	3.244.703.394,96	74.635.941,14
200-DESPAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		642,79	642,79	0,00
	Total Modalidade: 3340	3.351.240.000,64	3.276.049.426,83	75.190.573,81
3341-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO				
100-CONTRIBUIÇÕES		24.976.357,35	24.276.357,35	700.000,00
200-DESPAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		40.000,00	40.000,00	0,00
	Total Modalidade: 3341	25.016.357,35	24.316.357,35	700.000,00
3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
000-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		0,00	0,00	0,00
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		94.240.027,35	93.133.923,45	1.106.103,90
100-CONTRIBUIÇÕES		76.621.429,49	72.963.151,70	3.658.277,79
300-SUBVENÇÕES SOCIAIS		2.578.709,94	2.106.623,95	472.085,99
200-DESPAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		33.914,01	33.914,01	0,00
300-DESPAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		8.518.322,69	8.518.322,69	0,00
	Total Modalidade: 3350	181.992.403,48	176.755.935,80	5.236.467,68
3360-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS				
100-CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00	0,00
500-SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		12.841.500,00	12.841.500,00	0,00
	Total Modalidade: 3360	12.841.500,00	12.841.500,00	0,00
3367-EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP				
300-DESPAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO - PRIVADA - PPP		17.821.299,25	15.058.158,30	2.763.140,95
200-DESPAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		8.295.264,08	8.295.264,08	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	Total Modalidade: 3367	26.116.563,33	23.353.422,38	2.763.140,95
3370-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS				
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		9.576.195,80	9.576.195,80	0,00
	Total Modalidade: 3370	9.576.195,80	9.576.195,80	0,00
3371-TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS				
000-RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO		149.880,11	149.880,11	0,00
	Total Modalidade: 3371	149.880,11	149.880,11	0,00
3380-TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR				
000-MATERIAL DE CONSUMO		0,00	0,00	0,00
700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA		0,00	0,00	0,00
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3380	0,00	0,00	0,00
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
300-PENSÕES		0,00	0,00	0,00
800-OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS		1.376.184,10	1.372.584,10	3.600,00
400-DIÁRIAS - CIVIL		15.268.517,25	15.168.070,57	100.446,68
500-DIÁRIAS - MILITAR		13.694.415,34	13.665.056,54	29.358,80
800-AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES		16.524.640,93	16.518.390,93	6.250,00
000-AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES		8.687.307,55	8.508.867,40	178.440,15
000-MATERIAL DE CONSUMO		109.429.582,02	100.729.131,62	8.700.450,40
100-PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS		87.700,69	87.700,69	0,00
200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		342.484,30	302.541,30	39.943,00
300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		17.287.439,24	16.910.572,35	376.866,89
400-OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO		83.281.702,56	76.857.577,98	6.424.124,58
500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA		2.220.530,23	2.174.280,23	46.250,00
600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		98.686.096,46	98.189.238,53	496.857,93
700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA		432.212.163,70	398.895.605,34	33.316.558,36
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		676.661.993,97	629.595.782,83	47.066.211,14
100-CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00	0,00
600-AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		107.379.153,97	107.361.053,12	18.100,85
700-ORRIGAMENS TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		24.635.086,41	20.224.566,97	4.410.519,44
800-OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS		865.600,20	859.876,20	5.724,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
900-AUXÍLIO-TRANSPORTE		714.945,57	712.739,02	2.206,55
900-PENSÕES ESPECIAIS		22.037,40	22.037,40	0,00
100-SENTENÇAS JUDICIAIS		427.011,57	289.415,33	137.596,24
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		64.814.029,51	63.909.773,08	904.256,43
300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		56.630.590,13	56.416.886,52	213.703,61
	Total Modalidade: 3390	1.731.249.213,10	1.628.771.748,05	102.477.465,05
3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		21.433,20	0,00	21.433,20
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		22.291.220,04	20.723.543,39	1.567.676,65
700-OBRAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		692.910,15	650.837,99	42.072,16
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		2.281.990,25	2.281.990,25	0,00
300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3391	25.287.553,64	23.656.371,63	1.631.182,01
4420-TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO				
200-AUXÍLIOS		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4420	0,00	0,00	0,00
4422-EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO				
100-OBRAS E INSTALAÇÕES		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4422	0,00	0,00	0,00
4440-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
100-CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00	0,00
200-AUXÍLIOS		53.142.797,23	52.083.693,11	1.059.104,12
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		67.395,66	67.395,66	0,00
	Total Modalidade: 4440	53.210.192,89	52.151.088,77	1.059.104,12
4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00
100-CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00	0,00
200-AUXÍLIOS		880.738,70	870.830,70	9.908,00
100-OBRAS E INSTALAÇÕES		0,00	0,00	0,00
200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4450	880.738,70	870.830,70	9.908,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
4467-EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARceria PÚBLICO-PRIVADA – PPP				
300-DESP. DECOR. DE PPP, EXCETO SUBVENÇÕES ECON., APORTE E FUNDO GARANTIDOR		3.301.880,69	2.746.414,15	555.466,54
200-DESPASAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		674.226,79	674.226,79	0,00
	Total Modalidade: 4467	3.976.107,48	3.420.640,94	555.466,54
4470-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS				
100-CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4470	0,00	0,00	0,00
4471-TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS				
000-RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO		151.000,00	151.000,00	0,00
	Total Modalidade: 4471	151.000,00	151.000,00	0,00
4480-TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR				
100-OBRAS E INSTALAÇÕES		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4480	0,00	0,00	0,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
400-DIÁRIA-CIVIL		2.042,60	2.042,60	0,00
000-AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES		702.285,30	702.285,30	0,00
000-MATERIAL DE CONSUMO		3.246.315,36	2.716.738,57	529.576,79
300-PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO		246,50	246,50	0,00
500-SERVIÇO DE CONSULTORIA		3.285.246,80	3.185.205,47	100.041,33
600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		5.000,00	5.000,00	0,00
700-LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA		0,00	0,00	0,00
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		145.285.189,11	131.937.820,39	13.347.368,72
200-AUXÍLIOS		0,00	0,00	0,00
700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		7.991,28	7.991,28	0,00
100-OBRAS E INSTALAÇÕES		363.275.882,14	315.949.359,10	47.326.523,04
200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		103.701.179,00	89.052.926,45	14.648.252,55
100-AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS		43.850.823,01	43.837.767,80	13.055,21
500-CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS		32.000.000,00	32.000.000,00	0,00
100-SENTENÇAS JUDICIAIS		534.179,00	534.179,00	0,00
200-DESPASAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		65.671.579,40	61.092.845,53	4.578.733,87
300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		3.040.518,86	3.040.518,86	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	Total Modalidade: 4490	764.608.478,36	684.064.926,85	80.543.551,51
4491-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		159.907,00	159.907,00	0,00
700-ORIGINAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		4.796.832,84	4.796.832,84	0,00
100-OBRAS E INSTALAÇÕES		76.287,00	76.287,00	0,00
300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		121.583,34	121.583,34	0,00
	Total Modalidade: 4491	5.154.610,18	5.154.610,18	0,00
4590-APLICAÇÕES DIRETAS				
100-AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS		0,00	0,00	0,00
500-CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS		141.680.354,83	141.680.354,83	0,00
600-CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		25.856.343,24	25.856.343,24	0,00
	Total Modalidade: 4590	167.536.698,07	167.536.698,07	0,00
4690-APLICAÇÕES DIRETAS				
100-PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO		104.688,33	104.688,33	0,00
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4690	104.688,33	104.688,33	0,00
	Total Fonte: 00	13.185.494.528,75	12.870.435.273,54	315.059.255,21
01-COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS				
3190-APLICAÇÕES DIRETAS				
100-APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMA DOS MILITARES		596.585.279,11	596.585.279,11	0,00
300-PENSOES, EXCLUSIVE DO RGPS		693.316.927,95	693.316.927,95	0,00
500-OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR		27.107,57	27.107,57	0,00
700-CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA		341.828,44	341.828,44	0,00
100-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		312.988.238,24	312.988.238,24	0,00
200-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR		107.346.936,19	107.346.936,19	0,00
300-ORIGINAÇÕES PATRONAIS		5.558.984,45	3.728.937,88	1.830.046,57
600-OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		568.676,20	568.676,20	0,00
100-SENTENÇAS JUDICIAIS		46.667.580,52	46.667.580,52	0,00
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		3.664.477,24	3.245.528,78	418.948,46
600-RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO		1.749.941,38	1.243.068,80	506.872,58
	Total Modalidade: 3190	1.768.815.977,29	1.766.060.109,68	2.755.867,61



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
3191-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
300-ORIGINAÇÕES PATRONAIS		154.302.662,47	113.864.675,78	40.437.986,69
600-RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO		327.675,58	0,00	327.675,58
	Total Modalidade: 3191	154.630.338,05	113.864.675,78	40.765.662,27
3290-APLICAÇÕES DIRETAS				
100-JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO		515.633.419,92	515.633.419,92	0,00
200-OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO		29.706.576,60	29.706.576,60	0,00
700-ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES		16.625.691,50	16.625.691,50	0,00
	Total Modalidade: 3290	561.965.688,02	561.965.688,02	0,00
3322-EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO				
000-MATERIAL DE CONSUMO		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3322	0,00	0,00	0,00
3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
100-CONTRIBUIÇÕES		52.399.474,80	51.437.808,14	961.666,66
	Total Modalidade: 3340	52.399.474,80	51.437.808,14	961.666,66
3341-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO				
100-CONTRIBUIÇÕES		276.795.944,36	276.762.558,70	33.385,66
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		144.000,00	144.000,00	0,00
	Total Modalidade: 3341	276.939.944,36	276.906.558,70	33.385,66
3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		430.735.879,80	430.735.879,80	0,00
100-CONTRIBUIÇÕES		26.848.985,68	26.698.985,68	150.000,00
300-SUBVENÇÕES SOCIAIS		1.000.000,00	1.000.000,00	0,00
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		5.998.635,65	5.998.635,65	0,00
300-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		2.524.167,96	2.524.167,96	0,00
	Total Modalidade: 3350	467.107.669,09	466.957.669,09	150.000,00
3360-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS				
500-SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3360	0,00	0,00	0,00
3367-EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP				
	Total Modalidade: 3367	0,00	0,00	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	300-DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO - PRIVADA - PPP	26.205.657,02	25.552.588,56	653.068,46
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3367	26.205.657,02	25.552.588,56	653.068,46
	3370-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS			
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3370	0,00	0,00	0,00
	3371-TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS			
	000-RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	92.609.226,23	91.798.993,32	810.232,91
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	130.131,38	130.131,38	0,00
	Total Modalidade: 3371	92.739.357,61	91.929.124,70	810.232,91
	3390-APLICAÇÕES DIRETAS			
	400-DIÁRIAS - CIVIL	1.091.902,94	1.051.388,38	40.514,56
	500-DIÁRIAS - MILITAR	767.561,09	766.490,10	1.070,99
	800-AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	666.990,00	666.990,00	0,00
	700-ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	0,00	0,00	0,00
	000-MATERIAL DE CONSUMO	78.321.661,30	61.295.848,33	17.025.812,97
	100-PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	5.651.211,87	5.651.211,87	0,00
	200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	168.266.080,02	147.276.777,59	20.989.302,43
	300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	678.067,73	456.560,03	221.507,70
	400-OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	509.011.914,55	488.206.468,92	20.805.445,63
	500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	4.218.997,44	4.218.997,44	0,00
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	4.638.283,21	4.615.126,16	23.157,05
	700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	308.925.100,60	271.794.043,39	37.131.057,21
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	256.270.500,49	224.757.511,80	31.512.988,69
	600-AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	80.847.392,13	80.847.392,13	0,00
	700-ORRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	145.321.784,97	139.164.176,96	6.157.608,01
	900-AUXÍLIO-TRANSPORTE	4.476,00	4.476,00	0,00
	900-PENSÕES ESPECIAIS	11.062.263,71	11.062.263,71	0,00
	100-SENTENÇAS JUDICIAIS	10.280.920,46	10.280.920,46	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	37.595.046,42	37.502.453,03	92.593,39
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	13.416.469,94	13.416.469,94	0,00
	Total Modalidade: 3390	1.637.036.624,87	1.503.035.566,24	134.001.058,63



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.907.284,45	2.675.340,67	231.943,78
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	0,00	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.761.955,87	5.761.955,87	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	19.301.767,07	19.301.767,07	0,00
	Total Modalidade: 3391	27.971.007,39	27.739.063,61	231.943,78
4440-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	100-CONTRIBUIÇÕES	200.000,00	200.000,00	0,00
	200-AUXÍLIOS	102.030.683,84	94.762.802,93	7.267.880,91
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	369.559,12	130.000,00	239.559,12
	Total Modalidade: 4440	102.600.242,96	95.092.802,93	7.507.440,03
4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	100-CONTRIBUIÇÕES	830.728,89	830.728,89	0,00
	200-AUXÍLIOS	1.223.500,00	1.223.500,00	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4450	2.054.228,89	2.054.228,89	0,00
4467-EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP	300-DESP. DECOR. DE PPP, EXCETO SUBVENÇÕES ECON., APORTE E FUNDO GARANTIDOR	4.694.637,24	4.560.703,35	133.933,89
	Total Modalidade: 4467	4.694.637,24	4.560.703,35	133.933,89
4490-APLICAÇÕES DIRETAS	400-DIÁRIA-CIVIL	1.329,05	1.329,05	0,00
	000-MATERIAL DE CONSUMO	2.174.990,97	1.798.283,42	376.707,55
	500-SERVIÇO DE CONSULTORIA	1.276.496,80	1.276.496,80	0,00
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.727,85	3.727,85	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	33.050.369,16	29.793.930,12	3.256.439,04
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	72.767.895,25	64.311.147,59	8.456.747,66
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	50.464.183,17	38.595.058,98	11.869.124,19
	100-AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	10.982.324,84	10.979.724,84	2.600,00
	100-SENTENÇAS JUDICIAIS	5.600.000,00	5.600.000,00	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	24.878.178,63	24.878.178,63	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES				
		8.025.018,34	7.993.160,07	31.858,27
Total Modalidade: 4490		209.224.514,06	185.231.037,35	23.993.476,71
4491-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS				
		60.530,32	60.530,32	0,00
Total Modalidade: 4491		60.530,32	60.530,32	0,00
4590-APLICAÇÕES DIRETAS				
100-AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS				
		0,00	0,00	0,00
Total Modalidade: 4590		0,00	0,00	0,00
4690-APLICAÇÕES DIRETAS				
700-ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES				
		22.892.278,98	22.892.278,98	0,00
100-PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO				
		11.316.197,00	11.316.197,00	0,00
Total Modalidade: 4690		34.208.475,98	34.208.475,98	0,00
9999-RESERVA DE CONTINGÊNCIA				
900-RESERVA DE CONTINGÊNCIA				
		0,00	0,00	0,00
Total Modalidade: 9999		0,00	0,00	0,00
Total Fonte: 01		5.418.654.367,95	5.206.656.631,34	211.997.736,61
03-RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
3190-APLICAÇÕES DIRETAS				
100-APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMA DOS MILITARES				
		752.253.971,08	752.253.971,08	0,00
300-PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS				
		21.367.807,27	21.367.807,27	0,00
500-OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR				
		106.313,25	106.313,25	0,00
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
		1.277.214,01	1.277.214,01	0,00
Total Modalidade: 3190		775.005.305,61	775.005.305,61	0,00
Total Fonte: 03		775.005.305,61	775.005.305,61	0,00
04-RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL				
3190-APLICAÇÕES DIRETAS				
100-APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMA DOS MILITARES				
		1.102.896.451,92	1.102.896.451,92	0,00
300-PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS				
		12.635.160,52	12.635.160,52	0,00
500-OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR				
		3.329,55	3.329,55	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
		6.470.028,50	6.470.028,50	0,00
Total Modalidade: 3190				
		1.122.004.970,49	1.122.004.970,49	0,00
Total Fonte: 04				
		1.122.004.970,49	1.122.004.970,49	0,00
05-RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR				
3190-APLICAÇÕES DIRETAS				
100-APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMA DOS MILITARES				
		3.601.812,78	3.601.812,78	0,00
300-PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS				
		208.440,86	208.440,86	0,00
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
		0,00	0,00	0,00
Total Modalidade: 3190				
		3.810.253,64	3.810.253,64	0,00
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES				
		177.465,44	177.465,44	0,00
Total Modalidade: 3390				
		177.465,44	177.465,44	0,00
Total Fonte: 05				
		3.987.719,08	3.987.719,08	0,00
06-RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARLAMENTAR				
3190-APLICAÇÕES DIRETAS				
100-APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMA DOS MILITARES				
		486.270,31	486.270,31	0,00
300-PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS				
		49.628,77	49.628,77	0,00
Total Modalidade: 3190				
		535.899,08	535.899,08	0,00
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES				
		300.000,00	300.000,00	0,00
Total Modalidade: 3390				
		300.000,00	300.000,00	0,00
Total Fonte: 06				
		835.899,08	835.899,08	0,00
07-COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO				
3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
100-CONTRIBUIÇÕES				
		15.086.640,00	15.086.640,00	0,00
Total Modalidade: 3340				
		15.086.640,00	15.086.640,00	0,00
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
400-DIÁRIAS - CIVIL				
		147.653,37	147.653,37	0,00
800-AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES				
		90.636,75	90.494,80	141,95



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	000-MATERIAL DE CONSUMO	474.654,14	436.484,89	38.169,25
	200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	2.000,00	2.000,00	0,00
	300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	659.585,20	659.539,49	45,71
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.894.529,09	2.875.088,34	19.440,75
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	28.947.564,51	26.267.585,14	2.679.979,37
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	10.557,90	10.557,90	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	61.347,92	61.347,92	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	146.995,95	146.995,95	0,00
	Total Modalidade: 3390	33.435.524,83	30.697.747,80	2.737.777,03
	3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3391	0,00	0,00	0,00
	4440-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS			
	200-AUXÍLIOS	57.400,00	57.400,00	0,00
	Total Modalidade: 4440	57.400,00	57.400,00	0,00
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	359.577,76	359.577,76	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	104.207,18	104.207,18	0,00
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	9.421.037,44	8.369.173,84	1.051.863,60
	Total Modalidade: 4490	9.884.822,38	8.832.958,78	1.051.863,60
	Total Fonte: 07	58.464.387,21	54.674.746,58	3.789.640,63
10-RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP				
	3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS			
	100-CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3340	0,00	0,00	0,00
	3341-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO			
	100-CONTRIBUIÇÕES	10.784.200,00	10.713.100,00	71.100,00
	Total Modalidade: 3341	10.784.200,00	10.713.100,00	71.100,00
	3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	125.168.959,24	125.168.959,24	0,00
	100-CONTRIBUIÇÕES	59.703.682,22	59.703.682,22	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
300-SUBVENÇÕES SOCIAIS		1.744.000,00	1.744.000,00	0,00
	Total Modalidade: 3350	186.616.641,46	186.616.641,46	0,00
3360-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS				
500-SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3360	0,00	0,00	0,00
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
400-DIÁRIAS - CIVIL		5.489,26	5.350,48	138,78
800-AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES		13.452.133,00	13.452.133,00	0,00
000-AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES		0,00	0,00	0,00
000-MATERIAL DE CONSUMO		117.455.268,25	108.131.351,49	9.323.916,76
100-PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS		120.000,00	120.000,00	0,00
200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		8.722.179,11	8.593.043,38	129.135,73
300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		787.291,36	781.160,15	6.131,21
400-OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO		803.608,48	803.608,48	0,00
500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA		132.440,00	132.440,00	0,00
600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		51.299.884,80	51.293.464,79	6.420,01
700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA		882.632,23	882.632,23	0,00
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		14.372.483,74	13.083.453,59	1.289.030,15
500-SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		0,00	0,00	0,00
700-ORRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		0,00	0,00	0,00
800-OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS		5.046.949,80	5.024.149,80	22.800,00
900-AUXÍLIO-TRANSPORTE		0,00	0,00	0,00
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		3.953.066,45	3.951.486,17	1.580,28
300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		20.440.290,00	20.440.290,00	0,00
	Total Modalidade: 3390	237.473.716,48	226.694.563,56	10.779.152,92
3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		163.148,00	163.148,00	0,00
700-ORRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3391	163.148,00	163.148,00	0,00
4440-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
100-CONTRIBUIÇÕES		155.185,31	155.185,31	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
200-AUXÍLIOS		671.820,58	671.820,58	0,00
	Total Modalidade: 4440	827.005,89	827.005,89	0,00
4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
200-AUXÍLIOS		5.200.701,08	3.329.062,61	1.871.638,47
	Total Modalidade: 4450	5.200.701,08	3.329.062,61	1.871.638,47
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
000-MATERIAL DE CONSUMO		999.796,41	965.586,41	34.210,00
500-SERVIÇO DE CONSULTORIA		2.391.400,00	2.391.390,00	10,00
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		9.643.542,63	6.697.985,59	2.945.557,04
500-SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		0,00	0,00	0,00
700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		0,00	0,00	0,00
100-OBRAS E INSTALAÇÕES		13.914.498,14	13.596.047,98	318.450,16
200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		26.599.468,80	20.868.442,09	5.731.026,71
100-AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS		0,00	0,00	0,00
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		1.623.981,46	1.622.529,14	1.452,32
300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		45.508,95	45.508,95	0,00
	Total Modalidade: 4490	55.218.196,39	46.187.490,16	9.030.706,23
4491-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4491	0,00	0,00	0,00
4494-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE				
200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4494	0,00	0,00	0,00
4495-APLICAÇÃO DIRETA À CONTA DE RECURSOS DE QUE TRATAM OS §§ 1º E 2º DO ART. 24 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 141, DE 2012				
100-OBRAS E INSTALAÇÕES		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4495	0,00	0,00	0,00
	Total Fonte: 10	496.283.609,30	474.531.011,68	21.752.597,62
11-COTA-PARTE DA CIDE				
3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
100-DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS		12.493.360,56	12.493.360,56	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	Total Modalidade: 3340	12.493.360,56	12.493.360,56	0,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Total Modalidade: 4490	37.395.329,07	37.395.329,07	0,00
	Total Fonte: 11	49.888.689,63	49.888.689,63	0,00
12-ALIENAÇÃO DE BENS				
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Total Modalidade: 4490	25.983,60	25.392,00	591,60
	Total Fonte: 12	25.983,60	25.392,00	591,60
14-RECURSOS PROVENIENTES DE DEPÓSITOS JUDICIAIS				
3190-APLICAÇÕES DIRETAS	Total Modalidade: 3190	95.242.040,58	95.242.040,58	0,00
100-SENTENÇAS JUDICIAIS	Total Fonte: 14	95.242.040,58	95.242.040,58	0,00
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
100-SENTENÇAS JUDICIAIS	Total Modalidade: 3390	0,00	0,00	0,00
15-DEPÓSITOS JUDICIAIS - PIMPJ				
3390-APLICAÇÕES DIRETAS	Total Fonte: 15	2.645.000,19	1.654.659,62	990.340,57
000-MATERIAL DE CONSUMO	Total Modalidade: 3390	2.645.000,19	1.654.659,62	990.340,57
300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	Total Fonte: 16	2.377.370,13	1.420.692,33	956.677,80
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Total Modalidade: 3390	2.645.000,19	1.654.659,62	990.340,57
16-COMPENSAÇÃO AMBIENTAL				
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
600-OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE POLÍTICA MONETÁRIA	Total Modalidade: 3390	0,00	0,00	0,00
000-MATERIAL DE CONSUMO	Total Fonte: 16	355.664,35	349.985,99	5.678,36
200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	Total Modalidade: 3390	278.650,00	278.650,00	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	11.760,00	11.760,00	0,00
	700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	7.872.762,12	7.061.295,34	811.466,78
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.430.237,23	1.246.215,97	6.184.021,26
	700-OBRAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	895,40	895,40	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	14.193,37	14.193,37	0,00
	Total Modalidade: 3390	15.964.162,47	8.962.996,07	7.001.166,40
	3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
	700-OBRAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	4.829,52	4.829,52	0,00
	Total Modalidade: 3391	4.829,52	4.829,52	0,00
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	000-MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	350,00	350,00	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	14.397.497,39	13.871.835,85	525.661,54
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.359.783,93	757.135,35	602.648,58
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.031.498,40	2.031.498,40	0,00
	Total Modalidade: 4490	17.789.129,72	16.660.819,60	1.128.310,12
	Total Fonte: 16	33.758.121,71	25.628.645,19	8.129.476,52
	29-RECURSOS ARRECADADOS DA VENDA DE SELOS DE AUTENTICIDADE			
	3390-APLICAÇÕES DIRETAS			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.839.303,51	3.839.303,51	0,00
	200-AQUISIÇÃO DE BENS PARA REVENDA	0,00	0,00	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.153.226,80	2.153.226,80	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	23.127.032,93	23.099.123,05	27.909,88
	Total Modalidade: 3390	29.119.563,24	29.091.653,36	27.909,88
	Total Fonte: 29	29.119.563,24	29.091.653,36	27.909,88
	36-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC VLT - CEF			
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	3.275.548,90	3.275.548,90	0,00
	Total Modalidade: 4490	3.275.548,90	3.275.548,90	0,00
	Total Fonte: 36	3.275.548,90	3.275.548,90	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
37-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC MCMV - CEF				
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
500-SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		0,00	0,00	0,00
100-OBRAS E INSTALAÇÕES		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4490	0,00	0,00	0,00
	Total Fonte: 37	0,00	0,00	0,00
38-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC MARANGUAPINHO				
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		4.721.046,31	4.721.046,31	0,00
	Total Modalidade: 4490	4.721.046,31	4.721.046,31	0,00
	Total Fonte: 38	4.721.046,31	4.721.046,31	0,00
44-INDENIZAÇÃO PELA EXTRAÇÃO DO PETRÓLEO, XISTO E GÁS				
3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
100-DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS				
	Total Modalidade: 3340	9.903.839,65	9.903.839,65	0,00
	Total Fonte: 44	9.903.839,65	9.903.839,65	0,00
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
000-MATERIAL DE CONSUMO		894.786,65	863.512,37	31.274,28
700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA		449.133,47	397.116,59	52.016,88
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		1.316.196,54	1.304.915,69	11.280,85
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		188.363,34	188.363,34	0,00
	Total Modalidade: 3390	2.848.480,00	2.753.907,99	94.572,01
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
500-SERVIÇO DE CONSULTORIA		3.531.252,09	3.531.252,09	0,00
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		21.098.837,52	20.469.344,50	629.493,02
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		1.274.864,19	1.274.864,19	0,00
	Total Modalidade: 4490	25.904.953,80	25.275.460,78	629.493,02
	Total Fonte: 44	38.657.273,45	37.933.208,42	724.065,03
45-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO/BNDES				
4440-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
200-AUXÍLIOS		524.038,58	524.038,58	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
		Total Modalidade: 4440	524.038,58	524.038,58
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				0,00
500-SERVIÇO DE CONSULTORIA		0,00	0,00	0,00
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00
100-OBRAS E INSTALAÇÕES		21.835.381,40	19.363.213,80	2.472.167,60
200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		0,00	0,00	0,00
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4490	21.835.381,40	19.363.213,80	2.472.167,60
	Total Fonte: 45	22.359.419,98	19.887.252,38	2.472.167,60
47-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - BNDES/ESTADOS				
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
500-SERVIÇO DE CONSULTORIA		0,00	0,00	0,00
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00
100-OBRAS E INSTALAÇÕES		3.862.202,24	3.862.202,24	0,00
200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		11.025.000,00	11.025.000,00	0,00
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4490	14.887.202,24	14.887.202,24	0,00
	Total Fonte: 47	14.887.202,24	14.887.202,24	0,00
48-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO				
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA		2.234.061,90	496.299,28	1.737.762,62
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		406.590,00	396.650,00	9.940,00
700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		98.075,16	93.744,49	4.330,67
	Total Modalidade: 3390	2.738.727,06	986.693,77	1.752.033,29
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
300-PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO		2.120,14	2.120,14	0,00
500-SERVIÇO DE CONSULTORIA		13.223.217,72	11.770.053,33	1.453.164,39
600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		0,00	0,00	0,00
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		598.101,26	598.101,26	0,00
700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		153.738,72	88.200,24	65.538,48
200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		0,00	0,00	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4490	13.977.177,84	12.458.474,97	1.518.702,87
	Total Fonte: 48	16.715.904,90	13.445.168,74	3.270.736,16
50-RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDEB				
3190-APLICAÇÕES DIRETAS				
400-CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO				
		335.482.932,63	330.545.503,49	4.937.429,14
500-OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR				
		0,00	0,00	0,00
100-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL				
		569.714.224,09	569.597.989,30	116.234,79
600-RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO				
		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3190	905.197.156,72	900.143.492,79	5.053.663,93
3191-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
300-ORRIGAÇÕES PATRONAIS				
		194.064.186,00	179.041.882,28	15.022.303,72
	Total Modalidade: 3191	194.064.186,00	179.041.882,28	15.022.303,72
	Total Fonte: 50	1.099.261.342,72	1.079.185.375,07	20.075.967,65
51-COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AOS RECURSOS DO FUNDEB				
3190-APLICAÇÕES DIRETAS				
100-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL				
		258.330.839,41	258.330.839,41	0,00
	Total Modalidade: 3190	258.330.839,41	258.330.839,41	0,00
3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
100-CONTRIBUIÇÕES				
		10.010.672,00	9.700.672,00	310.000,00
	Total Modalidade: 3340	10.010.672,00	9.700.672,00	310.000,00
3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
100-CONTRIBUIÇÕES				
		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3350	0,00	0,00	0,00
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
400-OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO				
		6.559.137,75	6.556.400,05	2.737,70
700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA				
		23.932.357,98	23.932.357,98	0,00
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA				
		19.242.819,32	18.804.240,31	438.579,01
600-AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO				
		19.263.503,73	19.263.503,73	0,00
	Total Modalidade: 200	0,00	0,00	0,00
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		87.019,50	87.019,50	0,00
	Total Modalidade: 3390	69.084.838,28	68.643.521,57	441.316,71
3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		552.206,26	0,00	552.206,26
	Total Modalidade: 3391	552.206,26	0,00	552.206,26
	Total Fonte: 51	337.978.555,95	336.675.032,98	1.303.522,97
54-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO/BB				
4690-APLICAÇÕES DIRETAS				
700-ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES		77.222.498,62	77.222.498,62	0,00
100-PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO		694.707.417,26	694.707.417,26	0,00
	Total Modalidade: 4690	771.929.915,88	771.929.915,88	0,00
	Total Fonte: 54	771.929.915,88	771.929.915,88	0,00
56-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO/CEF				
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00
100-OBRAS E INSTALAÇÕES		48.448.162,02	48.448.162,02	0,00
500-CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS		1.538.745,80	1.538.745,80	0,00
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		1.681.699,17	1.681.699,17	0,00
300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		5.616.792,94	5.616.792,94	0,00
	Total Modalidade: 4490	57.285.399,93	57.285.399,93	0,00
	Total Fonte: 56	57.285.399,93	57.285.399,93	0,00
57-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/KFW				
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00
100-OBRAS E INSTALAÇÕES		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4490	0,00	0,00	0,00
	Total Fonte: 57	0,00	0,00	0,00
58-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/BIRD				
4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		18.345.893,66	18.345.893,66	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
200-AUXÍLIOS		3.770.355,28	3.770.355,28	0,00
	Total Modalidade: 4450	22.116.248,94	22.116.248,94	0,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
400-DIÁRIA-CIVIL		1.775,19	1.775,19	0,00
000-MATERIAL DE CONSUMO		271.747,10	270.990,50	756,60
300-PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO		0,00	0,00	0,00
700-LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA		1.387.947,17	1.186.049,47	201.897,70
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		7.550.422,95	7.543.493,19	6.929,76
700-ORRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		9.995,60	9.995,60	0,00
100-OBRAS E INSTALAÇÕES		43.148.357,13	43.148.357,13	0,00
200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		1.346.880,01	1.346.880,01	0,00
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		5.947,67	5.947,67	0,00
	Total Modalidade: 4490	53.723.072,82	53.513.488,76	209.584,06
4491-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		63.952,13	63.710,34	241,79
700-ORRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		169.404,84	92.343,35	77.061,49
	Total Modalidade: 4491	233.356,97	156.053,69	77.303,28
	Total Fonte: 58	76.072.678,73	75.785.791,39	286.887,34
59-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/BID				
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA		0,00	0,00	0,00
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3390	0,00	0,00	0,00
4440-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
100-CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00	0,00
200-AUXÍLIOS		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4440	0,00	0,00	0,00
4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
100-OBRAS E INSTALAÇÕES		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4450	0,00	0,00	0,00
4467-EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - PPP				



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
300-DESP. DECOR. DE PPP, EXCETO SUBVENÇÕES ECON., APORTE E FUNDO GARANTIDOR		0,00	0,00	0,00
Total Modalidade: 4467				
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
400-DIÁRIA-CIVIL		70.244,43	70.244,43	0,00
000-MATERIAL DE CONSUMO		74.410,92	52.628,47	21.782,45
300-PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO		0,00	0,00	0,00
500-SERVIÇO DE CONSULTORIA		27.034.932,42	25.174.348,42	1.860.584,00
600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		679.728,00	192.329,50	487.398,50
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		29.851.506,21	27.425.366,44	2.426.139,77
700-OBRAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		76.257,60	76.257,60	0,00
100-OBRAS E INSTALAÇÕES		333.305.248,69	320.233.517,96	13.071.730,73
200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		4.550.188,37	3.150.731,23	1.399.457,14
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		5.756.353,44	5.756.353,44	0,00
Total Modalidade: 4490				
Total Fonte: 59				
Total Modalidade: 4490				
64-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/FIDA				
4420-TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO				
100-CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00	0,00
200-AUXÍLIOS		0,00	0,00	0,00
Total Modalidade: 4420				
4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		914.459,85	914.459,85	0,00
200-AUXÍLIOS		37.891.678,18	37.018.624,26	873.053,92
Total Modalidade: 4450				
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
400-DIÁRIA-CIVIL		623,81	623,81	0,00
000-MATERIAL DE CONSUMO		0,00	0,00	0,00
300-PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO		0,00	0,00	0,00
500-SERVIÇO DE CONSULTORIA		22.359.469,91	20.464.586,23	1.894.883,68
600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		296.670,00	292.020,00	4.650,00
700-LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA		843.625,15	735.348,61	108.276,54



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	11.007.685,88	9.144.965,77	1.862.720,11
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	22.511,49	11.255,74	11.255,75
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	68.825,21	55.513,88	13.311,33
	Total Modalidade: 4490	34.599.411,45	30.704.314,04	3.895.097,41
4491-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	31.366,65	31.366,65	0,00
	Total Modalidade: 4491	31.366,65	31.366,65	0,00
65-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/CAF	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	500-SERVIÇO DE CONSULTORIA	4.570.704,29	4.564.948,39	5.755,90
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	28.917.397,67	24.279.943,28	4.637.454,39
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4490	33.488.101,96	28.844.891,67	4.643.210,29
67-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/MLW	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	33.060.815,33	33.060.815,33	0,00
	Total Modalidade: 4490	33.060.815,33	33.060.815,33	0,00
69-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - PFORR	4440-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS			
	200-AUXÍLIOS	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4440	0,00	0,00	0,00
4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4450	0,00	0,00	0,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	000-MATERIAL DE CONSUMO	10.302,50	10.302,50	0,00
	500-SERVIÇO DE CONSULTORIA	0,00	0,00	0,00
	700-LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	0,00	0,00	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	9.861.079,82	9.731.007,81	130.072,01
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	34.250.385,71	34.250.385,71	0,00
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	13.257.761,93	12.511.698,23	746.063,70
	100-AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15.729.894,96	15.729.894,96	0,00
	Total Modalidade: 4490	73.109.424,92	72.233.289,21	876.135,71
	4491-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4491	0,00	0,00	0,00
	4494-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE			
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4494	0,00	0,00	0,00
	Total Fonte: 69	73.109.424,92	72.233.289,21	876.135,71
70-RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS				
	3190-APLICAÇÕES DIRETAS			
	300-PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS	23.393,76	23.393,76	0,00
	500-OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	0,00	0,00	0,00
	100-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	61.458.676,27	61.458.676,27	0,00
	300-OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.401.658,77	1.380.771,84	20.886,93
	600-OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	6.697.971,63	6.697.971,63	0,00
	100-SENTENÇAS JUDICIAIS	2.868.476,18	2.868.476,18	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	19.780,47	19.780,47	0,00
	400-INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	49.232,66	49.232,66	0,00
	600-RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	25.111,84	22.111,84	3.000,00
	Total Modalidade: 3190	72.544.301,58	72.520.414,65	23.886,93
	3191-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
	300-OBRIGAÇÕES PATRONAIS	7.892.179,84	7.701.879,56	190.300,28
	Total Modalidade: 3191	7.892.179,84	7.701.879,56	190.300,28



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
100-CONTRIBUIÇÕES		165.178,00	165.178,00	0,00
	Total Modalidade: 3340	165.178,00	165.178,00	0,00
3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		2.283.139,21	2.283.139,21	0,00
100-CONTRIBUIÇÕES		19.266.778,70	15.683.978,70	3.582.800,00
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3350	21.549.917,91	17.967.117,91	3.582.800,00
3360-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS				
100-CONTRIBUIÇÕES		58.848,67	58.848,67	0,00
	Total Modalidade: 3360	58.848,67	58.848,67	0,00
3380-TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR				
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3380	0,00	0,00	0,00
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
300-PENSÕES		0,00	0,00	0,00
800-OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS		48.598,94	48.598,94	0,00
400-DIÁRIAS - CIVIL		5.262.768,31	5.253.811,80	8.956,51
500-DIÁRIAS - MILITAR		77.035,77	77.035,77	0,00
800-AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES		269.286,72	262.037,16	7.249,56
000-MATERIAL DE CONSUMO		15.573.544,67	12.113.724,34	3.459.820,33
100-PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS		140.249,62	140.249,62	0,00
200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		36.654,00	36.654,00	0,00
300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		3.561.678,94	3.387.390,67	174.288,27
500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA		2.218.453,81	2.124.908,21	93.545,60
600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		20.855.108,08	20.563.942,34	291.165,74
700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA		95.258.033,69	88.861.261,49	6.396.772,20
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		312.826.954,45	285.090.206,70	27.736.747,75
100-CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00	0,00
600-AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		5.712.395,53	5.712.395,53	0,00
700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		15.110.349,22	14.302.710,19	807.639,03
800-OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS		7.711.969,89	5.704.569,89	2.007.400,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
900-AUXÍLIO-TRANSPORTE		895.983,53	895.983,53	0,00
200-AQUISIÇÃO DE BENS PARA REVENDA		304.499,94	259.503,94	44.996,00
100-SENTENÇAS JUDICIAIS		120.217,91	120.217,91	0,00
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		5.964.182,96	5.737.717,52	226.465,44
300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		2.352.912,76	2.313.070,70	39.842,06
	Total Modalidade: 3390	494.300.878,74	453.005.990,25	41.294.888,49
3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
000-MATERIAL DE CONSUMO		0,00	0,00	0,00
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		11.707.317,74	11.378.082,08	329.235,66
100-CONTRIBUIÇÕES		253.047.379,42	253.047.379,42	0,00
700-ORBITAS TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		2.193.588,39	1.966.496,87	227.091,52
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		17.523.220,64	17.523.220,64	0,00
300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		4.316.740,40	2.590.044,24	1.726.696,16
	Total Modalidade: 3391	288.788.246,59	286.505.223,25	2.283.023,34
4440-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
200-AUXÍLIOS		1.714.258,76	1.504.258,76	210.000,00
	Total Modalidade: 4440	1.714.258,76	1.504.258,76	210.000,00
4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
200-AUXÍLIOS		255.623,17	255.623,17	0,00
100-OBRAS E INSTALAÇÕES		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4450	255.623,17	255.623,17	0,00
4460-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS				
100-OBRAS E INSTALAÇÕES		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4460	0,00	0,00	0,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
000-MATERIAL DE CONSUMO		1.048.043,13	463.783,24	584.259,89
200-MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		0,00	0,00	0,00
500-SERVIÇO DE CONSULTORIA		11.500,00	8.500,00	3.000,00
700-LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA		0,00	0,00	0,00
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		179.520.816,25	175.872.984,58	3.647.831,67
100-OBRAS E INSTALAÇÕES		12.829.845,90	10.878.806,30	1.951.039,60



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		41.518.643,17	34.335.638,70	7.183.004,47
100-AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS		357.222,67	357.222,67	0,00
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		4.821,96	4.821,96	0,00
Total Modalidade: 4490		235.290.893,08	221.921.757,45	13.369.135,63
4590-APLICAÇÕES DIRETAS				
100-AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS		0,00	0,00	0,00
200-AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA REVENDA		1.298.172,48	1.298.172,48	0,00
600-CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		0,00	0,00	0,00
Total Modalidade: 4590		1.298.172,48	1.298.172,48	0,00
4690-APLICAÇÕES DIRETAS				
100-PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO		144.541,81	144.541,81	0,00
Total Modalidade: 4690		144.541,81	144.541,81	0,00
73-TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE				
3390-APLICAÇÕES DIRETAS		1.124.003.040,63	1.063.049.005,96	60.954.034,67
000-MATERIAL DE CONSUMO		52.156.546,14	42.782.289,06	9.374.257,08
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		2.798.484,80	2.485.222,52	313.262,28
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		4.379,65	4.379,65	0,00
Total Modalidade: 3390		54.959.410,59	45.271.891,23	9.687.519,36
Total Fonte: 73		54.959.410,59	45.271.891,23	9.687.519,36
76-RECURSOS PROVENIENTES DO FIT				
3332-EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL				
800-AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES		0,00	0,00	0,00
Total Modalidade: 3332		0,00	0,00	0,00
3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		2.136.964,62	2.136.964,62	0,00
Total Modalidade: 3350		2.136.964,62	2.136.964,62	0,00
3360-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS				
500-SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		4.371.709,04	4.371.709,04	0,00
Total Modalidade: 3360		4.371.709,04	4.371.709,04	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
400-DIÁRIAS - CIVIL		21.096,32	21.096,32	0,00
800-AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES		9.594.653,44	9.594.653,44	0,00
000-AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES		3.546.912,15	3.546.912,15	0,00
000-MATERIAL DE CONSUMO		121.571,35	115.412,35	6.159,00
300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		64.382,91	64.382,91	0,00
600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		784.196,00	784.196,00	0,00
700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA		1.404.470,00	1.149.420,20	255.049,80
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		3.590.889,77	3.548.790,87	42.098,90
100-CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00	0,00
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		296,80	296,80	0,00
300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		48.987,86	48.987,86	0,00
	Total Modalidade: 3390	19.177.456,60	18.874.148,90	303.307,70
3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		147.816,00	147.816,00	0,00
	Total Modalidade: 3391	147.816,00	147.816,00	0,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
000-AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES		218.997,26	218.997,26	0,00
000-MATERIAL DE CONSUMO		460,00	460,00	0,00
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		34.400,00	20.600,00	13.800,00
100-OBRAS E INSTALAÇÕES		0,00	0,00	0,00
200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		544.285,63	508.021,15	36.264,48
	Total Modalidade: 4490	798.142,89	748.078,41	50.064,48
	Total Fonte: 76	26.632.089,15	26.278.716,97	353.372,18
79-TRANSFERÊNCIAS AO FUNDO DE DEFESA CIVIL				
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		0,00	0,00	0,00
600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		4.676.052,00	2.964.972,64	1.711.079,36
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		70.339,50	44.787,60	25.551,90
700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		118.991,41	118.991,41	0,00
	Total Modalidade: 3390	4.865.382,91	3.128.751,65	1.736.631,26



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA				
100-OBRAS E INSTALAÇÕES		11.257.631,00	11.156.288,85	101.342,15
200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		0,00	0,00	0,00
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		11.522.798,59	11.522.798,59	0,00
300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		1.008.344,17	1.008.344,17	0,00
Total Modalidade: 4490		23.788.773,76	23.687.431,61	101.342,15
Total Fonte: 79		28.654.156,67	26.816.183,26	1.837.973,41
80-CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
100-CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00	0,00
100-OBRAS E INSTALAÇÕES		973.999,39	973.999,39	0,00
Total Modalidade: 4490		973.999,39	973.999,39	0,00
Total Fonte: 80		973.999,39	973.999,39	0,00
81-CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA				
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
800-AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES		0,00	0,00	0,00
300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		880,00	880,00	0,00
Total Modalidade: 3390		880,00	880,00	0,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
500-SERVIÇO DE CONSULTORIA		0,00	0,00	0,00
200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		0,00	0,00	0,00
Total Modalidade: 4490		0,00	0,00	0,00
Total Fonte: 81		880,00	880,00	0,00
82-CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA				
100-CONTRIBUIÇÕES		197.613,20	197.613,20	0,00
300-SUBVENÇÕES SOCIAIS		1.621.666,66	1.621.666,66	0,00
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	0,00
Total Modalidade: 3350		4.872.107,57	3.874.610,87	997.496,70



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
400-DIÁRIAS - CIVIL		527.545,71	506.645,69	20.900,02
800-AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES		4.618.106,25	4.217.774,25	400.332,00
000-MATERIAL DE CONSUMO		735.387,75	530.686,11	204.701,64
200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		18.243.501,29	14.915.141,14	3.328.360,15
300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		151.532,20	145.424,49	6.107,71
400-OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO		7.221.862,52	7.221.862,52	0,00
500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA		0,00	0,00	0,00
600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		3.971.979,20	3.537.368,45	434.610,75
700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA		10.397.763,82	10.114.951,71	282.812,11
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		8.914.507,77	7.902.338,53	1.012.169,24
700-ORRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		132.784,16	98.706,58	34.077,58
800-OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS		353.926,78	353.926,78	0,00
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		3.155.040,91	3.153.372,91	1.668,00
300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		3.814.973,50	3.788.660,50	26.313,00
	Total Modalidade: 3390	62.238.911,86	56.486.859,66	5.752.052,20
3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		9.110,00	3.644,00	5.466,00
700-ORRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		9.911,36	9.911,36	0,00
	Total Modalidade: 3391	19.021,36	13.555,36	5.466,00
4422-EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO				
200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4422	0,00	0,00	0,00
4432-EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL				
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4432	0,00	0,00	0,00
4440-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
200-AUXÍLIOS		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4440	0,00	0,00	0,00
4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		1.140.674,36	1.140.674,36	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	Total Modalidade: 4450	1.140.674,36	1.140.674,36	0,00
4460-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS				
100-CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00	0,00
200-AUXÍLIOS		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4460	0,00	0,00	0,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
400-DIÁRIA-CIVIL		33.595,35	33.595,35	0,00
000-MATERIAL DE CONSUMO		0,00	0,00	0,00
300-PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO		29.370,58	29.370,58	0,00
500-SERVIÇO DE CONSULTORIA		93.208,48	93.208,48	0,00
600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		0,00	0,00	0,00
700-LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA		0,00	0,00	0,00
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		18.247.382,06	16.985.916,44	1.261.465,62
100-CONTRIBUIÇÕES		2.782.553,10	2.782.553,10	0,00
100-OBRAS E INSTALAÇÕES		345.448.127,05	342.265.054,38	3.183.072,67
200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		22.593.392,81	19.285.486,55	3.307.906,26
100-AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS		49.929,27	49.929,27	0,00
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		22.404.946,00	22.404.946,00	0,00
300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		28.104.628,75	27.782.592,34	322.036,41
	Total Modalidade: 4490	439.787.133,45	431.712.652,49	8.074.480,96
	Total Fonte: 82	508.057.848,60	493.228.352,74	14.829.495,86
83-CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA				
3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3350	0,00	0,00	0,00
3360-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS				
500-SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3360	0,00	0,00	0,00
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
400-DIÁRIAS - CIVIL		673.162,26	666.245,08	6.917,18
800-AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES		1.619.297,30	1.618.021,30	1.276,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
000-AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES		1.460.734,36	1.460.734,36	0,00
000-MATERIAL DE CONSUMO		575.705,50	545.995,73	29.709,77
200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		0,00	0,00	0,00
300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		415.463,08	415.463,08	0,00
500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA		0,00	0,00	0,00
600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		6.285.727,44	6.281.061,94	4.665,50
700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA		2.931.748,72	2.756.753,68	174.995,04
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		7.670.095,83	3.241.311,05	4.428.784,78
700-ORRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		21.862,00	20.042,00	1.820,00
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		98.943,43	98.943,43	0,00
300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		9.583.516,32	5.323.002,62	4.260.513,70
Total Modalidade: 3390		31.336.256,24	22.427.574,27	8.908.681,97
3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		0,00	0,00	0,00
Total Modalidade: 3391		0,00	0,00	0,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
000-AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES		462.970,05	462.970,05	0,00
000-MATERIAL DE CONSUMO		0,00	0,00	0,00
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		381.069,05	381.069,05	0,00
100-OBRAS E INSTALAÇÕES		34.261.879,76	33.886.631,17	375.248,59
200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		3.229.853,28	2.980.122,58	249.730,70
100-AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS		401.091,62	401.091,62	0,00
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		274.179,76	274.179,76	0,00
300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		976.687,51	976.687,51	0,00
Total Modalidade: 4490		39.987.731,03	39.362.751,74	624.979,29
Total Fonte: 83		71.323.987,27	61.790.326,01	9.533.661,26
86-CONVÊNIO COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
000-MATERIAL DE CONSUMO		0,00	0,00	0,00
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00
Total Modalidade: 3390		0,00	0,00	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
000-MATERIAL DE CONSUMO		79.950,85	74.634,68	5.316,17
100-OBRAS E INSTALAÇÕES		10.439.748,18	10.352.007,97	87.740,21
200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		284.906,17	194.780,80	90.125,37
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		57.410,70	57.410,70	0,00
300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		78.720,63	78.720,63	0,00
	Total Modalidade: 4490	10.940.736,53	10.757.554,78	183.181,75
	Total Fonte: 86	10.940.736,53	10.757.554,78	183.181,75
87-CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA				
3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3350	0,00	0,00	0,00
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
000-MATERIAL DE CONSUMO		0,00	0,00	0,00
600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3390	0,00	0,00	0,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
100-OBRAS E INSTALAÇÕES		0,00	0,00	0,00
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		82.563,44	82.563,44	0,00
	Total Modalidade: 4490	82.563,44	82.563,44	0,00
	Total Fonte: 87	82.563,44	82.563,44	0,00
88-CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
100-OBRAS E INSTALAÇÕES		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4490	0,00	0,00	0,00
	Total Fonte: 88	0,00	0,00	0,00
89-CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA				
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
400-DIÁRIAS - CIVIL		110.374,73	108.901,11	1.473,62
000-AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES		0,00	0,00	0,00
000-MATERIAL DE CONSUMO		6.155.045,41	5.019.655,99	1.135.389,42



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		980,87	980,87	0,00
600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		186.112,00	186.112,00	0,00
700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA		486.035,25	486.035,25	0,00
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		2.176.693,66	2.175.963,66	730,00
300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		15.562,85	15.562,85	0,00
	Total Modalidade: 3390	9.130.804,77	7.993.211,73	1.137.593,04
3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		71.980,60	71.980,60	0,00
	Total Modalidade: 3391	71.980,60	71.980,60	0,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
000-AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES		0,00	0,00	0,00
000-MATERIAL DE CONSUMO		946.360,00	946.360,00	0,00
300-PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO		103.675,92	103.675,92	0,00
100-OBRAS E INSTALAÇÕES		10.369.653,76	9.699.474,73	670.179,03
200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		116.009,14	105.710,14	10.299,00
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		172.452,54	172.452,54	0,00
	Total Modalidade: 4490	11.708.151,36	11.027.673,33	680.478,03
	Total Fonte: 89	20.910.936,73	19.092.865,66	1.818.071,07
91-RECURSOS PROVENIENTES DO SUS				
3190-APLICAÇÕES DIRETAS				
100-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		50.745.183,24	50.744.465,49	717,75
300-ORÇAMENTOS PATRONAIS		194.150,15	178.622,55	15.527,60
600-OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		3.941.482,79	3.810.606,30	130.876,49
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		229.457,15	229.457,15	0,00
600-RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3190	55.110.273,33	54.963.151,49	147.121,84
3341-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO				
100-CONTRIBUIÇÕES		2.040.000,00	2.040.000,00	0,00
	Total Modalidade: 3341	2.040.000,00	2.040.000,00	0,00
3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		0,00	0,00	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		262.859,076,22	227.082.222,17	35.776.854,05
100-CONTRIBUIÇÕES		933.100,00	933.100,00	0,00
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		10.350.569,13	10.350.569,13	0,00
	Total Modalidade: 3350	274.142.745,35	238.365.891,30	35.776.854,05
3371-TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS				
000-RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO		14.766.078,05	14.766.078,05	0,00
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		1.176.901,95	1.176.901,95	0,00
	Total Modalidade: 3371	15.942.980,00	15.942.980,00	0,00
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
800-OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS		1.841.220,00	1.825.956,00	15.264,00
400-DIÁRIAS - CIVIL		920.173,61	918.018,11	2.155,50
000-MATERIAL DE CONSUMO		151.896.977,90	131.439.894,28	20.457.083,62
100-PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS		4.852,00	4.054,00	798,00
200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		83.997.820,31	64.811.968,66	19.185.851,65
300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		4.841.321,07	4.838.376,05	2.945,02
400-OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO		21.360.363,17	18.330.985,51	3.029.377,66
500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA		201.695,20	201.695,20	0,00
600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		3.347.225,66	3.327.602,24	19.623,42
700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA		10.516.939,89	8.537.689,54	1.979.250,35
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		113.199.387,46	100.490.295,70	12.709.091,76
700-ORIGINAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		104.367,54	104.367,54	0,00
100-SENTENÇAS JUDICIAIS		311.071,60	311.071,60	0,00
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		5.554.802,67	5.554.802,67	0,00
300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		148.236,35	0,00	148.236,35
	Total Modalidade: 3390	398.246.454,43	340.696.777,10	57.549.677,33
3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		254.350,82	254.350,82	0,00
700-ORIGINAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		985,77	985,77	0,00
	Total Modalidade: 3391	255.336,59	255.336,59	0,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
000-MATERIAL DE CONSUMO		0,00	0,00	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	930.011,54	930.011,54	0,00
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.989.799,74	9.076.684,94	1.913.114,80
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	244.857,98	141.857,98	103.000,00
	Total Modalidade: 4490	12.164.669,26	10.148.554,46	2.016.114,80
	Total Fonte: 91	757.902.458,96	662.412.690,94	95.489.768,02
92-REPASSE FUNDO A FUNDO - FNAS				
3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
100-CONTRIBUIÇÕES		4.246.391,34	4.246.391,34	0,00
Total Modalidade: 3350		4.246.391,34	4.246.391,34	0,00
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
400-DIÁRIAS - CIVIL		141.742,39	141.742,39	0,00
000-MATERIAL DE CONSUMO		2.990.232,88	986.153,16	2.004.079,72
300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		142.677,18	140.699,60	1.977,58
600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		2.563,93	2.563,93	0,00
700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA		0,00	0,00	0,00
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		2.708.954,36	671.622,46	2.037.331,90
300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		1.822,44	1.822,44	0,00
Total Modalidade: 3390		5.987.993,18	1.944.603,98	4.043.389,20
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
000-MATERIAL DE CONSUMO		0,00	0,00	0,00
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		1.123.634,00	0,00	1.123.634,00
000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00
100-OBRAS E INSTALAÇÕES		29.523.757,64	13.574.639,57	15.949.118,07
200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		6.051.962,93	2.827.850,25	3.224.112,68
Total Modalidade: 4490		36.699.354,57	16.402.489,82	20.296.864,75
Total Fonte: 92		46.933.739,09	22.593.485,14	24.340.253,95
Total Geral:		26.980.424.450,88	26.141.961.634,04	838.462.816,84



Título	Saldo do Exercício Anterior	Movimento do Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	645.294.119,75	0,00	588.925.485,99	56.368.633,76
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	30.347.029,45	-1.255,81	30.345.773,64	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	582.967.218,05	0,00	582.967.218,05
SUBTOTAL	675.641.149,20	582.965.962,24	619.271.259,63	639.335.851,81
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	218.259.907,69	-26.046,78	209.871.528,04	8.362.332,87
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	2.715.157,57	-1.840,78	2.713.316,79	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	255.495.598,79	0,00	255.495.598,79
SUBTOTAL	220.975.065,26	255.467.711,23	212.584.844,83	263.857.931,66
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS	1.232.280.783,55	13.247.296.273,12	13.094.111.092,82	1.385.465.963,85
SUBTOTAL	1.232.280.783,55	13.247.296.273,12	13.094.111.092,82	1.385.465.963,85
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	2.128.896.998,01	14.085.729.946,59	13.925.967.197,28	2.288.659.747,32

RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

VOLUME I

PODER LEGISLATIVO

- Assembléia Legislativa

- Tribunal de Contas do Estado

PODER JUDICIÁRIO

- Tribunal de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO

- Procuradoria-Geral da Justiça - PGJ

PODER EXECUTIVO

- Defensoria Pública Geral - DPGE

- Secretaria da Infraestrutura - SEINFRA

- Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social - SSPDS

- Superintendência da Polícia Civil

- Polícia Militar do Ceará

- Corpo de Bombeiros Militar do Ceará

- Perícia Forense do Estado do Ceará

- Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará

- Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública do Estado do Ceará

- Gabinete do Governador

- Gabinete do Vice-Governador

- Procuradoria-Geral do Estado - PGE
- Conselho Estadual de Educação
- Secretaria da Justiça e Cidadania - SEJUS
- Secretaria da Fazenda - SEFAZ
- Encargos Gerais do Estado
- Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA
- Secretaria da Educação - SEDUC
- Centro de Educação à Distância do Estado do Ceará - CED
- Secretaria da Saúde - SESA
- Secretaria da Cultura - SECULT
- Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH
- Casa Civil
- Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE
- Secretaria do Turismo - SETUR
- Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado - CGE
- Secretaria do Esporte - SESPORTE
- Secretaria das Cidades
- Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG
- Escola de Gestão Pública
- Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS
- Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo
- Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura - SPA
- Controladoria-Geral de Disciplina dos Órgãos de Seg Pública - CGD
- Secretaria Especial de Política sobre Drogas - SEPD
- Secretaria do Desenvolvimento Econômico - SDE
- Secretaria do Meio Ambiente - SEMA

RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

VOLUME II

PODER EXECUTIVO

TIPO	UNIDADE GESTORA	
AUTARQUIAS	- Departamento de Edificações e Rodovias - DER	
	- Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN	
	- Departamento de Arquitetura e Engenharia - DAE	
	- Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE	
	- Junta Comercial do Estado do Ceará - JUCEC	
	- Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará - IDACE	
	- Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará - ADAGRI	
	- Escola de Saúde Pública - ESP	
	- Superintendência de Obras Hidráulicas - SOHIDRA	
	- Instituto de Desenvolvimento Institucional das Cidades do Ceará - IDECI (Extinto Lei nº 16.230/2017)	
	- Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará - ISSEC	
	- Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE	
	- Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE	
	FUNDAÇÕES	- Fundação de Teleeducação do Ceará - FUNTELC
		- Fundação Universidade Estadual do Ceará - FUNECE
- Fundação Universidade Vale do Acaraú - UVA		
- Fundação Universidade Regional do Cariri - URCA		
- Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos - FUNCEME		
FUNDOS	- Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP	
	- Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial - NUTEC	
	- Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará - FAADEP	
	- Fundo de Defesa Social - FDS	
	- Fundo de Defesa Civil do Estado do Ceará - FDCC	
	- Fundo de Modernização e Reaparelhamento da PGE - FUNPECEPGE	
	- Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar - FEDAF	
	- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	
	- Fundo Estadual de Saúde - FUNDES	
	- Fundo Estadual da Cultura - FEC	
	- Fundo Estadual do Idoso do Ceará - FEICE	
	- Fundo de Inovação Tecnológica - FIT	
	- Fundo de Desenvolvimento do Esporte e Juventude - FUNDEJ	
	- Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS	
	- Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente - FECA	
- Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS		
- Fundo Especial do Desenvolvimento e Comercialização do Artesanato - FUNDART		
- Fundo de Financiamento às Micro, Pequenas e Médias Empresas - FCE		
- Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI		
- Fundo de Incentivo à Eficiência Energética - FIEE (Remoneado Lei Comp. nº 170/2016 - Antigo FIES)		
- Fundo Penitenciário do Estado do Ceará - FUNPEN		

PODER EXECUTIVO

TIPO	UNIDADE GESTORA
FUNDOS	- Fundo Financeiro da Previdência - FUNAPREV
	- Fundo Financeiro da Previdência Militar - PREVMILITAR
	- Fundo Previdenciário - PREVID
EMPRESAS PÚBLICAS	- Fundo Estadual de Políticas Sobre Álcool e Outras Drogas - FEPAD
	- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará - EMATERCE
SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	- Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará - ETICE
	- Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE
	- Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS
	- Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - METROFOR
	- Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém S.A - CIPP S.A (Alterado denominação Lei nº 16.372/2017)
	- Companhia de Habitação do Ceará - COHAB
	- Centrais de Abastecimento do Ceará S/A - CEASA
	- Companhia de Desenvolvimento do Ceará - CODECE
	- Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará - COGERH
	- Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S/A - ADECE
- Zona de Processamento de Exportação do Pecém S/A - ZPE-CE	

PODER LEGISLATIVO

TIPO	UNIDADE GESTORA
FUNDO	- Fundo de Previdência Parlamentar - FPP

PODER JUDICIÁRIO

TIPO	UNIDADE GESTORA
FUNDO	- Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário - FERMOJU
	- Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados - FUNSEG
	- Fundo Especial de Custeio das Despesas com Diligências dos Oficiais de Justiça - FECDOJ

MINISTÉRIO PÚBLICO

TIPO	UNIDADE GESTORA
FUNDO	- Fundo de Defesa dos Direitos Difusos do Estado do Ceará - FDID
	- Fundo de Manutenção da Escola Superior do Ministério Público - FESMP/PGJ
	- Fundo de Segurança Institucional e Inteligência do Ministério Público do Estado do Ceará - FUNSIT/PGJ
	- Fundo de Reaparelhamento e Manutenção do Ministério Público do Estado do Ceará - FRMMP

**RELAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS
ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA - TODAS AS FONTES**

CÓDIGO FONTE	ESPECIFICAÇÃO	SIT.
1.00.00	TESOURO, RECURSOS ORDINÁRIOS	1
1.00.02	RECURSOS ORDINÁRIOS PARA PROJETOS PRIORITÁRIOS	1
1.00.03	RECURSOS ORDINÁRIOS - CIPP	0
1.00.04	RECURSOS ORIUNDOS DA CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL/BEC	0
1.01.00	TESOURO, COTA PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS - FPE	1
1.10.00	TESOURO, RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	1
1.12.00	TESOURO, ALIENAÇÃO DE BENS	1
1.14.00	TESOURO, DEPÓSITOS JUDICIAIS	1
1.44.00	TESOURO, INDENIZAÇÃO PELA EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO, XISTO E GÁS	1
2.03.00	OUTRAS FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SERVIDOR	2
2.04.00	OUTRAS FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	2
2.05.00	OUTRAS FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR	2
2.06.00	OUTRAS FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARLAMENTAR	2
2.07.00	OUTRAS FONTES, COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0
2.11.00	OUTRAS FONTES, CONT. DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO- CIDE	1
2.14.00	OUTRAS FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	1
2.14.01	DEPÓSITOS JUDICIAIS FAZENDÁRIOS	1
2.15.00	OUTRAS FONTES, DEPÓSITOS JUDICIAIS - PIMPJ	2
2.16.00	OUTRAS FONTES, COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	0
2.29.00	OUTRAS FONTES, RECURSOS ARRECADADOS DA VENDA DE SELOS DE AUTENTICIDADE	2
2.46.36	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC VLT - CEF	1
2.46.37	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC MCMV - CEF	1
2.46.38	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC MCMV - MARANGUAPINHO	1

2.46.39	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC MCMV - BB	1
2.46.43	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - BNDES - PEF	1
2.46.45	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO/BNDES	1
2.46.46	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO	1
2.46.47	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - BNDES/ESTADOS	1
2.46.52	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CEF/CPAC	1
2.46.53	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - PROINVESTE	1
2.46.54	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO/BB	0
2.46.55	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO/BNB	1
2.46.56	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO/CEF	0
2.46.68	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - PROINVESTE FINANCIAMENTO	1
2.46.71	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2
2.48.40	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - SWAP - NÃO CONDICIONADA	1
2.48.47	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - REFINANCIAMENTO	1
2.48.48	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO	1
2.48.57	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/KFW	1
2.48.58	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/ BIRD	1
2.48.59	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/ BID	1
2.48.63	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/EX-IM	0
2.48.64	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/ FIDA	1
2.48.65	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/CAF	1
2.48.67	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/ MLW	1
2.48.69	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - PforR	1
2.48.72	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	2
2.50.00	OUTRAS FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDEB	0
2.51.00	OUTRAS FONTES, COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AOS RECURSOS DO FUNDEB	0

2.70.00	OUTRAS FONTES, RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	2
2.70.01	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS- MECENATO	2
2.70.02	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS - MULTAS DE TRÂNSITO	2
2.73.01	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	0
2.73.02	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE - TRANSPORTE ESCOLAR	0
2.76.00	OUTRAS FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DO FIT	1
2.79.00	OUTRAS FONTES, TRANSE. AO FUNDO DE DEFESA CIVIL - FDCC	2
2.80.80	OUTRAS FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0
2.80.81	OUTRAS FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS - ADM. INDIRETA	2
2.82.82	OUTRAS FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0
2.82.83	OUTRAS FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2
2.82.90	OUTRAS FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0
2.86.86	OUTRAS FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS - ADM DIRETA	0
2.86.87	OUTRAS FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2
2.88.88	OUTRAS FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0
2.88.89	OUTRAS FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2
2.91.00	OUTRAS FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	2
2.92.00	OUTRAS FONTES, REPASSE FUNDO A FUNDO - FNAS	2
2.92.01	REPASSE FUNDO A FUNDO - FUNPEN	2
2.95.00	OUTRAS FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DO AUMENTO DE CAPITAL DO TESOUREO	1

Fonte: SEFAZ

Obs: Situação 0 = Administração Direta

Situação 1 = Administração Direta e Indireta

Situação 2 = Administração Indireta

**RELAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS
ADMINISTRAÇÃO DIRETA - TODAS AS FONTES**

CÓDIGO FONTE	ESPECIFICAÇÃO	SIT.
1.00.00	RECURSOS ORDINÁRIOS	1
1.00.02	RECURSOS ORDINÁRIOS PARA PROJETOS PRIORITÁRIOS	1
1.01.00	COTA PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS - FPE	1
1.10.00	RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	1
1.12.00	ALIENAÇÃO DE BENS	1
1.14.00	TESOURO, DEPÓSITOS JUDICIAIS	1
1.44.00	TESOURO, INDENIZAÇÃO PELA EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO, XISTO E GÁS	1
2.07.00	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0
2.11.00	OUTRAS FONTES, CONT. DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO- CIDE	1
2.14.00	OUTRAS FONTES RECURSOS PROVENIENTES DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	1
2.14.01	DEPÓSITOS JUDICIAIS FAZENDÁRIOS	1
2.16.00	OUTRAS FONTES, COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	0
2.46.36	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC VLT - CEF	1
2.46.37	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC MCMV - CEF	1
2.46.38	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC MCMV - MARANGUAPINHO	1
2.46.39	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC MCMV - BB	1
2.46.43	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - BNDES - PEF	1
2.46.45	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO/BNDES	1
2.46.46	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO	1
2.46.47	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS- BNDES/ESTADOS	1
2.46.52	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CEF/CPAC	1

2.46.53	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - PROINVESTE	1
2.46.54	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO/BB	0
2.46.55	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO/BNB	1
2.46.56	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO/CEF	0
2.46.68	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - PROINVESTE FINANCIAMENTO	1
2.48.40	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - SWAP - NÃO CONDICIONADA	1
2.48.47	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - REFINANCIAMENTO	1
2.48.48	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO	1
2.48.57	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/KFW	1
2.48.58	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/ BIRD	1
2.48.59	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/ BID	1
2.48.63	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/EX-IM	0
2.48.64	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/ FIDA	1
2.48.65	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/CAF	1
2.48.67	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/ MLW	1
2.48.69	OUTRAS FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - PforR	1
2.50.00	RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDEB	0
2.51.00	COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AOS RECURSOS DO FUNDEB	0
2.73.01	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	0
2.73.02	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE - TRANSPORTE ESCOLAR	0
2.76.00	RECURSOS PROVENIENTES DO FIT	1
2.80.80	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0
2.82.82	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0
2.82.90	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0
2.86.86	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS - ADM DIRETA	0
2.88.88	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0



2.86.86	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS - ADM DIRETA	0
2.88.88	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0
2.95.00	RECURSOS PROVENIENTES DO AUMENTO DE CAPITAL DO TESOURO	

Fonte: SEFAZ

Obs: Situação 0 = Administração Direta

Situação 1 = Administração Direta e Indireta

RELAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS ADMINISTRAÇÃO INDIRETA - OUTRAS FONTES

CÓDIGO FONTE	ESPECIFICAÇÃO	SIT.
2.03.00	OUTRAS FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SERVIDOR	2
2.04.00	OUTRAS FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	2
2.05.00	OUTRAS FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR	2
2.06.00	OUTRAS FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARLAMENTAR	2
2.15.00	RECURSOS PROVENIENTES DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - PIMPJ	2
2.29.00	RECURSOS ARRECADADOS NA VENDA DE SELOS DE AUTENTICIDADE	2
2.46.71	FINANCIAMENTO DE ESTATAIS NÃO DEPENDENTES	2
2.48.72	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - OUTRAS FONTES	2
2.70.00	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	2
2.70.01	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS- MECENATO	2
2.70.02	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS - MULTAS DE TRÂNSITO	2
2.79.00	OUTRAS FONTES, TRANSF. AO FUNDO DE DEFESA CIVIL - FDCC	2
2.80.81	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2
2.82.83	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2
2.86.87	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2
2.88.89	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2
2.91.00	RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	2
2.92.00	REPASSE FUNDO A FUNDO - FNAS	2
2.92.01	REPASSE FUNDO A FUNDO - FUNPEN	2

Fonte: SEFAZ

Obs: Situação 2 = Administração Indireta